

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**AGRICULTORES FAMILIARES,  
MEDIADORES SOCIAIS E MEIO AMBIENTE:  
A construção da “problemática ambiental” em agro-eco-sistemas**

**CLEYTON HENRIQUE GERHARDT**

**Porto Alegre  
2002**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**AGRICULTORES FAMILIARES,  
MEDIADORES SOCIAIS E MEIO AMBIENTE:  
A construção da “problemática ambiental” em agro-eco-sistemas**

**CLEYTON HENRIQUE GERHARDT**

**Orientador:**

Prof. Dr. Jalcione Almeida

**Co-orientadores:**

Prof. Dr. José Carlos dos Anjos

Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural como quesito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural – Área de Concentração em Agricultura, Meio Ambiente e Sociedade.

**Série PGDR**  
Porto Alegre  
2002

*Vamos salvar os búfalos  
E o pensamento também*

*Das certezas pré-gravadas.*

*Nei Lisboa*

ou,

*Nada é mais perigoso  
Do que ter a certeza da razão  
É preciso idolatrar a dúvida.*

*Nietzsche*

pois,

*Tudo aquilo que vemos é outra coisa  
O segredo da busca é que não se acha.*

*Fernando Pessoa*

## AGRADECIMENTOS

Sempre considerei esta parte meio constrangedora. Isto, porque nunca se poderá agradecer a todos que tenham colaborado com o trabalho, pois, inevitavelmente, sempre se irá esquecer de alguém. Além do mais, se fosse citar pessoas nominalmente, as primeiras a serem incluídas seriam todos os 20 agricultores e mediadores sociais entrevistados. Com isto, sendo tantos aqueles que colaboraram para a gestação deste trabalho, provavelmente perderia o sentido se agradecesse a todas eles. Ficaria mais parecido com uma lista telefônica, um amontoado de nomes justapostos em série e sem vida. Por esta razão, optei por não fazer citações pessoais, mas apenas agradecimentos de caráter mais geral.

Assim, minhas *mui sinceras gracias*:

- em especial, pelas horas de tempo “perdido”, a todos os agricultores e mediadores sociais entrevistados os quais, do mesmo modo que para Antonio Candido há quase 50 anos, foram *“capazes de se esquecerem de si mesmos em benefício do próximo, encarando com tolerância e simpatia as evoluções de um estranho, cuja honestidade de propósitos aceitaram, ou ao menos não discutiram, por polidez”*;
- aos três orientadores, pela paciência e aprendizado;
- a todos os professores, colegas e funcionários do PGDR, pela experiência compartilhada;
- aos “militantes” da ANAMA, que a energia, entusiasmo e dedicação permaneçam por longo tempo;
- à Prefeitura de Maquiné, à Fepagro e aos funcionários da Estação Experimental de Maquiné (e as “pulgas” da Estação), pela hospedagem calorosa;

- aos financiadores deste projeto (CAPES, PGDR e a “parentada”);
- *gracias también*, aos “palpites” de todos os *hermanos* que se deram o trabalho de ler a dissertação e, também, aos “ajudantes” transcritores das entrevistas e revisores bibliográficos;
- por fim, pelas incontáveis horas de reflexão e inspiração, à Lancheria do Parque, aos “Years of Solitude” de Piazzola, à “parceria” em geral e, acima de tudo, à Alguém em especial.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>01</b>
<b>PARTE 1</b>	
<b>1 EVIDENCIANDO O PROBLEMA DE PESQUISA.....</b>	<b>12</b>
1.1 Uma problemática instigante.....	12
1.2 Sobre a perspectiva interpretativa.....	18
1.3 A abordagem metodológica e o universo empírico.....	24
<b>2 INVENÇÃO DE UMA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL?.....</b>	<b>37</b>
<b>3 CAMPO AMBIENTAL E AGRO-ECO-SISTEMAS.....</b>	<b>62</b>
3.1 A construção de um novo espaço de lutas.....	62
3.2 Agricultores familiares e mediadores sociais: dois olhares diferentes sobre a problemática ambiental.....	79
<b>PARTE 2</b>	
<b>4 O AGRO-ECO-SISTEMA DA BACIA DO RIO MAQUINÉ.....</b>	<b>91</b>
4.1 Afinal, é possível dizer o que é o agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné?.	91
4.2 Contrastes de uma paisagem subtropical: a diversidade dos “não- humanos”...	95
4.3 “Agriculturas”, “agricultores” e Mata Atlântica no sul do Brasil.....	111
4.4 Por qual motivo agro-eco-sistema e não “meio rural”?.....	124
<b>5 PORQUE UMA HISTORICIZAÇÃO DO SOCIAL NÃO PODE PRESCINDIR DO ECOLÓGICO E VICE-VERSA.....</b>	<b>135</b>
<b>6 AGRICULTURA, HUMANOS E MEIO AMBIENTE: UMA PEQUENA HISTÓRIA NO SUL DO BRASIL.....</b>	<b>147</b>

6.1 Homem e meio ambiente no tempo da <i>terra sem males</i> .....	147
6.2 Em cena, os “conquistadores da natureza”.....	167
6.3 Processos de humanização e uma floresta que resiste.....	190
6.4 Agricultura de queimada: inadequação ou criatividade dos agricultores?.....	200
6.5 Os agricultores e as transformações sociais no início do século XX.....	229
6.6 Do <i>progresso</i> também se chega ao <i>atraso</i> .....	243

### PARTE 3

<b>7 AGENTES NO CAMPO AMBIENTAL E A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL NO AGRO-ECO-SISTEMA DA BACIA DO RIO MAQUINÉ: A GERAÇÃO DE CONFLITUALIDADES.....</b>	<b>274</b>
7.1 Um conto da carochinha: a agricultura <i>produtivista-moderna</i> .....	274
7.2 O desencanto dos agricultores para com o discurso do “profissional competente” como gerador de resistência aos novos valores impostos pelo <i>campo ambiental</i> .....	304
7.3 A institucionalização das questões ambientais e a “miopia” ambientalista para com os “humanos”.....	329
7.4 A <i>questão agrária</i> local e algumas inadequações eco-geográficas e jurídicas ligadas ao meio ambiente.....	343
7.5 A subjetividade dos modos de vida frente à problemática ambiental: um ponto de vista sobre os <i>discursos</i> dos agricultores.....	370
7.6 Pequenos relatos de agricultores e mediadores sobre o “assassinato” de um não-humano.....	406
7.7 Quando as relações capitalistas se interpõem entre agricultores e meio ambiente: um segundo ponto de vista sobre os <i>discursos</i> dos agricultores.....	415
7.8 O sopro invisível do arbitrário e uma aliança previsível entre mediadores sociais e agricultores.....	440
7.9 Novos agentes sociais: a importância das trajetórias e do contato (e da troca) com a realidade dos agricultores nos processos de construção democrática	

de políticas ambientais.....	459
<b>BUSCANDO CONCLUSÕES.....</b>	<b>484</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>497</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>500</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>515</b>



## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1: Agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné no RS</b>	<b>92</b>
<b>FIGURA 2: Vista de um dos componentes estéticos dos não-humanos</b>	<b>96</b>
<b>FIGURA 3: Vista do interior da mata secundária na Floresta Atlântica</b>	<b>102</b>
<b>FIGURA 4: O agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné e o Litoral Norte</b>	<b>108</b>
<b>FIGURA 5: Toposequência dos vales que formam o agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquine</b>	<b>110</b>
<b>FIGURA 6: Paisagem do Vale da Linha Solidão, município de Maquiné</b>	<b>114</b>
<b>FIGURA 7: A horticultura tecnificada no Vale Cachoeira</b>	<b>115</b>
<b>FIGURA 8: As roças, a capoeira e as samambaias</b>	<b>119</b>
<b>FIGURA 9: Uma característica do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquine: agricultura familiar e unidades produtivas com área reduzida</b>	<b>120</b>
<b>FIGURA10: Samambaieira com seu “molho” de samambaias</b>	<b>122</b>
<b>FIGURA 11: A face “urbana” do “rural”</b>	<b>130</b>

## **LISTA DE ANEXOS**

<b>ANEXO 1: Encontros promovidos pela ONG (Anama) que atua na região</b>	<b>514</b>
<b>ANEXO 2: A questão da samambaia</b>	<b>515</b>
<b>ANEXO 3: A questão das unidades de conservação</b>	<b>516</b>
<b>ANEXO 4: Um “problema ambiental”: enchentes e assoreamento do Rio Maquiné</b>	<b>517</b>
<b>ANEXOS 5 a 10: A chegada de novos agentes e “valores ecológicos”</b>	<b>518</b>
<b>ANEXO 11: E a permanência do “tradicional”</b>	<b>520</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>ANAMA</b>	<b>Associação Nascente</b>
<b>APSAT</b>	<b>Associação de Prestação de Serviços de Assistência Técnica</b>
<b>BID</b>	<b>Banco Interamericano de Desenvolvimento</b>
<b>BIRD</b>	<b>Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento</b>
<b>CEASA</b>	<b>Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A.</b>
<b>COMAM</b>	<b>Conselho Agropecuário Municipal de Maquiné</b>
<b>DEFAP</b>	<b>Departamento Florestas e Áreas Protegidas / SEMA / RS</b>
<b>DRNR</b>	<b>Departamento de Recursos Naturais Renováveis / RS</b>
<b>EMATER/RS</b>	<b>Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural</b>
<b>EMBRAPA</b>	<b>Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária</b>
<b>ENCA</b>	<b>Encontro Nacional de Comunidades Alternativas</b>
<b>FEPAM/RS</b>	<b>Fundação Estadual de Proteção ao Meio Ambiente</b>
<b>FMI</b>	<b>Fundo Monetário Internacional</b>
<b>IBAMA</b>	<b>Instituto Brasileiro de Meio Ambiente</b>
<b>IBGE</b>	<b>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística</b>
<b>IBDF</b>	<b>Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal</b>
<b>ONG</b>	<b>Organização Não-Governamental</b>
<b>ONU</b>	<b>Organização das Nações Unidas</b>
<b>PATRAM</b>	<b>Patrulha Ambiental da Brigada Militar</b>
<b>PGDR</b>	<b>Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural</b>
<b>PROCAM</b>	<b>Programa em Ciências Ambientais - USP</b>
<b>SEMA</b>	<b>Secretaria Estadual do Meio Ambiente</b>
<b>UFRGS</b>	<b>Universidade Federal do Rio Grande do Sul</b>
<b>USP</b>	<b>Universidade de São Paulo</b>

## RESUMO

Nos últimos 30 anos, a problemática ambiental tem se apresentado, para a espécie humana, como um importante espaço de discussão acerca de novos valores éticos, políticos e existenciais regulatórios da vida individual e coletiva na biosfera terrestre. Em um primeiro momento, este recente despertar global para a temática do meio ambiente parece estar associado à exacerbação dos “problemas” (agora tidos como planetários) a ele vinculado. Contudo, por trás deste aparente jogo de causa-efeito, escondem-se motivações muito mais profundas e que são, de fato, aquelas que levaram a sociedade contemporânea a identificar conscientemente tais “problemas”. Este processo está intimamente relacionado à própria historicidade que envolve a construção social de uma problemática que, apesar de parecer inédita, é antiga e recorrente na história da humanidade. Além disso, as conseqüências desse aparente “despertar” não podem ser medidas somente em relação ao que representam em termos de eventuais avanços nas políticas de preservação ou, da mesma forma, quanto à capacidade de responder adequadamente aos chamados “novos riscos globais”. Exemplo disso é o fato de que, por trás destes macroprocessos ecológicos, estão em curso certas derivações não programadas relacionadas às populações e realidades locais e regionais. Neste sentido, os grupos sociais que vivem no que se costuma chamar de “meio rural” (expressão que, neste trabalho, insere-se dentro do conceito de agro-eco-sistema) não necessariamente irão aderir completamente as políticas ambientais pensadas pelos planejadores dos órgãos públicos, das instituições de pesquisa ou, ainda, das organizações não-governamentais. Em suma, existe aí uma “apropriação criativa” e que não pode ser facilmente medida ou antecipada. Será justamente a reflexão sobre como está se dando este processo de interferência da problemática ambiental nos agro-eco-sistemas o objeto desta dissertação. Para tanto, optou-se, primeiro, por escolher um determinado espaço social e geográfico (o agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné) para realizar as análises empíricas e, segundo, tomar como base analítica os pontos de vista de dois grupos sociais distintos: os agricultores familiares e seus mediadores sociais. Assim, pôde-se constatar que, nestes espaços, a problemática ambiental tem proporcionado, efetivamente, o desencadeamento de novos processos de reestruturação das relações homem-meio ambiente. Contudo, por outro lado, pôde-se, igualmente, perceber que este fenômeno possui um caráter paradoxal. Isto, porque há, neste caso, a imposição de uma série de novas normas legais, padrões produtivos e valores morais antes inexistentes e que agora tem que ser incorporadas pelas populações locais. Ao longo da pesquisa, feita segundo uma perspectiva ao mesmo tempo histórica e espacial, várias contradições que se seguiram à chegada dos novos “valores ecológicos” puderam ser identificadas. Neste sentido, um dos resultados mais interessantes foi perceber que (pelo menos no agro-eco-sistema estudado), tal como foram os processos envolvendo a chamada “modernização conservadora” da agricultura, também a introdução de políticas ambientais se mostrou amplamente desigual (no que diz respeito à diversidade social destes espaços e as oportunidades disponíveis aos agentes), desestruturante (principalmente no que tange aos modos de vida existentes) e pouco “democrática” (havendo uma completa desconsideração dos conhecimentos e experiências dos agricultores em relação ao ambiente onde eles próprios vivem, trabalham, se divertem e, obviamente, retiram aquilo que garante sua reprodução social ao longo do tempo).

## ABSTRACT

In the last 30 years, environmental problems have presented themselves as an important field of discussion to human species, concerning arising moral, political and existential principals that rule individual and social life in our biosphere. This recent global awakening onto the environmental issue seems to be related to the aggravation of the attached “problems”(now supposed to be planetary). However, in the background of this cause-effect-game, there are much more profound motivations: these motivations are, in fact, leading contemporary society to consciously identify “those problems”. This process is closely related to the historicity that comprehends the social construction of such problems, which, in spite of appearing very recent, are an old and recurring topic in history. Besides, the consequences of this apparent “awakening” may not be considered only in relation to what they represent in terms of occasional progress concerning preservation policies. In the same way, neither should they be considered up to the capacity of properly respond on the so-called “new global risks”. One example of this is the fact that, behind these ecological macroprocesses, certain non-programmed, regional and local people-related derivations are in course. In this sense, social groups that live in the so-called “rural areas”(this expression fitting in the agro-eco-system concept) will not necessarily fully engage in environmental policies set up by public or research institutions or non-governmental organizations. In short, there is a ‘creative appropriation’ which can not be easily measured or foretold. This dissertation will analyze just the way in which environmental interference process takes place in the agro-eco-systems. Therefore, there was chosen a certain geographical and social space (the agro-eco-system of Maquine river’s basin) to carry out the empirical analysis and set as an analytical base the point of view of two distinctive social groups: the household farmers and their social interposers. Thus, it has been testified that, in these areas, the environmental problems have effectively provided an unchaining of new processes concerning the rearrangement of the relations between human beings and environment. However, on the other hand, it was also possible to realize that this event holds a paradoxical outline. That is because of the enforcement of a series of new legal rules, efficiency standards, and moral principles which did not exist hitherto and now have to be embodied by the local population. Along the research, carried out on historical and geographical perspective, there were identified several contradictions which had followed the arrival of the new “ecological principles”: one of the most interesting results was to realize that, such as the processes concerning the so-called “conservative modernization” of agriculture, the insertion of environmental policies has presented itself widely disproportional (concerning social diversity in these areas and available opportunities for the agents), disrupted (in regard to the existing ways of life) and not much “democratic” (neglecting completely farmers’ experience and knowledge of their environment, where they live, work, have fun and, evidently, get what provides them social procreation through the times.

## INTRODUÇÃO

Esponaneamente somos levados a crer que o cientista é um indivíduo cujo saber é inteiramente racional e objetivo, isento não somente das perturbações da subjetividade pessoal, mas também das influências sociais. (...) A imagem que dele temos é de um indivíduo ao abrigo das ideologias, dos desvios e das tomadas de posição subjetivas ou valorativas. No entanto, trata-se apenas de uma imagem, (...) o cientista jamais pode dizer-se neutro, a não ser por ingenuidade ou por uma concepção mítica do que seja ciência.

H. Japiassu, 1975, p. 9.

Para abordar o tema aqui proposto, creio ser antes necessário explicitar algumas preocupações (muitas delas originadas desde quando era estudante de Agronomia) que me levaram a empreender tal investigação. Isto porque várias “escolhas” e posicionamentos tomados no decorrer do trabalho têm a ver com minhas experiências anteriores, tanto na “Academia” como fora dela. E, por esta razão, julgo essencial situar o leitor a partir do contexto no qual a pesquisa foi realizada e quais foram as principais motivações e inquietudes que me impulsionaram nestes dois anos e meio de mestrado. Como bem salienta Queiroz (1992, p.14),

Quando o pesquisador é o ‘fabricante’ do documento, é indispensável que efetue primeiramente uma auto-análise em relação ao problema investigado para desvendar os juízos de valor e as limitações que possui e desconhece; verifica sua própria posição diante da questão que deseja investigar, não apenas para um auto-esclarecimento do que lhe vai no íntimo, mas para informar aqueles que se servirão de seu estudo, devendo esta informação constar da introdução do mesmo.

Já durante o período de graduação, chamava-me a atenção as lacunas e contradições deixadas por posturas essencialmente técnico-produtivistas que, ainda hoje, imperam junto à boa parte dos profissionais e pesquisadores das ditas *ciências agrárias*. Em nosso país, além da própria Agronomia, mesmo disciplinas como Economia Rural e Sociologia Rural permanecem ainda muito ligadas a idéias difusionistas e centradas basicamente em uma concepção neopositivista sobre o meio rural, ou seja, *“a perspectiva dos estudos de comunidade e o difusionismo ainda se mantêm presentes no espaço acadêmico, não havendo nada que indique seu desaparecimento”* (Schneider, 1998, p.) Como resultado disso, o “rural”, muitas vezes, fica sendo visto como uma espécie de apêndice do urbano e, portanto, destinado a desaparecer enquanto espaço sociocultural, econômico e político diferenciado.

A meu ver, além da geração de novas práticas e técnicas, a Agronomia, *lato sensu*, e demais áreas e disciplinas que lidam com o “rural“, são atualmente cada vez mais chamadas a incorporar e enfrentar outros desafios que não somente aquele referente à geração de conhecimentos e propagação de “adequadas” tecnologias para a agricultura. Mais do que apenas produtor de alimentos ou gerador de riquezas, a agricultura e o rural são o “habitat” de uma variabilidade de populações humanas, com modos de vida extremamente diversificados e detentores de um rico capital sociocultural e simbólico<sup>1</sup>. Ao mesmo tempo, revelam-se, também, um dos principais espaços concentradores de biodiversidade do planeta, guardando, no seu interior, uma abundância de espécies animais e vegetais, conformando paisagens únicas e servindo de resguardo para as concentrações humanas que vivem nos grandes centros populacionais do mundo.

Estes fatos, aliados à já antiga solidarização junto aos grupos e movimentos sociais do “campo”, bem como a sempre presente sensibilização para com os temas ambientais, são as principais motivações inspiradoras desta pesquisa. Em vista disso, desde já explico minha identificação, particularmente com aqueles agentes sociais hoje chamados genericamente de “agricultores familiares”<sup>2</sup>, mas também com a idéia

---

<sup>1</sup> As noções de capital sociocultural e simbólico serão melhor definidas posteriormente.

<sup>2</sup> Reconheço que a idéia de uma agricultura familiar é ainda bastante recente e imprecisa. No entanto, esta noção representa um indiscutível avanço na tentativa de definir aqueles agentes que, em um

de que é preciso uma urgente modificação nas atuais relações “*entre a pessoa e o planeta*” (Alphandéry et. alli, 1992, p.8). No entanto, será justamente a confrontação e a reflexão sobre estas duas possibilidades de enfoque (a atuação dos profissionais e demais grupos sociais no universo *rural* e a problemática ambiental) que, no decorrer da minha trajetória acadêmica, cada vez mais se mostraram contraditórias.

Um outro aspecto importante tem relação com minhas recentes experiências dentro do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural / Ufrgs<sup>3</sup>. A possibilidade de poder participar, em outro momento, deste grupo extremamente heterogêneo em termos de formação e atividades profissionais, levou à visualização de certos limites (explicativos) de análises essencialmente unidisciplinares. Ainda mais quando se pretende partir para um estudo como o proposto a seguir. Diferentemente de outros temas e questões, tanto a complexidade da problemática ambiental, quanto a diversidade de enfoques possíveis do *rural* (ou, neste caso, dos agro-eco-sistemas)<sup>4</sup>, sugerem uma certa abertura em termos epistemológicos. Não se trata, contudo, de negar ou desqualificar a importância de estudos que apresentam um caráter mais restrito, específico ou aplicado. O que ocorre é que, devido à riqueza de significados e sentidos que estas duas dimensões possuem, fui tentado a incorporar novas e diferentes *leituras* (agronômicas, biológicas, ecológicas, jurídicas, geográficas, sociológicas, antropológicas e históricas) que pudessem dar conta, ainda que não totalmente, da complexidade dos fenômenos estudados, ou seja, que permitissem dar às discussões uma característica menos linear em termos de amplitude e alcance investigativo, proporcionando, com isso, resultados mais próximos da realidade.

---

passado não muito distante, eram identificados como camponeses, pequenos agricultores ou ainda pequenos produtores de mercadorias.

<sup>3</sup> Há cerca de dois anos, o PGDR/Ufrgs, a Organização Não-Governamental Anama e a Prefeitura de Maquiné/RS, firmaram uma parceria com vistas à realização de um diagnóstico agro-socioeconômico e ambiental no município de Maquiné/RS. Contando com a participação de agrônomos, sociólogos, biólogos, engenheiro florestal, arquitetos e economistas, esta associação multidisciplinar possibilitou um rico aprendizado e uma intensa troca de conhecimentos entre as pessoas que integraram a equipe de trabalho que então se formou.

<sup>4</sup> Neste trabalho, devido a suas limitações designativas e explicativas, procurou-se evitar utilizar o termo “rural”, preferindo adotar a noção de agro-eco-sistema, este último um conceito mais preciso, menos genérico e que, posteriormente, será melhor definido.



Em termos práticos, e considerando as limitações de uma dissertação de mestrado, esta opção determinou uma série de escolhas<sup>5</sup>. Uma delas refere-se ao caráter multidisciplinar que se procurou dar à pesquisa. Assim, a equipe de trabalho, além do próprio orientador (um agrônomo com formação de pós-graduação na área da sociologia), foi composta por dois outros co-orientadores/colaboradores (um agrônomo com atuação na área da economia rural e um antropólogo<sup>6</sup>). Claro que, evidentemente, apenas esta “união de forças” não garante, por si só, um caráter mais abrangente à investigação, pois somente a soma de conteúdos não é suficiente para caracterizar um enfoque multidisciplinar. Entretanto, acredito que o comprometimento, meu e dos demais pesquisadores, com a busca de uma possível integração não fragmentária entre áreas distintas do conhecimento, permitiu, efetivamente, ampliar a base de análise sobre a diversidade dos elementos estudados.

Somando-se a isto, outra opção feita reporta ao caráter polissêmico e não circunscrito a uma área do conhecimento do objeto de pesquisa. Os inúmeros obstáculos impostos às tentativas de organização de *teorias* que dêem conta de explicar, descrever e interpretar as causas, formas, modalidades e relações dos fenômenos envolvendo o meio ambiente, vêm do fato deste tema poder assumir incontáveis vertentes e formas, as quais apresentam significados e significações bastante diversas. Daí, portanto, devido a esta natureza quase “surrealista” do objeto investigado, a origem das dificuldades de organizar e aplicar procedimentos, métodos e instrumentos específicos de análise para esta questão<sup>7</sup>. Em consequência disso, optou-se por adotar, ao invés de uma teoria científica específica ou o uso de fundamentos teóricos herméticos e já consolidados (caminho, na maioria das vezes, mais seguro em termos acadêmicos), um amálgama de conceitos e instrumentos metodológicos extraídos de correntes e autores por vezes distantes.

---

<sup>5</sup> Geralmente, a forma como estão estruturados os cursos de mestrado dificulta a realização de investigações que incluam, além do próprio pesquisador e do seu orientador, outros possíveis colaboradores. Soma-se a isso o pouco tempo disponível, pois, para executar um trabalho com uma proposta multidisciplinar, os 24 meses previstos são, na maioria dos casos, insuficientes.

<sup>6</sup> Apesar de ambos os co-orientadores terem acompanhado a pesquisa durante todo seu período de duração, cabe dizer que, qualitativamente, o primeiro teve uma participação mais efetiva na parte inicial do trabalho e o segundo uma atuação importante do meio para o final da dissertação.

<sup>7</sup> Sobre isto ver Alphanéry et. alli (1992); Ferry (1994); Diegues (1996); Gonçalves (1989) e Jollivet (1994).

A validade desta opção teórica relaciona-se, sobretudo, com o que nos dizem Jollivet e Almeida sobre a “questão do meio ambiente”. Para ambos, estamos diante de uma “ideologia”, isto é, “*um campo estruturado de representações coletivas fundado num sistema de valores sociais*” (Jollivet, 1994, p.183). O que ocorre é que esta característica irá tornar qualquer análise sobre este tema uma tarefa complicada e, por vezes, incômoda. “*Ainda mais porque esta é uma questão recente [sobretudo no Brasil], em estado instável, não solidificado, portanto, aberto e permeável*” (Almeida, 1998, p.2).

Além disso, juntamente com os aspectos ligados mais propriamente à identificação, medição, explicação e compreensão das alterações físicas, químicas e biológicas que estão ocorrendo no meio ambiente, agregam-se outras dimensões essencialmente político-filosóficas. Assim, tem-se, de um lado, as chamadas *ciências naturais*, encarregadas de explicar, compreender, prever e modificar tais processos e, por outro, as *ciências humanas*, que se perguntam “o porquê” da existência destes fenômenos, quais as forças sociais envolvidas e que conseqüências (sociais, culturais, éticas, etc.) poderão acarretar. Portanto, a problemática ambiental nos coloca frente a uma espécie de limiar epistêmico, pois põe em evidência a própria fronteira construída pelo projeto moderno entre homem e mundo natural, entre cultura e meio ambiente, entre sociedade e natureza.

Por esta razão, eventualmente, poderá parecer ao leitor que os autores, conceitos e ferramentas metodológicas aqui utilizados se encontram deveras distantes uns dos outros. Exemplo disso é a utilização de argumentos teóricos articulados através do uso de conteúdos e expressões vindas das *ciências agrárias* (como o conceito de agro-eco-sistema) em conjunto com outras pertencentes às *ciências sociais* (como a noção de *campo ambiental*). No entanto, esta característica advém, mais do que de uma premeditada opção enquanto pesquisador, principalmente, do confronto entre o fenômeno em questão e as possibilidades metodológicas às quais pude ter acesso. Longe de ser apenas uma tendência para o ecletismo, esta escolha origina-se da profunda complexidade do objeto pesquisado.

Deste modo, apesar de reconhecer a existência de algumas dificuldades analíticas, acredito que os recursos teórico-metodológicos utilizados mostraram-se interessantes, pois permitiram vencer algumas demarcações disciplinares que

engessam, por vezes, o potencial heurístico-especulativo que a problemática ambiental apresenta. Como resultado disso, os modelos explicativos utilizados serão complexos e, às vezes, desordenados, refletindo uma visão subjetiva que, por conseguinte, é preferível a uma clara e simples conceitualização que violaria a realidade social que se tenta aqui descrever.

Quanto à parte empírica do trabalho, não foi por acaso a escolha do agro-ecossistema da bacia do Rio Maquiné como local de pesquisa. As observações anteriores realizadas na região me colocaram frente a problemas ainda pouco conhecidos, mas com forte peso na dinâmica das relações socioambientais que lá se processam. E foi graças à realização de um amplo diagnóstico multidisciplinar dos sistemas de produção postos em prática pelos agricultores, que pude perceber como eram recentes e intensas as modificações trazidas pela problemática ambiental. Contudo, apesar da utilização de uma metodologia baseada no enfoque sistêmico (a qual permite realizar análises relativamente amplas e abrangentes), aquele estudo não propunha, naquele momento (apesar de já apontar evidências), abordar tais desdobramentos. Mesmo assim, foi possível perceber parte da dramaticidade que processos como a transformação nos modos de vida dos agentes sociais (principalmente agricultores), a preocupação com a reprodução e distribuição de espécies animais e vegetais e a reorganização do espaço local, adquiriram devido à implantação de novos valores ambientais. Mais do que isso, tal experiência acabou mostrando também como os conflitos desencadeados por estas questões agregam fortes similitudes com muitos fenômenos que têm ocorrido em outros locais do país, sobretudo na região da Mata Atlântica.

Soma-se, ainda, a este quadro o fato das novas imposições ambientais, instaladas a jusante do agro-ecossistema, serem potencializadas pelas especificidades ecológicas, socioculturais, políticas, agrícolas e agrárias muito particulares da região da bacia do Rio Maquiné. Situado dentro da Reserva Biológica da Biosfera da Mata Atlântica, (e reconhecida pela UNESCO desde 1992), este agro-ecossistema faz limite com outras unidades de conservação, como a Reserva Estadual da Serra Geral e a Área de Proteção Ambiental da Rota do Sol. Ao mesmo tempo, como poderá ser visto mais adiante, possui propriedades fisionômico-ecológicas (tipos de vegetação,

espécies de animais, etc.), topográficas, geológicas, pedológicas e climáticas extremamente diversificadas.

Todavia, são as características mais propriamente vinculadas às relações que se instalam entre as suas populações humanas e o meio físico-biológico que os envolve, o principal combustível das lutas geradas em torno da problemática ambiental. Por exemplo: os interessantes sistemas agrários que se desenvolveram na região (baseados nos manejos praticados pelos indígenas, luso-açorianos, colonos imigrantes e depois pelos “agricultores modernos”); o tipo de estrutura fundiária e de organização das unidades produtivas centrada na agricultura familiar<sup>8</sup>; os diversos grupos de agricultores e as complexas redes de relações (de parentesco, em especial) que se criaram entre eles; a manutenção muito presente de vínculos socioculturais ligados a um ainda recente passado em que predominava uma agricultura do tipo “colonial”; a permanência de populações remanescentes de africanos e de grupos indígenas; a existência de uma variedade de formas de agricultura que se situam dentro de um amplo espectro em que coexistem práticas “ecológicas”, “tradicionalistas” ou “produtivistas”, além do fato de estar aumentando a participação de atividades extrativistas como as baseadas na coleta da samambaia preta; as inadequações, para alguns, do modelo de produção “modernizante” contrapondo-se, para outros, a um relativo sucesso deste padrão; a proximidade e o intenso comércio com pólos consumidores como os de Porto Alegre e Caxias do Sul e a atuação agressiva de atravessadores. Todas estas peculiaridades conferem à problemática ambiental um importante papel de transformação naquela realidade.

Ao mesmo tempo, são exatamente estas características que dão um caráter interessante à região, quando se pensa na temática do meio ambiente como eixo central de análise. Isto, porque, de certa forma, elas acabaram, nos últimos dez anos, chamando a atenção do poder público, de organizações civis e de pessoas em geral, interessadas em promover a preservação de parte da riqueza “natural” dos ecossistemas e da paisagem que compõem o agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné. Com isso, uma série de novos agentes sociais (fiscais, ONG’s, novos “moradores rurais”, turistas, pesquisadores, educadores ambientais e outros

---

<sup>8</sup> Sobre estes dois temas, ver dois estudos realizados por Gerhardt et alli (2000) e Gerhardt et alli (2001).

profissionais da área) surgiram na região, todos com visões distintas (pelo menos inicialmente) daquelas dos habitantes locais sobre a preservação do meio ambiente.

Entretanto, o que ocorre, ao refletir-se sobre o modo como se deu (e ainda se dá) este processo, é que a chegada de novas idéias e valores sobre o que representa (ou o que deveria representar) natureza e meio ambiente, não aconteceu sem que situações de conflito e agitação se instalassem. Como consequência, inserindo-se transversalmente nas relações sociais, culturais, políticas e econômicas, o meio ambiente cai na “boca do povo”, adquire e produz novos sentidos, gera novas demandas e debates. Daí, portanto, derivada desta extrema heterogeneidade e complexidade, em que os agentes sociais são cotidianamente chamados a se posicionar sobre as “novidades” que a problemática ambiental lhes apresenta, o motivo e a premência da escolha do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné como o foco empírico privilegiado pela pesquisa.

Para finalizar, deve ser dito que se está consciente de que, na prática, não se pôde fugir totalmente da separação, da redução do problema e do recorte premeditado e arbitrário. Apesar disso, o que importa, mais do que o resultado metodológico absoluto, é apostar em uma postura que busque integrar e não compartimentalizar. Portanto, o que se buscou como norte, durante os trabalhos de investigação, foi este “estado de espírito” teórico-analítico. Longe de pretender vencer a fragmentação do conhecimento, desarranjo muito particular à ciência e aos cientistas de ontem e de hoje, a proposta foi a de mergulhar neste mundo desconhecido de Hades, mesmo sabendo que, na volta, Caronte possa não estar mais lá para levar ao universo tranqüilo das certezas.

\* \* \*

Quanto a forma como se encontra estruturado o trabalho, este foi organizado a partir de três partes principais. Na primeira parte, faz-se uma primeira abordagem do objeto de pesquisa de modo a inserir, desde o princípio, o leitor nas discussões mais gerais a respeito da temática do meio ambiente frente à dinâmica sociocultural dos principais agentes sociais nos agro-eco-sistemas, ou seja, agricultores e

---

mediadores sociais. Conjuntamente a esta problematização, procurou-se igualmente apresentar o tipo de enfoque adotado, de modo a explicitar quais as bases interpretativas de onde partiu o estudo e que instrumentos metodológicos foram utilizados. Como será visto, parte-se do princípio de que as disputas no *campo ambiental* em torno da definição de que práticas e percepções sobre meio ambiente devem ser legitimamente aceitas como as mais “corretas”, têm estabelecido um processo conflituoso nos agro-eco-sistemas. No centro destas lutas, estará envolvida a própria determinação dos sentidos locais que serão dados às políticas ambientais anteriormente geradas.

Logo a seguir, faz-se um mergulho reflexivo mais especificamente sobre a problemática ambiental. Para isto, buscou-se uma alternativa tanto a um tipo de leitura que preconiza encontrar as verdadeiras determinações objetivas sobre a “questão do meio ambiente”, como também de um ponto de vista que privilegia, em demasia, o caráter impessoal do objeto “construído”, omitindo até mesmo o próprio indivíduo autor da análise, ou seja, entende-se que, mesmo preservando a idéia de meio ambiente como algo *inventado* pela própria sociedade, esta *invenção* não permanece na estratosfera, no limbo das forças sociais, mas se objetiva também nas coisas e nos homens, nos “humanos” e nos “não-humanos”. Com isto, acredita-se, foi possível dar, ao mesmo tempo, um panorama mais geral sobre a problemática ambiental por meio da sua inserção dentro de um espaço de lutas (o *campo ambiental*) ainda em processo de estruturação, como também estabelecer alguns dos seus elos de ligação com o que, concretamente, ocorre na realidade propriamente dita.

Como decorrência desta discussão, o terceiro capítulo tem por pretensão justamente estabelecer alguns dos nexos que vinculam o *campo ambiental*, seus principais agentes e interesses envolvidos com as particularidades e especificidades dos agro-eco-sistemas. Trata-se de verificar qualitativamente em que suas determinações mais têm influenciado e quais as principais transformações (socioculturais, políticas, econômicas, ecológicas, etc.) desencadeadas. Dito de outra forma, busca-se entender como as novas demandas ambientais (objetivadas, por exemplo, na forma de leis, no surgimento de novos agentes sociais e na atuação da mídia em geral) estão agindo localmente, quais as possíveis conseqüências para os

agentes sociais que lá vivem (agricultores familiares e mediadores sociais) e de que forma estes agentes respondem a esta interferência e vice-versa.

Na segunda parte do trabalho, os três capítulos seguintes, baseados em uma subdivisão temporal-espacial, referem-se diretamente ao agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné. A quarta parte visa resgatar, através de uma problematização dos principais componentes físicos, ecológicos, agronômicos, socioeconômicos e políticos que integram aquela realidade, base da análise empírica da pesquisa, alguns elementos desencadeadores de conflitualidade em relação à problemática ambiental local. Já os itens cinco e seis objetivam infiltrar-se definitivamente nos interstícios deste agro-eco-sistema em particular, de modo a entender, mais claramente, parte da complexidade que o *campo ambiental* lá tem assumido. Para tanto, optou-se por contextualizar a problemática ambiental através de uma reconstrução histórica das formas de apropriação do meio natural os quais marcaram a passagem das populações e grupos humanos que habitaram a região no decorrer do tempo<sup>9</sup>.

Na terceira e última parte da pesquisa, tentou-se, com base em uma reflexão qualitativa a partir dos dados obtidos com as análises anteriores e coletados através das entrevistas junto a alguns dos principais agentes sociais envolvidos no debate a respeito das políticas ambientais naquele agro-eco-sistema, trazer à tona alguns dos dispositivos que integram os conflitos gerados em torno da problemática ambiental. Para isto, tomou-se como ponto de partida a perspectiva que os agentes que lá atuam possuem, especialmente os agricultores, sobre as questões envolvendo o meio ambiente, de modo a trazer para as esferas mais amplas de discussão as idéias e opiniões daqueles com menores condições de exteriorizar seus posicionamentos.

Finalmente, apresenta-se o que se poderia chamar normalmente de conclusões. Este item visou, através do resgate dos resultados obtidos empiricamente e das evidências apontadas pela pesquisa, construir um desenho geral sobre alguns elementos que pudessem permitir possíveis generalizações e indicar futuras inter-relações sobre o grande tema da problemática ambiental e as populações humanas nos agro-eco-sistemas. Além disso, ao desvelar parte do *locus* onde se concentram os

---

<sup>9</sup> Salienta-se que as reflexões nestas duas partes foram realizadas já procurando contrapor os dados coletados a partir de fontes secundárias, com as informações obtidas *in situ*, ou melhor, através das entrevistas e demais experiências vivenciadas pelo pesquisador durante a fase de campo da investigação.

debates em torno da “questão do meio ambiente”, tentou-se também estabelecer alguns dos vínculos existentes por trás desta problemática que, em um certo sentido, organizam e delimitam as discussões ensejadas pelos agentes participantes (e autorizados) do *campo ambiental*.



## PARTE 1

### 1 EVIDENCIANDO O PROBLEMA DE PESQUISA

#### *1.1 Uma problemática instigante*

O perigo é que cada um, incluindo os povos da periferia, fiquem presos numa forma de vida e pensamento inadequados à solução dos problemas colocados por um modo de vida intrinsecamente contraditório. Isto é particularmente perigoso quando as propostas técnicas usadas para ‘resolver’ os problemas se tornam capazes de uma destruição generalizada.

R. Peet, 1986<sup>10</sup>

Refletindo sobre o complexo contexto das relações que envolvem meio ambiente, agricultores e mediadores sociais nos agro-eco-sistemas<sup>11</sup>, uma problemática interessante pode ser apresentada: se a “questão do meio ambiente” tem adquirido uma contemporaneidade sem precedentes; se esta atualidade determina um processo de desestabilização nos agro-eco-sistemas; se esta interferência é, de certa forma, difusa e paradoxal, pois atua nestes espaços transversalmente sobre as relações sociais, econômicas, políticas e ecológicas; se os agentes e grupos sociais que lá residem possuem trajetórias de vida e formas de perceber e agir sobre a realidade e o meio ambiente substancialmente distintas; e, se esta diversidade social

---

<sup>10</sup> *apud* Diegues, 1996.

<sup>11</sup> A noção de agro-eco-sistema é um dos instrumentos utilizados pela pesquisa, sendo que a justificativa para grafar este termo desta forma encontra-se explicitada mais adiante, no cap. 3. No entanto, adianta-se que este conceito não tem a pretensão de referir-se a uma região ou local precisamente definido (como adotado, por exemplo, por Gliessman, 2000) indicando mais um espaço aberto e dinâmico por onde perpassam contínuos fluxos de entrada e saída; estes fluxos, além de físicos, químicos e biológicos, são compostos ao mesmo tempo também por aspectos relacionados à cultura, estruturas sociais, simbolismos, poder político, etc.

acaba por determinar certos conflitos entre estes agentes, uma série de interrogações pertinentes podem ser levantadas, tais como: que sentido estão ganhando as demandas ambientais apresentadas pelo *campo ambiental* nos agro-eco-sistemas? O que está sendo colocado verdadeiramente em jogo pelos agentes sociais que lá vivem e quais as oposições que movem estas disputas? Como são distribuídas as “cartas”, ou seja, que idéias, que valores e que discursos estão sendo apresentados pelos diversos “jogadores” participantes, visando a legitimar suas concepções sobre meio ambiente? De que modo as especificidades destes espaços, em termos ecológicos e sociológicos, interferem na produção destas diferentes concepções? Enfim, como cada indivíduo percebe os “outros”, situa-se dentro deste ambiente de lutas, estabelece alianças e se opõe perante os demais agentes sociais?

Será justamente das insatisfações e dúvidas surgidas a partir da reflexão sobre esta temática geral que emerge o objeto de investigação deste trabalho, qual seja: o *campo ambiental* como gerador de conflitos entre agricultores (familiares) e mediadores sociais<sup>12</sup>, em que o que está em jogo é a legitimação e implementação de certos discursos e modos de pensamento sobre o que representa o meio ambiente. Como se pode notar, portanto, a delimitação do problema de pesquisa está baseada na análise das relações que estes dois grupos sociais são chamados a estabelecer a partir da instalação de uma problemática (ambiental) que lhes é anterior. No entanto, mesmo que as determinações do *campo ambiental* venham em boa parte das “grandes forças sociais” que regem a sociedade (mídia, políticas governamentais, leis, legislações e comportamentos diversos), é efetivamente nos agro-eco-sistemas que as disputas e conflitos adquirem uma conotação mais acirrada e comprometida. Isso quer dizer que, deve-se reconhecer, os novos padrões de conduta são predominantemente ditados arbitrariamente “do exterior”, mas, apesar disso, a forma como são interpretados, apropriados, aplicados, reelaborados ou mesmo recusados é de exclusividade dos agentes e grupos sociais que vivem e os vivenciam localmente.

Neste sentido, a pesquisa parte da premissa básica de que as distintas categorias sociais existentes nos agro-eco-sistemas - neste caso, mediadores sociais e

---

<sup>12</sup> A escolha destes agentes, como será visto a seguir, deve-se à qualidade e à densidade de injunções que lhes são cotidianamente apresentadas pela temática do meio ambiente. Os agricultores, porque são eles que sofrem diretamente as suas conseqüências práticas; os mediadores, porque é através deles que o debate pode ser colocado objetivamente nos fóruns públicos de debate.

agricultores familiares - fazem, cada um a seu modo, a sua leitura sobre a problemática ambiental. Ao mesmo tempo, estes agentes se posicionam conforme as relações de poder e de dominação a que estão sujeitos dentro do próprio campo e, mais especificamente, nos agro-eco-sistemas. Deste modo, *“as ações não são mais entendidas como resposta a uma mudança ou a uma transformação histórica, nem como disfuncionamento sistêmico ou estrutural, mas como uma leitura que os atores fazem da realidade”* (Almeida, 1998. p.35). Em consequência disso, estas variadas interpretações irão gerar processos de resistência, de reelaboração e de incorporação, exteriorizados através das contraditórias falas-ações por eles elaboradas sobre o meio ambiente. Como lembra Merleau-Ponty (apud Chauí, 1999, p.149): *“A palavra, longe de ser um simples signo dos objetos e das significações, habita as coisas e veicula significações. Naquele que fala, a palavra não traduz um pensamento já feito, mas o realiza. E aquele que escuta recebe, pela palavra, o próprio pensamento.”* Assim pensando, percebe-se que os diferentes discursos estarão sendo colocados em pauta de acordo com as trajetórias sociais dos agentes e em conformidade com a capacidade de cada um incorporar e influenciar as disputas deflagradas pelas discussões provenientes do *campo ambiental* (do qual, é claro, também fazem parte). Todavia, o tom e a direção das mudanças sociais, econômicas, políticas e ecológicas será dado a partir das esferas de lutas ocorridas nos próprios agro-eco-sistemas e onde cada parte envolvida tentará buscar legitimar, perante as demais, os seus pontos de vista sobre o meio ambiente.

Neste ponto, duas ressalvas precisam aqui ser feitas. Em primeiro lugar, deve-se atentar para o fato desta perspectiva não significar, de maneira alguma, qualquer tipo de aproximação com certas tradições interpretativas norte-americanas como, por exemplo, a adotada pela teoria da *mobilização de recursos*. Neste sentido, não se quer dizer aqui que *“todos os atores agem racionalmente, segundo cálculos de custos benefícios (...) [e onde] a ênfase toda é colocada numa visão exclusivamente economicista, baseada na lógica racional da interação entre indivíduos que buscam atingir metas e objetivos”* (Gohn, 1997, p.51). Longe disso, o que se pretende é dar ênfase à confrontação de racionalidades, ou seja, a uma *“disputa cujo objetivo disputado é a imposição de uma racionalidade que seja, pelo menos aparentemente,*

*a mais adequada e a mais justa*” (Almeida, 1998, p.40), segundo a concepção de cada agente envolvido.

Em segundo lugar, apesar de se optar pela utilização do conceito de *campo social* desenvolvido por Bourdieu (1989), procurou-se não centrar as análises apenas nas *estratégias* de ação dos agentes. Neste sentido, não obstante ter se colocado certa ênfase na idéia de que os agentes atuam tentando impor, através de seus *discursos*, um modo de interpretar a problemática ambiental sobre os demais, tentou-se evitar perceber estes agentes como estritamente motivados por uma espécie de “egoísmo intrínseco”. Ao contrário disso, pretende-se entender que estes indivíduos, consciente ou inconscientemente, além de apresentarem seus argumentos visando ao benefício próprio, podem, ao mesmo tempo, estabelecer um diálogo que pretende contemplar “outros interesses” (como, por exemplo, exprimem certos mecanismos envolvendo relações de parentesco, de ajuda mútua entre agricultores vizinhos ou ainda outros tipos de alianças diádicas e voluntárias<sup>13</sup>). Isso significa que abre-se a possibilidade de que os agentes e grupos sociais possam estar, simultaneamente, buscando um entendimento e um consenso, não somente individualista, mas também coletivo, em torno do que está sendo disputado.

Seguindo esta perspectiva, o *campo ambiental* tende a funcionar como um espaço amplo, dinâmico e heterogêneo onde se concentram o jogo de disputas sobre que discursos e ações devem ser instituídos como sendo os mais “apropriados” e “verdadeiros”. É através desse processo conflitual, que idéias, conceitos e práticas podem naturalizar-se e, posteriormente, ser chamadas de *ambientalmente corretas*. É, em suma, na própria gênese dos limites do campo que seus fundamentos norteadores irão se originar ou, em outras palavras, que as arbitrariedades ecológicas, as políticas ambientais, serão consensualmente aceitas pela sociedade como as “mais certas”.

Mas, e nos agro-eco-sistemas, como este processo se materializa? Ao contrário do que muitos podem imaginar, assuntos sobre meio ambiente são também amplamente discutidos nos agro-eco-sistemas, sendo que os agentes lá presentes estão, a todo momento, posicionando-se sobre cada uma das questões apresentadas pelo *campo ambiental*. Neste sentido, é interessante observar que, nestes espaços de

discussão, percebe-se a recorrência de temas muito conhecidos dos ambientalistas e ecologistas em geral, tais como: o problema das queimadas; dos desmatamentos; da caça, pesca e extrativismo predatórios; do assoreamento e contaminação de rios; do uso indiscriminado de agrotóxicos; da produção e destinação do lixo, etc. Além disso, mesmo que direcionados pelas demandas apresentadas através do campo, estes microespaços têm a prerrogativa de executarem (ou não) certas tarefas de preservação e uso do meio natural. Em suma, é sobretudo nos agro-eco-sistemas que os “problemas ambientais” serão enfrentados, sendo que o sentido dado à resolução destes problemas muito dependerá das condições particulares a que estão expostos os indivíduos que deles fazem parte<sup>14</sup>.

O resultado disso é que muitas das transformações sociais, culturais, econômicas, políticas e ecológicas permanecem ainda fortemente vinculadas às iniciativas destes agentes. Muitas vezes, apesar de haver uma forte pressão do *campo ambiental* sobre estes espaços no sentido de implementar um tipo de política ambiental (por exemplo, para que se proibam manejos que utilizem o sistema da queimada), isso não quer dizer que suas determinações serão cumpridas *ipsis literis* como foram anteriormente pensadas e elaboradas. Além dos condicionantes externos, que são decisivos, sem dúvida, este processo irá também depender das forças que estarão atuando localmente, das posições ocupadas pelos diversos agentes presentes, das relações de poder e dominação que se interpõem entre eles, das trajetórias sociais de cada um e das idéias e valores colocados em jogo ao longo deste processo.

Portanto, considerando tudo o que foi exposto até aqui, optou-se durante a pesquisa por tentar reconstruir como se deu o processo de instalação da problemática ambiental em um certo agro-eco-sistema já previamente escolhido. Para tanto, procurou-se tomar como ponto de partida as perspectivas daqueles agentes que se

---

<sup>13</sup> Sobre isto, ver Landé (1959) e Wolf (197?).

<sup>14</sup> Aqui cabe diferenciar “problema” de “problemática” ambiental. O primeiro refere-se mais aos resultados não tão positivos proporcionados pelo próprio desenvolvimento da sociedade contemporânea e onde estão incluídos, além dos temas recém-citados, o “efeito estufa”, a diminuição da camada de ozônio, a ameaça de catástrofe nuclear, a perda de biodiversidade, os derramamentos de petróleo, as contaminações em geral por produtos tóxicos, etc. O segundo aponta, como será visto no próximo capítulo, para a própria discussão sobre estes problemas específicos, seus condicionantes, sua institucionalização, seu contexto histórico e onde se encontra também toda uma crítica ao modelo urbano-industrial capitalista implementado nos últimos dois séculos.

encontram hoje totalmente fragilizados e marginalizados dentro das discussões que envolvem o *campo ambiental* como um todo, ou seja, os agricultores familiares. Mais do que isto, a idéia foi perceber o ponto de vista especialmente daqueles agricultores que estão colocados em piores condições econômicas, sociais, culturais, políticas ou ecológicas <sup>15</sup> e que, devido aos interesses e forças interessadas neste debate, são vistos na maioria das vezes “*como um estranho chegando retardatário ao debate político*” (Martins, 1981, p.25).

Não se trata aqui, todavia, de tomar seus discursos como sendo “verdades absolutas”, mas de sim trazer a tona para os grandes centros de discussão sobre a problemática ambiental o que estes agentes totalmente dominados dentro do campo de disputas tem a dizer. Ou seja, em nenhum momento se pretendeu por em dúvida a máxima de que é preciso “*preservar o meio ambiente para as gerações futuras*” ou mesmo de que não deveriam existir leis que garantissem a conservação dos recursos naturais. Muito pelo contrário, o que este trabalho vêm mostrar, é o fato de que a “questão do meio ambiente” não se resume apenas no cumprimento ou não deste vaticínio ecologista ou na aceitação simples e definitiva de tais leis e legislações. Em suma, parte-se do princípio de que é urgente perceber que existem aqueles que, por se encontrarem amplamente marginalizados dentro do processo de construção do *campo ambiental*, não podem (ou podem muito pouco) exteriorizar suas idéias, suas necessidades e seus pensamentos sobre as “questões do meio ambiente”. Enfim, através da análise de alguns dos processos históricos que marcaram a trajetória destes agentes no decorrer do tempo e dos discursos por eles proferidos durante as entrevistas, foi dada voz aos argumentos por eles usados quando se referem a tal problemática. Com isto, foi possível resgatar algumas das inúmeras dificuldades e arbitrariedades de que os agricultores são vítimas quando do processo de institucionalização, nos agro-eco-sistemas, das questões envolvendo a preservação do meio ambiente.

---

<sup>15</sup> Mais adiante voltar-se-á a tratar dos conceitos e idéias que hoje tentam dar consistência analítica a esta categoria social.

## 1.2 Sobre a perspectiva interpretativa

Aqueles que cuidam dos detalhes muitas vezes parecem espíritos tacanhos, entretanto esta parte é essencial, porque ela é o fundamento, e é impossível levantar qualquer edifício ou estabelecer qualquer método sem ter princípios. Não basta ter o gosto pela arquitetura. É preciso conhecer a arte de talhar pedras.

Marechal de Saxe<sup>16</sup>.

As reflexões e resultados desta investigação baseiam-se, sobretudo, na confrontação entre as discussões de nível mais geral sobre a problemática ambiental e as evidências empíricas subtraídas a partir das experiências realizadas junto ao agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné. Considera-se, portanto, que o debate público em torno do meio ambiente “*não é apenas resultado de uma universalidade conceitualmente deduzida, mas depende, igualmente, de disputas localizadas que, em condições ideais, envolvendo uma participação socialmente difusa, apontam para uma universalidade socialmente construída*” (Fuks, 1998, p.92). Baseado sobretudo neste caráter transversal da problemática ambiental, envolvendo, ao mesmo tempo, aspectos universais e particulares, foi que se procurou inserir intersticialmente nas análises, segundo os pressupostos utilizados, toda uma problematização de como as influências decorrentes das disputas do *campo ambiental* são recebidas (e devolvidas) por um microespaço social como o escolhido pela pesquisa.

Como será comentado mais adiante, esta opção é reflexo de uma tentativa de ultrapassarem-se abordagens que vêem a realidade sendo determinada apenas através de uma simples soma de macroprocessos sociais anteriormente já anunciados. Mas é, do mesmo modo, também fruto da tentativa de seguir uma trilha alternativa às investigações baseadas em microanálises, que privilegiam apenas os indivíduos sob foco de análise ou que colocam ênfase demasiada na ação e interação destas agentes<sup>17</sup>. Isto porque entende-se que não basta apenas realizar um extenso

---

<sup>16</sup> *Apud* Foucault, 1989, p.128.

<sup>17</sup> Como perspectivas essencialmente *interacionistas* adotadas, por exemplo, por Goffman (1985), ou ainda estudos de caso sobre as *comunidades*, os quais, além de conferirem um caráter extremamente

levantamento etnográfico ou, ao contrário, empreender um amplo estudo dos condicionantes macroestruturais (econômicos, políticos, socioculturais, etc.) de uma certa realidade. É preciso, mais do que isto, inserir-se no interior do espaço conflitual, de modo a estabelecer uma espécie de ligação, um cordão umbilical entre, no caso analisado, o “mundo dos agricultores”, o “mundo dos mediadores sociais” e o “mundo exterior”. Contudo, isto só é possível mediante a consideração tanto das relações objetivas quanto subjetivas das forças (endógenas ou exógenas) implicadas no fenômeno enfocado, pois ambas são elementos imanentes e determinantes da realidade analisada. Não obstante se saber que a separação entre estes “mundos” refere-se apenas a um recorte analítico operacional (na prática, intransponível), é de vital importância proceder no sentido da busca de tais interconexões e interfaces entre estas três dimensões. Só assim se têm a possibilidade de empreender uma problematização que incorpore os vínculos indissociáveis que se formam quando do contato (e do choque) entre diferentes racionalidades, diferentes modos de vida, enfim, de diferentes percepções da realidade.

Em conseqüência disso, para empreender tal estudo, faz-se uso de uma abordagem metodológica que procura *“perceber o fluxo e a heterogeneidade das diversas condições individuais”* (Cemin, 1992, p.29), ao mesmo tempo que se permanece alerta para as imposições estruturais e históricas em que estão envolvidos estes agentes sociais, ou seja, um enfoque que pensa o cientista como parte (pretendente a estar consciente) do processo de lutas sociais e em que seu papel deve vir revestido por um compromisso com a explicitação das diferentes racionalidades que tentam se impor, das relações de poder e de dominação entre grupos sociais. Em vez de tentar definir qual visão é a mais correta, a idéia é perceber o que está por trás da própria interpretação científica, o que só pode ser alcançado desvencilhando-se da autoridade de que o pesquisador (pré)dispõe. Em outras palavras, é, sustentando uma posição dentro das disputas políticas dos diferentes agentes (em um exercício constante para a manutenção de algum tipo de “controle”), abdicar do papel de censor, tentando englobar visões de cunho mais universais com a percepção do local e do particular (Bourdieu, 1989). Conseqüentemente, isto implica *“a interrogação*

---

compartimentado aos agentes envolvidos, não consideram (ou consideram pouco) aspectos como o ambiente ideológico e político no qual estes agentes estão imersos.



*permanente sobre as condições e limites do emprego das noções e conceitos, da validade de seu uso, e da utilização dos métodos e técnicas de investigação em função de cada objeto de pesquisa”* (Santos, 1991, p.56).

Além disso, as exigências ambientais, as ações e a racionalidade dos agricultores e mediadores não permanecem estáticas, mas conformam um complexo sistema de relações dinâmicas, do qual o investigador também irá fazer parte (mesmo que em um curto espaço de tempo). Por esta razão, é interessante que este último também se coloque sob suspeita, em uma espécie de constrangimento-estranhamento permanente sobre sua participação temporária na vida dos grupos sociais, de forma que isto possa colaborar no sentido de romper parte da atitude dogmática de um mundo já dado, já feito, já pensado e que a ele é imposto. Isto. porque

pensar o trabalho sociológico, deste modo, implica assumir o questionamento da prática do sociólogo, e no que se refere à investigação, implica a interrogação permanente sobre as condições e limites do emprego das noções e conceitos, da validade de seu uso, e da utilização dos métodos e técnicas de investigação em função de cada objeto de pesquisa (Santos, 1991, p.56).

A grande vantagem desta espécie de compromisso do pesquisador que atua como um *“mediador interpretativo no diálogo desses grupos consigo mesmo”*, é permitir eventuais correções de rota, de modo a alterar, se necessário, interpretações incoerentes com a realidade estudada (Martins, 1997a, p.13). Na mesma direção, pensando nas suas qualidades provisórias e não efetivas em termos de ações e racionalidades, termina também por colocar em jogo componentes como as temporalidades históricas dos agentes sociais, a dinâmica ecológica dos agro-ecossistemas e, obviamente, as próprias concepções ontológicas do pesquisador.

Exemplo disso foi o que ocorreu, em um dado momento da pesquisa, quando se pretendia pré-construir certas categorias de agricultores. Baseando-se em experiências anteriores desenvolvidas no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, toda uma tipificação e separação autoritária dos agricultores foi feita. No entanto, ao longo do processo de afinamento dos instrumentos de análise, das visitas a campo, das entrevistas e das conversas com os orientadores, esta classificação teve que ser

abandonada devido à não-correspondência dos fatos observados *in situ*<sup>18</sup>. O mesmo aconteceu no caso da tentativa de adotar certos conceitos (como os de *sistema agrário*, *arenas públicas* e *representação social*) os quais, apesar de ainda permanecerem de maneira implícita no texto através de certas idéias anteriormente construídas, ao serem contrapostos com o empírico, mostraram-se pouco eficientes no que se refere à sua capacidade de explicar os fenômenos abordados.

Muito deste processo, que subentende certas idas e vindas entre o aporte teórico e o fenômeno em questão, deriva do fato de que, especialmente nas ciências sociais, o método analítico ou interpretativo não deve (ou pelo menos não deveria) ser dado como acabado *a priori*, mas sim constituir-se a partir dos desdobramentos e correspondências com o objeto enfocado. Em síntese, isto representa que o

pesquisador responsável deve mover-se no interior do conflito e da conflitividade, realizar sua pesquisa como se estivesse num campo de batalha, também por dentro e não só por fora (...); [isto porque uma] pretensa neutralidade bloqueia o acesso aos dados mais importantes, ciosamente guardados por aqueles que constituem os protagonistas das ocorrências e acontecimentos (Martins, 1997a, p.16-19).

Visando adotar esta pretensão interpretativa, optou-se por uma postura baseada na noção de *observação participante*. Quer dizer, do mesmo modo que para Almeida, entende-se que

a tarefa do analista consiste em observar atentamente as lógicas próprias dos atores sociais (...) [o que] pode ser feito por intermédio de entrevistas e de contatos pessoais aprofundados, por uma observação e discussão detalhadas, bem como através de uma escuta de qualidade. [Permite também] fazer uma coleta de informações que são de natureza subjetiva, mas que fornecem a possibilidade ao pesquisador de melhor avaliar a veracidade dos dados e dos fatos que serão analiticamente manipulados (Almeida, 1998, p.40 e 52).

Todavia, é evidente que não é possível pretender a total “participação” do pesquisador. Como afirma Martins, “*é uma ingenuidade imaginar que o pesquisador possa se tornar participante de grupos cuja situação social exacerba seus critérios*

---

<sup>18</sup> O que se pretendia, na verdade, era separar os agricultores em diferentes tipos ideais (agricultores de subsistência, horticultores das várzeas, intermediários, ecológicos e extrativistas) para, após delimitar suas práticas e suas percepções sobre o meio ambiente, poder analisá-los como verdadeiros porta-vozes de seus respectivos grupos ou categorias sociais. Contudo, esta tipificação não pôde ser feita, pois a maioria dos agricultores possuía características que sobrepassavam os limites dos grupos anteriormente identificados (por exemplo, os extrativistas também eram agricultores de subsistência, os ecológicos eram horticultores de várzea, etc.).

*de alteridade e torna precisa a linha que neles separa o ‘nós’ e os ‘outros’*” (Martins, 1997a, p.19), ou seja, a falta de reconhecimento deste como integrante de um suposto coletivo, de um “nós”, não pode ser vencida a não ser apenas parcialmente. Isto porque, tal qual os integrantes de um circo que chegam em uma certa comunidade “rural”, o pesquisador é e sempre será visto pelos “habitantes nativos” como alguém de fora, uma espécie de “outro”, de “não membro do grupo”, de “estranho”. Enfim, ele é aquele que chegou não para ficar, morar e permanecer, mas sim para passar, conhecer e retornar. Como coloca Augé (1999, p.11),

o problema da cientificidade das ciências sociais e de seus modelos de interpretação pode ser considerado como ligado a essa questão do outro. Nossa imersão no mundo que estudamos nos condena a uma antropologia prática, (...) e toda a questão é saber se a exterioridade suposta de seu objeto está tão assegurada que lhe permite escapar dessa lei. Esta exterioridade é problemática.

Entrementes os aspectos restritivos tão bem abordados por Martins e Augé em relação à capacidade de mergulhar efetivamente no universo empírico escolhido pela pesquisa, esta peculiaridade possui também seu lado interessante. O fato de ser barrado àquele que investiga uma dada realidade social o atestado de identificação e de pertencimento de grupo (tanto pelo próprio grupo quanto pelo indivíduo que observa), permite a esta espécie de *goy*<sup>19</sup> acadêmico manter um estado de constante afastamento-aproximação. Permite, também, ao menos querer *desejar* dominar a instabilidade do objeto social, *pretender* reconhecer as alteridades culturais, sociais, históricas e psicológicas, enfim, *aspirar* a ultrapassar o fato de que nada do que é humano pode lhe ser estranho.

E foi justamente esta espécie de sentimento de busca intangível, o norte (ou o sul) estabelecido. Como areia em uma ampulheta, tentou-se, a partir de uma visão (anterior) ampliada do horizonte empírico, nele inserir-se até atingir o vértice máximo de reconhecimento e de imersão possíveis nesta mesma realidade. Foi a partir dessa experiência concreta que, posteriormente, procurou-se voltar à antiga “fotografia aérea” tirada à montante do processo, mais consciente das reentrâncias, das profundidades, das minúcias e dos detalhes menos visíveis a um olhar

---

<sup>19</sup> Expressão judaica utilizada para designar aquele que não pertence ou não faz parte do “mundo judeu”.

macroscópico. Enfim, pôde-se, através de um mergulho na arquitetura que conforma a problemática ambiental nos agro-eco-sistemas, aprender um pouco mais sobre “*a arte de talhar pedras*” que lá é executada pelos agentes sociais.

Quanto à abrangência do estudo, devido, portanto, aos dispositivos limitadores apresentados no que se refere ao universo mais propriamente analítico de investigação, a pesquisa não teve como finalidade discutir aprofundadamente, embora se tenha utilizado este conceito, o *campo ambiental* como um todo. Do mesmo modo, não pretendeu cobrir toda a complexidade das relações e interações processadas no âmbito do debate público acerca da problemática ambiental, nem tampouco determinar todo o vasto e aberto universo das modalidades de atuação dos mediadores sociais e agricultores no agro-eco-sistema escolhido. A idéia aqui foi tão somente perceber como as discussões de caráter mais amplo incidem sobre realidades como os agro-eco-sistemas, buscando, com isto, destrinchar alguns mecanismos do campo que estão atuando também nestes espaços e vice-versa. Enfim, o que se pretendeu foi, “*com os depoimentos recolhidos, recortar tão somente um corpus de relatos expressivo das experiências*” (Carvalho 2001, p.20) dos dois grupos sociais citados, para que, de posse destas informações, se fosse possível elucidar “quem são” e o “que” realmente está em jogo nestas disputas.

A partir disso, alguns objetivos foram traçados, sendo os principais, a) relacionar alguns dos mecanismos geradores de conflitualidade nos agro-eco-sistemas proporcionados pela instalação da problemática ambiental dentro do âmbito das discussões do *campo ambiental* e vice-versa; b) estabelecer algumas das conexões entre as condições objetivas e entre o passado e o presente daquele agro-eco-sistema, ou melhor, entre os vínculos espaciais e temporais que permanecem vivos na maneira como os agentes percebem e agem sobre o meio ambiente; c) por fim, pretendeu-se verificar como agricultores familiares e mediadores sociais, em franca “desvantagem” dentro do *campo ambiental* ou mesmo (como no caso dos primeiros) praticamente “fora” do campo, entendem, posicionam-se, aliam-se e se opõem frente às demandas por ele impostas. Sobre este último objetivo, a idéia é, em face das situações de dominação que podem ocorrer nos agro-eco-sistemas, perceber como as diversas formas do “pensar” e do “agir” dos agentes sociais no e sobre o meio ambiente (contidas nos seus discursos) estão sendo colocadas com vistas a

consolidar um tipo de visão legitimamente considerada “adequada” em termos de política ambiental, ou seja, quais agentes e que idéias sobre como “usar” ou “preservar” os recursos naturais e o meio ambiente estão dominando e quais permanecem à margem nas discussões.

### ***1.3 A Abordagem metodológica e o universo empírico***

O objeto científico é o resultado de um processo de trabalho, protagonizado por um sujeito coletivo de conhecimento, que envolve elementos teóricos e práticos, processo pelo qual o objeto científico, confrontado com os objetos reais, deverá ser conquistado, construído e constatado.

José Vicente Tavares dos Santos, 1991, p.59.

Supondo que haja algo de verdadeiro na fenomenologia inicialmente pensada por Husserl, qualquer ser humano, ao perceber a realidade, estará experienciando algo dotado de *algum* tipo de *sentido*, não importando o absurdo que este *sentido* possa representar para outro indivíduo da mesma espécie, ou seja, um agente social conhece totalidades estruturadas dotadas de significação e não qualidades pontuais advindas de coisas exteriores a ele. Estas experiências, todavia, não serão derivadas de um somatório de fatos isolados, como pretendem algumas correntes de pensamento mais *empiristas*, mas sim fruto da própria relação do agente com o mundo exterior. Uma paisagem, por exemplo, não será percebida como um ajuntamento de árvores, montanhas, pássaros, pessoas, terra, etc., mas sim como o que ela é na verdade para o observador: a própria paisagem. Sendo esta objetivada na comunicação (relação) entre o observador (a pessoa) e o observado (a paisagem), o mesmo ocorrerá nos agro-eco-sistemas, no caso dos olhares dos agricultores e mediadores sociais sobre o ambiente que os envolve. Dito de outra forma, as avaliações destes diferentes agentes (explicitadas em seus discursos) sobre as questões que a problemática ambiental suscita não resultarão somente da repetição e da sucessão de estímulos externos provenientes, por exemplo, do próprio meio físico ou ainda do *campo ambiental*. Como alerta Chauí (1999, p.125), “*a percepção não é causada pelos objetos sobre nós, nem é causada pelo nosso corpo sobre as coisas: é*

*a relação entre elas e nós e nós e elas.*” Logicamente, tal fenômeno é válido também para o especialista interessado em perceber tais visões de mundo, como é o caso, por exemplo, do pesquisador.

Por outro lado, essas avaliações individuais não serão tampouco um mero reflexo do conhecimento obtido através de uma simples *interpretação* aparentemente ilusória de um objeto passivo (o meio ambiente) por um sujeito ativo (os agentes sociais). Ao contrário, esta é uma via de mão dupla (ou talvez, quem sabe, a mesma via) indissociável. Se as percepções de cada agente sobre a problemática ambiental são derivadas de uma interpretação e uma valoração particular do mundo, isto não quer dizer que os significados construídos não possam ser (ou, ao contrário, devam ser) vistos como “certos” ou “errados”, “bons” ou “maus”, “corretos” ou “incorretos”. Esta é uma falsa questão. Isto porque, dentro do contexto onde se acham inseridos os agentes sociais, suas percepções-discursos-ações apresentadas (“apropriadas” ou não, não importa) fazem, para eles, realmente sentido, possuem significado, pois *“perceber é sempre perceber um campo de objetos que permite corrigir uma percepção por meio de outra.”* (Chauí, 1999, p.124),

Enfim, um agricultor, um sindicalista, um administrador local, um ambientalista ou ainda, quem sabe, um sociólogo, ao opinarem, por exemplo, sobre a questão das queimadas no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, não estarão formulando uma visão “deformada” sobre o tema. Do mesmo modo, nenhum deles poderá estar propondo respostas ideais que dêem conta de toda a complexidade envolvida, pois as faces que recobrem tais problemas são, pode-se dizer, infinitas. Ao invés disso, todos estarão construindo as “suas visões” (que, serão, é verdade, sempre incompletas) sobre um objeto ou temática específicas, neste caso, “a prática das queimadas”.

Contudo, não seria também correto dizer que as percepções-discursos-ações dos agentes sociais são a-históricas, pois estas dependem sim tanto das personalidades dos observadores, das suas trajetórias sociais, dos seus desejos e interesses pessoais, como também das condições socioculturais, econômicas, produtivas e simbólicas que marcam e marcaram a realidade da qual fazem parte. Em suma, a percepção de um samambaieiro sobre o exemplo da prática da queimada representa, sem dúvida, a construção de um discurso que é, do seu ponto de vista,

coerente e, para usar um termo caro à comunidade científica contemporânea, mesmo “racional”. Como novamente salienta Chauí (1999, p.107), as “verdades” a serem ditas pelos agentes sociais encontram-se

sempre situadas nas condições objetivas em que foram alcançadas e estão sempre voltadas para compreender e interpretar a situação na qual nasceu e à qual volta para trazer transformações. Não escolhemos o país, a data, a família [o meio ambiente] e a classe social - isso é nossa situação -, mas podemos escolher o que fazer com isso, conhecendo nossa situação e indagando se merece ou não ser mantida.

Como resultado metodológico destas concepções sobre os modos de pensamento dos agentes sociais, acredita-se que, antes de se fazer uma simples descrição das lutas e das relações sociais, é preciso

refletir sobre as modificações que tais manifestações de contestação e protesto engendram nas posições sociais, nas propriedades e atribuições dos grupos e dos atores em conflito e, em última análise, no social. Em suma, (...) é preciso evidenciar os efeitos sociológicos das ações e lutas sociais em questão (Almeida, 1998, p.18).

No entanto, sabe-se que a identificação precisa e exata de todo o vasto espectro de grupos, tipos ou agentes sociais que configuram o referido agro-ecossistema é, na prática, impossível. O limitante, portanto, neste caso, é como definir e identificar quais os agentes sociais a serem preferencialmente abordados pelo pesquisador quando da fase de campo da pesquisa. Obviamente, não seria possível, devido ao caráter qualitativo do trabalho, por exemplo, pretender alcançar uma suposta “representatividade” de todo o universo dos agentes sociais através da escolha de uma amostra contendo um número  $n$  de entrevistados. Além disso, mesmo que abordagens de cunho mais quantitativo pudessem ter sido embutidas na metodologia de pesquisa, estes números absolutos não poderiam ser alcançados.

Do mesmo modo, a alternativa de se subdividir certos grupos sociais mais ou menos semelhantes em termos econômicos, produtivos, sociais, étnicos, etc. (separando os agricultores, por exemplo, em horticultores, bananicultores, samambaieiros, ecológicos, parcialmente ou totalmente inseridos ao mercado, remanescentes africanos, indígenas ou ainda agricultores *tradicionais* versus agricultores *modernos*) visando construir uma tipificação arbitrária dos agentes ou ainda uma identificação destes como portadores de uma mesma “identidade social”,

mostrou-se, como já mencionado, pouco exequível e, até certo ponto, pouco confiável em termos explicativos. Quer dizer, mesmo que existam certos grupos organizados em volta de um núcleo relativamente homogêneo quanto aos seus modos de vida particulares (como parece ser o caso dos remanescentes indígenas e africanos e, talvez ainda, dos samambaieiros), para a grande maioria dos agentes sociais daquela realidade, esta situação não se confirma. Se existe uma aparente “coesão social” entre os indivíduos (vinculada principalmente a um passado *tradicional-colonial* e/ou a um presente *moderno-produtivista*), esta se deve mais a mecanismos de certo modo intrínsecos à própria dinâmica social do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné e que envolve considerar também o entrelaçamento das “diversidades” existentes e o seu não-isolamento. Enfim,

simplesmente aprendemos paralelamente a duvidar das identidades absolutas, simples e substanciais, tanto no plano coletivo quanto no individual. As culturas ‘comportam-se’ como madeira verde e jamais constituem totalidades acabadas (por raízes extrínsecas e intrínsecas); e os indivíduos, tão simples quanto imaginamos, nunca o são o suficiente para não se situar em relação à ordem que lhes atribui um lugar (Augé, 1994, p.26).

Na verdade, o que pôde ser constatado, durante a permanência do pesquisador na região, foi a existência de uma grande heterogeneidade em relação às condições (subjetivas e objetivas) tanto por parte dos agricultores, como também no caso dos mediadores. Esta é a razão de optar-se, como já comentado, por fazer um corte e eleger agricultores familiares e mediadores sociais como o público preferencial da análise<sup>20</sup>. Mas, até neste caso, esta separação mostrou-se parcialmente insatisfatória, pois muitos mediadores podem ser vistos como agricultores e vice-versa<sup>21</sup>. Além do que, no limite, mesmo os agricultores considerados teoricamente como “puros”,

---

<sup>20</sup> Para todos os efeitos, estar-se-á considerando aqui como mediadores, a todos aqueles agentes sociais que estabelecem algum tipo de relação com os agricultores, englobando desde técnicos extensionistas, lideranças sindicais e regionais, até indivíduos que mantêm algum tipo de vínculo comercial (atravessadores e donos de entrepostos comerciais), pessoal (amigos e/ou parentes que vivem na cidade ou povoado próximo aos estabelecimentos agrícolas) ou até mesmo “intelectual” (por exemplo, pesquisadores que trabalham junto aos agricultores da região). Entretanto, a ênfase estará sempre sendo colocada naqueles mediadores com maiores capacidades de transitar pelas discussões apresentadas dentro do *campo ambiental*, ou, que estejam ocupando posições muito próximas aos agricultores (pois isso lhes confere um grau de influência muito elevado sobre estes últimos).

<sup>21</sup> Por exemplo, vários vereadores são também agricultores, muitos agricultores participam ativamente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais ou ainda de associações como é o caso da Apsat e mesmo alguns administradores municipais exercem atividades agrícolas. Isto sem falar de certos mediadores



poderiam ser considerados como mediadores, pois estes também fazem parte da sociedade e dela participam, ainda que de forma marginal (ou seja, estão também mediando relações entre indivíduos). Do mesmo modo que para Martins (1997b) não existe na sociedade brasileira de hoje a categoria dos “excluídos urbanos”, pois mesmo estes seres humanos (queiram ou não) integram e cumprem efetivamente um papel (por vezes subalterno e degradante, é verdade) no desenvolvimento capitalista da atualidade, também os agricultores em situações precárias e distanciados das condições econômicas, políticas e socioculturais da sociedade como um todo, fazem parte dela, cumprem funções e ocupam posições.

Havia, ainda, uma terceira e última possibilidade bastante interessante e que, apesar de não ser decisiva, de certo modo foi utilizada. Esta se refere ao que se costuma chamar na Sociologia de *ponto de saturação* dos discursos dos agentes, ou seja, isto levava a pesquisa a continuar as entrevistas e o restante do trabalho de campo até que a maioria das opiniões, idéias e falas expostas pelos agricultores e mediadores comesçassem a se repetir, de tal maneira que o prosseguimento destas tenderia a não mais evidenciar novos argumentos, mas sim uma espécie de sobreposição (oitavada, em termos de escala argumentativa) de percepções sobre a problemática ambiental. A grande vantagem deste instrumento é que ele permite ultrapassar o desejo inevitável de se procurar atingir o ideal da “representatividade”. Entretanto, mesmo que se tenha utilizado desta ferramenta como forma de redirecionar o “olhar” do pesquisador para outros agentes sociais até então não contemplados, permanecia ainda a dificuldade de como escolher e perceber as diferentes “perspectivas” existentes e colocadas em jogo pelos agentes sociais.

Refletindo sobre todos estes aspectos, decidiu-se, primeiro, por não considerar agricultores e mediadores como duas categorias estanques, concedendo a esta categorização uma certa fluidez. Na prática, isto representa dizer que, sempre que se estivesse tratando com um agente que desempenhasse, ao mesmo tempo, funções muito diferenciadas (como acumular as atividades de agricultor e vereador, por exemplo), procurou-se contemplar nas entrevistas o que ambas as atividades representavam em termos de construção do seu discurso sobre a problemática

---

que podem desempenhar, ao mesmo tempo, funções muito diversas, como por exemplo, realizar atividades de pesquisa científica mas também ocupar cargos legislativos.

ambiental. Ou ainda, se se estivesse entrevistando um mediador ao mesmo tempo educador ambiental e representante de uma ONG, ambas as atividades estariam sendo consideradas como formadoras do *ethos* daquele agente. Além disso, um outro instrumento utilizado, que permitiu vencer estas dificuldades, foi o uso da reconstrução das trajetórias sociais dos entrevistados, pois isto acabava levando os agentes a contextualizarem seus discursos frente à realidade da qual fizeram (e fazem) parte ao longo de suas vidas.

Quanto à questão da representatividade, esta limitação pôde ser contornada através da adoção de uma postura que procurava perceber os agentes não como individualidades soltas e fechadas em si mesmas, mas sim como indivíduos substancialmente sociais e articulados socialmente. Como ensina Augé (1994), o indivíduo não é um qualquer, ele se identifica com a sociedade da qual ele é, antes de tudo, também uma expressão. Um agricultor do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné não pode ser considerado como totalidade somente porque se pode apreendê-lo em suas diversas dimensões individuais (física, fisiológica, agrônômica, psíquica ou sociológica), mas sim porque este representa uma individualidade de síntese, expressão de uma cultura, ela própria considerada como um todo:

O aspecto do método, a necessidade de um contato efetivo com interlocutores são uma coisa. A representatividade do grupo escolhido é outra: trata-se, na verdade, de saber o que aqueles a quem falamos e vemos nos dizem daqueles a quem não falamos e não vemos. A atividade de campo [do pesquisador] é, desde o início, uma atividade de agrimensor do social, de manipulador de escalas, de comparatista, em resumo: ele confecciona um universo significativo, caso seja necessário, explorando, por investigações rápidas, universos intermediários, ou consultando, como historiador, documentos utilizáveis. Tenta, por si mesmo e pelos outros, saber do que pode pretender falar quando fala daqueles a quem falou (Augé, 1994, p.18).

Portanto, a necessidade de obter, para o caso do problema apresentado, uma suposta representatividade estatística fica em segundo plano se se considerar que um mediador ou agricultor qualquer, ao apresentar seus argumentos sobre a temática ambiental, estará assim procedendo também porque encontra-se envolvido pelos argumentos de seus interlocutores. O resultado é a formação de uma verdadeira trama difusa de percepções que acaba por se estabelecer através do confronto dos diferentes discursos dos agentes sociais, o que não pressupõe, necessariamente, que estes debatedores necessitem já terem mantido um diálogo ou mesmo se conhecerem

pessoalmente. Isto porque suas idéias, discursos e argumentos permanecerão ainda bastante vivos dentro do próprio contexto de debates que se forma em torno do tema do meio ambiente. Obviamente, no caso deste trabalho, o que se pretendeu fazer foi perceber uma parte, um pequeno *locus* desta trama de sentidos colocados em jogo através da palavra dita e expressada pelos agricultores e mediadores.

Dito de outra forma, um ambientalista, por exemplo, na tentativa de impor suas idéias-percepções sobre a problemática ambiental, acaba, no próprio processo de construção dos discursos que visam refutar ou confirmar certas afirmações de outros indivíduos (um agricultor, um administrador, um sindicalista), de certo modo legitimando a existência de tais agentes. O mesmo acontecerá, inversamente, no caso de um agricultor ferrenhamente avesso a qualquer tipo de restrição ambiental em sua propriedade, pois este estará reconhecendo seus oponentes e aliados (mesmo que não os conheça) através da tentativa de refutação de suas idéias. Enfim, ambos os agentes terão necessariamente que contra-argumentar, terão, em última análise, que debater com o outro, independentemente das distâncias psíquicas, físicas ou sócioeconômicas que os separam, conferindo, portanto, a eles próprios e aos outros o reconhecimento e a legitimidade enquanto participantes ativos do campo de disputas. Se não há uma concordância, isto tem relação simultaneamente com as condições objetivas do lugar que ocupam (o meio físico, por exemplo) e com concepções particulares construídas historicamente através das experiências dos agentes, e não simplesmente com o nível diferenciado de conhecimento deles.

Mas, e aqueles que não discursam, que parecem não se manifestar enquanto agentes participantes, atuando mais como figurantes aos quais é reservada a atribuição de servir como pano de fundo, parte do infinito cenário que a problemática ambiental apresenta? Está-se aqui falando daqueles a quem se poderia chamar talvez de “agentes invisíveis”, indivíduos que, apesar de participarem da vida social de uma dada realidade, dela encontram-se tão marginalizados e submetidos a níveis de dominação de toda ordem (o que inclui a ação do *campo ambiental*), que suas percepções e seus discursos sobre as questões ambientais não conseguem projetar um mínimo de visibilidade necessária para que possam ser colocados dentro do campo de debates. Neste caso, mesmo que se considere que as “não-percepções”, os “não-discursos” ou ainda o “não-dito”, também fazem parte e integram a trama de sentidos

elaborados pelos agentes sobre a problemática ambiental, a pesquisa foi obrigada a fazer uma opção pragmática no que se refere à consideração ou não das posições ocupadas por estes agentes. Isto ocorreu principalmente porque haveria a necessidade de se ampliar em demasiado a abrangência do trabalho, o que não seria possível devido às restrições (de tempo e de recursos financeiros, por exemplo) de uma dissertação de mestrado.

Este foi o caso, por exemplo, dos grupos indígenas que vivem e circulam pelo agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné<sup>22</sup>, mas também de muitos agricultores para quem tais temas não chegaram ainda a criar demandas que os levem a se colocar no campo de lutas sobre a questão das políticas ambientais na região. Na verdade, tal qual o processo descrito por Foucault (1984), de construção da sexualidade pelos camponeses durante a Idade Média através da própria condenação desta pela Igreja, talvez também o mesmo processo possa estar ocorrendo com certos agricultores no caso do reconhecimento destes de que existe efetivamente uma problemática ambiental. Quer dizer, para alguns destes agentes, muito provavelmente, não havia ainda uma consciência da dimensão dos problemas e do próprio tema relacionado à problemática ambiental até antes de serem entrevistados. Ou ainda, do mesmo modo que um padre exige a um fiel o reconhecimento de que existe sexualidade devido ao fato de que ele necessita agora “controlar” seus desejos, prestar atenção em seus órgãos sexuais ou não expô-los publicamente, o pesquisador pode estar exigindo do agricultor que reconheça a existência de uma problemática ambiental (ou de algum “problema ambiental” específico, como no caso das queimadas) através das suas perguntas, das suas colocações e das suas imposições enquanto interlocutor ativo no processo de geração de sentidos sobre estes temas.

Isto significa dizer que, para muitos agentes daquele espaço social, o meio ambiente talvez não tenha se materializado como “questão” importante a ponto de ser elevada ao nível da formação de uma “consciência crítica” sobre o assunto

---

<sup>22</sup> No município de Maquiné vivem grupos remanescentes da tradição Mbiá-Guarani, hoje assentados nas Terras Indígenas (TI) de Barra do Ouro e no Acampamento do Pinheiro (Ferreira, 2001, p.27). Este último, como constata Ferreira (2001, p.132), “*é o lugar que recebe Mbyá-Guarani de toda a parte do Estado, que ali permanecem durante determinados períodos, para trabalhar como peão (diarista) nas lavouras dos colonos (...) que desenvolvem principalmente a olericultura. Ali também os Mbyá-Guarani vendem artesanato, principalmente no verão onde há fluxo maior de turistas que visitam as cachoeiras do local.*”

(Hilgartner e Bosk, 1988). Isto não quer dizer, no entanto, que não haja um intercâmbio e uma interconexão, mesmo que em um grau essencialmente subjetivo, entre estes agentes, suas percepções e os demais. Falando especificamente dos Mbiá-Guaranis, é de se pensar que, se se considerar a cosmologia construída por estes grupos, para os quais não é possível uma separação entre homem e natureza, quem sabe até mesmo a idéia hoje universalmente aceita pela sociedade ocidental de que o meio ambiente configura-se um “bem público da humanidade” (Jollivet, 1994) a ser preservado talvez não fizesse sequer sentido<sup>23</sup>.

Quanto à dinâmica de escolha dos agentes sociais a serem entrevistados, logo nos primeiros dias após a chegada ao agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, foi abandonada a idéia de “mapear” possíveis entrevistados usando somente critérios ligados a algum tipo de separação ou tipificação destes. Mas, para explicar como se chegou a estes agentes, é preciso antes descrever, como dito na citação inicial deste item, o próprio processo de “*conquista, construção e constatação*” da realidade empírica na qual se procurou mergulhar.

Já durante a etapa de elaboração do projeto de pesquisa, havia uma preocupação de não realizar um estudo baseado apenas em algumas poucas idas esparsas à região para, contatando certos “informantes-chave”, arrecadar dados e informações descontextualizadas sobre aquele agro-eco-sistema. Queria-se mais do que isso. Foi assim que se conseguiu, com o auxílio de alguns integrantes da Anama, ONG que trabalha na região, um espaço de “moradia” junto à Estação Experimental da Fepagro, a qual ficava localizada a mais ou menos um quilômetro da sede municipal de Maquiné. Apesar de haver um cronograma de atividades, o tempo de duração da fase de campo não foi previamente estipulado (o cronograma apontava algo em torno de 30 a 40 dias), pois sabia-se que isto dependeria das experiências tidas no local e que, no final, se confirmaram, pois estas levaram à necessidade de permanecer por cerca de 95 dias (com idas intermitentes a Porto Alegre para conversas e reformulações da metodologia de trabalho junto aos orientadores).

---

<sup>23</sup> Na verdade, este poderia ser, por si só, um tema interessante a ser investigado. Neste sentido, mostra-se ainda premente um estudo que procure perceber, por exemplo, o que estas forças sociais, estes “agentes invisíveis”, teoricamente silenciosos, poderiam estar contribuindo em termos de disponibilização de novos elementos sobre a problemática ambiental daquela e de outras realidades.

Durante este período, procurou-se, além de realizar as entrevistas junto aos agentes sociais, inserir-se ao máximo na dinâmica daquele agro-eco-sistema. Isto levou o pesquisador, por exemplo, a frequentar festas locais (juninas, por exemplo), a missa aos domingos e dias santos, encontros na região (como o que discutiu a questão da samambaia e que reuniu, em um mesmo espaço, agricultores, samambaieiros, mediadores e representantes do governo estadual), espaços de discussão política (como o Conselho Agropecuário Municipal de Maquiné - Comam), atividades junto aos agricultores (como um mutirão realizado para deslocar a casa onde funcionava a “farmacinha caseira” da comunidade da Linha Solidão e as “funções” na casa de agricultores onde estes se reuniam para rezar e agradecer pelas tarefas realizadas durante o dia); e atividades promovidas pelos mediadores (como o dia da “limpeza do Rio Maquiné”, quando a população local se reuniu para percorrer os cerca de 15 km que separam o distrito de Barra do Ouro da sede municipal de Maquiné para recolher o lixo às margens deste rio); visitas a agricultores e a pessoas da comunidade junto com alguns integrantes da Anama; isto sem falar que a “casa” que serviu de moradia estava cedida a esta ONG, o que permitiu ao pesquisador um contato bastante próximo com estes agentes, pois, de tempos em tempos, realizavam-se reuniões de trabalho naquele local (foram duas ao todo, sendo que estes encontros contavam com a participação de mais ou menos 20 pessoas, a maioria integrantes da ONG)<sup>24</sup>.

Foi, portanto, através destas experiências e conversas, somadas às impressões proporcionadas por atividades desenvolvidas em momentos anteriores (como o período de quase dois anos que marcou a realização de um diagnóstico dos sistemas de produção praticados pelos agricultores, e também através das várias “visitas às cachoeiras” e demais locais, por que não dizer, “paradisíacos”), que determinaram a escolha dos agentes sociais a serem entrevistados. Quanto ao número (cerca de 20 pessoas), este poderia ter sido um pouco mais elevado, pois alguns agentes, vistos como interessantes no caso da formulação de políticas ambientais locais, acabaram ficando de fora (como alguns agricultores, o padre da localidade, um atravessador de

---

<sup>24</sup> Ressalta-se que, sempre após participar destes eventos, eram feitas anotações pormenorizadas em uma “Caderneta de Campo”, onde constavam as principais impressões do pesquisador. Além disso, geralmente no final do dia, toda e qualquer informação que chamasse a atenção era ali também anotada.

samambaia e um representante da patrulha ambiental). No entanto, isto não comprometeu a qualidade das análises feitas, pois a densidade dos discursos dos demais agentes entrevistados mostrou-se extremamente rica em termos de argumentação e explicitação de idéias sobre o tema de pesquisa. Quanto a quem são estes agentes, oito deles podem ser vistos como sendo essencialmente agricultores; três seriam o que se chamou aqui de agricultores-mediadores; outros quatro seriam aqueles mediadores mais antigos e que mantêm geralmente uma relação bastante próxima com os agricultores de um modo geral; e, finalmente, mais cinco entrevistados que poderiam ser denominados como os “novos agentes sociais”, ou seja, aqueles indivíduos que chegaram mais recentemente ao agro-eco-sistema em questão e que são, na maior parte das vezes, os que tem trazido a tona as discussões sobre a problemática ambiental na região.

Quanto ao roteiro de entrevistas, este foi inicialmente pensado antes da fase de campo, sendo, após uma ou duas entrevistas exploratórias, amplamente modificado. Sua estrutura básica estava dividida em cinco pontos principais: a) trajetória social dos agentes; b) formas de apropriação do meio (no caso dos agricultores) e trabalho que desenvolve (no caso dos mediadores); c) histórico da problemática ambiental; d) sensibilidade para o “ambiental”; e e) meio ambiente e a relação com os outros agentes. Contudo, mais do que um instrumento hermético de coleta de dados, este roteiro servia como um norte para o pesquisador, permitindo, assim, uma certa liberdade para enveredar por outros temas quando achasse necessário. Além disso, durante as entrevistas, embora houvesse um óbvio direcionamento do pesquisador, procurou-se criar um espaço aberto, solidário e de diálogo informal com as pessoas, deixando-as relativamente livres para falarem o quisessem<sup>25</sup>. Ao mesmo tempo, esteve-se atento para não cair na “armadilha” de se imaginar os entrevistados como *“uma fonte sempre pronta a jorrar dados de forma imediata, recortada e precisa. Ou seja, dados ‘descontaminados’”* (Cemin, 1992, p.31).

---

<sup>25</sup> Deve ser ressaltado, no entanto, que há aqui uma dificuldade muito comum neste tipo de pesquisa, que é o fato de haver toda uma construção de um espaço sacralizado entre o entrevistado e o entrevistador devido ao caráter formal da entrevista (isto sem falar em todo o simbolismo representado pela figura do gravador).

Paralelamente a estas entrevistas e à observação atenta do cotidiano do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, procurou-se também pesquisar fontes secundárias que lá estivessem disponíveis, o que levou a algumas (duas) visitas à biblioteca de Osório para coleta de material bibliográfico e à análise de dados provenientes, por exemplo, do Censo Agropecuário, do próprio IBGE e de outros estudos já realizados sobre a região. Além disso, outros dois elementos importantes também serviram de base de dados para a pesquisa. O primeiro refere-se ao jornal local. Criado apenas oito meses antes da chegada do pesquisador, este espaço, apesar de, na época, ainda não totalmente reconhecido pela comunidade (o jornal contava então com quatro folhas e uma tiragem de 200 exemplares, muitos deles - como no caso do pesquisador - vendidos a pessoas de fora da localidade), constituía-se já em um pequeno “laboratório local” sobre certas idéias e temas ambientais. Além do que, mesmo alguns agricultores acabaram enviando textos escritos a uma coluna do jornal aberta ao público<sup>26</sup>.

O outro componente que foi incluído como fonte de informações tem a ver com um evento ocorrido durante esse período, organizado em parceria pela Anama, SEMA e Prefeitura Municipal, e que acabou mostrando-se muito representativo em termos de discussão dos temas ambientais: o I Encontro da Samambaia Preta. Este espaço de discussão movimentou boa parte da comunidade, contando com a participação de vários agricultores e samambaieiros e muitos dos seus principais mediadores, como atravessadores, administradores locais (contando inclusive com o comparecimento do prefeito municipal de Maquiné), representantes da Patram, da SEMA (tanto local como estadual), educadores ambientais, professores universitários, etc. Neste encontro, realizado em uma manhã e uma tarde, agricultores e mediadores tiveram a oportunidade de discutir suas idéias sobre a problemática ambiental (com ênfase, é claro, para o caso da samambaia)<sup>27</sup>.

Por fim, cabe ressaltar ainda que, apesar do apelo no sentido de se buscar adentrar na dinâmica social do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, esta

---

<sup>26</sup> Coincidência ou não, o jornal encerrou suas atividades poucos meses após a conclusão dos trabalhos de campo, pois seu articulador recebeu uma proposta para trabalhar em um outro veículo de comunicação do centro do país.

<sup>27</sup> Ressalta-se que a quase totalidade deste evento foi ou gravada em fita ou filmada pela ONG que patrocinava o evento, sendo estas disponibilizadas posteriormente para o pesquisador.



prática não tinha, em nenhum momento, a pretensão de buscar realizar um estudo “etnológico clássico”. Mesmo porque, um estudo desta natureza, para a realidade enfocada, não seria possível tendo em vista as características amplamente “heterogêneas” e dispersas daquela população, e também devido ao próprio tempo e às condições materiais disponíveis ao pesquisador. Todavia, o que se propôs foi mais tentar uma abordagem alternativa que procurasse romper com aquela espécie de estudo (ainda muito comum na Sociologia Rural), em que o pesquisador vai a campo apenas para recolher uma série de dados com os quais, posteriormente, em uma espécie de momento “mágico”, ele irá “explicar a realidade”, adequando estas informações às suas concepções, às suas hipóteses e ao seu quadro teórico já previamente escolhidos.

Foi pensando nisto que se procurou incorporar instrumentos de investigação tão diversos e que reunissem informações as mais variadas possíveis para que, em um outro momento, fosse possível inter cruzá-las de modo a incorporar, dialeticamente, as fronteiras circunscritas entre as múltiplas dimensões do “local” e do “universal” para aquela realidade. Enfim, a proposta aqui foi apostar também naqueles que são, em última análise, os maiores interessados na resolução das dificuldades locais, neste caso, relativas à problemática ambiental: os próprios agentes sociais.

## 2 INVENÇÃO DE UMA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL?

Nos arredores da cidade de Coire, houve uma irrupção súbita de larvas de cabeça preta e corpo branco (...) e que são muito conhecidas dos agricultores (...); elas penetram no solo no começo do inverno, atacam as raízes e nelas mergulham um dente mortífero. (...) Ora, os agricultores fizeram com que estes insetos destruidores fossem citados perante o tribunal provincial mediante três editos consecutivos; constituíram-lhes um advogado e um procurador (...) e em seguida moveram-lhes uma ação com todas as formalidades requeridas. Finalmente, o juiz, considerando que as ditas larvas eram criaturas de Deus, que tinham direito de viver e que seria injusto privá-las de subsistência, relegou-as para uma região florestal e selvagem, a fim de que não tivessem, daí em diante, pretexto para devastar as terras cultivadas. E assim foi feito.

Foelix Hemmerlein, 1497<sup>28</sup>.

*Questão do meio ambiente, crise ecológica ou ainda problemática ambiental.*

Nos últimos vinte ou trinta anos, estas expressões (e os significados que carregam consigo) têm se incorporado de forma nunca vista às discussões mais relevantes da sociedade em geral. Já não sendo apenas uma preocupação restrita a alguns poucos grupos organizados, instituições de pesquisa e órgãos competentes do Estado, os temas que suscitam têm adquirido uma centralidade até há pouco inexistente, sendo atualmente discutidos por amplos e variados setores da sociedade. Mesmo nas mais inóspitas localidades (urbanamente falando) do planeta, palavras como “ecologia”, “meio ambiente” e “natureza”, são cada vez mais levadas e apropriadas pelo senso-

---

<sup>28</sup> *apud* Ferry, 1994 p.10.

comum, produzindo, para o conjunto destes termos, uma verdadeira polissemia de sentidos<sup>29</sup>.

Ao mesmo tempo que estas questões representam uma verdadeira revolução nos hábitos, valores e comportamentos das pessoas em geral, sua interferência não se restringe ao nível do indivíduo, mas envolve também intensas modificações socioculturais, econômicas e produtivas até então inéditas e que atuam distintamente sobre as diferentes organizações societárias. Mas, pode-se perguntar o que faz com que esta nova *perspectiva ecológica* adquira tal pretensão universalizante? Que dispositivos estão atuando neste processo? O que faz esta nova sensibilidade se espalhar com tamanha intensidade e heterogeneidade para boa parte da opinião pública (institucionalizada ou não), colocando em xeque o aparente otimismo que envolve a ciência, o progresso técnico e mesmo o atual projeto moderno de sociedade?

Em um primeiro momento, uma resposta plausível a esta pergunta poderia ser a de que a “*explosão da sensibilidade ecológica*” (Alphandéry et. alli 1992) é resultado direto e unívoco da sucessão de catástrofes ecológicas proporcionadas pela intensificação do processo de desenvolvimento técnico-científico nos últimos 40 anos<sup>30</sup>. Ou, na mesma direção, devido ao crescente agravamento da poluição e dos efeitos danosos deste avanço tecnológico em nível global, tais como o “efeito estufa”, as “chuvas ácidas” e a “diminuição da camada de ozônio”. Ou, ainda, ao enfraquecimento e ao cada vez mais constante questionamento do próprio modelo econômico-produtivo constituído ao longo destes últimos dois séculos. Seriam, enfim, segundo esta perspectiva, uma espécie de somatório dos próprios resultados concretos e não tão positivos do padrão capitalista de desenvolvimento industrial (personificado em estruturas como o mercado, o Estado, o desenvolvimento

---

<sup>29</sup> Convém fazer desde já uma diferenciação entre *ecologismo* e *ambientalismo*, expressões cujas fronteiras possuem limites pouco precisos, ora sobrepondo-se, ora diferenciando-se. Segundo Carvalho (2001, p.16), pode-se dizer que o primeiro termo refere-se mais aos “*questionamentos e propostas de mudanças radicais quanto ao modelo de desenvolvimento e ao estilo de vida*; [e o segundo] *denomina um conjunto mais amplo de movimentos e atores que, na esfera de difusão do ecologismo, aderem a um ideário de preservação e gestão sustentável do meio ambiente.*”

<sup>30</sup> Afirma este autor que a “*explosão da sensibilidade ecológica nos países ocidentais provém, ao menos em parte, da sucessão de catástrofes devidas especialmente às indústrias químicas, às indústrias petrolíferas e à indústria nuclear*” (Alphandéry et alli, 1992).

tecnológico ou a própria ciência), os responsáveis pelo desencadeamento deste fenômeno.

Por outro lado, uma outra abordagem possível seria pensar a aparente *crise ambiental* não como simples espelho das condições objetivas da sociedade ou como produto incondicional e inequívoco de causas estruturais ou funcionais dos sistemas de arranjo político-econômico-institucionais planetários (e/ou estatais, científicos e financeiros). Mais do que mera consequência do modo como se organizam e funcionam estas estruturas (econômicas, sociais, políticas, produtivas etc.), a *invenção* do meio ambiente como problemática social relevante incluir-se-ia dentro de um processo dinâmico de reestruturação no qual o que estaria em jogo seria a própria modificação da forma como a sociedade se organiza, pensa e elabora seus valores, suas prioridades e seus desejos. Portanto, a problemática ambiental teria que ser compreendida não como algo decorrente, por exemplo, de certas “falhas” ou contradições inerentes ao padrão moderno de produção atual, mas sim como uma espécie de núcleo aglutinador de um fato social que é, ao mesmo tempo, produto de um constante processo de definição coletiva e de reelaboração dos valores da sociedade.

Pensando desta maneira, entender-se-ia a chamada “problemática ambiental” como uma “questão socialmente construída” ou, dito de outra forma, como “*um problema [que] existe principalmente em termos de como está definido e concebido na sociedade*” (Blumer, 1971 *apud* Hilgartner e Bosk, 1988, p.4). Do mesmo modo, a idéia de meio ambiente (ou os problemas a ele vinculados) não seria vista como algo concreto, mas como uma realidade *criada* através de um processo social dinâmico e gerenciado pela conjunção de certas forças sociais constituídas histórica e culturalmente. Seriam, portanto, segundo este outro ponto de vista, a qualidade e quantidade interativa destas forças subjetivas que estariam desencadeando uma certa exacerbção da problemática ambiental<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> Segundo Paiva (2000, p.38), uma forma interessante de se estudar fenômenos sociais (estes entendidos como decorrentes da contínua sobreposição de forças), poderia ser feita através de um aparelho conceitual centrado em idéias como “*diagrama de forças, agenciamento coletivo de subjetividades, forças de territorialização/desterritorialização, distinções entre subjetividade/individualidade/singularidade*”.

No entanto, uma reflexão crítica sobre estas duas possíveis explicações aponta algumas dificuldades inquietantes e não totalmente contempladas. Quanto à primeira perspectiva, esta imprecisão evidencia-se, por exemplo, quando se estabelece um paralelo com a realidade de nações que tiveram seu processo de industrialização consolidado durante o século XIX. Países como a Inglaterra deste período, viveram um intenso processo de transformação produtiva mas que, entretanto, trouxe consigo efeitos não tão benéficos do ponto de vista ambiental. Mesmo um breve olhar sobre a realidade destes países, aponta como o processo de industrialização por que passaram produziu também fortes “desastres ambientais”.

Neste sentido, o que dizer, por exemplo, do elevado grau de contaminação das águas e do ar das cidades de então por elementos extremamente tóxicos; das situações degradantes as quais os trabalhadores eram obrigados a suportar no regime arbitrário de produção das fábricas da época; de uma verdadeira carnificina de animais utilizados para experimentos científicos ou eliminados sistematicamente nas expedições - também ditas científicas ou, o que é pior, esportivas - a países da África, Ásia e Américas; da destruição de boa parte das florestas (ocasionando, portanto, redução da biodiversidade) e da drástica alteração de grandes ecossistemas mundiais; da perda de patrimônio cultural acumulado a incontáveis gerações por um sem número de *populações tradicionais*<sup>32</sup>; ou mesmo da própria deterioração da paisagem, com a destruição de espaços pouco antropizados antes destinados ao lazer e à contemplação?

Indo ainda mais além, mesmo que de um ponto de vista essencialmente *ecocêntrico*<sup>33</sup>, Ponting (1995) nos mostra como o ser humano, desde o princípio da sua existência, tem atuado sobre o meio ambiente de modo a modificá-lo e, portanto, degradá-lo. Segundo este mesmo autor, por mais tênues que fossem os efeitos das

---

<sup>32</sup> Está-se consciente de que mesmo hoje existe um intenso debate quanto ao significado de termos como *tradicional*, *nativo*, *indígena* ou ainda *tribal*. Contudo, uma definição interessante é apresentada por Diegues (1996, p.87), segundo o qual *culturas tradicionais* “são padrões de comportamento transmitidos socialmente, modelos mentais usados para perceber, relatar e interpretar o mundo, símbolos e significados socialmente partilhados, além de seus produtos materiais, próprios do modo de produção mercantil.” Mais adiante, voltar-se-á a este tema.

<sup>33</sup> Este termo, segundo concepção apresentada por Diegues (1996), incorpora uma visão do mundo natural como algo possuidor de direitos intrínsecos, sendo o homem visto como um ser destruidor da natureza por excelência. Contrapondo-se a estas idéias, encontra-se um outro ponto de vista, antropocêntrico, segundo o qual o homem teria direitos, objetivados pelo desenvolvimento

estratégias de sobrevivência e das práticas e manejos utilizados no passado, estas, desde os caçadores-coletores de dez mil anos atrás até os empresários rurais altamente tecnificados de hoje, sempre interferiram na dinâmica dos ecossistemas da biosfera terrestre. Seja selecionando espécies de plantas e animais, alterando a configuração da topografia, do solo e da paisagem em geral ou antropizando recursos naturais como a água através de métodos de canalização e irrigação, estas atividades supõem a produção de transformações sobre o meio ambiente que, em alguns casos, podem se revelar na forma de “problemas”<sup>34</sup>. Portanto, visto desta maneira, problemas ambientais (como a gestão da água e erosão do solo, proteção de sítios naturais, etc.) sempre existiram, sendo que *“tais problemas são tão reais que muitos deles já eram alvo de atenção especial e de políticas específicas muito antes de a questão ambiental ter sido levantada”* (Jollivet, 1994, p.187).

Veja-se, também, o exemplo do processo de depredação da Mata Atlântica, iniciado durante a formação do estado brasileiro durante os séculos XVII e XVIII. Já neste período, devido à consolidação do regime itinerante de derrubada e queimada da floresta, utilizado como estratégia para suprir as necessidades da crescente população das “lavras de além-mar”, a coroa portuguesa e os administradores locais se viram obrigados a enfrentar sérios “problemas” de abastecimento decorrentes da exaustão das áreas de plantio. Quer dizer, mesmo no distante mundo colonial de trezentos anos atrás, a problemática ambiental instalava-se e requisitava tanto o seu reconhecimento pela população enquanto questão relevante, como demandava a necessidade de se pensarem estratégias de combate à “crise ambiental” que então se avizinhava:

O governador procurou converter os fazendeiros paulistas ao emprego do arado, uma reforma que incluiria integrar animais de tração e seu estrume ao cultivo dos campos. Os habitantes lhe ofereceram, contudo, a ‘opinião universal’ de que os solos de São Paulo não eram adequados a aração. Esta concepção (...) era inteiramente falsa e apenas se justificava pela ‘negligência e preguiça dos nativos e pela facilidade com que a terra os sustenta a um pequeno custo’ (...). A pressão sobre a Mata Atlântica teria, em grande parte, diminuído se

---

tecnológico e científico, de controle e de posse sobre uma natureza considerada como simples reserva de recursos.

<sup>34</sup> Apesar de não concordar com uma espécie de “evolucionismo às avessas” do autor, que vê o papel da espécie humana no meio ambiente como uma relação “fatalista” e estritamente degradadora, este demonstra de forma muito lúcida e precisa como, entre outros fatores, a qualidade e quantidade das ações humanas sobre os espaços “naturais” cumpriram um papel decisivo no processo de decadência ou mesmo de extinção de muitas civilizações.

essa reforma tivesse sido bem-sucedida. Pode-se imaginar, porém, a incredulidade dos horticultores mestiços quando lhes era dito que deveriam trocar um método de cultivo, que interrompia seu lazer por não mais de quinhentas horas por ano, por outro que os teria sobrecarregado com pelo menos 2 mil horas de labuta e que, além disso, não era comprovado e talvez não fosse capaz de render colheitas maiores. (Dean, 1996, p.117).

Ao ler esta passagem do livro de Dean, é quase inevitável não associar vários acontecimentos contemporâneos que preocupam as entidades de preservação ambiental, como, por exemplo, o uso de agrotóxicos ou mesmo a antiga, mas recorrente, agricultura de queimada, a estes antigos problemas coloniais, ou seja, cá, tal como lá, o meio ambiente é posto na ordem do dia, mesmo que por um viés diferenciado. Talvez até o caráter inédito de “transversalidade” conferido à problemática ambiental atual (hoje quase uma unanimidade no meio científico), pode ser posta em xeque. Isto porque a “questão ambiental” já era, naquela época, também uma “questão social”, visto que a mesma “incredulidade” dos “mestiços” de então pode ser comparada à “inadequação” dos agricultores familiares de hoje às novas restrições ambientais.

Em conseqüência disso, poder-se-ia questionar por que certas demandas ambientais, presentes no dia-a-dia da humanidade desde muito tempo, somente puderam se converter em problemas reais e coerentemente identificáveis a partir de um determinado momento? Ou, por que este quadro de extrema degradação ambiental do século XIX, que levou as sociedades inglesa e neo-portuguesa (talvez possa se dizer européia), já naquela época, a canalizar uma atenção maior para estes problemas, não pôde se disseminar conscientemente na forma de uma problemática global? Ou ainda, já que problemas muito semelhantes aos de hoje estavam ocorrendo naquele período, por que razão a identificação e os desdobramentos da *crise ecológica* que se instalou, tomaram rumos tão distintos aos que hoje têm assumido?

Uma resposta, bastante usual nos dias de hoje, para este tipo de questionamento, gira em torno de um argumento vinculado à dimensão e ao alcance que os fenômenos ambientais adquiriram atualmente. Sob este prisma, não teria sido possível a instauração consciente de uma problemática ambiental naquele período devido ao fato de os efeitos “maléficos” das ações humanas (como a poluição, assoreamento de rios, queimadas, desmatamentos, etc.) ficarem restritos

espacialmente e não desencadearem processos de transformação em nível planetário<sup>35</sup>. Isso quer dizer que, somente com o surgimento de novos processos químico-físico-biológicos, que comprometem diretamente a estabilidade da biosfera como um todo, é que pôde surgir uma problemática ambiental. Mas será mesmo apenas por esta razão? Se for este o caso, por que, então, nos anos 40 e 50, o meio ambiente não adquire maior importância com o desenvolvimento maciço das armas nucleares após a Segunda Guerra Mundial e parte da Guerra Fria? Já que sua eventual efetividade enquanto estratégia de ação afetaria drasticamente toda a biosfera (e quase afetou), não seria este um fenômeno que diz respeito ao interesse de todos e que, portanto, apresentava dimensões globais já naquela época? Enfim, por que somente 30 ou 40 anos após o início da sua utilização é que o tema da energia nuclear ganha notoriedade e irá se revelar um dos pontos iniciais de crítica da chamada *ecologia radical* durante a década de 70<sup>36</sup>?

Estas interrogações remetem à outra dimensão importante que também está no cerne das discussões sobre meio ambiente e que têm a ver com a segunda alternativa de explicação anteriormente apresentada: a própria gênese da problemática que o envolve. Uma pequena busca por entre as reminiscências e interstícios históricos do mundo ocidental mostrará que o meio ambiente tem sido foco de preocupação desde muito tempo. Seja este considerado como “recurso”, como “divindade” ou como “paraíso selvagem”, nunca deixou de apresentar-se como algo pensado e problematizado<sup>37</sup>. Muito pelo contrário, mesmo quando, no século XVIII, consolidou-se uma visão que propunha a separação definitiva entre sociedade e natureza, sendo esta última expulsa do “paraíso da humanidade” (ou, ao inverso,

---

<sup>35</sup> Sobre esta hipótese Bourg afirma: “*todas estas crises [anteriores], no entanto, eram de âmbito local. Neste particular, são radicalmente diferentes da crise atual, caracterizada pela alteração dos grandes mecanismos reguladores*” (Bourg, 1997, p.82). Além deste, outros atores, como Altvater (1995) e Ponting (1995), também sustentam ponto de vista semelhante.

<sup>36</sup> Ecologia radial ou Ecologia Profunda (do inglês, *Deep Ecology*), estes termos referem-se a um tipo de concepção que visa “*ir além do simples nível factual da ecologia como ciência, para um nível mais profundo de consciência ecológica*” (Diegues, 1996, p.44) e que acabou resultando em todo um movimento de contestação baseado na “*idéia de que o desenvolvimento produtivista e a exploração da natureza não podiam prolongar-se sem ameaçar a existência do homem*” (Alphandéry, 1992, p.55).

<sup>37</sup> Autores como Larrère e Larrère (1997); McCormick (1992); Gonçalves (1998); Ferry (1994); Diegues (1996), Dean (1996) entre outros, demonstraram muito bem como a preocupação com o meio ambiente sempre existiu para a sociedade ocidental desde a Grécia antiga até os dias de hoje.



sendo o homem excluído desta nova “natureza”), este exílio não significou, de maneira alguma, a eliminação incondicional da natureza (e do meio ambiente).

Não obstante, obviamente é preciso reconhecer que o conceito de meio ambiente é definido historicamente no tempo e no espaço e, por conseguinte, não possui hoje os mesmos significados de 100, 200 ou 300 anos atrás. Do mesmo modo, a compreensão de meio ambiente em países como a Alemanha, será totalmente diferente de outros como a Turquia ou o Brasil, por exemplo. Ou, ainda, a conotação que esta idéia assume em cidades como Porto Alegre, será diametralmente distinta daquela assumida em uma realidade como a de Maquiné. Isto sem falar que o aparente “sucesso” da nova temática *ambiental* é um fenômeno ainda muito restrito em termos planetários. Quer dizer, em países cujas populações enfrentam sérias dificuldades para suprir suas necessidades básicas (como alimentação, educação, saúde, habitação, etc.) ou mesmo nas camadas economicamente menos favorecidas das nações “ricas”, a *questão do meio ambiente* é, se não completamente desconhecida, no mínimo marginal ou indiferente<sup>38</sup>. Como afirma Diegues (1996, p.58), “*não se pode negar que houve uma dessacralização da natureza, mas (...) a experiência de um mundo natural radicalmente dessacralizado é acessível apenas a uma minoria nas sociedades modernas, e, dentro dela, sobretudo aos cientistas.*”

Além disso, apesar da consolidação e da supremacia, nos últimos dois séculos, de um tipo de concepção que faz do meio ambiente mero recurso a ser usufruído, toda uma gama de novos sentidos e novos mitos (ou *neomitos*, como sugere Morin, 1991) foram concomitantemente (re)produzidos e (re)incorporados. Exemplo visível disso pode ser visto nos agro-eco-sistemas, em que convivem, muitas vezes, visões bastante diversas sobre o que representa o meio ambiente e que, mesmo dentro do *campo ambiental*, são também muito recorrentes.

Neste sentido, nestes espaços, por exemplo, podem “coabitar” os discursos dos agentes envolvidos: um tipo de concepção que vê o meio ambiente apenas como substrato inerte à disposição da espécie humana; ou pontos de vista ligados a uma aposta na solução dos problemas ambientais através de um avanço no processo de desenvolvimento tecnológico; ou um tipo de abordagem que pretende focar a

possibilidade de se estabelecer uma convivência “harmônica” entre homem e natureza; ou, ainda, a ocorrência de idéias vinculadas à proteção da natureza de todo e qualquer artifício humano, sacralizando, assim, os processos naturais e colocando ênfase na possibilidade desta encerrar no seu interior alguns dos mistérios da própria existência do universo. Esta ampla diversidade de visões, verificável em qualquer espaço social, aponta para o fato de que toda sociedade, toda cultura, irá *inventar* a sua concepção particular do que representa a idéia de meio ambiente e, conseqüentemente, de natureza<sup>39</sup>. Ambas as noções não são, portanto, “naturais” ou intrinsecamente pertencentes a uma consciência humana universal, mas sim são criadas e instituídas através dos processos históricos e sociais por que passaram tais sociedades.

Por outro lado, entretanto, é plausível pensar que a noção de meio ambiente enseja certas idéias comuns e que formam, temporal e espacialmente, a trama de sentidos que lhe dá legitimidade. Por exemplo, há, hoje, uma delimitação bem clara entre um mundo dos *humanos* e um mundo *natural* (ou, como querem alguns, dos *não-humanos*)<sup>40</sup>, mecanismo que torna o meio ambiente passível de se tornar algo definível e, conseqüentemente, utilizável, um recurso à disposição da espécie humana. Há, no entanto, também um certo consenso sobre a idéia de meio ambiente como um valor, ou seja, como sendo “um bem comum da humanidade”, algo, portanto, que necessita ser cuidado e preservado, “*algo que se deveria respeitar, admirar e cuidar para além dos interesses imediatos das sociedades*” (Carvalho, 2001, p.36). Portanto, seja na forma de um ser que deve também ter os seus direitos (como sugere a hipótese Gaia, por exemplo<sup>41</sup>) ou entendida como reserva de riqueza

---

<sup>38</sup> Sobre este aspecto, Fuks (1998, p.92), interpretando Smith (1974), é categórico: “*o meio ambiente não se apresenta como um questão relevante para as classes sociais que ainda não têm asseguradas as condições básicas de sobrevivência*”.

<sup>39</sup> Aqui é importante distinguir as expressões natureza e meio ambiente. A primeira não engloba um conceito definido, mas uma idéia, a qual, por sua vez, dá sustentação valorativa ao conceito de meio ambiente. Segundo Bourg, “*(...) o tipo particular de significado que está ligado à palavra natureza não evoca um conceito. Um conceito é uma classe, definida por um certo número de propriedades, que permite juntar todos os indivíduos que satisfazem estas propriedades. Em conseqüência, o que é próprio de um conceito é pôr-nos imediatamente em relação com indivíduos concretos. (...) Em contrapartida, as idéias não possuem este poder de representação; não nos mostram indivíduos de modo imediato. São alinhamentos de conceitos graças aos quais organizamos as nossas representações*” (1997, p.68).

<sup>40</sup> Sobre isto, ver Latour (1994) e Schmitt (2001).

<sup>41</sup> Segundo Lovelock (1998), um dos formuladores desta hipótese, “*as pesquisas mais recentes em biologia e etologia mostram que a lei que comandou o processo da constituição dos ecossistemas não*

(para ser guardada às gerações futuras, segundo o Relatório Brundtland, 1987<sup>42</sup>), o meio ambiente sugere, hoje, a busca de uma idéia de universalidade e que tem relação com o “*interesse comum da humanidade*” (Trindade, 1993, p.49).

Neste sentido, muito embora a visão de natureza (da qual deriva o conceito de meio ambiente) como “sujeito de direito” venha a ser, em parte, restabelecida duzentos anos mais tarde, esta idéia até então predominante, perdeu, ao longo dos últimos dois séculos, seu estatuto de espaço composto por “*criaturas de Deus, que tinham direito de viver*”<sup>43</sup>. O projeto que predominou neste período foi o da erradicação de qualquer tipo de vínculo entre a sociedade, sua cultura e o meio ambiente e seu “universo natural”, ou seja, com a eliminação de todo e qualquer resquício do que foi, para os gregos antigos a noção de *physis*<sup>44</sup>, natureza e meio ambiente passaram a não mais indicar uma pretensa aura de totalidade, prevalecendo, neste processo de resignificação, uma paulatina desqualificação dos dispositivos considerados “exteriores” ao homem. Segundo Larrère e Larrère (1997, p.67), “*a introdução de um novo princípio ético parece acompanhada por uma desvalorização da natureza, susceptível de pôr fim ao naturalismo antigo. A natureza já não é um ‘cosmos’, deixa de ser eterna, nem sequer é engendrada, é criada.*” Como consequência disso, tudo o que for visto como não-humano pode, automaticamente, dessa forma, transformar-se em mero objeto de que o homem vai se apropriar.

Sob esta lógica, compreende-se, em parte, por que também fazia certo sentido para o pensamento ocidental do século XIX “usar” como simples objetos à

---

*foi a luta pela sobrevivência do mais forte, mas um imenso processo sinérgico, baseado na colaboração e na solidariedade entre os seres (...) Portanto, Gaia funciona a partir do ato de um organismo individual que se desenvolve até o altruísmo global. Envolve ação em nível pessoal.*” Para uma análise mais profunda sobre estas idéias, consultar Lovelock (1987).

<sup>42</sup> Este Relatório, elaborado pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e do Desenvolvimento, alerta para o fato de que é preciso potencializar aqueles esquemas de desenvolvimento que têm como objetivo “*a satisfação das necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades*” (1997 apud Guzmán, 1997, p.21).

<sup>43</sup> Sobre a retomada da personalidade jurídica do “natural”, é emblemática uma passagem de Hermitte (1988), na qual ela vê com bons olhos alguns precedentes pelos quais “*faz-se de uma zona, escolhida em função do seu interesse como ecossistema, um sujeito de direito, representado por uma comissão ou associação encarregada de fazer valer seu direito sobre si mesmo, isto é, o direito a permanecer no estado em que está ou o direito a reencontrar um estado superior*” (Hermitte apud Ferry, 1994, p.17).

<sup>44</sup> “*A palavra physis indica aquilo que por si brota, se abre, emerge, o desabrochar que surge de si próprio e se manifesta neste desabrochamento pondo-se no manifesto. (...). Neste sentido, a physis encontra em si mesma a sua gênese; ela é arkê, princípio de tudo aquilo que vem a ser. (...)* Por isto

disposição de seus “donos”, não somente “recursos naturais”, mas também índios, negros, asiáticos, pobres ou outras populações e indivíduos que não se assemelhavam ao tipo “humano ideal” (branco, cristão e ocidental). A alteridade entre estas civilizações (para a qual contribuiu o processo de desqualificação da natureza) era tão exacerbada, que estes “outros” seres humanos quase não eram reconhecidos como pertencentes a uma mesma “humanidade”, o que legitimava, em certa medida, a também “coisificação” dos seus corpos e mentes<sup>45</sup>. Entende-se, também, por que, em agro-eco-sistemas como o da bacia do Rio Maquiné, certos agentes sociais (tanto agricultores como mediadores) irão reivindicar repetidas vezes o direito de “posse” sobre a terra, as árvores, os animais, a água, etc. Este aspecto surge em um tipo específico de discurso que pôde ser notado em várias das falas dos entrevistados, principalmente no caso dos agricultores.<sup>46</sup> Da mesma forma, sob esta perspectiva é também bastante compreensível que qualquer contestação deste “direito” que, historicamente, foi legado aos agricultores, seja entendida, por parte de quem detém este bem, como um tipo de ingerência autoritária ou mesmo um ato sem sentido. Como afirma Diegues (1994, p.65), *“essa atitude é vista pelos moradores como um roubo de seu território que significa uma porção da natureza sobre o qual eles reivindicam direitos estáveis de acesso, controle ou uso da totalidade ou parte dos recursos aí existentes.”*

O que fica, entretanto, em aberto, no caso dos defensores de uma teórica imaterialidade da problemática ambiental (e tudo o que a ela se refira), é o fato de, mesmo que se admita que o meio ambiente que se vê é algo, de certa forma, já pronto para o olhar daquele que observa, esta visão condicionada não elimina sua existência objetiva e, conseqüentemente, as arbitrariedades dela decorrentes. Isto pode ser demonstrado analisando-se novamente o próprio objeto empírico deste estudo: o agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné. Neste espaço social, fica evidente a segregação de *subjetividades* que, concordando-se com Guattari (1990 *apud* Paiva,

---

*pôde Heidegger dizer ‘a physis é o próprio ser, graças ao qual o ente se torna e permanece observável’* (Bornheim, 1985 *apud* Gonçalves, 1998, p.29).

<sup>45</sup> Muito embora esta concepção tenha, em grande parte, se dissipado desde esta época, ela perdura nos dias de hoje, mesmo que subliminarmente, em certas práticas e percepções que se adotam sobre categorias sociais como os indigentes, os “loucos”, os homossexuais, os condenados. Isto, porque os comportamentos destes indivíduos são vistos como inumanos, selvagens ou desvios da própria condição humana (Sobre isso, ver Foucault, 2001, 1989, 1985, 1984; e Bourdieu, 1999).

<sup>46</sup> Sobre isto, ver capítulo 7.

2000, p.35), constitui matéria-prima de toda e qualquer produção cognitiva por parte dos indivíduos, de sistemas de representações, de sensibilidades etc. Em outras palavras,

por mais que um ator insista em estabelecer a conexão direta entre problemática ambiental e sua condição objetiva, no decorrer do seu discurso, aqui e ali, em suas definições e argumentações, vislumbra-se sua faceta subjetiva. [Entretanto], torna-se explícito que, agregada a tal percepção objetivista, se tem, sempre, uma construção social específica que, no decorrer, materializar-se-á em distintas 'problemáticas ambientais' (Coelho, 2002, p.32).

Em última análise, isto quer dizer que este mesmo *sistema de representações* existirá também naquela região não só como *discurso*, mas se materializa, por exemplo, na implantação de uma reserva ecológica; na abertura de um escritório da SEMA; na instalação de uma Organização Não-Governamental como a Anama; na atuação da fiscalização ambiental; na criação de um departamento do meio ambiente pela prefeitura local; no intenso processo de assoreamento do Rio Maquiné; nos roubos de palmito localizados nas propriedades dos agricultores; nas lindas paisagens compostas de penhascos, desfiladeiros, cachoeiras, lagoas, Mata Atlântica e agricultores familiares; enfim, em tantas coisas que, naquele agro-eco-sistema, existem concretamente. Não são, portanto, apenas *invenções sociais* abstratas, mas situações reais nas quais, a todo momento, componentes subjetivos e objetivos se ajustam e se amalgamam conforme os dispositivos envolvidos. Como lembra Queiroz (1992, p.14),

A existência desta associação fundamental entre objetividade e subjetividade foi durante muito tempo desconhecida; supunha-se, isso sim, que eram contraditórias, tão incompatíveis que em surgindo uma, a outra se apagava. Tal maneira de ver se estendeu também aos procedimentos e técnicas que foram sendo empregadas nas pesquisas.

Ao refletir sobre estas indagações, feitas a partir das duas possibilidades de compreensão da problemática ambiental levantadas, um terceiro enfoque, adotado neste trabalho, surge como alternativa. Nem tanto absolutivista, nem tanto subjetivista, este se baseia em uma concepção que, por um lado, reconhece a existência de certas condições objetivas, mas considera, contudo, que estas condições são histórica, social e culturalmente produzidas e, portanto, *inventadas*. Como afirma Bourdieu (1998a, p.93):

Ora, se é bom lembrar que o gênero, a nação, a etnia ou a raça [mas também diria o meio ambiente] são construções sociais, é ingênuo, e portanto perigoso, crer e deixar crer que basta ‘desconstruir’ estes artefatos sociais, numa celebração puramente performativa da ‘resistência’, para os destruir: isso é, com efeito, ignorar que, se a categorização segundo o sexo, a raça [a natureza] ou a nação é de fato uma ‘invenção’ racista, sexista, nacionalista, [ou romântica] se encontra inscrita na objetividade das instituições, quer dizer, das coisas e dos corpos.

De forma análoga, portanto, a *invenção* da problemática ambiental não se resume à formação de um novo discurso “ecológico” derivado da conjunção de certas forças etéreas pairando acima da realidade, mas se estrutura e se institucionaliza (se constrói e é construída) a partir da consolidação de um *campo ambiental* dotado de uma certa *autonomia relativa*<sup>47</sup> em relação as forças sociais dominantes e aos interesses envolvidos de um modo geral. Do mesmo modo, não pode ser reduzida ou se encontrar condicionada a uma lógica ditada por macroestruturas sobredeterminantes. Neste sentido, o uso do conceito de *campo ambiental* apóia-se, aqui, na concepção de campos sociais proposta por Bourdieu (1998a)<sup>48</sup>, o qual foi posteriormente desenvolvido por Carvalho (2001) especificamente para o caso da problemática ambiental. Segundo esta autora,

Com a noção de campo ambiental interessa circunscrever certo conjunto de relações sociais, sentidos e experiências que configuram um universo social particular. Conforme Bourdieu (1989), a noção de campo social evoca um espaço relativamente autônomo de relações sociais historicamente situadas, que produz um certo conjunto de valores, uma ética, traços identitários de um sujeito ideal, naturaliza certos modos de ver e se comportar que põem em ação as regras do jogo do campo. Enquanto um espaço estruturado e estruturante, o campo ambiental inclui uma série de práticas políticas, pedagógicas, religiosas e culturais, que se organizam de forma mais ou menos instituídas seja no âmbito do poder público, seja na esfera da organização coletiva dos grupos, associações ou movimentos da sociedade civil; reúne e forma um corpo de militantes, profissionais e especialistas; formula conceitos e adquire visibilidade através de um circuito de publicações, eventos, documentos e posições sobre temas ambientais (Carvalho, 2001, p.19).

<sup>47</sup> Nas palavras de Bourdieu (1998a, p.88): “os poderes que se exercem nos diferentes campos (nomeadamente naqueles onde está em jogo uma espécie particular de capital cultural, como o campo médico ou o campo jurídico) podem, sem qualquer dúvida, ser opressivos sob um certo aspecto, e na ordem que é sua, de molde, portanto, suscitar legítimas resistências, mas dispõem de uma ‘autonomia relativa’ em relação aos poderes políticos e econômicos, oferecendo no mesmo lance a possibilidade de uma liberdade em relação a eles.”

<sup>48</sup> Para Bourdieu estes campos, enquanto microcosmos sociais: “propõem aos que neles estão envolvidos um espaço de possíveis que tende a orientar sua busca definindo um universo de problemas, de referências, de marcas intelectuais (freqüentemente constituídos pelos nomes de personagens-guia), de conceitos em ‘ismo’, em resumo, todo um sistema de coordenadas que é preciso ter em mente - o que não quer dizer na consciência - para entrar no jogo” (Bourdieu 1996 apud Carvalho, 2001, p.19).

Enfim, recusam-se, neste caso, “*os dois termos da alternativa comumente admitida: o absolutismo ‘logicista’ que pretende dar ‘fundamentos lógicos’ a priori (...) e o relativismo ‘historicista’ ou ‘psicologista’*” (Bourdieu, 1998a, p.91). Nem macro/objetivas, nem micro/subjetivas determinações:

a questão não é admitir uma lógica endógena, que se referiria às manifestações espontâneas e autônomas dos atores sociais, ou seja, a respostas mais ou menos mecânicas e disjunções formuladas pela macroestrutura, sem que intervenha alguma interpretação da parte dos atores; não se trata também, ao contrário, de falar de uma lógica exógena, que vincularia a ação das elites político-organizacionais a um projeto. Trata-se, do ponto de vista teórico-metodológico, de interpretar a autonomia em termos que não sejam aqueles de liberdade total, de independência absoluta, e a dominação como anulação total de poder e de identidade do dominado. (Almeida, 1998 p.36).

Tomando-se esta perspectiva, pensada para a problemática da autonomia social em Almeida (1998), a instituição da problemática ambiental atual institui-se através de um acúmulo de subjetividades cujo processo dá corpo a uma “história incorporada”, a um *habitus* (Bourdieu, 1998a). Neste sentido, o *campo ambiental* se estrutura a partir de todo um conjunto de idéias e princípios (morais, religiosos, ideológicos, étnicos, etc.) sobre meio ambiente que são historicamente “calcinados” no interior deste *habitus*. Isto implica considerar a importância de toda a carga simbólica arraigada no pensamento humano sobre meio ambiente no decorrer do tempo, o que vale tanto para o caso das cosmologias trazidas pelos remanescentes das chamadas *populações tradicionais*, como para os elementos subjetivos produzidos pela própria civilização ocidental moderna.

Dentre estes dispositivos, para o caso da problemática ambiental, podem-se citar certas tradições inscritas, por exemplo: na concepção de natureza viva e pensante dos gregos pré-socráticos; na compreensão iluminista de uma natureza controlada pela razão; nos sentimentos idílicos e arcadianos de apego à terra no século XVII; nas sensibilidades românticas oitocentistas de (re)encantamento do mundo; na nostalgia cristã à procura do Éden, depois transformado em uma suposta “natureza intocada” pelos preservacionistas norte-americanos do século XIX; nos movimentos contraculturais e contestatórios iniciados nos anos 60; ou ainda na revalorização, sob o signo do *Small is Beautiful*, de modos de vida praticados pelas *populações tradicionais* durante a década de 70 (Carvalho, 2001; Larrère e Larrère,

1997). Enfim, isto representa dizer que, no centro das representações sobre a problemática ambiental, a subjetividade aparece no digladiar de forças passadas e presentes que, contrariamente ao que se poderia pensar, não desaparecem com a construção de um “futuro”, mas permanecem vivas através da geração de um novo *habitus*<sup>49</sup>.

Contudo, do mesmo modo que o meio ambiente (ou a razão, a verdade, a realidade, etc.) pôde ser construído histórica e socialmente, esta *invenção* materializa-se também objetivamente nas coisas, isto é, na linguagem, nos comportamentos, nas novas tecnologias, nos desastres ecológicos, nas instituições ligadas à preservação do meio ambiente, na poluição em geral e nas alterações climáticas globais. Baseado nesta concepção, a problemática ambiental emerge como um conjunto de idéias e questionamentos relacionados aos conflitos entre o padrão urbano-industrial de produção e o consumo característico da sociedade moderna e a condição ambiental atual do planeta. Conseqüentemente, esta questão agrega significados e relações que se estabelecem por conta das percepções/práticas (as *representações*), posturas, opiniões e atitudes dos agentes e grupos sociais e a ação de maneira geral das instituições que incidem ou dizem respeito à forma de ordenamento espaço-tempo (Giddens, 1991) do próprio *campo ambiental*.

Uma comprovação disso revela-se, por exemplo, na possibilidade de a sociedade conseguir identificar práticas e comportamentos como sendo “ecológicos”. No caso específico dos agricultores, mesmo que estes anteriormente já adotassem um manejo semelhante ao que hoje se considera “adequado” do ponto de vista ambiental, suas ações não eram, até há pouco tempo, vistas deste modo. Isto somente se tornou possível devido a um processo de resignificação da problemática

---

<sup>49</sup> Obviamente, estas questões precisariam ser melhor aprofundadas. Entretanto, apesar de reconhecer a importância do tema, não é pretensão deste trabalho (devido à disponibilidade de tempo e à amplitude da análise) reconstruir toda a genealogia da problemática ambiental, mas sim chamar atenção para o *status* dinâmico e o caráter não estático que ela assume no tempo e no espaço. Apesar disso, boa parte dos autores aqui utilizados para instrumentalizar as análises sobre a problemática ambiental procuram resgatar (às vezes sem ter esta pretensão explícita, é verdade) os sentidos incorporados historicamente por uma certa *tradição ambiental* (McCormick, 1992; Rohde, 1996; Buttel, 2000; Ponting, 1995; Ferry, 1994; Gonçalves, 1998; Diegues, 1996; Larrère e Larrère, 1997; Carvalho, 2001; Bourg, 1997; Jollivet, 1994). Mesmo assim, o que se procurou fazer, durante a pesquisa, para compensar este fator limitante, foi procurar resgatar parte da história do agro-ecossistema da bacia do Rio Maquiné, bem como o passado dos entrevistados através das suas diferentes trajetórias sociais.



ambiental, feita através da incorporação de um novo *habitus* e que se objetiva na formação de um novo espaço de lutas aqui identificado pela noção de *campo ambiental*. Se isto não tivesse ocorrido, não teria sido possível, mesmo para os agricultores, começar a valorizar certas atitudes e formas de pensar a natureza, ou seja, não teria sido possível nem mesmo trazer à tona este *capital social*<sup>50</sup>, já incorporado há muito tempo por uma substantiva diversidade de grupos sociais vivendo em diferentes agro-eco-sistemas.

Mas, pode-se perguntar a esta altura, o que concretamente está em jogo, nos dias de hoje, dentro do amplo espectro de relações inseridas dentro dos limites do *campo ambiental*? Que contradições seus agentes participantes buscam resolver? Segundo a perspectiva apresentada, pode-se dizer que, de maneira geral, o que está em jogo na luta ideológica e social travada entre as diferentes posições dentro do campo, é a própria determinação do que deve ser “correto” em termos de políticas ambientais (característica esta que se estende também para os agro-eco-sistemas). No centro desta luta, a principal oposição que nutre os conflitos decorrentes provém, de um lado, da idéia de *preservação* e, de outro, da idéia de *utilização* do meio natural. Neste sentido, a polaridade que se instala entre a necessidade de “uso” de tais recursos disponíveis no meio ambiente e a necessidade de “preservá-los”, funciona como componente desencadeador de inúmeros atritos dentro do campo e, mais especificamente, nos agro-eco-sistemas. Enfim, será com base nas disputas dos agentes por maior legitimidade junto à construção de um sentido comum sobre a problemática ambiental, que se irá buscar dizer “o que” deve ser preservado e/ou utilizado e “de que forma” deve ser esta preservação e/ou utilização.

Um exemplo interessante sobre este tipo de conflito derivado da luta por uma definição legítima da problemática ambiental pode ser visto em Coelho (2002) no caso específico do campo técnico-científico ligado à agricultura. Esta autora faz suas análises a partir da identificação de dois padrões discursivos contrários: um, exaltando o “mau uso da técnica” como gerador dos problemas ambientais aliado à

---

<sup>50</sup>Aqui se toma o conceito bourdianiano de capital social, onde se dá ênfase nos conflitos e funções de poder (relações sociais que aumentam a habilidade de um agente para atingir seus interesses). As posições sociais e a divisão de recursos econômicos, culturais e sociais são legitimadas em geral com a ajuda de capital simbólico. Ou seja, nesta perspectiva capital social se torna um recurso dentro das lutas sociais que são travadas em arenas sociais diferentes, ou “campos” como propõe Bourdieu (1980).

possibilidade de haver uma “boa ciência” (esta, ideologicamente acéptica) que dê conta destes problemas; e, outro, apoiando-se na crítica ao “modelo de agricultura moderna”, visando buscar a sua superação, ou através da consolidação da agroecologia como uma ciência, ou pela utilização da problemática ambiental como um poderoso arsenal de transformação da sociedade. O que interessa, no entanto, perceber, é que este estudo demonstra como, de forma muito perspicaz, os agentes de ambos os lados irão pretender, baseados em argumentos os mais diversos (cientificidade, eficiência tecnológica, sustentabilidade, segurança alimentar ou ainda racionalidade), a todo momento, definir o que deve ser “a verdade” em relação às práticas agronômicas e suas conseqüências para o meio ambiente. Segundo a autora,

Dominantes e dominados no campo, através da evolução de argumentos e da conseqüente constituição de estratégias, guiam-se, invariavelmente, pela tentativa de legitimar/afirmar suas proposições, ou seja, proposições englobadas no seu espaço de domínio do campo tecnocientífico. (...) Do lado dos dominantes, não é a incorporação de uma “preocupação ambiental” o elemento capaz de provocar o abalo de uma orientação produtivista e da supremacia da “boa ciência” como a instância promotora de legitimidade no campo tecnocientífico. Por sua vez, os opositores tentam se fazer valer da dimensão ambiental como mais um elemento a engrossar o seu arsenal de críticas ao modelo de modernização, bem como uma forma de impulsionar a visibilidade e legitimidade da agroecologia. (...) Para tanto, sua proposição não pode ser contestada pelo viés ambiental, ao contrário, deve assumir a forma ‘ambientalmente correta’ (Coelho, 2002, p.135-136).

Em linhas gerais, o principal mecanismo atuante neste processo reside na própria repetição cotidiana das principais idéias sobre meio ambiente e sua conseqüente apropriação pelo senso comum. Será através desta articulação tautológica e que gera um sentido de “acostumação”, que certas evidências sobre um assunto qualquer (o uso de agrotóxicos, o desmatamento da floresta, a caça de animais silvestres ou o extrativismo predatório) podem ser consensualmente partilhadas por todos. Isto significa que a produção das idéias que dão consistência a um sentido comum (por exemplo, sobre a prática da queimada) e cujo grau de aceitação dependerá da qualidade do discurso e do maior ou menor poder de influência dos seus autores, resulta da reprodução contínua dos argumentos utilizados por estes agentes dentro do *campo ambiental*.

A comprovação deste processo de “acostumação” e instituição de novos sentidos sobre a problemática ambiental pode ser facilmente observada, voltando-se novamente para o agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné. Neste local, até a

década de noventa, discussões efetivas sobre meio ambiente eram percebidas de uma forma completamente distinta se comparada como os dias de hoje, fato que, em poucos anos, modificou-se a tal ponto que, atualmente, um grande debate está em curso. Antes deste período, qualquer idéia sobre preservação da natureza ou defesa do meio ambiente era pouco ou muito pouco considerada. Contudo, em menos de cinco anos, inicialmente por conta da intensiva ação de órgãos fiscalizadores e, depois, pela chegada de novos agentes sociais, toda uma nova gama de concepções sobre meio ambiente começou a se disseminar, fazendo com que hoje se possa já visualizar um quadro bem distinto daquele de dez anos atrás<sup>51</sup>.

Uma outra característica própria do *campo ambiental* é que, por ser este espaço de debate ainda pouco consolidado em termos de delimitação de um *nomus*<sup>52</sup>, o monopólio da *competência ambiental* (conferida pela sociedade aos agentes encarregados de designar os preceitos “verdadeiros” sobre meio ambiente) não pode se manifestar tão visivelmente como em outros campos. Ao mesmo tempo, também o “conjunto de pressupostos inseparavelmente cognitivos e valorativos cuja aceitação é implicada pela própria pertença” (Bourdieu, 1998a, p.85) dos agentes, e que este autor chama de *doxa*, não está ainda suficientemente cristalizado. Isto significa que as normas e leis, que deveriam constituir os princípios norteadores das disputas dentro do *campo ambiental*, permanecem ainda pouco definidas. Como conseqüência, o *espaço de discussão legítima* que, por sua vez, delimita as “grandes oposições obrigatórias que, paradoxalmente, unem os que opõem, uma vez que é necessário ter em comum o admiti-las para se tornar possível a oposição a seu respeito” (Bourdieu, 1998a, p.85), tende a tornar-se demasiado disperso. Mais do que isto, a própria autorização para falar e agir legitimamente, fica somente em parte outorgada aos agentes e instituições que reivindicam tal *status* político, abrindo espaço, ainda que pequeno, para que uma gama de agentes teoricamente “menos qualificados” (como é o caso dos agricultores e mediadores sociais) possam também

---

<sup>51</sup> Segundo vários entrevistados e outras testemunhas contatadas pelo pesquisador, o período de maior tensão e conflitos na região aconteceu por volta de 1995/96, quando a fiscalização ambiental atingiu seu ponto máximo em termos de atuação restritiva e punitiva.

<sup>52</sup> Para Bourdieu, o que ele denomina *nomus* configura-se uma espécie de constituição, leis fundamentais segundo as quais o debate, o conflito e as lutas podem se formar dentro do campo. Como conseqüência, os agentes são obrigados a movimentarem-se conforme estas regras continuamente impostas através dos aportes provenientes do *habitus* do campo, sob pena de não serem sequer ouvidos pelos demais.

se pronunciar propositivamente. Enfim, o que acontece é uma materialização parcial da legitimidade do “discurso competente”<sup>53</sup>.

Neste ponto, diferenças importantes separam o *campo ambiental* de outros campos sociais. Mormente se possa hoje identificar razoavelmente um processo constitutivo de um novo “ambiente de lutas” (o qual reivindica uma certa autonomia sobre as discussões relativas ao meio ambiente), têm-se que reconhecer que este espaço encontra-se ainda pouco consolidado. Exemplo disso pode ser visto através da comparação com o campo científico ou o campo jurídico, muito mais estruturados enquanto processo de produção de significados e de lógicas de pensamento (para os temas a eles concernentes, é claro). Já no caso do *campo ambiental*, na medida que sua autorização (conferida pelos agentes participantes, pelos demais campos, pelas instituições e pela sociedade em geral) enquanto *espaço de discussão legítima* é ainda pouco consistente, este irá apresentar um grau de reconhecimento deveras menos representativo.

Parte desta permeabilidade menos rígida, no que se refere à variabilidade de tipos e grupos de interlocutores autorizados a participar e se pronunciar dentro do *campo ambiental*, deve-se ao caráter (ainda) transversal da problemática que o envolve. Para Jollivet, por exemplo, este aspecto instável e não solidificado pode ser traduzido segundo algumas especificidades próprias da problemática ambiental, tais como: sua “jovialidade” enquanto um problema social colocado na “ordem do dia”; seu caráter polissêmico e impreciso em termos de produção de significações e simbolismos; sua inadequação às “grandes questões políticas clássicas”; sua capacidade de mobilização e sensibilização social (Jollivet, 1994, p.95-96). Indo na mesma direção, Alphandéry et alli (1992, p.9) chega a afirmar que “*alguns poderiam tranqüilamente sustentar a idéia de que a ‘maionese ecológica’ está, no momento atual, tomando consistência*”<sup>54</sup>.

---

<sup>53</sup> Ou seja, aquele discurso que explicita que “*não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e circunstâncias já foram predeterminadas para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência.*” (Chauí, 1980 *apud* Aranha e Martins, 1986, p.203).

<sup>54</sup> Uma característica comum na grande maioria dos analistas que se aventuraram a refletir sobre a problemática ambiental, reside na identificação do seu caráter paradoxal. Mesmo fazendo uso de

Além disso, em um país como o Brasil, onde não há ainda uma forte consolidação dos processos de institucionalização jurídica das bases capitalistas, amplia-se ainda mais esta capacidade de injunção dos agentes sociais através dos diferentes campos, mesmo que isto implique a existência e a continuidade de fortes relações de dominação. No caso dos agro-eco-sistemas (em particular no que se refere aos agricultores), esta aparente ambigüidade em relação a capacidade de interpretação e de construir novas ações é apontada por Almeida (1999, p.149),

Certas sociedades, como a brasileira, permitem uma dilatação das margens do sistema formal e institucional. Isso revela ao mesmo tempo um aspecto negativo, a saber, a concentração do poder e, outro, positivo, a possibilidade para muitas pessoas que vivem na marginalidade encontrarem condições mais ou menos confortáveis para viver e trabalhar. Mas isso não ocorre sem uma forte dependência em relação ao 'centro'. Parece que se trata, aqui, de uma forma de auto-organização da 'periferia', que busca constituir uma via mais autônoma no interior do sistema econômico, em se dotando de certos níveis de liberdade e independência em relação ao esquema dominante e ao padrão clássico moderno de organização.

Entretanto, não obstante a veracidade destas afirmações, é necessário ter o cuidado de não fazer uma leitura de modo a conceder a estas características um mero estatuto causal ou ainda reduzi-las a simples efeitos decorrentes do *campo ambiental*. Mais do que efeitos ou causas verdadeiras da problemática ambiental, estes aspectos são parte integrante do processo de geração de novas subjetividades. Assim, pode-se dizer: “em geral trata-se de algo que se coloca atravessado à ordem ‘normal’ das coisas - uma repetição contrariante, um dado intensivo que apela outras intensidades a fim de compor outras configurações existenciais” (Guattari, 1990, p.28). O que está por trás disto é o fato da problemática ambiental encontrar-se visceralmente instalada dentro de um contexto histórico, social e cultural contestatório, em que a supremacia de outros campos é colocada em xeque pela capacidade crescente do *campo ambiental* de realizar ingerências em áreas tão distintas como a ética, a política e a economia. E é justamente o caráter difuso da dimensão ambiental que causa esta interferência.

---

diferentes adjetivações para designar esta questão (“turva”, “gelatinosa”, “nebulosa”, “não solidificada”, “incômoda”, “permeável”, “leve”, “moldável”, “original”, etc.), autores como Alphandéry et. alli (1992); Gonçalves (1998); Guattari (1990); Jollivet (1994); Larrère e Larrère (1997), entre outros, comungam com esta perspectiva de que se está lidando com algo ao mesmo tempo consensual e contraditório.

Por outro lado, esta característica tem também seu lado reverso. Isto porque, apesar de os agentes manifestarem suas posições e atuarem discursivamente com base na oposição preservar/utilizar, muito facilmente eles são levados a atuarem mais segundo motivações propostas por estes outros campos, do que propriamente aquelas vinculadas às disposições do *campo ambiental*. Quer dizer, muito facilmente se estabelecem prerrogativas que fogem aos limites da problemática ambiental, sendo seus elementos constituintes cooptados e, às vezes até, totalmente dilacerados e descaracterizados no desenrolar do debate.

É neste contexto, portanto, de relativa instabilidade do campo em termos de definição de normas e pressupostos balizadores, que se dá a participação de agentes sociais pretensamente frágeis em termos de capacidade de influir sobre decisões relacionadas à problemática ambiental. Em outras palavras, é só assim que os agricultores, por exemplo, podem legitimamente ter acesso, atuar e interferir dentro do *campo ambiental*, sem que, para isto, necessitem dispor de elevado capital econômico, poder político ou de um aparato discursivo e argumentativo oriundo do saber acadêmico.

Não é o caso aqui de aprofundar como se dão as lutas nos altos escalões em torno da problemática ambiental. Cabe apenas dizer que é muito graças a este mecanismo de relativa indeterminação e, de certa forma, de certa promiscuidade, que posições dominantes adotadas por uma extensa gama de agentes como, por exemplo, por cientistas (autorizados a observar, testar, explicar, desenvolver e determinar que técnicas devem ser usadas na resolução de problemas ambientais); por administradores e legisladores (encarregados de determinar e regulamentar as leis e a legislação ambientais); por juristas (aos quais cabe gerenciar o cumprimento destas leis de preservação e julgar quem está com “a razão” em caso de litígio ou dano ambiental); por educadores ambientais e jornalistas (a quem é conferido o direito de escolher e levar ao público em geral, as informações, as práticas, as condutas mais “ecológicas”); por fiscais (incumbidos de patrulhar e cuidar para que as leis ambientais sejam cumpridas), entre outros agentes participantes, podem ser tomadas, fundamentadas e aceitas como irremediavelmente necessárias. Mas, e os agricultores, como se encaixam neste processo de lutas? Estes agentes, a princípio, irão enfrentar sérias dificuldades para terem reconhecidas suas posições dentro do espaço de lutas.

Isto pode ser bem visualizado no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné. Lá, os agricultores (e em certa medida, também os mediadores sociais), por mais que sejam diretamente atingidos pelas imposições ambientais, permanecem como agentes marginais dentro do processo de discussão. Exemplo típico desta debilidade ocorre no caso particular do extrativismo de espécies como o palmito. Sobre a utilização desta planta, existe hoje uma proibição legal de corte e comercialização no Rio Grande do Sul, mas que, entretanto, podem ser liberados através de uma regulamentação da lei que trata do assunto. Esta liberação, no entanto, deve ser feita mediante um estudo técnico demonstrando que é possível o manejo sustentável e racional da espécie sem que haja redução de biodiversidade e comprometimento da sua reprodutibilidade ao longo do tempo<sup>55</sup>. O que acontece é que, embora boa parte dos órgãos e profissionais encarregados de fiscalizar e regulamentar esta questão reconheçam a necessidade da participação dos agricultores neste processo, o intercâmbio e a possibilidade de acesso destes últimos aos fóruns de debate sobre o assunto inexistem ou é quase nula.

Contudo, um fenômeno inverso pode também ocorrer, sendo conferido aos agricultores um papel decisivo na formulação de políticas ambientais nos agro-eco-sistemas. Isto, porque, como já foi dito, paralelamente às grandes decisões do campo, está em ação o mecanismo (ainda) “permeável” da problemática ambiental, o qual permite aos agricultores se pronunciarem, mesmo que com pouco poder de influência (o que vale também para a população em geral). Novamente, isto pode ser demonstrado com outro exemplo ocorrido no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné e que se refere a uma outra prática de extrativismo baseada na coleta da samambaia-preta. Como no caso do palmito, legalmente seu manejo e comercialização não são ainda permitidos no estado, mas podem também ser liberados através de um estudo semelhante. A grande diferença, neste caso, é que, através de uma articulação entre os agricultores e alguns mediadores da região, estabeleceu-se, já há algum tempo, um acordo entre samambaieiros, atravessadores de samambaia, órgãos fiscalizadores locais e a Secretaria do Meio Ambiente do Estado, permitindo provisoriamente a sua extração e comercialização até que se faça

---

<sup>55</sup> Aliado a isto está o fato de outros estados, como São Paulo, Paraná e Santa Catarina, já terem feito semelhante estudo e regulamentado o manejo do palmito.

tal estudo. Apesar da importância decisiva dos mediadores (na sua maioria integrantes de uma ONG que lá atua), sem os quais não teria sido possível esta combinação, a sua implantação baseia-se diretamente em uma reivindicação vinda dos samambaieiros e não, por exemplo, da Secretaria de Meio Ambiente do Estado<sup>56</sup>.

Para finalizar, cabe dizer ainda que, se o meio ambiente tornou-se algo importante de ser pensado; se a ele é conferida uma infinidade de significados; se não se pode hoje enquadrá-lo no espaço de disputas políticas “tradicionais”; enfim, se a sociedade reconhece na problemática ambiental uma possibilidade de contestação, estas peculiaridades estão imbricadas dentro da própria dinâmica de forças desencadeadora do fenômeno *ambiental*. Podem e devem, por conseguinte, ser historicizadas, pois compõem e incorporam, juntamente com outros dispositivos, o *habitus*, o modo de pensamento específico que irá constituir a “realidade” do fato construído e, ao mesmo tempo, objetivado. É somente sob esta perspectiva que se pode afirmar:

construção social e histórica de uma rede de significados que se articulam num campo social, (...) o ambiental tem se apresentado como uma questão catalisadora de um importante espaço argumentativo acerca dos valores éticos, políticos e existenciais que regulam a vida individual e coletiva (Carvalho, 2001, p.18).

Longe de ser apenas um problema decorrente das “externalidades” de um determinado modelo socioeconômico, ou ainda uma nova dificuldade a ser superada através da ciência e do progresso técnico-científico, a *invenção* da problemática ambiental possui uma historicidade, um passado em que ela se coloca sempre presente. Sendo assim, toda e qualquer interpretação deste jogo de fatos e sentidos carrega consigo um certo *enraizamento*, um passado histórico definido. É esta espécie de lastro cultural (que para Bourdieu equivale à noção de *habitus*), fio condutor que dá sentido ao vazio, que “*fixa um solo e como que uma pátria [para a dimensão ambiental e] determina a área cultural (...) onde se pode reconhecer, para este saber, sua validade*” (Foucault, 1990, p.388).

Apesar de concordar-se com a idéia de que o meio ambiente só teve condição de se constituir efetivamente como problema social e adquirir consistência e corpo

---

<sup>56</sup> Uma análise mais aprofundada sobre este processo é feita no capítulo 7.



junto aos *espaços públicos*<sup>57</sup> devido à conformação dinâmica de forças que regem a produção de novos valores ou, como quer Foucault, que organizam a construção de *subjetividades*, é bom lembrar que estas forças não permanecem intangíveis ou contingentes. Pelo contrário, conformam certas estruturas mais ou menos identificáveis as quais estão imbricadas e sobrepostas umas às outras (o *campo ambiental*, por exemplo, “bebe” no e é “bebido” por outros campos como os campos político, religioso, ético e/ou econômico).

Em última análise, se o meio ambiente não estava, até recentemente, precisamente definido enquanto “questão”, não é somente porque antes não havia fenômenos como o aquecimento global, a perda de diversidade biológica, a destruição e alteração de habitats ou a poluição em geral. Há muito tempo que o “recoo da natureza” diante da apropriação dos processos naturais pelo homem vem ocorrendo, e muitos dos efeitos danosos causados por ele sobre o meio ambiente já existiam bem antes que a problemática ambiental tivesse ganho o *status* que tem hoje (Bourg, 1997).

O que ocorre é que se está diante de “*um profundo movimento da sociedade, isto é, um novo fato social, um componente novo e duradouro da realidade social*” (Jollivet, 1994, p.184). Mais do que simples produção de novos discursos, estas forças manifestam-se objetivamente na forma de catástrofes ecológicas, novas instituições, políticas públicas, leis e legislações ambientais, novas tecnologias e valores coletivos e individuais. Da mesma forma, concretizam-se também, nos espaços microssociais, como é o caso do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, onde os confrontos entre agricultores e mediadores sociais é um exemplo típico. Nesta realidade, as proibições e restrições de uso dos recursos naturais não se restringem simplesmente ao seu cumprimento ou não, mas se manifestam, a todo momento, na forma como estes agentes percebem estas leis, interpretam-nas, posicionam-se em relação ao espaço social a que pertencem e atuam sobre o meio físico ao seu redor.

---

<sup>57</sup> No sentido conferido por Habermas (2000), onde a esfera pública se revela um espaço no qual múltiplas lógicas estão em jogo e onde a arte, a política, a ciência e os movimentos sociais podem se comunicar e produzir sentidos comuns.

### 3 CAMPO AMBIENTAL E AGRO-ECO-SISTEMAS

#### 3.1 A construção de um novo espaço de lutas

Como conceber, então, as atribuições dos futuros ‘jardineiros da natureza’ rumo a uma agricultura cada vez mais intensiva? Esses jardineiros, lixeiros de uma agricultura a duas velocidades, serão encarregados da denitrificação dos lençóis freáticos, da vaporização de perfumes campestres na proximidade de pocilgas industriais e da luta contra o abandono de terras agrícolas consideradas, nessa lógica, como sendo as piores? Ou então (...) tornar-se-ão os guias, no seio do ‘rural profundo’, de executivos desmotivados e depressivos em busca de ‘aventuras-limite’? Vamos, enfim, admitir ainda por muito tempo que (...) cada agricultor que abandona a terra é a economia que ganha com isso?

Pierre Alphonse et. alli, 1992, p.133.

Como se pode observar, a problemática e, mesmo o próprio *campo ambiental*, tem se apresentado como um espaço catalisador de um importante viés argumentativo acerca dos valores éticos, políticos e existenciais que têm regulado a vida individual e coletiva no decorrer do tempo. Obviamente, a recente tomada de consciência e o despertar global para a problemática ambiental atingirão, também, a população brasileira. Tanto é assim que, ao longo dos anos 70, 80 e 90, pôde-se assistir a uma ativa articulação de pessoas e instituições (as quais, acabaram constituindo o que hoje se costuma chamar de “movimento ambientalista”<sup>58</sup>) e cuja

---

<sup>58</sup> Não é pretensão aqui analisar se é certo a afirmação de que existe efetivamente, nos últimos anos, um processo de constituição de um “movimento ambientalista”. No entanto, está-se propenso a concordar com Pádua (1997 apud Carvalho, 2001, p.17), de que “de 1980 para cá, (...) o que cresceu não foi nem o conservacionismo nem o ecologismo. Cresceu algo intermediário, que chamamos

atuação crítica e engajada permitiu a ocupação, por estes agentes, de espaços políticos nos mais variados extratos da sociedade. Do mesmo modo, como parte deste processo, a opinião pública de um modo geral, acabou contribuindo a seu modo no processo de construção do *campo ambiental* através da incorporação, em certa medida, deste novo “repertório ecológico” recém gerado no país.

Outro resultado concreto desencadeado por este processo de institucionalização da problemática ambiental, foi a transformação, por exemplo, da Amazônia, do Pantanal, da Mata Atlântica e de outros ecossistemas, em verdadeiros santuários ecológicos a serem “defendidos”, fenômeno que culminou com a criação de um grande número de parques, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental<sup>59</sup>. Por sua vez, a poluição dos recursos hídricos, o uso de agroquímicos na agricultura, a produção e destinação do lixo urbano, a perda de biodiversidade, entre outros tantos problemas, adquiriram uma relevância anteriormente impensável. Além disso, como parte do processo de invenção da problemática ambiental, a mídia em geral (jornais, revistas, programas de televisão) começou também a dar especial atenção a estas questões; novas formas institucionais como ONG’s e certos movimentos sociais ligados à questão ambiental surgiram no horizonte político do debate; o poder legislativo foi forçado a elaborar novas leis e normas de conduta ambiental, e o poder executivo, a criar novas instituições e programas de conservação para o meio ambiente (por exemplo, coleta seletiva de lixo, tratamento de efluentes, etc.). Enfim, a partir das últimas duas décadas, a sociedade civil brasileira se viu (em maior ou menor medida) envolvida por este fenômeno, no qual o que está em jogo é a produção de uma nova “ética” (ambiental), de uma nova concepção sobre meio ambiente e em que a natureza e sua preservação adquiriram importância e papel decisivos.

Não obstante, é sobretudo nos chamados espaços rurais e, mais especificamente, nos diferentes agro-eco-sistemas, que a problemática ambiental e as modificações que ela sugere estão cada vez mais presentes. Não se restringindo a um

---

*ambientalismo no sentido mais profundo e acurado da palavra; fortaleceu-se a idéia de que o conservacionismo não basta, pois são necessárias mudanças econômicas e sociais, menos radicais, porém, do que os ecologistas pregavam.”*

<sup>59</sup> Em nível Federal, de 1900 até 1970, foram criadas somente cerca de 14 “áreas protegidas”. Em menos de vinte anos, de 1970 a 1990, surgiram, entre parques nacionais, reservas biológicas, estações ecológicas e áreas de proteção ambiental, outras 69 unidades de conservação (Diegues, 1996, p.16).

mero substrato onde se processam as lutas sociais, os agro-eco-sistemas conformam um ambiente aberto e diferenciado o qual, em alguma medida, encontra-se mais ou menos antropizado e mais ou menos delimitado temporal e espacialmente. Inseridas neste espaço, as relações sociais, o debate público, a história, a cultura e o simbólico misturam-se juntamente com aspectos biofísicos ligados às características geológicas, pedológicas, ecológicas, hidrológicas, climáticas, etc. Neste sentido, o conceito de agro-eco-sistema requisita o estabelecimento de um elo de ligação entre biologia e antropologia e no qual contribuem, evidentemente, ecologia, agronomia, sociologia e geografia. Isto, porque a separação dos prefixos e termos “agro”, “eco” e “sistema” não representa uma mera extravagância lingüística, mas preconiza considerar, ao mesmo tempo, tanto aspectos ligados à cultura (agro), ao meio natural e biofísico (eco), como também às complexas interações que se processam, no tempo e no espaço, entre estes dois ambientes/espacos (sistema).

Refletindo nesta direção, portanto, pode-se dizer que, apesar das constantes pressões e discussões a respeito da preservação da natureza provirem, na sua maior parte, dos meios urbanos, é principalmente nos ecossistemas menos antropizados (o “campo”, a “floresta”, o “mangue”, o “cerrado” etc.) onde ocorrem concretamente as transformações, os conflitos e as disputas mais dramáticas decorrentes deste processo de “sensibilização ecológica” (tanto em termos de modificações socioculturais, como também alterações físico-biológicas). Além do que, as transformações protagonizadas pelas populações envolvidas refletem um momento de transição entre uma situação anterior, quando a problemática ambiental não existia, para elas, enquanto construção social consistente e conscientemente identificável, e outra posterior, quando esta questão se coloca objetivamente através do aparecimento de novas forças externas inscritas, por exemplo, nas proibições legais, nas determinações governamentais e no redirecionamento de estratégias dos órgãos de extensão. Diferentemente das regiões mais urbanizadas, e pela própria característica dos agro-eco-sistemas, onde as fronteiras entre o homem e o meio natural ainda não foram totalmente estabelecidas pelo *paradigma da modernidade*<sup>60</sup>, as modificações

---

<sup>60</sup> Inúmeras são as possibilidades de se definir a noção de “modernidade”. Neste sentido, uma alternativa interessante é apresentada por Touraine (1994, p.9), para quem esta idéia traz consigo “a afirmação de que o homem é o que ele faz, e que, portanto, deve existir uma correspondência cada vez mais estreita entre a produção, tornada mais eficaz pela ciência, a tecnologia ou a

originárias das lutas advindas do *campo ambiental* são substancialmente mais profundas e radicais.

Isto se deve ao fato de as novas demandas, que visam limitar os impactos das atividades humanas sobre o meio ambiente, implicarem, necessariamente, redirecionamentos produtivos, apropriação de novos conhecimentos e tecnologias e internalização de comportamentos e valores por parte dos distintos grupos sociais. Ao mesmo tempo, as próprias peculiaridades inerentes ao agro-eco-sistema acabam também interpondo uma diversidade de dispositivos sobre a dinâmica social que ali se desenvolve. No entanto, devido a uma série de fatores relacionados ao meio cultural onde estão imersos os agentes sociais envolvidos, este processo não ocorre de maneira homogênea. Isso acontece em casos como: o cumprimento ou não de determinadas leis (ambientais) pelos agricultores; o nível de assimilação ou rejeição de certas readaptações a serem introduzidas nos seus sistemas de produção; a sua capacidade de negar ou incorporar novos *valores ecológicos*; a qualidade da atuação dos mediadores sociais junto aos agricultores. Enfim, isso representa que, por trás das distintas possibilidades que se abrem aos agentes nos agro-eco-sistemas, existe um importante contexto repleto de ambigüidades e que acaba por conferir um caráter extremamente diferenciado ao fenômeno de “ecologização” nestes locais.

Com toda certeza, este processo está relacionado à incontável diversidade de valores, ideais, representações, mitos, ideologias, aspirações, percepções, lógicas produtivas, histórias de vida, necessidades socioculturais e econômicas das populações humanas que vivem nestas regiões. Do mesmo modo, relaciona-se com uma variedade de peculiaridades fundiárias, físicas e biológicas próprias àquelas realidades (tais como a extensão em área das propriedades, os sistemas de cultivo e de produção adotados, a topografia e as características de solo, clima e vegetação). Mas tem relação também, e sobretudo, com os diversos objetivos (muitas vezes opostos) dos agentes, das entidades e das organizações (governamentais ou não)

---

*administração, a organização da sociedade regulada pela lei e a vida pessoal, animada pelo interesse, mas também pela vontade de se libertar de todas as opressões. (...) Somente ela [a razão] estabelece uma correspondência entre a ação humana e a ordem do mundo (...). É a razão [ou talvez o seu mito] que anima a ciência e suas aplicações; é ela também que comanda a adaptação da vida social às necessidades individuais e coletivas; é ela, finalmente, que substitui a arbitrariedade e a violência pelo Estado de direito e pelo mercado”.*

legitimamente autorizadas a posicionarem-se sobre a problemática ambiental nos agro-eco-sistemas.

O amálgama formado por todos estes elementos, confrontados com as demandas externas provenientes das discussões surgidas a partir do *campo ambiental*, irá delinear, nestas regiões, uma verdadeira “fábrica de interesses”. Visto desta forma, a capacidade dos grupos sociais de incorporar, modificar e recriar novos significados sobre o meio ambiente, está indissociavelmente relacionada, além das macrodeterminações provenientes da problemática ambiental, às suas trajetórias sociais (que dão sustentação a toda uma construção simbólica do real), aos seus modos de vida (em contínuo processo dinâmico de reelaboração) e às condições econômicas, sociais e físicas particulares da realidade da qual fazem parte. O resultado desta heterogeneidade é o surgimento de uma complexa teia social no qual estarão participando toda uma gama de agentes (agricultores, técnicos, prefeitos, burocratas, médicos, educadores, lideranças sindicais, atravessadores, comerciantes em geral) e instituições (prefeituras, sindicatos, bancos, associações, cooperativas, ONG’s, órgãos de extensão, jornais). Em contrapartida, a inesgotável multiplicidade de pontos de vista que podem ser assumidos por estes agentes sociais confere a este espaço uma substancial diversidade em termos de percepções/ações (as *representações*) sobre o meio ambiente.

Isto pode ser verificado em várias situações. Apesar de estarem todos sujeitos às pressões das agendas da sociedade sobre os problemas ambientais (protagonizadas pelas entidades de proteção da natureza, pelo Estado, a opinião pública, as leis, a mídia etc.), os condicionamentos a que estão expostos agricultores que vivem dentro de um reserva ecológica, não são nem de longe os mesmos dos outros agricultores situados em áreas distantes desta mesma unidade de conservação. Da mesma forma, o modo como serão tratadas as questões ambientais na relação deflagrada entre agricultores e extensionistas será completamente diferente do enfoque dado em um outro tipo de relação que se estabelece entre agricultores e educadores ambientais. Ou, ainda, a idéia básica de que é preciso conservar o meio ambiente, em um agro-eco-sistema com forte presença de instituições promovendo a valorização das questões ambientais e ecológicas ou identificadas com os interesses de boa parte da “população nativa” (conferindo, portanto, um “capital social” diferenciado nestas

realidades), será totalmente diversa de outro agro-eco-sistema onde tal característica inexistente.

Portanto, ao cruzar esta variabilidade com a lógica conflitual sugerida pelo *campo ambiental*, nota-se que o processo de apropriação, interiorização e reestruturação cognitiva de novos valores mais “ecológicos”, não irá apresentar um sentido único e pré-determinado nos agro-eco-sistemas. Pelo contrário, enseja oposições e embates dissonantes derivados da interpretação muito particular da problemática ambiental pelos agentes que participam do debate e que são responsáveis pela geração de novas superfícies de atrito entre os imperativos do *campo ambiental* e os conflitos deflagrados concretamente nos agro-eco-sistemas (Habermas, 2000, p.484-496). O resultado disso será a instalação de um difuso ambiente de lutas, ou melhor, de uma complexa rede de relações em que o que está em jogo é a legitimação de certos *repertórios discursivos* (Fuks, 1998) sobre o meio ambiente. Será do embate entre os diferentes argumentos utilizados pelos agentes dentro dos agro-eco-sistemas que a problemática ambiental pode vir à tona e se materializar enquanto um problema social reconhecido pela sociedade. Como afirma Fuks (1998, p.89-94):

As versões a respeito de um determinado assunto público elaboradas no contexto de disputas localizadas, (...) as quais fornecem amplos repertórios argumentativos para a elaboração de ‘relatos a respeito de eventos significativos’, (...) funcionam como um potencial espaço argumentativo de ação e debate onde ocorre o processo de definição dos problemas sociais e temas emergentes e salientes.

Aqui cabe um pequeno lembrete: como já mencionado anteriormente, entende-se que as percepções/ações dos agentes não podem ser totalmente explicadas simplesmente através da identificação de certas determinações macrosociais. Reconhece-se, de fato, que estes aspectos têm peso e fazem parte do processo de definição cognitiva dos agentes envolvidos. Em um certo sentido, esta é a base, a substância do conflito. Como decorrência disso, é certo afirmar que a conformação de conflitos nos agro-eco-sistemas só é possível devido a todo um processo de objetivação desencadeado no debate promovido através da consolidação do *campo ambiental* enquanto espaço legítimo de argumentações e proposições. Entretanto, nestes espaços em especial, um fenômeno particular trazido pela problemática

ambiental será exatamente a conformação de uma zona discursiva na qual as contradições e disputas do próprio campo aparecem de forma visível e tomam outros rumos que não somente aqueles apontados de “fora”. Todo um “ambiente de crise” é gerado, sendo que este funciona como catalisador de perturbações sociais e de incertezas reveladoras dos antagonismos e solidariedades existentes em um determinado agro-eco-sistema.<sup>61</sup> Com isto, a estabilidade conferida pelo sistema social, econômico, político e simbólico, no qual os agentes locais encontram-se imersos e que dita, em última análise, o grau de participação, distribuição e abertura cultural destes agentes, é obrigada a enfrentar certas “dificuldades”, decorrentes da injunção do *campo ambiental*, para manter tal modelo de organização. “Neste contexto, é permitido imaginar que os atores sociais tornam-se imprevisíveis, mesmo, no caso extremo, passivos totais ou quase totais, o que, paradoxalmente pode aqui ser considerada uma prática ativa” (Almeida, 1999, p.40). Não se trata, contudo, de adotar um ponto de vista unicamente voltado para a ação e interação dos agentes, mas, antes disso, considerar a dimensão local da dinâmica de incorporação social da variável ambiental, ou seja,

desloca-se, portanto, do enfoque genérico, que recai sobre a oscilação de atenção e preocupação difusa em relação ao meio ambiente (Downs, 1972), para a compreensão do conflito local entre setores sociais específicos, em torno do qual são geradas, sedimentadas e veiculadas ações e compreensões distintas associadas ao meio ambiente (...) e onde estão em curso as atividades reivindicatórias de grupos (...) regidas pelas tensões e possíveis articulações entre o caráter universal da formulação pública/estatal do conceito de meio ambiente [sendo este proveniente do campo ambiental] e a inevitável particularidade das enunciações contextualizadas a seu respeito. (...) É possível, portanto, estabelecer um elo entre a esfera das interações locais, permeadas por um conjunto de argumentos, e a dinâmica mais ampla do debate público (Fuks, 1998, p.88 e 96).

Portanto, preservando o caráter universalista da temática ambiental presente na idéia de *campo ambiental*, é possível buscar uma complementação através do resgate da sua dimensão microssocial, estando esta organizada segundo um conjunto de ações, demandas e argumentos veiculados pelos agentes em conflito.

---

<sup>61</sup> Segundo Almeida (1999, p.22), a noção de crise revela contornos bem diversos e, por vezes imprecisos. Todavia, pode-se dizer que, na sua acepção mais geral, um estado de crise caracteriza-se “como dificuldades que determinam a capacidade [de um certo] sistema em absorver a modernidade e mesmo de produzi-la.”



Disso se conclui que a definição de meio ambiente enquanto problema social não é apenas resultado de uma universalidade conceitualmente deduzida, mas depende, igualmente, de disputas localizadas que, em condições ideais, envolvendo uma participação socialmente difusa, apontam para a universalidade socialmente construída (Fuks, 1998, p.93).

Esta dimensão local dada pelo meio ambiente enquanto problema social é o objeto específico de investigação desta pesquisa, cujo foco recai sobre as disputas cristalizadas entre agricultores familiares e mediadores sociais.

Mas, pode-se perguntar, se há um ambiente de lutas deflagrado pela problemática ambiental nos agro-eco-sistemas, quais os possíveis sentidos específicos que estas transformações podem adquirir nestes espaços? À primeira vista, como resultado deste processo, pode-se apontar para duas grandes direções contraditórias e que tendem a polarizar as discussões dentro do *campo ambiental*. De um lado, a problemática ambiental pode apresentar, sem dúvida, um caráter transformador/dinamizador nos agro-eco-sistemas, atuando no sentido da construção de novas relações econômico-produtivas menos dependentes, por exemplo, das determinações do mercado<sup>62</sup>. Além disso, este pode funcionar também como um componente importante no processo de emancipação dos diferentes agentes e grupos sociais quanto às relações de dominação a que estão sujeitos.

Sob esta perspectiva, a potencialização de novas sensibilidades para o *ambiental*, nos agro-eco-sistemas, apresenta-se interessante também do ponto de vista social e político. Visto que sua interferência parece desencadear uma certa perturbação nas dinâmicas locais, instala-se, aí, muitas vezes, uma espécie de “desassossego”, o qual funciona como impulso necessário para o processo de desencadeamento de novos espaços políticos e fóruns de debate. Em certos contextos, devido a uma desestabilização da estrutura organizativa desde o próprio interior das suas realidades socioculturais e políticas, a introdução desta temática implica, por exemplo, a quebra de certas hegemonias, o surgimento de lideranças ou, ainda, o desencadeamento de novos processos envolvendo a organização coletiva de

---

<sup>62</sup> Sobre esta tendência, uma importante posição é sustentada por Veiga: “*uma das linhas de pesquisa do pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo (Procam/Uspp) consiste em procurar evidências que contrariem a hipótese geral - e dominante - de que as restrições ambientais não facilitam e até prejudicam o dinamismo rural*” (Veiga, 2000 *apud* Azevedo, 2000, p.13).

agricultores e outros agentes sociais (em associações, cooperativas, grupos de trabalho e parcerias de toda ordem).

Neste sentido, sua atuação pode significar, eventualmente, o enfraquecimento de determinadas forças políticas “conservadoras” (geralmente pouco sensíveis à incorporação de novos valores ecológicos) em detrimento de outros agentes até então marginais ou minoritários em termos de participação nas decisões locais. Deste modo, muitas vezes, antigas “lideranças tradicionais” são obrigadas a ceder espaço para outros grupos como, por exemplo, técnicos de ONG’s, educadores em geral, líderes comunitários, meios de comunicação locais, associações de proteção à natureza, funcionários públicos ligados aos governos estaduais e federal ou mesmo os chamados *neo-rurais*, como turistas, donos de sítios de lazer, etc<sup>63</sup>. Estes novos agentes, detentores de um *capital* social e simbólico diferenciado, agora legitimamente reconhecidos, acabam contribuindo no sentido de subverter e ampliar certos modos de pensar a realidade e o meio ambiente (o *habitus*, segundo Bourdieu) que até então estariam preponderando nos agro-eco-sistemas. Em outras palavras, acabam agindo de modo a corromper certas arbitrariedades que, anteriormente a sua chegada, pelo processo de acostumação engendrado através da produção de um sentido comum, eram tidas como “naturais” ou “normais”.

Indo nesta direção, outro efeito interessante nos agro-eco-sistemas é o fato desta problemática acabar possibilitando aos agricultores e demais grupos sociais, consolidar e redefinir parte dos *habitus* que, historicamente, foram constituindo suas representações sobre o meio ambiente e que, até então, não podiam se manifestar de forma explícita e consciente. Como já mencionado brevemente, este fenômeno revela-se no fato de o caráter *inventado* da problemática ambiental permitir que certas práticas adotadas pelos agricultores sejam, por exemplo, legitimamente reconhecidas (pela sociedade e por eles mesmos) como detentoras de uma

---

<sup>63</sup> Sobre este fenômeno envolvendo estes novos agentes sociais, um estudo interessante foi feito por Carneiro (1998, p.161), no qual esta autora chama a atenção para o fato destes “*recorrerem à práticas e hábitos tidos como ‘rurais’ mas que ressemantizados em outros contextos culturais servem à intenção de exhibir e ao mesmo tempo instituir a sua face moderna. (...) Os ‘neo-rurais’ brasileiros, motivados por valores próprios do antigo mundo rural (auto-determinação, contato com a natureza, tranquilidade, simplificação das relações sociais), reproduzem na racionalidade produtiva e tecnológica valores urbanos, como bem observa Giuliani (1990). Para este autor, diferentes dos ‘neo-rurais’ franceses que se instalam no campo segundo o modelo de produção familiar, os ‘neo-rurais’ brasileiros, não realizam uma ruptura com o modo de produção capitalista.*”

especificidade “ecológica”. Também explica em parte por que, nos últimos trinta anos, em certas realidades “rurais”, alguns agricultores detentores, já há muito tempo, de uma sensibilidade ecológica interessante e muito próxima dos postulados propagados por vários ambientalistas e ecologistas, começaram a ver suas práticas (e seus modos de vida) resgatadas e valorizadas como tal.

Além disso, o caminho inverso também é verdadeiro. Como agricultores e mediadores sociais são levados a contrapor ou absorver o debate público no seio do *campo ambiental*, estes mesmos agentes, e também a sociedade como um todo, acabam vendo serem resgatadas certas idéias e princípios (morais, religiosos, ideológicos ou mesmo étnicos) até então tidos como minoritários ou pouco relevantes. Com isto, a construção permanente da ética ambiental contemporânea acaba tendo como protagonista não somente o ambiente “urbano”, podendo derivar também de espaços menos privilegiados politicamente como os agro-eco-sistemas, ou seja, ocorre, neste momento, um movimento contrário ao que teoricamente deveria ocorrer, visto que as forças dominantes em termos de imposição de representações sobre o meio ambiente provêm sobretudo dos meios urbanizados sediados nas grandes cidades. Enfim, como se pode notar, por trás deste processo de resignificação do arcabouço da cultura e da história que determinados agricultores detêm consigo, encontra-se um mecanismo desestabilizador provocado, nos agro-eco-sistemas, pela interferência do *campo ambiental*.

Contudo, por outro lado, as modificações trazidas pelo “despertar ecológico” e, igualmente, pelo fenômeno de institucionalização da problemática ambiental, podem, da mesma forma, não se revelar necessariamente tão positivas para a melhoria das condições de conservação ambiental e da qualidade de vida dos indivíduos nos agro-eco-sistemas. Quer dizer, se se deve reconhecer que a problemática ambiental apresenta um caráter transformador, esta transformação apresenta-se paradoxal. Isto, porque as novas arbitrariedades (simbólicas, sociais, culturais, econômicas e produtivas) por ela impostas, exigem dos agricultores e demais grupos sociais uma aguda reconversão. Como pôde perceber Gehlen (1998, p.4), ao estudar as diferentes racionalidades existentes dentro do contexto da agricultura familiar, “os *contatos entre identidades culturalmente diferentes são sempre tensos e geradores de conflitos no campo das idéias e dos valores*”. Neste

sentido, a sobreposição de uma ótica essencialmente “urbana” nos agro-eco-sistemas, implica a desestruturação de culturas e modos de vida extremamente diversificados. Sob este ponto de vista, pode-se imaginar o impacto gerado pelas imposições ambientais na estrutura de vida e na racionalidade dos diversos grupos sociais que vivem nestas áreas.

No caso específico dos agricultores, por exemplo, este fenômeno pode levar a mudanças do tipo: deixar de caçar animais; não desmatar ou queimar florestas nativas; diminuir (ou eliminar) o uso de agrotóxicos; adotar medidas de aproveitamento e tratamento do lixo produzido; valorizar o patrimônio cultural e social da região (suas tradições, costumes, paisagens); aumentar sua auto-estima enquanto agricultor; e intensificar sua participação e politização de modo a interferir nos processos decisórios regionais. Mas pode, da mesma forma, conduzir a outras conseqüências menos “nobres”, tais como: diminuição da renda a curto e médio prazo devido às imposições legais e/ou à falta de condições econômicas, ecológicas e/ou de conhecimento técnico apropriado; favorecimento de certos grupos de agricultores (por exemplo, os que não possuem terras em áreas protegidas ou os “mais aptos” a aceitarem mudanças) em detrimento de outros; diminuição do capital social pela eliminação de conhecimentos, tradições, festas, crenças, atitudes e comportamentos, enfim, de modos de vida; e, no limite, migração devido a não adaptação às exigências impostas.

Sobre estes aspectos, Diegues (1996, p.20), analisando especificamente o processo de instalação de unidades de conservação, mas que pode ser estendido, de modo geral, para o caso da interferência da problemática ambiental nos agro-eco-sistemas, alerta que, na maioria das vezes, as tentativas de incorporar os agricultores às políticas ambientais,

visam simplesmente minimizar os conflitos potenciais ou existentes e não realmente oferecer alternativas viáveis de subsistência às populações (...). Quando a presença dessas populações é ‘tolerada’, as limitações ao uso tradicional dos recursos naturais são de tal monta que os moradores não têm outra alternativa senão migrar ‘voluntariamente’, engrossando o número de favelados e desempregados das áreas urbanas. (Diegues, 1996, p.20),

Aliado a isto, está o próprio modelo agrícola produtivo moderno e sua consolidação como forma predominante de agricultura nos últimos 30-40 anos<sup>64</sup>. Este fenômeno, ao mesmo tempo que faz avançar novos padrões tecnológicos, provoca transformações que “*não se restringem, como é comum se dizer, apenas às modificações ocorridas na base técnica de produção, na substituição das técnicas agrícolas ditas tradicionais por técnicas ‘modernas’, na substituição do burro pelo trator, do estrume pelo adubo*” (Graziano Neto, 1982, p.26). Mais do que isto, provoca, igualmente, alterações, por exemplo, na organização dos sistemas produtivos praticados, nas relações sociais e culturais das populações atingidas e, logicamente, nas relações do ser humano com o meio ambiente e a natureza. Como consequência,

além do aumento no consumo de fertilizantes, sementes selecionadas, tratores, rações, agroquímicos, enfim, de bens industriais pelo setor agrícola, ocorrem outras importantes modificações, como, por exemplo, o aumento dos chamados ‘bóias-frias’, da mão-de-obra assalariada, da expropriação dos pequenos produtores, posseiros ou parceiros, dos diversos e variados problemas de degradação ambiental e tantas outras transformações (Gerhardt e Almeida, 1998, p.3).

Quer dizer, o processo de modernização não é um algo estandarizado e igualitário, pois a maior parte dos agricultores não irá absorver integralmente os pacotes tecnológicos modernos, resguardando para si parte da lógica interna a uma forma de agricultura que, por incrível que possa parecer aos planejadores de plantão, permanece ainda fortemente vinculada a valores ditos *tradicionais*. Do mesmo modo, quando a problemática ambiental se instala nos agro-eco-sistemas, ela necessariamente irá incidir também sobre formas de ver o mundo que, por um lado, preservam parte da ótica ligada à *tradição*, ao passado (longínquo e recente) e às experiências de vida dos agricultores e mediadores sociais. Portanto, um tipo de projeto que pretende implementar uma fórmula baseada na simples maximização dos

---

<sup>64</sup> Segundo estudo anterior feito por Gerhardt e Almeida (1998, p.2), no Brasil, “*este novo modelo de desenvolvimento para a agricultura baseia-se principalmente na busca de um constante aumento da produção e da produtividade através do monocultivo em larga escala; na utilização de sementes selecionadas que respondiam positivamente a altas quantidades de fertilizantes (sobretudo os nitrogenados); no controle rigoroso de pragas e moléstias através de maciças doses de agroquímicos; e no uso intensivo de máquinas e implementos.*” Em síntese, este é um padrão produtivo que propõe, de forma totalmente indiscriminada, o consumo e a maximização dos recursos naturais e materiais disponíveis ao agricultor.

recursos disponíveis (sejam eles naturais ou não) visando aumentar o consumo de bens de capital (fertilizantes, máquinas, agrotóxicos, sementes, etc.) pelas unidades produtivas, terá pela frente toda uma *história incorporada* que, para o pensamento tido como “moderno”, deveria deixar de existir mas que, todavia, continua subsistindo hibridamente nos seus interstícios mais recônditos<sup>65</sup>.

Por exemplo, somente porque um agricultor passou a utilizar-se de tecnologia de ponta, altamente sofisticada, e de uma lógica capitalista que visa primeiramente aumentar a produtividade e seus rendimentos financeiros, isto não significa que ele deixou de ir à missa aos domingos; que renunciou completamente ao esquema familiar e patriarcal de produção (que, do ponto de vista capitalista, nem sempre pode ser considerado o mais “racional”); que se esqueceu dos ensinamentos e tradições legados por seus pais e avós; que eliminou das relações sociais que estabelece com seus vizinhos e demais interlocutores qualquer tipo de ligação pessoal do tipo paternalista, clientelista, de parentesco, de ajuda mútua, etc.; enfim, que perdeu todo e qualquer vínculo com a dimensão simbólica e mitológica da vida. Proceder desta forma seria não considerar o fato de, da mesma forma que para um camponês medieval do século XIII ou para um Mbíá Guarani de hoje, também para um horticultor tecnificado e totalmente inserido ao mercado que viva nas várzeas do Rio Maquiné, a perspectiva da modernidade carrega consigo novas ontogêneses ao mesmo tempo míticas e filosóficas e que irão produzir o que, para Morin (1986), são *neomitos*:

O neomito reintroduz a explicação pelo vivo, o singular, o concreto onde reina a explicação pelo físico, o geral, o abstrato. Mas é o concreto vivido que, infiltrando-se na idéia abstrata ou geral, a torna viva. Não reintroduz os deuses e os espíritos. Espiritualiza a idéia a partir de seu interior. Não retira o sentido racional da idéia parasitada. Inocula-lhe uma sobrecarga de sentido, que a transfigura (1986 apud Diegues, 1996, p.58).

Portanto, a dessacralização incessante que o processo de modernização capitalista da agricultura promove nos agro-eco-sistemas, apesar de alterar o

---

<sup>65</sup> Sobre este aspecto de descontinuidade histórica na sociedade brasileira, Martins (1999, p.11.) afirma: “o passado que se esconde, e às vezes se esconde mal, por trás das aparências do moderno, fazendo da sociedade brasileira uma sociedade em que essa peculiaridade pesa mais do que a primeira vista se vê (...). Na verdade, a história da sociedade brasileira tem sido uma história inacabada, uma história que não se conclui, uma história que não chega ao fim de períodos

conteúdo da vida espiritual e subjetiva dos agricultores, não rompe totalmente com as matrizes da imaginação destes indivíduos. Isto é visível no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, onde permanece ainda muito viva, mesmo que na forma parcializada e desfigurada de um novo *habitus* dos agricultores e mediadores, toda uma história incorporada pela *tradição*, ou melhor, pelo que pertence ao *tradicional*.

Todavia, o resultado mais visível deste fenômeno será o choque entre as demandas modernizantes da chamada *Revolução Verde* e os imperativos éticos proporcionados pela institucionalização da problemática ambiental. Ambas as forças irão, é evidente, friccionar-se seguindo direções contrárias, sendo que a primeira pressiona os agro-eco-sistemas no rumo da utilização máxima dos “recursos naturais” disponíveis e a segunda no sentido da preservação de tais “recursos”. Se se somar a este processo, a capacidade de resistência dos agentes sociais nos agro-eco-sistemas tanto em uma como em outra direção, um cruel dilema interpõe-se aos agricultores e às populações rurais em geral: como conciliar as exigências de uma agricultura essencialmente produtivista às determinações e restrições que a problemática ambiental tem crescentemente imposto? Isto se verifica, por exemplo, na contradição entre o estabelecimento de leis ambientais que limitam o desmatamento e a necessidade de os agricultores aumentarem sua produção (em escala); nas pressões para que haja um controle das embalagens de agrotóxicos e a ausência de um destino adequado para estas; no incentivo à diminuição do uso de agroquímicos e a crescente necessidade de aumento no número de aplicações para obtenção de maiores rendimentos; e no apelo (por parte da mídia, dos técnicos, etc.) para que os agricultores mantenham uma postura “harmoniosa” com a natureza em contraposição à idéia, muitas vezes reafirmada e reiterada, desta servir apenas como mero fator de produção.

Isto significa que, a um tipo de visão mais “otimista”, contrapõe-se um segundo movimento. Esta outra possibilidade tende a apontar a interferência da problemática ambiental nos agro-eco-sistemas como um dispositivo diminuidor da capacidade reprodutiva (no tempo e no espaço) das populações que lá vivem e como um fator que contribui para o aumento das desigualdades sociais já existentes. Em

---

*definidos, de transformações concluídas*”. Ainda sobre esta persistência do *tradicional* no *moderno* e vice-versa, ver Carneiro (1998), Morin (1986) e Diegues (1996).

outras palavras, este novo elemento agiria preservando interesses apenas daqueles indivíduos e grupos com maior capacidade de absorver tais modificações, reproduzindo, desta forma, a antiga imagem do agricultor como apenas um mero depósito (receptor e reproduzidor) de informações e detentor de conhecimentos e práticas “atrasadas”.

Segundo esta mesma perspectiva, portanto, fica evidente que, em muitos casos, parece não estar havendo uma confluência entre as necessidades e interesses de boa parte dos agricultores e demais agentes sociais e as novas representações coletivas incluídas nos debates ocorridos no seio do ainda nebuloso *campo ambiental*. Pelo contrário, amplia-se cada vez mais a quantidade de disputas e conflitos gerados nos diferentes agro-eco-sistemas pela introdução deste tema como fator de reorganização de práticas e percepções sobre o meio ambiente.

Exemplo disso são as várias implicações que surgem para os agricultores devido à quantidade de novas demandas requeridas no sentido de diminuir os impactos por eles causados sobre os espaços naturais. A esta categoria social é imposta uma série de “novidades” antes ausentes, como, por exemplo: necessidade de reorganização dos seus sistemas produtivos (com a mudança de manejos, de práticas e de sistemas de cultivo); necessidade de readequação econômica (com a perda de parte da capacidade produtiva devido à diminuição das áreas próprias para uso agrícola ou, ainda, proibição do uso de certas técnicas, implementos e insumos); necessidade de aquisição de novos conhecimentos e informações (tanto sobre a própria legislação com também sobre alternativas de produção); necessidade de incorporação de toda uma nova matriz cultural (com a imposição dos novos valores ditos “ecológicos”) distinta daquela herdada através de seus antepassados ou, ainda, reconstruídas através dos processos de modernização.

Como consequência, aqueles indivíduos e famílias que não conseguirem adaptar-se a estas novas demandas, acabam se vendo encurralados, restando-lhes poucas alternativas. Um dos efeitos imediatos que pode ser percebido nestes casos é a óbvia diminuição da qualidade de vida destas populações pela redução na sua capacidade de uso da terra e demais recursos naturais. Mas, junto com isto, também todo um cabedal de conhecimentos sobre o meio onde vivem, sobre tecnologias patrimoniais e seculares anteriormente desenvolvidas, sobre os ciclos biológicos



locais, enfim, sobre todo um modo de vida, acaba sendo dilacerado. Isto sem falar na marginalização ou mesmo total exclusão destes indivíduos dos agro-eco-sistemas devido à incapacidade de manterem-se nas suas unidades produtivas, contribuindo, assim, para o aumento dos núcleos de pobreza urbanos. Como demonstrou Diegues (1996), este processo foi particularmente importante no caso da implantação de áreas protegidas nos remanescentes da Mata Atlântica pelo Governo a partir da década de 60:

Na verdade, em muitos casos, a criação dessas áreas protegeu os moradores tradicionais contra a especulação imobiliária galopante e a expropriação de suas terras (...). Entretanto, foram severamente tolhidos de exercer, no interior dessas áreas, suas atividades habituais, como a agricultura, o extrativismo e a pesca. Impossibilitados de continuar em seu modo de vida tradicional, parte considerável deles foi obrigada a migrar, engrossando as favelas de inúmeras cidades. (...) Apesar de seu grande conhecimento dos ecossistemas que contribuíram na conservação de seus sistemas de manejo da flora e fauna, essas populações foram duramente atingidas. Diegues (1996, p.132).

Além disso, outro ponto relevante que esta passagem acaba indicando é exatamente esta característica ambígua e contraditória que a problemática ambiental normalmente tende a assumir nos agro-eco-sistemas. Quer dizer, se por um lado a introdução de certas restrições ambientais podem interessar os agricultores, por outro estas mesmas restrições também podem colocar estes agentes em situações extremamente dramáticas do ponto de vista da sua sobrevivência.

Quanto às especificidades dos conflitos em torno do meio ambiente, estes se assemelham muito, em termos qualitativos, às lutas deflagradas dentro do *campo ambiental*. Também nos agro-eco-sistemas, percebe-se que a problemática do meio ambiente gira em torno dos debates centrados na disputa por dizer e impor o que pode ser “usado” e o que deve ser “preservado” em termos de meio ambiente, qual o sentido a ser dado às políticas ambientais postas em prática e quais *representações sociais* irão preponderar sobre a idéia de meio ambiente. Como consequência, portanto, a todo momento, estes agentes sociais estarão sendo chamados a se posicionarem, mesmo que particularmente interessados em disputas específicas e localizadas, sobre a problemática ambiental.

Neste sentido, pode-se dizer que, de modo geral, não há grandes diferenças qualitativas entre o que está sendo disputado nos grandes centros decisórios e nos

agro-eco-sistemas. Ambos compõe espaços de discussão que se diferenciam em termos dos diferentes matizes que a problemática ambiental poderá adquirir (o que depende, essencial e qualitativamente, dos debatedores). Tanto no meio científico, como nas instituições públicas estatais, órgãos de fiscalização, entidades não-governamentais, profissionais da área e demais agentes interessados no assunto (como, por exemplo, os agricultores), o que está em questão é a própria definição dos sentidos a serem conferidos à problemática ambiental. O que ocorre é que este processo se objetiva de maneira diferenciada nas variadas formas que as políticas ambientais a serem executadas podem tomar em nível regional e local. Ou, dito de outra forma, a reinterpretação e a definição dos significados atribuídos à idéia de meio ambiente nos agro-eco-sistemas, irão conter propósitos variados e não só originários dos pensamentos dominantes (do *habitus*) do *campo ambiental*. Estes propósitos irão depender, também, do jogo de forças que se desenrola nestes espaços. Do mesmo modo, o próprio *campo ambiental* encontra-se continuamente alimentado pelo somatório destas experiências particulares, as quais chegam, na sua maioria, através da leitura feita a partir dos mediadores sociais que lá atuam ou de seus representantes mais próximos. Isso, obviamente, influenciará nos debates mais amplos.

### ***3.2 Agricultores familiares e mediadores sociais: dois olhares diferentes sobre a problemática ambiental***

Existe aí uma visão conflitante entre espaço público e o espaço comunitário, segundo perspectivas distintas e até opostas: a do Estado, representando interesses das populações urbano-industriais, e a das sociedades tradicionais. Na verdade, o que está implícito é que estas deveriam ‘sacrificar-se’ para dotar as populações urbano-industriais de espaços naturais, de lazer e ‘contato com a natureza selvagem’.

Antonio Carlos Diegues, 1996.

Primeiramente, faz-se necessário definir mais precisamente o universo que, nesta pesquisa, integra estes dois grupos sociais. Quanto à concepção de agricultores familiares, esta se refere a uma caracterização ainda bastante genérica de uma categoria social extremamente heterogênea, o que não permite apresentar uma conceitualização única. Isto, porque a forma que esta noção irá assumir dependerá fundamentalmente da diversidade de situações impostas pelas características próprias do ambiente onde se encontra inscrita, bem como pela maneira como está organizada a sociedade em seu entorno. Entretanto, para efeitos de análise, considerar-se-á aqui a agricultura familiar à luz dos parâmetros identificados na literatura por Abramovay (1999, p.3), para o qual existiriam três características básicas que podem ser encontradas nas diferentes definições sobre esta categoria, sendo elas o fato da gestão, da propriedade e da maior parte do trabalho serem atribuídos à família, ou seja, “*a indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento*”. Já no caso dos mediadores sociais, estes seriam todos aqueles agentes sociais que estabelecem algum tipo de relação com os agricultores, englobando desde técnicos extensionistas, lideranças sindicais e regionais, até indivíduos que mantêm algum tipo de vínculo comercial (atravessadores e donos de entrepostos comerciais) ou pessoal (amigos e parentes próximos que vivem na cidade ou povoado próximo aos estabelecimentos agrícolas) ou mesmo intelectual (como pesquisadores, por exemplo).

Mas, retomando as discussões iniciadas no item anterior, apesar de reconhecer a real pertinência do debate público sobre quais dos dois movimentos

antagônicos apresentados deve prevalecer nos agro-eco-sistemas (para o “bem” ou para o “mal” dos agentes sociais envolvidos), esta questão revela-se um tanto maniqueísta, acabando por encobrir alguns dos verdadeiros mecanismos que estão por desencadear ambos os processos. Por exemplo, o fato de haver uma sobrecarga de “responsabilidades” sobre um grupo social em especial: os agricultores; ou, ainda, a existência de certos agentes “privilegiados” em termos de correlação de forças nos agro-eco-sistemas: os mediadores sociais.

No caso do primeiro grupo, este é, sem dúvida, um diferencial importante e muito característico dos agro-eco-sistemas, pois o conteúdo das políticas ambientais a serem implementadas (e que são resultado das disputas dentro do *campo ambiental*) estarão sendo colocadas diretamente sobre e para estes agentes envolvidos. São os agricultores efetivamente que estão se apropriando do meio natural e utilizando seus “recursos”. Logo, são também eles que agem diretamente sobre o meio ambiente, ou seja, configuram-se como os principais “sujeitos” de transformação direta dos agro-eco-sistemas. Portanto, serão os agricultores, através das práticas de manejo que integram seus sistemas de cultivo e de criação, os encarregados de “testar” as “novidades” originadas dentro do espaço de discussões públicas processadas pelo *campo ambiental*. Como foi visto, entretanto, mesmo que os agricultores, eventualmente, sejam chamados a participar de alguns fóruns de discussões, estes se encontram em uma posição muito distante, quase no limite da capacidade de influenciar nas lutas dentro do campo.

Todavia, para entender esta condição peculiar dos agricultores, é preciso considerar também outros dois aspectos relativos à problemática ambiental nos agro-eco-sistemas: seu caráter ao mesmo tempo processual e experiencial. O meio ambiente, enquanto espaço dinâmico e submetido a alterações constantes, não só invoca um sistema idealizado de concepções sobre as causas destas modificações, mas também mobiliza a ação dos agentes sociais envolvidos no evento. A centralidade irá recair portanto, no conjunto de decisões e negociações entre os agentes ligados, direta ou indiretamente, às transformações do meio provocadas pela ação antrópica. O resultado destas negociações visam impor (através dos diferentes discursos) um determinado tipo de interpretação da problemática ambiental, resultando, também, na escolha das práticas legítimas de uso dos recursos naturais.

Como este debate e suas determinações não permanecem estáticos (daí o caráter processual), estarão sempre sendo construídos novos conflitos e demandas pelos agentes, sendo que, neste caso, o debate promovido no interior do *campo ambiental* tem papel decisivo na “oferta” de novos problemas.

Por outro lado, o meio ambiente, enquanto espaço vivenciado pelo agricultor, encontra-se na esfera do privado, pois será efetivamente através das suas experiências no espaço da unidade de produção que estes agentes irão vivenciar e se relacionar com o meio ambiente. Ou seja, é fundamentalmente neste espaço que o agricultor trabalha, descansa, se alimenta, interage com os demais integrantes da família, enfim, extrai as condições (materiais e simbólicas) necessárias à garantia da sua sobrevivência. Em decorrência disso, é lógico que este agente irá estabelecer um vínculo muito forte tanto com os componentes humanos (a família) da unidade de produção, mas também com os demais dispositivos não-humanos presentes (a terra, as plantas, os cursos d’água, os animais, a casa e demais componentes naturais ou mesmo artificializados pelo homem). Portanto, isto significa que, por trás desta vivência, está em funcionamento todo um dispositivo relacionado à construção de uma *cosmologia* pelo agricultor, ou seja, de um modo de perceber a realidade (e a problemática ambiental) e de descrever o mundo e as coisas que dele fazem parte. Essa forma de pensar o mundo, obviamente, será muito distinta da maneira como é apresentada pelos mediadores sociais (isto sem falar que, mesmo entre os agricultores, este processo é também amplamente diversificado).

Como foi visto já no item anterior, será justamente o estado distanciado dos agricultores frente ao processo de geração de novas demandas sobre a preservação do meio ambiente que faz com que estas acabem não sendo vistas como pertinentes por grande parte dos agentes nos agro-eco-sistemas. Daí, até a desqualificação total destas idéias e dos seus defensores, é um passo. Entretanto, será neste ponto que os mediadores sociais ganham importância. Isto, porque, além do fato da sua interferência se dar diretamente sobre os agricultores, estes agentes, muitas vezes, são os encarregados de “levar” e trazer as demandas, inquietações e reivindicações dos agricultores às instâncias mais amplas de debate. Situados estrategicamente entre o “universo rural” e o “universo exterior”, estes se revelam, na maioria das vezes, aqueles agentes encarregados de fazer a “ponte” entre os agricultores e as demandas

da sociedade, agendas oficiais, normas institucionais, legislação etc. Servem, em última análise, “*de ligação entre os ‘pequenos’ pedaços socioeconômicos e culturais que são as comunidades, as associações [os agricultores] e outros grupos, de uma parte, e o mercado (...) e o político (as representações políticas do social), de outra*” (Almeida, 1999, p.23).

Esta característica se deve muito ao fato de que, ao mesmo tempo que os mediadores sociais mantêm um contato direto com a realidade dos agricultores e com o agro-eco-sistema do qual fazem parte, eles também possuem possibilidades mais eficazes de comunicação, mesmo que, às vezes, também incipientes, com os canais oferecidos pelas esferas públicas em que são discutidos os grandes temas sobre meio ambiente. Em decorrência disso, será em boa parte através destes “porta-vozes” (além dos próprios agricultores, é claro) que a problemática ambiental chega com mais força, por exemplo, a outros agentes do *campo ambiental*, tais como os meios de comunicação (jornais, rádio, televisão, revista etc.); o legislativo (municipal, estadual e federal); as Secretarias e Ministérios de Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente; as organizações ambientalistas e fiscalizadoras como o Ibama, SEMA, Fepam/RS e Patram; as instituições de assistência técnica como a Emater/RS e outras Organizações Não-Governamentais (como a Anama).

Entretanto, a despeito desta capacidade de canalizar certas demandas junto aos espaços públicos, os mediadores sociais não funcionam apenas como uma espécie de eco dos agricultores. Pelo contrário, eles reinterpretem, a partir das suas histórias passadas e das experiências vividas nos agro-eco-sistemas e fora deles, os discursos dos demais agentes sociais. Esta “hermenêutica”, evidentemente, nem sempre irá condizer com os reais interesses de seus interlocutores, o que será um desencadeador importante de conflitos. Ainda mais considerando que há, em um agro-eco-sistema, toda uma diversidade de tipos e grupos de agricultores e mediadores sociais, todos com necessidades diferentes, condições econômicas e sociais distintas, culturalmente distanciados e vivendo (os primeiros) em unidades produtivas com características ecológicas muito dessemelhantes. Além do que, muitas vezes, o próprio mediador é também um agricultor (como no caso de alguns vereadores e do presidente da Associação de Máquinas - Apsat - de Maquiné), o que

complica ainda mais a situação, pois este agente terá interesses muito particulares a serem colocados em jogo. Como explica Wolf (1984, p.345), os mediadores

em primeiro lugar não estão envolvidos na comercialização de mercadorias; são fornecedores de habilidades. Estas, só em raríssimos casos, estão dentro da tradição social, é mais provável que tenham sido aprendidas dos ocidentais ou de instituições educacionais ocidentais. São, além disso, habilidades baseadas no conhecimento especializado de uma literatura alheia às tradições e que serve novas alternativas.

Na verdade, no centro desta situação, encontram-se encobertos alguns elementos que incidem diretamente no processo de polarização da problemática ambiental nos agro-eco-sistemas e que, em parte, explicam certas situações de conflito que lá são geradas. Um deles é o fato de os mediadores sociais estabelecerem uma relação de poder junto aos agricultores. Quer dizer, considerando que, na maioria das vezes, as ações potencializadas pelos mediadores sobre estes agentes são legitimadas pelo *sensu comum* como sendo detentoras de um “maior” e “melhor” saber, obviamente a intensidade e o sentido da interferência originada entre ambos será quantitativa e qualitativamente diferenciada em favor dos primeiros. Neste caso, a formação das visões de mundo dos agentes sociais em um agro-eco-sistema configura-se a partir da polarização originada do confronto entre modos de perceber a realidade muito distintos e que podem ser simplificadas através da separação entre de duas expressões básicas e distintivas: o *tradicional* e o *técnico-científico-moderno*:

De um lado, está o saber acumulado das populações tradicionais sobre os ciclos naturais, a reprodução e migração da fauna, a influência da lua nas atividades de corte de madeira, da pesca, sobre os sistemas de manejo dos recursos naturais, as proibições do exercício de atividades em certas áreas ou períodos do ano, tendo em vista a conservação das espécies. De outro lado, está o conhecimento científico, oriundo das ciências exatas que não apenas desconhece, mas despreza o conhecimento tradicionalmente acumulado. Em lugar da etnociência, instala-se o poder da ciência moderna, com seus modelos ecossistêmicos, com a administração ‘moderna’ dos recursos naturais, com a noção de capacidade de suporte baseada em informações científicas (na maioria das vezes insuficientes (Diegues, 1996, p.69).

Mesmo que o processo inverso possa ocorrer, pois os mediadores acabam também sendo incorporadas na sua maneira de ser certas formas de pensar e de agir

características dos agricultores, como regra geral, a correlação de forças revela-se claramente desigual.

Mas, além das relações de dominação ligadas estritamente às posições concretas ocupadas pelos mediadores, estão atuando também outros tipos de poder emplastados na continuidade de vínculos *diádicos*<sup>66</sup> que se reproduzem entre mediadores e agricultores. Mesmo nas localidades rurais onde as características da modernidade já estão fortemente presentes, estas relações não são marcadas somente por um contrato formal e explícito entre os agentes participantes. Desta forma, a confiança que se estabelece entre ambos inclui (além deste contrato explícito) uma relação informal, paralela e que envolve dimensões suplementares e não facilmente reconhecíveis. Ou seja, existem ainda outros tipos de mediação que, na maioria das vezes, revelam características clientelistas e paternalistas. Isto, porque, na grande maioria dos agro-eco-sistemas, o cenário ainda é aquele onde a estrutura das alianças verticais (patrão-cliente) prepondera, fazendo com que os agricultores permaneçam subordinados ou muito dependentes daqueles que detêm o poder simbólico incorporado em relações que envolvem certos dispositivos de reciprocidade, fidelidade, lealdade, carisma e confiabilidade (Landé, 1959)<sup>67</sup>. Como conseqüência, muitos agricultores se vêem “presos” em um tipo de relação subjetiva, mas autoritária junto aos mediadores e que irá se traduzir em posturas sobre a problemática ambiental que são muito mais oriundas das concepções ideológicas destes mediadores do que propriamente dos agricultores.

No caso dos mediadores, isto é relativamente fácil de perceber, por exemplo, nas variadas formas de atuação dos agrônomos e demais extensionistas encarregados de atender aos agricultores de uma região. É certo que estes técnicos não são capazes de atender a todos os agricultores. Com isso, além das impossibilidades técnicas, humanas e de infra-estrutura, estes mediadores acabam “escolhendo” alguns grupos de agricultores que eles julgam mais “apropriados” para trabalhar. Esta “escolha”

---

<sup>66</sup> Segundo Landé ((1959, p.2), “*uma relação diádica, no seu sentido de ciência social, é uma relação direta envolvendo alguma forma de interação entre dois indivíduos. A palavra-chave nessa definição é direta. Implica ligação pessoal. Distingue uma diádica de uma relação na qual dois atores estão ligados um ao outro indiretamente como uma conseqüência do fato de ocuparem lugares ou posições que estão interligados ou de serem membros de um mesmo grupo.*”



deverá ser feita conforme as diretrizes da empresa, é verdade, mas também será pensada segundo certos parâmetros pessoais ligados diretamente às relações que mantêm com os agricultores. Em outras palavras, a preferência do extensionista para trabalhar com este ou aquele agricultor; a identificação de um educador ambiental que visa desenvolver um trabalho de conscientização com esta ou aquela família; ou ainda a predileção de um agente ligado a algum órgão ambiental pelos agricultores agroecológicos, por exemplo, não é um processo estritamente racional, mas obedece, também, a uma lógica subjetiva. A cumplicidade entre ambos, a reciprocidade das ações, o carisma do agricultor (ou do mediador), entre outros fatores, acabam gerando uma espécie de contrato implícito em que reinam relações mais ou menos voluntárias e difusas entre os agentes sociais. Sendo assim, aqueles agricultores que não conseguirem estabelecer esta condição de identificação com o técnico, o educador ou o ambientalista, enfrentarão maiores dificuldades de acesso, por exemplo, a informações técnicas relativas à possibilidade de manejos “ecológicos” dos recursos naturais existentes na sua unidade de produção.

Do lado dos agricultores, estes também fazem uso de relações informais (diádicas) para responderem às necessidades trazidas pela problemática ambiental. Ao serem obrigados a absorver o debate público sobre a questão ecológica, as famílias rurais reelaboram este debate a partir da capacidade de resposta inscrita nos seus *habitus*. É com base nestes valores e representações que os agricultores irão elaborar o seu *repertório discursivo*<sup>68</sup>, por exemplo, sobre a ecologia, as queimadas, os desmatamentos e os problemas de desbarrancamento de terra. Além disso, suas reações aos discursos apresentados por mediadores que lhes são estranhos ou com quem mantêm muito pouco contato, serão totalmente diferentes do que no caso de mediadores mais próximos.

Neste sentido, para o caso da formação de novos significados sobre a problemática ambiental, poder-se-iam questionar as diferenças na qualidade da

---

<sup>67</sup> Segundo este autor, uma aliança vertical “é uma aliança entre duas pessoas de status, de poder ou recursos desiguais que acham útil ter como aliado alguém superior ou inferior a si mesmos” (Landé, 1959, p.26).

<sup>68</sup> Segundo Fuks (1998, p.95), e como já foi salientado anteriormente, “as versões a respeito de um determinado assunto público elaboradas no contexto de disputas localizadas (...) fornecem amplos repertórios de recursos argumentativos para a elaboração de relatos a respeito de eventos significativos.”

influência de um padre, por exemplo, em comparação a um fiscal da Patram sobre um agricultor católico e que frequenta a paróquia cotidianamente. Ou, ainda, o grau de abertura de um extensionista que acompanha semanalmente a produção de um horticultor, em relação a um educador ambiental do qual este último só ouviu falar por intermédio de outros agricultores e mediadores. Ou, inversamente, o nível de “palatabilidade” do discurso de um atravessador de samambaia ou de hortaliças aos ouvidos de um agricultor agroecológico. Como é de se esperar, ao se comunicarem com os mediadores, suas respostas aos problemas ambientais apresentados objetivamente por estes últimos serão diferenciadas e dependentes do tipo de relação existente entre ambos. Mais ainda, os agricultores irão construir novas alternativas de resistência que modificam as determinações do *campo ambiental* e as requisições de caráter mais imediato dos mediadores.

Portanto, pode-se perceber, neste quadro complexo de inter-relações pessoais e impessoais em torno das questões ecológicas, um dos componentes centrais da problemática ambiental nos agro-eco-sistemas. Esta ascensão mais propriamente de caráter político dos mediadores sobre os agricultores pôde ser largamente percebida empiricamente durante a pesquisa, especialmente nas relações entre os administradores locais e os agricultores e entre estes últimos e outros agricultores que também desempenhavam funções burocráticas ou estratégicas no agro-eco-sistema. Aí, toda uma série de artifícios se revelavam no dia-a-dia daquela comunidade, por exemplo, em churrascos patrocinados por mediadores (principalmente durante as campanhas políticas); nas visitas estratégicas feitas, de tempos em tempos, aos agricultores; nas “cervejas” e “purinhas” pagas nos bares da região; enfim, em todas aquelas atitudes meramente *populistas* que um “bom patrão” estabelece com o seu cliente. Mais dramático ainda se torna este fenômeno para os agricultores, caso ambos os mecanismos de dominação (o objetivo, através do discurso técnico-científico e o subjetivo, com a manutenção de relações *diádicas*) vierem atuar simultaneamente. Isto, porque um mediador pode estar incumbido de legitimidade técnica (caso do extensionista), científica (caso do pesquisador) ou ainda político-burocrática (caso dos administradores e legisladores) e, ao mesmo tempo, estabelecer alianças do tipo “face a face” com os agricultores para impor a estes agentes as suas perspectivas individuais sobre a problemática ambiental. Por

outro lado, mesmo que o mediador busque, consciente ou inconscientemente, manter uma postura não totalitária e que vise ampliar a participação dos agricultores na escolha e tomada de decisão sobre como responder às demandas ambientais, este processo irá envolver, necessariamente, algum tipo de relação de dominação.

Mas, além destes dispositivos, um outro agravante vem complicar ainda mais a situação dos agricultores, fazendo despertar mais situações de indisposição entre estes dois grupos sociais. É o fato dos mediadores não correrem o risco direto das escolhas feitas, pois será o agricultor que irá recolher os benefícios ou as eventuais perdas decorrentes de aceitar, ou não, as determinações provenientes dos mediadores. Apesar da interferência dos mediadores se dar diretamente sobre os agricultores, esta influência pode colocar em jogo a própria reprodutibilidade do(s) seu(s) sistema(s) produtivo(s) (o que inclui a reprodução a curto prazo da família). Quer dizer, a atuação do mediador pode levar ao aumento ou à redução da sua “qualidade de vida”, mas pode até mesmo inviabilizar sua continuidade no decorrer do tempo.

Sobre este componente qualitativo da ação dos mediadores, é oportuna e emblemática a análise feita por Galbraith (1979 *apud* Abramovay, 1992, p.87) sobre como a imposição de certas inovações pelos técnicos podem representar conseqüências perversas para o agricultor:

Toda inovação envolve risco, ou supõe-se que envolva um certo risco (...). Mas o risco, no presente contexto, tem um caráter especial de premência. Para o agricultor próspero do Ocidente um prejuízo na colheita significa perda de renda. Isso é desagradável, mas nem sempre acarreta perda física e, certamente, nunca da própria vida (...). Para a família, entretanto, que vive no limite estreito da subsistência, o prejuízo na colheita significa a fome, possivelmente a morte.

Note-se que esta situação pode perfeitamente ser estendida às conseqüências de certas restrições ambientais. Durante a década de 70, os agricultores eram quase que “catequizados” pelos extensionistas a adotarem certas práticas “modernas” de produção, visando aumentar a produtividade das novas *comoditties* agrícolas exportáveis (soja, milho, algodão, café, cana-de-açúcar, etc.). Hoje, são encaminhados, “participativamente”, a adotarem manejos “ecológicos” (ou talvez se deva dizer agroecológicos) ou que visem a algum tipo de preservação do meio

ambiente. No entanto, mesmo que seus resultados para a conservação dos recursos naturais sejam qualitativamente opostos, em um certo sentido, estas “novidades” são tão estranhas aos agricultores quanto aquelas impostas durante o período de modernização conservadora da agricultura.

Um segundo mecanismo com forte influência sobre a dinâmica dos agro-ecossistemas e que, de certa forma, vem complementar o que já foi falado, refere-se às várias possibilidades de interpretação da realidade feita simultaneamente a partir das designações mais gerais originárias do *campo ambiental*, da própria sociedade (via mídia ou Estado, por exemplo) e dos dispositivos intrínsecos e inerentes à cultura local onde estão imersos os agentes sociais. Pensando-se assim, logicamente a atuação dos mediadores irá depender das leituras feitas por eles sobre a situação dos agricultores, suas necessidades, seus diferentes potenciais e sobre as condições ecológicas objetivas e específicas dos agro-ecossistemas. Por outro lado, também será fruto das experiências e do contato com conhecimentos disponibilizados pelo ambiente externo à realidade agrária da qual fazem parte (através de visitas, viagens, cursos, palestras e objetivos programáticos e estratégias de atuação previstos pelas instituições a que pertencem).

Já quanto aos agricultores, sua principal característica será, como anteriormente mencionado, a infinita heterogeneidade. Ao contrário da concepção arraigada e comum que julga estes agentes como sendo “todos iguais” e, entre tantos outros termos depreciativos, indivíduos conservadores, rudes ou com um conhecimento inferior, estes se encontram inseridos, na maioria das vezes, em contextos históricos, geográficos, produtivos, socioculturais, econômicos, políticos e simbólicos muito ricos e amplamente diferenciados. Esta condição verdadeiramente plural de organização faz com que estas famílias apresentem uma gama diversificada de percepções e ações (o que inclui aquelas relacionadas à natureza e ao meio ambiente) que, muitas vezes, podem, também, traduzir-se em ações interessantes do ponto de vista da preservação do meio ambiente e da biodiversidade nos agro-ecossistemas.

Além disso, como os agricultores possuem um passado recente em que a lógica da moderna produção ainda não estava presente (mesmo no caso daqueles considerados com “maior capacidade de resposta”), estes continuam carregando

consigo parte destas experiências e as mesclam com as novas demandas ecológicas impostas a partir do *campo ambiental*. Será justamente deste amálgama multifacetado que novos comportamentos, ações e representações da realidade (qualitativamente distintas dos mediadores sociais) poderão surgir. Portanto, ao serem requisitados a incorporar normas de conduta que lhes eram anteriormente estranhas sobre aspectos ligados à preservação ambiental e à conservação da natureza, os agricultores reelaboram estes princípios, adequando-os às suas realidades. E, como consequência, este tipo de leitura diferenciado feito pelos agricultores sobre os temas ambientais implicará sérias divergências de concepções, as quais se traduzem nos debates junto aos mediadores e demais agricultores.

Aqui cabe uma pequena digressão. Veja-se, por exemplo, o caso da tentativa de introdução de novas práticas agrícolas ou ecológicas ou ainda agroecológicas recentemente propagadas pelo governo do Estado. Visando implantar tais diretrizes, toda uma série de investimentos foram feitos em campanhas publicitárias, no redirecionamento do ensino educacional “estatal” no sentido de sensibilizar os filhos de agricultores, na qualificação e reconversão ecológica de novos técnicos, na reordenação de prioridades das organizações que atuam no meio rural (como ocorre agora na Emater/RS e na Fepagro), na geração de novas tecnologias e criação de linhas de financiamento para sistemas menos impactantes ou “alternativos”, na criação e implantação de novos parques e reservas, na maior rigidez da fiscalização ambiental, na elaboração de normas e leis ambientais, entre outras estratégias. Apesar dessa maciça campanha governamental, as adequações que elas sugerem não ocorrem de forma passiva, sendo, portanto, motivo de uma certa “apropriação criativa” e que gera outras formas de interação homem-natureza não programadas e esperadas pelos “estrategistas” governamentais. Do mesmo modo, apesar desta nova relação ser agora distinta das percepções e ações anteriores, pode estar, também, longe daquilo que o ideário oficial e os mediadores pretendiam ou planejavam anteriormente em termos de desenvolvimento regional ou rural e, mais ainda, para o caso dos agricultores.

Muito deste fenômeno ocorre devido à dinâmica interna própria de cada agro-eco-sistema. Neste sentido, qualquer pequena localidade ou comunidade possui uma cultura particular, uma lógica econômico-produtiva específica, uma organização

social e política peculiar, enfim, um “capital social” próprio. Portanto, as reações dos indivíduos (o que inclui os agricultores) que lá vivem serão, também, consequência das microrrelações estruturais e políticas que se desenrolam nas próprias famílias, nas comunidades, localidades, regiões e, evidentemente, nos agro-eco-sistemas como um todo.

Dito isto, fica claro que a introdução, nestes espaços, de novos fatores que visam preservar os recursos naturais não é um fenômeno que ocorre tranquilamente, como se fosse uma estrada reta e única a ser seguida passivamente pelos agricultores e mediadores. Pelo contrário, a passagem de um modo de produção essencialmente *produtivista* ou ainda *tradicional* para outro que tenta inserir novos e inéditos aspectos “ecológicos”, é um processo imprevisível e não automático. Este irá depender de uma complexa rede de fatores (macros e micros) combinados e que irão ditar as possibilidades que se abrem para os agentes sociais os quais vivem nas diferentes realidades que formam os agro-eco-sistemas. Desta forma, as transformações decorrentes são “*objeto de uma luta constante entre agentes que ocupam posições diferentes no espaço social, com diferentes interesses e dispendo de meios socialmente desiguais (...). A transformação não é dada nem conhecida ‘a priori’*” (Garcia Jr., 1989)

Mas, após refletir sobre os temas até agora levantados, poder-se-ia questionar por que privilegiar especificamente o agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné para empreender tal investigação? O que de especial caracteriza esta realidade como lugar passível de realização de um estudo sobre as relações entre meio ambiente, agricultores e mediadores sociais? Enfim, o que realmente distingue este local dos demais, conferindo-lhe uma certa “autenticidade” interessante do ponto de vista analítico? Será justamente a procura de respostas a estas indagações que, a partir de agora, se estará seguindo.

## PARTE 2

### 4 O AGRO-ECO-SISTEMA DA BACIA DO RIO MAQUINÉ

#### *4.1 Afinal, é possível dizer o que é o agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné?*

Quem se impregnou da pintura do 'quattrocento' não vê a mesma paisagem, não aprecia as mesmas vistas que aquele cujo olhar se formou na contemplação do calendário dos correios (...). O agrônomo não vê a mesma paisagem que o ecólogo ou o geomorfólogo. O silvicultor não decodifica o que vê da mesma maneira que o militar. Todos estes especialistas interpretam as formas ou as cores de maneira específica e lançam, num certo sentido, um olhar profissional sobre a região. (...) Existe um conflito de legitimidade entre eles. Regressamos assim, a uma deliberação e a uma arbitragem política. Trata-se de saber que olhar privilegiar em qualquer negociação.

Catherine e Raphaël Larrère, 1997, p.224-225.

Para aquele leitor interessado em perceber os limites físico-geográficos do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, poder-se-ia talvez, aconselhá-lo inicialmente a procurar, em um mapa do Rio Grande do Sul (ver Figura 1), seus limites o mais a leste possível, devendo este então deparar com uma meso-região chamada Litoral Norte. A seguir, de posse de outro mapa que detalhasse as nuances do relevo desta região, o olhar deste leitor deveria se concentrar nos vales formados pelas amplas cadeias de montanhas que separam os chamados Campos de Cima da Serra da Planície Costeira do Estado (ver Figura 5). Afinando ainda mais a visão, esta mesma pessoa iria se deparar, em algum momento, com um grande vale cujo lado oeste é principiado por uma serra chamada Serra do Umbu, em cujo interior corre um rio de águas límpidas chamado Rio Maquiné (ver Figuras 2 e 4). Este vale,

desde suas nascentes mais distantes, desde suas encostas e morros que servem como divisores de água para outras microbacias, até o seu desaguadouro na Lagoa dos Quadros, dá a forma física ao agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné.

**Figura 1 - O agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné e o Rio Grande do Sul:**



Um outro leitor, cativado a delimitar as fronteiras ecológicas deste agro-eco-sistema, teria que, primeiramente, mergulhar em um estudo sobre o que já foi uma das maiores florestas neotropicais do mundo e que se estende ainda hoje ao longo dos 4.000 km que unem os dois Rio Grandes brasileiros: a Mata Atlântica<sup>69</sup> (ver Figura 3). A seguir, centrando-se no substrato das duas serras que lhe servem de

<sup>69</sup> Na época do descobrimento, a Floresta Ombrófila Densa ocupava cerca de 12% do território brasileiro, restando hoje menos de 5% da sua cobertura e menos de 10% da sua extensão original (Adams, 2000, p.74).



base, a Serra do Mar e a Serra Geral<sup>70</sup>, este outro leitor precisaria seguir sua pesquisa tentando mapear as particularidades da flora, fauna e demais peculiaridades biológicas encontradas na parte mais ao sul desta floresta cujo território ocupado encontra-se totalmente inserido dentro do estado brasileiro. Então, de posse destas informações, confrontadas com as especificidades próprias da região em termos de outras composições vegetais e animais existentes, sua investigação teria de ater-se aos ecossistemas específicos desta zona meridional brasileira. Assim procedendo, chegar-se-ia, enfim, a três formações vegetais bem peculiares, a Floresta Atlântica, a Floresta de Araucária e a Floresta Estacional Semidecidual que, juntas, caracterizam ecologicamente o agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné.

Já um terceiro investigador, mais afeito às questões sociológicas que dão significado a este agro-eco-sistema, poderia, primeiramente, recorrer a um estudo preliminar sobre como se deu a formação de um tipo de agricultura convencionalmente chamada *tradicional* e que no sul do Brasil ganhou uma forma particular, aqui denominada *agricultura colonial*. Da mesma forma, deveria, também, procurar entender melhor, por exemplo, alguns dos mecanismos que têm permitido a reprodução deste modo de vida característico dos primeiros agricultores familiares de origem italiana e alemã que colonizaram a região (ver Figuras 6 e 7). Paralelo a este estudo, esta mesma pessoa poderia simultaneamente partir para uma análise sobre a implantação, no Brasil agrário dos últimos trinta anos, de um processo conhecido como *modernização conservadora* da agricultura. Ou talvez, ainda, verificar alguns dos efeitos desencadeados pela imposição de uma ideologia do *progresso* neste espaço social em confrontação com um tipo de identidade baseada nas relações de parentesco, na agricultura de subsistência com venda de excedentes e no elevado grau de autonomia das unidades de produção<sup>71</sup>. Através dos

---

<sup>70</sup> Apesar de serem, muitas vezes, confundidas, estas serras diferem fundamentalmente. Segundo Rambo (1994, p.5-6) “a Serra Geral é uma muralha, variadíssima em suas formas locais, uniforme na sua imponente horizontalidade (...) e que percorre o Rio Grande ao norte da linha Ibicuí-Jacuí-Gravataí, (...). A Serra do Mar, domina o litoral desde a altura do Chuí e (...) penetra no quadrante sudeste do Rio Grande afundando-se debaixo da Serra Geral ao leste de Porto Alegre.”

<sup>71</sup> Nesta pesquisa, os termos estabelecimento rural, propriedade rural e unidade de produção referem-se ao mesmo tipo de espaço. Quer dizer, são locais administrados ou que estão sob controle dos agricultores e que combinam, através dos fatores de produção disponíveis (terra, mão-de-obra, conhecimento, capital, etc.), atividades de cultivo, criação, transformação e conservação de produtos animais, vegetais e/ou florestais. Todavia, são também lugares onde se estruturam relações culturais e

conhecimentos obtidos no decorrer dos estudos sobre estes temas, estaria, então, o leitor bem instrumentalizado para empreender, em linhas gerais, uma reflexão sobre os elementos que compõem as relações socioeconômicas, produtivas e culturais dos habitantes do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné.

Como se pode notar, são inúmeras as possibilidades de caracterização de um agro-eco-sistema, o que não é diferente no caso daquele formado pela bacia do Rio Maquiné. Ocorre que, se a princípio a interrogação que dá nome a este item sugere que seja concedida uma substancial importância à definição precisa deste espaço, existe algo mais por detrás dessa conceitualização que, de certa forma, encobre a centralidade existente no processo de delimitação da abrangência de um certo universo analítico. Como se poderá ver ao longo da narrativa feita daqui por diante, não necessariamente as reflexões a serem estabelecidas entre meio ambiente, agricultores e mediadores sociais, precisam ser pensadas a partir de uma base tridimensional hermética, em que é necessário delimitar o mais possível suas fronteiras (sejam elas físicas, ecológicas, políticas, históricas, geográficas, étnicas, socioculturais ou simbólicas). Mesmo no caso do agro-eco-sistema em questão, cuja área fisiográfica ocupada pelo município de Maquiné e pela bacia hidrográfica do Rio Maquiné se confundem quase que na sua totalidade<sup>72</sup>, o espaço pode ser visto de diferentes formas. Neste sentido, Schmitt (2001) apresenta uma definição interessante e que pode ser estendida para o agro-eco-sistema em questão:

O espaço, tal como definido pelos geógrafos, pode ser entendido (...) como sendo o efeito de um feixe de conexões, sociais e ambientais, que se estabelecem em diferentes níveis, podendo ser descrito de muitas maneiras, inclusive, mas não só, em termos geográficos. A geografia, a ecologia e a sociologia são algumas das muitas linguagens que podemos utilizar, buscando dar sentido a realidades que, em sua complexidade, freqüentemente escapam ao olhar característico de cada uma dessas disciplinas (Schmitt, 2001, p.140).

Portanto, ao se adotar o conceito de agro-eco-sistema, se está sugerindo que seja considerada mais do que a rigidez ilusória de uma linha de fronteira, o que aponta para uma opção pela permeabilidade, pela interconexão de fatores e pelo reconhecimento da complexidade dos fenômenos e processos analisados.

---

simbólicas, as quais compõem o modo de vida destes agricultores, ou seja, é também um espaço de e para se viver.

<sup>72</sup> Ambas ocupam, respectivamente, 622 Km<sup>2</sup> e 546 km<sup>2</sup>, os quais se encontram em boa parte sobrepostos.

Conseqüentemente, os limites aqui estabelecidos devem ser entendidos apenas como pontos referenciais, os quais visam tão somente situar, mais ou menos, os principais elementos considerados pela pesquisa em relação à condição de conflito e de alteridade em que se encontram imersos.

#### ***4.2 Contrastes de uma paisagem subtropical: a diversidade dos “não-humanos”<sup>73</sup>***

Um sentimento instintivo de temor nos perpassa, no momento em que as matas fogem debaixo de nós e o avião paira sobre o vale do rio. Na sua forma geral não difere dos numerosos vales já descritos; o que lhe dá o caráter peculiar é a altura de suas barrancas. É como se uma cunha se tivesse cravado na borda da serra, rachando-a até o fundamento. Ao pé do vale, junto à igreja da Barra do Ouro, aflora o arenito; depois, as ladeiras sobem numa única arrancada, (...). É um painel tão simples nas suas linhas, tão rígido nas suas formas, tão variado nos seus pormenores, que poderia, por si só, simbolizar a Serra Geral em todas as suas modalidades.

Padre Balduino Rambo, 1942 (1994), p.379.

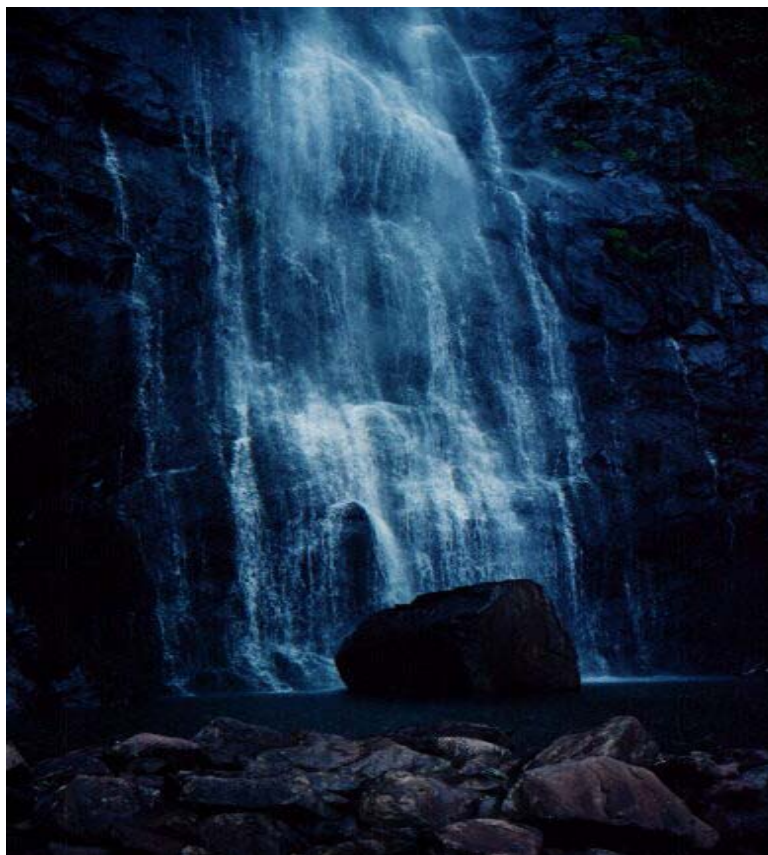
Talvez se possa dizer que, para boa parte dos veranistas que deixam a capital e outros centros urbanos em direção às praias do litoral norte do estado ou mesmo de Santa Catarina, um outro componente “turístico” interessante, além dos atrativos propiciados pelos balneários situados na costa marítima do sul do Brasil, passa, muitas vezes, despercebido. Mesmo que os contrafortes da Serra Geral marquem presença constante durante a maior parte do trajeto, o fato da principal via de acesso (BR101) a estas praias e a outros estados passar ao largo de localidades como Maquiné, Borússia, Itati e Dom Pedro de Alcântara, faz com que o olhar do viajante acabe pendendo somente para o lado do sol nascente (ver Figura 4). Contudo, entremeadas no coração destas verdadeiras fortalezas rochosas, escondem-se “belezas naturais” de uma pujança inigualável. A Floresta da Mata Atlântica, principal ecossistema da região, com seus vales, suas incontáveis cachoeiras, rios

---

<sup>73</sup> Os dados levantados nos próximos dois tópicos são resultado das informações coletadas a partir de fontes secundárias (Emater, Embrapa, Fepagro, Ufrgs, IBGE) e de dados empíricos provenientes das entrevistas. Entretanto, o principal elemento utilizado como subsídio refere-se a estudos realizados anteriormente pelo pesquisador sobre a realidade agrária do município de Maquiné (ver Gerhardt et alli, 2000).

transparentes, densa e diversificada vegetação e paisagens cinematográficas como, por exemplo, as formadas pelos *canions* do Itaimbezinho, Fortaleza e Malacara, são algumas destas “belezas”.

**Figura 2 – Vista de um dos componentes estéticos dos não-humanos:**



Fonte: Relatório de Pesquisa Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental do Município de Maquiné, PGDR/UFRGS/ANAMA/Prefeitura de Maquiné, 2000.

É, portanto, dentro deste contexto estético interessante, que se encontra inserido o agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné<sup>74</sup>. Não obstante isto, Warren Dean, ao contar a “trágica” história da devastação da Mata Atlântica, em um certo momento, afirma que esta, apesar das suas riquezas em termos de diversidade biológica e das suas formas harmônicas e esteticamente interessantes, revela-se ao ser humano como um lugar não muito agradável e pouco aprazível de se viver. Como

---

<sup>74</sup> Preservadas as suas devidas especificidades, localidades vizinhas ao município de Maquiné (como São Francisco de Paula ao norte; Osório ao sul; Capão da Canoa e Terra de Areia a leste; Riozinho, Rolante e Santo Antônio da Patrulha a oeste), mantêm com este uma acentuada proximidade em termos ecológicos, fundiários, agrícolas e agrários.

se a floresta, mesmo que acampada nos olhos da espécie humana, não pudesse nunca contê-la em seu interior, a não ser como visita ou como inimigo. Nas suas palavras,

podemos visitar a floresta tropical e até especializarmo-nos na extração das mil e uma raridades que ela oferece, mas não moramos nela, exceto em desespero. O ‘morador’ humano brasileiro da floresta vive em suas margens, perto de cursos d’água ou campos. (...) Quando sediam suas moradas na própria floresta, abrem uma clareira ampla de terra batida, larga o bastante para evitar o perigo de quedas de árvores e formar uma terra de ninguém onde insetos nocivos e répteis predadores possam ser avistados e eliminados. Para viver na floresta, os moradores da floresta necessariamente a derrubam (Dean, 1996, p.30).

Como se vê, será imersa nesta condição de lugar não habitado, que a paisagem formada pelas complexas relações ecossistêmicas da Mata Atlântica se revelará aos olhos humanos, o que não é diferente no caso do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné. Em decorrência desta condição, pode-se dizer, “solitária” da floresta, optou-se, nesta seção, por privilegiar um tipo de caracterização em que a variável antrópica encontra-se um tanto ausente (apesar de presente), sendo esta inserida mais amiúde logo a seguir. Isto, porque, como diria Schmitt (2001, p.145), *“o universo não-humano, quando visto sob uma escala temporal mais ampla, deixa de parecer estático, um mero cenário onde se desenvolvem os eventos humanos, revelando-se como um universo em permanente transformação.”* Ou seja, neste momento, nós permanecemos como coadjuvantes, pois o papel principal estará a cargo dos elementos “não-humanos” que integram a problemática ambiental no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné.

Segundo Sevegnani (1995), o agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, além de integrar unidades de conservação como a Reserva Biológica Estadual da Serra Geral<sup>75</sup> e a Área de Proteção Ambiental da Rota do Sol, localiza-se dentro de uma região reconhecida pela Unesco, desde 1992, como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica<sup>76</sup>. Entretanto, é a condição de “área de ecótono”<sup>77</sup> que caracteriza, de

<sup>75</sup> Apesar de ser *“considerada intocada desde o final do século XIX”* (Perotto, 2001), esta reserva somente foi declarada legalmente área de preservação em junho de 1982, sendo doze anos depois integrada à Reserva da Biosfera como uma das suas “áreas-núcleo”. Situada entre os municípios de Maquiné e Terra de Areia, a reserva possui cerca de 4.000 ha, todos situados em “terras devolutas”, o que quer dizer que não há presença de moradores no seu interior, mas apenas nas chamadas “zonas de amortecimento”, localizadas no entorno em um raio de 10 Km.

<sup>76</sup> A reserva da Biosfera da Mata Atlântica *“faz parte de uma rede internacional de intercâmbio e cooperação para equacionar problemas relacionados ao meio ambiente e desenvolvimento. O objetivo das reservas da biosfera são a conservação da biodiversidade, o desenvolvimento sustentável, a participação da população e o fomento à pesquisa e à educação ambiental”* (Fepam, 2000, p.13).

maneira exemplar, a importância da conservação dos ecossistemas e da preservação dos recursos naturais e da biodiversidade ali existentes. Isto, porque, no agro-ecossistema em questão, pode ser encontradas uma variedade de formações vegetais, tais como a Floresta Ombrófila Densa, a Floresta Araucária e a Floresta Estacional Semidecidual. Como consequência desta localização limítrofe estratégica, e que se deve à interação constante, no espaço e no tempo, de uma série de peculiaridades climáticas, topográficas, geológicas e pedológicas, a região irá apresentar uma expressiva variabilidade em termos de fauna, vegetação e de tipos de solo. São, portanto, justamente as diferenças ecológicas entre estes três ambientes naturais que tornam os remanescentes da Mata Atlântica (imersos nos vários estágios sucessionais das florestas secundárias e da mata nativa) ao mesmo tempo tão biodiversos, mas também tão difíceis de serem manejados ou explorados pelo ser humano de forma a permitir sua sustentabilidade no decorrer do tempo.

Cabe ressaltar, todavia, que a utilização feita aqui do conceito de Mata Atlântica não deve ser vista somente em termos do reconhecimento desta como sendo formada por um mosaico de tipologias vegetacionais integradas. Quer dizer, apesar do *“contexto de ações destinadas à conservação apoiar-se em critérios botânicos e fisionômicos, mesclados com critérios de natureza geográfica e geológica (...) , não se pode entrar apenas no mérito terminológico, mas sim buscar uma visão global que norteie a prática da conservação”* (Série Cadernos da Reserva da Mata Atlântica, 1999, p.16). Segunda floresta neotropical em tamanho depois da Floresta Amazônica, é dentro deste contexto, portanto, que interessa pensar a Mata Atlântica, o que, obviamente, vale também para o caso da sua parte mais austral, ou seja, a região do litoral no norte do estado do Rio Grande do Sul.

Mas, se a peculiaridade mais saliente da Mata Atlântica é a sua biodiversidade e heterogeneidade, o que a faz adquirir um caráter de unidade que, em última análise, é o que lhe confere identidade? Sobre isto, apesar de autores como Adams (2000) e Dean (1996) ressaltarem a variabilidade ecológica da Floresta Atlântica, estes também constatam que este bioma possui certas homogeneidades. Neste sentido, ambos são unânimes em afirmar que as transições espaciais em termos

---

<sup>77</sup> Esta expressão é normalmente utilizada para designar uma região onde ocorre o encontro de diferentes formações vegetais, o que determina, como consequência, a conformação de uma

de ocorrência de distintos tipos de flora e fauna na Mata Atlântica se dão muito mais em função das variações na altitude e no relevo, do que devido a diferenças de latitude:

Apesar de constituir-se numa faixa de vegetação que se estende por mais de 4 mil km na direção N-S, sobre diversas zonas climáticas, a mata atlântica possui certa homogeneidade. Ao contrário do que ocorre com a floresta amazônica, que é formada por um mosaico de diversas florestas, na mata atlântica há uma mudança gradual e suave na sua composição biótica, de norte a sul. Esta homogeneidade deve-se a condições climáticas semelhantes, uma história geológica comum e tipos de solos semelhantes (Adams, 2000, p.73-74).

Indo nesta direção, mesmo que possa haver outras possibilidades de classificação, pode-se dizer que a vegetação presente ao longo dos 546km<sup>2</sup> que compõem a bacia hidrográfica do Rio Maquiné (e que vale também para a maior parte do lado ocidental do litoral norte do estado) encontra-se dividida em quatro tipos principais, conforme a altitude em que ocorre: *Floresta de Terras Baixas*; *Floresta Submontana*; *Floresta Montana*; e *Floresta Alto Montana* (Rech, 1987)<sup>78</sup>. No caso da primeira, esta se encontra revestindo sedimentos de origem pluvial, marinha e lacustre em uma faixa que vai de 5 a 30 metros acima do nível do mar. A espécie que predomina e caracteriza esta zonas, cobrindo de 60 a 90% do seu extrato superior, são os diversos tipos de Figueiras (*Ficus ssp.*), árvore muito encontrada na região. Como já visualizava Rambo na década de 40:

Um dos mais esforçados pioneiros da mata virgem, que na faixa limítrofe da areia e do planalto determina a fisionomia vegetal, é a figueira. Centenas de milhares desses gigantes da nossa flora, cuja salvação está na falta absoluta de emprego útil, cada qual único e inimitável em sua figura, levantam as suas copas arredondadas, povoadas de epífitos de toda a espécie, sobre a mata paludosa ao pé da serra (Rambo, 1994, p.50).

Contudo, como em muitos lugares da Mata Atlântica brasileira, a mata ciliar existente nas margens dos rios deste agro-eco-sistema encontra-se já (ou ainda) bastante devastada devido à intensa ação humana executada no passado. Além disso,

---

composição botânica muito rica e variada.

<sup>78</sup> Segundo este autor, estes extratos podem ser também subdivididos conforme as características do relevo, onde os tipos mais recorrentes são: *colívios* (altitude variável, transporte de materiais nas vertentes); *planícies* (topografia até 40 metros, relevo plano com declividade inferior a 10%, planície aluvial originada pelo transporte do Rio Maquiné e seus afluentes); *escarpas* (altitudes variáveis, relevo abrupto, com declividade superior a 40%); *patamares* (altitudes variáveis, relevo médio a fortemente inclinado, com declividade entre 20 a 40%) e *platôs* (altitude variável, áreas mais ou menos planas caracterizadas por rochas básicas).

é principalmente nestas áreas que se desenvolvem, atualmente, as atividades agrícolas de maior uso intensivo da terra (a horticultura), a qual avança, na maioria das vezes, até chegar às bordas dos barrancos dos rios. Como se poderá ver mais adiante, esta exploração intensiva da mata ripária dos rios tem-se transformando, hoje, em um dos principais problemas ambientais relatados pelos mediadores e agricultores da região.

Um segundo extrato é formado pela Floresta Submontana, a qual reveste desde áreas planas até locais acidentados lapidados nas encostas mais suaves pelo Arenito Botucatu. Aqui, neste tipo de vegetação, encontra-se instalada a chamada meia encosta, a qual pode apresentar um relevo bastante irregular (planícies, patamares e ondulações), mas quase sempre menos pronunciado que a Floresta Montana em termos de grau de declividade. Como consequência, as altitudes deste extrato podem também variar bastante, indo desde 30 a 350 metros acima do nível do mar. Quanto aos solos, estes se mostram ainda profundos, sendo habitados por árvores que chegam a ter de 25 a 30 metros de altura. Estas, por sua vez, apresentam elevado grau de epifitismo e parasitismo pela existência de uma ampla variedade de tipos de bromeliáceas, cipós, ervas de passarinho e outros tipos de plantas trepadeiras. Tal qual a floresta de terras baixas, esta formação foi, no passado, bastante comprometida pelas atividades agrícolas, o que acabou ocasionando o surgimento de áreas extremamente degradadas. No entanto, apesar de ainda seguirem sendo utilizadas, verifica-se hoje já uma certa recuperação, com formação de capoeiras e matas secundárias em vários estágios de sucessão.

Um terceiro extrato identificado, localizado logo acima da média encosta e que recobre os solos de origem basáltica e arenítica das escarpas da Serra Geral, é a Floresta Montana. Ocorrendo em altitudes que vão dos 400 a 1.000 metros de altura, esta possui uma composição florestal bastante diversificada, semelhante à floresta Submontana e que, apesar de ter sido também explorada no passado pelos agricultores da região (restando hoje poucos remanescentes “intactos” em áreas de difícil acesso), encontra-se em um estágio mais avançado de recuperação. Muito devido à topografia acidentada (o grau de declividade aqui é quase sempre superior a 45%), ao difícil acesso, à diminuição dos rendimentos agrícolas devido a problemas de erosão e fertilidade, às dificuldades econômicas enfrentadas pelos agricultores e



às restrições ambientais, estas terras foram sendo cada vez menos utilizadas ou mesmo abandonadas para uso agrícola.

Aos cultivos anuais, no entanto, sucedeu um outro tipo de atividade relacionada à extração da samambaia-preta (*Rumhora adiantiformis*). Apesar de também ser uma atividade recorrente nas florestas Submontana e Montana, a atuação dos samambaieiros não representa, em geral, maiores impactos ao meio natural (com exceção, é claro, das trilhas abertas na mata e da própria espécie coletada). Isto, porque a samambaia ocorre mais densamente nas beiradas e margens da floresta ou por entre a vegetação secundária da capoeira, locais em que as condições de luz-sombra e umidade são apropriadas para o melhor desenvolvimento da espécie.

Por fim, um último extrato encontrado é a Floresta Alto Montana e que ocorre nas cristas da Serra Geral. Esta formação caracteriza a transição entre a Serra Geral e a região dos Campos de Cima da Serra, onde, devido ao tipo de uso da terra (a pecuária), predomina um tipo de vegetação rasteira (sobretudo gramíneas), além da mata de araucária. Por suas altitudes elevadas, estes locais possuem temperaturas inferiores aos demais extratos, a vegetação (apesar de apresentar áreas de mata fechada) é bem menos densa que as demais, o relevo é plano ou suavemente ondulado e os solos são de origem basáltica. Muito devido a estas condições ecológicas, à dificuldade de acesso e, diferentemente do restante destes campos, onde a forma como se acha organizada a utilização e distribuição da terra é bem distinta do que se vê no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, a formação Alto Montana apresenta ainda um nível de conservação interessante.

Porém, em um balanço geral, tendo em vista a intensa antropização sofrida (no passado e no presente) por estes diferentes ecossistemas, o nível de destruição da vegetação original é, logicamente, muito elevado. Todavia, nos últimos 20 a 25 anos, em decorrência da redução deste processo, têm-se observado, em muitas áreas do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, o surgimento e a ressurgência de uma vegetação secundária importante, principalmente nas encostas das montanhas mais inclinadas e nos vales aluviais mais estreitos e com poucas áreas planas.

**Figura 3 – Vista do interior da mata secundária na Floresta Atlântica:**



Fonte: Relatório de Pesquisa Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental do Município de Maquiné, PGDR/UFRGS/ANAMA/Prefeitura de Maquiné, 2000.

Obviamente, sabe-se que os estágios sucessionais nas florestas da encosta atlântica poderão obedecer a vários padrões (dependendo da altitude, do tipo de clareira aberta, da intensidade e da época em que ocorreu a perturbação), o que faz a composição de espécies ser bastante dinâmica e variável <sup>79</sup>. Entretanto, em termos gerais, estas áreas com vegetação secundária irão se caracterizar, em relação à mata nativa, por apresentar uma menor diversidade de plantas e uma relativa homogeneidade fisionômica devido à ocorrência de espécies dominantes em cada série. Será, portanto, justamente em decorrência da elevada agressividade deste tipo de vegetação, associada à rápida capacidade de regeneração e de sucessão vegetal da Mata Atlântica, que o agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné pode se apresentar aos olhos dos visitantes menos cuidadosos, como uma floresta “virgem” ou

---

<sup>79</sup> Segundo classificação feita por Sevegnani (1995), podem-se visualizar cinco estádios bem definidos dentro da vegetação secundária: *estádio pioneiro* (plantas adaptadas a áreas de solo degradado); *estádio de capoeirinha* (encontra-se sobre solos com um grau de umidade e matéria orgânica maior que o anterior); *estádio de capoeira* (instalação das primeiras fanerófitas); *estádio de capoeirão* (espécies arbóreas e arvoretas que precedem a reconstituição de uma formação clímax); *estádio de floresta secundária* (caracteriza-se por uma fisionomia florestal pouco diferenciada da “floresta primitiva”).

“selvagem”. No entanto, como se verá no capítulo 6, esta condição de natureza intocável é pouco verdadeira, pois, em um passado distante, mas também recente (principalmente de 1875 a 1980), o ambiente deste agro-eco-sistema foi agudamente manejado e explorado pelas populações humanas que percorreram ou mesmo habitaram o vale do Rio Maquiné.

Em relação às condições climáticas da região, segundo Walter (1987), o vale do Maquiné encontra-se, assim como o restante do Estado do RS e de Santa Catarina, sob o domínio climático mesotérmico brando, o subdomínio climático superúmido, a variedade sem seca e o tipo temperado. Esta classificação, no entanto, refere-se apenas às características mesoclimáticas, não abrangendo a existência de microclimas muito peculiares, os quais, naquele agro-eco-sistema, são bastante recorrentes. Como consequência, as características de relevo e de proximidade com o mar, combinadas com as condições do clima, determinam situações muito específicas em áreas bastante próximas e que vão variar conforme a orientação solar, presença e tipo de vegetação, queimadas, proximidade de rios e córregos d'água, altitude, entre vários outros fatores<sup>80</sup>. Isto ocorre, por exemplo, pelo fato de a bacia do Rio Maquiné possuir vales com desníveis altimétricos elevados e abruptos, o que faz com que a ascensão de massas de ar úmido do oceano e o seu brusco resfriamento na parte alta da Serra Geral, aliado a outros condicionantes climáticos, acabem provocando precipitações intensas<sup>81</sup>. Sobre a temperatura, os dados disponíveis dos últimos 30 anos na Estação Experimental da Fepagro em Maquiné apontam médias anuais em torno de 20°C, com média das máximas dos meses mais quentes ao redor de 24,6°C, média das mínimas dos meses mais frios em 14,1°C e amplitude térmica média diária de 9,1°C. A umidade relativa do ar (média anual) fica em torno de 79% e as precipitações somam, em aproximadamente 121 dias de chuva durante o ano, 1.650mm. A distribuição pluviométrica ao longo do ano permite

---

<sup>80</sup> Por exemplo, as encostas com orientação solar voltada para o sul, apresentarão características (ecológicas e de capacidade de uso agrícola) totalmente distintas daquelas encostas voltadas para o lado norte ou leste, estas muito menos úmidas e com maior taxa de insolação durante o ano (no caso da agricultura, isto é de suma importância para a escolha das espécies e dos sistemas de cultivo).

<sup>81</sup> Durante o ano, são duas as massas de ar predominantes, sendo a com maior atuação a Massa Tropical Atlântica (TA), originária do anticiclone do Atlântico sul e que influi sobremaneira na distribuição das chuvas ao longo do ano e no aumento da umidade do ar. A outra massa de ar é a Polar Atlântica (PA), responsável pelas bruscas mudanças de temperatura que ocorrem nos meses de inverno.

observar que a curva da temperatura não ultrapassa a da precipitação, o que significa não haver estação seca característica na região (Walter, 1987).

Em resumo, o que todos estes dados demasiadamente técnicos, acadêmicos e agrometeorológicos querem dizer, é que o agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné apresenta, excetuando-se alguns locais muito específicos, um dos climas mais amenos do Estado e com bons níveis de insolação e de precipitação durante o ano. Além do que, a peculiar organização topográfica quase que elimina a possibilidade de ocorrência de chuvas de granizo ou de geadas no inverno<sup>82</sup>. Outro ponto importante que deve ser ressaltado é a elevada e relativa constância em relação à distribuição das chuvas durante os meses do ano, o que faz com que quase não haja problemas de disponibilidade de água. Quer dizer, diferentemente dos locais da Mata Atlântica situados mais ao norte do país, o que organiza, no decorrer dos meses, a dinâmica populacional da floresta nesta região, é a temperatura e não a perspectiva de uma estação seca.

Quanto aos solos, estes são originados de áreas cobertas por derrames basálticos da bacia do Paraná, o que possibilita a formação de diferentes tipos de rochas: Formação Serra Geral (rochas basálticas), Formação Botucatu (arenito Botucatu) e depósitos recentes (depósito de sedimentos costeiros). Entretanto, deve-se considerar que vários outros fatores atuaram e ainda atuam conjuntamente na formação dos diferentes tipos de solos existentes, tais como a litologia, a topografia, o clima, a temperatura, bem como a ação biológica de microorganismos:

A topografia acidentada, a ação do clima, principalmente da pluviosidade e da distribuição das chuvas, além das variações de temperatura, umidade do ar e nas rochas, deram origem a solos com diferentes características físico-químicas. Os solos formados são relativamente instáveis. Aliados à precipitação intensa, caracterizam a encosta atlântica pela ocorrência de avalanches e escorregamentos, que, juntamente com fatores ligados à dinâmica de suas populações (principalmente a morte de indivíduos) e a ação antrópica, conferem à vegetação uma feição de mosaico, formada por áreas de diferentes tamanhos em diferentes estágios sucessionais (Adams, 2000, p.76).

Aliás, faz-se necessário abrir, neste momento, um breve parêntese sobre esta questão que, mais adiante, será novamente retomada. É que a existência destes desbarrancamentos “naturais”, os quais deixam verdadeiras cicatrizes, veias vermelhas abertas no meio da mata, acabarão se transformando em um dos elementos

---

<sup>82</sup> Estas ocorrem, respectivamente, em torno de uma e seis vezes durante o ano (Walter, 1987).

utilizados pelos agricultores e certos mediadores para tentar desqualificar a idéia de que a ocorrência destes fenômenos tem relação também com os tipos de manejo e práticas agrícolas executadas na região. Como será visto a seguir, o fato de, no decorrer do tempo, sempre terem existido estes efeitos erosivos provocados pela própria dinâmica sucessional da floresta, pode ter contribuído, ao longo dos anos, para sedimentar a idéia de que os deslizamentos de terra são “acontecimentos naturais” e sempre existiram, não tendo, portanto, vínculo com as atividades dos agricultores.

Mas, voltando aos solos de Maquiné, o Plano Integrado para o Desenvolvimento do Litoral Norte do Rio Grande do Sul (1977) mostra que, no vale do Rio Maquiné distinguem-se basicamente dois tipos de solos: *Solos com horizonte B textural* e *Solos arenosos quartzosos profundos*. Os primeiros, mais férteis e mais recorrentes que os segundos, subdividem-se em duas unidades de mapeamento: *Vila* e *Ciríaco*<sup>83</sup>. Já os segundos, compostos de areias quartzosas e originados de sedimentos costeiros, possuem baixa fertilidade natural, localizando-se na região que envolve os arredores da Lagoa dos Quadros. Não obstante, excetuando-se estas áreas arenosas, os solos predominantes (brunizen avermelhados) encontrados apresentam, na sua maioria, excelentes características químicas. Em termos agronômicos e não se considerando o componente topográfico (pois, quanto mais plano, melhores as condições de manejo), a boa drenagem do terreno, a estrutura e textura do solo e a elevada fertilidade natural em relação aos teores originais de nutrientes disponíveis, conferem aos solos da região um elevado potencial agrícola.

Apesar de, à primeira vista, todas estas características climáticas e de fertilidade parecerem ser muito interessantes aos agricultores, elas podem também se apresentar não tão satisfatórias. Isto, porque, no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, as excelentes condições dos solos, de disponibilidade hídrica e de temperatura, acabam fazendo com que o crescimento e a recuperação da vegetação (na forma de capoeira, capoeirão ou mata secundária) ocorram muito rapidamente

---

<sup>83</sup> Ambos são muito semelhantes. A diferença básica é que o primeiro, localizado mais nas áreas planas da várzea dos rios, possui geralmente mais umidade, maior profundidade e melhores condições de fertilidade e de estrutura física devido aos processos erosivos proporcionados pelo escoamento superficial nas terras de encosta. O segundo, mais característico da meia encosta, apresenta menor profundidade e maior concentração de pedras ao longo do perfil.

devido à elevada produtividade primária e secundária da Mata Atlântica. Como explica Dean (1994, p.32),

as condições ideais para o crescimento e a reprodução - períodos prolongados de crescimento, radiação solar intensa, altas temperaturas, e regimes de chuvas generosos - facilitam a abundância de formas de vida. Sob tais condições, os processos metabólicos são acelerados e o crescimento é constante e rápido.

Em outras palavras, a taxa na qual a energia radiante proveniente do sol é convertida pela atividade foto e quimiossintética dos organismos produtores em substâncias orgânicas ou armazenada nos consumidores, é extremamente alta (Adams, 2000, p.82). Com isto, o que acontece é que, além do manejo e das práticas agrícolas serem dificultadas aos agricultores pelo próprio crescimento natural da floresta, estes se vêem ainda mais limitados a usar tais áreas devido ao fato de, em pouco tempo, a vegetação sucessional atingir a altura máxima permitida legalmente para o corte (cerca de 3 metros de altura). Como será visto no capítulo 7, esta particularidade aponta para outro fator de discordância entre agricultores e mediadores sobre as questões ambientais.

Finalmente, voltando a olhar mais especificamente para os vales aluviais que formam a bacia hidrográfica do agro-eco-sistema do Rio Maquiné, os quais se encontram separados pelas verdadeiras muralhas rochosas das encostas da Serra Geral, estes formam um vasto manancial de rios e arroios menores (Garapiá, Forqueta, Ligeiro, Solidão, Encantada, Rio do Ouro, Boa Vista, Cerrito, Pinheiros, além de outros menores). No entanto, invariavelmente, todos estes cursos d'água acabam desaguando na principal fonte de drenagem da região, o Rio Maquiné. Este rio, de 40 Km de extensão e cuja bacia de inundação ocupa uma área de 270Km<sup>2</sup>, é o eixo que interliga toda a bacia hidrográfica originada desde as nascentes do Arroio Lajeado no alto da Serra do Umbu (ver Figura 2). A partir destas nascentes até a localidade de Barra do Ouro, são necessários apenas 16km para haver uma redução de altitude de 900 para 50 metros. A seguir, em uma extensão de 17km (com desnível de 45 metros) até a Lagoa dos Quadros, o Rio Maquiné recebe seus principais afluentes: arroio Forqueta; arroio Encantada e Rio do Ouro, todos próximos ao distrito de Barra do Ouro. É deste ponto em diante que a sua oscilação

lateral começa a ampliar progressivamente o tamanho da planície de inundação que forma um dos maiores vales da região.

Como pode ser visto nas ilustrações apresentados nas Figuras 4 e 5, esta intensa rede hidrológica acaba tendo papel de destaque na esculturação do relevo, pois, à medida que o rio e os arroios escavam os vales, todo um conjunto de feições topográficas é delineado. Isto porque a extensão das vertentes e a uniformidade na declividade das rochas estão intimamente relacionadas à densidade de drenagem, ao tipo de vegetação, à pluviosidade, ao manejo do solo e à geologia. E, obviamente, o resultado da interação do relevo acidentado com a ocorrência de altos níveis pluviométricos, irá configurar como uma rede hidrográfica bastante rica e intensa o agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné. Além disso, a paisagem formada revela um excelente potencial de utilização das águas destes rios e arroios para irrigação, o que, em certa medida, já acontece, pois são largamente usadas pelos horticultores.

Quanto ao comportamento dos cursos d'água, de maneira geral, as cotas fluviométricas médias mensais dos rios (ou seja, a "altura" dos rios) apresentam uma relativa regularidade. No entanto, devido à integração entre as condições topográficas e o nível de vegetação existente, isto já não ocorre com as cotas máximas obtidas. O fato de coincidirem as épocas preferenciais de plantio (que envolvem revolvimento de terra, deixando esta mais suscetível a processos erosivos) com a ocorrência de precipitações intensas, faz com que os níveis dos cursos d'água acabem apresentando grande variação principalmente na saída do inverno e na primavera. Quer dizer, a velocidade do escoamento superficial proporcionado pela declividade acentuada, pelo ainda baixo nível de cobertura do solo e pela inexistência da mata ciliar ao longo das margens da maioria dos rios e arroios, explica por que as estiagens e, como consequência, a redução do nível dos rios e lagoas, são menos freqüentes e menos problemáticas que as cheias decorrentes de precipitações elevadas. Estas últimas, por sua vez, são outros dos "problemas ambientais" com maior visibilidade na região, sendo citados pela maioria dos entrevistados.



**Figura 4 - O agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné e o Litoral Norte:**



Fonte: Ministério do Exército – Departamento de Engenharia e Comunicações. Escala 1:250.00, 1981.



Sobre esta peculiaridade hidrológica do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, pode-se acompanhar de perto a violência provocada pela força das chuvas e enchentes que então ocorreram. Talvez seja interessante relatar ainda uma experiência sofrida pelo próprio pesquisador durante sua permanência na região. Durante uma entrevista com um horticultor na Linha Solidão, houve este diálogo:

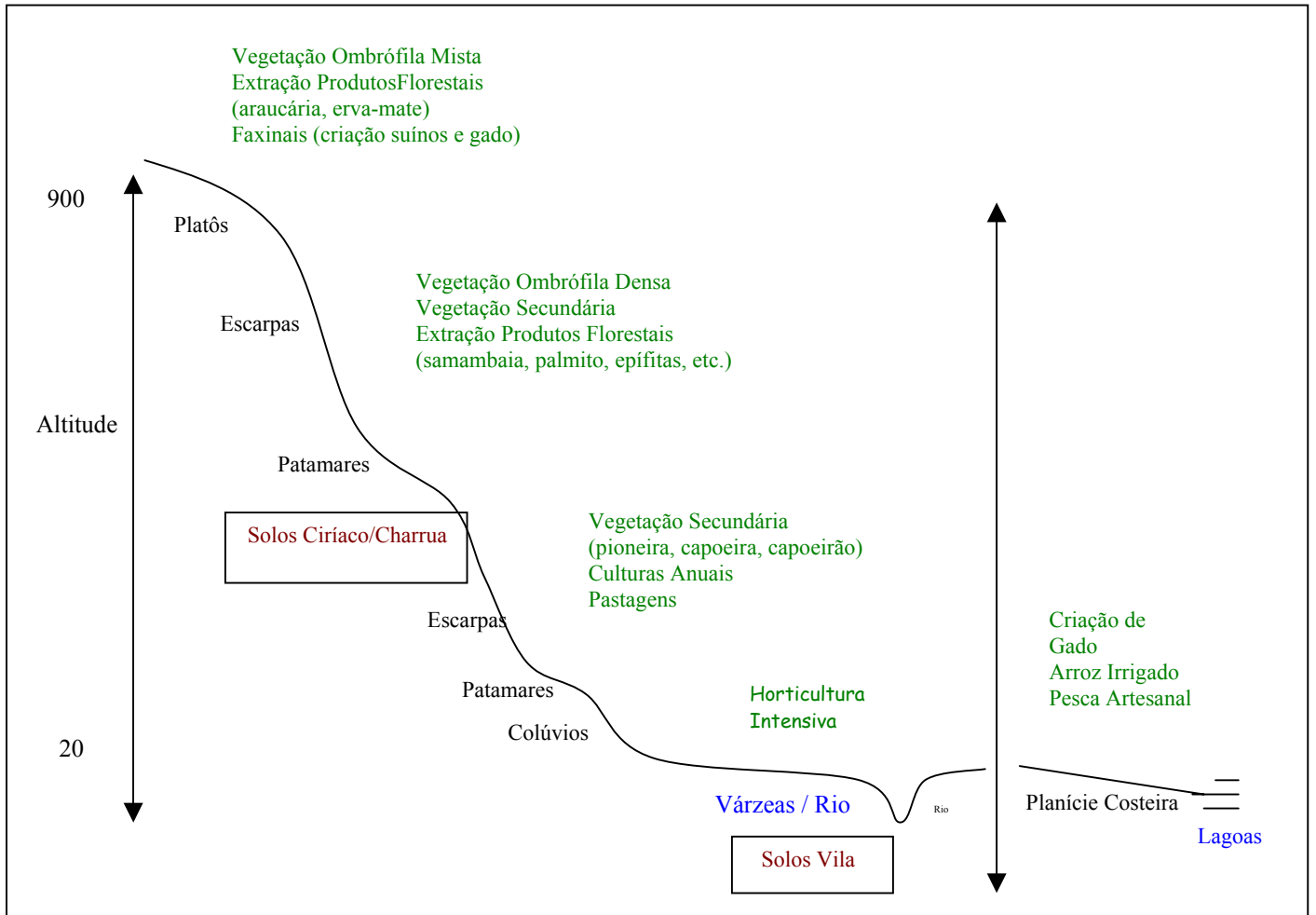
(toca o telefone no meio da entrevista e, depois de alguns minutos, o agricultor retorna) Na Barra já tão chamando a defesa civil (tem uma amiga que faz um trabalho lá e foi até a metade do caminho e voltou, diz que tá muito ruim) A cunhada do meu irmão que mora ali em cima tava na Prefeitura, ela ligou agora e disse que a prefeitura já chamou a defesa civil pra ir na Barra do Ouro. Ali na linha Fagundes já tá atacando a água, da estrada já não dá pra passar pra cima. E lá na Barra em algum lugar também já deve tá assim. Talvez já não sei se eles vão ter que vim de helicóptero de novo. Mas as roças ali da Barra já tão tudo arrasada, nessa hora já tá tudo debaixo d'água, mais um prejuízo.

Na verdade, enquanto conversavam pesquisador e agricultor, não foi preciso mais do que duas horas de chuva intensa para que o nível do Rio Maquiné subisse a ponto de barrar a passagem de veículos, isolando o vale da Solidão até a tarde do dia seguinte. Neste dia, foi feita a seguinte anotação na Caderneta de Campo:

19 de julho: muita chuva, a estrada da solidão alagou e eu tive que dar a volta até a BR101 onde, por milagre, não fiquei atolado pois as águas não haviam ainda subido até o seu limite (experiência, diga-se de passagem, que mais parecia um Ralie Off-Road). Horqas depois esta passagem também acabou por ser interdita. Apesar do aspecto cênico interessante, é também assustador ver o rio Maquiné subir três a quatro vezes acima do seu nível normal, tomar conta das suas margens, invadir e destruir lavouras, ver alfices e repolhos boiando na correnteza. Ver suas águas translúcidas transformarem-se em chocolate e as terras escorrerem pelo rio. À primeira vista, a impressão que fica é a de que os agricultores parecem não dar muita relevância às causas deste problema. Talvez muito disso tenha algo a ver com o fato da agricultura da região ter sido sempre associada a um tipo de agricultura de queimada. Ao mesmo tempo, é estranho ouvir os agricultores dizerem que antes não havia problemas de erosão (2001, Caderneta de campo do pesquisador).

Finalmente, o que se percebe neste sobrevôo rápido que se fez aqui pelos elementos não-humanos do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, é que esta região encontra-se envolvida dentro de um contexto de lugar ao mesmo tempo “paradisiaco” e geograficamente diversificado. Mas, poderia-se perguntar, e as pessoas que vivem nesta região, quem são elas? Que tipo de atividades desenvolvem? E a paisagem, como se mostra aos olhos de seus habitantes? Vejamos agora portanto, como estas discussões inserem-se frente a realidade ecológico-produtiva do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné.

**Figura 5 - Toposeqüência dos vales do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné:**



### 4.3 “Agriculturas”, “agricultores” e Mata Atlântica no sul do Brasil<sup>84</sup>

A tendência do capital é, portanto, impor sua forma de produzir às formas pré-capitalistas de produção. No entanto, esse processo é lento. Em primeiro lugar, porque esses pequenos produtores de mercadorias têm condições de resistir à penetração do capitalismo na agricultura mesmo quando o progresso técnico já atingiu o estágio do sistema de máquinas (...). Em segundo lugar, porque o modo de produção capitalista não tem necessidade, num primeiro momento, de acabar com a produção pré-capitalista como condição para a submissão do setor agrícola aos seus interesses. Basta instalar um determinado tipo de relação de dominação que lhe permita ao mesmo tempo fazer com que a produção camponesa aumente o excedente e se apropriar do mesmo.

Ademar Ribeiro Romeiro, 1998, p.176

Para quem vem de Porto Alegre com destino ao município de Maquiné, já na chegada, após percorrer os 100 km da batizada *free way* (BR290) e, depois, outros 40 km pela BR101 até o trevo que dá acesso à sede municipal (distante 5km), a primeira paisagem que se apresenta ao viajante será a extensa área costeira, bastante plana, aberta e alagada formada ao redor da Lagoa dos Quadros. Como se pôde notar no item anterior, esta região possui características totalmente distintas das demais localidades do vale do Rio Maquiné, sendo as principais atividades desenvolvidas pelos agricultores a pecuária de corte e, em menor escala, a pesca artesanal.

Marcadamente, estas planícies, onde se localizam as maiores propriedades em extensão do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, são normalmente pouco habitadas. Isto se deve, em parte, a uma peculiaridade histórica, a ser abordada logo a seguir, relacionada ao tipo de colonização implementada no decorrer do tempo nestas localidades. Neste sentido, diferentemente das demais regiões do vale, onde predomina a descendência italiana e alemã, grande parte dos estabelecimentos próximos à Lagoa dos Quadros, apesar de também organizarem seus sistemas

---

<sup>84</sup> Ressalta-se que a caracterização feita a seguir apresenta um caráter bastante genérico e, portanto, com certeza não irá exprimir toda a diversidade de sistemas de produção e de cultivo postos em prática pelos agricultores nas localidades descritas. Quer dizer, nestes locais, certamente existirão agricultores que cultivam outras espécies vegetais ou animais e/ou adotam sistemas de produção que podem ser extremamente diferenciados em termos qualitativos e quantitativos.

produtivos no trabalho familiar, são constituídos por agricultores de origem luso-açoriana e/ou africana<sup>85</sup>.

Já à esquerda da BR101, para quem chega da capital, mesmo que às vezes serpenteada ou interrompida pela imponência das escarpas e dos dosséis arbóreos da Mata Atlântica, a principal atividade agrícola da localidade, a produção de banana, cobre boa parte da meia encosta destas elevações<sup>86</sup>. Muito da adoção desta espécie se deve aos benefícios propiciados pelas condições climáticas existentes, pois a ocorrência de geadas, fator que limita seu cultivo em outras regiões, é praticamente inexistente devido à orientação norte/leste do morros e à proximidade com o oceano. Como resultado, os agricultores ali instalados acabaram por esculpir uma feição quase tropical nas diversas montanhas que apresentam o agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné ao viajante. Segundo Gerhardt et. alli (2000, p.34),

Com efeito, as condições climáticas predominantes nesta região são favoráveis ao cultivo da banana e de frutas tropicais. A banana também é mais adaptada a capacidade de uso do solo das áreas com maior declive nas encostas por ser uma cultivo permanente e portanto não exigir preparação do solo. Assim, apesar da maior parte das áreas agrícolas destas propriedades estarem localizadas em encostas, estas podem ser utilizadas, determinando uma superfície agrícola útil relativamente elevada.

Representando uma parte significativa dos agricultores da região e ocupando áreas estratégicas do ponto de vista da comercialização e escoamento da produção (à beira da BR101)<sup>87</sup>, estes sistemas de produção utilizam recursos baseados apenas no uso de tração animal ou manual nos seus sistemas de cultivo. Apesar da quase totalidade da produção ser comercializada através de atravessadores, as condições de reprodutibilidade social de boa parte das famílias não chega a ser preocupante.

---

<sup>85</sup> Faz-se necessário aqui relatar que, tanto na parte costeira como nas encostas orientais da Serra Geral (em especial nas localidades de Morro Alto, Ribeirão e Prainha), encontra-se uma expressiva população de descendentes africanos remanescentes de quilombos. Certamente, considerando-se as diferenças históricas e socioculturais que marcaram estas comunidades, elas devem, sem dúvida, apresentar diferenças perceptivas e práticas importantes sobre a problemática ambiental. No entanto, apesar desta questão ser brevemente tratada no item 6, a pesquisa não adotou um tipo de enfoque que privilegia a análise de elementos da etnicidade dos habitantes da região. No caso referente especificamente à agricultura praticada, a primeira vista, os sistemas de cultivo existentes parecem não diferir muito em relação às atividades desenvolvidas pelos demais agricultores do vale (ver Gerhardt et. alli, 2000).

<sup>86</sup> Aproximadamente 400ha, segundo relatório técnico da Emater, de 1993.

<sup>87</sup> Conforme mesmo estudo feito por Gerhardt et alli (2000), os sistemas produtivos assentados principalmente na produção da banana envolveriam cerca de 15% das famílias de agricultores do município de Maquiné.

Contribui para isto o fato de, apesar da bananicultura ser a principal fonte de renda, permanecer ainda nas propriedades uma relativa diversidade em termos agrícolas, sendo também expressiva a produção para o autoconsumo em termos de complementação alimentar das famílias (característica que servirá como uma das fontes de conflito em torno da questão ambiental nestes locais).

Seguindo viagem pelo agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, será penetrando efetivamente no interior do vale que lhe dá nome, que o visitante irá descobrir a principal atividade da região em termos econômicos: a horticultura. Por quase toda a extensão da várzea formada ao redor deste curso d'água, passando pelo distrito de Barra do Ouro até chegar à localidade da Pedra de Amolar, as hortas serão, juntamente com os morros e a floresta, um dos principais elementos que irão compor a paisagem local. Tanto é assim que, durante algumas épocas do ano, entremeadas na miscelânea de pequenas propriedades, alfaces, tomates, couves-flores, cenouras e outras tantas olerícolas, acabam formando enormes mosaicos coloridos de plantas, dando às vezes a impressão de se estar frente a um verdadeiro “mar de hortaliças”. Não é à toa, portanto, o fato de, no discurso dos agentes sociais da região, pairar um certo sentimento de “orgulho” devido ao fato de Maquiné ser hoje considerada a “capital gaúcha da alface”.

Muito deste “sucesso” da hortifruticultura, tal como a banana, deve-se também ao clima existente no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, o qual permite o cultivo de várias espécies normalmente não adaptadas às demais regiões fisiográficas do estado. Neste caso específico, as temperaturas amenas e a elevada disponibilidade hídrica, aliadas à ausência de declividade e solos bem drenados e profundos, permitem uma utilização bastante intensiva da terra. Como resultado, isto proporciona o que os economistas chamariam de “vantagens comparativas” aos agricultores, pois estes conseguem produzir em períodos de “entressafra” no mercado gaúcho e conseguir, com isso, preços mais elevados. Apesar da superfície total destes estabelecimentos poder variar bastante, alguns chegando a ter até 70 ou 80 ha, devido à maior parte das áreas agrícolas disponíveis localizarem-se nas encostas e devido ao retorno econômico propiciado pela horticultura, os sistemas de

cultivos permanecem quase que restritos à planície, não ultrapassando, na maior parte das vezes, 10 a 12 ha plantados por gleba de terra<sup>88</sup>.

**Figura 6 - Paisagem do Vale da Linha Solidão, município de Maquiné:**



Fonte: Relatório de Pesquisa Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental do Município de Maquiné, PGDR/UFRGS/ANAMA/Prefeitura de Maquiné, 2000.

Como é de se imaginar, estes sistemas, altamente tecnificados, com intensivo uso de agroquímicos, sementes melhoradas, irrigação e, às vezes, motomecanização, apresentam uma relativa especialização da produção, o que garante também aos agricultores obterem rendimentos e produtividades do trabalho e da terra bastante elevados. Com forte inserção nos mercados, e conforme a capacidade operacional dos agricultores, a comercialização dos produtos pode ser feita de várias maneiras: na forma da venda direta através de tendas localizadas na beira das estradas (estratégia também utilizada pelos bananicultores), na propriedade ou ainda nas feiras dos balneários da região; vendendo para atravessadores e armazéns localizados

---

<sup>88</sup> Tem-se que tomar o cuidado de não perceber a horticultura de uma forma “monolítica”, pois os sistemas produtivos baseados nas espécies vegetais que a compõem, mostram-se bem diferenciados

nas cidades do litoral norte; ou ainda, caso tenham acesso a algum tipo de meio de transporte, entregando diretamente na Ceasa ou em supermercados da serra e da capital<sup>89</sup>.

### **Figura 7 – A horticultura tecnificada no Vale Cachoeira:**



Fonte: Relatório de Pesquisa Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental do Município de Maquiné, PGDR/UFRGS/ANAMA/Prefeitura de Maquiné, 2000.

Mas existe ainda um último ponto em relação à horticultura que parece ficar, na maioria das análises feitas sobre a região, um tanto encoberto. É o fato destes sistemas produtivos, ao contrário do que pode parecer, não representarem a principal atividade envolvendo agricultores. Apesar da importância econômica e do elevado número de unidades produtivas <sup>90</sup>, este número é substancialmente menor se comparado à soma dos demais sistemas de produção encontrados. Quer dizer, apesar da sua importância econômica, a horticultura é representativamente inferior diante do

---

uns dos outros. Para uma análise sobre este assunto, ver Gerhardt et. alli (2001).

<sup>89</sup> Cabe ressaltar que alguns destes horticultores acabam exercendo, eventualmente, também o papel de atravessadores junto a outros agricultores da região.

<sup>90</sup> Segundo Gerhardt et. alli (2000), este número pode variar de 11 a 15%, dependendo da inclusão ou não de um tipo específico de horticultor para o qual a horticultura, apesar de importante, pode não ser a principal fonte de renda das famílias.

universo amplamente diversificado de outras formas de agricultura que podem ser encontradas no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné.

Na verdade, isto remete à necessidade de se examinar mais amiúde os demais vales que formam este agro-eco-sistema. Como já comentado, a relativa homogeneidade de tipos de solos encontrados e suas boas características químico-físicas são altamente dependentes das condições topográficas em que se encontram, o que limita, muitas vezes, o potencial produtivo e de uso da terra. Neste sentido, como também foi visto, o agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné encontra-se subdividido entre duas grandes áreas fisiográficas bem distintas: os vales e as encostas. Contudo, incrustadas no meio destas duas situações geográficas extremas, uma série de patamares, platôs e áreas com graus de declividade extremamente variados, podem ocorrer. Esta condição, aliada às distintas particularidades sociais e culturais dos agricultores, faz com que estes locais apresentem uma grande variabilidade de modos de exploração dos recursos naturais, tanto em relação às atividades (agricultura, pecuária, extrativismo) como em relação às estratégias de manejo adotadas.

É precisamente este o ponto em que se concentra o epicentro irradiador da diversidade em termos de agricultura no agro-eco-sistema de Maquiné e, por conseguinte, de heterogeneidade de pontos de vista sobre a problemática ambiental. Localizados geralmente nos vales com bacias de inundação nem tão estreitas nem tão largas, as quais são formadas pelos afluentes do Rio Maquiné com maior volume de água ou ainda nas áreas de transição entre a planície e a encosta, mais ou menos onde está situada a Floresta Submontana, os sistemas de produção praticados revelam-se extremamente dessemelhantes (ver Figura mostrando a toposequência da região). Contudo, acentadas em uma mescla de tipos de relevo (plano, ondulado, suavemente ondulado ou até mesmo fortemente ondulado) e geralmente mais “camufladas” pela vegetação circundante, estas áreas de cultivo acabam não se mostrando tão salientes aos olhos humanos em comparação à paisagem composta pelos bananais e pelas hortas. Portanto, ao contrário do que representa a imagem, muitas vezes idealizada, do vale como maior produtor de alface do Estado, será em torno destes locais menos visíveis que irão se concentrar a maior parte dos agricultores, sendo estes, na



verdade, os autênticos responsáveis pelo desenho agrícola e agrário da região<sup>91</sup>. Isto vem ao encontro da idéia de que,

se formos olhar uma determinada realidade agrária, circunscrita dentro de uma localidade específica, iremos constatar que em torno deste espaço físico subexistem diferentes lógicas produtivas e atores sociais, os quais possuem distintas compreensões de mundo. Estas diferenças acabam se refletindo na dinâmica da intervenção ambiental que ali se estabelece. É por esta razão que nem todos os envolvidos em algum tipo de atividade relacionada à agricultura, de modo geral, trabalham com a mesma lógica produtiva. Todavia, a diversidade de sistemas de produção existentes em uma dada região é determinada por uma série de aspectos. Estes sistemas compõem dinâmicas de relações infinitamente complexas e diversas, onde cada parte do todo envolvida não pode ser analisada separadamente, mas sim através de suas interpenetrações com os demais fatores atuantes. Se pensarmos que estes fatores são construídos pelo sujeito cognoscente, ou seja, aquele que está olhando uma realidade específica, percebemos que estes podem ser infinitos (Gerhardt et. alli, 2000, p.4).

Como resultado, estes agricultores poderão adotar uma gama muito variável de espécies vegetais e animais, tais como: milho, feijão, mandioca, batata-doce, fumo, cebola, *citrus* e outras frutíferas, pastagens naturais para criação de gado, criações de suínos e aves, além de olerícolas menos exigentes em água como couve, repolho, abóbora, pepino e moranga. Acoplado a esta diversificação da produção, encontram-se, também, uma série de outras características que podem variar bastante de agricultor para agricultor, como, por exemplo: os tipos de equipamentos disponíveis (se baseados mais no uso de tração animal, manual ou mecanizada); a forma como se encontram distribuídas e ocupadas as áreas da propriedade com atividades agrícolas (mais na encosta, na meia encosta ou nas zonas de baixada); os meios disponíveis para comercialização da produção (venda direta, para atravessadores, para o comércio local e regional ou ainda para empresas integradoras como as fumageiras); as atividades e rendas provenientes de trabalhos não-agrícolas (venda da força de trabalho, produção de produtos caseiros, desenvolvimento de atividades turísticas, extrativismo<sup>92</sup>); a quantidade e a qualidade do tipo de uso e da

---

<sup>91</sup> Comparando-se as características acima descritas com os indicadores utilizados por Gerhardt et alli (2000) na construção de uma tipologia dos sistemas produtivos praticados no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, percebe-se que as famílias de agricultores que apresentam estas condições representam cerca de 39 a 40% do universo pesquisado (isto incluindo a categoria “outros”, onde estão agricultores com poucas semelhanças entre si e com os demais “tipos”, mas que, obviamente, contribuem mais ainda como exemplo do nível de diferenciação dos sistemas de produção na região).

<sup>92</sup> Apesar desta ser uma forma de apropriação de recursos naturais, normalmente o extrativismo não é considerado como atividade agrícola.

disponibilidade de mão-de-obra empregada nos sistemas produtivos (se familiar, externa ou em parceria); e assim por diante.

Quanto à inserção nos mercados, mesmo uma breve visita a qualquer uma das “linhas” que dão acesso aos vales da região irá mostrar a imensa variabilidade de situações. Com efeito, muito disto se deve às várias possibilidades de hibridações proporcionadas pelo processo semicompletado de modernização da agricultura neste agro-eco-sistema. Com isto, além da organização produtiva e sociocultural, também as relações com o mercado adquirem um caráter “incompleto”. Quer dizer, o funcionamento de mecanismos ligados a uma ideologia do *progresso* entranha-se intersticialmente nos entremeios das formas de vida baseadas na estrutura *tradicional-colonial* de produção. Como resultado, a produção gerada por grande parte das famílias, por exemplo, poderá ser dirigida preferencialmente tanto para o mercado, como para a subsistência, o que dependerá das condições específicas de cada família.

Obviamente, o resultado desta imensa diversidade será a conformação de uma situação de ampla complexidade em relação à organização produtiva, o que termina servindo, também, como um elemento complicador da problemática ambiental, pois os interesses dos agricultores irão igualmente variar bastante segundo as exigências de seus sistemas produtivos. Além disso, apesar de alguns produtores de banana e de hortaliças também realizarem atividades não-agrícolas, são os agricultores situados nessa situação intermediária que mais se mostram criativos na elaboração de atividades alternativas àquelas vinculadas estritamente à produção primária<sup>93</sup>.

---

<sup>93</sup> Sobre isto, é interessante notar a diversidade de atividades existentes. Estas vão desde a extração da samambaia (atividade mais importante nas famílias com maior disponibilidade de mão-de-obra e menor quantidade de superfície agrícola passível de ser utilizada), passando por serviços diversos como pedreiros, carpinteiros, empregada doméstica, diaristas nas lavouras, caseiros de sítios de lazer, transformação artesanal e caseira, arrendamento de terras, até chegar àquelas famílias dependentes das aposentadorias para sobreviverem.

**Figura 8 - As roças, a capoeira e as samambaias:**



Fonte: Relatório de Pesquisa Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental do Município de Maquiné, PGDR/UFRGS/ANAMA/Prefeitura de Maquiné, 2000.

Portanto, como se pôde perceber até aqui, os vales aluviais que formam a bacia de contribuição do Rio Maquiné apresentam uma grande diversidade de modos de exploração dos recursos naturais, tanto em relação às atividades (agricultura, pecuária, extrativismo, etc.) como em relação às práticas e manejos adotados. Mas, seguindo a jornada por este agro-eco-sistema, é preciso ainda mergulhar um pouco mais fundo nos vales menores que o compõem. Isto, porque será lá, nos confins quase abissais dos enclaves rochosos da Serra Geral, que o viajante poderá encontrar as áreas mais sensíveis em termos de modificações ecológicas, guardando, em suas reentrâncias, os solos menos degradados, as áreas mais vegetadas, as nascentes dos principais rios e arroios da região e os centros prioritários em termos de irradiação de biodiversidade. Aqui, entretanto, vem um elemento importante e muitas vezes pouco lembrado: será nestes locais também que este mesmo indivíduo irá deparar-se com às situações menos interessantes em relação as condições econômicas e sociais das unidades produtivas que lá existem. Ou seja, se é comum associar vales como Cerrito, Garapiá, Forqueta e os fundões dos vales Encantada e Solidão às localidades que formam o “cinturão verde” do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné,

todavia é também verdadeiro afirmar que estes locais concentram os piores índices em termos de qualidade de vida dos agricultores.

**Figura 9 – Agricultura Familiar e unidades produtivas com área reduzida, uma das características do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné**



Fonte: Relatório de Pesquisa Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental do Município de Maquiné, PGDR/UFRGS/ANAMA/Prefeitura de Maquiné, 2000.

A característica básica destes estabelecimentos será a prática de uma agricultura de subsistência diversificada e muito importante para a manutenção das famílias, revelando-se, na maioria das vezes, a sua principal fonte de alimentação. Neste sentido, tanto os produtos agrícolas como os obtidos com a criação de alguns animais domésticos (porcos, aves e, às vezes, vacas leiteiras), serão destinados prioritariamente ao autoconsumo da família e, depois, eventualmente, a algum tipo de comércio muito precário. Apesar de muitos agricultores possuírem uma superfície total superior a 25ha (o que, na região, é sem dúvida uma área considerável), as áreas próprias para a agricultura mostram-se sempre muito restritas (geralmente inferiores a 10ha e, não raro, próximas a 2 ou 3ha). Este fato, aliado à pequena disponibilidade de equipamentos (praticamente à base de enxada, foice e outros utensílios de uso manual) e de mão-de-obra familiar (devido à intensificação do processo de

envelhecimento das unidades produtivas proporcionado pela saída dos mais novos)<sup>94</sup>, faz com que estes agricultores vivam em condições muito difíceis. Na verdade, muito provavelmente, são estas famílias que irão compor a grande maioria das unidades de produção, diagnosticadas por Gerhardt et. alli (2000), que permanecem no limiar ou mesmo abaixo da capacidade de reprodução social no decorrer do tempo. Assim constataram estes autores:

Esta situação, somada a pouca disponibilidade de áreas adequadas a realização de atividades agrícolas e a localização das unidades de produção, fazem crer que a continuidade tanto destas famílias como da propriedade agrícola no meio rural do município de Maquiné, a curto e médio prazo, seja bastante improvável. (Gerhardt et. alli, 2000, p.39).

Esta situação de precariedade é, em parte, responsável por uma das estratégias mais recorrentes encontradas por esses agricultores para se manterem vivendo ainda nas suas terras: a extração da samambaia. Apesar da aposentadoria e da venda da força de trabalho serem fontes de renda importantes, pode-se dizer que os samambaieiros são também um dos resultados do processo de pauperização acima descrito. Atestando esta aferição, estão os próprios samambaieiros, os quais, até quinze ou vinte anos atrás, não exerciam esta atividade, permanecendo organizados em torno de um tipo de *agricultura tradicional-colonial* muito próxima da praticada pelos seus antepassados.

E será exatamente centrado na análise desta característica, que se chega ao ponto final da jornada pelo agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné. Isto, porque, terminada a viagem pelas paisagens mais recônditas desta região, o visitante, já voltando de sua empreitada estafante, imerso em pensamentos diversos, estará apto a visualizar o que, ao longo de todo o trajeto, aparecia, mesmo que sempre presente, de uma forma desconectada: “os sobreviventes rurais”. Apesar do termo parecer, à primeira vista, pejorativo, o que ele quer indicar é exatamente o inverso. Os agentes descritos a seguir, ao contrário do que parece, representam aqueles com maior capacidade de permanecer vinculados a algum tipo de atividade agrícola. Já não dispendo quase de áreas próprias para a agricultura<sup>95</sup> e com débeis condições de acesso aos demais meios de produção, as principais fontes de renda são provenientes

---

<sup>94</sup> Nestas propriedades, a aposentadoria constitui-se em uma significativa fonte de renda extra-agrícola.



de trabalhos extra-agrícolas, sendo a venda da força de trabalho como diaristas e a coleta de samambaia, as atividades principais<sup>96</sup>. Embora a agricultura de subsistência, também executada a enxada, facão e foice, seja praticada em um escala bastante reduzida, continua sendo de extrema importância para a sobrevivência da família, pois não há praticamente nenhum tipo de comercialização de produtos agrícolas e, quando isto ocorre, é de forma eventual e esporádica.

**Figura 10 - Samambaieira com seu “molho” de samambaias:**



Fonte: Relatório de Pesquisa Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental do Município de Maquiné, PGDR/UFRGS/ANAMA/Prefeitura de Maquiné, 2000.

<sup>95</sup> Segundo Gerhardt et alli (2000), a superfície total dos sistemas de produção que se aproximam deste tipo é quase sempre inferior a 5ha, sendo que, destes, apenas aproximadamente 0,2ha são passíveis de serem utilizados para atividades agrícolas.

<sup>96</sup> Ressalta-se que estas atividades podem ser também desenvolvidas pelos demais agricultores da região. No entanto, é aqui que elas mais se sobressaem em relação a importância para a manutenção da renda familiar.

Diferentemente dos agricultores dos “fundos de vale”, geralmente estas unidades de produção localizam-se em áreas planas e próximas às estradas (sendo que muitos agricultores dispunham antes de outras áreas de terra, até mesmo fora do município de Maquiné). É por esta razão que, à primeira vista, o viajante poderá confundir estes estabelecimentos como sendo de “moradores rurais”. Isto se deve ao fato de, muitas vezes, parte da família trabalhar como peão para os horticultores, na extração da samambaia ou mesmo em outro tipo de atividade fora da localidade. Neste sentido, quanto maior for o número de integrantes de cada família, maior será a participação destas atividades na renda dos agricultores, o que inclui, muitas vezes, também o trabalho de crianças e idosos. No caso dos samambaieiros, como pôde constatar uma pesquisadora que trabalha na região com a questão da regulamentação desta atividade, este tipo de trabalho revela-se extremamente penoso e com sérias possibilidades de causar danos à saúde dos agricultores:

Em relação ao extrativismo da samambaia a gente tá vendo que os problemas não são poucos. Na realidade o que chama atenção é a quantidade da carga que muitas mulheres carregam e que é extremamente prejudicial a saúde e a gente tem visto gente muito jovem com a coluna completamente prejudicada pelo trabalho (I Encontro da Samambaia-Preta, julho de 2001).

Entretanto, a manutenção desta atividade está ligada ao fato de os agricultores terem por prioridade garantir primeiro sua subsistência e a da família, o que a torna essencial, mesmo que, devido a sua dependência em relação aos atravessadores<sup>97</sup>, a remuneração obtida seja extremamente baixa. Além disso, o acesso destas pessoas às condições básicas de vida é extremamente difícil, estando, juntamente com aqueles agricultores localizados nos vales mais estreitos e acidentados, muito próximos ou mesmo abaixo da linha de pobreza e miséria. Ou seja, são aqueles agricultores que estão literalmente com o “pé na estrada” do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné. Enfim, por tudo isto, pode-se dizer que a samambaia traduz-se hoje em uma das formas relativamente eficientes encontradas por estes agricultores de conservarem certos objetivos que lhes são comuns como, por exemplo: permanecer na terra, manter a estrutura familiar, continuar reproduzindo certos esquemas

tradicionais de uso da terra através da agricultura de subsistência e ainda conservar suas relações de parentesco e de ajuda mútua.

#### ***4.4 Por qual motivo agro-eco-sistema e não “meio rural”***

Neste primeiro dia da pesquisa de campo, a primeira impressão que Maquiné me causou foi a acintosa coesão social ditada por regras contidas nas entrelinhas dos discursos e ações de meus interlocutores. Parece-me que por trás das rudes/doces falas das pessoas sempre se escondem turbilhões, tempestades potenciais passíveis de, a qualquer momento, cair repentina e desavisadamente, desabando sobre suas dificuldades.

Gerhardt, março de 2001<sup>98</sup>.

Convém, agora, abordar um tema que, mesmo hoje, é ainda bastante controverso principalmente na Sociologia Rural, mas que é de suma relevância para se entender certos meandros da problemática ambiental nos agro-eco-sistemas. Este tem relação com o caráter difuso destes espaços no que se refere à construção de um novo sentimento de “ruralidade-urbanidade” pelas populações locais.

Primeiramente, porque, como é de se imaginar, as condições relativamente interessantes do ponto de vista do grau de conservação ambiental, encontram-se intimamente relacionadas, por exemplo, aos índices de ocupação humana na região, os quais, por sua vez, são fruto da organização social desenhada pelos seus agentes sociais. De fato, percebe-se, hoje, que o agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné apresenta uma densidade populacional relativamente reduzida se comparada a outras regiões do sul do país onde a estrutura fundiária está também assentada no estabelecimento de pequenas (em tamanho) propriedades familiares<sup>99</sup>. Além disso, os níveis mais agudos de antropização acham-se sedimentados em apenas dois pólos “urbanos”: a própria sede municipal de Maquiné e o distrito de Barra do Ouro, ambos localizados a cerca de 15 km de distância um do outro (ver Figura 2 e 3).

---

<sup>97</sup> Por atravessadores entende-se aqui não somente aqueles agentes conhecidos como “puxadores” de samambaia, mas sim toda a vasta cadeia altamente monopolizada que integra a comercialização deste produto por grandes empresas multinacionais.

<sup>98</sup> Notas do “caderno de anotações” durante a primeira viagem exploratória como pesquisador.

<sup>99</sup> A densidade populacional do município de Maquiné, segundo censo de 95/96 do IBGE, situa-se em torno de 10 habitantes por Km<sup>2</sup>.



Contudo, mesmo estes núcleos populacionais, segundo dados relativos ao censo de 1995/96, mantêm juntos uma população inferior a 3 mil habitantes (cerca de 30% de um total de 7.700 pessoas), ficando o restante, aproximadamente 5.000 pessoas, ainda na chamada “zona rural”<sup>100</sup>.

Neste particular, é interessante perceber como este agro-eco-sistema converte-se em um bom exemplo no que se refere às idiossincrasias de uma separação simplista que tipifica regiões como sendo meramente *rurais* ou *urbanas*, de acordo somente com especificidades geográficas, demográficas ou ocupacionais (e tudo o que isto implica em termos de pré-conceitos sobre ambos os espaços<sup>101</sup>). Do mesmo modo, se se fosse caracterizar, por exemplo, o “meio rural” de Maquiné conforme tradicionalmente vinha (e vem ainda) até há pouco tempo fazendo parte da chamada Sociologia Rural<sup>102</sup>, ou seja, como um local baseado na produção estritamente agrícola, na elevada dependência das condições climáticas, no tamanho reduzido das comunidades, na aparente homogeneidade e menor mobilidade vertical de seus integrantes (Solari, 1969, p.8-11), sem dúvida, um indivíduo qualquer que permanecesse por apenas um dia na “cidade” de Maquiné, iria verificar que esta localidade teria que ser igualmente definida como “rural”<sup>103</sup>.

Quer dizer, em termos comparativos, pode-se afirmar que estas aglomerações são também basicamente dependentes da agricultura para subsistir, e seus integrantes, pelo menos “aparentemente”, possuem comportamentos, atitudes e hábitos muito semelhantes entre si. Além disso, comparando-se à densidade populacional de uma cidade de porte médio como Caxias ou mesmo Osório, em relação a densidade da parte “rural” de Maquiné, observa-se que a sede deste município se aproxima muito mais do segundo do que dos dois primeiros locais; isto sem falar no fato de muitos habitantes da “cidade”, apesar de residirem nas sedes de Maquiné ou Barra do Ouro, praticarem agricultura em unidades de produção

---

<sup>100</sup> Fonte: IBGE, 1995/1996.

<sup>101</sup> Por exemplo, idéias que vinculam inexoravelmente o “rural”, em relação ao “urbano”, a um espaço “atrasado”, “retardatário” e onde vivem pessoas com pouca “cultura”, em geral preguiçosos, rudes ou embrutecidos e destinados inexoravelmente a desaparecer enquanto categoria social.

<sup>102</sup> Sobretudo correntes sob influência norte-americana.

<sup>103</sup> Sobre esta conepção dos grupos rurais, Queiroz (1969, p.9) afirma que “*essa é a distinção básica entre grupo rural e grupo urbano; o primeiro se destina à produção alimentar, enquanto o segundo tem por função organizar e harmonizar entre si todos os grupos ao meio. (...) Assim, desde seu aparecimento, o núcleo urbano toma uma posição de superioridade com relação aos grupos rurais.*”

localizadas próximas a estas aglomerações. Quer dizer, são moradores “urbanos”, mas trabalhadores “rurais”.

Enfim, o mesmo pode ser visto através de outras tantas peculiaridades mais “rurais” do que “urbanas”, entre elas, por exemplo, a precariedade da infra-estrutura disponível: a “cidade” de Maquiné não possui hospital; não há praticamente indústrias<sup>104</sup>; não existe sequer uma praça de diversão; o posto de saúde localizado na sede só há poucos meses ganhou um médico residente; a comercialização dos alimentos é feita por minimercados e armazéns; em Barra do Ouro, há apenas um ramal de telefone disponível para a população (e que, muitas vezes, não está funcionando); e apenas há um ano e meio foi aberta uma agência bancária. Além disso, apesar da recente criação de um jornal semanal (cujo funcionamento, diga-se de passagem, durou apenas 18 meses e hoje não circula mais), o modo como ocorre a circulação de informações na “cidade” segue os mesmos mecanismos que no meio “rural”. Como pôde comprovar Seibel Filho (1997, p.16),

Em Maquiné, como em grande parte de pequenos municípios onde predomina a cultura italiana, a principal atividade cultural é a Igreja. (...) além dos avisos na missa, a população tenta amenizar os problemas da falta de comunicação e uma maior possibilidade de divulgação através de procedimentos antigos e conhecidos, como carros de som, faixas nas ruas e cartazes colocados em pontos estratégicos da cidade como a Prefeitura, Estação Rodoviária, bares e lojas mais movimentados. O tradicional boca-a-boca, porém, talvez seja a maneira mais comum de divulgação de fatos no município.

O que acontece, na verdade, é que o ritmo de transformação nas relações sociais, culturais e produtivas destes espaços, acaba colocando as noções *rural* e *urbano* em uma espécie de encruzilhada. Isto, porque, e cada vez mais, estas duas categorias analíticas não correspondem a realidades passíveis de serem distinguidas através dos indicadores tradicionalmente utilizados. Talvez, porque, como afirma Carneiro (1998, p.148),

se as medidas modernizadoras sobre a agricultura foram moldadas no padrão de produção (e de vida) urbano-industrial, seus efeitos sobre a população local e a maneira como esta reage a tais injunções não são, de modo algum, uniformes, assim como tais medidas não atingem com a mesma intensidade e proporções as diferentes categorias de produtores.

---

<sup>104</sup> A não ser, segundo relatório da Emater (1993), algumas fábricas de rapadura, aguardente, tijolos, abatedouros e de móveis que, diga-se de passagem, não se encontram todas situadas nas duas sedes do município.

Um exemplo deste estado latente de *ruralidade* pôde ser percebido pelo pesquisador em um final de tarde, quando, próximo ao alojamento da Fepagro, onde residia, um automóvel colidiu com um poste de luz à beira da estrada. O resultado deste “acontecimento” foi um apagão que deixou toda a sede municipal sem luz durante dez horas ininterruptas. Imediatamente, um certo sentimento de euforia tomou conta da população, a qual saiu de suas casas. Enquanto as mulheres e crianças tomavam o meio fio das calçadas e o pátio da igreja<sup>105</sup>, os homens se dirigiam aos poucos bares da localidade (que, na sua maioria, permanecem fechados ou desertos logo após o escurecer), todos para comentar e conversar sobre o “acontecido”. Neste momento, tal qual nas festas que ocorrem nas localidades “rurais”, nos encontros familiares, nas cerimônias sociais como casamentos, enterros e batizados ou ainda no final das reuniões religiosas dominicais<sup>106</sup>, toda uma série de redes de parentesco e de amizade baseadas em mecanismos de reciprocidade e de lealdade, mostrou-se bastante viva e pulsante. Estavam lá, além de moradores e agricultores, o prefeito, alguns vereadores, professores locais, o representante do orçamento participativo do estado na região, administradores, atravessadores, ambientalistas e tantos outros agentes sociais com papel importante nas discussões sobre a problemática ambiental local.

Do mesmo modo, mas seguindo um raciocínio oposto, agora sobre o “meio rural” de Maquiné, poder-se-ia perguntar também como enquadrar, por exemplo, as inúmeras atividades de transformação não-agrícolas existentes nas propriedades “rurais” de Maquiné, ou de agricultores que exercem atividades remuneradas fora das suas unidades de produção? Ou, ainda, como explicar a existência e até mesmo o crescimento da percentagem de “estabelecimentos não-agrícolas” convivendo lado a lado, por exemplo, com agricultores que se poderiam chamar de *tradicionais*?

Sobre a primeira indagação, muito devido aos atrativos “naturais” do vale do Rio Maquiné e ao fato deste ser uma das rotas alternativas que ligam o Planalto e a Serra do Nordeste às praias do litoral norte do estado, existe ali um intenso fluxo de turistas e visitantes (principalmente no verão) que percorrem cotidianamente os

---

<sup>105</sup> Como não há praças ou outros pontos de encontro, a entrada da igreja é o local escolhido por boa parte dos moradores da sede para se reunirem.

<sup>106</sup> Fazia parte da metodologia da pesquisa procurar inserir-se também nestes espaços, o que foi feito, na medida do possível, pelo pesquisador.

aproximados 236km de estradas de “chão batido” da região (Emater/RS, 1993). Com isto, muitos moradores e agricultores acabaram desenvolvendo novas atividades relacionadas ao artesanato e à agroindústria caseira como forma de incrementar a renda familiar. Poucas são aquelas famílias, por maiores que sejam suas dificuldades em termos de sobrevivência, que não possuem em suas residências algum tipo de produto (bolos, salames, cucas, queijos, pães, geléias, vinhos, cachaças, bolachas, cuecas-viradas, rapaduras, pé-de-moleque, cestos feitos com cipós da Mata Atlântica ou de bananeiras, entre tantos outros) para ser oferecido a quem os visita. Obviamente, isso não quer dizer que todas estas famílias comercializam tais produtos, mas sim que, mesmo no caso daqueles agricultores mais pauperizados, estes conservam ainda *capital social* suficiente para, se requisitados, desenvolver tais atividades. Além disso, mesmo que este tipo de comércio possa não representar, para a maioria daqueles que dele fazem uso, a principal fonte de renda familiar, esta renda procede de atividades de transformação e não propriamente da produção e comercialização de produtos agrícolas.

Quanto à outra questão, no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, atualmente, é visível e recorrente o crescimento de uma população localizada na zona “rural” que se poderia classificar de “população sazonal”. Há vários sítios e chácaras de lazer; propriedades ligadas ao turismo como *campings* e hotéis-fazenda; isto sem falar na implantação de espaços “neocomunitários”, os quais têm promovido uma certa revalorização do “rural” através de um movimento de volta ao campo e de respeito à natureza. Este aspecto parece estar de acordo com um fenômeno diagnosticado por Carneiro (1998, p.152),

O segundo conjunto de fenômenos refere-se à procura crescente de formas de lazer e até mesmo de meios alternativos de vida no campo, por pessoas da cidade. Esse movimento, que se inicia de forma tímida no Brasil na década de 70, expande-se e encontra a sua legitimidade na divulgação do pensamento ecológico nos anos 90. (...) Novos valores sustentam a procura da proximidade com a natureza e da vida no campo. O contato com a natureza é, então, valorizado por um sistema de valores alternativos, neoruralista e antiprodutivista. O ar puro, a simplicidade da vida, e a natureza são vistos como elementos ‘purificadores’ do corpo e do espírito poluídos pela sociedade industrial. O campo passa a ser reconhecido como espaço de lazer ou mesmo como opção de residência.

É também representativo o fato de, em um dos pequenos vales da região (vale do Rio Ligeiro), encontrar-se localizada uma área cuja propriedade da terra é

compartilhada pelos seus integrantes, todos de origem urbana. Também neste local, há mais ou menos um ano e meio, ocorreu o Encontro Nacional de Comunidades Alternativas (ENCA), evento que reuniu mais de trezentas pessoas, vindas de todas as partes do país, em uma comunidade (Barra do Ouro) de pouco mais de dois mil habitantes. Além disso, em uma localidade próxima (no vale Garapiá), um outro grupo de cerca de 22 pessoas (sendo muitos integrantes da Anama, ONG que atua na região) adquiriu recentemente uma área de 25ha nos mesmos moldes “comunitários” de participação na propriedade desta terra<sup>107</sup>. Sobre o primeiro caso em particular, vale a pena escutar um dos integrantes da “Comunidade do Ligeiro” falando sobre suas experiências:

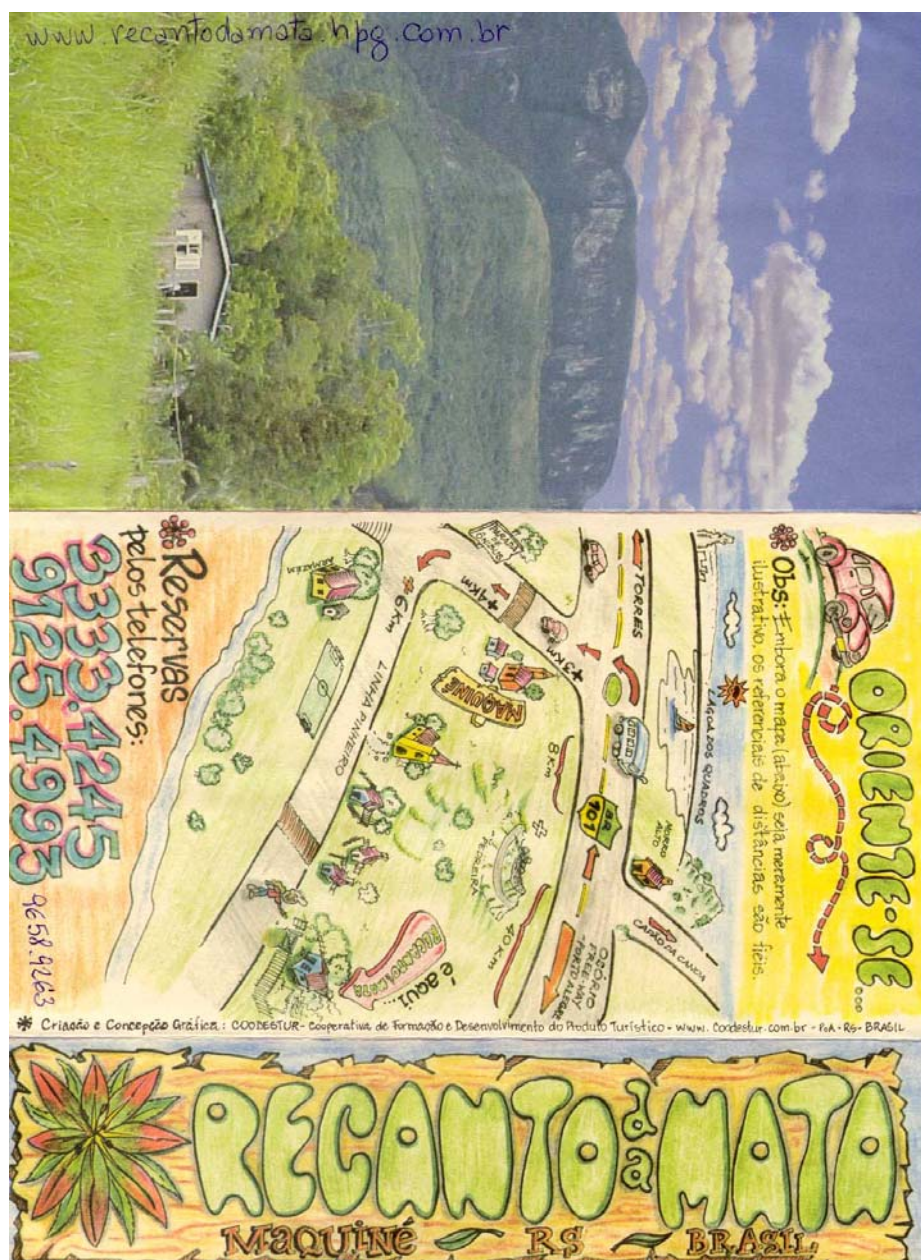
(Como é que vocês compraram a terra?) Compramos em condomínio. (Há quanto tempo isso?) Olha, eu tô há três anos lá, quase quatro. (...) Eu tinha essa coisa assim de comunidade, pode chegá qualquer um. Rolou um sonho em relação àquele lugar, né? Uma coisa assim é certa, assim, aquele local tem a característica de receber pessoa, pra ter encontro, reunir pessoas, né? A casa grande taí pra isso, pra receber pessoas, uma coisa mais metódica. (...) É bem interessante perceber assim o amadurecimento da história e das pessoas e que o público vai se transformando também, né? Tem gente que chega lá, pessoas com quem a gente quer trocar e tem uma identidade. Claro que a gente ainda tá se estruturando, bah, a gente trabalha pra caramba. Daí, no ENCA foi superinteressante, a gente comprou os rango e dividiu os custos assim, rolou uma cobrança assim, mas não era uma coisa obrigatória. Taí o desafio né?

Como se pode notar, em todos os exemplos citados (agrícolas ou não-agrícolas), seus integrantes não permanecem “fechados” ou isolados nas suas respectivas propriedades, mas, ao contrário, configuram agentes sociais que, direta ou indiretamente, interferem sobremaneira na dinâmica social e ecológica daquele agro-eco-sistema como um todo e não somente até os limites das suas unidades produtivas (o que vale tanto para os agricultores *stricto sensu*, como para os demais agentes sociais). Sob este ponto de vista, não seria lícito afirmar que estes espaços apresentam um caráter não só “rural”, mas também “urbano”? Ou, ao inverso, a “urbanidade” presente nas aglomerações populacionais não estaria sendo também “contaminada” por uma ótica proveniente do “rural”? É por estas e outras razões que, nesta pesquisa, evitou-se utilizar tais designações, pois, como lembra Schneider

<sup>107</sup> Na verdade, devido às transformações já desencadeadas na região, um tema muito interessante que poderia também ser cientificamente explorado, refere-se justamente à avaliação do impacto causado nas diferentes localidades e para os agricultores, da chegada destes novos agentes sociais detentores de uma visão de mundo totalmente distinta tanto daquela que predomina entre a população local como dos modos de vida tradicionalmente caracterizados como “urbanos”.

(1998, p.46) “o rural não é uma categoria de análise e tampouco um conceito analítico, ele é apenas uma noção espacial. Os critérios espaciais e ocupacionais nada revelam sobre as relações que de fato os compõem e constituem, são apenas adjetivações.”<sup>108</sup>

**Figura 11 - A face “urbana” do “rural”:**



Fonte: Material de divulgação do sítio “Recanto da Mata, localizado no Vale Pinheiro.

<sup>108</sup> Como sugere Abramovay (1999, p.39), “o importante não é apenas saber se um distrito censitário é rural ou urbano, mas sim a dinâmica de uma certa região, sem que sua aglomeração urbana seja isolada de seu entorno.” Para quem deseja aprofundar este assunto ver Graziano (1999); Wanderley (2000); Carneiro (1998).

Poder-se-ia perguntar, também, o que interessa guardar desta relativa ambigüidade existente nas noções rural/urbano e que pode estar contribuindo para a problemática ambiental gerada no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné? Como se verá mais adiante, um dos ingredientes geradores de conflitualidade em relação a este tema encontra-se ligado à permanência de uma espécie de vínculo “comunitário” entre os agentes sociais naquela região, o que implica a ressurgência de relações interpessoais e não somente objetivas como, por exemplo, redes de parentesco, de amizade e, em menor escala, de compadrio. O que interessa perceber, no entanto, é que estas relações não se encontram restritas apenas às unidades produtivas dos agricultores, mas se espalham também por aqueles locais que seriam teoricamente “urbanos”. Sobre isto, Abramovay (1992) e Wanderley (1996) mostram como dentro dos limites da “aldeia”, neste caso a sede municipal de Maquiné e o distrito de Barra do Ouro, também se acham inseridas as peculiaridades de um modo de vida que é tradicionalmente construído pelos agricultores que vivem no seu entorno. Quer dizer, por mais que relações capitalistas ou ainda outros elementos formadores do *ethos* da modernidade urbano-industrial venham compor o quadro sociocultural e simbólico dos agentes sociais do agro-eco-sistema, sempre irão permanecer alguns mecanismos em que a *“ética camponesa é surpreendentemente secular”* (Abramovay, 1992, p.115), o que implica a manutenção de um tipo de racionalidade que foge daquela ligada estritamente à relação com o mercado. Um exemplo típico, tratado mais adiante, é o caso da manutenção, pelas famílias dos agricultores, de uma expressiva produção de subsistência. Na verdade, esta é uma característica praticamente unânime entre os agricultores, mesmo para aqueles com fortes vínculos comerciais.

Além disso, outro elemento importante nas discussões em torno da problemática ambiental relaciona-se à própria vinda e instalação de uma diversidade cada vez maior de novos agentes sociais nos agro-eco-sistemas. Por serem detentores de trajetórias sociais muito diferenciadas, por geralmente se encontrarem em uma situação econômica mais favorável, por possuírem uma concepção bastante distinta, por exemplo, sobre a idéia de natureza e, principalmente, porque estes novos agentes não fazem uso direto e não dependem da agricultura, na verdade a atividade que mais interfere no próprio meio ambiente, mas que é fundamental para a sobrevivência dos agricultores, tudo isso acaba gerando situações de conflito.

Como resultado, portanto, desta separação irreal entre o que seja “rural” e “urbano”, muitos dos temas relativos ao meio ambiente irão repercutir de forma semelhante tanto para os habitantes ligados à produção agrícola (ou seja, os agricultores), como também para os seus interlocutores mais próximos (neste caso, os mediadores). Mesmo nas áreas onde há uma maior concentração populacional, o “ambiente social” (e tudo o que isto envolve) é também carregado a partir do *habitus* dos agentes em que, obviamente, instalam-se, de alguma forma ou em algum momento, elementos da *cultura tradicional* e do modo de vida característico das pequenas comunidades rurais. Ou melhor, além dos agricultores, também os “não-agricultores” (onde estão incluídos a maioria dos mediadores) vivem suas vidas “*em uma coletividade local pouco numerosa que é a sociedade do interconhecimento, isto é, eles ali conhecem todo mundo e todos os aspectos da personalidade dos outros*” (Mendras, 1974 *apud* Abramovay, 1992, p.109). Conseqüentemente, dentro do arsenal discursivo dos mediadores sociais sobre a problemática ambiental, haverá uma clara identificação com o modo de vida de certos grupos de agricultores com os quais eles se identificam. Do outro lado, também os agricultores irão incorporar, nos seus discursos, parte da lógica argumentativa proveniente das relações subjetivas que, queira-se ou não, também regem a sociedade urbano-industrial.

Em síntese, isto pode fazer com que, por exemplo, um extensionista que trabalha há 20 anos com horticultores, sinta-se inclinado a “pensar” um pouco como um horticultor ou, pelo menos, a tentar, psicologicamente, esta aproximação. Do mesmo modo, um educador ambiental que construiu um tipo de relacionamento com certos agricultores mais “ecológicos”, acabará introjetando certos valores que estes têm carregado consigo ao longo de sua existência. Ou, ainda, um administrador ou legislador, o qual tem tido uma atuação defendendo interesses (de forma clientelista ou não) dos produtores de banana, tomará para si alguns argumentos destes agentes. Ou, mais ainda, um “puxador de samambaia”<sup>109</sup>, o qual vem semanalmente arrecadar a coleta feita pelos agricultores, não terá dúvidas em defender certos interesses que preservem a manutenção desta atividade por estes últimos. Enfim, aqui estão interferindo certos dispositivos muito conhecidos dos analistas que trataram, no

---

<sup>109</sup> Este termo é usado na região para designar aqueles atravessadores que lidam diretamente com estes extrativistas.



passado recente, das redes de relações sociais estruturadas a partir de elementos subjetivos e impessoais, como, por exemplo, o caso das chamadas “normas de reciprocidade”:

A reciprocidade implica que os membros de um grupo agem com relação aos membros de um outro grupo da mesma forma que os membros deste grupo, ou de um terceiro, ou de um quarto, agem com relação a eles. Ela não envolve nenhuma idéia de igualdade, de justiça e não obedece a uma regra soberana. A reciprocidade significa antes e unicamente que há um fluxo de dupla direção ou circular de bens (...). Os grupos provêem mutuamente suas necessidades no que se refere aos artigos que entram nesta relação de reciprocidade (Polanyi, 1957 apud Abramovay, 1992, p.110).

Mas, o que importa nisso tudo, é que estes mecanismos só irão funcionar desta maneira devido à permanência de relações sociais de caráter personalizado (diádicas), as quais, entretanto, só podem se reproduzir dentro do ambiente gerado no interior do agro-eco-sistema (o que inclui, portanto, os núcleos populacionais). Com isto, a problemática ambiental nestas realidades encontra-se, na maioria das vezes, atrelada a um universo social que *“exige um comportamento cujas normas ultrapassam de muito as regras jurídicas envolvidas simplesmente na troca de mercadorias”* (Abramovay, 1992, p.110), ou ainda na pretensão de transformação valorativa proveniente do *campo ambiental*.

Não obstante, isto não quer dizer que o agro-eco-sistema, tal como imaginava parte da antropologia do início do século sobre as *sociedades tradicionais* ou mesmo os estudiosos da década de setenta no caso dos estudos sobre “comunidades”, é um espaço isolado do restante da sociedade. Ao contrário disso, os agentes sociais de um agro-eco-sistema tendem a incorporar cada vez mais comportamentos e valores (dentre eles a ética “ecológica”, por exemplo) vindos “de fora” mas, contudo, não antes sem os subverter a certos parâmetros endogenicamente já construídos dentro do *habitus* daquela realidade. Como lembra novamente Abramovay (1992, p.190), *“cada vez menos se pode falar de comportamentos, valores, enfim, de um ‘ethos’ tipicamente rural, dados pela tradição.”* Obviamente, isto vale para o caso das lutas provenientes do *campo ambiental*, as quais, nestas realidades, poderão tomar formatos muito distintos daqueles construídos nos cenários dos grandes centros decisórios.

Para seguir adiante no processo de “descoberta” sobre a realidade até aqui apresentada, faz-se, agora, necessário ressaltar uma outra dimensão-chave para a compreensão da problemática ambiental neste espaço: a articulação entre o passado e o presente no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné. Isto porque será da dinâmica dada por todo o caldo dimensional-operativo revelado nos conflitos sobre a problemática ambiental, que estarão sendo autorizados a operarem os diferentes discursos e argumentos dos agricultores e mediadores. Deste verdadeiro “laboratório social”, estarão participando tanto aspectos históricos dos agentes, a lógica temporal que envolve o agro-eco-sistema, como também o “enraizamento” da variável ambiental segundo suas matrizes culturais e ecológicas sedimentadas ao longo do tempo. Portanto, a partir de agora, buscar-se-á justamente resgatar alguns destes elementos, de forma a contrapô-los com as condições objetivas atuais que podem ser encontradas neste agro-eco-sistema em particular.

## 5 PORQUE UMA HISTORICIZAÇÃO DO *SOCIAL* NÃO PODE PRESCINDIR DO *ECOLÓGICO* E VICE-VERSA

Nas palavras de Faulkner: ‘o passado nunca está morto, ele nem mesmo é passado’. Esse passado, além do mais, estirando-se por todo seu trajeto de volta à origem, ao invés de puxar para trás, empurra para frente, e, ao contrário do que seria de esperar, é o futuro que nos impele de volta ao passado. Do ponto de vista do homem, que vive sempre no intervalo entre o passado e o futuro, o tempo não é um contínuo, um fluxo de ininterrupta sucessão; é partido ao meio, no ponto onde ‘ele’ está; e a posição ‘dele’ não é o presente, na sua acepção usual, mas, antes, uma lacuna no tempo, cuja existência é conservada graças à ‘sua’ luta constante, à ‘sua’ tomada de posição contra o passado e o futuro.

Hannah Arendt, 1954, p.37.

Ao analisar em retrospecto o desenvolvimento histórico do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné até os dias de hoje, vê-se que um dos principais ingredientes aglutinadores das discussões sobre meio ambiente tem sido, sem dúvida, a maneira como as populações têm manejado o meio natural no decorrer do tempo. Um indicativo disso é o fato de que, mesmo antes da chegada dos colonizadores europeus (portugueses, açorianos, italianos ou alemães), os diversos grupos humanos que lá viveram tiveram, também, que se defrontar com algum tipo de “problema” ambiental. Neste sentido, percebe-se que, mesmo temas aparentemente contemporâneos, como a possibilidade de ocorrência de “catástrofes ecológicas”, não se configuram uma prerrogativa somente da sociedade atual. Pelo contrário, a preocupação e as eventuais tentativas de superação de certos “desastres”, do ponto de vista ambiental, sempre estiveram presentes para as demais civilizações que

anteriormente existiram<sup>110</sup>. Exemplo disso é o caso das grandes modificações climáticas ocorridas no final do neolítico no quadrante meridional do continente americano, período em que, segundo Dean (1996, p.37-39),

cada uma das glaciações é pensada como tendo provocado holocaustos e extinções, trazendo hordas de espécies novas para substituir as que desapareceram.(...) Na América do Sul, a era do recuo das geleiras foi acompanhada por súbita extinção da megafauna. No sul do continente, diversos gêneros de mamíferos desapareceram repentinamente. Sendo que (...) a redução dos contingentes de animais maiores e mais lentos parece ter provocado uma séria crise entre essas primeiras levas de invasores humanos.”

Assim, com toda certeza, para uma tribo que vivesse naquela região há dois mil anos, um inesperado fenômeno ambiental que comprometesse a produção de alimentos durante um período (para os parâmetros de hoje) relativamente curto, implicaria também um “desastre” de proporções desmedidas. Isto, porque a capacidade de sobrevivência e reprodução daquela população estaria seriamente comprometida. Pode-se imaginar, por exemplo, a intensidade dos impactos, para os grupos humanos que já habitaram o Litoral Norte, das intensas variações do nível do mar (de até 5 a 7 metros) que então ocorreram? Sob esta perspectiva, não é difícil perceber, também, certas semelhanças com algumas “derivações indesejadas” causadas por problemas ambientais hoje muito familiares como, por exemplo, o chamado “efeito estufa”. Mesmo que, de certa forma, este último esteja sendo (aparentemente) determinado pela ação humana, suas potenciais conseqüências lembram muito outros processos, como é o caso das contínuas variações oceânicas, que ocorrem em certos períodos da história.

Além disso, por mais que se diga que os fenômenos ambientais de hoje são de natureza mundial, envolvendo, portanto, “todos” os indivíduos do planeta (Giddens, 1991), na verdade, para a grande maioria da população (como há mil anos), está vedada qualquer possibilidade de participação ativa no desenrolar destes acontecimentos. Ou seja, no século XXI, um grande número de pessoas, tal qual como no caso de um pequeno grupo indígena vivendo nos confins do sul da América do Sul no ano zero da era cristã, encontram-se, da mesma forma, à mercê das alterações climáticas que venham eventualmente a ocorrer, sejam elas provenientes

---

<sup>110</sup> Sobre isto, ver capítulo 2.

de fatores "naturais" ou causadas pela ação humana. Por exemplo, o que indivíduos como a índia entrevistada há alguns anos por Trezzi (1991) e moradora do morro Faxinal (localizado, na época, em terras da prefeitura de Osório), teriam a dizer sobre este assunto tão polêmico e contemporâneo?

Florentina, que aparenta uns 45 anos de idade, é a mais entrosada com a língua das cidades. Arranha palavras de português e espanhol. Vive no Rio Grande do Sul, mas não sabe quem são Fernando Collor de Melo e Alceu Colares. Nunca votou, nunca esteve em um hospital. Não tem acesso à televisão e nem ouve rádio, embora esteja a menos de 200 quilômetros de Porto Alegre. Não dispõe de luz elétrica, geladeira, fogão, água encanada ou esgoto cloacal. Gasta horas a trançar palha para confeccionar grandes cestos, de uso comunitário. Quando falta farinha, manda os meninos descerem os morros para vender o artesanato (Trezzi, 1991)

Quer dizer, do mesmo modo que para aquela pequena aldeia de dois mil anos atrás, submetida aos arbítrios das catástrofes "naturais" de então, também a grande maioria dos habitantes nativos da Amazônia ou dos povos nômades africanos, ou ainda, quem sabe, dos agricultores *tradicionais* espalhados pelo mundo (e pelo agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné), encontram-se, hoje, "alheios" ou à margem de tais acontecimentos tidos como "globais" e, o que é pior, totalmente subjugados e à disposição dos caprichos da "modernização reflexiva" (Beck, 1997)<sup>111</sup>. Enfim, se é verdade que as transformações ambientais são mundiais, suas conseqüências locais não são percebidas da mesma maneira, o que vale igualmente para o caso de muitos agricultores (ou samambaieiros) do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, os quais, apesar de poderem exercer ações, pode se dizer talvez mais "propositivas", estão também colocados em uma situação de submissão muito semelhante à daqueles povos (de ontem e de agora) dependentes das "vontades da natureza":

Esta comparação temporal-espacial pode ainda ser ampliada para uma variedade de outros "fenômenos" ou processos ambientais atualmente identificados. Este é o caso, por exemplo, das possíveis conseqüências negativas enfrentadas pelas populações semi-nômades do Litoral Norte até antes da chegada dos europeus propiciadas por eventuais usos "inadequados" de certos recursos naturais chaves na sua alimentação; ou ainda, para estas mesmas populações, dos resultados de uma inesperada intensificação das taxas de crescimento populacional destes grupos e que

acabasse suplantando a capacidade de produção e de disponibilidade de alimentos. Por outro lado, olhando-se para a realidade atual do planeta, poder-se-ia pensar, guardadas as devidas proporções, nos impactos causados pelo uso intensivo de elementos tóxicos na produção e elaboração de alimentos<sup>112</sup> ou na destruição maciça das florestas e demais ecossistemas ainda remanescentes (não seriam estes também “usos inadequados dos recursos naturais?”). Isto sem falar na questão da segurança alimentar. Neste particular, por exemplo, o que dizer dos efeitos extremamente perversos e contraditórios que o desenvolvimento simultâneo de uma medicina e de um tipo de “agricultura moderna”, aliadas a uma não disponibilidade de alimentos para aquela população, provocou e tem provocado em quase todo o continente africano?

Como se vê, as similitudes entre estas duas realidades, separadas no tempo por dois mil anos de história, não se resumem apenas a uma contingência histórica, mas, ao contrário, são fruto de um mesmo processo que envolve, simultaneamente, processos sociais e processos ecológicos. Isto é significativamente verdadeiro se pensarmos que a imensa maioria dos indivíduos que formam a proclamada “aldeia global” encontram-se (como no passado, também no presente) totalmente alienados dos processos e dos efeitos da degradação ambiental que o planeta vem sofrendo ao longo dos tempos. Mesmo a idéia do risco, de uma suposta ameaça ambiental, não é compartilhada de forma homogênea. Certo é que nos países desenvolvidos há uma consciência (ou ao menos uma sensibilidade) sobre os perigos concretos do atual modelo de desenvolvimento industrial. Nestas nações, o “*risco socialmente fabricado*” (idéias defendidas por Giddens, 1991 e Beck, 1997)<sup>113</sup> é uma realidade,

---

<sup>111</sup> Segundo este autor, “*supõe-se que modernização reflexiva signifique que uma mudança da sociedade industrial (...) implica a ‘radicalização’ da modernidade, que vai invadir as premissas e os contornos da sociedade industrial e abrir caminhos para outra modernidade.*” (Beck, 1997).

<sup>112</sup> É farta a literatura sobre os efeitos prejudiciais do uso de agroquímicos e de outros componentes na industrialização de alimentos e demais produtos de consumo. Entretanto, duas obras podem ser citadas como referência inicial para este debate: “Primavera Silenciosa”, de Carson (1962) e “O futuro roubado” (Colborn, Dumanoski e Myers, 1997), livro que posteriormente inspirou um documentário feito pela BBC de Londres. Isto sem falar no atual assunto da “moda”, ou seja, as biotecnologias e particularmente o desenvolvimento de organismos geneticamente modificados.

<sup>113</sup> Sobre este tema, Giddens (1991, p.127), afirma: “*a possibilidade de guerra nuclear, calamidade ecológica, explosão populacional incontrolável, colapso do câmbio econômico global, e outras catástrofes globais potenciais, fornecem um horizonte inquietante de perigos para todos. Como Beck comentou, ‘riscos globalizados deste tipo não respeitam divisões entre ricos e pobres ou entre regiões do mundo. (...) A intensidade global de certos tipos de risco transcende todos os diferenciais sociais e econômicos’.*”

tanto para órgãos do estado, como para a mídia, o meio científico, os industriais e organizações da sociedade civil. Talvez, para uma boa parte desta população, valeria a idéia contida na noção de “reflexividade”, de que *“os cidadãos-atores não são apenas recipientes passivos do arco de forças da modernidade/modernização (...), a modernização pode se ‘voltar sobre si mesma’, de forma a encarar os problemas que criou”* (Buttel, 2000, p.30).

Por outro lado, se isto é verdadeiro, o que dizer da periferia, mesmo aquela mais próxima do centro, como no caso do leste europeu e dos “guetos” de pobreza no interior da Norte América? Em qualquer pequeno país do continente africano que se visite, mas também nas favelas brasileiras, a discussão das questões ambientais são um privilégio de poucos (de muito poucos). Nestas realidades, os problemas ambientais enfrentados na atualidade se encaixam perfeitamente no que Giddens classificaria *como problemas clássicos da baixa modernidade* (Giddens, 1991). Nestes casos, onde não há um “contrato social” minimamente estabelecido e onde predominam relações de poder que agregam simultaneamente ingredientes “pré-capitalistas” com dispositivos “modernos”, o que ocorre, muitas vezes, é um fenômeno inverso. Exemplo disso é a instalação de empresas e indústrias com elevada capacidade poluidora nestes países, os quais oferecem “vantagens comparativas” em termos de menor controle ambiental, social e fiscal<sup>114</sup>.

O mesmo é válido para a idéia de uma possível “socialização dos riscos ambientais”, em que, independentemente da classe social, os perigos da sociedade industrial seriam compartilhados de forma igualitária. As dificuldades de sustentação desta tese são bastante numerosas. Para um indivíduo, um grupo social, uma cidade ou mesmo um país, a probabilidade do risco destes serem afetados por determinados problemas ambientais irá depender de uma multiplicidade de fatores (o que é válido, considerando as devidas diferenças, tanto para países subdesenvolvidos, “emergentes” ou desenvolvidos). Quer dizer, para um cidadão que mora próximo à

---

<sup>114</sup> Sobre isto, ver Buttel (2000), que faz uma crítica muito interessante sobre as idéias dos dois autores citados, sobretudo no que se refere à tese, por eles sustentada, de que a humanidade estaria atualmente passando por um processo de “modernização reflexiva”: Nas palavras do autor: *“portanto, as perspectivas da modernização reflexiva tendem a uma eurocentridade e precisarão ser modificadas e tornadas mais compatíveis, de forma a possibilitar a compreensão tanto das formas politicamente descentralizadas e divididas em classes do capitalismo industrial avançado quanto da*

usina nuclear de Chernobyl, o risco deste sofrer uma eventual contaminação por radiação será infinitamente maior do que a de outro indivíduo que resida no interior de um município como Maquiné; mas também, o risco de contaminação por produtos tóxicos oriundos da indústria química talvez seja muito mais elevado para uma pessoa que more na “zona rural” de Cubatão, por exemplo, do que outra que resida em um distrito industrial nos arredores de Paris<sup>115</sup>.

E assim se poderia pensar em um sem número de exemplos que configuram, na prática, uma total “desigualdade dos riscos ambientais”. Esta assimetria é ainda mais contundente no caso de áreas como a do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, onde os agricultores que lá vivem sofrem as conseqüências de um outro tipo de risco, um risco às avessas, que é aquele relacionado exatamente à tentativa de eliminação dos problemas ambientais. Dito de outra forma, para muitos agricultores espalhados pelo mundo, os perigos ensejados pela problemática ambiental não provêm tanto dos processos de “degradação” do meio ambiente, como costuma afirmar um ambientalismo politicamente correto, mas sim, ao contrário disso, resulta justamente das tentativas de enfrentamento dos problemas a ela vinculados. Enfim, se é verdade que o modo de exploração dos “recursos naturais” muitas vezes adotado pelos agricultores configura-se um dos responsáveis pela diminuição dos seus rendimentos e, conseqüentemente, da sua qualidade de vida, é também verdade que muitas das “políticas ambientais”, propagandeadas pelos ambientalistas para resolver tais problemas, trazem consigo conseqüências semelhantes ou até mesmo ainda mais perversas para aqueles indivíduos<sup>116</sup>.

Indo nesta direção, um recente levantamento feito através do Inventário Florestal Contínuo do Estado (2001 *apud* Schmitt, 2001, p.164) aponta um aumento significativo das áreas cobertas com florestas no Rio Grande do Sul (cerca de 17,53% do território gaúcho). Entretanto, esta ampliação da área coberta por

---

*variedade de formas do Estado, da sociedade e do ambiente fora do mundo industrial avançado.*” (Buttel, 2000, p.30).

<sup>115</sup> Sobre este aspecto da teoria desenvolvida por Giddens a respeito dos riscos ambientais atuais, são interessante as ressalvas feitas por Goldblatt (1998, p.44): “*a falta de verosimilhança situa-se em primeiro lugar a um nível analítico. Giddens não consegue distinguir e examinar minuciosamente as conseqüências: 1) dos agentes de transformação do ambiente que são os verdadeiros pontos de contato físico entre sociedade e o seu meio ambiente; 2) os tipos de causas que se encontram por de trás da origem, distribuição, disposição e mobilização desses agentes; 3) a natureza concreta dos efeitos ecológicos e sociais desses agentes.*”



vegetação nativa não significa, necessariamente, uma melhor qualidade de vida para as populações que permanecem vivendo nestas regiões. Muito pelo contrário, o que se vê é o recrudescimento das pressões sobre os agricultores no sentido de aumentar os processos migratórios e a diminuição das condições de sobrevivência destes indivíduos. Como alerta Schmitt (2001, p.167):

A inserção no ritmo do desmatamento constatada pelo Inventário Florestal tem sido atribuída à implantação da legislação ambiental, à maior conscientização dos proprietários rurais de terra e ao êxodo rural. O significado desta transformação, ocorrida em menos de vinte anos, precisa, no entanto, ser interpretado em maior profundidade, não apenas em termos ambientais mas, também, do ponto de vista social.

Neste sentido, uma possibilidade interessante de perceber as transformações ambientais que se processam no decorrer do tempo, bem como as limitações de muitas teorias e críticas que tentam explicá-las, pode ser encontrada em algumas contribuições trazidas por Latour (1994). Este autor mostra, sem pudores disfarçados, os obstáculos e limites não ultrapassados por muitas das idéias contemporâneas que tentam responder às recentes “transformações globais”:

Ao tentar desviar a exploração do homem pelo homem para uma exploração da natureza pelo homem, o capitalismo (que pode ser lido aqui como sociedade industrial) multiplicou indefinitivamente as duas. O recalco retorna e retorna em dobro: as multidões que deveriam ser salvas da morte caem aos milhões na miséria; as naturezas que deveriam ser dominadas de forma absoluta nos dominam de forma igualmente global, ameaçando a todos. Estranha dialética esta que faz do escravo dominado o mestre e dono do homem, e que subitamente nos informa que inventamos os ecocídios e ao mesmo tempo as fomes em larga escala (Latour, 1994, p.14).

Latour indica a incoerência daquilo que é, talvez, um dos principais “paradigmas da modernidade”: a possibilidade de a sociedade moderna haver cumprido o ideal que fundamenta “*a separação radical entre a natureza, de um lado, e a cultura, de outro.*” (Latour, 1994, contracapa). De certa forma, esta premissa radical inverte o foco da análise, subverte a imagem anteriormente refletida no espelho como se esta fosse a própria realidade já consumada. Entretanto, para este autor, o homem jamais teria conseguido estabelecer uma total separação entre sociedade e meio ambiente. O que há são processos de geração de novos entes

---

<sup>116</sup> Sobre este processo, consultar Diegues (1996).

“híbridos”, objetos que não podem ser classificados nem totalmente como “naturais”, nem totalmente como “humanos”. Exemplo disso seriam o lixo atômico, os satélites ao redor da Terra ou ainda uma simples latinha de refrigerante jogada no interior da Mata Atlântica, às bordas do Rio do Ouro, no interior do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné. Apesar de serem em parte “artificiais”, porque criados pelo homem, estes objetos são também “naturais”, porque originados a partir de uma matéria-prima que provém, na sua forma original, da própria “natureza”.

Seguindo esta perspectiva, como será visto a seguir, pelo menos no caso do agro-eco-sistema estudado, as evidências encontradas mostram que uma das dimensões centrais que tem cimentado toda discussão ao redor da problemática ambiental, gira em torno daquele que tem sido, desde há muito tempo, um dos principais mecanismos desenvolvidos pela espécie humana e que vem gerando uma variabilidade imensa de elementos “híbridos”: a agricultura (além, é claro, das demais formas de apropriação como, por exemplo, o extrativismo). Obviamente, deve-se esclarecer que, ao mencionar o termo agricultura, este não se refere somente às relações que envolvem a produção agrícola em si, ou seja, os diferentes sistemas de cultivo e de criação animal praticados. Mais do que isto, a agricultura (e tudo o que a ela se relaciona em termos de modificação do meio) é entendida como algo que carrega consigo e que envolve toda uma diversidade de outras relações (culturais, econômicas, sociais, produtivas, éticas, físicas e biológicas), sendo que estas se encontram imbricadas e amalgamadas entre si através da forma como os indivíduos se apropriam e se apropriaram dos “recursos naturais” que lhes estão e estavam disponíveis (a terra, as plantas, os animais, a energia solar, o ar, a água, etc.). Como indicam Garcia-Marín e Villarreal (1993, p.126):

La evolución de las plantas bajo manejo y selección del hombre se encuentra enmarcada dentro de uno de los aspectos centrales de la vinculación sociedad-naturaleza: el proceso productivo mediante el cual el hombre se apropria de los recursos vegetales con el fin de satisfacer sus necesidades, proceso productivo que ha sido el fundamento de la cultura de las sociedades agrícolas (...). Con base en este proceso productivo se da la distribución de los bienes, su consumo o utilización. Como el proceso de apropiación de los recursos tiene un carácter social, la manera y los medios empleados por el hombre para actuar sobre la naturaleza, a la vez de ser la base de la estructura social, son resultado del desarrollo económico y cultural de ésta, así como las características de los ecosistemas y los elementos florísticos a los que se enfrenta.

Em síntese, pode-se dizer que esta forma milenar de artificialização do meio tem servido, ao longo do tempo, como uma espécie de ponte entre os elementos não-humanos e humanos que compõem a promoção do desenvolvimento agrícola e agrário dos povos. Ou seja, ao pensar que as plantas, os animais, a terra ou o sol são entes “naturais”, poder-se-ia também imaginar que os equipamentos adotados para manejar tais elementos seriam, porque construídos pelo homem, “artificiais”. No entanto, seria possível, de outro modo, perceber ambas as coisas não de uma forma separada, mas sim como integrantes de um mesmo processo, em que as sementes melhoradas, a seleção animal, o cultivo da terra, a irrigação de plantas, mas também os processos migratórios, e até mesmo o imaginário sobre o meio ambiente, formariam dispositivos ao mesmo tempo decorrentes de processos ecológicos e processos socioculturais (ou seja, “híbridos”).

Sem querer parecer um tanto *evolucionista*, leva-se aqui em conta um componente que parece, de certa forma, adormecido na sociologia e antropologia atuais (o que, talvez, deva-se a um passado de mais de 150 anos ao qual, desde a correspondência entre *evolução* e *progresso* formulada por Spencer (1857), passando pelas manifestações espiritualistas de Bergson (1907) e chegando, enfim, à idéia de uma “superconsciência universal” contidas em Teilhard de Chardin (1955), estas disciplinas estiveram fortemente vinculadas<sup>117</sup>) que são os componentes não-humanos envolvidos em um processo social qualquer, os quais, sem dúvida, devem também estar fazendo parte (juntamente, é claro, com outros dispositivos) do processo de construção cosmológica do real pelos indivíduos envolvidos. Neste sentido, a abordagem adotada aqui visa ser, também, de certa forma, uma alternativa a um tipo de análise demasiado economicista que impera hoje (principalmente no caso da Economia Rural) sobre os fenômenos socioambientais nos agro-ecossistemas. Como aponta Schmitt (2001, p.211),

A perspectiva, até certo ponto determinista em relação à questão tecnológica e a influência do meio ambiente sobre os processos sociais, adotada por esta literatura, não deixa de ser um contraponto bastante interessante a toda uma outra vertente de estudos, que procurará

---

<sup>117</sup> Por motivos bastante óbvios, o autor deste trabalho não pôde ter acesso e mergulhar em toda a complexidade que configura a obra destes pensadores, sendo a afirmação acima decorrente de leituras realizadas a partir de autores mais atuais como é o caso de Chauí (1999), Aranha e Martins (1986) e Abbagnano (2000).

explicar a crise da agricultura colonial, sob a ótica da subordinação da agricultura familiar ao desenvolvimento capitalista no campo, privilegiando em seu modelo explicativo variáveis de natureza econômica, sem atribuir um peso mais decisivo às dimensões ambientais subjacentes à atividade agrícola.

Porém, o relevante neste caso, para o estudo que aqui se pretende aprofundar, é que será justamente esta diversidade sociocultural e ecológica, construída histórica e espacialmente através da incorporação-desincorporação de uma série de atributos valorativos que irão formar o *ethos* dos agentes sociais nos agro-eco-sistemas, um dos núcleos formadores das diferentes concepções sobre o que representa, por exemplo, a idéia de meio ambiente e os possíveis “usos” a ele vinculados. Ou seja, muito das disputas atuais ensejadas pela problemática ambiental através do confronto de forças dentro do que aqui se denominou *campo ambiental*, remetem à difícil delimitação das dimensões “humana” e “natural”. Neste sentido, é absolutamente coerente a afirmação de que as recentes discussões ambientais apresentam suas raízes mais íntimas no amálgama formado pelo instável processo em que se misturam e se misturaram as diversas formas de relação entre sociedade e meio ambiente. No caso particular que se está estudando, como o foi também para Schmitt (2001, p.195), as diferentes formas de apropriação do meio pelos agricultores durante este período e, *“pelo menos até a década de 60, pode ser compreendido, assim, como o resultado de um lento processo de co-evolução entre componentes humanos e não-humanos, que foram sendo incorporados e transformados no processo histórico de constituição deste agroecossistema.”*

Neste sentido, alguns dos questionamentos que nortearam este capítulo foram: como o processo de desenvolvimento da agricultura na região do Litoral Norte e, mais especificamente, no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, contribuiu para que, nos dias de hoje, estes espaços ganhassem a visibilidade que possuem em relação à preocupação com a preservação ambiental? Quais os condicionantes históricos e socioambientais locais que estão por trás da gênese de um tipo de pensamento que se interpõe a revalorização dos componentes “ecológicos” da região pelos novos agentes sociais ligados a preservação ambiental? Enfim, e sobretudo, quais as raízes históricas dos embates atuais ensejados pela problemática ambiental neste espaço social e ecológico?

Para empreender tal reflexão, fez-se aqui uma aposta em um tipo de análise que busca ultrapassar a visão da história como algo previamente dado, como um jogo de “cartas-marcadas”. Dito de outra forma, a história que se pretendeu contar aqui, não se assemelha a uma espécie de frase qualquer, formada de certos indivíduos (as letras) agrupados em blocos (as palavras) e onde há um início (com “I” maiúsculo), alguns percalços a serem enfrentados (como a ortografia, a concordância verbal, as vírgulas, os acentos e demais pontuações) e, finalmente, um ponto final, uma definição já esperada e anteriormente anunciada. Enfim, nega-se a possibilidade da história ser pensada “*como uma seqüência congelada de estados definitivos, e a evolução nada mais é do que a realização, no tempo, daquilo que já existia em forma embrionária e que se desenvolve até alcançar o seu fim*” (Aranha e Martins, 1986, p.182). O que se tentou neste capítulo, foi resgatar, acima de tudo, as interações descontínuas, mas ainda assim persistentes entre processos sociais e processos ecológicos no desenvolvimento da agricultura na região do Litoral Norte e, particularmente, no caso do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné. Conforme afirma Schmitt (2001, p.140),

tais conexões não se produzem, no entanto, no interior de um tempo, um espaço ou uma natureza, passíveis de serem considerados enquanto parâmetros fixos. (...) O tempo, o espaço e a história são produzidos no encontro entre os seres humanos e outras formas de tempo, espaço e história presentes em sua luta pela sobrevivência material.

Será justamente a interpenetração das discontinuidades encontradas entre os tempos históricos e os tempos biológicos, o fio condutor das análises apresentadas de agora em diante. Com isto, “*evidenciando os elementos de longa duração constitutivos das relações entre sociedade e natureza que se atualizam e incidem sobre as condições de recepção do fenômeno ambiental contemporâneo*” (Carvalho, 2001, p.21), acredita-se que se estará contribuindo no sentido de desconstituir algumas das “naturalizações” que puderam ser identificadas nos discursos dos agentes sociais no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné.

Cabe afirmar, ainda, que, apesar de ter-se optado por seguir este caminho, vários outros enfoques poderiam ter sido utilizados para refletir sobre os antecedentes da temática ambiental no agro-eco-sistema em questão. Com isso, em

certos momentos, talvez, poderá parecer que o tipo de leitura feita aqui esteja seguindo um viés demasiado “biologicista” e, em outros, que tenha havido um privilegiamento de aspectos mais socioeconômicos. Todavia, este foi apenas um recurso, uma das trilhas possíveis encontradas (devendo ser entendido e relativizado como tal) e que tem a ver com a perspectiva direcionada para a problemática ambiental que neste momento foi tomada. Além disso, sobretudo nos períodos iniciais da ocupação humana da região, foram encontradas poucas informações disponíveis sobre a dinâmica social que permitissem caracterizar, de forma mais minuciosa e consistente, o cotidiano dos seus habitantes e, por conseguinte, os demais mecanismos desencadeadores das transformações culturais, políticas, econômicas e ecológicas vivenciadas por estes povos.

Não obstante isto, se é verdade que *“homem e natureza surgem como aspectos indissoluvelmente ligados a um mesmo processo, que se desenrola como História da sociedade”* (Cândido, 2001, p.14) e que *“o homem e o mundo estão ligados como um caramujo e sua casca”* (Kundera, 1986 *apud* Augé, 1999, p.112), então é perfeitamente possível desvendar parte deste processo através da análise da principal interface que, paradoxalmente, os tem aproximado e os distanciados: a agricultura e demais formas de artificialização do meio.

## 6 AGRICULTURA, HUMANOS E MEIO AMBIENTE: UMA PEQUENA HISTÓRIA NO SUL DO BRASIL

### 6.1 *Homem e meio ambiente no tempo da “terra sem males”*

A retomada da expansão da Mata Atlântica coincidiu com sua descoberta pelos humanos, caçadores que subitamente invadiram as planícies sul-americanas há quase 13 mil anos. Assim começou um longo período de interação com resultados muito difíceis de avaliar - as atuais apreciações não passam de conjecturas e possivelmente jamais deixarão de sê-lo. Até agora, acumulou-se apenas quantidade limitada de evidências arqueológicas que oferecem poucas pistas sobre os padrões de assentamento.

Warren Dean, 1996, p.38.

Os registros mais antigos sobre a existência de populações humanas no Litoral Norte, obtidos através do estudo dos sítios arqueológicos<sup>118</sup> espalhados na estreita faixa situada entre as encostas da Serra Geral, as lagoas e o mar (indo de Torres até próximo a Cidreira), datam de cerca de 4 a 6 mil anos antes do presente. Conforme Kern (1991, p.171), é neste período *“que possivelmente os primeiros pescadores-coletores estejam se instalando na planície costeira sul-rio-grandense, adaptando-se à pesca e à coleta, provavelmente migrando do norte, onde esta adaptação já dura dois milênios.”* Aglomerações maiores somente irão começar a se instalar de forma definitiva por volta de 2 mil anos atrás. Até esta data, os locais onde se acharam vestígios de possíveis habitantes parecem não apontar para a

---

<sup>118</sup> Estes sítios (ou sambaquis) são antiqüíssimos depósitos situados na costa, nas lagoas ou rios, formados de montões de conchas, restos de cozinhas e de esqueletos amontoados por tribos que habitaram o litoral.

existência de uma população fixa, mas apenas indícios da passagem de grupos de caçadores-pescadores-coletores que ali permaneciam temporariamente<sup>119</sup>.

Como já referido, para tentar compreender as razões e motivações que levaram as primeiras ocupações humanas à região que abrange hoje o agro-ecossistema da bacia do Rio Maquiné, o ideal seria considerar conjuntamente a influência decisiva de aspectos amplamente diferenciados como a religião, a cultura, o simbólico e uma série de outras variáveis importantes neste processo. Isto, porque, especialmente para estas culturas, como alerta Godelier (1984 *apud* Diegues, 1996, p.64),

O processo de trabalho comporta, portanto, elementos simbólicos mediante os quais os homens não somente agem sobre a natureza visível, mas sobre as potências invisíveis que controlam a reprodução da natureza e podem dar ou recusar uma boa colheita, uma boa caça. Nesse sentido, a parte simbólica do processo de trabalho constitui uma realidade social tão real quanto as ações materiais sobre a natureza.

No entanto e a despeito disso, refletindo sobre os dados atualmente disponíveis, um forte componente que se destaca e que deve ter colaborado, mesmo que parcialmente, para a exploração da região pelos grupos de ameríndios que lá viveram, pode ser descrito através da sua estratégica condição geofisiográfica. Após a relativa estabilização do nível ocupado pelos oceanos (entre 3 e 2 mil anos atrás), uma complexa variabilidade de ecossistemas fortemente interligados pôde se formar. Esta característica regional, que os biólogos denominam área de *ecótono*, ou seja, um local onde ocorre o encontro de diferentes formações vegetais<sup>120</sup> e cuja composição botânica é extremamente abundante e variada, acabou dando origem a um rico ambiente em termos de disponibilidade, periodicidade e variedade de alimentos.

Desta forma, para as diversas populações nômades, e também para os primeiros horticultores que lá residiram,

---

<sup>119</sup> Alerta-se que o recorte espacial e temporal adotado não apresenta, neste momento, uma delimitação precisa. Portanto, as datas citadas indicam apenas marcos referenciais e não fatos históricos determinados (está se tratando aqui de milhares de anos). Do mesmo modo, como as informações disponíveis especificamente sobre o agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné começaram a surgir somente a partir do século XIX, o espaço a que se refere esta caracterização inicial abrange mais ou menos o que hoje é conhecido como Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

<sup>120</sup> Nos dias de hoje estas formações são: Floresta Atlântica; Floresta Araucária; Floresta Estacional Semidecidual e Vegetação costeira.



O meio ambiente, com nichos ecológicos variados, podia oportunizar uma alimentação abundante a partir da flora e da fauna disponíveis. Assim, os restos de alimentação indicam uma exploração diversificada do ambiente. A praia arenosa e o mar fornecem os peixes mas igualmente o lobo-marinho, pingüins e baleias, além de moluscos. O mosaico de florestas e campos do interior contribuiu com a carne do veado campeiro. Colocava à disposição espécies medicinais, frutíferas e raízes. A zona alagadiça, transformada em mangue em períodos de transgressão marinha pode ter sido o local de coleta da ‘ostra arbórea’ encontrada em Itapeva, bem como o local de pesca de miraguaias de até 10kg de peso. Próximo a esta zona e ainda nas margens das lagoas, banhados e cursos de água, foram caçados diversos animais, tais como a anta, o ratão-do-banhado etc. Em todas as áreas, aves diversas foram outro item na alimentação (Kern, 1991, p.172).

Conforme foi ressaltado, apesar deste não ser o único fator a determinar a ocupação do Litoral Norte durante os últimos quatro milênios, não se pode negar que estas condições favoráveis do ponto de vista da segurança alimentar devem ter, no mínimo, contribuído para a escolha da região como local de passagem pelas populações de caçadores-pescadores-coletores e, posteriormente, no processo de relativa fixação de diferentes grupos sociais próximos a estes mananciais.

Este período, caracterizado por um descontínuo fenômeno de sedentarização dos agrupamentos humanos, coincide, também, com a consolidação das condições climáticas mais ou menos nos termos como elas se apresentam nos dias de hoje. Apesar de se saber que os ecossistemas do Litoral Norte sofreram modificações importantes no transcorrer de todo este período, estas alterações foram muito menos intensas se comparadas às transformações ambientais provenientes, por exemplo, dos avanços e recuos nos níveis marítimos que aconteceram anteriormente<sup>121</sup>. Exemplo disso pode ser visto através dos estudos feitos nas proximidades de uma das maiores lagoas da região, a Lagoa Itapeva.

A Lagoa de Itapeva, que corre paralela à linha da costa, aproximadamente 3,5km de distância desta, foi formada há mais ou menos 4.000 anos, em função de uma regressão marinha que deu origem à formação dos cordões litorâneos arenosos, os quais isolaram imensas quantidades de água, formando as diversas lagoas litorâneas. (...) [No entanto, somente] por volta de 2.500 antes do presente o nível do mar começa a se estabilizar, alcançando os padrões atuais (Araújo, Neetzow e Soares, 1999, p.42).

Sobre este processo, Kern afirma:

---

<sup>121</sup> Embora se acredite hoje que este espaço geográfico possuía, já há dois mil anos, particularidades ecológicas semelhantes às atuais, deve-se considerar que estas peculiaridades também se modificaram através dos anos. Portanto, muito provavelmente, as condições climáticas, pedológicas e fitoecológicas deveriam ser, neste período, bastante diferentes das que hoje podem ser encontradas.

As transformações ambientais são significativas, pois tem início uma regressão marinha que libera aos poucos a planície. Se no período anterior as vagas marinhas batiam contra as falésias das elevações da Serra Geral, pouco a pouco formou-se uma restinga e as águas da atual Lagoa Itapeva se isolaram do oceano por um cordão de dunas.(...) Estas transformações obrigaram as populações de pescadores-coletores a modificações no nível da adaptação ao ambiente (Kern, 1991, p.171-172).

Aqui vale uma pequena digressão, de certo modo pertinente, em termos comparativos. Como já foi discutido anteriormente, não é de hoje que a espécie humana é requisitada a pensar sobre as condições que integram o meio em que vive, sendo, em decorrência, obrigada a alterar seus padrões de conduta, comportamento e mesmo sua relação com a própria natureza<sup>122</sup>. O convite a um mútuo e permanente convívio-confronto que sofreram as diferentes culturas, tradições e grupos nativos que habitaram o Litoral Norte, bem como as constantes exigências ambientais que lhes eram apresentadas, mostram como esta problemática é antiga e recorrente.

Na mesma direção, como será visto mais adiante, também as práticas de uso e manejo do solo adotadas, em um período posterior, sobre as encostas da Serra Geral pelos colonos imigrantes, originarão novas necessidades adaptativas, sendo que estas não ficarão restritas apenas às modificações técnicas, mas também à construção de todo um novo modo de vida. Além disso, mais recentemente ainda, agricultores *tradicionais-coloniais* (e seus descendentes) que chegaram no final do século XIX na região, tal qual como deve ter ocorrido quando do choque entre distintas tradições indígenas<sup>123</sup> no correr destes dois mil anos, viram-se confrontados com toda uma visão de mundo introduzida a partir da introdução da chamada *agricultura produtivista-moderna* no vale do Rio Maquiné.

Quer dizer, tal como no caso da introdução de novos valores *modernos* (e de certa forma “estranhos” para esses colonos descendentes de italianos e alemães) deve-se reconhecer que também nos primórdios da ocupação do Litoral Norte, o lento processo de sedentarização daquelas sociedades não ocorreu de forma radical e

---

<sup>122</sup> A utilização aqui do termo “natureza” (e não meio ambiente) não é fortuita. Como já comentado anteriormente, a idéia de uma natureza completamente exterior ao homem é ainda muito recente, sendo a possibilidade desta separação, para os povos e civilizações que viveram durante esta época, pouco ou nada pertinente.

<sup>123</sup> A utilização dos termos *tradicional* e *tradição* pouco tem em comum. O primeiro refere-se a um certo modo de vida que se sedimenta na região através do que aqui se denomina *agricultura tradicional-colonial*. Já o segundo indica “a persistência através do tempo e de uma certa localização geográfica de elementos culturais produzidos por grupos étnicos pré-históricos” (Kern, 1991, p.8).

homogênea. Em 1884, Braga (*apud* Aulete, 1980, v. 5, p. 3311) alertava: “*Em muitas raças selvagens da África ainda hoje vemos estes dois estágios sociais completamente separados coexistindo a tribo nômade pastoral com a população sedentária e agrícola a quem rouba ou com quem contrata.*” Já mais recentemente, Diamond (2001, p.104) afirma:

Existem muitos casos de caçadores-coletores que viam seus vizinhos produzirem comida e se recusaram a aceitar os supostos benefícios dessa prática, decidindo continuar como caçadores-coletores. Os aborígenes do nordeste australiano, por exemplo, trocaram produtos durante milhares de anos com agricultores das ilhas do estreito de Torres (...). Os nativos americanos da Califórnia, também caçadores-coletores, estabeleciam trocas com os agricultores nativos norte-americanos do vale do rio Colorado. Além disso, os criadores khois, que viviam a oeste do rio Peixe, na África do Sul, negociavam com agricultores bantos, que habitavam a margem leste do rio.

Como estes, inúmeros outros exemplos mostram que a passagem do modo de vida itinerante (baseado na coleta, no pastoreio, na pesca e/ou na caça) para outro radicalmente diferente e que incorpora a capacidade de alterar substancialmente os ecossistemas naturais através, por exemplo, da domesticação de plantas e animais, não se deu abruptamente. Nem mesmo foi decorrência do fato da agricultura ser um processo de apropriação do meio teoricamente mais “evoluído”. Ao contrário, este é um fenômeno marcado pelo efeito cumulativo das várias experiências vivenciadas por e entre os grupos humanos e destes para com seu meio ambiente. Como ressalta Ponting (1995, p.78), durante este longo período,

não houve uma linha definida de desenvolvimento que passasse da ‘caça e coleta’ para a ‘agricultura’. Devem ter sido tentados muitos meios diferentes para a obtenção de alimentos a partir de plantas e animais, através de várias permutas e com alterações de equilíbrio entre os alimentos vegetais e animais. (...) Essa longa transição poderá ser melhor entendida se abandonarmos qualquer idéia de uma distinção nítida entre a colheita e a caça de um lado e a agricultura de outro. Elas devem ser consideradas como parte de um spectrum das atividades humanas, com diferentes graus de intensidade, destinadas a exploração dos ecossistemas.

Muito provavelmente, durante esta época (que se estenderá até a chegada definitiva dos portugueses e espanhóis por volta do século XVIII), uma multiplicidade de populações muito diversificadas quanto ao modo de apropriação do meio natural e quanto ao tipo de estrutura econômica, social e cultural deve ter habitado a faixa costeira do sul do Brasil. Emergindo deste quadro, portanto, é que surge a agricultura na região, não como uma forma previamente direcionada de

apropriação do meio ambiente, mas como o efeito cumulativo de várias alterações-tentativas nos modos de vida das diferentes culturas que ali foram produzidas. Como ressalta Kern (1991, p.9):

No litoral, grupos de pescadores coletores se instalam nos sambaquis, numa forma de adaptação cultural à planície litorânea e aos recursos marinhos. Somente muitos séculos depois estas tradições socioculturais serão modificadas pelo aporte de inovações tecnológicas importantes e pela chegada de horticultores que migram para [essa] região.

Portanto, da mesma forma que sugere Arendt (1954), o caráter temporal descontínuo e aparentemente caótico de transformação do meio (com um sentido não pré-determinado, com suas idas e vindas, suas migrações e êxodos, com aquisição e perda de conhecimentos e inovações tecnológicas etc.), também se constituirá numa característica nos períodos mais recentes da história do agro-eco-sistema em questão. Isto, porque, mesmo nos dias de hoje, continuam coexistindo, por exemplo, diferentes agriculturas e agricultores. Assim é que algumas famílias preservam, ainda, um modo de exploração da terra muito próximo daquela idéia de *agricultura tradicional*; outras incorporaram quase que totalmente a ótica capitalista subjacente à modernização da agricultura; muitas permanecem amalgamadas em uma diversidade envolvendo ambas as lógicas produtivas; e outras, ainda, mostram-se simpáticas, por exemplo, ao que atualmente tem-se denominado genericamente de produção “alternativa”, “agroecológica”, “orgânica”, “biodinâmica” ou ainda “biológica”.

Especificamente quanto às populações que desenvolveram uma cultura de modo mais “sedentário”, a reconstrução dos hábitos dos grupos que habitaram esta pequena faixa litorânea entre o mar e a encosta da Serra Geral permitiu identificar a existência de dois conjuntos indígenas importantes: os Arachãs e os Carijós (além, é claro, dos demais povos nômades que continuaram a visitar a região). Ambos os subgrupos<sup>124</sup> foram, provavelmente (apesar de efetuarem eventuais mudanças nos locais onde construíam suas aldeias), os primeiros “colonizadores” a se estabelecerem no Litoral Norte de forma relativamente permanente. Enquanto os Arachãs situavam-se mais ou menos entre a lagoa dos Patos e o oceano Atlântico,

---

<sup>124</sup> Os dialetos falados e os costumes destes dois subgrupos apresentavam muitas semelhanças entre si e com as demais tribos Guaranis, sendo a língua pertencente à família Tupi-Guarani.

estendendo-se ao longo das lagoas costeiras até o Rio Tramandaí, os Carijós habitavam a planície costeira estendendo-se daí até Laguna, em Santa Catarina. No entanto, apesar desta amplitude em termos territoriais, ambos os grupos estavam organizados em aldeias cuja área ocupada normalmente não superava 300 habitantes. Já quanto à forma e ao tipo de habitações nas aldeias, tanto Carijós como Arachãs não se diferenciavam muito dos demais grupos Guaranis do Brasil Meridional. Mesmo assim, o número de choças (cabanas cobertas com palhas) podia variar bastante, podendo a aldeia apresentar várias choças ou, ao contrário, ser formada apenas por uma grande casa coletiva.

É interessante notar que, mesmo nos dias de hoje, a forma como estão social, política e economicamente estruturadas tradições indígenas remanescentes na região (por exemplo, os *Mbiá-Guarani*), mantém semelhanças muito próximas daquelas identificadas pela bibliografia sobre estes grupos antigos. Isto se reflete, por exemplo, no tipo de ocupação do espaço baseado nas constantes migrações, no papel político importante que as lideranças religiosas possuem junto às tribos, na organização social baseada na família extensa ou no pequeno número de habitantes das aldeias. Ferreira (2001, p.17-18), analisando hoje a formação de uma cosmologia *Mbiá-Guarani*, relata:

As aldeias Mbyá-Guarani no Rio Grande do Sul caracterizam-se por uma população pequena, poucas são as que ultrapassam o número de 100 pessoas. Sua organização social gira em torno da família extensa e da liderança religiosa tradicional e/ou política. Os moradores destas aldeias encontram-se em permanente comunicação através da visitação aos parentes. Este se constitui num dos motivos da sua alta mobilidade espacial; outras motivações são: a fuga de situações de conflito com o ‘mundo do branco’, situações de doenças e mortes no grupo, conflitos políticos internos, bem como a busca da Terra sem Mal (Yvy Marã'ey).

Visto assim, não é difícil visualizar o estreito vínculo entre o ontem e o agora que rege a formação e o armazenamento de informações comuns por estas sociedades. Exemplo disso pode ser descrito através da permanente “fuga do branco” que, como será visto logo a seguir, irá se instalar com a chegada do conquistador europeu. Do mesmo modo, pode-se perceber que estas formas de compreender o mundo não se perderam totalmente, ao contrário, permanecem e integram o *habitus* de parte dos agentes sociais naquele agro-eco-sistema. Não só no caso dos remanescentes indígenas, mas também, mesmo que de forma dispersa, nas formas

como os agricultores e mediadores irão perceber e atuar sobre o meio ambiente. Sobre isto, é interessante reparar na lucidez com que este agricultor entrevistado descreve a passagem indígena pela região:

Os índios de Maquiné que andavam aqui tinham uma tremenda duma área, eles tanto iam na serra no inverno, pegavam o pinhão né? e faziam as pasta deles com chá; passavam por aqui, o vale tinha muito mel das abelha nativa, e depois iam pra praia, pegavam peixe aí e de certo se vestiam com couro de capivara e de veado, sei lá que couro se vestiam até porque era frio e iam pra praia colhê marisco, marisco devia tê muito. Então eles tinham uma liberdade assim de andá aqui; bá., vinham acampavam aqui em casa na época de fazê maitã, às vez na várzea ou noutra lugar aqui. Volta e meia eu acho alguma coisa, umas panela e outras coisa que eles deixaram por aqui(...). Nessa ‘maitã’, nesse plantio, era onde eles chegavam e derrubavam, os índios derrubavam, não sei se derrubavam ou queimavam, como é que derrubavam também nem sei, mas eles preparavam o plantio que era o maitã. Além deles comê peixe e catavam eles faziam mais essa alimentação.

Como já foi visto, estes grupos populacionais encontraram, se não condições ideais para sua subsistência, um ambiente bastante propício no que se refere à disponibilidade de caça, pesca e coleta. Todavia, além da diversidade de formas de aproveitamento dos recursos naturais, estes antigos moradores já tiveram oportunidade de desenvolver algum tipo de domesticação de plantas. De forma muito semelhante às tribos Guaranis hoje remanescentes, mas também aos colonos alemães e italianos que lhes sucederam, o tipo de agricultura praticada centrava-se na adoção do sistema de *coivara*. Segundo Marques (1991), este sistema baseava-se, no Litoral Norte, principalmente no cultivo da mandioca e, em linhas gerais, consistia no corte da vegetação da área destinada às pequenas roças, na posterior queimada (*coivara*) e derrubada destas plantas e, por fim, no plantio sem um preparo prévio da terra e sem posteriores capinas. Quando não havia mais possibilidade de utilizar estas áreas pelo domínio do inço e/ou queda nos rendimentos, a roça era abandonada e aberta outra em um novo local.

Contraopondo-se estas características com as observações (mais “acadêmicas”, é verdade) feitas por Dean (1996) sobre o modo de produzir alimentos adotado por muitas das populações litorâneas que habitavam a costa brasileira neste período, verifica-se que, no caso dos grupos ameríndios situados no Litoral Norte do estado, estas práticas não variavam significativamente:

A técnica era extremamente simples: um pouco antes da chegada das chuvas, a área era queimada, fazendo com que a enorme quantidade de nutrientes na biomassa da floresta caísse sobre a terra na forma de cinzas. Algumas das árvores maiores que houvessem resistido ao incêndio permaneciam, chamuscadas mas em pé. As chuvas drenavam os nutrientes para o interior do solo, neutralizando-o e ao mesmo tempo fertilizando-o. Procedia-se então ao plantio, sem qualquer utensílio além de um bastão de cavoucar. A floresta, que nunca antes havia sido queimada, não só ficava maravilhosamente fértil, mas também livre de sementes de plantas invasoras e, dessa forma, pouca capina era necessária. Após duas a três temporadas, permitia-se que a faixa voltasse a ser mato (Dean, 1996, p.44).

Todavia, ao ler estas duas descrições, certamente alguém que já manteve contato com algum agricultor do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné irá perceber uma clara semelhança entre ambos os sistemas de cultivo (principalmente se esta conversa for feita com agricultores que permanecem ainda fortemente vinculados ao modo *tradicional-colonial* de exploração do meio). Visto assim, o fato deste tipo de manejo ter sido, ao menos em parte, herdado posteriormente pelos imigrantes, enraizando-se de tal forma no próprio cotidiano e na vida das pessoas, talvez seja um dos componentes, entre tantos outros, é verdade, que ajude a explicar parte dos conflitos hoje existentes. Neste sentido, é interessante observar como o sistema de queimadas, embora modificado, permanece ainda vivo para muitos agricultores e mesmo no imaginário da população local. Perguntado sobre como funcionava o sistema de roça adotado até a proibição das queimadas e desmatamentos pelos órgãos governamentais<sup>125</sup>, um agricultor respondeu da seguinte forma:

Na entrada do verão roçava pra duas ou três ‘quarta’ de milho; um pedaço cortava pra ter a terra ortada [capinada] e plantava aipim; em outros [pedaços] onde era pra milho, daí botava um ano nesse lugar e depois plantava feijão; mudava no outro ano e botava [o milho] noutra lugar.

É quase impossível não perceber a carga histórica aqui presente. Apesar do manejo utilizado poder se diferenciar em termos de espécies adotadas, o sistema de queima, pousio e rodízio de cultivos é facilmente identificável como tendo sido até muito recentemente a principal forma de uso da terra. Como resultado disso, o reconhecimento desta prática, aparentemente sem importância, ressurgirá não só no discurso dos agricultores, mas também no caso dos seus mediadores mais próximos.

---

<sup>125</sup> Este processo inicia-se no final da década de 80, mas tem seu momento mais dramático durante os anos de 1995 e 1996 (portanto, algo ainda muito recente).

Outra semelhança que pode ser identificada com os imigrantes que se estabeleceram no Litoral Norte no final do século passado é o tipo de alimentação. Também conforme Marques (1991) e Kern (1991), pode-se dizer que os dois principais agrupamentos indígenas (Arachãs e Carijós) mantinham uma dieta bastante variada e cultivavam espécies muito parecidas com as que seriam adotadas e cultivadas posteriormente pelos colonos. Excetuando-se o gado e a cana-de-açúcar, principais produtos cultivados até o final do século XIX, nela estavam incluídos, além da mandioca, o milho, a batata-doce, as favas, o feijão, diversos tipos de abóboras, amendoim, algodão e fumo. Mesmo uma rápida recorrida pelos vales do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné irá mostrar que esta diversidade foi, em grande parte, incorporada, permanecendo ainda nos dias de hoje um manejo da floresta onde o milho, a mandioca, a abóbora, o feijão e a batata se acham simultaneamente presentes (apesar de plantados em épocas diferentes) em uma mesma gleba de terra cultivada.

Como se pode notar, esta articulação do passado com o futuro, entre a “pré-história” do agro-eco-sistema do Rio Maquiné e sua atualidade, permite estabelecer alguns dos nexos que estão por sobre o pano da problemática ambiental na região (e que se estende, de certa forma, também para o restante da Mata Atlântica). Isto, porque o legado, principalmente no caso do sistema de manejo da terra, faz parte hoje ainda do *habitus* dos agentes sociais naquele agro-eco-sistema. Como alerta Leff (1993,p.50), “*estas capacidades de adaptación de los campesinos derivan de años de experimentación y coevolucion de sus prácticas tradicionales con las transformaciones del medio.*” Para estes indivíduos, portanto, não será fácil abandonar práticas, pode-se dizer, já milenares de uso dos recursos naturais, as quais seus antepassados e sucessores mais recentes souberam muito bem resgatar e adaptar às suas necessidades cotidianas.

Quanto à dinâmica alimentar destes povos, alguns autores<sup>126</sup> arriscaram-se a tentar caracterizar a forma como esta estava organizada mais propriamente no Litoral Norte do estado. No entanto, é interessante verificar, na literatura disponível sobre as populações indígenas locais do período anterior à invasão européia, o fato de que os historiadores que trataram deste tema, na maioria das vezes, acabaram por reduzir



aqueles agrupamentos humanos a tipos ideais, estanques e a-temporais, sem espaço, portanto, para a possibilidade de haver uma diversidade, um ecletismo e uma “evolução” (termo usado aqui para indicar possíveis alterações no decorrer do tempo) em relação às formas de organização social. Ou seja, cerca de dois mil anos ou mais parecem fazer parte do mesmo tempo, quando os povos indígenas são vistos sempre de um ponto de vista estático, em que a lacuna temporal não é vista como um fator importante<sup>127</sup>.

Feita esta ressalva, e segundo estes autores, em algum momento, pelo menos, parece ter havido uma divisão bem clara das fontes principais de alimentos, sendo esta organizada conforme o tipo de produção disponível. Uma destas caracterizações indica um calendário alimentar onde, durante três meses, o milho teria sido o vegetal mais utilizado como fonte da alimentação; nos outros três meses, predominariam favas e abóboras; por mais três meses, a mandioca; e, no restante do tempo, teriam como alimento a farinha retirada de um tipo de palmeira (sobre esta última fonte alimentar, coincidência ser o palmito hoje um dos focos da problemática ambiental na região?).

No que diz respeito à capacidade de produção de alimentos, os relatos parecem indicar, em geral, uma escala muito pequena em termos de quantidade, não sendo estes, talvez, por vezes suficientes para o atendimento das necessidades alimentares. Neste sentido, como já foi dito, tanto Arachãs como Carijós caracterizavam-se por serem semi-nômades, ou seja, apesar de possuírem um certo grau de sedentariedade, permaneciam ainda alguns hábitos próprios de povos caçadores-pescadores-coletores. Assim, como não havia animais domésticos para abate, a alimentação continuava sendo complementada através da caça, pesca, coleta vegetal (uso de frutas silvestres, folhas e raízes) e coleta animal (mariscos, moluscos e crustáceos). Como ressalta Dean (1996, p.46), *“a agricultura itinerante não implicava a perda de habilidades já adquiridas porque estes agricultores tinham que continuar a caçar e a pescar.(...) Por outro lado, as faixas plantadas, como qualquer área queimada, atraíam caça e assim serviam a dois objetivos.”*

---

<sup>126</sup> Kern (1991), Marques (1991), Araújo (1999), entre outros.

<sup>127</sup> Talvez um aspecto que tenha levado a isto é o fato de que o período de contato entre os nativos habitantes e seus interlocutores portugueses foi muito curto e esporádico, o que fez com que os relatos disponíveis mostrassem quase sempre uma imagem estigmatizada do indígena local.

Dentro deste contexto, a maior parte das aldeias parecem ter sido estabelecidas preferencialmente nas áreas mais próximas as lagoas do Litoral Norte. No entanto, a exploração do meio se estendia para outras regiões mais distantes, como os cultivos de queimada em terras de floresta, ou, ainda, a exploração dos recursos disponibilizados pelos rios e pelo próprio mar. Neste particular, nota-se que o principal papel era desempenhado pelas mulheres, pois eram elas as encarregadas dos cultivos (plantio e colheita), da confecção de produtos artesanais (principalmente a fabricação de utensílios de cerâmica) e da alimentação nas aldeias, ficando reservados aos homens atividades complementares (embora estes mantivessem relações de dominação muito fortes sobre as mulheres), como a execução das queimadas, a caça, pesca e coleta de produtos vegetais e animais, além das atividades cerimoniais.

Um outro ponto de ligação entre os nativos indígenas e os posteriores “alienígenas” europeus que os sucederam tem que ser ressaltado: a “não-intocabilidade” (no tempo e no espaço) da natureza pelo ser humano. Contrariamente ao que alguém poderia supor, há muito tempo que o meio físico onde hoje se encontra o agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné tem sido habitado pelo homem e, conseqüentemente, transformado por este. Ou seja, seus ecossistemas naturais já foram, mesmo antes da chegada dos conquistadores portugueses ou dos imigrantes alemães e italianos, ampla e vastamente antropizados. Mesmo uma breve análise das evidências encontradas sobre como ocorreu a ocupação do Litoral Norte do Rio Grande do Sul pelas primeiras comunidades indígenas, mostra que este processo foi bastante intensivo em termos de manejo e uso dos recursos naturais disponíveis:

A agricultura pode, portanto, ter reduzido a complexidade e a biomassa em áreas consideráveis da Mata Atlântica durante os mais de mil anos que foi praticada antes da chegada dos europeus. (...) Ainda que a itinerância exigisse apenas pequenos insumos de terra e ainda que a população que ela sustentava fosse limitada, em última instância, pelo surgimento de recursos não-agrícolas, durante longo tempo a lavoura foi capaz de reduzir grande parte da floresta a formações secundárias. Parece improvável que alguma parte das baixadas da Mata Atlântica localizadas em sítios adequados à lavoura tenha escapado de ser derrubada pelo menos uma vez durante essa fase de desenvolvimento cultural (Dean, 1996, p.46-57).

Por mais “arcaicas” ou “rudimentares” que se possam chamar as técnicas adotadas pelas populações nativas (e seus remanescentes ) que viveram na região até

o século XVII, os manejos então adotados alteraram e interferiram radicalmente na fauna, na flora e na paisagem locais (diga-se de passagem que, pelo menos aparentemente, com um grau de sustentabilidade que permitiu sua reprodução por mais de dois mil anos). Já naquele período, homens e mulheres modificaram, de alguma forma, composições vegetais através da agricultura baseada na coivara, alteraram qualitativa e quantitativamente a fauna através da caça, da coleta e da pesca, disseminaram espécies quando da época de seus deslocamentos, enfim, atuaram interferindo sobre a biodiversidade daquele ecossistema. Como lembra Vivan (1995, p.6),

No Brasil, a etnobiologia abriu um vasto campo na medida em que resgatou parte da cultura indígena, principalmente no tocante ao seu convívio com a diversidade biológica. Áreas inteiras que eram consideradas intocadas pela mão humana foram, na verdade, utilizadas por mais de 4 mil anos por culturas cujo legado é ainda parcamente conhecido. (...) eles utilizavam manejo de sucessão vegetal, transplante de mudas, formação de áreas de caça e de concentração de recursos, apicultura e outras atividades que permitiram a gerações sucessivas a satisfação de suas necessidades de transporte, vestuário, habitação, alimentação, lazer, amor e arte, sem nenhum prejuízo à diversidade biológica ou à auto-regulação dos ecossistemas.

Indo-se ainda mais além, o que dizer, então, dos efeitos sobre o meio ambiente relacionados ao próprio desenvolvimento cultural daqueles povos? O que dizer, por exemplo, sobre as conseqüências, para os ecossistemas de então, das atividades relacionadas à confecção de objetos de uso pessoal e coletivo como as habitações, as cerâmicas, a tecelagem e vários tipos de armamentos, sendo estes últimos resultado da retirada, para sua fabricação, de grandes quantidades de pedras da encosta da serra e de seixos dos rios que correm nos vales?<sup>128</sup>. Mesmo que a escala de produção fosse reduzida, o desenvolvimento destas atividades de exploração, somado às formas de apropriação ligadas à agricultura de queimada e a caça, pesca e coleta, se pensadas em termos do tempo que perduraram, devem ter implicado conseqüências importantes (e, por que não dizer, intensivas) sobre o ambiente local.

---

<sup>128</sup> A bibliografia aponta para a existência e a fabricação de uma grande variedade de outros tipos de instrumentos, tais como: pedras em sulcos e escavações em uma das faces; pedras de fazer fogo em giro; pedras de amolar; machados de pedra do tipo cunha; machados polidos utilizados na agricultura; machados de pedra lascada; mãos de pilão para esmagar mandioca; lascas de pedra utilizadas como facas; e arco e flechas utilizados tanto na caça como para a defesa das aldeias.

Além disso, a própria organização econômica, social e política destes agrupamentos humanos supunha a existência, também, de relações de intercâmbio entre aldeias e entre diferentes tribos. Foi assim que todo um sistema de trocas e de comércio entre Arachãs e Carijós, e também entre esses dois grupos e os demais grupos de Guaranis que viviam nas Encostas da Serra e na região de Cima da Serra pôde se desenvolver<sup>129</sup>. Contudo, para que estas relações comerciais pudessem se realizar, largos caminhos precisaram ser abertos unindo e interligando as aldeias no litoral e estas com as que se encontravam no interior. Serão justamente estas picadas que, posteriormente, segundo sugere Araújo, Neetzow e Soares (1999, p.41), servirão de auxílio para a *“definição dos caminhos utilizados pelos tropeiros durante os séculos XVIII e XIX e pelos comerciantes de charque e mulas”*.

Indo nesta direção, outros autores reforçam estes indícios de antropização intensiva dos ecossistemas na região do Litoral Norte ao fazer referência à ampla reutilização destes caminhos pelos portugueses, concedendo até mesmo um papel decisivo no processo de “conquista” do Continente de São Pedro e que se seguiu à extinção-expulsão-escravização das populações locais. Sobre isto, Dean (1996), apesar de se referir ao caso particular da região sudeste, de certa forma também adere à hipótese de que a Mata Atlântica tenha sido muito modificada devido à abertura destes caminhos pelos indígenas:

Exploradores e missionários do século XVI raramente (...) relatam qualquer dificuldade em atravessá-la [a floresta] e diversos deles, despachados pelos primeiros expedicionários, penetraram centenas de quilômetros com aparente facilidade. Evidentemente, seguiam uma rede de trilhas, cujos traços desapareceram. (...) Não seriam esses ‘peabirus’ passagens por uma paisagem natural já muito modificada? Uma outra evidência: entre os primeiros títulos de doação de terras na área do Rio de Janeiro, que datam de 1590, quase todos descrevem as áreas doadas como ‘matos maninhos’, aparentemente de crescimento secundário; poucos se referem a ‘matos verdadeiros’ - evidentemente uma transliteração do tupi caá-etê (Dean, 1996, p.53).

Já Parmagnani (1999, p.356), traz esta análise para o caso do Litoral Norte, sugerindo que, da mesma forma que Dean,

---

<sup>129</sup> Como os Arachãs possuíam o conhecimento para tecer a fibra do algodão, este era o principal produto de troca com as demais aldeias. Além do fio, os Arachãs trocavam, principalmente com os Carijós, tipóias de algodão, redes, peles, arcos e flechas. Os Carijós, por sua vez, trocavam estes produtos com os Arachãs por conchas marinhas retiradas das praias e beira de rios. (Muri, 1994)

foi somente na segunda metade do século XVIII que iniciaram as entradas dos lagunistas no Rio Grande do Sul. Mas as primeiras entradas eram as trilhas percorridas pelos índios. Os primeiros brancos que vieram para o sul seguiam rotas indefinidas que, com o tempo, se tornaram estradas. Importante também foi a contribuição do gado chimarrão que, embrenhando-se no mato, abria caminhos seguidos depois pelos vaqueiros.

Seguindo a mesma linha, Ruschel (1992, p.215), também se referindo ao Litoral Norte, corrobora estas afirmações de forma ainda mais taxativa:

(...) há que se levar em conta um desdobramento fundamental: a enorme importância do indígena na abertura dos caminhos. Trata-se de quase um ‘axioma histórico’, construído através do exame dos inúmeros documentos das primeiras centúrias depois de 1500. Essa regra assim poderia ser formulada: ‘pelo menos até 1750, toda e qualquer incursão de brancos para zonas desconhecidas ou pouco conhecidas do Brasil foi sempre orientada por guias índios. Temos razões de sobejo para tomar esta proposição em termos absolutos.

Todos estes fatos reforçam a idéia de que, por mais que se possam encontrar, hoje, espaços que apresentem um aspecto quase “intocado” e “selvagem”, isto não significa que, anteriormente, estes mesmos ecossistemas (nas suas formas passadas) não tenham sofrido alguma intervenção através da ação humana. Como salienta Diegues (1996, p.13), *“a natureza em ‘estado puro’ não existe, e as ‘regiões naturais’ apontadas pelos biogeógrafos usualmente correspondem a áreas extensivamente manipuladas pelo homem”*. Em termos atuais, isto representa a desmistificação de idéias baseadas em uma concepção demasiado ecocêntrica-romântica do meio ambiente. Quer dizer, o “paraíso perdido” está definitivamente perdido e não há volta possível, pois o ser humano já “esteve lá”, tocou-o, degustou seus frutos e o subverteu com suas variadas formas de artificialização do meio. No caso do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, apesar destas concepções serem minoritárias e já bastante flexibilizadas pela própria prática diária que se apresenta aos novos agentes sociais, permanece ainda vivo um tipo de pensamento que vincula a preservação do meio ambiente a esta “intocabilidade”. Vale salientar, aqui, os dizeres de um dos mediadores sociais diretamente vinculado às questões ambientais:

Eu me considero uma defensora da natureza, eu acho que a defesa da natureza tá diante do poder que o homem adquiriu e se autoconferiu né?, este poder, porque este poder não existe, este poder o homem se autoconferiu o poder de fazer tudo isto que esta fazendo, certo. (...) Mas eu não sei se hoje não é impossível né?, eu não sou mais a defensora do mito da natureza intocada, embora eu acredite que tem que ter áreas no planeta que o homem não tem

que estar presente; é isto e uma grande divergência minha por exemplo com os antropólogos, eles não admitem isto por formação, só que eu admito isto que tem que ter áreas intocáveis.

Finalmente, como se pôde observar, foi o tipo de estrutura organizacional destes povos ameríndios que habitaram o Litoral Norte que caracterizou a forma de apropriação do meio ambiente e dos recursos naturais até antes da chegada dos colonizadores portugueses. Todavia, já na segunda metade do século XVII, poucos grupos indígenas podiam ser ainda encontrados na costa do Rio Grande do Sul. Como relata Martins (1999, p.101) sobre este processo no Litoral Norte:

No começo (...) tudo era mato, onde viviam somente índios e animais selvagens. Os índios usufruíam de fartura, de caça, pesca e pequenas roças para o seu sustento. Faziam suas festas e cultivavam suas tradições. Com o passar do tempo apareceram os moradores brancos. Os confrontos tornaram-se constantes. Os índios armavam-se à sua maneira, e os brancos, com suas estratégias, conseguiam vencê-los no confronto ou afugentá-los. Assim, o que ficou dos índios que aqui viveram? Apenas vestígios que foram achados mais tarde por outros moradores que aqui chegaram, hoje objeto de estudo dos arqueólogos.

Entretanto, por trás deste processo, encontra-se todo um fenômeno de consolidação do desenvolvimento mercantilista português ao qual o Brasil estava então atrelado. É dentro deste contexto que se pode explicar o porquê da intensificação e generalização do processo de aprisionamento e extermínio das populações indígenas (conhecido como *bandeiras*) imposto pelos portugueses. Aos antigos habitantes da *terra brasilis*, estava já reservado, se não a morte, um lugar como mão-de-obra escrava nas lavouras de cana-de-açúcar e, posteriormente, nas minas de ouro do centro do país. Como denuncia Dean (1996 p.59),

Esse evento memorável da história da humanidade - o fim de milênios de separação entre os dois maiores contingentes de população da espécie - foi também o mais trágico. As crônicas das descobertas, mais do que as de qualquer outro capítulo da história escrita, são de um irrealismo assustador. Incapazes de compreender intelectualmente a magnitude de sua descoberta, os portugueses tropeçaram em um meio continente, movidos por cobiça e virtude, sem se deixarem levar por compaixão ou mesmo por curiosidade. (...) Produziram tamanha devastação entre seus irmãos que, no prazo de um século, quase todos aqueles com quem haviam se deparado estavam mortos e suas sociedades em ruínas.

Tendo em vista, portanto, a intensidade do processo de escravização, expulsão e eliminação das populações indígenas, os primeiros colonizadores lagunistas e açorianos que aqui chegaram posteriormente, praticamente não

encontraram mais a presença destes grupos, pelo menos de forma permanente. Contudo, mesmo com o desaparecimento destas sociedades, outros grupos continuaram a visitar a região. Os Guaranis de Cima da Serra e de outros locais do Estado permaneceram descendo (por uma série de razões, entre elas, a busca do ideal cosmológico de uma nova *terra sem males*), de tempos em tempos, a Serra do Umbu e a Serra do Pinto em direção ao mar. Esta “semi-permanência” (ou talvez se deveria dizer “semi-ausência”) é descrita por vários autores que constataram a luta das populações indígenas para permanecerem na região:

no limiar da história brasileira, começos do século XVII, tem-se notícia da presença de índios da etnia Guarani, parcialidades Carijó (Carijós) e Arachã, na planície litorânea e na encosta da serra. Esses povoadores desapareceram da região antes de 1650, seja por captura como escravos, ou por atração dos jesuítas portugueses para suas aldeias no Rio de Janeiro e São Paulo, ou por evacuação (fuga) para o centro do estado do Rio Grande do Sul, ou por dizimação por moléstias contagiosas (sobretudo sarampo e varíola) trazidas pelos brancos. Nos inícios do século XIX, porém, há notícias da presença de outros índios, Botocudos e Bugres, provavelmente da etnia Caingang. Estes apareciam na Mata Atlântica, no ambiente da encosta, o que sugere que tenham descido do Planalto pelos vales, para ocupar as terras abandonadas pelos Guaranis (Ruschel, 1999, p.435) .

Outro relato, colhido diretamente junto a um informante indígena que viveu no Litoral Norte no século XIX, conta de forma bastante ilustrativa um exemplo de como foi o processo de expulsão das populações indígenas do Litoral Norte e, mais do que isto, deixa claro o fato de que os índios continuaram, como no passado, a antropizar o meio por onde passavam:

Isto aconteceu em 1938. (...) Lá em Erechim tinha encontrado com os índios. Nessa conversa o Cacique Doble ficou sabendo que Gustavo Luiz Inácio era natural de Três Pinheiros. Então o Cacique Doble falou que tinha morado nos fundos de Três Pinheiros. O que mais emocionava Gustavo Luiz Inácio é que o Cacique Doble falava, por exemplo: ‘aquelas limeiras lá no fundo dos Três Pinheiros foi nós que plantamos’ e realmente as limeiras existiam.. Cacique Doble contou também como foi a expulsão deles de Três Pinheiros. Afirmou que tinham sido expulsos pelos tais de ‘Marques brabos’. O Cacique Doble falava: ‘eles não deixavam nós ir dormir, depois entravam em nossas casas e cortavam nossas armas. Em seguida começavam a bater em nós. A gente corria em direção às nossas armas que estavam estragadas. A gente ficava sem defesa e o recurso era fugir’ (...). Na região, é muito comum ouvir-se alguém falar que o avô ou bisavô do fulano ‘foi pego a cachorro no mato’ (Matos, 1999, p.97).

Coincidência com o que aconteceu e acontece ainda nas atuais fronteiras agrícolas do norte do país onde as disputas entre indígenas e os “neoconquistadores”

de hoje (fazendeiros, pecuaristas, posseiros, grileiros, garimpeiros e demais “degradados” da sociedade capitalista) repetem tais situações?<sup>130</sup>

Entrementes as pressões às quais estas populações foram (e ainda são, em parte) submetidas para abandonar a região, é interessante notar que, mesmo que os “atrativos” agora fossem outros, este processo migratório continuou e continua ocorrendo. Exemplo disso é o fato de que, nesta região do estado, localiza-se uma das mais importantes aglomerações de remanescentes indígenas (Ferreira, 1998). Neste sentido, além, obviamente, dos aspectos culturais, religiosos e simbólicos (como, por exemplo, a busca da *Terra sem mal*<sup>131</sup>), ainda fortemente presentes nas cosmovisões destes povos remanescentes, um outro fator, econômico, também colabora para a permanência dos Guaranis, especificamente no caso do agro-ecossistema da bacia do Rio Maquiné. Isto porque estes indivíduos mantêm, na região, atividades como venda da força de trabalho para os agricultores (geralmente olericultores); comercialização de artesanato (principalmente na beira das estradas locais ou ainda nas praias e ao largo da BR101); coleta de matéria-prima para fabricação destes objetos; prestação de outros tipos de serviços nas cidades próximas; isto sem falar na busca dos atrativos do mundo ocidental como o álcool e outras “comodidades” contemporâneas.

No entanto, o que esta situação demonstra não é tanto as condições precárias destas populações, mas sim a contradição estabelecida (tal qual como irá ocorrer, no caso da *agricultura tradicional-colonial*, por volta da segunda metade do século XX) pela imposição de uma cultura, de um modo de vida, sobre outro. Infelizmente, não será possível aprofundar todas as múltiplas dimensões que envolveram este processo de encontro (ou, talvez, seria mais correto dizer, de confronto) de alteridades. Ainda assim, ao estudar ambas as sociedades, fica quase obrigatório atentar para esta confrontação cultural no que ela representou em termos de formação do *habitus* relacionado a problemática ambiental no agro-ecossistema da bacia do Rio Maquiné. Sem grandes pretensões, é verdade, isto talvez mostre uma pequena “*janela através*

---

<sup>130</sup> Sobre este fenômeno, ver Martins (1997a).

<sup>131</sup> Segundo Ferreira (2001, p.46), “a *Terra sem Mal* é o destino da pessoa Guarani: seja através da ascensão, quando o corpo é levado junto ao espírito divino, para habitar no paraíso; seja através da morte que, ao dispersar a pessoa, libera a alma de origem divina para retornar ao paraíso divino de onde veio, lugar onde habitará com os deuses compartilhando de sua condição imortal.”



*da qual podemos perceber outras relações possíveis entre ‘o mundo das coisas em si’ e o mundo dos ‘homens entre eles’”* (Schmitt e Carvalho, 2000, p.2).

Como consequência disso, portanto, vale empreender uma última pequena fuga comparativa entre o ontem e o agora que marcaram aquela região. No estudo proposto (em que se pretende focar principalmente os aspectos ambientais), um fato importante a ser resgatado é que, após terem-se praticamente dizimado os modos de vida dos povos que habitaram anteriormente o Litoral Norte e, como consequência, imposto um modelo totalmente diferente de apropriação do meio natural, começa-se, nos últimos vinte anos, a se perceber também localmente as arbitrariedades e os limites que este padrão de ocupação impôs. A lógica trazida pelos herdeiros neoeuropeus detentores de um tipo de pensamento *protopositivista*, que vê o meio ambiente como mero recurso a ser inapelavelmente consumido (recurso que, num certo momento da história, incluía as populações indígenas e africanas), parece não encontrar mais, para a população do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, o mesmo eco brandido pelos seus antecessores. De certa forma, volta-se ao passado. Os vencedores, em um atestado de *mea culpa*, querem agora “proteger a natureza”. Para isto, procuram recorrer também a práticas adotadas há muito pelas populações indígenas de outrora. Sob este ponto de vista, seus comportamentos ditos “atrasados” adquirem uma conotação positiva, associada à idéia de que suas atitudes para com a natureza seriam mais “harmoniosas”.

O paradoxo desta situação é que se precisou de quinhentos anos de descobrimento geográfico para se fazer também um descobrimento “humano”, ou, dito de outra forma, para valorizar as potencialidades destas populações e perceber que suas ações sobre o meio ambiente podem ser, por vezes, mais “civilizadas” e mais “racionalis” que as práticas adotadas pela sociedade ocidental contemporânea. Mais do que isto, do ponto de vista ambiental, é de se perguntar se os modos de vida destes remanescentes indígenas não apresentariam também conhecimentos talvez até mais apropriados (ou mais “sustentáveis”, para usar um termo bastante atual<sup>132</sup>) do que o conhecimento instrumental produzido pelo meio científico ? Não seria um fato

---

<sup>132</sup> A utilização desta expressão não tem a finalidade de privilegiar esta ou aquela concepção do termo, mas sim de apresentar as sociedades *tradicionais* também como detentoras de potenciais conhecimentos passíveis de serem incorporados à noção de sustentabilidade.

a se considerar que seus antecessores conseguiram manejar o meio ambiente e seus “recursos” de maneira eficaz e relativamente sustentável por pelo menos 2000 anos?

Pensando-se desta maneira, a busca por estes conhecimentos não seria uma questão apenas de resgate histórico, mas também de construção de novas formas de relacionamento homem-natureza. Como alerta Diegues (1996, p.65), *“o simbolismo e as representações que os povos primitivos ou pré-industriais fazem da natureza constituem, segundo Lévi-Strauss (1989), uma verdadeira ciência do concreto, um verdadeiro tesouro de conhecimentos da botânica, da citologia, da farmacologia.”* O interessante, no caso do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, é que este processo de revalorização (desencadeado, tem-se que reconhecer, em grande medida pela disseminação de idéias surgidas no próprio processo de construção da problemática ambiental na região) tem encontrado solo fértil para se estabelecer, mesmo que, por vezes, de forma deturpada e não totalmente consciente. Isto parece ser válido inclusive para o caso de alguns agricultores que, embora apresentando uma visão demasiado idealizada e mítica, passam, agora, a valorizar parte dos legados destas culturas antigas e seus remanescentes:

O Luis veio do Paraná e pegô com os índios lá do Paraná, ele pegô com os índios a semente do milho ‘avatieté’, o milho Guarani; porque tem avatieté que é o milho comum mesmo, aquelas espiguinha pequena das quatro cor e tem o milho guarani que é já maior, as espigas maior. (...) Eles derrubavam e faziam a queimada e chegava um dia, chegava a época de plantar, eles vinha de manhã cedo pra roça, tomavam banho no rio, lavavam com água fria limpa as sementes e faziam fogo, tomavam o caá, que é o chimarrão, já pegavam as vez da volta já assava a batata que tava por ali, o aipim e fumavam o petaguá que era o fumo nativo e então cachimbavam a área pra espanta os espírito. Então quando o sol ia nascê eles pegavam uma forquilha fincavam bem no centro do maitã e marcavam leste onde ia sê a primeira linha de milho esse milho ia ser milho amarelo e a partir daquela linha começava a tê uma variação, do amarelo passava pro branco, do branco passava pro vermelho e do vermelho passava pro preto. E até a gente tava pensando que se tu olhá os povos assim na terra, eles também tão nessa direção, esses albino, branco lá no norte, tem gente pretinha aqui no sul, têm uns amarelo asiático e tem uns pele-vermelha. Então (...) vai essas linha plantada, na volta vai o girassol pra atraí os inseto, vai os amendoim, vai a batata-doce, o aipim. E hoje tu vê ali bem onde tava esse maitã por ali já tá sendo plantado de novo.

## **6.2 Em cena, os “conquistadores da natureza”**

Padre Alonzo olhou para o nascente e foi de repente tomado dum sentimento de apreensão. (...) Laguna, posto extremo dos domínios portugueses no sul do Brasil, estava separada da Colônia por uma vasta extensão de terras

desertas, cruzadas de raro em raro por grupos de vicentistas que, passando pela estrada por eles próprios rasgada através da Serra Geral, iam e vinham na sua faina de buscar ouro e prata, arrebanhar gado e cavalos selvagens, prear índios e emprenhar índias. (...) Alonzo olhava as bandas do nascente. Era de lá que no futuro havia de vir o perigo.

Érico Veríssimo, 1948<sup>133</sup>.

Por volta de 1600, irá se iniciar na costa gaúcha, de forma semelhante a outras regiões da Colônia, o chamado período “bandeirantista”. A marca principal deste processo será a busca dos portugueses pela implementação do sistema de “preamento” dos índios ao longo de todo o litoral brasileiro para, aprisionando-os, estabelecer um mercado escravista com as áreas produtoras-exportadoras da colônia. “Os bandeiras”, como eram chamados, na sua maioria provenientes da então Capitania de São Vicente (hoje São Paulo e Rio de Janeiro), estabeleciam feitorias ao longo do litoral (inicialmente em Laguna, Araranguá e Mampituba e, posteriormente, nas margens da Lagoa dos Patos, onde atracavam suas embarcações) de modo a servir como ponto inicial de contato com as populações nativas locais.

Neste processo, várias estratégias foram adotadas pelos “conquistadores”. Entre elas (além, é claro, da guerra e do confronto direto) estava a procura por estabelecer alianças junto às tribos menos hostis<sup>134</sup> visando, constantemente, potencializar e incitar confrontos entre estas e os grupos indígenas rivais. Entretanto, talvez a tática mais eficaz de eliminação dos indígenas tenha sido o que, a partir do século XX, passaria a ser chamado de “armas biológicas”. Quer dizer, já naquele tempo, este artifício de guerra, tão condenado nos dias de hoje, foi adotado através da constante exposição dos indígenas a doenças contagiosas veiculadas pelo branco (tão ou mais mortais para aqueles quanto, por exemplo, o Gás Mostarda ou ainda o contemporâneo vírus Antraz):

---

<sup>133</sup> Trecho retirado de “O Continente”, primeira parte da trilogia “O Tempo e o Vento” (Veríssimo, 1997, p.22).

<sup>134</sup> Sobre esta característica, ligada à hostilidade ou docilidade dos nativos, a literatura consultada parece apontar os Carijós como sendo os principais “aliados” dos portugueses no Litoral Norte, como pôde atestar, no ano de 1635, o padre e missionário jesuíta Inácio de Serqueira: “o índio desta nação

De todas as armas transportadas nas caravelas dos europeus, nenhuma foi tão eficaz quanto suas doenças para dobrar a resistência dos povos do Novo Mundo. Na verdade, a doença epidêmica é a chave para se compreender o curso do imperialismo europeu. (...) Transferidos para o outro lado do Atlântico, os microparasitas infecciosos do Velho Mundo atuaram com virulência renovada e aterrorizante. Toda a população nativa do Novo Mundo era extremamente suscetível e experimentou taxas de mortalidade que superavam em muito mesmo as piores pestes epidêmicas da Europa e da Ásia (Dean, 1996, p.79-80).

Longe de ser algo involuntário, este processo teve, em muitos casos uma intencionalidade, sendo usado como estratégia de guerra. Apesar da história contada pelos vencedores ter-se recusado, durante 400 anos, a admitir a evidente intencionalidade ou, o que dá no mesmo, a cruel indiferença daqueles que protagonizaram esta verdadeira “guerra bacteriológica” (assunto este, diga-se de passagem, de extrema importância para os ambientalistas contemporâneos), suas conseqüências são, nos dias de hoje, fatos inolvidáveis<sup>135</sup>. No entanto, o importante aqui é perceber que estes acontecimentos demonstram novamente, e mais uma vez, que mesmo aqueles “problemas ambientais” classificados pelos especialistas atuais como sendo essencialmente fruto do desenvolvimento tecnológico da sociedade capitalista-ocidental, já não eram novidade, pelo menos para os ameríndios que os enfrentaram, há no mínimo cinco séculos.

Obviamente, isto é válido para o caso do Litoral Norte do Estado, onde o processo de aprisionamento, mesmo que com certo atraso, também ocorreu. Todavia, o que está por trás disso é o fato de terem sido suprimidas, aos indígenas, as condições mínimas de manejo do ambiente em que viviam, o que determinou (além do assassinato propriamente dito) a desestruturação e eliminação dos sistemas agrícolas por eles utilizados para produzir alimentos. Isso sem contar a restrição ou diminuição do número de braços aptos a empreender caçadas ou escavar em busca de mandioca e outras fontes de alimentação. Neste sentido, outra conseqüência, talvez ainda mais terrível, foi que esta eliminação das condições de sobrevivência física (pelas guerras, escravidão e doenças) dos habitantes das aldeias levou-os, muitas vezes, a vender seus próprios filhos, seus parentes e até a si mesmos como escravos

---

*carijó é o melhor e o mais dócil de todas as demais nações do Brasil.*” (Leite, 1945 *apud* Neis, 1975, p.48).

<sup>135</sup> Sobre esta questão, uma perspectiva alternativa é apresentada por Dean (1996), o qual seguiu uma abordagem socioambiental muito interessante sobre este tema.

para os “bandeiras”. No caso do Litoral Norte, em um outro relato de 1635 feito por Inácio de Serqueira, este afirma:

São os carijós de sua natureza muito interesseiros, vício comum a todas as nações do Brasil, mas eles nisto excedem a todas, e a causa é trato que tem com os portugueses, que começando a comerciar com eles chegaram a tanto extremo na venda de si mesmos que por uma carapuça resgatou um português cinco carijós vendidos de seus mesmos naturaes. E outro português comprou três carijós por uma soalha de pandeiro (Leite, 1945 *apud* Neis, 1975, p.48).

Ainda sobre este assunto, uma outra importante “viagem inversa” necessita ser feita. No caso do Litoral Norte, tal qual em outras regiões que se encontravam sob o “teórico” domínio da coroa portuguesa, um interessante papel estratégico foi desempenhado pelos pajés e chefes tribais. Isto, porque, durante o período de aprisionamento dos índios, sua atuação (por que não dizer, de mediadores de então) acabou por facilitar o trabalho de escravização dos bandeirantes. Para que isso ocorresse, os portugueses souberam muito bem fazer uso de certos artifícios que, em um primeiro momento, poderiam parecer interessantes sob a ótica do nativo local. Como mostra Dean (1996, p.65), a presteza com que os índios

se engajaram no escambo com os europeus foi motivada em grande parte pelo desejo de poupar trabalho, expandir sua base de subsistência e evitar alguns dos perigos da floresta. As facas e machados de aço dos europeus eram ferramentas que reduziam em muito o seu trabalho, porque eliminavam a faina extenuante de lascar pedra e lavar madeira, e encurtavam em cerca de oito vezes o tempo gasto para derrubar árvores e esculpir canoas. Além disso, os anzóis de ferro inauguravam uma nova maneira de explorar os recursos alimentícios dos estuários.

Contando com esta estratégia de cooptação de parte das lideranças locais, em que a barganha, como visto acima, muitas vezes era feita através da oferta de implementos ligados à ampliação da capacidade de artificialização do meio, os portugueses conseguiam que alguns pajés atraíssem indivíduos de tribos vizinhas para os aprisionar e, posteriormente, trocar com os próprios bandeirantes. Embora este processo tenha iniciado e se intensificado no Litoral Norte do Estado mais de cem anos depois da chegada dos colonizadores lusitanos ao continente americano, suas conseqüências foram quase as mesmas do restante do país: a eliminação física ou expulsão da população nativa destes locais:

Dessa forma, a segunda invasão [européia] implicaria, mais cedo ou mais tarde, a substituição de um escambo aleatório entre uma população nativa desejosa de armas de ferro e disposta a saquear suas florestas em busca de estoques comercializáveis [neste caso, de seres humanos] e um bando embrutecido e ignorante de comerciantes clandestinos (Dean, 1996, p.71).

Porém, mais interessante do que as ambigüidades envolvendo lideranças indígenas no fenômeno de escravização dos seus conterrâneos americanos, é o fato de que este caso particular e aparentemente distante guarda semelhanças muito próximas com as estratégias utilizadas, por exemplo, pelos extensionistas rurais durante as décadas de 1960, 1970 e 1980 (e, em menor velocidade, nos dias atuais). Ou não é verdade que a atuação destes agentes, mesmo que de forma inconsciente ou involuntária (como deve ter sido para muitos soldados e padres da época do descobrimento)<sup>136</sup>, junto aos agricultores *tradicionais-coloniais* ocorria (e ocorre) mediante o oferecimento ostensivo de novos artefatos e técnicas (modernas), aparentemente “salvadoras” e estranhas aos olhos destes agentes? Neste sentido, guardadas obviamente as devidas diferenças em relação aos objetivos e resultados, o que distingue verdadeiramente um encontro na mata ocorrido há 300 ou 400 anos entre uma tribo indígena e bandeirantes portugueses (com suas facas e machados); e as reuniões e “dias de campo” entre *agricultores tradicionais* e extensionistas rurais (com suas novas técnicas, adubos e implementos agrícolas) durante o período da “Revolução Verde”?

Comparativamente, caso se for pensar apenas em termos de aumentos de rendimento e produtividade, não haveria grandes desproporções. Por exemplo, a utilização, para um índio Carijó do século XVIII, de um instrumento como o machado, certamente deveria representar um ganho (em produtividade do trabalho) muito semelhante à substituição, para um agricultor *tradicional-colonial*, de um

---

<sup>136</sup> Sobre isto, talvez seja interessante estabelecer um pequeno paralelo com a literatura. É certamente pouco provável que, por exemplo, em 1745, o Padre Alonzo, jesuíta descrito por Érico Veríssimo no seu romance “O Continente”, tenha vindo para as Missões com tais pretensões ou que este tenha tido consciência do que representava sua presença ali e/ou ainda do que iria acontecer com toda a população indígena do Continente de São Pedro. Contudo, é também interessante notar que estes fatos já podiam ser percebidos de outras maneiras, como no sonho inúmeras vezes repetido deste personagem, o qual já deixava no ar um sentimento de mal-estar pelo que viria a acontecer: “*são confusos, como quase todos os sonhos. Mas num ponto todos se parecem. É que de repente me vejo a correr por uma rua estreita, fugindo... Sinto-me perseguido e estou em agonia. Lembro-me vagamente de ter cometido um crime, mas não sei onde nem quando. Só sei que sou culpado e que por isso alguém me persegue.*” (Veríssimo, 1997, p.22).

arado puxado a boi por um trator, ou ainda de uma enxada manual por um herbicida de última geração. Em épocas diferentes, a adoção de ambos os tipos de artefatos representaram, tanto para os nativos no século XVII, como para os colonos maquinenses após a década de 1960 e 1970, uma drástica intensificação em relação à capacidade de transformação do meio.

Contudo, o que acontece é que, como já amplamente comprovado através de vários estudos produzidos sobre o assunto<sup>137</sup>, por trás dos aparentes resultados “positivos” destes instrumentos e técnicas inovadoras, prometidos pelos seus agentes propagadores, escondem-se conseqüências perversas que não puderam ser, em ambos os casos, inicialmente percebidas por estes dois grupos tão diferenciados e distantes. Enfim, como se vê, ainda que qualitativamente distintas, uma das conseqüências que estes encontros proporcionaram foi, de um lado, a expulsão (e a morte) dos índios e, de outro, o êxodo de muitos agricultores da terra onde viviam e produziam desde há muito tempo. Ou não foi isto que ocorreu com boa parte dos agricultores familiares que, segundo os extensionistas de então, apresentavam “reduzida capacidade de resposta” às inovações propostas durante todo o período de “modernização conservadora” da agricultura brasileira?<sup>138</sup> Neste sentido, pode-se perguntar, também, onde se encontra agora boa parte da população que vivia no meio “rural” de Maquiné vinte ou trinta anos atrás? Tal qual os indígenas dos séculos XVII e XVIII, estes também se perderam, só que agora no anonimato cultural da “modernização reflexiva” (Beck, 1997). Quer dizer, se uns foram escravizados nas fazendas de cana do período colonial, outros foram encarcerados nas favelas das cidades contemporâneas.

Mas, retornando ao século XVII, como conseqüência desse processo, os primeiros povoadores lagunistas e açorianos que mais tarde aqui chegaram, pouco encontraram da presença indígena na região, pelo menos de forma permanente<sup>139</sup>.

---

<sup>137</sup> Para uma análise deste fenômeno ver Martins (1981); Graziano da Silva (1981a e 1981b); D’Incaio e Melo (1975); e, Kageiama (1990). Especificamente quanto ao caso do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, as conseqüências deste fenômeno serão descritas logo a seguir.

<sup>138</sup> Sobre este tema, consultar Gerhardt e Almeida (1998); Caporal e Costabber (1994); Vieira (1997); Diesel (1993) e Schmitt (1995).

<sup>139</sup> Ressalta-se que algumas breves tentativas de aglutinar a população local da época foram feitas pelos jesuítas: “em 1617, os padres jesuítas João Fernandes Gato e João de Almeida, vindos do Rio, via Laguna, penetraram no Rio Grande na região de Torres e evangelizaram os Carijós e outros índios.” No caso dos Arachãs, Parmagnani (1999, p.356) afirma também que “entre 1617 e 1619,

Foi assim também que, em virtude da eliminação física e cultural dos Carijós, Arachãs e demais grupos indígenas, somado às peculiaridades geográficas do Litoral Norte, este espaço permaneceu praticamente “desabitado” durante mais de 150 anos (de 1600 a 1750), passando a ser visitado apenas esporadicamente por alguns grupos Guaranis, por tropeiros vindos de Laguna e São Paulo ou ainda pelas frotas e navios portugueses e espanhóis.

Neste processo, além da falta de interesse por parte da administração colonial e da coroa portuguesa, somam-se, mais uma vez, elementos físicos e geográficos, os quais, se não foram os únicos, tiveram um peso importante na desvalorização do Litoral Norte e, até mesmo, sobre a Capitania de São Pedro:

primeiro há o que é chamado de ‘isolamento geográfico do Rio Grande do Sul’, responsável por sermos ‘um todo separado do mundo pelos areais litorâneos, pelos rios, pelas serras e pelas selvas’. A natureza, ao mesmo tempo que nos premiou com um espaço físico dos mais favorecidos e benéficos às atividades humanas, também nos contemplou com uma posição de difícil acesso, ilhando-nos no Continente de São Pedro e fazendo com que este ficasse isolado do Brasil por dois séculos (Oliven, 1996, p.37).

Todavia e não obstante o determinismo geográfico deste autor, na realidade, o que está em jogo aqui é justamente a articulação entre elementos humanos e não-humanos ou, como sugere Schmitt (2001), “*entre processos ecológicos e processos sociais*”. Isto porque, no centro desta desqualificação da região meridional brasileira neste período não estão atuando nem somente os macro condicionantes externos (provenientes, por exemplo, da situação econômica da administração colonial da época), nem apenas os impeditivos de ordem física (como sugere Oliven, 1996). Em síntese, esta situação é fruto da articulação entre diferentes domínios (por exemplo, o tipo de organização social, o mercado, as instituições políticas e também os fatores físicos e biológicos envolvidos), cujas interações é que estarão provisória, mas constantemente, estabelecendo o tipo de relação existente entre os seres humanos e o ambiente que os cerca, entre os estancieiros, açorianos, descendentes de africanos ou indígenas e o ecossistema formado em torno da Mata Atlântica. Neste sentido, os processos biológicos, do mesmo modo que são objeto de intervenção humana,

---

*estes [jesuítas] conseguiram reunir mais de 1000 frecheiros (denominação dada principalmente aos Arachãs) em Tramandaí com o objetivo de aldeá-los numa atividade missioneira. No entanto, essa breve tentativa foi logo rechaçada” pelos portugueses vicentinos.*“



também intervêm, ainda que de uma forma não intencional, sobre a organização social e o processo de apropriação do meio. Como nos diz Schmitt (2001, p.186), “*na prática, cada um dos domínios anteriormente mencionados mobiliza tanto componentes sociais como componentes de natureza biológica e ecológica.*”

Ainda sobre esta situação de relativo esquecimento da região litorânea do Estado pelos portugueses, talvez tenha sido justamente este relativo “abandono” um dos elementos que se encontram na gênese local do mito criado sobre uma suposta condição “intocada” do vale do Rio Maquiné. Isto, porque, com a eliminação do principal agente transformador daquele ecossistema (os índios) e a não colonização imediata pelos seus sucessores, a Floresta Atlântica teve condições de novamente avançar e ocupar a quase totalidade da paisagem do Litoral Norte.

A Mata Atlântica, tendo sua população drasticamente reduzida em grande parte dos seus domínios, passou a uma fase em que diminuíram as necessidades e os anseios humanos. No curso do século XVII, porém, foi se tornando também uma realidade cada vez mais afastada do entendimento humano. (...) Uma vez retirados os indígenas de seus habitats, toda essa informação começou a se deteriorar, e a floresta se tornou estranha e carente de propósito (Dean, 1996, p.83).

Além disso, devido ao tipo de sistema produtivo que seria implementado logo a seguir pelos açorianos e neoportugueses<sup>140</sup> (o qual levava a uma conseqüente desvalorização das áreas de floresta), esta não-interferência humana se prolongou ainda mais, permitindo à Mata Atlântica preservar, até o último quarto do século XIX, aquela aparência de “terra de ninguém” posteriormente identificada pelos botânicos e naturalistas europeus do início desse século (como foi o caso do estudioso Francês Saint-Hilaire ao passar pelo Litoral Norte do Estado por volta do início do século XIX)<sup>141</sup>. Da mesma forma, essa carga histórica acabou ficando registrada na memória (no *habitus*) das pessoas que, posteriormente, viriam a compor o espaço social formado em torno do Litoral Norte, permitindo, assim, que outros “neonaturalistas” como, por exemplo, Lindeman (1974) e Rambo (1994),

<sup>140</sup> Esta designação é aqui utilizada para identificar os descendentes portugueses que acabaram se fixando no território gaúcho até antes da proclamação da Independência.

<sup>141</sup> Nos escritos deste botânico (vários deles editados já no século XIX), são várias as passagens e referências, apresentadas com riqueza de detalhes, sobre este aspecto “selvagem” e de intocabilidade humana da Mata Atlântica de um modo geral (sobre isto ver Saint-Hilaire, 1987)

pudessem expressar tal sentimento de contemplação, como nesta passagem de 1942 do Padre Balduino Rambo (1994, p.47/48) sobre a “paisagem do Litoral Norte”:

E é neste descanso estético do espírito entre o oceano e as serras continentais que se revela a última razão da beleza natural: o litoral rio-grandense. (...) Três são os elementos essenciais neste painel: o oceano, a planície e o talude do planalto. Nesta composição, a serra e o oceano formam o elemento épico; a planície, o elemento lírico: a epicidade da serra é sombria, combativa, trágica, lembrando as epopéias dos povos nórdicos; a epicidade do oceano é ridente, harmoniosa, alegremente aventureira; o lirismo da planície é forte, de cores bem definidas, de linhas nitidamente traçadas, de sentimentos classicamente objetivados, cópia dos cantos de coro nos dramas helênicos.

Na verdade, esta impressão quase edênica fusionada com a idéia de “natureza selvagem” sobre a floresta irá permanecer, embora muito subliminarmente, durante muito tempo, perpassando até mesmo o imaginário dos imigrantes (e também de seus descendentes) que lá chegaram no século XIX para fincar seus arados e suas roças. Apesar destes últimos promoverem uma ampla e intensiva alteração nos ecossistemas da região, esta exploração requisitou dos agricultores um verdadeiro “enfrentamento” no sentido de superar as dificuldades de se viver em um lugar como a floresta sub-tropical úmida. Conseqüentemente, viram-se também marcados pelas experiências a que foram submetidos junto à densa mata nativa atlântica.

No caso particular do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, este sentimento pôde ser cultivado de maneira ainda mais representativa, tendo em vista que o local foi um dos últimos vales da região a ser colonizado, permanecendo praticamente inabitado até a metade do século XIX: “*A colonização de Maquiné inicia-se por volta de 1840 com a chegada de Antônio Leandro Alves. (...) Quando Antônio aqui chegou encontrou, além da natureza intocada, apenas um morador solitário, provavelmente refugiado, (...) o qual retirou-se imediatamente para outro lugar ignorado*” (Dalpiaz, Folha de Maquiné, outubro, 2000, p.02). Soma-se a isso, o fato de que, apesar desta “tomada de posse”, a efetiva sublevação do ser humano sobre a selva somente iria acontecer no final daquele século, quando a maciça imigração italiana permitiu que fossem apropriados definitivamente os “recursos naturais” então disponíveis.

Nesse momento, pode-se perguntar o que fez com que estes locais ficassem “perdidos para a natureza” durante todo esse tempo? No centro da resposta a esta

indagação, encontram-se, sem dúvida, aspectos estruturais e que têm a ver tanto com a forma como se deu a colonização do Litoral Norte, como também, segundo já foi dito, com o tipo de inserção produtiva a que seus representantes ficaram atrelados até a metade do século XIX. Neste sentido, vale lembrar que, durante todo este período, a região esteve intimamente vinculada ao contexto político, econômico e militar do resto do país (em um primeiro momento) e da Província (em um segundo momento). Conseqüentemente, a forma como seriam explorados os recursos disponíveis deveria, segundo as determinações centrais, encaixar-se de acordo com este contexto. O resultado foi que, durante cerca de dois séculos, o sistema produtivo local permaneceu baseado majoritariamente em um tipo de organização ditada pela dinâmica social e econômica dada pelas necessidades impostas pelo dia-a-dia das estâncias. Se não vejamos: *“é comum a historiografia tradicional se referir ao território rio-grandense, nos primórdios da colonização ibérica, como ‘terra de ninguém’”* (Oliven, 1996, p.43). Como foi visto, entretanto, esta condição é muito mais fruto de um processo genocida aliado à incapacidade estrutural da administração colonial de promover um processo de colonização e das dificuldades ecológicas encontradas, do que do fato de aqui não haver representantes da espécie humana. É assim que se entende por que, até antes do último terço do século XVIII (época da criação da Capitania do Rio Grande de São Pedro), quando os portugueses começam a freqüentar mais assiduamente o Litoral Norte, qualquer presença humana deveria representar um “acontecimento” em termos regionais.

Porém, com o passar do tempo, estas explorações, principalmente por parte dos lagunistas e tropeiros paulistas, acabaram descobrindo grandes rebanhos de gado selvagem na região de Rio Grande, no Litoral Sul do estado:

a primeira etapa foi a das incursões de reconhecimento, feitas esporadicamente pelos portugueses a partir do descobrimento do Brasil, e com maior freqüência em fins do século 17 e no primeiro quartel do século 18 pelos lagunistas (...). Laguna fora povoada em 1684 como ponto de apoio à Colônia do Sacramento, e em conseqüência disso multiplicaram-se as incursões pelo Rio Grande (Neis, 1975 p.19).

Paulatinamente, começaram a ser estabelecidas invernadas ao longo de quase todo o litoral, desde Torres até São José do Norte, sendo estas destinadas ao abastecimento e ao comércio de carne com o centro do país (inicialmente para as

lavouras de cana em São Paulo e, mais tarde, devido à descoberta das jazidas de ouro, também para Minas Gerais) <sup>142</sup>. Aos poucos, os donos destas invernadas procuraram legitimar suas posses transferindo suas famílias para a região, sendo que, junto com eles, vieram também um grande número de escravos e tropeiros “*atraídos pela coqueluche da época, o comércio de gado e cavalos do Rio Grande para São Paulo e Minas Gerais*” (Neis, 1975, p.21). Neste sentido, como salienta Parmagnani (1999, p.357) sobre a colonização do Litoral Norte,

outro fator decisivo foi a entrada e a criação de gado (...). A exploração do gado vacum, cavalari e muar, obrigou a abrirem-se estradas. O centro do país, melhor dito, as Minas Gerais, necessitavam de transporte e abastecimento, recursos abundantes no sul. Teve início o tropeirismo. (...) Com isso, nas primeiras décadas do século XVIII houve um forte surto de tropeirismo e conseqüente abertura e fixação de roteiros e estradas.<sup>143</sup>

Na verdade, este “tropeirismo” marcou fundo a história da região, permanecendo vivo até mesmo na linguagem utilizada pela população local nos dias de hoje:

Quando ouço alguém falar sobre idas e vindas ao nosso litoral, lembro-me sempre daqueles tropeiros que, partindo do Planalto Vacariano, iam até as ‘Torre’ (...). Eram conhecidos pela franqueza e espontaneidade de cada um, e pela vestimenta característica que portavam, além das mercadorias carregadas em suas bruacas, de onde se destacavam os queijos, que eram comercializados sempre em troca de açúcar mascavo, da aguardente e da rapadura (Duarte, 1999, p.363).

Sobre isto, é interessante notar que a palavra *tropeiro* (e suas derivações), apesar de adquirir, com o tempo, significados bem diferentes, preservou a indicação de uma pessoa desbravadora e que passa por uma série de dificuldades antes de chegar ao seu destino. Isto pode ser percebido na fala de boa parte dos agricultores mais antigos entrevistados, como, por exemplo, este agricultor-mediador:

<sup>142</sup> Invernada, no sul do Brasil, refere-se normalmente a um lugar (geralmente cercado por obstáculos naturais) rico em disponibilidade de pastagens para o gado e onde se encerram animais de criação para descansarem e recuperarem as forças ou para engordarem (no caso de novilhos). Os animais nestes locais, portanto, não precisam obrigatoriamente de um acompanhamento ou mesmo da presença humana para se desenvolverem, ou seja, quase não há necessidade de infra-estrutura (como, por exemplo, as disponibilizadas logo a seguir através da organização das fazendas).

<sup>143</sup> Sobre este processo, outro historiador (Maestri, 1993, p.27) afirma: “*com a descoberta das Minas Gerais, as vastas e, até então quase desprezadas terras do atual Rio Grande, começaram a valorizar-se. A mineração exigia carne para alimentar as escravarias e animais de carga e de transporte. (...) Quem conduzisse esses animais até os mercados do Brasil Central faria ótimos negócios. (...) Assim, as invernadas, currais e estâncias começaram a surgir no estado.*”

O meu pai existe ainda, está com 85 anos, meu pai era tropeiro de bruaca, tropeiro de bruaca quer dizer que ele tinha um terno de burros, mulas e saía daqui desta região pra São Francisco, Vacaria, Caxias do Sul e ficava mais de 40 dias sem voltar pra casa. Eles carregavam os burros né?, era cargueiro, então eram umas bruacas que chamavam de couro em cada lado, tipo uns pessoeiros, eles botavam os barris de vinho um em cada lado, então chamavam bruaca de couro. (Ele levava o quê?) Ele levava daqui cachaça, açúcar e trazia de lá queijo serrano e charque. (Isso em que época?) Isso deve fazer uns 45 anos, de 50 a 45 anos. (...) Viu que época difícil? Hoje a gente pára pra pensar, nós éramos uns quantos em casa. É verdade, não sei como ele conseguiu nos criar naquela época, hoje a gente vai em Caxias num dia e volta no outro, e ele saía por aí assim subindo a serra com burro, daí voltava quase que 40 dias depois. Sim, só para chegar lá já devia ser uma eternidade, deus o livre. Depois comprando e vendendo na estrada ia embora e voltava, tropeiro de bruaca, né?

E outro horticultor, também com idade avançada, disse:

A parte do meu avô, daí já abriram o comércio pra Taquara e abriram uma picada pra São Francisco onde hoje é a estrada do umbu, então vinha os comprador de rapadura, de açúcar e cachaça, vinham de tropa; então eles metiam esses saco de açúcar dentro das bruaca fechavam e iam embora; então ficavam até a madrugada contando causo, eles ali e nós empalhado fazia a rapadura e as vez não dava conta da carga porque vinha um e ia assim num certo tempo, vinha ai nos engenho, passava na colonada e aí encomendavam o produto né?, e aí a turma ia fazendo, aí quando isso ficava pronto, com uns dez quinze burro subiam a serra e levavam pra lá. Isso eu ajudei a fazer (E vocês se divertiam com isso?) Era melhor do que hoje, mas dez vez melhor; um ou outro sempre tinha uma gaita ou um violão, um pandeiro, uma coisa.

Portanto, se antes, no tempo das invernações, *tropeiro* era um termo pejorativo, usado para indicar aqueles indivíduos socialmente desqualificados, “*aventureiros paulistas desertores das tropas regulares que adotavam a vida rude dos coureadores e ladrões de gado, (...) vagabundos errantes e contrabandistas*” (Oliven, 1996, p.39), esta situação modificou-se radicalmente. Todavia, esta alteração semântica só foi possível de ser efetuada a partir da chegada de novos agentes (os imigrantes) na região, os quais recriaram, à sua maneira, uma nova figura: a do tropeiro que percorre os inóspitos caminhos e matas da Serra Geral para trocar e levar os produtos produzidos pelos colonos.

Porém, o que interessa perceber nisso tudo, é que, do mesmo modo como ocorre atualmente com vários outros elementos formadores do *habitus* dos agentes do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, a apropriação de significações não pode ser freada. Este processo, ao contrário, encontra-se constantemente amalgamando novas percepções sobre a realidade e que irão (re)formatar a *história incorporada* local. No caso da problemática ambiental, tal como no caso dos

imigrantes no século XIX, esta incorporação será radicalmente potencializada pela chegada de novos agentes sociais, detentores de um *capital social e cultural* amplamente diferenciado e apoiado em várias instituições da sociedade em geral<sup>144</sup>.

Digressões à parte, as incursões sobre o Litoral Norte continuaram extremamente precárias e irregulares, sendo apenas intensificadas a partir de 1750, quando a coroa portuguesa começou a demonstrar um interesse maior pela ocupação da região devido ao contexto de disputas por territórios (causadas muito devido às efêmeras e provisórias linhas de fronteira de então) entre Espanha e Portugal<sup>145</sup>. Outro aspecto significativo foi que, mais ou menos durante este período, ocorreu a abertura de um novo caminho que iria ligar Araranguá, em Santa Catarina, com a região do planalto e com o Rio da Prata, consolidando, assim, uma das mais importantes rotas entre Sacramento e o centro da Colônia portuguesa<sup>146</sup>. O surgimento desta estrada fez com que Laguna perdesse sua localização estratégica, o que acabou provocando o êxodo de boa parte da sua população, a qual viu, como uma das alternativas possíveis, a procura de novas terras descendo mais para o sul.

Da mesma forma, é por esta época também (1750) que os primeiros povoadores dos chamados “Campos de Viamão”, de origem açoriana, começam a fixar residência. Com isto, após o período das invernadas, sucedeu o efetivo estabelecimento das grandes estâncias como sendo a unidade de produção que permaneceria hegemônica no Estado até o século XIX. Quanto ao Litoral Norte, este processo de “latifundização” exacerbou-se ainda mais, chegando ao ponto de praticamente toda a sua extensão pertencer a um mesmo dono:

Em 1766 as quatro grandes sesmarias da costa nordeste do Rio Grande do Sul unificaram-se por compra. Constituiu-se, assim, o maior latifúndio jamais aqui formado, uma propriedade de uns 60 Km de comprimento que se espichava desde o atual Município de Imbé até o nosso

<sup>144</sup> Este assunto será tratado mais a fundo no capítulo 7.

<sup>145</sup> Sobre este papel concedido ao Litoral Norte no período entre 1808 a 1830, Targa (1996) afirma: “o cotidiano da população é revelado quando nos defrontamos com os mecanismos usados para a organização do espaço cujo objetivo era atender às necessidades decorrentes do conflito na Banda Oriental. (...) No período em estudo, a função desses habitantes era povoar determinados espaços estratégicos necessários ao sucesso dos empreendimentos bélicos do período.”

<sup>146</sup> Nessa época, eram três as vias possíveis para se cruzar o Estado: “pode-se pois dizer: 1º - que o ‘Caminho da Praia’ vindo da Colônia do Sacramento e indo até Araranguá (...); 2º - que a estrada que partia perto de Palmares do Sul chamada Estrada ‘Acima da Serra’ e que passava por Bom Jesus e descia até o Passo de Santa Vitória do Palmar no rio Pelotas; 3º - que a estrada dos jesuítas ou das Missões (...), se constituíam os três eixos viários mais importantes até o início do século XIX.” (Parmagnani, 1999, p.357).

Morro da Itapeva. (...) Sua sede tornou-se um dos pousos mais importantes para quem viajava pelo litoral, por situar-se a meio caminho entre as Guardas de Torres e de Tramandaí. Ali acamparam, por exemplo, os milhares de homens que sucessivamente vieram ao sul para combater os espanhóis. Provavelmente [o proprietário] Manoel Bento não chegou a morar nessa sede, deixando-a por conta dos escravos. (Palombini e Ruschel, 1999, p.58).

Repare-se, o autor, como outros historiadores também o fazem, sugere que o proprietário da fazenda não tenha lá morado, o que reforça mais uma vez a idéia de que a antropização dos ecossistemas locais deve ter tido uma baixa intensidade neste período. Além disso, embora esta estância tenha sido novamente repartida não muito tempo depois, será dentro deste contexto de acentuada concentração fundiária<sup>147</sup> que se dará, entre 1750 a 1826, o processo de fixação definitiva dos portugueses no Litoral Norte<sup>148</sup>.

Quanto aos elementos humanos que vieram a formatar, nesta época, o processo de colonização regional, pode-se dizer que duas direções foram seguidas, sendo estas compostas por quatro tipos de populações principais. Uma direção foi dada pelos açorianos que, recém-chegados aos “Campos de Viamão” (a partir de 1752), começaram a se estabelecer também no que hoje é o Litoral Norte<sup>149</sup>. A outra direção foi seguida pelos neoportugueses provenientes, na sua maioria, de São Paulo e Santa Catarina, sendo estes últimos cada vez mais pressionados pelo abandono em que se encontrava Laguna na época. Juntam-se a estas duas populações alguns índios “administrados” ou que ainda lutavam para ali permanecer e os escravos africanos, inicialmente trazidos para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar das estâncias, mas que, com a valorização das charqueadas protagonizada pela descoberta das Minas Gerais, viram-se também inseridos nas atividades de criação, tropeada e caça do gado campeiro ao redor das lagoas da região.

Aliás, sobre este último grupo em particular, pode-se dizer que o Litoral Norte do estado foi um dos primeiros locais do Rio Grande do Sul a ser colonizado

---

<sup>147</sup> Segundo apontam Neis (1975) e Soares e Purper (1985), praticamente todas as áreas no entorno desta fazenda (onde hoje ficam localizadas as cidades de Torres, Osório, Santo Antônio da Patrulha, Tramandaí, Viamão e Gravataí), com exceção das encostas da Serra Geral, foram ocupadas seguindo o mesmo esquema de concessão de sesmarias detendo extensas dimensões.

<sup>148</sup> Sobre isto, Ruschel (1999, p.436), afirma: “a ocupação do litoral começou no século XVIII, segunda metade, quando os lagunistas, açorianos, paulistas e outros portugueses obtiveram sesmarias ao longo da tradicional estrada Laguna - Rio Grande, que na porção setentrional do Quadrante Patruhense coincide com o eixo da atual Estrada do Mar.”

<sup>149</sup> Sobre isto, ver Neis (1975), Soares e Purper (1985) e Lipert (1991).

pelos povos escravizados de origem africana. Como afirma Maestri (1993, p.24), “os primeiros escravizados que se fixaram nos atuais territórios gaúchos fizeram-no quando do início da ocupação do litoral sulino, no alvorecer do século 18.” Além disso, o modo de exploração do meio adotado pelos estancieiros acabou por possibilitar uma maior (apesar de pequena) capacidade de diferenciação social no Litoral Norte, o que permitiu a alguns remanescentes africanos até mesmo adquirirem terras durante este período, como mostra este relato:

Bermira Eduvirges de Jesus veio como partilha de bens para Terra de Areia. O primeiro lugar em que morou foi na Costa do Espigão. Chegando aqui casou-se com um negro, também escravo, chamado Antônio da Silva. Com ele Bermira teve quatro filhos que não chegaram a ser escravos (...) Júlio Antônio da Silva, filho mais velho de Bermira, ficou conhecido como negro, dono de grande quantidade de terras. Conseguiu através de seu padrinho que lhe deu uma potranca, a qual vendeu e comprou um terreno de onde tirava o sustento da família e para comprar novas terras (Silva, 1999, p.173).

No futuro, esta peculiaridade será um dos componentes que irá permitir que fosse desenhada, no Litoral Norte, uma das maiores concentrações de remanescentes africanos do Rio Grande do Sul. Portanto, não é coincidência o fato de existirem ainda hoje fortes manifestações afro-culturais (como o Maçambique, por exemplo) em toda a região litorânea e, o que é mais importante neste caso, também na área de abrangência do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, onde localidades como a de “*Morro Alto, hoje distrito do Município de Maquiné, agrega a maior concentração de pretos e seus descendentes do Litoral Norte. (...) A presença dos escravos em Morro Alto está ligada aos canaviais e aos produtos derivados da cana, como cachaça, melado e rapadura.*” (Santos, 1999, p.473).

No que se refere aos sistemas produtivos propriamente ditos, estes acabaram se restringindo basicamente, durante mais de 100 anos, à criação de gado, à produção de cana-de-açúcar e a uma pequena agricultura açoriana baseada na venda de excedentes. No caso das estâncias, estas se formaram prioritariamente nas áreas mais propícias a instalação da pecuária extensiva. Os locais preferidos eram aqueles que apresentassem as melhores condições (iniciais) para a implementação das primeiras duas atividades acima referidas. Geralmente, as áreas que cumpriam estes requisitos eram aquelas que ficavam localizadas mais próximas às diversas lagoas (Quadros, Itapeva, Barros e Pinguela-Palmital-Malvas) da região, sendo geralmente as margens



orientais as principais a serem utilizadas. Já os agricultores açorianos e demais “posseiros” que por lá se fixaram plantavam preferencialmente na margem ocidental das lagoas, como pôde comprovar o próprio Saint Hilaire durante sua passagem pelo Litoral Norte em 1820,

Por esse negro, o sábio francês ficou sabendo que seu amo [um descendente de açorianos] tinha moradia principal e plantações do outro lado do lago, não tendo o sítio outra utilidade além da cria de gado nas pastagens vizinhas. Observa Saint-Hilaire que o mesmo se dá, ao que parece, com todos os agricultores da região; que plantavam na margem ocidental do lago coberta pela mata. (...). Partindo das observações de Saint-Hilaire, denota-se que a região já era habitada desde o início do século XVIII, com moradores praticando a agricultura na margem ocidental do lago e a pecuária na margem oriental (Lipert, 1991, p.49).

Esta relativa divisão, que permanecerá até os dias de hoje, devia-se ao fato da vegetação característica das áreas situadas entre as lagoas e o mar ser formada, basicamente, por campos onde predominavam gramíneas e ciperáceas (tiririca), vegetações arbustivas diversas, algumas poucas árvores de porte não muito elevado e áreas alagadas. Desta forma, estas formações vegetais permitiam o fácil estabelecimento das invernadas, diferentemente da margem ocidental, onde já havia vegetações mais características da floresta subtropical atlântica. Como consequência, ao redor dessas planícies litorâneas, compostas por uma vegetação rasteira não muito densa e por extensos banhados, instalaram-se as fazendas. Além disso, estas estâncias, onde quase tudo girava em torno da pecuária bovina e da plantação de cana, trouxeram consigo um modo de vida que acabou se perpetuando ao longo do tempo e sedimentando fortes raízes locais, como pôde perceber um geógrafo, natural da região:

Vivi minha infância e adolescência na propriedade dos meus pais num lugar chamado Banhado Grande à beira da lagoa dos Quadros. (...) A construção do imaginário dos pecuaristas parece refletir, na organização espacial no presente, um peso muito forte dos padrões culturais do passado. As mudanças, no processo da pecuária aconteceram, mas foram inexpressivas (Jacobs, 1999, p.117).

Quanto aos sistemas de cultivos adotados pelos açorianos, dispõem-se hoje de poucas informações, sabendo-se apenas que estes baseavam-se em uma agricultura visando, primeiro, à subsistência da família e, segundo, a eventuais trocas e vendas dos excedentes produzidos. Estes excedentes, aliás, foram de vital importância, pois,

primeiro, contribuíram para a consolidação da região como parte das terras pertencentes ao Estado brasileiro e, segundo, foram responsáveis pela própria manutenção e reprodução das estâncias através da garantia de uma relativa disponibilidade de alimentos. Além disso, outro produto relevante para estas famílias era a cana-de-açúcar, pois seus derivados (aguardente, rapadura, açúcar e a própria forragem, destinada à alimentação do gado) eram comercialmente bastante valorizados já naquela época. Como indica Monteiro (1999, p.453), *“a introdução da cana-de-açúcar no Rio Grande do sul acompanhou os açorianos vindos de Santa Catarina em meados do século XVIII, os quais situaram-se, a maioria, nos municípios do Litoral Norte de nosso Estado.”* (Monteiro 1999, p.453).

Além disso, a adoção desta planta não se restringiu apenas aos açorianos, mas foi também utilizada por parte dos estancieiros. Isto se devia, em grande medida, além das vantagens ecológicas locais, a sua importância econômica nos mercados nacional e mundial durante mais de dois séculos, como atesta Dean (1996, p.73/74):

de todos os produtos coloniais - isto é, aqueles plantados para render um excedente exportável para a metrópole - o mais valioso e viável era a cana-de-açúcar. (...) Essas espécies domesticadas trazidas para o Brasil foram plantadas em campos queimados, empregando-se quase as mesmas técnicas dos tupis. Embora a cana-de-açúcar tivesse de ser adubada na Madeira e em Santo Tomé, isso era desnecessário no Brasil, onde, em certos lugares, a cana poderia ser plantada ano após ano sem replantio. Além do mais, a chuva litorânea abundante evitava a cansativa irrigação. O mais importante é que as espécies introduzidas estavam livres de doenças e parasitas (Dean, 1996, p.73-74).

Na verdade, esta planta precursora e seus subprodutos permanecerão sendo um dos principais produtos cultivados pelos agricultores do Litoral Norte ao longo do tempo, o que vale também para os imigrantes europeus que vieram posteriormente aos açorianos e neoportugueses. Sobre a importância deste tipo de cultivo, existem ainda vários outros relatos de moradores antigos e mesmo de historiadores da região que apontam a cana-de-açúcar como sendo uma das primeiras espécies vegetais a serem plantadas inicialmente pelos agricultores que vieram a colonizar a região durante o século XIX, como é o caso de Barroso (1999, p.187): *“(...) foi, sem dúvida, a cana-de-açúcar a que veio dominar a produção das colônias, seguindo o exemplo dos agricultores de Torres, Conceição do Arroio e Santo Antônio da Patrulha”*.

Obviamente, isto se reflete até hoje, como mostra este relato de um bananicultor e criador de gado que mora próximo a região das lagoas:

(fala um pouco dos teus pais, sempre foram agricultores?) Meu pai foi basicamente criador, trabalhavam mais com gado, plantação menos, mas também plantava prá subsistência. sempre eles plantavam. mas na prainha sempre foi bastante gado e mesmo mais na encosta aqui do jaguarão, la pra direita do morro. na prainha aqui a agricultura era pequena agricultura.(teu pai veio da onde?) Meu pai é natural daqui, meu pai é decendente de portugueses, ele tá na sexta geração dos portugueses que veio dos parente do José Gomes de Almeida, que era um portugues que vei pra li. isso foi em 1814 e o pai é decendente. (deve ter conhecido os quadro?) Sim, os Quadros eram do outro lado da lagoa. (entao teu pai mexia mais com gado) É, mais a fonte de produção deles e ali na regio da prainha era cana de acucar, eles vieram pra li pra plantar cana, vieram varias familias e o meu avô, tinham engenho e tudo. mas o meu avô na época que trabalhava com cana de acucar, o pai disse que quando ele era novo tava entrando em decadêna a cachaça. (em que época?) Isso lá por 1930, 40, meu pai tá com 87 anos.

Entrementes a adoção conjunta desta planta, a estruturação agrícola, econômica e social dos açorianos mostrou-se totalmente distinta da dos estancieiros. Trazidos da ilha que lhes deu nome com o objetivo de gerar uma “economia” para os produtos locais e, com isso, consolidar o Rio Grande do Sul como parte das terras pertencentes à Coroa Portuguesa, estes precursores dos imigrantes alemães e italianos não tinham por hábito cultivar grandes extensões de terra, nem trabalhar unicamente com a pecuária. Além disso, apesar do esforço da administração colonial, as levas que para o Litoral Norte se deslocaram foram insuficientes para gerar um centro produtor e mesmo um mercado consumidor expressivo. Sobre isto, é preciso alertar para o fato de que o número e a frequência destas correntes colonizadoras foram limitados e irregulares. Para se ter uma idéia do pequeno povoamento da região, em 1780, as terras situadas entre Torres e Conceição do Arroio (que depois passou a se chamar Osório), possuíam “*um total de 417 pessoas, sendo 234 brancos, 25 índios e 158 pretos*” (Cardoso, 1962 *apud* Lipert, 1991, p.51), situação essa que, diga-se de passagem, não se alterou significativamente até a segunda metade do século seguinte.

Para complicar, esta condição era agravada devido ao fato do sistema produtivo das estâncias encontrar-se extremamente subordinado, pelas funções que desempenhava, ao contexto do sistema colonial português no Brasil. Com isso, as estruturas e formas de organização social e produtiva locais acabavam ficando vinculadas e dependentes das “vontades da coroa”, fazendo com que a produção

agropecuária desenvolvida fosse totalmente voltada para o suprimento das necessidades das regiões centrais. Como consequência, e apesar das especificidades do meio cultivado, tanto as relações de troca (com o centro do país), como a geração de excedentes (carne “viva” e charque ou cana-de-açúcar e, um pouco depois, derivados desta como aguardente e rapadura), a divisão do trabalho (ainda baseada na mão-de-obra escrava) e os instrumentos de produção, eram todos variáveis ditadas, em primeiro lugar, conforme as demandas do centro do país e, em segundo, da coroa portuguesa (lógica que permaneceu mesmo depois da declaração da Independência).

Sobre este papel coadjuvante, aqui cabe uma pequena citação de Dean, em que este comprova tal situação:

A Coroa decretou que as mulas não poderiam se reproduzidas ao norte do rio Iguaçu, de forma a reservar uma função econômica às capitanias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul que, caso contrário, ficariam desconectadas. Dali, os animais eram levados anualmente à feira de Sorocaba e, então, para o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Tantos decretos reais eram ignorados que é lícito indagar por que este foi obedecido. É bem provável que as capitanias do sul possuísem uma vantagem competitiva em suas vastas extensões de pastos nativos, o que pode ter oferecido pastagem a cavalos e jumentos, a qual era mais nutritiva que os campos próximos, do oeste de Minas Gerais e Goiás (Dean, 1996, p.222).

No entanto, o que se percebe aqui, mais uma vez, é a justaposição do ecológico às instâncias socioeconômicas e políticas. Quer dizer, a não-ocupação e exploração da zona de floresta pelos estancieiros não pode ser vista apenas como decorrente de uma incapacidade de intervenção destes devido aos condicionantes ambientais que então se apresentavam, mas também não pode ser compreendida unicamente como fruto do tipo de política adotada pela administração colonial ou da situação econômica em que se encontravam os estancieiros. Mais do que isto, esta não intervenção antrópica advém, ao mesmo tempo, dos ordenamentos institucionais gerados através do processo de produção e disseminação dos componentes culturais produzidos pela civilização humana, e também de uma “resposta” (não-intencional, é verdade) da própria floresta ao processo de organização social que então estava em vigor.

Como principal consequência de todo este quadro conjuntural referente às potenciais alterações provocadas no meio natural, advém uma quase que completa

desqualificação (tanto do seu uso como do seu significado em termos de representação simbólica) das áreas que estivessem cobertas com densa vegetação em detrimento dos locais mais facilmente manejáveis do ponto de vista do esforço humano:

O intento português de conquistar e transformar esse território e nele não sucumbir ou admitir sua rendição às culturas nativas evidencia-se no seu interesse limitado pela sua vegetação e vida animal. (...) Como conquistadores ficaram em grande parte imunes àquela curiosidade relativa ao mundo natural que, na época, despertava na Europa. (...) O efeito, todavia, foi o de diminuir o valor intrínseco da Mata Atlântica, impedir a domesticação das espécies selvagens que os povos nativos não se haviam dado o trabalho de cultivar (Dean, 1996, p.83).

Na verdade, é preciso reconhecer que foi justamente esta opção por um desenvolvimento atrelado às necessidades do centro do país, baseado na produção pecuária, somado às adversidades ecológicas apresentadas pelo ecossistema da Mata Atlântica, um dos maiores responsáveis pela manutenção e preservação de grande parte dos ecossistemas formadores da Mata Atlântica no Litoral Norte mais ou menos até o começo do século XX. Isto, porque, diferentemente do que estava acontecendo no centro do país, onde uma nascente burguesia agrária começava a se formar, permitindo que cidades como São Paulo, Ouro Preto e Rio de Janeiro se expandissem, no sul este processo ainda não ocorria. Como também mostrou muito a contento Dean (1996), o aumento populacional daquelas regiões acabava exercendo sobre o ambiente local (especialmente as regiões de floresta) uma forte pressão no sentido de uso dos recursos disponíveis. Quer dizer, o incentivo cada vez maior à produção exportadora, a qual demandava a utilização de extensas áreas para as lavouras (de cana e, mais tarde, de café e algodão); à extração do ouro, que causava uma ampla destruição do meio natural ao redor das minas devido ao sistema extrativo utilizado; ou à ampliação das fronteiras agrícolas devido à necessidade de se conseguir alimentar toda a população das cidades e fazendas, ou ainda pelo risco dos habitantes destas últimas serem presos por vadiagem ou, pior, para o recrutamento militar compulsório; todos estes elementos não estavam presentes no Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

O fato é que, mesmo tendo sido, em outras regiões do país, o sistema de criação de gado altamente perturbador do ponto de vista ambiental, devido a uma

espécie de permuta estabelecida entre a floresta e os campos ao redor das lagoas, a instalação deste modo de produção não alterou substancialmente o equilíbrio dos ecossistemas assentados na paisagem formada pelas encostas e vales da região. Com o baixo potencial de ocupação característico deste tipo de exploração (pois as fazendas eram relativamente extensas em termos de superfície total, pouco intensivas quanto ao uso de mão-de-obra e de terra e com baixa lotação de animais<sup>150</sup>), as florestas situadas ao longo da Serra Geral (onde estão localizados os nichos ecológicos mais ricos em termos de biodiversidade) não foram ocupadas, permanecendo, de certa forma, praticamente “invisíveis” para os estancieiros. Em última análise, estas condições agrícolas e agrárias apontam, como já foi dito, para uma das principais causas da manutenção, principalmente ao longo do século XIX, da floresta em um estado muito próximo daquilo que seria uma “natureza selvagem”. Mesmo que tenham sido provocados certos impactos ao ambiente local (por exemplo, com a extração de lenha para os engenhos de cana; a ação depredativa causada pelo eventual pisoteio de animais desgarrados; a abertura de caminhos e picadas na mata pelo próprio homem com vistas a estabelecer comércio com Vacaria e outras cidades da Serra; ou ainda através da pequena agricultura de subsistência açoriana nas bordas da floresta), estes não foram nem de longe comparáveis ao que ocorreria posteriormente, quando da instalação dos imigrantes no interior dos vales da região.

Por outro lado, isto não representa dizer que a utilização do sistema pecuário possa ser seguido como uma espécie de “referencial ecológico”. O que interessa constatar é que, por mais inadequadas que as estâncias possam ter sido em termos sociais, econômicos e políticos (além de carregar consigo toda uma lógica baseada em fortes relações de dominação representadas pela figura do estancieiro), esta forma de organização produtiva permitiu, durante muito tempo, manter preservada uma área expressiva do Litoral Norte e, como consequência, do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné<sup>151</sup>. Obviamente, é preciso também ponderar que, no caso dos

---

<sup>150</sup> O que determina uma “pressão de pastejo” (termo técnico usado para medir a intensidade e a interferência do gado sobre a vegetação) menos agressiva às condições ecológicas das pastagens nativas.

<sup>151</sup> Fenômeno este que ocorreu, em certa medida, também em outras regiões do Estado, pois, além dos aspectos produtivos precários já citados, não foram as áreas de florestas os locais prioritários onde se instalaram as fazendas no Rio Grande do Sul.

estancieiros, esta “preservação” teve um caráter basicamente involuntário e se deveu (além dos fatores externos) mais as suas limitações técnicas, de conhecimento e de capital, do que verdadeiramente a uma vontade consciente de não utilizar as áreas de floresta. Quer dizer, muito provavelmente, se esta ocupação tivesse ocorrido um pouco mais adiante (quando o desenvolvimento tecnológico permitisse baixar os custos e os riscos de tamanha investida), talvez o desenrolar dos fatos não viesse a se repetir da mesma maneira.

Isto pode ser comprovado através de situações bem contemporâneas como, por exemplo, quando se olha o fenômeno de consolidação, nas fronteiras agrícolas do centro-oeste e norte-nordeste do país, de um modelo de ocupação da terra baseado em grandes fazendas criadoras de gado e que está atualmente destruindo amplas áreas da floresta amazônica e do cerrado brasileiros. Nestes sistemas, de certa forma herdeiros dos grandes latifúndios dos séculos passados, são poucas as “virtudes” em termos de potencial de conservação e preservação ambiental<sup>152</sup>.

Além disso, esta situação coloca outras indagações que mereceriam, sem dúvida, uma análise mais profunda no futuro. Exemplo disso é o caso da região da campanha gaúcha, para a qual faz-se uso, hoje, do argumento de que o sistema de pecuária extensiva representa menos impactos ao meio ambiente local. Quer dizer, sustenta-se que este é um tipo de agro-eco-sistema que se destinaria “naturalmente” a este tipo de uso agrícola (como foi recentemente defendido por um ambientalista gaúcho de renome). Mas, cabe indagar se não seria este tipo de argumento a explicitação de uma visão saudosista sobre um passado que, meramente por contingências históricas e ecológicas, concedeu a este sistema um papel “preservacionista”? Se, por acaso, tivessem estes mesmos pecuaristas, condições econômicas de intensificar o uso dos recursos naturais de que dispõem (o que pode ser conseguido através da pesquisa científica, do desenvolvimento tecnológico e da disponibilização de crédito, por exemplo), eles permaneceriam seguindo este modelo quase extrativista de produção? Ou, como já ocorre atualmente na região de Alegrete, seguiriam adotando um sistema totalmente insustentável (do ponto de vista

---

<sup>152</sup> Sobre este processo, ver Martins (1997a).

da capacidade do uso da terra) e que degrada o meio ambiente a ponto daqueles ecossistemas se tornarem imensos areais?<sup>153</sup>

Pensando sob este ponto de vista, outra questão que esta situação suscita é o porquê de certas paisagens serem ecologicamente mais valorizadas do que outras. Neste sentido, não se deveria também promover a criação de “áreas protegidas” em ambientes menos “lindos”, menos “intocados” ou ainda menos biodiversos do que os ecossistemas florestais? Além da elevada biodiversidade existente, quais as demais diferenças entre um ecossistema como o da Campanha, por exemplo, em relação ao formado pela Mata Atlântica? Ambas as paisagens não formam ecossistemas únicos no mundo, esteticamente agradáveis aos olhos humanos e com potenciais pedagógicos interessantes? Aliás, por que deve haver esta prerrogativa de “beleza” para que um local ou uma região qualquer seja declarada apta a ser preservada? Por que este pré-requisito discriminatório? Neste particular, é interessante perceber que as áreas não tão “belas” do planeta são também locais habitados por seres vivos os mais diversos, os quais, se pudessem se comunicar, talvez pleiteassem a mesma salvaguarda dada pela humanidade aos “paraísos naturais” da Terra. A propósito destas indagações, talvez seja interessante uma reflexão feita por Larrère e Larrère (1997, p.1919), em que estes autores alertam para o fato de que

a natureza, que deste modo queremos proteger, é a terra e tudo o que nela cresce e vive. São também as águas continentais e oceânicas. É tudo o que pode depender, no sentido lato, de uma ‘geografia’, de uma descrição da terra, tudo aquilo que para a agronomia, a silvicultura, a botânica, a zoologia, a hidrobiologia, a ecologia, serviu de objeto de estudo. (...) [Mas também] é uma natureza já transformada pelo homem, uma natureza ‘antropizada’. (...) A divisão entre natureza e cultura torna-se menos clara: o que se protege é um objeto híbrido, e não se pode consegui-lo sem reinscrever o homem, as suas produções e as suas construções, na natureza.

De qualquer maneira, voltando novamente ao século XIX e, especificamente, ao caso da região onde hoje se encontra estruturado o agro-eco-sistema da bacia do

---

<sup>153</sup> Este processo de “arenização” (termo científico adotado para caracterizar tal fenômeno) e que ocorre bastante no sudoeste do Rio Grande do Sul, relaciona-se a um “*processo de retrabalhamento de depósitos arenosos pouco ou não consolidados, que acarreta nestas áreas uma dificuldade de fixação da cobertura vegetal, devido à intensa mobilidade dos sedimentos pela ação das águas e dos ventos. Consequentemente arenização indica uma área de degradação, relacionada ao clima úmido, em que a diminuição do potencial biológico não desemboca, em definitivo, em condições de tipo deserto. Ao, contrário, a dinâmica dos processos envolvidos nesta degradação dos solos é fundamentalmente derivada da abundância de água.*” (Suertegaray et. alli, 2001). Para uma análise sobre este fenômeno, consultar Verdum (2000).



Rio Maquiné, é difícil afirmar quais eram as condições em que, então, encontrava-se este ambiente em particular. Isto, porque, excetuando-se o caso dos locais próximos a Lagoa dos Quadros, quase não há referências (pelo menos na literatura a que se teve acesso) a respeito das áreas de floresta ocupadas pelos vales e encostas destas áreas. Certo é, no entanto, que esta região viu ocorrer um processo semelhante ao que acontecia em todo o Litoral Norte do estado. Quer dizer, a ocupação das terras seguiu o modelo de concessão e posterior instalação das sesmarias ao redor das lagoas e da formação das grandes estâncias exportadoras de gado para o centro do país. Neste contexto, todas as áreas localizadas em meio aos vales do Rio Maquiné e seus afluentes permaneceram praticamente “desabitadas” e apresentando uma vegetação nativa fortemente preservada. Somente por volta do final do século XIX, quando o sistema baseado nas grandes fazendas encontrava-se totalmente consolidado, começam a ocorrer modificações mais substanciais. Este fenômeno, iniciado a partir de 1810 com o estabelecimento efetivo dos açorianos (que propiciou já um aumento da população absoluta da região<sup>154</sup>) e o princípio do processo imigratório (com a chegada dos alemães já em 1826), irá desencadear um lento período de transição que perdurará até 1880 e culminará com uma transformação radical da paisagem local, dos processos produtivos, da lógica econômica e dos aspectos socioculturais da região.

### ***6.3 Processos de humanização e uma floresta que resiste***

A floresta é um lugar inóspito para o homem. Embora nicho de nossos ancestrais simiescos no passado, há muito fomos expulsos desse paraíso. Abrimos nosso caminho no seu chão tropeçando entre pernas de gigantes, com muito menor destreza que nos campos abertos. Emaranhados de raízes trepadeiras restringem nossos passos. Cipós, eriçados de espinhos, arranham nossos braços. (...) Ao longo dos riachos, é constante o assédio de legiões de carrapatos, pernilongos, mosquitos-pólvora (...). Centopéias, escorpiões e lagartas urticantes desafiam-nos a tocá-los. (...) Constantemente, a umidade cobre nosso corpo, condensando-se do úmido ar ambiente.

---

<sup>154</sup> Em 1814, somente a população de Conceição do Arroio (hoje município de Osório) já contava com aproximadamente 1648 pessoas (Cardoso, 1962 *apud* Lipert, 1991, p.51)

Precisamos carregar tanta água nesta selva empapada de água quanto levaríamos a um deserto.

Warren Dean, 1996, p.28-29.

Ainda por volta da segunda década de 1800, continuava havendo a necessidade de garantir o estabelecimento, através de Laguna, de um caminho efetivo que ligasse (não só física, mas também economicamente) o extremo sul ao resto do país. De certa forma, será a partir desta definição, tomada pelo Governo Federal, do Litoral Norte como sendo uma das áreas prioritárias no processo de colonização, que a região começará a assistir a um longo período de readequação dos componentes que marcavam até então a sua organização social, econômica e produtiva. Com isso, apenas dois anos após a chegada dos primeiros imigrantes ao Estado em 1824, e a conseqüente fundação da Colônia de São Leopoldo, chegam a Torres os primeiros alemães para se estabelecerem nas terras devolutas dos vales da Serra Geral (inicialmente divididas em áreas protestantes e católicas, como foi o caso, respectivamente, de Três Forquilhas e Dom Pedro de Alcântara):

O governador José Feliciano Fernandes Pinheiro (...) propugnou pela implantação destas colônias numa região de baixa densidade demográfica e de fundamental importância para a comunicação da Província com o resto do país. A vila de Torres era o único assentamento junto à divisa com Santa Catarina. Daí a sua importância para os viajantes que se dirigiam ao Desterro e a São Paulo dentro da precariedade da infra-estrutura da Província que obviamente se tornava mais séria à medida em que os locais se distanciavam da capital (...). Finalmente, em 24/09/1826, iniciou-se o deslocamento para aquele local. Segundo o relatório oficial, teriam chegado a Torres '184 indivíduos católicos romanos e 237 protestantes.' (Weimer, 1999, p.213).

Conforme Matos (1999, p.98), "*as primeiras atividades econômicas desses moradores eram: criação de porcos, plantação de milho, fabricação de cachaça e também existiam muitos barbaquás para o preparo da erva-mate*" (mistura essa que prosseguiria sendo adotada ainda por longa data na região). Quanto aos sistemas de cultivo utilizados, estes serão bastante semelhantes ao tipo de manejo usado posteriormente pelos imigrantes italianos, consistindo basicamente na agricultura de queimada realizada através de uma espécie de rodízio entre áreas com cultivo e áreas

com pousio<sup>155</sup>. Do mesmo modo, a ocupação (ou a tentativa de) dos vales formados entre as lagoas e as encostas da serra foi organizada a partir da linha dos rios que cortavam estas depressões. Isto pode ser visto através do caso particular da localidade de Três Pinheiros, onde, a partir de 1830, *“já na localização dos primeiros lotes aos imigrantes, foi tomado o rio como ponto inicial, tanto para a margem direita quanto para a esquerda. Todos os colonizadores receberam uma gleba de terras partindo da margem do rio”* (Ely, 1999, p.178)<sup>156</sup>. Neste vale, a distribuição das glebas de terra aos colonos foi semelhante à o que ocorreria quase 50 anos depois em todo o vale do Rio Maquiné, como foi, por exemplo, o caso de um dos agricultores entrevistados:

Em 1871, meu tataravô que veio de lá teve dois filho, um veio prá qui e outro ficou em Três Forquilhas. A minha bisavó veio da Alemanha com 12 anos, ela ficou órfã de pai e mãe e veio prá cá com um casal de alemão que não tinha filho, eles vieram de São Leopoldo e daí essa minha voinha veio pra Três Forquilhas e daí casou e de lá vieram prá qui. O meu bisavô comprou dessa cerquinha aqui na beira da estrada [que fica a poucos metros do rio], comprou umas 200 braças de terra, e que vai até lá em cima no morro.

Entretanto, é preciso ressaltar que a vinda dessas primeiras levas de imigrantes (que, também é necessário lembrar, não se instalaram no interior da bacia do Rio Maquiné, mas apenas nos vales vizinhos) não significou uma imediata alteração na dinâmica agrária regional ou ainda uma ruptura com a organização ecológica, social e produtiva no Litoral Norte. Os sistemas de produção adotados e o tipo de agricultura por eles praticado terminou não se consolidando no curto e médio prazos, o que só virá a ocorrer a partir da real ocupação das depressões e morros formados ao longo de todo o perfil da Serra Geral pelos imigrantes no final do século XIX:

Quanto ao período estudado [1826 a 1857], pode se afirmar, categoricamente que o papel das colônias alemãs (...) foi o de contribuir parcialmente para o povoamento do corredor que serviria de entrada inicial do Rio Grande do Sul e que, dada a repulsão litorânea, não favoreceu a fixação humana, barrando os colonos, ali situados, de exercerem o papel de atração e impulso econômico que lhes coubera exercer. (...) Com base nesta experiência

<sup>155</sup> Esta caracterização foi feita, em parte, já no início deste capítulo.

<sup>156</sup> Este aspecto de perfeita divisão dos lotes seguindo o curso dos rios e demais acidentes geográficos, parece destoar do que ocorreu em várias outras regiões, onde, conforme apontam Kliemann (1986) e Frosi e Mioranza (1975, p.39), *“as divisões eram feitas, em geral, sobre mapas, não respeitando acidentes geográficos.”*

pouco exitosa, somente na década de 80 [do século XIX] é que o primitivo território nordeste receberia outro incentivo de colonização estrangeira (Barroso, 1999, p.191).

Apesar de ocorrerem modificações, a vinda destes imigrantes não determinou uma mudança fundamental no sistema, então hegemônico, baseado na produção de cana-de-açúcar e na pecuária. A divisão social do trabalho, por exemplo, apesar de começar a ser modificada pelos colonos europeus através da estrutura familiar de produção, ainda continuaria fortemente dependente da mão-de-obra escrava. Mesmo com o desenvolvimento de novos mercados (Caxias do Sul, São Leopoldo, Porto Alegre e outras localidades), o comércio com o centro do país, agora no auge do ciclo do café, também permaneceu durante muito tempo ainda como o principal mercado para os produtos agropecuários (leia-se, carne e cana-de-açúcar) da região. O mesmo pode ser dito em relação à quantidade e ao tipo de excedentes agrícolas produzidos, pois, ainda que estes começassem a ser modificados, muito lentamente, tiveram a capacidade de superar em importância os excedentes das antigas sesmarias e fazendas ao redor das lagoas. Além disso, este processo de estagnação não foi um evento restrito a uma ou outra localidade, mas se espalhou por toda a meso-região litorânea e suas adjacências como, por exemplo, Santo Antônio da Patrulha, um pólo regional na época:

Dada a heterogeneidade geográfica e econômica do território e seus reflexos, mais a diretiva da política provincial, a vila permaneceu fechada em si mesma, e o município acabou situado como área isolada e secundária dentro do contexto evolutivo do Rio Grande do Sul, até às vésperas da proclamação da República. Dentro deste quadro de marginalização do município no século XIX, a política colonizadora representou um elemento novo que tentaria acudir e reorientar a área (Barroso, 1999, p.181).

Mas, pode-se perguntar, por que, como apontam vários outros historiadores e cronistas da época<sup>157</sup>, este início da colonização pelos imigrantes foi tão irregular e malsucedido em relação ao cumprimento dos objetivos governamentais? Por um lado, um elemento importante neste processo tem a ver novamente com as características, pode-se dizer, “naturais” dos locais cedidos aos agricultores, as quais, segundo as condições concretas disponíveis a estes colonos, apresentavam um

---

<sup>157</sup> Segundo Weimer (1999, p.215), “é lugar comum, dentro da historiografia teuto-rio-grandense, referir-se às colônias de Torres como sendo comunidades que passaram por enormes dificuldades devido ao seu isolamento.”

quadro impróprio e bastante insalubre à permanência humana. Ora, como já havia acontecido antes com os primeiros conquistadores neoeuropeus e, logo depois, com os vicentistas, lagunistas e açorianos que lá chegaram, mais uma vez o ecossistema da Mata Atlântica, pouco aprazível para os parâmetros humanos, impôs-se e resistiu à instalação efetiva dos novos habitantes. Aqui, vale lembrar a citação inicial de Dean (1996, p.28), de que *“a floresta é um lugar inóspito para o homem. Embora nicho de nossos ancestrais simiescos no passado, há muito fomos expulsos desse paraíso.”*

De outra parte, juntando-se a este contexto ecologicamente “desfavorável”, ainda contribuía o fato de haver uma clara inadequação dos recursos (em termos de tecnologia, capital, informação, etc.) disponíveis aos agricultores para levar adiante tal empreitada. Quer dizer, além dos desafios inerentes que envolveram todo o processo de instalação das famílias de agricultores em um ecossistema como a Floresta Sub-Tropical Atlântica, havia até então a enorme precariedade nas condições de comunicação com o resto da região, do estado e do país; o inexpressivo apoio governamental; a falta de instrumentos adequados à instalação e sobrevivência dos colonos e, obviamente, um ainda insuficiente conhecimento dos aspectos físicos e biológicos do novo ambiente onde estas famílias iriam se instalar (tais como tipo de fertilidade do solo, comportamento do clima, sementes, plantas e animais mais adaptados às condições locais, etc.) e que acabavam por prejudicar o sucesso dos sistemas de cultivo implantados. A tudo isso, somava-se o fato de que as áreas destinadas aos colonos situavam-se, na sua maioria, em locais de difícil acesso, com densa vegetação e quase sem nenhuma estrada ou caminho que ligasse seus lotes entre si e estes com as demais colônias alemãs (como a de São Leopoldo) ou cidades e vilas mais próximas<sup>158</sup>. Assim, contrariando as expectativas governamentais, muitas famílias acabaram não ocupando seus lotes ou abandonando suas terras e migrando para outras regiões, como indica Barroso (1999, p.186):

Os alemães chegaram em Torres em 17 de novembro de 1826. (...) Entretanto, muitos colonos enviados lá não permaneceram. Cessado o subsídio dois anos após a instalação,

---

<sup>158</sup> Bem diferentes eram as condições da colônia de São Leopoldo, a qual possuiu, desde o princípio, uma rápida e fácil comunicação com a capital da província através dos rios Sinos, Gravataí e Caí. Além disso, a proximidade com a bacia do Jacuí e suas boas condições de navegabilidade, permitia também o estabelecimento de rotas comerciais com boa parte do interior do estado.

muitos queriam de lá sair como de fato saíram. Por outro lado, mesmo com o subsídio, os dois primeiros anos foram de muita luta. Distribuídos os lotes, surgiu a falta de sementes e plantas. Enquanto isso, as opções alimentares oscilavam entre a caça e a coleta de banana e mandioca. A pesca foi outro alento, beneficiada pelo grande número de rios e lagoas nas proximidades do mar, este mais próximo da colônia de São Pedro.<sup>159,160</sup>

Mais uma vez, impeditivos de ordem ecológica irão responder à tentativa de deflagração de processos sociais inéditos relacionados, agora, à tentativa de ocupação da terra pelos colonos alemães<sup>161</sup>. Ou seja, a floresta, que conseguiu resistir bravamente às várias tentativas anteriores de devastação e de apropriação dos seus “recursos naturais”, de novo se mostrava presente. Sobre este aspecto, vale novamente outra comprovação de Barroso sobre a vinda dos primeiros imigrantes:

Entretanto, este ritmo era lento, frouxo e descompassado, visto as colônias estarem impedidas de progredir, de alterar positivamente o quadro econômico. (...) elas mesmas foram envolvidas pela tônica imperante da área, isto é, viram-se isoladas, marginalizadas, sem maiores possibilidades de escoamento de seus produtos agrícolas. (...) As colônias, além de estarem localizadas em posição longínqua da colônia mãe, como também afastadas da capital, viram-se encurraladas num verdadeiro corredor entre a serra e o mar, fechadas em si mesmas (Barroso, 1999, p.189).

No fundo, o que está por trás disso é o fato de que, ao pretender ser o “senhor” dos processos naturais, o próprio homem encontra-se necessariamente alterando a “sua natureza”. Sua memória se modifica, seus conhecimentos, sentimentos, sensações, história, enfim, sua visão de mundo acaba, de certa forma, incorporando aquilo que, intelectualmente, foi construído como algo que antes lhe parecia exterior. Se é verdade que, transcorrido apenas um segundo, um indivíduo qualquer já não é mais a mesma pessoa ou, parafraseando um pensador grego antigo, *“um homem nunca passa pelo mesmo rio duas vezes”*, isto não se deve apenas às relações sociais ou as suas experiências com os “outros”, mas também é devido às marcas indeléveis dos elementos “não-humanos” que a todo momento inter cruzam pelos caminhos desta mesma pessoa.

---

<sup>159</sup> Certamente o autor deve estar se referindo à colônia de Dom Pedro de Alcântara e não “São Pedro”, como está escrito.

<sup>160</sup> Aqui, um pequeno parêntese: será mera coincidência serem estas formas de apropriação muito semelhantes às adotadas pelas populações indígenas até dois séculos atrás?

<sup>161</sup> Cabe ressaltar que foram trazidas da Europa para a região não apenas famílias de origem germânica, pois a bibliografia consultada cita ainda a vinda de outras etnias, como poloneses e russos. Contudo, em termos representativos, estas levas foram quantitativamente muito inferiores se comparadas ao fluxo de indivíduos de origem alemã.

Entrementes estas considerações sejam demasiado “filosóficas”, o importante a reter aqui sobre esta verdadeira “guerra” deflagrada pelos imigrantes e vencida pela mata durante cerca de mais de meio século, é que este permanente embate entre os elementos humanos e não-humanos continuará servindo, posteriormente, como mais um dos ingredientes que irão contribuir para a consolidação de todo um imaginário local em que os últimos acabaram sendo estigmatizados como se fossem um “empecilho”, uma adversidade a ser vencida (um “entrave ao desenvolvimento”?).

Na verdade, esta situação de constante enfrentamento em que os agricultores se viram inseridos desde a sua chegada será um dos elementos formadores de um tipo de pensamento desqualificador do meio ambiente e que imputa ao meio natural a idéia de algo que “atrapalha”, que perturba as atividades dos agricultores. Em síntese, esta obrigatoriedade incessante de enfrentamento (que perdura até os dias de hoje) está na raiz e explica parte das concepções pejorativas encontradas nos discursos dos agentes sociais do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné sobre a floresta e mesmo sobre o meio ambiente como um todo. Sob este ponto de vista, a “natureza” é, muitas vezes, vista como algo bruto, indomado e ameaçador para o ser humano e que, por esta razão, necessita ser “dominada”, “controlada”, “civilizada”, “artificializada”, “humanizada”.

Além do mais, estes comportamentos encontravam-se em perfeita sintonia com uma série de idéias, muito em voga na Europa deste período, relacionadas a todo o processo de transição das sociedades feudais para a sociedade mercantil-capitalista (ocorrido durante os séculos XVIII e XIX) e que modificou radicalmente as concepções que regiam as relações entre homem e natureza. Neste sentido, um ponto-chave para compreender estas idéias reside na separação, já processada na Europa durante o século XVIII, do homem em relação à natureza. Sob este novo ponto de vista, o ser humano encontrar-se-ia teoricamente, fora do mundo natural. Na verdade, este último existiria apenas a partir da função que desempenhasse diante da espécie humana, perdendo, assim, toda e qualquer conotação que ligasse a “natureza” ao “sagrado”. Enfim, é a partir deste momento, portanto, que começa a ser moldada, definitivamente, na região, uma relação sujeito-homem / objeto-natureza, em que o primeiro detém a propriedade sobre o segundo e pode, desta

forma, legitimamente, estabelecer regras e valores para a utilização dos recursos naturais e tudo o mais que está além do limite físico-biológico humano<sup>162</sup>.

Do mesmo modo, não se pode esquecer que este período caracterizou-se, no Rio Grande do Sul, por ser responsável pela gestação das fortes influências das teorias evolucionistas darwinianas e que, futuramente, culminariam no surgimento de toda uma concepção *positivista*<sup>163</sup> sobre o meio ambiente no Estado. Entretanto, o que é importante notar, agora, é que esta analogia com o funcionamento dos sistemas biológicos determinou a possibilidade de uma série de ações do homem sobre a natureza e que acabaram se traduzindo nas principais idéias que irão inspirar todo pensamento moderno a partir daí. Em vista disso, independentemente dos efeitos que estes usos possam ocasionar, também o meio ambiente principia a ser transformado em objeto, mero armazenador de “recursos” disponíveis para serem utilizados pelo ser humano.

Foi também deste momento em diante, que começou a emergir no seio da intelectualidade gaúcha e nos meios políticos estaduais, uma forma de pensamento baseada na noção de *progresso*, cujo “receituário” seria visto mais adiante como uma forma de resolver os problemas (não só ambientais, mas econômicos, políticos e sociais) que então estavam começando a surgir. decorrentes do estabelecimento de um novo modelo capitalista de produção no país. Este mito do *progresso* (e do crescimento ilimitado e linear), associado à idéia de natureza como um recurso a ser explorado, intensificou as ações e concepções sobre o meio ambiente tomadas no sentido de “conquistar” seus recursos e de “domesticar” os processos ecológicos envolvidos.

---

<sup>162</sup> Também um outro tipo de relação semelhante se estabelece na própria relação dos homens com os próprios homens: Segundo Gonçalves (1998, p.26), “a natureza é, em nossa sociedade, um objeto a ser dominado por um sujeito, o homem, muito embora saibamos que nem todos os homens são proprietários da natureza. Assim, são alguns poucos homens que dela verdadeiramente se apropriam. A grande maioria dos homens não passa, eles também, de objeto que pode até ser descartado”.

<sup>163</sup> Sobre este positivismo comtiniano, Bellomo (1999, p.326) traz uma definição interessante: “de acordo com o pensamento de Comte, a humanidade está em permanente evolução em direção ao progresso, mas dentro da ordem pré-estabelecida. A ordem é a harmonia entre as diversas condições da existência e o progresso é visto como o desenvolvimento ordenado da sociedade, de acordo com as leis sociais naturais. Portanto, tudo que altere a ordem é considerado como negativo e, por isso, o positivismo é anti-revolucionário. O progresso é visto como a parte dinâmica da sociedade e a ordem como a parte estática. Cabe ao Estado promover a estaticidade social, a ordem e o ajustamento do indivíduo à sociedade. O Estado positivista deverá ser dirigido pelos industriais e sábios ilustrados.”



Um fato concreto que está por trás destas idéias e que, nos agro-eco-sistemas brasileiros, encontra-se também na gênese da concepção de meio ambiente como “coisa”, tem relação com a transformação da terra em mercadoria a partir da Lei de Terras de 1850<sup>164</sup>. Até antes disso, as florestas e tudo o que delas fazia parte (as árvores, os frutos, os animais, os rios, etc.) eram tidas como sendo patrimônio do Rei, ou seja, eram classificadas como “bens reais”. Como lembra Martins (1997a, p.23),

em relação às terras, em particular, centro e base do poder até os dias de hoje, e muito mais ainda no período colonial, o rei mantinha sempre a propriedade eminente dos terrenos concedidos em sesmaria. O que significava a preservação do seu direito de recuperar a posse das terras que fossem abandonadas ou não usadas de maneira a produzir tributos a que tinha direito.

Assim, por volta do final de 1600, como apurou Martini (1993) e apesar dos demais interesses em jogo (consolidação do território, concentração do poder, controle da produção e da arrecadação),

Sua majestade declarara propriedade da sua Real Coroa todas as matas e arvoredos à borda da costa, ou de rios navegáveis, e dispunha sobre o aproveitamento delas, no Rio Grande do Sul (...). A Coroa preocupava-se com a exploração das madeiras e com o direcionamento da ocupação, interiorizando-a, mas evitando as posses locais de fácil comunicação fora do alcance de uma administração local (Martini, 1993, p.38).

Desta forma, vinculada à tentativa de implementar um projeto de desenvolvimento capitalista no país, a revogação deste “direito divino” e a instituição da propriedade privada em substituição à posse legitimada através do uso, permite que ocorra a efetiva consolidação da terra e de tudo o que dela faz parte (o que inclui, evidentemente, a flora e a fauna existentes) como um bem, um meio para se chegar a um fim qualquer. Portanto, deste momento em diante, a terra pôde, concreta e legitimamente, ser apropriada e ficar à inteira disposição dos seus (agora privados) proprietários. No entanto, isto não eliminou as contradições de tais medidas, as quais representariam, no futuro próximo, conseqüências ambientais bastante significativas.

---

<sup>164</sup> Cabe salientar que este processo se inicia bem antes disso, em 1822, quando uma lei extingue a doação de sesmarias no Brasil e intensifica-se a posse (mesmo que ainda ilegítima) de terras por particulares (Kliemann, 1986).

Para finalizar, como se pôde ver até aqui, estava preparado o terreno para que a chegada das novas levas de imigrantes, no final do século XIX, desencadeasse a completa desestruturação dos ecossistemas locais. Na realidade, o que ocorreu neste breve interregno entre 1826 e 1880, foi a lenta e paulatina superação da sociedade patriarcal fundamentada no latifúndio, pela sociedade baseada na produção familiar de alimentos, instalada em pequenas áreas de terra ao longo de todo o Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Todavia, somente com a escassez (e, é claro, a degradação) das terras disponíveis na região da Serra (Caxias e Bento Gonçalves, principalmente), passados quase 60 anos após a chegada dos primeiros europeus ao Estado, que os férteis vales e as densas matas do Litoral Norte e do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné serão efetivamente antropizados ou, como se diria em uma perspectiva mais ecocêntrica, “devastados”. Com a vinda destes novos agentes, as áreas de floresta irão dar lugar a um novo sistema intensivo de apropriação do meio, o qual, entretanto, continuaria centrado em uma agricultura *colonial-tradicional* baseada no sistema de rotação de áreas feito através do manejo propiciado pelo mecanismo das queimadas.

Porém, diferentemente dos seus antecessores, estas novas famílias (cuja quantidade atingiria números muito mais elevados se comparados ao período anterior<sup>165</sup>) chegarão ao vale do Rio Maquiné já com uma vasta experiência acumulada através dos processos de colonização ocorridos nas demais Colônias anteriormente instaladas em toda a região da Serra. Além disso, a realidade do país e do Estado seria agora totalmente diversa daquela encontrada pelos europeus em 1826. Neste contexto, o Rio Grande do Sul começava a visualizar um pequeno mas importante e crescente dinamismo econômico e produtivo. Segundo De Boni e Costa (1984), comparando-se, por exemplo, 1826 com o ano de 1872, a população estadual quase quintuplicou, passando de 110 mil para 500 mil habitantes (chegando, em 1890, a aproximados 900 mil); de 5 passaram a existir 28 municípios. Também Porto Alegre, nesta época, contava com mais de 31 mil pessoas e os reflexos da revolução industrial já se faziam sentir com a instalação de uma infra-estrutura mínima através do investimento em estradas de ferro, rede telegráfica, organização de um sistema

bancário e de novas rotas de navegação fluvial com barcos a vapor, entre outras “modernizações”. Evidentemente, no Litoral Norte, este processo, mesmo que menos intenso do que em outras regiões, também já começaria a ser percebido. Um sinal disso é uma certa melhoria nos acessos à região que, apesar de continuarem extremamente precários, começam a se modificar: *“a partir de 1870 iniciou-se a implantação da rede ferroviária; mas excetuando o ramal de Taquara e Canela, a ferrovia foi estendida rumo ao centro, ao noroeste e ao sul”* (Parmagnani, 1999, p.357).

Com tudo isso, de pronto, a instalação destes imigrantes (na sua maioria, italianos e, em menor número, alemães) determinou uma drástica modificação da realidade produtiva, econômica, social e ambiental da região. Uma nova composição de forças foi inserida, transformando inicialmente a estrutura fundiária através da formação das pequenas propriedades familiares em contraposição aos grandes latifúndios herdeiros do antigo sistema de sesmarias portugueses. Agora, a célula básica de produção não será mais a grande unidade da estância, mas sim a família do colono. Desta forma, opondo a pequena propriedade ao latifúndio, e a policultura, a monocultura e a mão-de-obra familiar à escrava, os imigrantes acabaram determinando uma verdadeira revolução no antigo sistema agrário baseado na produção pecuária.

#### **6.4 Agricultura de queimada: inadequação ou criatividade dos agricultores?<sup>166</sup>**

Em cada região do mundo esta dinâmica pioneira é acompanhada de um forte crescimento demográfico, sendo praticada enquanto existirem áreas cobertas por florestas acessíveis e ainda não desmatadas. Tendo sido estas reservas virgens utilizadas, e continuando a crescer a

<sup>165</sup> Segundo De Boni e Costa (1984, p.68), entre 1875 a 1914, foram assentados nas terras devolutas do Estado, praticamente todas as áreas ocupadas com floresta ou mata nativa, cerca de 80 a 100 mil novos imigrantes italianos.

<sup>166</sup> Antes de iniciar este item, é preciso fazer um esclarecimento. Até agora, optou-se por uma caracterização mais geral e que privilegia aspectos macrorregionais. Entretanto, o período que se inicia a partir de 1875 marca a efetivação de um processo, até então inédito, de aceleração dos efeitos antrópicos sobre os vales formados pelas cadeias de montanhas da Serra Geral. Portanto, a partir de agora, apesar de se continuar considerando o contexto regional, estar-se-á privilegiando os elementos que condicionaram a apropriação do meio mais próximos à realidade do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné.

densidade da população, a frequência e a intensidade das roçadas aumenta, gerando uma dinâmica de deflorestação de terras a partir do sistema de corte e queimada.

Mazoyer e Roudart, 1997.<sup>167</sup>

Tal como havia ocorrido em muitas das regiões do Estado, colonizadas a partir de 1875, o fenômeno de instalação dos imigrantes afetou profundamente os ecossistemas da Mata Atlântica no Litoral Norte. Neste caso, as transformações impostas ao meio ambiente foram, de longe, muito mais intensas do que em qualquer período anterior. Quanto ao agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, a chegada destes novos agentes teve como direção inicial, a partir de 1891, os vales formados ao redor da recém-criada Colônia Marquês do Herval (hoje Barra do Ouro, distrito do município de Maquiné). Como conta Dalpiaz (Folha de Maquiné, junho de 2001, p.2),

Com a criação pelo Governo da União, em 1891, da Colônia Marquês do Herval, parte dos italianos que haviam chegado a Caxias do Sul entre os anos de 1875 e 1885, desceram a Serra do Umbu atraídos por um clima mais ameno e pela fertilidade do solo, que produzia ‘La Panhocha piu granda’ - milho em abundância -, alimento básico da família e dos animais. As diversas linhas foram ocupadas (...), todas muito acidentadas, porém muito férteis, o que compensava o grande esforço que era exigido dos colonos.

Esta “descida” da serra foi bastante apontada nas entrevistas; os imigrantes italianos vinham de diferentes localidades como Caxias, Antônio Prado e Garibaldi. Veja-se o que diz este agricultor-mediador:

Bom, chego primeiro meus avós, vieram por parte da minha mãe, eram de origem italiana, também o pai e eles vieram, os meus antecedentes digamos assim, eles vieram de Caxias do Sul, aí vieram descendo a serra, na Barra do Ouro, Barra do Ouro alguns falavam por ali, outros vieram, os meus avós mesmo, parte da minha mãe na linha Mundo Novo e parte do meu pai na linha Peruzzio, chamavam na época “ladeira” do Peruzzio, ali foi onde o pessoal ali adquiriu a terra. Na época, acredito que o próprio governo devia dá parte da terra prá incentivá os colonos.

Ou outro exemplo, agora de um horticultor:

É o seguinte, os avós do pai é que vieram da Itália, vieram prá Antônio Prado e de Antônio Prado prá Maquiné. (Em que época mais ou menos?) Acho que mais de 100 anos. (Daí teus

---

<sup>167</sup> *apud* Schmitt, 2001, p.198.

avós se fixaram aqui na Solidão?) Isso, bem aqui nessas terra mesmo, mais na costa do morro, porque naquela época eles tinham muito medo de enchente.

Ou, ainda, o caso de um agricultor hoje ligado à produção agroecológica:

É 100% italiana, e vieram para assentamentos aqui, no fundo dos vales do Rio do Ouro, Pinheiro, Solidão, se assentaram ali. (E como é que chegaram aqui neste lugar?) Maquiné eles chegaram por Caxias do Sul, os imigrantes eram conduzidos até Caxias e de Caxias então davam as sesmarias, aí o governo separou as terras e dava em troca de trabalho também, abertura de estradas, pagamento a longo prazo.

Com a chegada destes novos agentes aos vales formados pelas cadeias de montanhas da Serra Geral, em pouco menos de 40 anos, praticamente toda a cobertura florestal existente terá sido, pelo menos uma vez, removida para dar lugar aos sistemas de cultivo e criação dos agricultores que lá se instalaram. Sobre isso, a descrição do autor anterior, um antigo morador e historiador da região, mostra bem como foi rápida e intensa a ocupação desta parte do vale do Rio Maquiné:

Em 1893, toda a colônia já contava com 337 habitantes. Em 1895, foi inaugurada a primeira igreja de madeira, com uma população de 1301 residentes (...). Em 1896, na sede, já existiam casas comerciais, ferraria, sapataria e fábrica de cerveja. Em 1904 iniciou-se a construção da estrada que liga à Vila de Taquara pela Serra da Boa Vista, que foi concluída em 1911, trazendo grande avanço, pois ao invés de tropas de burros poderia ser usada a carreta. Em 1906 (...) já eram exportados, anualmente, 6000 porcos para Taquara e outros lugares (Dalpiaz, 1999, p.574).

Não obstante a maior “eficiência” das novas correntes migratórias (se comparadas às tentativas anteriores), seus protagonistas viram-se obrigados a responder às mesmas adversidades que haviam sido impostas aos colonos alemães no passado recente, como mostra este relato de um antigo agricultor entrevistado já com idade bastante avançada:

Naquele tempo veio o meu avô, com os nossos irmão tudo da Itália prá. Aí em casa pra cá, vieram se colocar bem atrás desse morro aí que tu encherá, quanta gente que veio, porque lá o terreno era pouco e aqui tinha mato a reveria e esses gringão era do trabalho né, e eles achavam que aqui ia ser melhor. Mas eles passaram muito trabalho pra se colocar, porque aqui não tinha nada né, nada. Tinha que fazer tudo, estrada nada. Era um carreiro que ia a Santo Antônio e de Santo Antônio a Porto Alegre ia a pé, cavalo nem tinha aquela ocasião, era um que outro que tinha cavalo.

Comprovam isso, também, as tentativas pioneiras de colonização italiana feitas na Serra Gaúcha, muitas das quais, acabaram fracassando e não resultando na real ocupação da terra por motivos idênticos aos anteriormente citados. Exemplo disso é uma das primeiras tentativas de colonização levadas a cabo por volta de 1872 na colônia Conde d'Eu:

Os números, por si mesmos, indicam o fracasso do plano (...). Quanto aos colonos, preferiam ficar ao sopé da Serra, sem aventurar-se pela mata cheia de perigos e difícil de desbravar. Sem comunicações, quais eram suas perspectivas de encontrar mercado para o que viessem a produzir? Também os colonos já radicados em outras localidades e os jovens que iam se formando recusavam-se a partir para as colônias provinciais. Assim, em 1873, Conde d'Eu contava com 80 lotes medidos, mas apenas 20 estavam sendo cultivados, enquanto outros 30 já eram concedidos. No ano seguinte, só 19 eram cultivados, habitando no local 74 pessoas (De Boni e Costa, 1984, p.64).

Sofrendo um processo muito semelhante ao requerido dos seus antecessores, os imigrantes que chegaram ao vale do Rio Maquiné viram-se também forçados a responder às arbitrariedades ecológicas fixadas pelo ambiente local. Exemplo disso são os inúmeros relatos sobre as adversidades locais enfrentadas durante este período, sobretudo no que se refere às tentativas de abertura de novos caminhos que ligassem Marquês do Herval (Barra do Ouro) ao resto do Estado e mesmo os próprios lotes dos agricultores:

Os imigrantes italianos, (...) muitas vezes tiveram de abrir a facão e foice as picadas no mato, para chegar aos lotes a eles destinados. Foram aos poucos abertas estradas rumo à serra, mas, anos a fio, ficaram mal e mal transitáveis (Parmagnani, 1999, p.357).

Ou,

a estrada, se assim ousarmos chamar, foi feita pelos cascos das mulas que uma após outra, subiam ou desciam a serra, esgueirando-se entre troncos robustos e imensos blocos de basalto, procurando os lugares menos íngremes onde marcaram as trilhas (Ely, 1999, p.368).

Além do mais, este contexto de desbravamento e de subjugação da floresta podia ser encontrado, naquele momento, em todo o restante das colônias italianas que se instalaram no Estado entre o final do século XIX e o começo do século XX. Como indica De Boni e Costa, 1984, p.130):

Tudo, na vida e experiência primitiva dos imigrantes italianos, tinha o sabor de conquista (...). Aparece neste primeiro cenário da vida do imigrante italiano no Rio Grande do Sul, o cotejamento do homem com a natureza, a necessidade de uma luta constante para enfrentar a natureza selvagem e dar-lhe os contornos de formas culturais.

Como se pode notar, para que fossem definitivamente criadas as condições mínimas que permitissem a efetiva instalação e reprodução dos modos de produzir e de viver que, concomitantemente, foram sendo construídos pelos colonos, estes indivíduos e suas famílias tiveram, necessariamente, que passar também por um processo de “conquista” do seu espaço em detrimento da floresta que lá existia. Portanto, os novos habitantes dos vales do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné acabaram sendo submetidos às mesmas experiências anteriores em termos de carência de condições básicas para sobreviverem, e também no que se refere ao tipo de relação com os elementos não-humanos que encontraram. Veja-se esta passagem de um relato contado por um antigo agricultor, imigrante italiano:

Se não fossem os pinhões, não sei como teríamos sobrevivido (...). Quando, porém, veio a bendita safra, constatamos que ela era disputada por muitos pretendentes, entre os quais macacos, papagaios e outros animais e aves que em grande número investiam sobre nossas plantações. (...) Uma noite estávamos todos dormindo numa modesta casa de madeira. Em um dado momento, sentimos correrem nossos animais, rinchando desesperadamente! pouco depois, ouvimos um fragor terrível, com o arrombamento da porta. Quem entrou precipitadamente? Uma onça de regular tamanho, que vinha perseguindo um cão e, apanhando-o, deixou a casa em direção ao mato (Fortini, 1950 / De Boni e Costa, 1984, p.107).

Ainda sobre estas experiências dos agricultores junto aos animais da floresta, esse aspecto persiste até hoje, como se pode ver no relato de um bananicultor entrevistado, o qual contou outra estória interessante:

Aí o homem disse, ‘barbaridade, eu vim esses dia aqui prá cima e me sumiu dois terneiro, o que que tá acontecendo com esses terneiro?, as vacas tão berrando’. Chegamos lá tinha outra vaca berrando, já tinha parido também e tava berrando, e ele disse ‘ó, mais um terneiro, e agora, o que que tá acontecendo com esses terneiro?’. Bah, aí no outro dia de manhã peguei uma espingarda, ele pegou outra e saímo, vamos vê o que tá acontecendo, vamos vê se nós descobrimos, achamos as carcaça dos terneiro, sei lá. Aí saímo por lá na beira de um perau assim, aí daqui a pouco tinha uma água correndo assim onde o gado passava, um chão mais macio, daqui a pouco ele parou e disse assim: ‘L., vem cá vê uma coisa’. Rapaiz, um rasto redondo, mais ou menos assim ó! Naquele lugar aquele animal veio bebê água, ‘que rasto é esse aqui L.’? Eu disse, olha isso aí é um puma, um leão baio, uma irara não pode ser porque irara é menor. Mas é isso aí que tá matando teus terneiro. Aí seguimos a trilha e lá adiante tinha uma clareira e achemo uma ossada de um terneiro. Aí ó, descobrimos o que é o bicho. (E daí foram atrás dele?) Não, ir atrás de que jeito, não tinha como.

Na verdade, esta descrição apresenta uma das raízes de algumas posições contrárias, por exemplo, à proibição da caça ao agricultor. Como é fácil perceber, muitos animais prejudicavam (e continuam, em parte, causando danos) sobremaneira as colheitas e as criações e, excetuando-se um eventual suprimento de proteína em épocas de “vacas magras”, na perspectiva de curto prazo dos agricultores (a mais importante neste momento, pois se tratava de garantir a alimentação da família), só podiam trazer prejuízos. Mesmo que alguns agricultores pudessem acabar incorporando uma ótica de “respeito” (ou até mesmo de veneração) para com os animais selvagens e a floresta, esta admiração tinha um limite claro: a sobrevivência da família. Óbvio que, no futuro, quando estes animais não puderem mais ser encontrados em abundância, a necessidade de competir com a fauna nativa ganhará outro formato. Contudo, o direito historicamente concedido ao agricultor de “proteger o que é seu” (neste caso, as suas roças) irá permanecer.

Sob este ponto de vista, são, de certa forma, compreensíveis as reações de indignação proferidas por agricultores colocados, muitas vezes, em uma situação dramática de garantia da própria sobrevivência, quando, sob a alegação de preservar a biodiversidade local (algo que, para eles, deve soar muito distante), lhes é vedada a possibilidade de evitar danos as suas lavouras. É relativamente fácil de entender, também, por que, nos dias de hoje, tanto a idéia de dano, de transtorno, como o sentimento de respeito permanecem ambos bastante vivos tanto nas falas quanto nas ações dos agentes sociais do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné. Veja-se este relato feito por um agricultor da região que parece apresentar ainda um modo de vida baseado na subsistência e na venda dos excedentes produzidos na propriedade:

O mão-pelada veio o ano passado e foi todo o amendoim que nós plantamo. Plantamo prá dez quilo e colhemo dois quilo. (O senhor chegô a caçá ele?) Não conseguimos rapaiz, fizemo de tudo mas não conseguimos pegá prá salvá o amendoim. Ele vem de noite. (E qual é o bicho que mais atrapalha, é o mão-pelada?). O mão-pelada quando tá colhendo o milho estraga bastante, só que depois ela pára, quando o milho começa a enxugá ele não vem mais. Mas o bicho que mais estraga a lavoura no morro é o quati. E os macaco, macaco como eu tenho na minha roça aqui, as vez dez metro da beira da roça tu vai lá e não acha uma espiga, é só o pezinho de pé.



Obviamente que, também durante a instalação dos imigrantes no agro-ecossistema da bacia do Rio Maquiné, uma série de infortúnios semelhantes às várias dificuldades já citadas devem ter acontecido, contribuindo para que, da mesma forma que nestes casos, se instalasse entre os agricultores deste vale em particular, um sentimento de verdadeira “batalha contra a natureza”.

Deve-se atentar também para o fato de que estas descrições não são casos isolados ou exceções à regra. Qualquer pessoa que tiver a oportunidade de conversar com um imigrante remanescente dos primeiros anos de convivência com a mata nativa sairá deste encontro com uma série de histórias semelhantes. Contudo, a pergunta que fica é: que tipo de comportamento deve ser exigido e quais atitudes esperar de uma família de agricultores colocada frente a tamanhas desventuras impostas pelas características do ambiente em que se encontravam?

Pensando desta maneira, e como já vem sendo ressaltado ao longo deste trabalho, percebe-se claramente que uma visualização dos atuais conflitos ambientais no agro-ecossistema da bacia do Rio Maquiné mostra que os embates atuais continuam mantendo uma entranhada relação com estes fatos. Seus habitantes continuam carregando desde este período toda uma *história incorporada* que, em última análise, faz parte da gênese do *habitus* dos descendentes daqueles primeiros imigrantes. Sobre isto, talvez caiba lembrar a citação feita por Arendt (1954, p.37) no capítulo anterior: “*‘o passado nunca está morto, ele nem mesmo é passado’*. *Esse passado, além do mais, estirando-se por todo seu trajeto de volta à origem, ao invés de puxar para trás, empurra para frente, e, ao contrário do que seria de esperar, é o futuro que nos impele de volta ao passado.*” Por conseguinte, será desse ontem, que de certa forma “revive” no presente e joga para adiante, um dos centros irradiadores dos conflitos ambientais na região.

Entretanto, embora tenha ocorrido a transposição de certas práticas e manejos (como, por exemplo, o uso do arado puxado a boi, de alguns tipos de animais e plantas ainda não cultivadas no Estado e de outras técnicas relacionadas ao corte de árvores) que já vinham sendo adotados nos seus países de origem, as peculiaridades ecológicas e socioeconômicas a que foram aqui submetidos os imigrantes acabaram por moldar novas formas de apropriação do meio até então inéditas em ambos os locais. No caso dos imigrantes italianos, como alerta Schmitt (2001, p.194),

Muito se fala acerca dos elementos de continuidade existentes entre o modo de vida dos imigrantes na Itália, e a vida nas colônias brasileiras. Minimiza-se, por vezes, o fato de que os colonos italianos foram forçados, não apenas a ‘conquistar a natureza selvagem’ e a ‘desbravar terras incultas’, criando, no Brasil, uma ‘nova Itália’, mas, também, a recompor todo um conjunto de referenciais culturais, ecológicos e sociais, que envolvem desde os hábitos alimentares até os padrões de sociabilidade entre vizinhos. Os agroecossistemas característicos da agricultura colonial do Sul do Brasil não foram o resultado, nem de uma mera importação de plantas, animais e práticas tecnológicas européias, nem da simples reprodução, pelos imigrantes, do tipo de agricultura praticado no Brasil pelos povos indígenas.

Contribuiu também neste processo, o fato de que, contrariando a nostalgia de um certo mito recorrente e que tenta identificar as regiões de onde vieram os imigrantes com a paisagem da Serra Gaúcha, estes encontraram, no Rio Grande do Sul, condições (climáticas, topográficas, pedológicas, ecológicas, culturais, etc.) extremamente diferenciadas das terras italianas. Apesar da maioria dos imigrantes terem vindo de uma mesma região, além das óbvias diferenças entre o Norte da Itália e o Sul do Brasil, tanto uma como a outra se caracterizam por uma ampla diversidade geográfica, uma considerável diferenciação em termos agroecológicos, com áreas de relevo plano, ondulado ou montanhoso e com peculiaridades sociais bastante distintas. No caso do Norte italiano, veja-se, por exemplo, o que diz De Boni e Costa (1984, p.80):

Na Itália setentrional, o sistema de habitação e ocupação do solo era bem diferente daquele a que os colonos foram submetidos, quando de sua chegada ao Brasil (...). A região toda era dividida e subdividida dos modos mais diversos, com terrenos de poucos hectares, quando não inferior a 1 hectare. Havia proximidade física entre as diversas famílias. No Brasil, era bem outra a situação. Os colonos estavam sendo enviados para uma região de mata virgem.

Além disso, os sistemas produtivos que seriam aqui elaborados se distinguiram totalmente do tipo de agricultura praticado nas suas terras natais, existindo, como muito bem caracterizou Schmitt (2001, p.205), amplas diferenças entre ambos os modos de exploração do meio. No caso do Norte da Itália, “*tratava-se, na verdade, de uma forma de agricultura bastante intensiva, tanto na utilização do trabalho quanto da terra, e que havia possibilitado ao agricultor europeu níveis de produtividade até então desconhecidos, graças à incorporação de leguminosas, de uso forrageiro (...)*”. Ou seja, com a descoberta de novos sistemas de rotação de cultivos, baseados na utilização articulada de animais domésticos e plantas

forrageiras (mantenedores dos níveis de fertilidade do solo), não havia mais a necessidade de se deixar a terra em pousio, o que aumentava enormemente sua capacidade de utilização<sup>168</sup>.

Já quanto à agricultura aqui desenvolvida, por outro lado, a realidade era bem diferente. Tendo os imigrantes recebido, geralmente, áreas muito maiores do que as que possuíam na Itália, e tendo estas terras normalmente uma fertilidade natural bastante elevada (pois havia a sua disposição uma grande quantidade de reservas de nutrientes imobilizados na flora e na fauna nativas), este uso intensivo e sem pousio da terra foi rapidamente modificado e adaptado às condições locais. Especificamente quanto às formas de apropriação do meio adotadas, pode-se dizer que, pelo menos nos primeiros 30 a 40 anos de ocupação das terras no vale do Rio Maquiné pelos imigrantes desde 1880, um dos sistemas de produção mais bem sucedido e utilizado baseava-se em uma agricultura classificada por Mazoyer e Roudart (2001) como *“sistema de corte e queimada característicos de meios florestais”*. Nestes sistemas, o fogo emerge como um instrumento fundamental, pois é ele quem irá permitir a eliminação do maior obstáculo que então se apresentava, segundo a lógica dos agricultores, para que se pudesse consolidar seus modos de vida na região: a cobertura florestal. *“Para um imigrante, desprovido de recursos técnicos e de instrumentos adequados, o fogo era a solução para a primeira limpeza do terreno a ser cultivado”* (De Boni e Costa, 1984, p.130).

Como já se tinha anunciado em outra parte deste capítulo, a permanência e os rearranjos em volta deste sistema têm sido um dos vínculos mais fortes entre o passado e o presente do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné. Neste sentido, é compreensível que, nos dias de hoje, os agricultores se mostrem arredios à desqualificação, levada a cabo pelas instituições ligadas à preservação ambiental e pelos ambientalistas em geral que por lá circulam, desta técnica amplamente utilizada durante praticamente toda a história humana local.

De outra parte, uma análise feita às pressas por um observador menos cuidadoso sobre este tema poderia indicar que a adoção do sistema de revezamento queimada/cultivo/pousio seria resultado da escolha de uma estratégia totalmente ‘irracional’ por parte dos agricultores, tendo em vista suas conseqüências ecológicas

---

<sup>168</sup> Sobre isto, ver Romeiro (1998) e Mazoyer e Roudart (2001).

negativas. Em uma abordagem que siga tal perspectiva, a adoção das queimadas seria vista como fruto, ou do simples desconhecimento e falta de capacidade dos agricultores para visualização das futuras conseqüências perversas de tal prática, ou ainda de uma vontade intrínseca do ser humano de sempre atuar sobre o meio ambiente de modo a maximizar o uso dos seus recursos até conduzi-los a sua exaustão<sup>169</sup>.

Todavia, ao contrário deste tipo de pensamento, para a época, a utilização dos artificios centrados no sistema de queimadas, somado a todo o *capital social* já anteriormente acumulado pelos imigrantes europeus, representava um enorme “avanço” local em termos de capacidade de apropriação e uso dos recursos naturais disponíveis aos colonos. Além disso, este tipo de agricultura permanece sendo adotado ainda hoje por muitos agricultores, o que contribui para intensificar os conflitos em torno da liberação do manejo da queimada, como se vê na descrição deste horticultor:

(Conta um pouquinho como é que funciona) Isso aí derrubava um ano, fazia a queimada, plantava milho ou feijão, depois deixava até que ainda dava pra roçar, daí plantava noutro ano uma plantação de milho, por exemplo. Aí, dali um tempo, fazia noutro lugar do mesmo jeito.

Como se pode ver, pelo menos nos primeiros tempos, para estes indivíduos o uso do fogo era um instrumento precioso para a sua própria sobrevivência. Do mesmo modo, se se pensar na visualização, por parte dos agricultores, do potencial produtivo apresentado pelas terras recém-queimadas, somado ao fato de que não havia ainda uma longa experiência do que isto poderia representar em termos de efeitos mais a longo prazo, percebe-se que faz muito sentido a opção por esta forma de apropriação do meio pelos imigrantes. Como explica Cândido (2001, p.29),

A existência de todo grupo social pressupõe a obtenção de um equilíbrio relativo entre as suas necessidades e os recursos do meio físico, requerendo, da parte do grupo, soluções mais ou menos adequadas e completas, das quais depende a eficácia e a própria natureza daquele equilíbrio. As soluções, por sua vez, dependem da quantidade e qualidade das necessidades a serem satisfeitas.

---

<sup>169</sup> Como parece indicar esta passagem de uma historiadora da região: “*O imigrante (...), tão logo se sentiu dono de grandes áreas de terra, foi imediatamente desmatando e cultivando produtos*”

Enfim, “a acusação de que os italianos derrubaram as matas arbitrariamente é afirmação gratuita. As derrubadas não eram provocadas pela incultura italiana e, sim, pela necessidade de plantar e de cultivar para sobreviver” (De Boni e Costa, 1984, p.131). A bem da verdade, fica sempre a pergunta: se, por algum motivo qualquer, o manejo através das queimadas não pudesse ter sido adotado pelos agricultores, teriam estes, na situação em que se encontravam (sem instrumentos adequados, longe da “civilização” e sem suficiente conhecimento acumulado sobre a região e com poucos recursos econômicos para investirem em outras alternativas), condições de enfrentar as adversidades de um ecossistema como o da Mata Atlântica? Talvez, se isso tivesse ocorrido, o resultado da chegada dos imigrantes não poderia ter redundado novamente com uma “vitória” da floresta?

Em outras palavras, havia (e continua havendo, para muitos agricultores), nos sistemas de produção envolvendo o uso das queimadas, uma lógica em jogo, uma resposta muito própria à situação real e objetiva que se apresentava aos colonos. Sob esta perspectiva, pode-se indagar também como agricultores que trazem ainda hoje preservada no seu dia-a-dia tal tipo de racionalidade devem se comportar, quando um ambientalista ou um guarda florestal lhes dizem que eles estão “destruindo a natureza”, que estão “depredando o meio ambiente” se, há mais de 100 anos, seus avós, seus pais e, talvez, até mesmo seus filhos, vêm adotando tais práticas de manejo?

Neste caso, chama-se, mais uma vez, a atenção para as adversidades ligadas às condições ecológicas encontradas pelos agricultores, como o faz outro historiador da região do Litoral Norte:

(...) [sobre este] duplo processo de adaptação, sociedade e natureza, a necessidade de destacar o papel fundamental dos conflitos, do enfrentamento das dificuldades, seja pelo trabalho, pela revolta, pela rebeldia, pela luta ou pela reivindicação - tanto frente a adversidades externas quanto internas -, na organização do mundo colonial. Processo de organização definido por Reche (1969, p.99) como de ‘solidariedade étnica’, em que o papel da família, como célula de organização e sobrevivência, foi-se transferindo para a Picada e para a Colônia, num doloroso e necessário processo (Tramontini, 1999, p.208).

Apesar desta não ser a idéia central do autor, o que está colocado aí é a importância não só dos componentes sociais, culturais, religiosos, econômicos ou

---

*variados.*” (Ely, 1999 p.365).

políticos que envolvem a consolidação de qualquer fenômeno migratório, mas também o papel decisivo do ambiente físico neste processo. Em outras palavras, o amálgama formado entre os processos sociais anteriormente citados e os componentes não-humanos do meio ambiente permitem que haja uma transferência do papel da família também para a “picada”, para o mato, para a floresta, para os animais, as árvores e vice-versa. É sobretudo esta espécie de “combinação socioambiental” de que estarão emergindo novas racionalidades que, neste momento, optou-se por chamar de *tradicional-colonial*. Assim, percebe-se que, segundo as novas maneiras de agir e de pensar que estarão sendo construídas, a adoção do sistema de queimada mostra-se perfeitamente lógico e admissível para os agricultores:

O sistema de cultivo, imitando nisto a colonização alemã, que por sua vez aprendera muito até dos indígenas, era o da derrubada e queimada da mata, adotando-se depois o rodízio de cultura de tal modo que uma parte da propriedade sempre ‘descansasse’, recobrando-se de capoeira que, posteriormente, seria cortada e queimada, repetindo-se a operação inicial. A técnica, embora primitiva, e embora representasse um recuo ante o que se praticava na Europa, era a única possível no momento, e o solo da mata virgem, nos primeiros anos, correspondia com férteis colheitas (De Boni e Costa 1984, p.86).

É claro que isto não quer dizer que não se conheciam (ou que os próprios agricultores não vissem), já naquela época, as possíveis conseqüências da adoção e intensificação de tal sistema produtivo, mas sim que, de forma muito semelhante às posteriores inadequações da *agricultura moderna*, não havia ainda uma densidade cultural ou, talvez, poder-se-ia dizer, ainda, um *capital social* suficientemente disponível para contrapor as idéias então predominantes. Veja-se, por exemplo, este alerta feito por um dos viajantes europeus que por aqui passaram no começo do século XX, o qual, em um futuro bem próximo, poderia perfeitamente ter servido como epígrafe (ou, quem sabe, epitáfio?) das contradições que estavam por vir:

Os métodos de cultivo usados pelos colonos são, em grande parte, rudimentares. (...) Não se pratica adubação do solo. Apenas corta-se, queima-se e semeia-se sobre as cinzas. Todos derrubam e ninguém pensa em reflorestar, e já foram devastados três quintos dos terrenos de mato. Que fará a próxima geração de colonos no dia em que não tiver mais lenha para cortar, nem mato para queimar? No dia em que o terreno se tornar, por si mesmo, estéril? Muitos serão obrigados a imigrar para outros lugares (...) (De Boni e Costa, 1984 apud Schmitt, 2001, p.209).

Por outro lado, também vários autores (Diegues, 1996; De Boni e Costa, 1984; Santos, 1984 e Schmitt, 2001) ressaltam que sempre houve por parte dos agricultores *coloniais-tradicionais*, tanto no sul como no resto do país, uma preocupação com algum tipo de preservação ambiental (embora muitos pudessem não estar conscientes deste caráter preservacionista nas suas ações). A bem da verdade, este interesse começa já com o fato de que os agricultores não saíram queimando indiscriminadamente toda a floresta de uma vez só (como foi feito, segundo Dean, 1996, no século XIX, pelos latifundiários do sudeste durante o processo de implementação da monocultura do café), mas tentaram, na medida em que isto foi possível, reservar certas áreas de mata dentro da propriedade.

Antes de uma derrubada de mato ou capoeirão, procedia-se a um estudo das condições do terreno em relação à cultura a ser feita. Uma pequena propriedade demandava muitos cuidados para não realizar um desmatamento arbitrário, pois havia necessidade de reservas de mato para a conservação de madeiras, para o abrigo dos animais durante os calores de verão e para as futuras roçadas. Assim, a pequena propriedade sempre conservou áreas arborizadas (De Boni e Costa 1984, p.130).

Exemplo disso é contado por um agricultor entrevistado e que vive em uma zona extremamente acidentada e praticamente sem áreas planas disponíveis para plantar. Perguntado sobre como seus pais plantavam antigamente, respondeu da seguinte forma:

Nós derrubava, vamos dizer que precisava plantar 30 quilos de milho ou 20 que fosse; eles faziam derrubada de 20 quilos de milho, meu pai também derrubou, eu ajudei também a derrubar, eles não derrubavam tudo, vamos dizer à vontade, porque era muita gente que morava aqui, então se tu derrubava demais num ano no outro tu ia ficar sem, então eles faziam um pouco por ano, cuidavam pro fogo não terminar né? Só que naquele lugar onde nós tiramos os 20 quilos de milho, aí nós já limpava pra plantar feijão, então plantava ali uns 4 anos e quando via que não dava mais pra plantar a gente trocava de lugar. (E voltava naquele lugar um tempo depois?) É, até prá tu deixar ficar grossa leva uns 10, 12 anos por aí, prá voltar a trabalhar naquele lugar. (E chegou a ter aquele sistema de deixar o porco?). Sim, levava, a maioria levava lá pra cima.

O fato é que, desde o princípio, sempre houve, por parte dos agricultores, um certo interesse em preservar algumas áreas florestais intactas. Como também salienta Schmitt (2001, p.196), alguns autores

mencionam a existência de uma tradição nas colônias italianas de proteção a determinadas espécies florestais. Árvores de utilização madeireira eram, por exemplo, preservadas nos lotes coloniais, em áreas próximas à casa e ao galpão, para serem utilizadas em um momento oportuno, não sendo, portanto, derrubadas de um modo indiscriminado.

Sobre isto, é interessante observar como os agricultores, nos dias de hoje, se mostram “arredios” a certas leis de proteção ambiental (como a proibição das queimadas), agem completamente diferente quando estas leis se referem, por exemplo, à preservação da mata em locais como nascentes de rios e riachos, olhos d’água, etc. Nestes casos, a adesão é maciçamente maior às recomendações dos técnicos e órgãos ambientalistas. Esta duplicidade em relação à utilização/preservação dos recursos disponíveis nas propriedades dos imigrantes pode ser vista ainda hoje no modo como os agricultores percebem certas áreas, árvores e animais existentes na sua propriedade. Perguntado sobre a vegetação perto das nascentes, um agricultor localizado no fundo de um dos vales da região respondeu:

Deve deixá mesmo, não adianta agora tu querê, que vai derrubá ali, numa lonjura dessas aí, então deixa ali; Tem todo motivo né?, tem tanta planta que tu não pode tá derrubando, tem tanta coisa boa, a nossa água vem tudo dali de cima né?, então se tu começa a derrubá e começa a fazer coisa ali em cima, já vem a água já ruim desde lá né.

Já outro, um bananicultor com terras mais próximas da BR101, faz eco a esta posição do agricultor anterior:

Nesses lugar que tem beira de rio e nascente tem que preservá, a minha água ali ó, pode ir lá, tem um capoeirão enorme, não mexi naquele capoeirão, tá lá, tem água ali que faz mais de 20 ano e que nunca faltou aqui em casa, água boa, nunca deu problema, ela sai do chão, não é do valo, é do chão mesmo, e ali só tem capoeirão, não vou cortá, não deixo cortá, tem que preservá.(...) Capoeirão a coisa mais linda, tem bastante sobradinho.

Além disso, apesar do interesse em preservar poder ser fruto, na grande maioria das vezes, apenas de uma vontade de se fazer um melhor aproveitamento dos “recursos” que a floresta dispunha, os imigrantes acabaram também desenvolvendo, empiricamente, formas de manejo que incluíam uma “função” às áreas de floresta. Sobre isto, veja-se esta outra passagem do livro de De Boni e Costa (1984, p.130):



O primeiro cuidado, ao se cortar uma floresta, era ver se o terreno pretendido se adequava à cultura planejada. A primeira grande distinção a fazer dos tipos de terrenos em relação às culturas era identificar os terrenos ‘posternos’ e os ensolarados. Os ‘posternos’ são os terrenos que recebem sol somente no fim do dia e os ensolarados, os que recebem já ao amanhecer. Estes últimos são os preferidos para a maior parte das culturas, razão por que os ‘posternos’ foram reservados para a floresta.

Indo na mesma direção, e talvez influenciado pelo conservacionismo norte-americano do início do século<sup>170</sup>, o governo republicano deste período criou algumas áreas de proteção florestal no Estado, ato este que acabou por incluir a região do vale do Rio Maquiné como uma das contempladas. Como conta um representante da SEMA entrevistado:

Essa área é do estado e a gente tá prevendo a ampliação dela lá em cima, até foram escrituradas na época das sesmarias e ai tinha topo de morro que era anterior a 1900, qualquer legislação depois de 1900 foi baseada no código estadual de terras que dizia que em terrenos acantilados e topos de morro não era praticável a agricultura, então não era escriturável, e a colonização que se deu aqui, que é de 1891, mas que foi formalizada em 1904 e 1910 e se baseou nessa lei.

Como se verá mais adiante, justamente estas “áreas de mato” do Estado que, mais de 80 anos depois, dariam origem à Reserva Estadual da Serra Geral, localizada entre os vales Forqueta e Encantada (ver Figura 4). Interessante notar, também, que, há mais de 50 anos, já existia uma figura local ligada à preservação florestal. Como se vê por esta passagem de Gross (1999, p.87): *“seu Quiçá (...) durante a segunda guerra trabalhou como ‘amanuense’ (escrevente - registro de documentos oficiais). Acumulava, com a função de ‘amanuense’, a de Autoridade Policial e a de Guarda Florestal.”* Mesmo que suas funções fossem outras, não cabendo uma atuação ostensiva ou de polícia junto aos agricultores, não se pode desprezar o fato de, novamente, evidenciar-se a problemática ambiental não como um problema ou uma preocupação atual, mesmo em uma pequena localidade como a formada em torno do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné. Além do mais, esta preocupação exercida através da definição de certas entidades incumbidas de um caráter preservacionista, mesmo que centrada mais na organização das atividades de caça e pesca, continuou existindo, como se pode notar nesta passagem ocorrida nos anos 60 e contada por um dos entrevistados:

---

<sup>170</sup> Sobre isto, ver McCormick (1992).

Não, eles vinham, só prá te dizer por cima, assim ó, eles começaram a entrar, sei lá mandado por quem, só sei que quando eu era guri, guri não, uns 18 anos, eu fui um dia com o carro de boi e fui lá prá baixo da 101 construir uma casa com um tio meu. Hoje é morto já, foi embora. E, eu tenho uma prima, que até tá em Poro Alegre hoje, que me deu um saco de estopa cheio de muda de moranguinho. Quando eu vim da 101 e tava saindo, quando eu ia fazendo a curva bem nesse prédio onde faz a curva do Rio Água Parada, vinha com o carro de boi muito bem ali, tava chuviscando, encosta a camioneta da Caça e Pesca, um jipe da Caça e Pesca. Encostou assim, abriu a porta do jipe, porque naquela época já era proibindo de pescar, o cara salto assim e disse assim: ‘esse moço tem peixe aí, tu tem peixe aí, de onde é esse peixe’. Eu disse: ‘mas que peixe rapaz, da onde tá vendo peixe. Me acha com cara de pescador’. Mas eu tava tão brabo que até insultei os pescador: ‘me acha com cara de pescador! Pescador prá mim é um cara que não tem o que fazer, é um vagabundo que fica na beira do rio pescando, eu tenho o que fazer rapaz’. Ai o cara que tava dentro do jipe disse: ‘não, não, não, é peixe sim que tu tem’. Ai eu passei a mão num facão que tinha dentro do carro e disse: ‘então mete a mão, se bota, mete a mão então’. Ele não botou a mão. (isso já tem mais que 50 anos?) Isso já, eu tenho 63, já tem uns 50 anos. (então não é de hoje?) Não, não, não é de hoje.

Note-se que a aversão que a possibilidade de ingerência nos assuntos “privados” dos agricultores desperta não é uma peculiaridade somente dos dias de hoje. Na verdade, segundo um encarregado da fiscalização local, sempre existiu a figura do “guarda florestal” na região, estando este incumbido de cuidar da área do governo onde futuramente viria se formar a Reserva Biológica da Serra Geral. O que se alterou foram as “funções” que este agente deveria desempenhar, como mostra o seu depoimento:

De vez uma quando se fazia alguma coisa. (Onde ele ficava?) Ele ficava na entrada do ligeiro, o seu O., que já faleceu, e era administrado por um cara que nunca sabia nada, que é o S. de Osório, aposentado hoje, eles faziam muito a coisa do entorno, mas o instrumento que começou a vim, antes se fazia lá, começou a se fazer entorno, a partir de 93/ 94, que aí teve a lei da Mata Atlântica. O que é que a lei mudou em relação à anterior, antes só tinha o que, a lei ambiental que mais implicava era a lei da beira do rio, lei 65 do código florestal, que quase ninguém respeitava, mas ela não era muito cobrada, ela começou a ser cobrada a partir do evento da Mata Atlântica.

Isto pode ser comprovado através de outro relato feito por um pecuarista e bananicultor da região:

Sim, eu já tive lá em cima com o guarda florestal, ele me convidou pra ir lá, ele até já morreu, ele morava ali logo ali adiante. Ele que cuidava daquilo lá. (...) Ele me disse que precisava fazer uma trilha lá da Encantada até o outro lado, aí ele me convidou, ‘L. preciso levá uma pessoa prá nós fazer uma picada, eles me pediram lá’. Porque antigamente passavam com gado lá por cima. (...) Esse tal de O. tinha gado lá em cima, lá tinha um descampado muito grande lá, lá na reserva, mas ele era do Ibama também, ele tinha autorização de cuidá lá e botou o gado, nada a ver.

Talvez seja justamente o fato dos agricultores terem historicamente construído uma relação de contato, de aproximação e até mesmo de uso destas áreas (como no caso das invernadas que lá existiram no passado e que eram usadas pelos agricultores que viviam no entorno do parque e que atualmente ainda são lembradas) que acabou fazendo com que, mesmo hoje, exista um forte sentimento de respeito destes agentes para com a reserva. Na verdade, como se verá mais adiante, a totalidade dos entrevistados se mostraram a favor da manutenção desta área protegida, o que aponta mais uma vez para as vantagens que podem ser alcançadas quando a elaboração destas áreas é feita em conjunto com os agricultores. Veja-se este exemplo de como um dos agricultores lindeiro da reserva percebe este local:

Em cima aqui no faxinal, mas o que é proibido é derrubada desde aqui de baixo. Onde pega do governo é lá em cima do faxinal, ali, lá não tem dono lá em cima, mas nunca foi derrubado, nunca ninguém derrubo. Lá tinha era a invernada, a turma largava as criação lá no mato, porque tinha um banhadão, o pai chegou a largar uma parelha ali. Naquela terra lá todo mundo tinha criação, três cabeça cada um mais ou menos (daí deixava lá?) Aí ficavam lá, passavam anos lá em cima, depois desciam, depois que engordavam. Tinha uns banhadão e eles se criavam lá naquele pasto e hoje em dia foram largando porque foram ficando velho. Agora vai prá lá derrubar tudo, daí estraga, ai se vão mexer lá em cima, prá plantar, única coisa que da prá plantar lá é verdura, e daí lá já vai veneno e essas coisas, isso estraga.

Há que se ressaltar, também, outra prática, tão comum entre os agricultores *tradicionais-coloniais* e que normalmente não é computada como estratégia conservacionista. Esta se refere ao próprio sistema de rotação de cultivos organizado dentro dos limites da propriedade, onde o pousio foi e continua sendo uma técnica importante para a manutenção e recuperação da fertilidade dos solos e da terra (outra prática preservacionista que será desacreditada posteriormente pela introdução da agricultura moderna). Tanto isto é verdade que, durante centenas de anos, os indígenas locais se utilizaram deste artifício, os colonizadores portugueses continuaram adotando e os açorianos, da mesma forma, se beneficiaram, todos com resultados interessantes e com poucos problemas de degradação dos recursos naturais.

No entanto, se este tempo de “descanso” começa a ser insuficiente<sup>171</sup>, isto nada tem a ver com uma suposta “incompetência agrônômica” dos agricultores. Tem relação, sim, com vários outros fatores, entre eles, todo o processo de organização social e cultural da época, o contexto político-institucional e econômico vivido pelo Estado e, sobretudo, com o fato destes agricultores encontrarem-se cada vez mais inseridos nos processos contraditórios que um desenvolvimento capitalista a partir de agora iria requerer e, cada vez mais, tenderá a ampliar. Como mostra Wolf (1984, p.338), a agricultura *tradicional-colonial* também

(...) defrontou-se com um desequilíbrio crescente entre população e recursos. Em tal situação, multiplicavam-se os seus riscos e os mecanismos para a sua minoração tornavam-se cada vez mais precários. Tal desequilíbrio não podia perdurar, a longo prazo; a idéia que os homens, a terra e as riquezas eram apenas mercadorias trazia consigo a própria ruína.

Como será visto mais adiante, mesmo que fossem vencidas as dificuldades concretas que se apresentavam aos agricultores, como, por exemplo, a situação geográfica ainda marginal do Litoral Norte em relação ao resto do Estado devido às péssimas condições de comunicação, a falta de incentivo governamental à produção e comercialização e ao quase inexistente apoio técnico, a resolução destes problemas não representaria a “salvação” dos agricultores, mas sim, como acontecerá nos próximos anos, a acentuação do seu declínio econômico e produtivo e o aumento dos processos de degradação da Mata Atlântica.

Dito isso, e a propósito do que já foi falado até aqui sobre a chegada dos imigrantes e o aparente “sucesso” do tipo de agricultura instaurado por esses agricultores, o agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné foi vindo consolidar-se, ao longo de seus vales, rios e montanhas, um processo de rápido crescimento da produção agrícola, gerando, com isso, uma variedade de gêneros alimentícios e de produtos. Ou seja, do ponto de vista da manutenção da capacidade de reprodução das famílias que aqui chegaram, o tipo de agricultura implementado, até mais ou menos as primeiras três décadas do século XX, mostrou ser uma resposta bastante “eficiente” às vicissitudes encontradas, propiciando, assim, um importante dinamismo econômico e social. Como resultado, a diversificação da produção

---

<sup>171</sup> Como já dito por um agricultor citado poucos parágrafos atrás, nos primeiros tempos, este período chegava a durar de 10 a 15 anos; reduzindo-se depois para apenas 3 a 5 anos.

agrícola foi intensificada, a geração de excedentes cresceu em poucos anos e o comércio com outras regiões do estado aumentou, fazendo surgir uma relativa riqueza local decorrente dos altos índices de produção agrícola que inicialmente eram gerados.

Por outro lado, isto também acabou propiciando o florescimento de uma razoável indústria artesanal, emergindo rapidamente, na região, ferrarias, madeireiras, funilarias, selarias, olarias, curtumes, moinhos, alfaiatarias etc. Sobre este dinamismo em termos de competências e de atribuições, corrobora o relato de um historiador da região de Maquiné, onde este afirma: “*a grande produção gerava relativa riqueza. Conta-se que algumas indústrias de Caxias do Sul tiveram impulso com financiamentos buscados na Barra do Ouro, como por exemplo, a Eberle ou Abramo Eberle.*” (Dalpiaz, Folha de Maquiné, junho de 2000, p.2). Este aspecto de prosperidade foi também corroborado por um antigo agricultor que viveu nesta época, por volta de 1930:

E tinha aqui tudo o que era recurso, tinha uma serraria boa, tinha funilaria, tinha carpintaria, tinha selaria, curtume, era um lugar que tava indo muito bem. Naquele tempo era tempo bom. E aqui na Barra do Ouro eles começaram depois a evolui, começaram a montar moinho, serraria. Mas tinha população assim aqui que era coisa de louco. Em dia santo, que se encontravam em dia santo ou que se encontravam num domingo que normalmente dava tempo bom, enchia de animais amarrado nas beira das ruas aqui de cima a baixo e nas travessa também. Era assim, todo o colono tinha dois ou três ou quatro animais não é, porque era tudo a cavalo, tu não tinha condução, não tinha nada, nem estada nada nada. Os produto, os milho, porco, era tudo com tração animal. E esses tropeiro que iam leva produto prá Caxias, cachaça e coisa e tal, também era com uma tropinha né. Mas também tinha que ser assim naquele tempo.

Aliás, muito disso se deve ao fato de que, dos imigrantes que vieram a se fixar ao redor da Colônia Marquês do Herval (Barra do Ouro), uma boa parte não eram apenas agricultores, mas tinham outras aptidões voltadas à produção artesanal. Como ressaltam De Boni e Costa (1984, p.81),

A quase totalidade dos imigrantes dizia-se agricultor de profissão. Entre esta declaração e a realidade mediava, por vezes, uma grande distância. Inúmeros indivíduos diziam-se agricultores para serem aceitos, mas vinham com intenção de exercer uma outra atividade. (...) Assim, ficou facilitada a vida nas colônias que, pouco tempo após a fundação, mostravam elevado grau de auto-suficiência.

Um exemplo que corrobora este aspecto relacionado à “pluriatividade” dos agricultores foi percebido em várias entrevistas, em que os entrevistados contam como seus antepassados, além de praticarem a agricultura, desenvolviam outras atividades:

É, o meu vô, no caso, comprou e veio e instalou uma olaria. (Aqui nas terras de vocês?) É, tinha uma olaria e ele instalou também um engenho, então ele vivia da cachaça, açúcar, tijolos e telha de barro, daí parou porque surgiu a telha de brasilite e aí não precisava mais de telha de barro, ninguém usava mais aí parou a fábrica né?, e isso fez com que economizasse a terra, e o açúcar mascavo também parou por causa do açúcar branco, parou também o engenho, o vô era um grande empresário, tinha fábrica e também criação de porcos, que plantava nos morros. (E ele vendia mais aqui em Maquiné ou vendia também...) Vendia também prá quando começou aí o litoral, surgiu as praias, aí iam de carreta de bois.

Eis também outro relato interessante de um mediador cujos descendentes vieram a se instalar na Barra do Ouro no início do século:

o pai trabalhava na agricultura já desde cedo, estudava quando chovia, o pai também trabalhou com abelha, tudo complementar, fazendo de tudo um pouco, carneava um porco, toda a vida integrada de agricultor, mas o pai e outros três irmãos se especializaram na marcenaria, então era portas e janelas. Compraram aquela terra aqui no início da barra, ali onde tem aquelas gruta, e movimentavam aquela usina ali, o rio tava desviado e movimentava uma turbina, isso na década de 50. Mas o que dava o dinheiro era o seguinte, a fábrica ali de dia a turbina movimentava as quatro máquinas, serraria e tal. E eles faziam isso de dia, faziam essas esquadrias que se chamam, portas e janelas e de noite deixavam ligada e movimentava a luz da rua, a primeira luz da iluminação pública da Barra do Ouro veio daquelas fábrica dos P. (...) Eles então escoavam a produção daqui a Porto Alegre, só que levava quase dois dias, o pai chegou a levar nas costas, daqui até na entrada do vale de Maquiné, levavam de carroça, nas costas as vezes, de cavalo levavam até lá, entravam no ‘vaporetto’ e levava até Osório e de Osório até Porto Alegre.

Além disso, principia a ser resolvida uma antiga reivindicação dos habitantes da região litorânea: a melhoria dos meios de comunicação com o resto do Estado, ampliando, assim, a capacidade de intercâmbio com outros mercados consumidores, além dos de Torres e Conceição do Arroio (tais como Porto Alegre, Taquara, Caxias do Sul e alguns municípios próximos ao litoral catarinense). Na verdade, até esta data, os municípios que compunham a região norte da costa gaúcha eram quase que totalmente dependentes da produção agrícola gerada pelas diferentes localidades que perfaziam o seu “interior”. Exemplo disso eram os ambientes “urbanos” de municípios como Conceição do Arroio (hoje Osório) e Torres. Sobre este aspecto de dependência, ressalta Muri (*apud* Fernandes, 1999, p.61), que, por volta de 1913, “o

*comércio de Conceição do Arroio dependia basicamente do transporte das mercadorias que vinham do interior do município. Da colônia vinham a banana, o milho, o feijão, o charque de boi, o charque de porco, farinha de milho e farinha de mandioca.”*

O primeiro sinal a indicar uma mudança nesta situação de relativo isolamento foi dado através da instalação de uma via fluvial ligando Torres-Osório-Palmares do Sul-Porto Alegre, fato que trouxe um certo dinamismo a algumas localidades (como, por exemplo, o entorno do Porto de Cornélius<sup>172</sup>), mas que, paradoxalmente, foi, ao mesmo tempo, um dos responsáveis, nos anos 1930, por uma certa estagnação do distrito de Barra do Ouro em detrimento do florescimento do que hoje é a cidade de Maquiné. Isto aconteceu, porque, devido às condições de navegabilidade do rio, as embarcações só conseguiam aportar no pequeno atracadouro construído à beira daquela localidade, não havia condições de se prosseguir até Barra do Ouro, a qual ficava ainda distante 15 quilômetros.

Antes disso, como já foi visto, praticamente toda a produção agrícola era levada para os mercados consumidores (Porto Alegre e região serrana) por vias extremamente precárias, e o principal meio de transporte utilizado, durante muito tempo, foram os tropeiros que cruzavam a cavalo, em carroças ou mesmo a pé, todo o vale em direção aos mercados da capital e da Serra. Observe-se esta descrição sobre a vida de um morador local:

Entre 1922 e 1930 teve suas atividades ligadas ao tropeirismo, levando gado e porcos (...) para a cidade de Taquara. Em 1918 fez sua primeira viagem a Porto Alegre. Subiu a serra da bananeira até alcançar os campos de São Francisco de Paula descendo até Taquara. Sua viagem foi no lombo de um cavalo. De Taquara embarcou por via férrea até Porto Alegre (Gross, 1999, p.86).

Conforme foi apurado por Gerhardt et. alli (2000), em relato de um antigo morador de um dos vales do Rio Maquiné, para se levar, mais ou menos por volta de 1930, uma “tropa de burros” até Porto Alegre, o tempo médio de viagem, segundo

---

<sup>172</sup> “Cornélios, como se sabe, através de vivências e informações, alcançou um notável processo de evolução, especialmente no período da década de 20 a 50, destacando-se como importante centro regional de desenvolvimento (...) mais ou menos quando o serviço de navegação alcançou grande movimento, transportando passageiros e mercadorias, principalmente, farinha de mandioca e cereais. Nesse tempo havia movimento de viajantes, visitantes, homens a cavalo, carretas e carros de bois que transportavam mercadorias para o porto” (Jacobs, 1999, p.114).

este informante, girava em torno de 17 dias. Um indicativo disso foi constatado durante uma das entrevistas com os agricultores:

Usavam a queimada né?, derrubavam e queimavam. O pai fala que plantavam milho pra criação de porco e feijão também, o que eles comercializavam era milho e feijão e porco. (Eles vendiam pra quem?) Eles transportavam pras balsas que tinha em Maquiné e as balsas ia pelo rio e transportavam pra Porto Alegre. (Mas eles vendiam pro pessoal que vinha aqui, não faziam tropa?) Vendiam pro pessoal que vinha comprar, meu pai fez isso, meu pai chegou a fazer vinho também, e era difícil também o transporte, naquela época era difícil, chegava em Maquiné já com custo essas tropa aí de porco, vivos os bichos né?, não tinha refrigeração.

Assim, a implantação do sistema de transporte lacustre possibilitou uma melhoria em termos da qualidade da comunicação existente no Litoral Norte, fazendo com que, por volta de 1940, o tráfego de embarcações entre as lagoas e rios da região fosse já bastante intenso e organizado, permitindo um melhor escoamento da produção agrícola dos vales e uma maior circulação de pessoas:

Pelo porto circulavam dois tipos de embarcação: rebocador e de passageiros, ambos a vapor. Os barcos de passageiros eram utilizados por moças e senhoras também. Para viajar a Osório, o embarque no Porto acontecia por volta das 9 horas da manhã, e lá a chegada era à tardinha. A viagem era muito agradável. Na embarcação havia muito conforto, inclusive refeições. As pessoas pernoitavam em Osório, e no outro dia, após seus compromissos, retornavam (...) (Monteiro, 1999, p.108).

Neste sentido, outro “avanço” em relação à capacidade de deslocamento dos habitantes e das mercadorias produzidas na região foi a abertura, por volta de 1911, de uma estrada ligando o Litoral Norte às cidades da Serra e, no caso específico do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, a inauguração da estrada Taquara/Barra do Ouro, também neste mesmo ano. Embora as condições de trafegabilidade permanecessem ainda muito aquém do desejado, havia agora um caminho mais ou menos “confiável” e que permitia a circulação de veículos maiores como carretas de boi e mesmo alguns “caminhões” que começavam a aparecer na região. Sobre isto, é interessante perceber o entusiasmo com que a população local respondeu a esse “acontecimento”:

Revestida por elevado significado, a rodovia Taquara à Barra do Ouro teve na sua inauguração merecido e esmerado preparo e organização. (...) Naquela agradável manhã primaveril de 29 de novembro de 1910, última sexta-feira do mês, a frota passou pelo centro



da cidade [de Taquara], onde grande público admirava cheio de curiosidade. (...) Curioso pelo passar dos automóveis, em quase todo trajeto, os moradores, na maioria colonos, nas janelas e portas das casas levantavam vivas e jogavam flores saudando os viajantes (admirados também a verem os automóveis, muitos, pela primeira vez). Nas casas de comércio, nos salões de baile e até mesmo nas residências havia bandeirinhas onde as pessoas cheias de alegria estampavam a expressão de satisfação pelo importante melhoramento para a região; (...) Ao chegarem ao centro da Barra do Ouro novamente foram recebidos com calorosa aclamação, fôgetório ao que não podia faltar a animada banda musical. Entregue ao uso público um caminho, uma estrada! Esperanças brotavam nos olhares! (Muri, Folha de Maquiné, julho de 2001, p.2).<sup>173</sup>

Como era de se esperar, Maquiné finalmente também parecia estar por entrar na “era do progresso”, ideologia que marcaria fundo todo este período histórico do Rio Grande do Sul. Todavia, por trás deste relato otimista, encontra-se outra comprovação do fato de que, ao contrário do que muitos costumam afirmar, sempre houve, de parte dos “moradores rurais”, uma sensibilidade para os atrativos e as “belezas naturais” da Mata Atlântica, como se vê nos parágrafos que se seguem:

Os automóveis deslizavam tranqüilos e os panoramas belíssimos sucediam-se muitas vezes no descambar de abismos, que quase perdiam-se de vista, numa altura de 978 metros e com muitas curvas, denominada Serra do Pulpito. Ao atingir seu cume, no quilômetro 66, a frota chegava às 16 horas e 50 minutos. Exatamente no momento de uma grande trovoadas com relâmpagos e grossos pingos d’água se faziam sentir. Passado a borrasca, lindíssima paisagem enchiam os olhos. Parados todos, abandonaram a frota e procuraram encostar-se a uma cerca de onde podiam vislumbrar uma das mais belas paisagens da Mata Atlântica. É simplesmente indescritível... ((Muri, Folha de Maquiné, julho de 2001, p.2).

Esta passagem mostra, também, que, pelo menos até 1911, havia ainda uma área considerável de Mata Atlântica preservada, ou seja, depois mais de 30 anos da chegada dos imigrantes, havia, sim, a possibilidade de se “*vislumbrar uma das mais belas paisagens da Mata Atlântica*”. Sobre isto, outro relato de um casal de agricultores foi colhido pelo pesquisador durante as entrevistas; eles contam como, todos os anos, mais ou menos nas décadas de 1930 e 1940, praticamente toda a família ia desfrutar alguns dias de “férias” nas praias do litoral:

(fala ele) Antigamente isso aqui era uma estrada que nem tinha ainda, era uma picada, e tu vê como é que os caras faziam antigamente para veranear, vinha lá da Barra do Ouro, daqueles lugares de lá, porque eles se juntavam os colonos, aí botavam tudo numa carreta de boi, mantimento, feijão, panela, coisarada numa carreta bem enrolado. (fala ela) Lá numa casa o meu pai, todo ano em janeiro, ficava só um em casa pra cuidar da casa, então nós vinha de

---

<sup>173</sup> Faziam parte desta viagem, contada por um de seus participantes, quatro carros compostos por moradores locais e algumas autoridades regionais.

carreta de boi até o Zéca Pinheiro, depois descia de barco empurrando de taquara um de cada lado até a Barra do João Pedro, depois dali a gente pegava uma carreta de boi pra leva lá pra Capão (A senhora morava na Barra do Ouro?) Não, lá no Pinheiro, mas é longe também, a gente tinha que tomar banho bem cedo quando não tinha ninguém pra ninguém ver. (Isso que época era?) Faz 62 anos. (Nessa época então já tinha balneário ali em Capão?) (fala ele) Sim, eles tomavam banho no mar, acampavam, mas era uma festa quando subiam tudo na carreta, hem? (fala ela) Barbaridade, e tu acredita que uma noite, deu uma tormenta na Lagoa e era perigoso aí tiveram que soltar uma coisa pra segurar o barco e tivemos que botar as barracas tudo ali porque os mosquito Deus que me perdoe.

Repare-se nas enormes dificuldades de se empreender uma viagem como esta, deixando para trás a propriedade e praticamente tudo o que a família possuía. Comparando-se com os dias de hoje, quando, por exemplo, um ônibus de Porto Alegre leva pouco mais de uma hora para chegar ao litoral, vê-se que os agricultores tinham, sim, a capacidade de reconhecer a importância estética da paisagem, mas também os aspectos positivos que o ambiente lhes proporcionava em termos de bem-estar e de qualidade de vida. Obviamente que esta característica não se perdeu no tempo, mas continua a se manifestar na região. Este é o caso, por exemplo, de um horticultor entrevistado, o qual costuma se aventurar pela floresta, morros e cachoeiras próximas a sua propriedade:

(E tu costuma subir lá em cima no mato?) Costumo, às vezes, pelo menos uma duas vezes por ano, prá ir da uma olhada. Olha, eu sempre gosto de ir mesmo, porque pra quem gosta de natureza tem aquela cascata lá, e que é muito bonita, quem conhece a do Garapiá e conhece aquela ali diz que aquela ali é mais bonita. (Só que aquela é mais difícil de chegar) É, mais lá tem estrada e as trilhas e com as chuvas agora tá bonito ali. O problema dessa ali é que a água é escassa, dá uma estiagem e desaparece, fica só um fio. A primeira vez que eu subi em cima do morro lá, nem sei quando foi, eu fui lá em cima foi eu e mais dois primo. Chegamo lá em cima do morro e aquele chato todo lá e já chegamos era doze horas, meio dia: ‘tá, agora vamos fazer o nosso lanche’. E fomos procurar água, pelo menos água pra tomar, pão com lingüiça e a água, porque já era doze horas: ‘não tem problema, nós subimos aqui desse lado de cá e vamo por aqui pra ver se nós achamo a Água Caída, o arroio da Água Caída. É fácil, é ligeirinho, até porque da pra olha daqui, né?’ E andamo pra nossa esquerda de quem vai pro lado da linha da Encantada, do outro lado do morro. E o sol começou a cair e eu disse: ‘meu deus’. Daí eu disse meu deus, porque meu pai contava que tinha uns cara que se perdia muito, porque era sem prática. Bom, terminamo comendo a lingüiça, pão seco e pra matá a sede foi com a cachaça. Mas depois resolvemos logo, nós tavamos muito perto da água, só que as águas do outro lado do morro, já pra Encantada, pertinho, não tinha uns 100m.

Ou ainda nesta experiência relatada por um bananicultor e criador de gado, e que dever ter se passado uns 15 anos atrás mais ou menos, sobre a “aventura” de cruzar os morros da Reserva Ecológica existente em Maquiné e que é conhecida na região como “faxinal”:

Faxinal? Eu já tive lá, fiquei uma semana lá em cima. (...) Atravessamo de um lado ao outro por cima do morro. Saímos de manhã cedo de madrugada, porque até subi em cima onde tinha um rancho que era das pessoa parar lá. Chegamo lá em cima, levemo meio dia pra subi até lá em cima, levemo dois cavalo prá mantimento. Aí nós paremo lá em cima. Tinha um pinheiral coisa mais linda (...). Eu acho que lá tem que reservá. Cara, lá nasce o Rio Maquiné, lá eu tive na nascente do Rio Maquiné, lá tinha capivara, tinha ratão, tinha cutia, tinha quati de montão lá naquelas árvore lá. Nós pegamo um tatu pra comer, só pra comer, fácil fácil, se nós quisesse pegar dez nós tinha pegado. (...) Pra ti encurtar o caso meu amigo, saímos no clarear do dia e no anoitecer nós chegamo num perau como lá em cima e lá nós olhamo pra baixo, olha, lá é o Rio Ligeiro. Vamos descê que lá tem um rancho lá em baixo, chegemo morto de cansado, eta mundo velho.

Já outro agricultor, este um horticultor, portanto, com um sistema de produção tecnificado e totalmente inserido ao mercado, revela um conhecimento e uma sensibilidade interessantes no caso da preservação das árvores nativas da região. Além disso, embora este agricultor, como se verá mais adiante, seja um dos que mais se coloca contra certas restrições ambientais, ele apresenta uma proposta que está bastante próxima do que é defendido por muitos ambientalistas:

Tem louro, tem cedro, tem canela, caju, canela amarela, canela preta, canjerana, tem imbira vermelha, tem aguai, tem açoita cavalo, tem camboatá, tudo madeira de ótima qualidade, só aquela que não presta é a madeira vagabunda, vamos dizer assim, a bicuva, o tânho, essas são madeira mais o menos branca, que não é que nem aquelas outra, isso é louro, louro preto. Tinha que plantá isso, em todo o Rio Grande do Sul nós tinha que reservá uns 30%, 20%,. Claro que depende também da propriedade, pra bota esse tipo de árvore .

São exemplos como estes que contribuem para refutar a idéia de que os agricultores que lá chegaram vieram com o intuito e decididos a devastar a floresta. Se isto veio a ocorrer posteriormente, foi devido à complexidade gerada pela confluência de uma série de fatores que, conjuntamente, determinaram este processo, e não apenas porque havia na índole dos agricultores uma espécie de “vontade degradadora”.

Por outro lado, muito embora tenha que se reconhecer que esta admiração se restringisse, muitas vezes, ao uso potencial dos recursos disponibilizados pela floresta, deve-se atentar para o fato de que os habitantes destes locais nunca estiveram totalmente alheios à este ecossistema, concedendo-lhe, por vezes, uma relevância comparável a que é dada hoje a região pela sociedade em geral. Melhor dizendo, isto representa colocar em questão a afirmação de que os agricultores não

teriam a capacidade de perceber o quão belo, interessante e, por conseguinte, importante foi e, em parte, continua sendo a paisagem, os recursos naturais, a fauna, a flora e os rios que formam a Mata Atlântica nos confins austrais do Brasil. O que ocorre é que a forma como se dava esta valorização por parte dos agricultores era (e continua sendo) totalmente diferente da concepção romântica e idealista (como é o caso de muitas formas de “turismo rural”) ou ainda “cientificista”, e muitas vezes alienada, que impera hoje sobre a Mata Atlântica. Muito embora as expressões usadas e a maneira como os agricultores valorizassem, e ainda valorizam a paisagem da qual também fazem parte, possam ser bastante distintas (o que é compreensível, pois, por trás disso, encontra-se toda uma construção de cosmovisões diferenciadas sobre o mundo e o meio ambiente), isto não quer dizer que estes agentes não possuíssem uma sensibilidade para tais aspectos.

Neste sentido, pode-se perguntar quantas pessoas, nos dias de hoje, quando a ecologia é ainda um assunto da hora (e da “moda”), costumam parar o curso de suas viagens para, simplesmente, apreciar a paisagem por onde cruzam? Quantas famílias “urbanas”, por exemplo, ao saírem de férias para veranejar nas praias do Litoral Norte, prestam-se a estacionar seus carros (como o fizeram aqueles viajantes de 90 anos atrás) nos vários parados existentes à beira das lagoas que vão margeando a BR101 e a “Free Way” para “curtir” as belezas destas paisagens que mais parecem saídas de uma pintura arcadiana do século XVII? Talvez o número absoluto de apreciadores possa até ser elevado mas, pensando comparativamente aos que assim não o fazem, qualquer estatística que venha a ser feita atestará a sua quase insignificância em termos proporcionais.

Além disso, ao dar-se conta de que os agricultores que vivem no agro-ecossistema da bacia do Rio Maquiné estão colocados “dentro” deste espaço ecologicamente interessante, quer dizer, são também parte da biodiversidade local, percebe-se que estes agentes estão a todo momento sendo influenciados pelo “ambiente natural” que os rodeia. Como resultado disso, é óbvio que os agricultores terão uma grande vantagem inicial no que se refere à capacidade de perceber e de se relacionar com os elementos não-humanos deste ambiente, o que, um última análise, permite a construção de relações muito interessantes entre a espécie humana e o meio ambiente. Diferentemente dos cientistas e acadêmicos, dos turistas, dos

responsáveis pela fiscalização ambiental, enfim, daqueles que vêm de “fora” (estes, muitas vezes, com uma visão completamente idealizada sobre o meio ambiente e a floresta), os agricultores encontram-se efetivamente sendo colocados “à prova” pelos condicionantes ecológicos que os cercam. Por conseguinte, estes agentes possuem um *saber* importantíssimo sobre as questões relacionadas à problemática ambiental e que não podem ser simplesmente dispensados devido a algumas ações supostamente “inconseqüentes” por eles levadas a cabo.

É preciso compreender, antes de se fazer em tais avaliações precipitadas, que estas práticas, que à primeira vista podem parecer “ecologicamente incorretas”, são resultado da própria complexidade de relações (sociais, culturais, simbólicas, ecológicas, econômicas e políticas) que envolvem os agricultores e os demais habitantes dos agro-eco-sistemas (principalmente aqueles que estabelecem algum tipo de mediação com aqueles agentes). Enfim, mesmo que os canais abertos para as questões ecológicas tenham tomado espaço no seio da sociedade civil brasileira e gaúcha, tendo sido com isso extremamente ampliadas as possibilidades de dissipação de tais idéias, o que se vê, analisando em retrospectiva o agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, é que a importância dada ao meio ambiente nos dias de hoje não é prerrogativa somente do tempo presente, mas sempre existiu entre os habitantes locais, mesmo que de uma forma pouco consciente e diferenciada do que é hoje.

Além disso, outro exemplo que põe em xeque a suposição de que haveria uma inclinação “natural” dos agricultores para a devastação premeditada das florestas é o fato das madeireiras que, embora tenham assumido um papel importante no desenvolvimento econômico local, não foram nem de longe uma das atividades principais deste período no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné. Tal como em outras regiões de imigração, “*a exploração madeireira foi, no entanto, uma espécie de complemento da atividade colonizadora que tinha, como objetivo principal, o desenvolvimento da agricultura*” (Schmitt, 2001, p.197). Corroborando esta característica de complementaridade, De Boni e Costa (1984, p.209) apontam o fato de que foi somente a partir da década de 1930, que o número de firmas que exploravam madeira na região da Serra teve um crescimento significativo (além do que, segundo esses mesmos autores, até mais ou menos 1910, estes estabelecimentos eram quase inexistentes). Apesar destes serem dados mais gerais, não sendo,

portanto, referentes especificamente ao agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, é pertinente a suposição de que, também nesta região, as serrarias se enquadravam com uma entre outras atividades comerciais beneficiadas pelo crescimento econômico e produtivo então em expansão, e não como uma espécie de “carrasco” responsável pela destruição da floresta.

Na verdade, talvez até se pudesse dizer, contrariando certas posições de alguns economistas e mesmo de certos ambientalistas, que a chegada dos imigrantes ao Litoral Norte tenha sido um dos fatores responsáveis pela manutenção de grande parte da Mata Atlântica no Litoral Norte e não o contrário. Ou seja, se este processo de colonização não tivesse ocorrido, como garantir que não se passaria no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné o mesmo que aconteceu, nesta mesma época, por exemplo, com o sudoeste paranaense? Como se sabe, esta região se viu invadida por grandes companhias estrangeiras interessadas somente na extração de madeira, o que, em um curto período de tempo (cerca de 10 a 20 anos), ocasionou a completa devastação da mata nativa local.<sup>174</sup> O que este evento em particular demonstra, em síntese, é que foi a conseqüente marginalização destes agricultores, na sua maioria posseiros emigrados de outras regiões do país (uma grande parte veio expulsa do Rio Grande do Sul devido à política de colonização dos governos federal e provincial)<sup>175</sup>, que possibilitou a implantação de um modelo produtivo altamente degradador do ponto de vista ambiental.

Neste sentido, pode-se indagar, também, se a ausência dos agricultores familiares do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné não acabaria permitindo que se instalasse, nos seus vales, o sistema de pecuária tal como ocorreu em boa parte da Mata Atlântica na região sudeste?<sup>176</sup> Ou ainda de um tipo de agricultura moderna (cujo padrão é, em geral, altamente degradador do ponto de vista ambiental) baseada nos moldes do que é hoje, por exemplo, a produção de laranja e de café em

---

<sup>174</sup> Sobre este processo, consultar Dean (1996).

<sup>175</sup> Esta constância migratória dos agricultores familiares é uma característica marcante na história do país. Como mostrou Martins (1997a), a dinâmica da agricultura brasileira tem sido assinalada por um permanente “desenraizamento”, ou seja, pela imposição de relações de dominação que requerem destes agricultores a necessidade de estarem constantemente migrando de um lugar para outro. Com isso, estas pessoas acabam sendo obrigadas a reproduzir uma história secular de itinerância e perambulação pelos rincões mais afastados do Brasil, indo parar, na maioria das vezes, naquilo que o “senso comum” denomina de “fronteiras agrícolas”.

São Paulo, ou ainda de soja no centro-oeste brasileiro? Sobre este último caso, igualmente é bem conhecido o que se está a fazer com o Cerrado, um dos ecossistemas, junto com a Amazônia e a Mata Atlântica, mais importantes do país em termos de biodiversidade.

Quer dizer, mesmo sendo esta uma mera especulação, não é de se desprezar a grande possibilidade de que, sem a efetiva instalação dos imigrantes, as belas paisagens que desenham hoje a Mata Atlântica do Litoral Norte tivessem sido também levadas a sucumbir frente aos processos de modernização que caracterizam um tipo de agricultura empresarial. Ou, o que seria ainda mais devastador, por um modo de exploração do meio do tipo que se vê atualmente nas chamadas “frentes pioneiras” do norte do país, onde persistem relações de dominação patrimonial muito debilmente disfarçadas nas supostas liberdades trazidas pelo modo de produção capitalista<sup>177</sup>. Ocorre que, ao chegarem nos agro-eco-sistemas os novos mediadores ligados às questões ambientais, poucas vezes lembram de destacar estes aspectos os quais deveriam ser amplamente valorizados.

### ***6.5 Os agricultores e as transformações sociais no início do século XX***

A terceira transformação, em certos aspectos a mais perturbadora, é a desintegração de velhos padrões de relacionamento humano, e com ela, aliás, a quebra dos elos entre gerações, quer dizer, entre passado e presente. (...) Na prática, a nova sociedade operou pela destruição maciça de tudo que herdara da velha sociedade, mas adaptando seletivamente a herança do passado para uso próprio. (...) A maneira mais eficaz de construir uma economia industrial baseada na empresa de livre mercado era combiná-la com motivações que nada tivessem a ver com a lógica do livre mercado - por exemplo com a ética protestante; com a abstenção da satisfação

---

<sup>176</sup> Sobre este processo, Dean (1996) mostra como a implantação, nesta região, de um modelo baseado na pecuária bovina determinou a devastação da maior parte da Floresta Atlântica ali existente.

<sup>177</sup> Uma análise interessante sobre este processo é apresentado por Martins (1997a, p.93). Neste trabalho, o autor salienta a necessidade de perceber que “o capitalismo certamente não é apenas constituído do quadro de opressão e violência contidas nas informações sobre a peonagem no Brasil atual. Mas o capitalismo, certamente, é também o conjunto dos processos sociais, procedimentos e situações que esse quadro nos revela. Para explicá-lo é necessário compreender que o tema do capital não é concretamente apenas o tempo unilinear do progresso, da modernização, da conduta racional com relação a fins e do desenvolvimento.”

imediatamente; com a ética do trabalho árduo; com a noção de dever e confiança familiar.

Eric Hobsbawm, 1995, p.24-25.

Como era de se esperar, a então Colônia Marquês do Herval (Barra do Ouro) viu-se envolta em um processo de rápido aumento populacional, contando, já em 1920, segundo recenseamento feito na época, com uma população de 2336 habitantes (Dalpiaz, 1999, p.574). Um indicativo interessante que corrobora esta situação de consolidação do sistema *tradicional-colonial*, e que poucas vezes é considerado (pois há sempre o privilegiamento dos aspectos mais ligados à economia quando se pretende mostrar o dinamismo de certas regiões), é o fato de existirem, na Barra do Ouro de 1930, elementos culturais que, se fossem vistos do ponto de vista dos padrões “eurocêntricos” da época, certamente seriam considerados bastante “evoluídos”. Veja-se este depoimento de um agricultor com idade avançada que viveu durante este período:

A gente vivia na colônia, mas já tinha colégio aqui logo depois quando chegaram os imigrantes. (...) E aqueles velhos que eram muito católico, eles tinham curso de padre, mas não chegaram a se formar, eles eram os cantores daqui, eram quem regiam o coro da igreja. Até inclusive eles requereram um padre, mandaram notícia pro papa e o papa mandou um padre prá cá. O nome dele era Augustim Felizola. Depois, aqui tinha uma banda de música muito boa, dizem que era considerada uma das melhores bandas de música do RS. E dizem que eles tinham um rapaz que era de ouro. Um tal de A.C., ele era fiscal estadual, era do Fisco E ele era muito correto, essas coisa e tal, e requereu do governo italiano que mandasse um conjunto de música prá usa prá aqui prá paróquia. E o governo deu. Eu não lembro mais quantos, mas parece que eram doze ou quatorze, era completa a banda, mas que instrumentos aqueles, baahh, era coisa mais linda aquilo. E ele formou uma turminha aqui de músicos, filhos dele, amigos, rapaziada aqui da volta, uns também de idade. Esse L.A, esse velho era o regente que tinha, ele tocava pistão, ele tinha até uma boca assim. Esse L.A. tinha os livros de música e eles tocavam tudo por música, tudo como é as letra de música mesmo. Nas festa eles armavam o palco no meio da rua na frente da igreja e depois subiam lá cima e tocavam lá em cima do palco e na hora da cerimônia da igreja chamavam o coro da igreja e então subiam tudo e tocavam (Rosa, 22 de junho de 97).

Entretanto, a questão que se coloca neste momento é o que fez com que esta localidade, que viu desenvolver-se uma forte prosperidade econômica e material nos primeiros 30 anos de imigração, fosse levada, 70 anos depois, a reduzir sua população para 1500 pessoas aproximadamente<sup>178</sup>? Quais os elementos que levaram

<sup>178</sup> Este número refere-se, segundo Censo 95/96, somente ao distrito de Barra do Ouro. No entanto, este quadro de baixa densidade demográfica permanece se forem computados os dados de todo o



estes agricultores a diminuírem a intensidade do uso da terra e dos “recursos naturais” de que dispunham a tal ponto que, durante o próximo quinquênio, pudessem ter desencadeado a expressiva regeneração da floresta secundária (que é, em última análise, o que hoje tanto caracteriza o agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné em termos ecológicos)? Teria sido uma espécie de “erro tático” dos agricultores que, por desconhecimento ou por uma falta de visão dos acontecimentos, não souberam responder aos limites a eles impostos? Ou, ao contrário, seria novamente a articulação conjunta dos aspectos socioculturais que marcavam a vida cotidiana dos agricultores com os elementos não-humanos locais (a floresta, principalmente) que, vendo serem exauridas todas as suas capacidades de regeneração, não podiam mais sustentar o padrão produtivo vigente?

À primeira vista, uma reflexão precipitada sobre o fenômeno envolvendo o processo de consolidação, desenvolvimento e estagnação do padrão produtivo *tradicional-colonial* poderá indicar a instalação premeditada de um modelo fadado ao fracasso, representando, portanto, uma espécie de “suicídio anunciado” dos agricultores. Entretanto, como já foi brevemente antecipado, ao analisarem-se os fatos sob esta perspectiva, não se estaria considerando que os indivíduos e famílias que chegaram ao agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné conseguiram recriar uma forma de agricultura bastante interessante e “eficaz” para os seus propósitos<sup>179</sup>. Como resultado disso, é verdadeiro inferir que as formas *tradicionais* de apropriação do meio, baseadas nos sistemas de pousio-queimada-cultivo, carregavam e continuam a carregar consigo também uma “racionalidade”, a qual se encontrava totalmente condizente com a realidade na qual estes agentes estavam inseridos. Não será por acaso também que, até recentemente, os agricultores remanescentes continuarão desenvolvendo uma variabilidade de sistemas de produção extremamente complexos baseados no uso desta prática de manejo<sup>180</sup>.

---

município de Maquiné, o qual possui hoje uma população aproximada de pouco mais de 7000 pessoas.

<sup>179</sup> Esta capacidade ecológica interessante é também apontada por Diegues (1996), o qual desmistifica a idéia de que o maior responsável pela diminuição da biodiversidade e pela destruição das florestas e dos ecossistemas naturais do país teria sido a candente “falta de raciocínio” dos agricultores *tradicionais*.

<sup>180</sup> Sobre isto, ver Gerhardt et alli (2001).

Do mesmo modo, ao aceitar a idéia de que haveria uma suposta “irracionalidade” inerente aos agricultores, para explicar a adoção de tal instrumento de manejo, estar-se-ia negando que, por trás desta “escolha”, estava em curso, além das alterações ecológicas e da produção de “subjetividades” pelos grupos e agentes sociais, todo um contexto histórico a influenciar, de uma forma ou de outra, suas ações. Em outras palavras, isso representa dizer que não se pode simplesmente esquecer o fato de que existia sim e, objetivamente, todo um movimento de “socialização” (no sentido durkheiminiano) dos agricultores. Em outras palavras, estes agentes estavam colocados em uma situação em que havia concretamente a articulação de certas forças sociais, certos preceitos morais e comportamentais que, naquela época, estavam prevalecendo no contexto da sociedade brasileira e também sul-rio-grandense<sup>181</sup>.

Soma-se a isto, no caso dos agricultores, o fato de que, por mais que estivessem física e culturalmente distantes dos grandes centros e das grandes transformações sociais da época, estes continuavam sendo, em alguma medida, afetados pelas decisões econômicas dos governos nacional e provincial, pelas políticas públicas adotadas por seus representantes, enfim, pelo quadro político-econômico do Brasil e do Rio Grande do Sul daquele período. Além do mais, não se pode olvidar, também estavam imersos em todo um sistema de atitudes, instituições e condutas éticas que orientavam e condicionavam as relações humanas de então. Por exemplo, mesmo que tenham existido já, em vários extratos da sociedade brasileira e gaúcha do início do século, algumas tentativas de “levantes preservacionistas”<sup>182</sup>, além, é claro, da própria adoção (consciente ou não) de certas práticas conservacionistas por parte de alguns agricultores (mais “ecológicos”?), isto não elimina o fato de que o “sentido do desenvolvimento” deste período prosseguirá em uma direção contrária a estas posturas, pode-se dizer, talvez, “vanguardistas” para a época.

---

<sup>181</sup> Não obstante ao que foi colocado, alerta-se que a postura adotada aqui tem pouco a ver, por exemplo, com a idéia de *coerção social* tal como foi formulada por Durkheim (1963 *apud* Costa, 1997). O que se pretendeu foi meramente reconhecer que os indivíduos, vivendo em sociedade, estarão sempre sendo colocados frente a um conjunto de forças sociais (as “regras” da sociedade) as quais terão que responder. Todavia, é preciso admitir também que estas forças não estão postas independentemente das vontades e escolhas destes indivíduos pois, se assim acontecesse, estes se tornariam meros objetos, peças mal fabricadas de uma engrenagem qualquer.

Primeiramente, para entender melhor a consolidação do padrão produtivo *tradicional-colonial* instalado no Estado desde o século XIX, é preciso lembrar qual era a conjuntura político-institucional vivida pelo Rio Grande do Sul naquele final-começo de século. De modo geral, este foi, sem dúvida, um período, de certa forma, “otimista” (como se pôde ver no relato anterior sobre a inauguração da estrada Taquara-Barra do Ouro), quando a crença nas potencialidades do progresso técnico e econômico ilimitado era visto ainda quase que como um caminho único e necessário para a superação dos problemas que a humanidade viesse a enfrentar. Era também este o positivismo simplista que influenciaria sobremaneira os governantes provinciais, fazendo com que, durante mais de 30 anos, Júlio de Castilhos e, depois, Borges de Medeiros, adotassem políticas que seguiam a idéia comtinaiana de que *“somente são reais os conhecimentos que repousam sobre fatos observados”* (Comte, 1973, p.10).

Sob esta esfera de pensamento, portanto, resta pouco espaço para o mito, o teológico, o metafísico. Atribuições estas seriam, também, e cada vez mais, daí por diante, encaixadas e, logicamente, rapidamente desqualificadas. Este é o caso, por exemplo, de idéias sobre o meio ambiente que ressaltassem os aspectos mais abstratos do meio natural, tais como: as suas belezas estéticas e o seu caráter aprazível aos olhos humanos; certos sentimentos de tranqüilidade e que poderiam, talvez, estar vinculados à “criação divina” ou aos segredos da existência humana; a riqueza e complexidade das suas variadas formas de vida que formavam a floresta; e, por que não, os mistérios, segredos e demais aspectos ligados à dimensão simbólica que normalmente a idéia de “natureza” guarda no seu interior e os quais a inteligência humana não poderia, naquele momento, explicar cientificamente. Aliás, sobre este último aspecto, é interessante notar que, durante a fase de campo desta pesquisa, muitas vezes esta dimensão “mágica” despertada pelo contato mais próximo com a floresta se fez presente. Como muitas vezes acontece nestes casos, este trecho escrito na Caderneta de Campo (cuja qualidade do texto também acabou sendo influenciado pelo contexto local) mostra bem a contaminação do pesquisador por este sentimento de deslumbramento:

---

<sup>182</sup> Sobre isto, ver Dean (1996, p.254 a 279), Diegues (1996, p.111 a 124) e McCormick (1992).

Dia 05 de junho: hoje fomos visitar uma cachoeira pros lados do Serrito (um dos lugares mais afastados da ‘civilização’ maquinense). Um lugar muito lindo. No entanto, o que me chamou mais atenção foi o estado de isolamento a que os agricultores estão lá colocados. Quer dizer, neste local, pouco há que lembre a vida moderna de hoje (por exemplo, na casa do agricultor não tem luz elétrica e as estradas, num sobe e desce infundável, só podem ser percorridas a pé, a cavalo ou com carreta de boi). Além disso, somos colocados, a todo momento, frente à imponência das montanhas e da floresta (da Mata) que, ao olharmos para elas, parecem querer nos dizer alguma coisa. Quando escureceu, também pude perceber como este isolamento (e o silenciar das vozes humanas) junto com a imponência da natureza ao redor, torna fácil a imaginação começar a fabricar mitos, histórias e lendas. A cada segundo, desaparecem e renascem ‘perspectivas’. Qualquer som ou ruído, qualquer luz ou sombra, pode ser interpretada de infinitas maneiras. Enfim, o mistério e o sagrado parecem fazer parte do ar que se respira (2001, Caderneta de Campo do pesquisador).

Portanto, a construção de distintas cosmologias baseadas em tais atributos, ou ainda o romantismo inscrito na possibilidade de “contemplação da natureza” como forma de se atingir a harmonia entre o ser humano e o mundo ao seu redor (como defendido, por exemplo, por Thoreau (1853) e Marsh (1864)<sup>183</sup>, contemporâneo estadunidense desse tempo), declinara finalmente frente ao utilitarismo do crescimento econômico. Envolvido nestas discussões, mesmo o pensamento mais preocupado com as questões ambientais acabaria sendo pressionado a aderir a este “uso racional” dos recursos naturais. Assim, no início do século XX,

não era no terreno mítico, contudo, que se travava a batalha pela preservação da floresta. O que estava em questão eram direitos privados de propriedade - porque quase todas as florestas públicas já haviam sido usurpadas. Por isso, conservacionistas como Lourenço Baeta Neves e F. S. Rodrigues Brito preconizavam limites à exploração de florestas privadas. ‘O proprietário da terra é apenas um guardião do solo, que lhe foi confiado pelas gerações passadas; a propriedade territorial deve ter uma função social, atendendo ao interesse coletivo’ (Dean, 1996, p.260).

Estranha correspondência esta com os dias atuais e que mostra como a problemática da “função social” da terra, discutida sempre que se fala sobre o tema da reforma agrária, é antiga na historiografia brasileira. Por outro lado, segundo a perspectiva dominante e já consolidada no início do século XX, deveriam ser, outra singular coincidência, o “desenvolvimento sustentado” e o uso racional dos recursos naturais as estratégias mais adequadas e que levariam à possibilidade de propiciar o *progresso* da sociedade em direção a sua maturidade enquanto um organismo coletivo e ordenado (Aranha e Martins, 1986, p.182).

---

<sup>183</sup> Sobre a gênese histórica das concepções “ambientalistas” atuais, consultar Mckormik (1992) e Diegues (1996).

Conseqüentemente, também restará, agora, pouco espaço para práticas e ações sobre o meio ambiente (como, por exemplo, técnicas agrícolas e certos tipos de manejos) que não resultassem, por exemplo, em um “ganho” imediato ou cujos benefícios só poderiam ser avaliados a longo prazo. Mesmo que, por vezes, ainda se possa encontrar parcialmente destituída de uma lógica propriamente capitalista (pois estes ganhos poderiam se destinar, em primeiro lugar, à garantia das condições de vida e de reprodução da família do agricultor e não ao mercado ou à geração de lucro), a ordem hegemônica, agora, passaria a ser regida despoticamente pelo imediatismo do “resultado”. Neste contexto, é fácil perceber, a “maximização” dos recursos disponíveis (neste caso, da Floresta Atlântica) mostrava-se uma conseqüência bastante lógica.

Do mesmo modo, esta característica tem a ver, também, com o início, no Rio Grande do Sul, de todo um movimento de consolidação do próprio “projeto moderno” que, nas palavras de Bourg (1997, p.102), esperava *“que o saber científico e o poder técnico por ele conferido proporcionassem a Redenção, (...) a emancipação de toda a espécie de constrangimentos naturais pela ultrapassagem de todas as nossas fontes de insatisfação”*. É assim, também, que se poderá passar a desejar, através do mito da efetivação de uma racionalidade total e absoluta, a dominação dos processos “naturais”. Enfim, este é um período fortemente marcado pela suposição de que seria possível à humanidade chegar, à semelhança de Deus, a conhecer todos os “segredos da natureza” de modo a obter, assim, o controle sobre todas as formas vivas e não-vivas.

Mas, o que tudo isto tem a ver com os agro-eco-sistemas, em particular aquele formado pela bacia do Rio Maquiné? Embora as “cidades” e os “meios urbanos” sejam naturalmente aqueles que mais estarão sendo influenciados por tais idéias, não se pode negar que os “espaços rurais”, da mesma forma que, muitas vezes, hoje acontece com a introdução da problemática ambiental, mesmo que qualitativamente diferenciados, serão também afetados. Isto, porque, como em qualquer processo histórico, este período seria marcado por um complexo movimento de encadeamentos e desencadeamentos que levaram à formatação de um modo de ver o mundo que irá, em muito pouco tempo, se espalhar capilarmente por toda a sociedade da época. Ou seja, a possibilidade de “domar a natureza” (como se

viu no item anterior, já previamente construída empiricamente através das práticas diárias dos agricultores) será agora referendada e legitimada oficialmente através dos meios científicos, dos administradores locais e dos promotores de políticas de desenvolvimento rural e agrário (concepções estas que permanecerão hegemônicas e sem respostas minimamente articuladas de contraposição, até mais ou menos o final da década de 80).

Obviamente que isto irá acentuar ainda mais os processos de devastação que, no Litoral Norte, já vinham sendo lentamente intensificados desde a chegada dos alemães a partir de 1826. Visto sob este ângulo, quando o mundo desenvolvido do norte já tinha passado pelo auge da “revolução industrial”, e no qual o meio ambiente entra apenas como simples recurso (e, durante muito tempo, pouco se cogitou sobre a hipótese de que estes “recursos naturais” pudessem ter um fim ou que as novas formas de apropriação do meio pudessem trazer conseqüências negativas), o aumento dos desmatamentos da floresta, a acentuada utilização das queimadas como forma de “limpar” os terrenos, o crescimento do uso das madeiras de lei em serrarias e madeireiras, tudo isto estava de acordo com a proposta de implantação do novo padrão (agora capitalista) também na costa litorânea sul-rio-grandense e, particularmente, no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné.

Entretanto, como se sabe, a geração de tecnologia considerada como um conhecimento ou saber “acabado” e, segundo um positivismo vulgar, pronto para ser descoberto (Aranha e Martins, 1986, p.182), acaba não levando em consideração, no tempo e no espaço, as possíveis conseqüências não tão positivas destas inovações. Assim, segundo a concepção que iria imperar de agora em diante (do *progresso* como algo sempre positivo e que invariavelmente traz melhorias), se a queimada, o desmatamento e a diminuição do tempo de pousio revelavam-se “úteis” em termos de geração de benefícios (sejam estes na forma de capital disponível, na aquisição de mais terras ou mesmo na ampliação das condições de bem-estar dos agricultores, como é o caso da construção de uma nova casa, de um novo paiol, enfim, de novos “melhoramentos”), estas práticas tenderão a ser generalizadas independentemente do lugar onde serão utilizadas e do tempo que isto irá perdurar. O que importa, sob esta perspectiva, é o que pode ser observado (neste caso, sobre a produção agrícola) e não

as incertas e provavelmente falsas conjecturas feitas *a priori* e, conseqüentemente, sem comprovação através da observação e da realidade objetiva.

Além disso, como não havia ainda sido deflagrada a “corrida pela produtividade”, instalada posteriormente com a chegada da “Revolução Verde” nos anos 60, a ampliação da produção dos agricultores era feita basicamente através do aumento da área plantada ou ocupada com outra função agrícola qualquer. Como é fácil perceber, isto implicava a diminuição das áreas reservadas à floresta ou ao pousio. Em síntese, o que todo este contexto sociocultural vem mostrar é o fato da “mata” poder ser, agora, legitimamente vista como uma espécie de “reserva de valor”, pronta para ser utilizada a qualquer momento pelos agricultores. Daí, talvez, uma das explicações de se adotar este sistema por tanto tempo, sem que tivesse havido uma reflexão mais apurada sobre suas conseqüências a longo prazo<sup>184</sup>.

Neste sentido, é interessante salientar aqui que não foram só os agricultores que fizeram proliferar certas técnicas ambientalmente inadequadas de plantio como, por exemplo, a queimada e a lavração continuada. A bem da verdade, em ambos os casos, mas particularmente quanto ao último, é bastante conhecido o enorme incentivo e esforço empreendido pelos extensionistas a partir de 1960, para que os agricultores adotassem e potencializassem este tipo de manejo (entre agricultores e extensionistas, era, e talvez seja ainda, muito comum ouvir-se que a melhor terra para plantar é a “terra fofa” e “bem limpa”). Foi preciso muito tempo até que o próprio meio científico e os pesquisadores, mas também os técnicos e extensionistas envolvidos na sua disseminação, se dessem conta e aceitassem que suas recomendações é que poderiam estar sendo as verdadeiras responsáveis pelos efeitos “negativos” que estes sistemas de cultivo geravam, tanto no que se refere à degradação do meio ambiente (particularmente no que se refere à biologia e à

---

<sup>184</sup> É preciso, no entanto, atentar para o fato de que, mesmo considerando a importância de todo este contexto sobre a forma como seriam construídos os sistemas produtivos, isto não quer dizer que todos os agricultores estavam inapelavelmente submetidos a tais arbitrariedades. Ou seja, o que se está apresentando aqui, não é uma explicação única e total sobre os fenômenos envolvendo agricultores e o meio ambiente, mas sim, como dito desde o início, mais uma das perspectivas possíveis de se encarar os elementos que compõem a “problemática ambiental”. Dito de outra forma, apesar de existirem forças sociais importantes atuando sobre estes agentes, é preciso entender que os agricultores sempre conservaram a capacidade de “reagir” a tais imposições, produzindo com isso novas formas de perceber a realidade e, logicamente, de atuar sobre o meio ambiente. Esta faceta “autodesignativa” dos agricultores é tratada brevemente no próximo tópico e também no capítulo seguinte.

estrutura física dos solos) como no caso da deterioração das condições sócio-econômicas das famílias rurais.

Outro aspecto importante para se entender o porquê do declínio da agricultura *tradicional-colonial* na região é o fato de que os imigrantes italianos e alemães, diferentemente dos índios, açorianos, estancieiros e caboclos, trouxeram já interiorizado da Europa o que é comumente chamado de “centralidade do trabalho”. Sobre este particular, puderam comprovar Gehlen e Mélo (1997, p.106),

os colonos que migraram para o sul do Brasil, (...), já tinham incorporado a noção de trabalho como valor ético central, o que os distinguiu dos latifundiários, fazendeiros, caboclos e índios. Não eram, porém, comandados pelo tempo, como regulador do trabalho. Não eram coagidos pela determinação da produtividade, que acompanha a adoção de tecnologia modernas. Por isso, para melhorar a qualidade de vida, dependiam do tempo de trabalho (“trabalhar de sol a sol!).

Em outras palavras, esses herdeiros do “século da luzes”, quando Bacon (Nov. Org., I, p.74 *apud* Abbagnano, 2000, p.964) já anunciava o trabalho humano como o caminho para a “*obtenção de um ‘saber’ que fosse ao mesmo tempo ‘poder’ sobre a natureza, com vistas à satisfação das necessidades e dos interesses humanos*”, distinguiam-se completamente de seus novos “vizinhos nativos”. Ao contrário destes últimos, para quem o trabalho era indissociável à sua própria vida, não sendo visto, portanto, como uma condição de inclusão social, mas sim como parte da sua existência, os imigrantes europeus, embalados pela consolidação de toda uma “ética protestante”<sup>185</sup> durante o século XIX, traziam já incorporada uma concepção e uma valoração do trabalho totalmente diferente daquela disseminada entre os brasileiros e gaúchos que aqui viviam. Sobre isto, Kierkgaard, outro contemporâneo deste período, já anunciava, do ponto de vista da construção de uma nova “ética religiosa”, a estreita conexão que o trabalho deveria ter com a dignidade humana:

Quanto mais baixo é o escalão em que está a vida humana, menos necessidade há de trabalhar; quanto mais alto, tanto mais essa necessidade se manifesta. O dever de trabalhar para viver exprime o universal humano, inclusive no sentido de ser uma manifestação de

<sup>185</sup> Sobre este tema, Weber (2000), em seu texto mais conhecido, enfatiza a condenação ética da riqueza se esta vier acompanhada da “vadiagem”. De outra parte, aponta para a legitimação do trabalho (e do capital, ambos estando organizados através do “princípio de racionalização”) como uma forma de “glorificação do homem” perante Deus (2000, p.128).



liberdade. É exatamente por meio do trabalho que o homem se torna livre; o trabalho domina a natureza; com o trabalho ele mostra que está acima da natureza (Kierkgaard *apud* Abbagnano, 2000, p.966).

Talvez seja esta peculiaridade um dos fatores que irão contribuir para que se impute aos imigrantes uma suposta “aptidão natural para as lides do campo”, em contraposição a um certo desprezo para com aqueles que não se identificavam com este tipo de postura. Além disso, se juntarmos esta aparente propensão para o trabalho com a nascente lógica capitalista que viria a se consolidar em um curto período de tempo<sup>186</sup> e a hegemonização de uma ideologia do *progresso*, compreende-se por que estes agricultores coloniais acabarão posteriormente identificando, por exemplo, os caboclos e índios como “preguiçosos” e os estancieiros como “atrasados”, como se pôde perceber nos dizeres de alguns entrevistados, como é o caso deste agricultor produtor de hortaliças:

Foi o primeiro ponto que foi colonizado, parece que a regente Isabel acabou passando por ali com o pai dela; eles tinham já naquela época essa idéia de vim essa imigração da Alemanha pra colonizar o país, porque sabe, aquela vez era só um bando de caboclo, esses num têm visão de nada né?

Em síntese, pode-se dizer que muito do seu dinamismo econômico-produtivo se esconde no fato destes agricultores trazerem já incorporado aos seus *habitus*, um modo de ver o mundo em que a redenção e a felicidade só poderiam ser alcançadas através do trabalho e no qual a natureza era preferencialmente vista como um veículo para se atingir tal finalidade. No futuro, como não poderia ser diferente, o resultado deste encontro entre alteridades (idealizadas nas figuras do caboclo e do colono) irá acarretar a formatação de representações muito variadas sobre as atividades dos agricultores ligadas ao trabalho, o que ajudará também a enriquecer as posições tomadas sobre a problemática ambiental.

Não obstante o amálgama de concepções de mundo que gerado neste processo, e embora este tipo de comportamento certamente não tenha sido seguido à risca por todos os imigrantes e seus descendentes, haveria de existir a todo momento uma espécie de incentivo tácito, uma ordem velada e transmitida, constante e

---

<sup>186</sup> Alerta-se que, neste caso, o termo “capitalismo nascente” (usado aqui em seu sentido mais abrangente possível) serve apenas para o caso Brasileiro. Isto, porque, em muitos países, este processo já havia, na época, se consolidado há bastante tempo.

cotidianamente, através dos vínculos familiares e mesmo nas conversas entre vizinhos e “compadres”, de que era preciso, para “progredir na vida”, procurar sempre “trabalhar mais”. Com o tempo, esta expressão acabaria ganhando outros formatos contidos em designações como “vender mais”, “aumentar a produção”, “lavrar mais terras” e “semear mais áreas”.<sup>187</sup>

Além do mais, essa situação mostra que havia uma coerência entre as políticas governamentais e as “funções” que seus organismos oficiais tendencialmente procuravam imputar aos agricultores nesta época. Como lembra Veiga (2000, p.12),

num passado longínquo, o essencial era poder expedir para as cidades um volume crescente de mercadorias primárias que elas mais demandavam: alimentos, madeira, minérios e energia. Condição necessária, mas também suficiente, era dispor da base do triângulo: a capacidade de exploração racional de riquezas naturais raramente abundantes e nem sempre renováveis.

Contudo, entretanto os aspectos concretos em que historicamente os agricultores do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné estavam, e estão ainda mergulhados, tem-se que tomar o cuidado de não imprimir uma análise demasiado determinista sobre a realidade e os processos sociais a ela vinculados. Quer dizer, mesmo considerando a importância, para a construção de uma nova identidade por parte dos agricultores, das arbitrariedades administrativas e políticas dos governos provinciais; da hegemonia de certos preceitos morais da época; do peso das tradições e comportamentos trazidos da Europa pelos imigrantes; tudo isto imiscuído juntamente com a “lei da selva” que aqui foram inicialmente obrigados a enfrentar e as vicissitudes mais propriamente “ambientais” impostas aos seus sistemas produtivos, isto não elimina o fato de que sempre houve (e haverá), por parte de qualquer pessoa ou grupo social, uma apropriação subjetiva e particular da realidade que lhes é apresentada. Ou seja, não se pode esquecer que, a todo o momento, estão

---

<sup>187</sup> Não obstante este aspecto, não se pode negar que, para as condições em que se encontrava o Estado do Rio Grande do Sul até o final do século passado, este processo representou um importante papel de transformação nas relações de dominação econômica e social que então existiam. Neste sentido, é interessante verificar como a consolidação de um projeto de desenvolvimento para o Estado, baseado em um pensamento “positivista”, acabou mostrando-se “progressista” do ponto de vista do rompimento de parte das relações de poder estabelecidas pela política das estâncias. Como aponta Kliemann (1986, p.38), “o positivismo, que, na Europa, era sinônimo de conservadorismo, no

por se abrir novas possibilidades de que as respostas a tais influências não se apresentem idênticas de um lugar para outro, de um grupo social para outro ou mesmo de um indivíduo para outro. Sempre há espaço para o inédito, para o contingente, para a apropriação criativa daqueles que são colocados frente a determinados condicionamentos. Mesmo que os agricultores se encontrassem fortemente influenciados por processos de dominação, de dependência e de submissão para com o contexto social, político, econômico e, por que não dizer, ecológico vigente, isto não impede que tenha havido, e continue existindo, efetivamente toda uma construção particular do real por parte dos agentes sociais:

As relações se acentuam em torno do homem, mas imediatamente vão para além dele, porque o vinculam (de diversos modos) à realidade e ao mundo de que faz parte ou, em outras palavras, aos outros homens ou às coisas. Ora, essas relações não têm natureza estática. (...) Dizer que alguma coisa é possível significa prever e projetar ativamente. Portanto as possibilidades humanas geralmente têm mesmo um caráter de antecipação (porque voltado para o futuro) das expectativas ou dos projetos, e as normas que as disciplinam (...) servem para garantir que as relações humanas possam desenrolar-se da forma mais pacífica e ordenada possível. As expectativas ou projetos, porém, continuam sendo o que são: possibilidades cuja realização é mais ou menos segura, mas nunca infalível (Abbagnano, 2000, p.403).

Portanto, é preciso deixar claro o fato de que o processo de assimilação das características concretas impostas pelos ecossistemas formadores da Floresta Atlântica no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, pelos condicionantes macrossociais que então envolviam os agricultores e demais moradores da região, ou ainda pelas particularidades socioculturais que lhes eram próprias, não elimina o fato deste ter sido, a despeito de uma historiografia ufanista ainda muito propalada, um período penoso e extremamente complicado para quem o vivenciou. Longe do quadro épico ou mesmo sentimentalista, que vê a instalação dos imigrantes no Rio Grande do Sul como um total “sucesso”, fruto do trabalho e da inteligência dos agricultores ou, ao contrário, decorrente unicamente das forças sociais e dos processos econômicos existentes, este momento da história foi marcado por grande

---

*Brasil, no final do século XIX, teve um caráter progressista e socializante pelas idéias de industrialização, abolição da escravatura e socialização dos serviços públicos que pregava.”*

sofrimento e até por vários “fracassos” pagos, não poucas vezes, com a vida de muitos destes agricultores.<sup>188</sup>

Em resumo, por trás desta aparente “vitória” do homem sobre o ecossistema da Floresta Atlântica, esconde-se o fato de que estes agricultores se viram obrigados a montar um verdadeiro “laboratório” de práticas, estando este baseado na constante confrontação entre as suas trajetórias sociais anteriores e os conhecimentos adquiridos empiricamente através da lida nas roças, dos resultados obtidos com a adoção e seleção de certas espécies animais e vegetais, da experimentação de diferentes tipos de sistemas de cultivo que eram anualmente “testados” pelos colonos e, obviamente, do contato direto com a floresta e com a “população nativa” (e vice-versa) que lá já vivia há algum tempo. Naturalmente, estas verdadeiras “experiências” e experimentações exigiram destas pessoas um estado de constante aprendizado e atenção para com os elementos não-humanos com que constantemente se deparavam. Isto levou estas famílias, além de adotarem certas práticas localmente já bastante conhecidas, também a desenvolverem um conjunto muito variado de manejo e de sistemas de cultivo e de produção, sendo estes muito diferentes daquilo que caracterizava o “modo tradicional” europeu de produzir<sup>189</sup>.

Além do mais, evidentemente, isto não se restringiu apenas às práticas agrícolas, mas foi levado às últimas conseqüências, conformando modos de vida totalmente diferenciados de uma região para outra, de uma localidade para outra, de um vale para outro, e também de uma família para outra, de um grupo social para outro (como é o caso hoje dos samambaieiros do vale do Rio Maquiné). Ou seja, as possibilidades de amálgamas culturais a serem construídos eram, então, extremamente amplas, pois não havia ainda a formação, entre os imigrantes, de um sentimento de grupo e de pertencimento que os ligasse entre si. Como ressalta Willems (1980 *apud* Tramontini, p.208):

Um conjunto de imigrantes não possui, em regra, moral própria porque raramente existe um grupo. O que há são indivíduos que não tiveram nem tempo nem oportunidade para

<sup>188</sup> Sobre isto, um exemplo interessante pode ser constatado através do número de casos de suicídio e de problemas mentais registrados entre os imigrantes durante o início do século, cerca de quatro vezes maior do que entre os nativos (Ianni, 1972 *apud* De Boni e Costa, 1984, p.93).

<sup>189</sup> Sobre os diferentes sistemas de produção que caracterizaram a dinâmica agrária em todo o continente europeu ao longo do tempo, ver estudos feitos por Mazoyer e Roudart (2001) e Romeiro (1998).

constituir-se em grupos e desenvolver um moral próprio. Este pode surgir somente à medida que os imigrantes conseguem reorganizar, socialmente, sua vida, criando um novo sistema de obrigações e compensações recíprocas.

Neste sentido, vários foram os elementos e os mecanismos usados pelos imigrantes no processo de geração de uma nova identidade cultural. Não é pretensão, e nem caberia neste trabalho, abordar agora como foram recriadas estas condições. No entanto, pelo menos no caso particular do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, um dos aspectos que deve ter atuado como aglutinador foi o fato de que todos, sem exceção, estavam, pelo ambiente que os circundava, obrigados a responder às adversidades impostas pelo meio. Como salienta Tramontini (1999, p.207),

As dificuldades, os conflitos, as necessidades de superar problemas e adversidades, estariam na base da identificação do grupo, na construção de uma homogeneidade entre os colonos, da ‘comunidade étnica’, cuja única alternativa para sobreviver era ‘reprimir o sofrimento e trabalhar, trabalhar, e novamente trabalhar, até que a primeira roça esteja queimada e plantada e a primeira choupana provisória erguida’.

Quer dizer, embora, e sem sombra de dúvida, a construção da identidade do agricultor *tradicional-colonial* tenha passado necessariamente por toda uma vivência dada pela religião, pelos vínculos familiares, pela construção de representações ligadas ao simbólico, por uma forte vinculação à ótica da centralidade do trabalho, entre tantos outros fatores decisivos, o mato e a floresta estiveram entre estes elementos:

O reconhecimento de um determinado espaço como próprio ao indivíduo, à família e ao grupo mais amplo, é informado pela memória coletiva herdada de gerações anteriores. Os marcos ou pontos de apoio dessa memória são os próprios componentes da paisagem: rios, morros, montanhas, árvores..., que persistem mesmo que transformados pela ação do homem (Carneiro, 1998, p.163).

Ocorre que, na maioria das vezes, os mediadores sociais encarregados de levar a temática ambiental aos agro-eco-sistemas relegam esta dimensão socioambiental, negando, com isso, o fato de que os agricultores que lá vivem fazem efetivamente parte do ambiente que tanto estes mesmos mediadores querem proteger.

## **6.6 Do “progresso” também se chega ao “atraso”**

Em toda parte, a oscilação de mercadorias provocou uma crise ecológica. Se, no passado, o camponês elaborara uma combinação estável de recursos, a fim de subscrever um grau mínimo de subsistência, a mobilização separada e diferencial de recursos, como objetos a serem comprados e vendidos, punha em perigo aquele vínculo mínimo.

Eric Wolf, 1984, p. 336.

Portanto, é este o contexto regional em que o agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné encontrava-se inserido quando, a partir de 1920, o rápido crescimento populacional, produtivo e econômico desta região, ocorrido nos primeiros 40 anos após a chegada dos imigrantes, começa paulatinamente a enfraquecer. Uma primeira causa-conseqüência deste processo foi que, diferentemente dos primeiros anos, quando se podia planejar, escolher e programar o uso das áreas de floresta e o tempo de pousio a elas destinado, agora não há mais essa possibilidade. Com isto, o período que vai mais ou menos da segunda década do século XX até mais ou menos o final dos anos 1970 será marcado pela quase completa remoção das áreas cobertas com mata, sendo estas agora ocupadas e utilizadas nos diferentes sistemas de produção praticados pelos agricultores<sup>190</sup>. De uma maneira geral, os principais cultivos adotados pelos agricultores neste período foram milho, feijão e, mais tarde, suínos, como conta um horticultor entrevistado:

(Como era a agricultura no tempo do teu pai, o que se plantava na época deles?) O pai começou plantando feijão e milho prá vender. Prá arrumar um dinheirinho era com feijão e outras coisinhas, mas basicamente era feijão e milho e criar porco prá subsistência. (E onde é que plantava?) Plantava no morro, muita coisa no morro. Daí faziam a queimada, a roçada do capoeirão, faziam a queimada e plantavam o milho. (E o porco?) Botavam o porco também, faziam a encerra de porco (...). Mas no morro nunca se botou mais que um ha e meio por vez. (E como é que funcionava?) Isso aí é assim, derruba um ano, faz aquela queimada, planta o milho ali ou planta feijão, depois abandona até dar o ponto ali que fique mais ou menos fácil de roçar. (Daí vocês plantavam no máximo em um ano?) Um ano, uma plantação de milho por exemplo, depois se desse mais ou menos limpo eles capinavam, e eu também ajudei a fazer isso pra plantar mais uma vez o feijão. (Na safrinha daí?) Não, é que o milho no morro se colhe no mês de março, abril, maio, às vezes vai até maio, daí tem que esperar, daí a gente

<sup>190</sup> É bom alertar, no entanto, que esta remoção não foi feita toda ao mesmo tempo. Quer dizer, a paisagem de então era caracterizada por apresentar níveis de sucessão vegetal muito variados, indo desde as áreas de roças ainda em cultivo ou recém-postas em pousio, capoeiras em estágio avançado de recuperação ou ainda locais onde já imperava uma vegetação secundária próxima do que teria sido anteriormente a floresta atlântica.

vai lá e colhe. Se não vem em março, daí por essa época que é maio por exemplo, se colhe milho lá. Em julho e agosto já começamos a capinar porque no mês de setembro já se começa a plantar. Daí pagava a pena, mas se vem muito mato aí tem que largar porque não recompensa mais. (Aí fazia em outro lugar?) Sim. (E aquilo ficava quanto tempo sem usar?) Daí às vezes até seis anos, daí botava fogo e usava de novo ali, fazia o mesmo esquema e assim sucessivamente e ia trocando.

Portanto, este período será marcado pela progressiva intensificação do uso da terra, ainda que seguindo um esquema de reveasamento das áreas em produção, e que permanecerá até a chegada das novas tecnologias modernas durante a década de 1970, como mostra novamente o mesmo agricultor:

(e tu ajudou ali eles a trabalharem?) Eu peguei no fim isso aí. (que época mais ou menos?) Deve fazer uns 25 anos por aí, no começo eu tinha uns 14 anos, já trabalhava bem, e eu continuei isso aí dos 14 até perto dos 20 anos.

Hoje, esta intensiva utilização dos morros continua a ser lembrada por muitos habitantes locais, os quais costumam ressaltar o contraste entre esta época e o “abandono” que se vê hoje nestas áreas, como é o caso deste mediador técnico entrevistado:

(...) apesar que se tu comparar isso aqui com 20, 30, 40 anos atrás, quando o pessoal desmatava, queimava e plantava milho e feijão, aí no outro ano desmatava outro pedaço, queimava, né?, hoje em dia acabô porque como eles não tão mais plantando no morro e essas matas tão se auto-regenerando.

Porém, como já é possível antecipar, havia aí uma contradição que não poderia ser superada facilmente. Dito de outra forma, o fato dos agricultores terem sido forçados a empreender tamanho processo de desmatamento sobre as áreas de floresta, intensificando assim também o uso sobre as áreas de pousio, implicava desbalancear o relativo equilíbrio que tinham conseguido alcançar em relação ao meio cultivado nos primeiros anos de colonização. O fato das áreas de floresta, estas as maiores responsáveis pela reciclagem de nutrientes e pela recuperação dos solos durante os períodos de “descanso”, terem de ser “sacrificadas” para que os agricultores pudessem continuar reproduzindo seus sistemas produtivos, acabou revelando-se posteriormente um dos fatores que iria contribuir no processo de relativa estagnação da agricultura em contraposição à retomada da vegetação florestal. Mas, é preciso ver mais de perto como ocorreram estas mudanças.

Até praticamente os anos 1970, as famílias que chegaram ao agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, ao contrário do que poderia parecer, não se instalaram nas regiões mais planas dos vales (hoje consideradas as “melhores” áreas da região para a agricultura), mas sim em locais um pouco mais altos, quase na subida dos morros: *“Em 1922, passamos a morar em terreno do meu avô paterno. O local da casa era cortado pela estrada (...) e o rio ficava distante. Não víamos as enchentes, morávamos na encosta do morro, havia uma descida e depois a várzea, à margem do rio.”* (Nascimento, 1999, p.262).

Por outro lado, quem insistisse em permanecer nas áreas de baixada, era obrigado a enfrentar uma situação relativamente difícil do ponto de vista das condições de vida que estes locais ofereciam. Sobre isto, o relato de uma liderança política regional, o qual se refere mais ou menos à década de 40, mostra bem este quadro:

No alto da propriedade de meu pai, tinha uma lomba, e logo depois do banhado, uma figueira enorme na frente. Mas sem nenhuma explicação lógica, ele botou a casa no meio do banhado. Morávamos no banhado e (...) durante longos meses (três ou quatro) não podíamos pisar fora da casa, porque estava tudo alagado, o banhado ficava cheio (Silva, 1999, p.80).

Uma explicação para isto, como indica o relato acima citado, parece ser o fato das áreas de planície enfrentarem freqüentes problemas com inundações devido ao transbordamento dos rios da região (principalmente no caso do Rio Maquiné). Como ressalta Barroso (1999, p.187), uma historiadora do Litoral Norte, *“(...) os rios, ora aliados, não foram em outras circunstâncias. As enchentes do rio, logo depois de ali chegados, obrigaram os colonos a se mudarem para as encostas, deixando as férteis várzeas do rio.”* Sobre isto, outro exemplo foi apontado por um agricultor entrevistado sobre os seus antepassados: *“Eles ficaram mais próximos às montanhas e derrubavam nos morros porque nas várzeas a enchente passava por aqui, a água erguia e ficava embaixo d’água, aí eles moravam mais pro lado dos morros e usavam a queimada né, derrubavam e queimavam.”* Por outro lado, não é possível afirmar com certeza o quanto a ocorrência acentuada de enchentes naquele período era devido ao tipo de agricultura praticada pelos agricultores ou se já era uma característica preexistente. O certo é que elas ocorriam em períodos relativamente



freqüentes, como indicam outros descendentes dos agricultores quer viveram por volta dos anos 1920, 1930 e 1940:

Isso, bem aqui nessas terra mesmo, mais na costa do morro porque naquela época eles tinham muito medo de enchente. Pelo que se diz era mais que agora, a mãe do pai, que é a vó Pierina ela ficou sozinha aqui quando casou. Os irmãos e os pais dela foram tudo pra Capinsal por causa de uma enchente que deu muito grande, eles nunca calcularam o que tinha de água dentro da casa deles e hoje ninguém diz que deu enchente, mas deu uma enchente tão grande que arrancou tudo o paiol deles, os chiqueiro tudo, só ficou a casa porque era mais reforçada. Teve água na janela que eles tiveram que correr. Então eles se desgostaram, o tio do pai aí tudo por parte da minha vó, foram tudo pra Santa Catarina morá (...), só pra tu ver a história que era mais complicada que eles tinham muito medo de enchente. (isso faz quanto tempo?) Deixa eu ver, o pai tem 70 anos, vamos dizer que foi por aí uns 90 anos.

Outro aspecto importante é o fato das principais áreas a serem utilizadas para plantação terem sido localizadas primeiramente nas zonas de encosta, justamente as mais suscetíveis a processos de degradação. Na verdade, como visto acima, havia fortes razões para isto. Os agricultores preferiam estes locais às áreas planas por serem estas últimas geralmente muito úmidas, alagadas e sujeitas também às ocasionais e imprevistas inundações dos rios e não, como muitas vezes se ouve repetir, devido a uma suposta similaridade dos morros em relação às terras da “antiga Itália”:

O meu pai sempre morou aí, daquele lado aí, ali naquela rocinha que tem ali, tinha uma casa ali, aí que dava aquelas enchentes, então uma vez até a gente morava aí e deu uma enchente e entrou água debaixo da casa, só que a casa tinha porão que antes se fazia aquele porão né? e a água entrou tudo por baixo e daí o pai queria desmanchar a casa então nós não quisemos mais que quando dava aquelas enxurradas ali sempre entrava ali e estragava todos os arames que tu botava prá fazer potreiro e daí nós inventamos de fazer lá onde o meu irmão tá agora.

Aqui se encontra outra peculiaridade que irá compor a problemática ambiental da região nos dias de hoje. Do ponto de vista agrônômico, sabe-se que a remoção continuada da cobertura vegetal dos morros intensifica os processos erosivos devido à ação das gotas de chuva sobre as partículas de solo descoberto, o que acaba assoreando os rios e riachos e, obviamente, diminuindo a capacidade de escoamento da água através do seu leito normal. Não obstante isto, é interessante notar que os agricultores parecem não ver deste modo, pois, segundo vários entrevistados, o problema das cheias não estaria relacionado tanto às práticas agrícolas por eles adotadas, como mostra o relato deste horticultor:

(Não tinha problema de enxurrada nessa época?) Não porque e isso é outra briga que eu tenho, briga nos bons termô claro, porque como nós trabalhava muito com boi e os morro lavrado tudo, tinha grandes cacimba de água lá, tinha cacimba de água pura, entende. Hoje, hoje onde nós plantava feijão e tinha cacimba de água, hoje vai dá uma volta lá por cima prá ver como é que tá. Não, tu não acha mais uma cacimba de água. Então a pergunta que eu faço é assim ó, se naquela época, se o mato ele já não ajudava, porque vai ajudar agora? (Tu acha que essa água que ficava encostada ela não corria?) Não, é que lá é um terreno duro, é um terreno firme, e o que acontecia, essa água era uma grotinha, ela aparecia aquela água, mas claro que ela corria, mas vinha um trecho, saia fora, vinha prá cima, entrava prá dentro de novo. Só que agora com o mato ela não sai mais assim por dentro da terra, porque na nascente já a raiz das árvores absorve. E uma região onde era um terreno duro, um terreno firme, essa água vinha de trecho em trecho, fazia umas grotinha tal e coisa. Ela aparecia e desaparecia aquela água, então claro que ela corria, mas lá vinha um trecho, saia fora e vinha prá cima. Só que agora com o mato, chupo toda ela, ela nem faz mais aquilo, assim, por dentro da terra.

O que essa explicação demonstra, mesmo que os argumentos usados se mostrem aparentemente contraditórios do ponto de vista agrônômico, é que os agricultores encontram-se atentos aos fenômenos que envolvem o meio ambiente local. Neste sentido, outra tentativa de explicar o porquê da ocorrência de enchentes foi feita por outro horticultor entrevistado:

(E porque que tu acha que na época tinha mais enchente e agora diminuiu?) Aí é que tá, mais enchente, eu deduzo que no rio, nas baixadas tinha mais mato, isso é história que o pai conta também, então vinha mais entulho de mato mesmo, o rio não era certo, ainda, o lugar dele, e tudo que era árvore, tudo que era tronco, vinha trancando o canal do rio onde não tava bem definido. Devia chegar num ponto que fazia ali uma represa, a base deduz que é isso. Por outras que eles diziam que quando eram pequenos e vinha tranqueira eles tinham que queimar ela todos os meses, aí eles queimaram né?, ignorância né?, e vinham toras. (Eles queimavam mato assim de cima da encosta?) Não, a tranqueira que o rio trouxe. O pai se lembra que viu, então eu deduzo que tenha vindo uma tranqueira muito grande e trancou o rio em algum ponto e represou o rio e deu enchente lá onde eles nunca imaginavam que fosse dar. Mas muitos anos depois o pai conta que deu outras enchente de ter carregado esses monte de árvore também e eles tiraram e deixaram secar aquilo e quando secou eles não sabiam o que fazer e então botaram fogo. Inclusive pelo que ele conta queimou uns dois meses. (A lenha?) É, aquele monte que tava na margem do rio, eu tô contando só prá ter uma dimensão do que que eu acho que era a enchente, porque se era maior não era no volume de água, é porque em alguns pontos o rio acumulava aquela lenha, ia acumulando, acumulando.

Tal como os desbarrancamentos de parte da floresta, que também podem acontecer “naturalmente”, as enchentes sempre estiveram presentes no cotidiano dos agricultores. Desde sua chegada, quando, é preciso lembrar, a agricultura desenvolvida nos vales do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné era ainda muito incipiente em termos de utilização dos recursos naturais, estes novos moradores viam, a cada inverno e verão que passava, a força dos rios inundar parte

das planícies dos vales. Portanto, havia já uma espécie de “jurisprudência” do ambiente, ou seja, este “problema” existia efetivamente antes dos agricultores virem a se instalar nos vales do Rio Maquiné. No futuro, esta característica “natural” das enchentes irá provocar uma compreensível desconfiança dos agricultores quando os mediadores técnicos forem lhes dizer que são eles os “culpados” (ou as suas práticas, o que dá no mesmo) pelas cheias e pelo assoreamento dos rios.

Além do que, como se pode notar novamente, não foi por acaso que os agricultores preferiram cultivar os morros em detrimento das planícies aluviais. Se esta estratégia adotada estava “certa” ou “errada”, isto não é o que importa, mas sim o fato de que os agricultores encontravam-se atentos ao que viam ocorrer em suas terras. E, a partir disso, estavam prontos a pensar novas maneiras de resolver os problemas que poderiam surgir no decorrer do tempo. Enfim, isso aponta para o fato de que havia em suas atitudes uma “intencionalidade”.

Prova disso está nas complicadas técnicas desenvolvidas pelos agricultores quando da execução das queimadas. Ao contrário do que aparece para o senso comum, o manejo do fogo é uma prática complicada e que envolve muita aplicação, destreza e atenção. Não é somente “sair tocando fogo no mato” como às vezes é passado à opinião pública em geral. Sobre isto, Gliessman (2000, p.280) afirma: *“embora possa parecer bem simples limpar, queimar e plantar, bons agricultores de roçado aprenderam, pela experiência, que o momento correto e a duração de cada atividade, especialmente o fogo, fazem a diferença entre um sistema sustentável e um degradador.”*

Mais adiante, este autor, um dos principais pensadores hoje da “agroecologia”<sup>191</sup>, discorre em quase 14 páginas a respeito da “ciência do fogo”, indicando uma variedade de usos possíveis: limpeza da área; adição de nutrientes; manejo de resíduos de cultivos; manejo de ervas adventícias; manejo de artrópodes; manejo de patógenos; preparação para a colheita; manejo de pastagens cultivadas e nativas, sendo quase todas práticas adotadas por agricultores *tradicionais* do mundo inteiro (Gliessman, 2000). Outra autora que indica a complexidade e a necessidade

---

<sup>191</sup> Está-se consciente de que existe hoje, no meio Acadêmico e também fora dele, todo um movimento que visa buscar legitimar a “agroecologia” como um conhecimento científico, articulado em torno de certos “princípios ecológicos”. Não é o caso aqui de entrar nestas discussões ainda muito

de um conhecimento acurado sobre o sistema de queimada e suas potenciais conseqüências, é Adams (2000, p.138):

Para que o sistema funcione, entretanto, além do controle da freqüência das queimadas, é preciso que haja um controle permanente da taxa de biodiversidade, de acordo com cada uma das etapas do sistema agrícola. Com a derrubada da mata há uma redução no número de espécies, mas, com a instalação do policultivo e com a retomada posterior da capoeira, o número de espécies torna a aumentar.<sup>192</sup>

É claro que os agricultores não teorizaram profundamente sobre todos estes benefícios potenciais que poderiam ser conseguidos através do manejo adequado da queimada. Contudo, é também correto afirmar que estes agricultores foram os responsáveis pela geração de técnicas muito eficientes e complexas que, se fossem requeridas a um indivíduo qualquer da “cidade” ou até mesmo de um agente encarregado de prestar assistência técnica, provavelmente não seriam cumpridas com êxito. Na verdade, isto é outro elemento que acaba por desautorizar certos argumentos utilizados pelos técnicos e agentes ligados à preservação do meio ambiente, como demonstra este relato de um agricultor-mediador da região:

Eu queimei bastante, mais de vinte ano. (...) Outra coisa é que tem um momento que tu queima e depois tu não queima mais, só prá acabar com o que tem em cima. A queimada é muito necessária e não é tão danosa, é um fogo rápido passando. Até um dia eu tava conversando com um agrônomo ali, sabe o que ele me disse, que tu tinha que enleirar, fazer umas fila e toca fogo ali, daí tu tá protegendo o solo, mas não é isso daí não, sabe porque, no momento que tu acumula tu vai queimar um palmo de terra, ali naquela área, ali tu matou a terra, se tu fizer uma fogueira grande. Agora, se tu fizer um fogo que passa correndo, a terra tem um momento que até fica melhor, queima ligeirinho. Então queimar não é o bicho que eles pintam por aí.

Além, disso, a maioria destes agentes têm perfeita consciência dos perigos que uma queimada irresponsável pode acarretar, como alertou este samambaieiro entrevistado:

---

polêmicas. Entretanto, para uma análise sobre este processo, dois interessantes trabalhos são apresentados por Coelho (2002) e Almeida (2002)).

<sup>192</sup> Para um entendimento maior sobre os sistemas agrícolas baseados na utilização da técnica de queimada, Adams (2000) apresenta um interessante trabalho sobre o modo de produção *tradicional* dos caixaras do litoral brasileiro, particularmente no caso da costa paulista e paranaense. Nesta pesquisa, esta autora demonstra, de forma aprofundada e concisa, como esta forma de agricultura foi cuidadosamente elaborada por estas populações, o que, como conseqüência, permitiu a manutenção da “sustentabilidade” dos seus sistemas produtivos durante um longo período de tempo.

O que eu acho é que eu não digo cortar e fazer queimada prá estragar né?, porque se tu queima tudo sem calculá, vai dá problema prá ti também depois, mas um pouco prá gente poder trabalhar, prá sustentar a gente mesmo.

Soma-se a isto o fato de que as terras das encostas dos vales do Rio Maquiné, pelo menos nos primeiros tempos, eram extremamente férteis e interessantes em termos de estrutura física e de adaptação às espécies vegetais adotadas pelos agricultores. Como ressalta Schmitt (2001, p.199), em muitos casos, *“a alta capacidade dos solos de estocar nutrientes, passíveis de serem disponibilizados para as plantas, pode fazer com que as queimadas não provoquem alterações tão visíveis, pelo menos em um primeiro momento, em nível de produtividade primária do ecossistema.”* Juntando-se esta possibilidade ao fato dos solos da região possuírem características (físicas, químicas e biológicas) muito interessantes e que permitem a manutenção da fertilidade por períodos bastante extensos, não se pode acusar os agricultores por terem aproveitado tal situação favorável. Além do mais, se se vai culpá-los por não terem conseguido perceber as conseqüências futuras que a intensificação deste tipo de agricultura iria ocasionar, seria novamente preciso também condenar todos os pesquisadores, cientistas e extensionistas que, durante os anos da “Revolução Verde”, também não imaginaram as graves conseqüências ocasionadas por manejos altamente degradadores do ponto de vista ambiental.

Quanto às espécies adotadas pelos agricultores, estes souberam combinar muito bem o uso de plantas nativas encontradas na Floresta Atlântica com aquelas por eles trazidas da Europa. Além disso, não se pode esquecer o fato de os imigrantes terem efetuado amplas trocas de sementes, plantas e informações com os habitantes locais (e vice-versa), e também com imigrantes alemães mais antigos, os quais devem ter contribuído bastante para diversificar a produção colonial. Não é aqui pretensão caracterizar exaustivamente como era praticada a agricultura durante este período, todavia, é importante perceber que os sistemas de produção executados pelos agricultores possuíam uma grande “autonomia”<sup>193</sup> em relação à satisfação das

---

<sup>193</sup> Este termo é usado aqui para designar o quanto padrões de produção baseados em formas *tradicionais* de agricultura, considerados hoje como “pré-industriais”, podem apresentar um caráter interessante do ponto de vista do rompimento de parte das relações de dominação inerentes ao desenvolvimento capitalista na agricultura. Sobre isto, Almeida (1999, p.148) lembra que *“este fenômeno representa, de uma certa forma, um espaço de autonomia na sociedade industrial em geral e da agricultura industrial e moderna em particular; um espaço limitado e aparentemente em não-*

suas necessidades básicas, o que, do ponto de vista “ecológico” (ou agroecológico), é extremamente interessante. Um exemplo disso pode ser visto através da grande variabilidade de espécies utilizadas pelos agricultores. Como lembra Schmitt (2001, p.213):

O milho, o trigo e a videira representam, no entanto, uma parcela ainda muito pequena da diversidade de espécies de plantas cultivadas nas colônias italianas. Produzia-se ainda o fumo, o linho, a batata branca, a batata-doce, diferentes espécies de feijões, a cevada, o centeio, o lúpulo, a cana-de-açúcar, o amendoim, frutas silvestres, e uma ampla variedade de cucurbitáceas utilizadas tanto para consumo humano como animal.

Na verdade, esta característica dos agricultores envolvendo a tentativa de se perpetuar, independentemente do que possa ocorrer, uma certa independência alimentar, é outro elo de ligação bastante forte e que tem se perpetuado historicamente no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné. Neste sentido, a chamada produção de subsistência nas propriedades agrícolas conserva-se praticamente como uma unanimidade entre as famílias de agricultores, mesmo entre aquelas nas quais as “relações capitalistas” de troca encontram-se mais fortemente consolidadas. Esta característica pôde ser percebida nas entrevistas, como foi o caso deste agricultor:

O pai daí casou com a minha mãe e aí veio morar aí e plantava prá subsistência, aí fui crescendo no meio dessa natureza. (Tua mãe era daí também?) Também era daí, da roça mesmo, sobrevivia da criação de galinha, até hoje ela cria galinha, tira leite, faz queijo, até hoje ela é assim, desde criança e continua até hoje, e eu aprendi quando era pequeno. (E o teu pai trabalhava essa terra, o que que ele plantava?) Plantava prá subsistência, era milho, feijão, criavam porco, faziam vassouras aquelas de sorgo e tinha as galinhas, os porcos, vaca e trabalhava também um pouco na fábrica de tijolo, na olaria. (E tu cresceu trabalhando na terra desde pequeno?) É, cresci aprendendo aí, o pai ensinando a ter feijão na mesa.

Do ponto de vista da problemática ambiental, esta peculiaridade faz com que as proibições legais acabem, por vezes, também comprometendo parte desta produção para autoconsumo. Neste ponto, é interessante perceber que as restrições ambientais acabam por atuar de uma forma muito semelhante aos mecanismos simplificadores da agricultura moderna, pois ambos contribuem no sentido de diminuir a autonomia alimentar, produtiva e econômica dos agricultores. Além do

---

*expansão, mas talvez um pouco mais confortável que outros, mesmo que não constitua uma via maior de evolução para a economia e a sociedade.”*

que, este aspecto pode se tornar verdadeiramente dramático, quando colocado para certos agricultores e samambaieiros em situações muito precárias de sobrevivência (principalmente no caso daquelas famílias situadas nos vales menores e com maior declividade, normalmente os locais mais visados do ponto de vista da preservação ambiental), pois interferem de forma a inibir uma prática que é decisiva para a própria sobrevivência e reprodução destas famílias no decorrer do tempo.

Por outro lado, um dos primeiros sinais de que algo diferente estava a suceder com o sistema de produção *tradicional-colonial* foi certamente a diminuição dos rendimentos alcançados através do cultivo das diferentes espécies vegetais adotadas. Todavia, como já foi comentado, as terras extremamente férteis e com boas características físicas dos vales do Rio Maquiné devem ter demorado a mostrar estes sinais de estagnação, o que, de certa forma, “mascarava”, em parte, o processo de exaustão que então estava em curso. Além disso, outros problemas, como os causados por processos de erosão, não deveriam ser facilmente identificados como sendo causados pelo tipo de agricultura praticada. Para isto contribuía o fato de que os agricultores tinham tido ainda pouco tempo e experiência com os aspectos ligados à dinâmica ambiental que estruturava aquele ecossistema.

Conforme sugerido anteriormente, uma consequência concreta disso é o fato de que, muito provavelmente, esta particularidade deve ter dificultado a diferenciação do que era, por exemplo, um deslizamento de terra próprio da dinâmica sucessional da floresta (muito comum na região) de outro cuja principal causa seria o uso inadequado do solo. Na realidade, esta dificuldade de identificação é hoje outro forte elemento que faz parte das discussões em torno da problemática ambiental na região, como se pode ver através deste depoimento de um samambaieiro entrevistado:

(Mas nessa época que plantavam milho, quando chovia não dava problema de desbarrancar?) Até bem pouco tempo aconteceu uma enchente lá no Mundo Novo, até dava pra ver as desbarrancada, os mato dos perau e aqui também em cima dos mato. Ali prá cima, agora não dá prá ver porque o mato vai indo e fecha junto e vai criando as capoeira, mas deu uma enchente no ano passado que deu aquela enchentona e rolou mato lá em cima daquele morro, daquele perau. (E tu acha que de ontem prá cá mudou?) Tudo igual, ficô tudo igual.

Do mesmo modo que no caso das enchentes, os desbarrancamentos são comuns, o que também acaba por desautorizar, em parte, os argumentos utilizados pelos novos mediadores ligados à preservação ambiental. Este outro relato de um agricultor morador de um dos menores vales (em tamanho) da bacia do Rio Maquiné demonstra isso.

(Teve algum problema de desmatamento de desbarrancar terra?) Sim, acontece bastante quando dá enxurrada. (Perdeu lavoura?) Lavoura não perdi. (E por que que o senhor acha que acontece isso?) Eles falam que é por causa que derrubam, mas eu vou te mostrar, lá naquele morro, nós tava trabalhando lá e quando entramos tava descendo tudo, com mato e tudo. (Então tu acha que não faz muita diferença?) É natural, porque tem muito olho d'água, então quando ela não consegue estourar, ela vem e arranca tudo.

Obviamente, esta característica se estende também para os demais agricultores, como é o caso deste horticultor:

Agora, passando da beira do rio prum morro, o morro não tem esse problema, o morro não desbarranca, só se der um fenômeno que já ocorreu em anos em anos, e dar esse tremor de terra fora do limite ou grande chuarada, isso aí não tem mato que resista, isso aí não tem mesmo, não é o desmatar que vai fazer isso.

Portanto, é natural que os agricultores não aceitem facilmente, nos dias de hoje, o argumento dos técnicos de que as suas roças é que provocam os problemas de deslizamento de terras. Quem já assistiu ao desbarrancamento de um pedaço de mata nativa ou secundária sabe que este é um evento ao mesmo tempo triste, mas, também, espetacular. Ver árvores centenárias de até 30 metros serem arrastadas em alta velocidade levando tudo o que vier pela frente não podia deixar de chamar a atenção dos agricultores. Deste ponto de vista, é perfeitamente compreensível que os agricultores, ao compararem aqueles espetáculos naturais com os eventuais e aparentemente inofensivos deslizamentos de terra nas áreas de roça ou capoeira, (pois ali a vegetação é bem menos densa), não vissem uma correlação direta entre um e outro fenômeno. Com isto, as explicações técnicas posteriores serão fatalmente muito contestadas pelos agricultores, como foi o caso deste samambaieiro:

Diz que as desmatagem também diminui as águas dos rio, mas isso ai é trocado aqui. Aqui no cantão é. (Vomo assim?) A desmatagem diminuir as água dos arroio, é trocado. Aqui foi diferente, aqui quanto mais mato criou mais seco os arroio ficou e que eu prá mim tá na minha cabeça que ela chupa a umidade, e mais né?, qualquer uma semana de sol que der já



alumeia a pedreira do rio sabe porque? Porque daí ela chupa a umidade só pras árvore, daí seca no arroio quando da uma semana sem chuva. Antigamente dava, olha uma vez a gente fez uma oração prá chover, foi longe a seca, avermelhou aqueles morro tudo e não faltava água nos arroio, que era naquele tempo era tudo roça, só no perau lá em cima que ninguém ia e ninguém derrubava. Mas onde dava prá aproveitar prá plantar milho eles dirrubavam tudo prá cima desses morro e nós pescava aqui prá cima, o pai pegava jundiá grande assim nos poço e agora não tem esse poço mais. Essa é a diferença que nós achemo, diz que diminui as água no arroio, mas tá tudo trocado.

Não obstante isso, as conseqüências progressivas provenientes da intensiva utilização da terra pelos colonos determinaram uma gradual redução das altas produtividades obtidas anteriormente. Porém, pode-se perguntar a esta altura por que os agricultores foram levados a acentuar tal uso dos recursos naturais, diminuindo cada vez mais o tempo de pousio das glebas de terra destinadas ao manejo com o sistema de queimada? Como já foi demonstrado nas páginas anteriores, isto não se deveu a uma atitude meramente depredativa dos agricultores. Mas, também, é preciso que se diga, esta estratégia não foi unicamente resultado das condições socioculturais e econômicas provenientes dos meios externos. Apesar do contexto regional e nacional, deve-se reconhecer, ter exercido, sem dúvida, uma influência importante e decisiva sobre as ações dos agricultores, havia ainda outros dispositivos mais relevantes ligados às próprias condições locais em que se achavam inseridos os agricultores.

Um destes fatores estava vinculado à dinâmica social que regia, então, as relações entre grupos, famílias e indivíduos que habitavam o interior do agro-ecossistema da bacia do Rio Maquiné. Desta forma, um primeiro aspecto relevante tem relação com o tipo de estrutura familiar que mais caracterizava a organização social dos agricultores. Mesmo que a necessidade constante de mão-de-obra possa não ter sido a única causa, o fato é que as famílias de agricultores apresentavam-se normalmente muito numerosas, o que, a longo prazo, geraria um problema, pois certamente não haveria sempre terra disponível para todos os filhos dos agricultores. Isso foi constatado pelo pároco de um dos vales da região, em 1951:

Seguindo o velho provérbio que o melhor investimento do colono são os filhos, as famílias, com poucas exceções, eram numerosas. (...) muitas famílias tinham 8, 10 e até 14 filhos. Havia, portanto, mão-de-obra suficiente para atender às exigências do serviço. Mas, havia também, muitas bocas para alimentar, muitas pessoas para vestir e muitas crianças para serem tratadas nas doenças e a reclamar por uma educação escolar adequada (Kunert, 1999, p.249).

Se este processo ocorresse sem um tipo de controle, acabaria por inviabilizar a manutenção do tipo de estrutura fundiária existente, já que implicaria uma diminuição cada vez maior no tamanho médio das unidades de produção. Da forma como se dava (e continua ainda, em muitos casos, ocorrendo) a transferência da propriedade privada da terra pelos agricultores (que é, em suma, o que permite a sua reprodução no decorrer do tempo), Santos (1984, p.52-53) descreve bem como este processo:

No caso dos homens, o processo de sucessão da propriedade começa ainda em vida do pai, através do mecanismo de saída dos filhos da casa paterna. Suponhamos que se case um filho - ele fica com a mulher na casa paterna até casar outro irmão; então, sai da casa do pai e vai morar em outra, construída no próprio terreno. Logo de início, divide a plantação de subsistência, cultivando uma 'roça' para si mesmo. (...) Depois divide a terra, faz a 'partilha' ou recebe uma parte do pai, quando este ainda vive.(...) Assim, vai se tornando cada vez mais difícil subdividir as parcelas mantendo um mínimo de condições produtivas, o que significa manter uma área onde haja possibilidade da cultura de subsistência ao lado da cultura comercial. Por outro lado, o camponês não tem um rendimento suficiente para adquirir outras terras, (...). No conjunto, temos a crescente impossibilidade de reproduzir-se a sucessão da propriedade para os filhos mais jovens.

Como se pode ver, estas peculiaridades ligadas ao fenômeno de "minifundização" nos agro-eco-sistemas são condições concretas e objetivas a que os agricultores tiveram que responder. Esta situação de constante pressão demográfica a que os agricultores se encontravam expostos foi percebida pelo pesquisador durante as entrevistas, como pode ser visto através deste relato de um agricultor:

Aí o meu pai sempre morou lá e nós junto, nós somos 8, 9 irmãos, tem umas quantas irmãs em Caxias também, Terra de Areia (Quantos ficaram, o pessoal foi saindo?) O primeiro que saiu daqui foi o P., ele casou (...) daí ele foi pra lá, depois ficamos não sei quantos anos eu, meus irmãos e o meu pai. Teve um genro, dois, que fizeram a cabeça prá ir prá Caxias, muitos irmão foram prá lá e eu resolvi voltar. Só morei 6 meses em Caxias, trabalhei de vigilante numa firma, mas não deu certo.

Uma das "saídas" encontradas foi a instituição do sistema de "minorato", o qual, em última análise, levava a uma pressão da família para que os filhos já casados procurassem novos locais para residir (geralmente através da compra de novas áreas) e, por vezes, novas ocupações (o que implicava a possibilidade destes filhos não permanecerem ligados à agricultura). Com isso, ficava resolvido o

problema da fragmentação da propriedade, pois o herdeiro acabava sendo aquele que casasse por último (geralmente o filho mais novo, daí o termo “minorato”).<sup>194</sup> Um exemplo de como funciona este mecanismo foi descrito por um agricultor-mediador entrevistado:

Não, ali era o seguinte. Nós, como a família era grande, nós somos de hoje 14 irmãos, nós éramos de 15 mas faleceu um, então ficamos de 14 irmãos e a gente foi desenvolvendo a agricultura, na época dependendo do fumo. (...) Enquanto solteiro todos eles trabalhavam com o pai, eu hoje ainda sou solteiro, então eu tive digamos assim eu fui, como eu fui um dos mais novos da família eu tive o privilégio de freqüentar um colégio, mais digamos assim, por um tempo digamos maior. (...). Continuava trabalhando naquele período que eu não tava no colégio eu tava na roça com meus pais. (Aí teus irmãos já tinham saído de casa?) Alguns já tinham casado, então a família já tava menor e outros irmão e as irmãs mulheres muitas delas saíram já novas. Bem antes a parte da agricultura era mais os homens, nós éramos entre 5 né?, um já trabalhava desde novo na FEPAGRO, ele trabalhava de empregado e ajudava também a sustentar a família na época, até que ele casou aí teve descendentes dele e os que casaram foram casando e morando ao redor da própria propriedade do meu pai.

No entanto, o que esta situação coloca é o fato de novamente não se poder separar o que é propriamente “ecológico” dos componentes mais ligados às dimensões “sociais” que envolviam esta questão. Quer dizer, se o “minorato” foi uma tentativa de superar os problemas da “minifundização” a que os agricultores estavam expostos, não se pode esquecer que esta demanda sobreveio também da incapacidade dos ecossistemas locais de sustentar tamanha segmentação das unidades produtivas. Além do mais, é difícil saber se este sistema compensatório conseguiu dar conta do aumento da demanda de terras no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné. Certo é, no entanto, que o processo de segmentação ocorreu, mesmo que parcialmente, como mostra este exemplo de uma família da região:

Vivia da agricultura, plantando nas lavouras (terras planas) e também nos morros. Pouco a pouco, conversando com os oito filhos, situações do dia-a-dia foram sendo rabiscadas no papel. (...) De 1951 em diante, os filhos de Beto Straiss e D. Dolfá começaram a deixar o Vale de Três Forquilhas. O motivo principal da saída era a falta de terras para plantar; se não plantassem, não teriam o que fazer e nem como se manter na colônia (Witt, 1999, p.89-90).

Além disso, este processo não era privilégio das famílias de imigrantes, mas também podia ser verificado nas famílias de origem portuguesa, por exemplo, como mostra este exemplo de um bananicultor-mediador entrevistado:

---

<sup>194</sup> Sobre isto, ver Santos (1984) e De Boni e Costa (1984).

(Teu pai veio da onde?) Meu pai é descendente de português. (...) (Tu tá com quantos anos?) Eu tô com 44. (São quantos filhos?) Meu pai tem 10 filhos. (Eles estão por aqui por Maquiné?) Não, uma parte da família têm uma propriedade também lá em Palmares, daí tem uma boa parte dos irmãos que trabalha lá e mora por lá. E aqui é só dois, eu e outro irmão, o resto tá bem espalhado por aí.

Soma-se a esta situação o fato de os filhos terem que ficar morando boa parte da vida na propriedade paterna (característica esta que permanece até hoje no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné)<sup>195</sup>, mesmo quando casados, acentuava a necessidade de aumentar as áreas de cultivo, alongar o tempo que estas áreas permaneciam produtivas e, conseqüentemente, diminuir o período destinado ao pousio e ao crescimento da capoeira.

De outra parte, havia também a incapacidade do meio de atender física, química e biologicamente às necessidades que a intensificação do uso da terra em tais condições acarretava. Como indica Schmitt (2001, p.200),

Com a retirada da cobertura vegetal, verifica-se uma interrupção do aporte natural de matéria orgânica ao solo e, conseqüentemente, uma queda da atividade biológica do mesmo. Este perde sua estrutura grumosa, tornando-se compactado e modificando, portanto, suas características originais. A maior capacidade das plantas cultivadas de extrair nutrientes do solo através de suas raízes, e a falta de diversidade de seus sistemas radiculares, contribuem para que os nutrientes sejam lixiviados pela ação da chuva. Estes diferentes processos acabam por favorecer a imobilização de substâncias químicas fundamentais para as plantas como, por exemplo, o fósforo (...). A impermeabilização do solo produz ainda outros efeitos sobre o meio ambiente, dificultando, por exemplo, o reabastecimento das reservas de água subterrânea. Ao mesmo tempo, o escoamento da água da chuva pelas encostas tende a provocar erosão, aumentando, além disso, a incidência de enchentes nos rios principais.

Junto a estes efeitos mais ligados à microbiologia e à estrutura física dos solos decorrentes da intensificação do sistema de queimada, encontram-se ainda outras conseqüências ligadas à dinâmica sucessional da flora e da fauna que compõem a floresta. Sobre isto, Dean (1996, p.??) afirma:

A queimada destruía pequenos animais - roedores, répteis, tatus, tamanduás, insetos e pássaros que nidificam no chão (...). A queimada reduzia a substância da planta não comestível a cinzas, enriquecendo assim temporariamente o solo, se logo viesse a chuva. Mas

<sup>195</sup> Ao percorrer a região, esta peculiaridade pode ser facilmente percebida. Em grande parte das propriedades, é comum haver duas, três e até mesmo quatro casas construídas no mesmo terreno (todas de uma mesma família), como foi o caso de muitas das unidades produtivas visitadas pelo pesquisador.

a queimada danifica de modo sutil os solos e o capim. Destrói plantas que se disseminam horizontalmente formando esteiras, em favor das que formam touceiras, expondo o solo e provocando erosão. O fogo reduz a permeabilidade do solo, favorecendo plantas de raízes superficiais, menos eficientes na reciclagem de minerais lixiviados e mais rapidamente ressequidos e não comestíveis na estação seca. A saúva invade quando estes solos secam, empreendendo a ingrata tarefa de revolver sua matéria orgânica. A queimada, além do mais, elimina nitrogênio e as bactérias que participam de sua fixação ao solo, essencial à nutrição animal. O pasto degradado, então se enche de filicíneas, como o capim sapé, (...) e com o barba-de-bode, outra gramínea sem valor nutritivo que expele defensivos químicos contra plantas concorrentes e que, ironicamente, serve de hábitat aos carrapatos.

Como se pode ver, o esgotamento dos solos e as condições ecológicas que sustentavam o ecossistema formado pela Mata Atlântica no sistema *tradicional-colonial* imigrante foi, e é ainda, uma das contradições determinadas pelo seu próprio desenvolvimento. Entretanto, esta contradição não foi meramente uma prerrogativa do Litoral Norte, mas se estendeu por toda a região colonial do Rio Grande do Sul, a qual viu, durante as décadas de 40 e 50, ocorrer um paulatino decréscimo nos rendimentos obtidos com os principais cultivos produzidos. Sobre este processo, segundo Reche (1969, *apud* Schmitt, 2001 p.??), entre 1920 e 1950, por exemplo, o rendimento da terra no Estado caiu 10% na cultura da batata, 37% na do feijão e 43% na do milho, fenômeno que se agravava já desde algum tempo e que, obviamente, não foi diferente no caso do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné. Como consequência, este processo acabou igualmente incrementando novas ondas migratórias por parte dos agricultores, os quais saíram em busca de terras nas diferentes “frentes pioneiras” que iriam cada vez mais se formar no decorrer do tempo em todo o território brasileiro:

O tamanho reduzido do lote colonial, o crescimento demográfico, o esgotamento do solo, quando não a crise de colocação de produtos, fizeram com que já por volta de 1910 se iniciasse a migração para o Alto Uruguai (...). A partir de 1920, rareando as terras devolutas no Rio Grande do Sul, iniciou-se o movimento em direção a Santa Catarina e Paraná. Com a modernização eles vão se dirigir para o centro-oeste e norte do país (De Boni e Costa, 1984, p.70).

Portanto, como se pode ver, a crise do sistema colonial imigrante somente mostra sinais mais evidentes a partir do momento em que os colonos não mais dispõem de terras virgens para plantar e quando essas terras começam a não mais responder às necessidades produtivas dos agricultores. Diferentemente das famílias que se instalaram até 1875, às quais, nos primeiros tempos, eram destinados lotes de

até 70 ha, os imigrantes agora, além de necessariamente terem que comprar a terra, tinham à disposição, na maioria dos casos, áreas muito pequenas em termos de superfície agrícola útil. Conforme Santos (1984, p.53), “os primeiros imigrantes, embora tenham ocupado áreas de tamanhos bastante variados, compraram lotes de 40 e até 70 ha (...). [Posteriormente] certo é que a maior parte das compras (69,89%) foi de unidades medindo entre 12 e 30 ha, com preferência pelas de 20 a 30 ha.”

Assim, durante os primeiros 30 a 40 anos, o sistema de produção baseado no uso da queimada prosperou devido à relativa disponibilidade de terras por parte dos agricultores. Na medida que estas terras iam sendo utilizadas na produção agrícola, iam também se acabando as áreas disponíveis de floresta, ricas em fertilidade. Como lembra muito a propósito Cândido (2001, p.221),

O equilíbrio ecológico e social se estabeleceu em função do que poderíamos qualificar de condições primitivas do meio: terra virgem, abundância de caça, pesca e coleta, fraca densidade demográfica.(...) Quando, apesar disto, um determinado meio se exauria, ele corrigia a situação pela mobilidade. A mobilidade recria o meio, permitindo encontrar as condições desejadas; e deste modo garante o equilíbrio. Quando, no entanto, as alterações do ambiente circundante não podem ser compensadas por esta forma, surgem as condições de desequilíbrio e crise. A mobilidade é limitada pelo sistema de propriedade - agora legal - e pela densidade demográfica.

Enquanto existiu uma oferta ilimitada de terra, foi possível minimizar as implicações ambientais e socioeconômicas decorrentes do esgotamento da capacidade dos solos de sustentarem o sistema produtivo instalado. No entanto, com o tempo, os espaços a ocupar eram cada vez mais limitados pelas fronteiras físicas da propriedade e a crise do sistema *tradicional-colonial* tornou-se mais do que perceptível. Como os rendimentos decrescentes da terra só poderiam ser evitados com a inclusão de novas zonas de plantio, o pouco tempo de “descanso” das glebas utilizadas neste sistema de rotação, somado à preferência dos agricultores pelas áreas de encostas (justamente as mais suscetíveis a processos de degradação e erosão), logo determinou uma diminuição significativa dos rendimentos agrícolas e, obviamente, a estagnação do crescimento econômico inicialmente alcançado. Sobre este processo, em viagem pelos vales da Serra Geral do Litoral Norte, em 1942,

Kunert (1999, p.247) constatava um quadro, do seu ponto de vista, não muito interessante:

(...) vimos, porém desde a serra de São Francisco de Paula até Torres uma terra e uma população que exalava abandono. Verificamos que, falando com muita gente, o desânimo, a desesperança, um conformismo preocupante marcavam as pessoas. Os ditos repetidos diziam que assim sempre foi aqui, ‘não há como mudar as coisas’, ‘manda quem pode’.

Este quadro pouco promissor, dez anos mais tarde, quando o mesmo Kunert vêm morar e trabalhar no vale de Três Forquilhas (vizinho ao vale do Rio Maquiné) como pároco da região, não se modificaria muito:

A situação precária das estradas e o aspecto decadente das casas davam a entender que a situação da colônia era difícil. (...) O consumo de lenha para alimentar as fornalhas era enorme. O corte das matas corria solto, provocando o desmatamento perigoso. A erosão se instalara já naquela época. A produção, desde o preparo da terra, plantio, corte e transporte da cana, o serviço de moagem, corte e transporte de lenha e o fabrico dos produtos exigiam muita mão-de-obra. O serviço era pesado, desgastante e moroso (Kunert, 1999, p.249).

Sobre esta época, outro exemplo é trazido por Ely (1999, p.395), em que a autora, ao fazer uma retrospectiva da situação do Litoral Norte durante quase todo o século XX, também já coloca as “belezas naturais” entre as qualidades da região, uma espécie de patrimônio que, segundo ela, parecia ainda não atrair o interesse da sociedade:

A região parecia fadada a permanecer longe de tudo e de todos. Nem a sua capacidade produtiva, nem as belezas naturais que sempre foram e cada vez mais se tornam atrativos turísticos e culturais entre os povos, sensibilizavam os governantes que faziam vistas grossas para as necessidades mínimas deste povo sofrido e abandonado, econômica, e culturalmente, durante bem mais de um século (...) (Ely, 1999, p.395).

Em síntese, o que sucedeu neste período foi que as técnicas agrícolas utilizadas passaram a não mais responder aos desafios que a realidade e o meio ambiente ofereciam. Contudo, os agricultores não ficaram impassíveis a tais impedimentos. Muito pelo contrário, confrontados com os limites socioambientais a eles impostos durante mais de 50 anos, uma série de alternativas foram adotadas visando superar tais adversidades. Como alerta Schmitt (2001, p.227), “*este esgotamento de terras não foi um fenômeno que passou despercebido aos colonos, que procuraram fazer frente, de diferentes formas, a este problema.*”

Neste sentido, a partir de 1930, e mesmo antes disso, novas formas de manejo foram sendo geradas pelos agricultores da região para enfrentar as dificuldades existentes e readequar seus sistemas produtivos. Uma destas tentativas de readequação foi terem começado a aumentar o nível de integração que existia entre a lavoura e suas criações de animais. Neste sentido, a principal modificação seria um considerável incremento da produção suína através da instalação de poteiros associados à produção de milho nos morros (geralmente situados nos locais menos declivosos como os formados pelos patamares da meia encosta<sup>196</sup>). Estes sistemas de criação, ainda muito comuns na região, consistiam em uma forma de pecuária extensiva e que procurava compensar as perdas de fertilidade dos solos devido ao cultivo continuado. Sem entrar em detalhes, o manejo era, e continua sendo, realizado através da abertura de uma "roça" como era comumente feito no passado. Depois, semeavam-se plantas como o milho e outras espécies de crescimento diferenciado e, após as plantas terem se estabelecido, literalmente "largava-se" os porcos naqueles locais, retornando apenas para verificações eventuais e, é claro, para recolher o "produto". Contudo, no futuro, a introdução deste sistema será outro dos pontos de discussão no caso da problemática ambiental, como aponta um mediador ligado à administração municipal:

A nossa região é uma região em que o pessoal vive da agricultura, né? E o problema ambiental aqui é que antigamente essas famílias que moram mais na encosta do morro, na Barra do Ouro e aqui também, no Pinheiro, na Solidão, esse pessoal vivia de uma agricultura assim: roçavam a capoeira e o capoeirão, plantavam o milho, aí largavam os porcos lá em cima, deixava lá e engordavam os porcos com o milho; não colhia o milho; e isso eles faziam todo ano; ou seja, esse ano eles cortavam aqui, depois mudava prá lá, cortava noutro lado e foi foi né?

Quanto aos resultados da adoção deste tipo de manejo, sem dúvida deve ter havido um aumento dos níveis de reciclagem dos nutrientes extraídos do solo pelos cultivos anuais devido ao aumento das taxas de matéria orgânica e a melhoria das condições físico-biológicas do solo. No entanto, provavelmente quando despontou a pecuária suína na região, a agricultura já estava em declínio, acabando por não oferecer condições apropriadas para que houvesse uma revitalização significativa dos solos e que pudesse reverter as perdas de fertilidade anteriormente ocorridas. Por

---

<sup>196</sup> Sobre a toposequência da região, ver capítulo 4.



outro lado, com relação a pecuária bovina, apesar da sua utilização ter sido feita em uma escala menor que a dos suínos, é de se considerar que também houve um certo incremento no seu uso. Entretanto, esta utilização ficou quase que restrita ao autoconsumo da família e ao uso de áreas previamente reservadas e não vinculadas aos cultivos anuais praticados. Portanto, não havia possibilidade de existir uma reciclagem dos nutrientes através do esterco produzido por estes animais, pois este não poderia ser aproveitado como fertilizante natural, à não ser em zonas específicas, como é o caso das hortas destinadas à alimentação das famílias.

Uma outra forma de exploração alternativa do meio adotada foi o aproveitamento mais amigável e intensivo de áreas de baixada e de várzea próximas aos rios. Durante muito tempo estas terras foram pouco utilizadas para plantio devido provavelmente aos problemas já anteriormente citados de umidade e de perdas com eventuais enchentes dos rios. Além disso, havia ainda um outro problema, pois estes locais exigem uma maior necessidade de controle da vegetação. Sobre isto, é preciso lembrar que, como já foi comentado, a taxa de crescimento da vegetação em um ecossistema como o da Mata Atlântica é extremamente elevada, o que é ainda mais contundente nas planícies úmidas e extremamente férteis devido ao processo de lixiviação dos solos e dos nutrientes solúveis das terras de encosta. Como constatou um horticultor que planta nas várzeas:

Porque a capoeira que fica ali vem com uma força tão grande que aquilo fica muito ruim de roçar, fica muita capoeira prá roçar no segundo ano, se esperar dois anos fica pior ainda prá roçar.

Todavia, isto não quer dizer que as várzeas não eram aproveitadas, mas sim que era comum se fazer um uso menos intensivo, não se adotando normalmente cultivos que visassem especificamente ao mercado. Como ressalta Schmitt (2001, p.202), as áreas planas eram *“consideradas pelos agricultores como sendo terras mais fracas do que as terras de encosta (...) [sendo] utilizadas por um ou dois anos e, em seguida, deixadas em pousio, por cerca de cinco anos.”* Não obstante existirem óbvias diferenças ecológicas entre a região da Serra (onde se deu o estudo realizado por Schmitt) e os vales próximos ao Litoral Norte (o que explica as diferenças em relação às espécies adotadas pelos agricultores nestas áreas), em

ambos os casos, as regiões planas parecem ter sido inicialmente ocupadas mais com “*alimentos complementares*” (como aqueles usados na dieta cotidiana dos agricultores e também para a alimentação dos animais criados na propriedade).

Especificamente no caso do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, uma exceção parece ter sido uma espécie vegetal que, com o tempo, foi cada vez mais adotada pelos agricultores, tanto nas áreas de baixada, como nas encostas: a cana-de-açúcar. Sobre isto, uma descrição interessante de como funcionavam os sistemas de cultivo envolvendo a cana-de-açúcar é apresentada por um antigo agricultor, hoje envolvido com a horticultura:

Uma lavoura demorava 21 dia prá fazer, uma de mais ou menos de 100 metros por 300, 400 metros. Então antes essa área lá do perau até aqui embaixo, plantavam um ano, dois ano na mesma terra. Plantava cana, aí ficava aquela cana e cortava ela de dois ano; aí deixava ela aí com uma palha pra brotação vim melhor né?, aí deixa mais dois ano e aí cortava, plantavam feijão na soca, plantavam trigo. (Não dava problema de diminuí a produção?) Não porque eles já faziam um controle, eles cortavam a cana no ano e deixavam dois ano e aquela palha que fica dois ano ali aí ele deixava a soca ali, são mais dois ano, são 4, então não deixava não tê uma força na terra. (Isso era que época?) Isso durou na década de 50, em 55 começô já entrar o fumo.

Sobre este ponto, não se pode esquecer que havia uma maior proximidade, comparando-se o Litoral Norte com a região da Serra, entre imigrantes e os demais brasileiros de descendência africana, portuguesa ou açoriana, o que deve ter, em alguma medida, influenciado também na maior integração desta planta aos sistemas produtivos praticados. Na verdade, são fartas as referências à cana-de-açúcar (e seus subprodutos) como sendo um produto importante para os agricultores. Matos (1999, p.97), por exemplo, indica que, por volta de 1919, “*os novos moradores cultivavam milho, feijão, cana-de-açúcar, dando origem a engenhos de fabricação de rapadura e açúcar vendidos aos tropeiros de Cima da Serra que traziam charque para trocar por rapadura*”. Sobre este último aspecto, como era de se esperar, isto implicou também um incremento das relações de troca e uma certa ampliação dos mercados disponíveis aos agricultores e em que os chamados tropeiros foram decisivos:

Os tropeiros da serra mantinham amplo comércio com a colônia do vale. Compravam cachaça, rapadura, açúcar e melado principalmente. (...) Mesmo uns poucos já tinham caminhões para transporte de produtos agrícolas e das mercadorias para consumo da colônia. Mas o meio de transporte principal usado pelos agricultores foi a tradicional carroça com tração bovina. O gemido dos eixos das carroças ouvia-se à longa distância. Nos morros

usavam-se cavalos e burros. Predominava a lavoura de cana-de-açúcar. Havia o fabrico do açúcar mascavo, da rapadura e do melado. Existiam também vários alambiques. A comercialização de cachaça era grande (Kunert, 1999, p.248-249)

É também ilustrativa a seguinte manifestação de um horticultor:

Antes de mim um pouco, antes quando meu pai era criança, quando esses imigrante vieram prá cá, eles não tinham comércio prá cá, prá serra, e o que que eles faziam? eles faziam a cachaça e botavam nas pipa com 1000 litros dentro e levavam de carro de boi lá na parte daquele morro onde tem a ponte, prá cá da ponte que tem um arroio que decse do fundo do morro ali. E esse avô eles limpavam aquele arroio e fizeram com que os barquinho viessem mais prá cá né?, e ali eles levava cachaça, botavam na água, porque não tinha correnteza; óia o que eles faziam, eles amarravam seis, oito ou dez pipa daquelas né?, e aí levavam de remo daqui até Osório prá vendê a cachaça. Isso no tempo do meu avô.

Porém, a adoção da cana-de-açúcar em larga escala só foi possível porque, diferentemente das temperaturas mais baixas e das freqüentes geadas que ocorrem na Serra Gaúcha, os vales do Litoral Norte não possuem estas características, o que permitiu a esta espécie adquirir uma importância maior nos sistemas de produção dos agricultores. Junta-se a isto, o fato das áreas planas da Serra não serem tão úmidas quanto as existentes no litoral, o que permitia um cultivo, naquela região, de um número maior de plantas que não toleram bem uma taxa de umidade elevada como, por exemplo, o amendoim, o trigo e o feijão preto.<sup>197</sup>

Entrementes isto, com o tempo, os agricultores acabaram percebendo que as várzeas poderiam ser utilizadas se fosse retirada a vegetação original. Isto, porque tal estratégia acaba diminuindo os problemas de umidade, permitindo, assim, cultivar também nestas áreas as espécies plantadas nos morros. Como conta este agricultor entrevistado:

(eles chegaram aqui onde vocês tão hoje?) Não, primeiro eles chegaram no fundo dos vale, meus bisavô chegaram no fundo dos vale, aí depois foram cada vez derrubando mais prá baixo, mais prá várzea que ia derrubando. Porque eles viram que iam derrubando e ia secando a várzea, porque era banhado embaixo desse mato né?, tanto que o último mato virgem que tem aqui em Maquiné, tem um hectare assim de mato de açoita-cavalo, cangerana, assim árvores nobres, a mesma que tinha

---

<sup>197</sup> Isto não quer dizer que estas espécies não foram plantadas pelos agricultores nas áreas de baixada no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, mas apenas que este meio apresentava algumas dificuldades agrônômicas que não existiam nas zonas de encosta.

aqui nos vales tinha nos morros e aí foram derrubando, daí secava e se tornava uma terra fértil, ela tem 3 a 4 metros de terra boa.

Deste modo, aquele quadro de subutilização acabou por se modificar sobremaneira, passando estas áreas a serem utilizadas, por exemplo, para espécies como o milho, a própria cana e, mais adiante durante as décadas de 1960 e 1970, o tabaco e as hortaliças. De fato, estas são as espécies mais plantadas hoje na região, sobretudo as últimas; os altíssimos níveis de produtividade e rendimento que podem ser alcançados nas condições de fertilidade normalmente existentes nas áreas de várzeas acabaram por ocupar quase todas as áreas de várzea do vale do Rio Maquiné. Isto sem falar na possibilidade de vender hortaliças e o “milho verde” nos cada vez mais interessantes mercados que surgiam decorrentes da proximidade com os balneários e praias do litoral.

Eu tinha uns 14, 15, 16 e com 18 fui servir o quartel. (Tu serviu aonde?) Em Caxias do Sul, e nesses três anos eu só vinha prá cá nos fins de semana. E no verão, no verão eu trabalhava com milho verde, deu uma grande revolução de milho verde na época, ia muito milho verde prá praia, o pessoal trabalhava com comerciante grande de milho verde que conhecia todas as praias e ele pegava de vários agricultores e distribuía nas praias de caminhão. Bom, isso ainda existe aqui né?, ainda se vende bastante milho verde lá na praia.

Tudo isto permitiu aos agricultores um certo aperfeiçoamento, em termos de eficiência dos seus sistemas de produção, tanto em termos do aumento da superfície agrícola útil, como também no que se refere à melhoria dos rendimentos dos cultivos adotados. Além do que, quando se olha a realidade atual da região, verifica-se que, para um razoável número de agricultores, normalmente aqueles com maior disponibilidade de áreas planas, esta reformulação foi bem-sucedida.

Mas, o que mais importa perceber nestas tentativas de readequação do sistema *tradicional-colonial* são os seus desencadeamentos futuros. Em outras palavras, o que esta tentativa de preservar o modo de produção *tradicional-colonial* está a indicar são mais alguns dos componentes que hoje, regionalmente falando, estão dando forma e, de certo modo, sustentando as discussões em torno da problemática ambiental. Isto, porque, no caso da ampliação do uso das várzeas dos rios, nem todos os agricultores possuem grande quantidade de áreas planas disponíveis nas suas unidades produtivas. Nestes casos, a maioria dos agricultores

tiveram que continuar a plantar nas encostas, só que agora com rendimentos bem inferiores. O resultado, como é fácil de perceber, será a instalação de uma diferenciação em relação às condições agrícolas dos agricultores e, principalmente, no que se refere à intensidade das restrições ecológicas do meio que terão que ser enfrentadas. Nos próximos anos, quando for implementado o projeto de modernização também na região do vale do Rio Maquiné, este processo irá se intensificar cada vez mais. Além disso se, em um primeiro momento, estas restrições eram ligadas mais aos aspectos agrícolas e agrários (principalmente no que tange as suas dimensões econômicas devido à constante defasagem dos preços pagos aos agricultores), a partir do final da década de 1980, as imposições ambientais irão adquirir um caráter legal na forma de pressões por parte de órgãos fiscalizadores.

Sobre o sistema de integração lavoura-pecuária baseado na produção suína, este quadro contraditório também não se altera muito. Começa que as áreas requeridas para tal sistema de cultivo permanecem localizadas nas áreas de encosta, mesmo que sejam aquelas com menor declividade. Também o sistema de instalação da “roça” não foi alterado, permanecendo o uso do sistema de queimada. Para piorar, estes sistemas pressupõem uma retomada da capoeira que, por vezes, em um curto período de tempo, chega em um tal nível de recuperação, que passa a ser considerada (ao menos legalmente) como mata secundária e, portanto, imprópria para o corte. Por fim, não se pode esquecer que este tipo de manejo é muito pouco eficiente em relação aos potenciais retornos econômicos que podem ser alcançados, o que foi intensificado com a desvalorização do porco “tipo banha” durante as décadas de 1960 e 1970 através da consolidação da indústria de óleos vegetais (leia-se soja). Como apontou um mediador da administração municipal:

(...) e esses agricultores e a própria atividade, com a exploração de suínos nesse sistema, mais porco tipo banha, tipo comum, também foi perdendo valor e o plantio de milho nesses morros, na época eles plantavam também o feijão, esses não iam mais compensando.

Não é o caso aqui de se esmiuçar como os agricultores responderam às limitações ecológicas, sociais e econômicas a que foram expostos durante este processo de declínio do sistema *tradicional-colonial*. Cabe dizer, todavia, que uma infinidade de alternativas continuaram a ser buscadas, sendo que estas dependeriam

muito das condições concretas e particulares em que cada agricultor se encontrava. O que se fez foi somente apresentar alguns dos exemplos mais visíveis. Além disso, como se verá logo a seguir, estas reformulações e readequações levadas a cabo pelos agricultores continuarão ocorrendo. Só que, agora, as alternativas produtivas não serão mais decorrentes apenas do tipo de agricultura que caracterizou o modo de produção *tradicional-colonial*, mas serão também deflagradas pela introdução dos processos de modernização, processos estes que irão acelerar ainda mais as conseqüências sociais e ecológicas negativas que vinham já ocorrendo.

Além disso, o desencadeamento entre os acontecimentos passados e futuros desta região acabaram por gerar uma grande diversidade de modos de vida e, conseqüentemente, de sistemas de produção praticados pelos agricultores. Ao analisar-se historicamente o agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, percebe-se que as condições sociais, econômicas e ambientais presentes para os agricultores nunca foram iguais de uma localidade para outra, de uma comunidade para outra ou, ainda, de uma família para outra. A riqueza em termos sociais que resultou deste processo pode ser comprovada olhando-se para a própria realidade enfocada. Como foi visto, os imigrantes que se instalaram nos diferentes vales deste agro-eco-sistema também tiveram que enfrentar uma condição de relativo “isolamento”, sendo, do mesmo modo, forçados a estabelecer relações muito próximas com os demais descendentes europeus e africanos que já habitavam anteriormente estes locais. Com isto, de um lado, parte dos imigrantes acabaram incorporando práticas e comportamentos muito parecidos com os dos agricultores que lá encontraram (o mesmo acontecendo, por exemplo, com os agricultores de descendência africana ou portuguesa em relação aos imigrantes italianos e alemães). De outro lado, existiram, efetivamente, algumas comunidades e famílias de agricultores cuja transposição de hábitos, tradições e valores dos seus centros de origem permaneceu por longa data quase que inalteradas e quase que “congeladas” no tempo (o que, em contrapartida, acabou por diferencia-los, no decorrer dos anos, também dos seus “patrícios” africanos, portugueses, açorianos, italianos ou alemães).

Do primeiro caso, um exemplo típico é o do chamado fenômeno de “caboclicização” dos imigrantes. Neste processo, alguns agricultores acabaram interiorizando com tal intensidade certos “valores nativos” que, com o passar do

tempo, foram sendo identificados por outros indivíduos da mesma etnia e, não raro, pela própria família, como sendo aquele indivíduo que “acaboclou”<sup>198</sup>. Sobre este fenômeno, poder-se-ia dizer, por exemplo, que talvez não seja somente mero acaso o fato de os agricultores do vale do Rio Maquiné não terem se interessado tanto pela vitivinicultura comercial como seus parentes da região da Serra (embora preservassem a tradição de fazer vinho e de cultivar videiras nas suas propriedades). Do mesmo modo, poder-se-ia questionar se não teriam sido esta maior “miscigenação” e o intercâmbio étnico um dos principais responsáveis pela adoção da pecuária como atividade importante por parte de alguns agricultores de origem italiana ou germânica. É claro que não se pode dizer se esta maior proximidade foi, ou não, decisiva na conformação de novos modos de exploração do meio, mas é certo que teve sua relevância. Por fim, uma suposição também pertinente seria indagar se não teria sido este ambiente de *fricção interétnica*<sup>199</sup> um dos responsáveis pela menor “agressividade” dos agricultores para com os recursos naturais da região. Quer dizer, talvez um dos fatores que ajudaram a tornar, hoje, a região uma referência em termos do grau de preservação da floresta, tenha sido a possibilidade dos agricultores de manterem e enriqueceram o *capital social* de que dispunham através do intercruzamento de concepções sobre a natureza e o meio ambiente. Isto, porque esta junção de visões de mundo deve ter ajudado os agricultores a resistirem aos processos de socialização que foram historicamente impostos pela sociedade em geral, mesmo no período recente, quando estas arbitrariedades se intensificaram ainda mais.

Do segundo caso, um exemplo interessante que se evidencia na região é a identificação de parte dos agricultores (principalmente os horticultores e alguns bananicultores) como sendo os “colonos fortes”. Ou seja, aqueles indivíduos ou famílias que, também por uma série de outras motivações, foram levados a introjetar a ditadura do trabalho, o tempo do relógio e a agricultura produtivista a tal ponto que muitos hoje se aproximam mais da categoria “empresarial” do que propriamente se

<sup>198</sup> Sobre o processo de formação de uma identidade “cabocla” na região sul do Brasil, consultar Gehlen (colocar o dois trabalhos dele)

<sup>199</sup> Por *fricção interétnica* entende-se, como é o caso de Martins (1997a), todo o processo de instituição das contradições e das situações de conflito desencadeadas devido ao encontro de diferentes alteridades, ou seja, “o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si.” (Martins, 1997a, p.150)

possa ser chamado de “agricultura familiar”<sup>200</sup>. Estes agricultores, portanto, são aqueles que conseguiram, ao longo do tempo, empreender uma relativa acumulação de capital (seja na forma de aquisição de maiores quantidades de terra ou ainda na imobilização de capital na forma de veículos, máquinas e implementos agrícolas ou através de bens “construídos” na propriedade, como galpões, garagens para os veículos e mesmo as melhorias nas próprias casas dos agricultores).

Ambas as formas de perceber o mundo (a do “caboclo” e a do “colono forte”) podem ser hoje facilmente identificadas no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné. Não como “tipos ideais”, mas sim como parte do espectro discursivo que pode ser encontrado nas suas falas. Sobre esta amálgama entre diferentes alteridades, é significativo um relato feito por um mediador ligado a administração municipal sobre certos componentes da conduta dos agricultores:

Mas também os produtores que trabalham, eles também não são impedidos assim. Quem tem 10 hectares de morro, se ele tem vontade de ficar lá na propriedade dele, embora ele até desmate um ha ou dois, que ele crie umas vaquinhas de leite, plante uma cana, faça uma silagem, explore um queijo de boa qualidade, algum produto que eles possam vender pros turistas. Esse vive bem, são alternativas. Só que não são todos, eles tem que fazer. A nossa região ela já é um pouco diferente em relação a serra. Na serra qualquer casa que tu for tem criação de porco, tu vai no porão da casa ele tem salame prá vender, tem 3 ou 4 vacas de leite, a mulher faz um queijo e ele vende o queijo. Ele tem uma parreirazinha que faz um vinho, vende a uva. Aqui já não acontece isso, alguns fazem, alguns de origem italiana, mas o restante é difícil. Mas quem tem produto bom aqui, que produz, se ele não vender lá no fundo da Barra do Ouro, se ele trouxer aqui em Maquiné ou se ele for na praia, ele tem mercado, ele vende. Só que também né?, não quero ser racista, mas aqui há uma mistura muito grande de raças e tem aqueles que não gostam muito de trabalhar também. Então aqui ninguém faz milagre, quem fica na beira do rio pescando e se queixando da vida, vindo aqui na prefeitura e pedindo uma cesta básica, ou tirar samambaia um dia prá no outro descansar, isso aqui tem bastante, daí não pode reclamar.

Ao contrário do que parecem, por vezes, mostrar algumas teorias sobre o assunto, estas interfaces não se encontram separadas culturalmente, mas sim formando um espaço “*de territórios que se redefinem continuamente*” (Martins,

---

<sup>200</sup> Está-se consciente de que qualquer tipificação relacionada às diferentes categorias rurais será sempre insuficiente para abarcar toda a complexidade que envolve os agricultores como um todo. Além do que, os termos usados acima (“empresarial”, “agricultura familiar” ou “colonos fortes”) podem não ser necessariamente auto-excludentes. Portanto, que fique claro que estes termos devem ser entendidos, neste caso específico, mais como um recurso (relativizado) demonstrativo da heterogeneidade existente nos agro-eco-sistemas, e que se revela no senso comum através do uso corriqueiro e genérico de uma variabilidade de termos, tais como: pequenos agricultores, produtores rurais, empresários rurais, agricultores patronais, granjeiros, agricultores de subsistência, agricultores parcial ou totalmente inseridos ao mercado, etc.



1997a, p.12). Sobre isto, é interessante uma avaliação feita por um historiador para o caso da população de origem germânica no Litoral Norte (Witt, 1999, p.232):

O isolamento que esta colônia sofreu permitiu a aproximação destes dois grupos, ocorrendo, inclusive, a mestiçagem. (...) Por estar longe de São Leopoldo e próximo de Torres e Laguna, portas de entrada para a então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a colônia logo entrou em contato com outras culturas, de diversas origens, dando-lhes um caráter peculiar (...). Ora, a interação entre escravos e colonos, no altar de uma igreja, é fruto deste caráter que a colônia adquiriu. Não é possível pensar um fato destes em outras áreas de colonização alemã.

No caso do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, um caminhante qualquer que percorra os diversos vales da região e converse com os agricultores que lá se fixaram, verá que uma das primeiras características que salta aos olhos será justamente esta diversidade de percepções e de visões de mundo efetuada, na maioria das vezes, sem que haja uma referência explícita a um grupo social ou a um “tipo ideal” específicos. Dito de outra forma, excetuando-se o caso dos samambaieiros e dos remanescentes africanos e indígenas, os demais agricultores parecem não se identificar nem identificar os demais como sendo italianos, alemães, brasileiros, etc. Eles são vistos todos, na sua grande maioria, como “agricultores”.

Não é à toa, também, que um recente estudo (Gerhardt et. alli 2000) chegou a diagnosticar, no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné (um vale relativamente pequeno em termos de superfície total, com cerca de pouco mais de 500km<sup>2</sup>), 11 tipos de sistemas de produção diferentes, ou seja, 11 formas totalmente distintas de se fazer agricultura, todas extremamente ricas em complexidade e diferenciadas umas das outras. Isto sem falar que acabaram ficando de fora desta tipologia, devido ao fato de não poderem ser “encaixadas” em nenhum grupo específico, cerca de quase 17% das famílias entrevistadas. Quem conhece como são feitas estas tipologias, geralmente muito pouco abertas, e considerando, por razões metodológicas óbvias, um universo limitado de indicadores, percebe-se como este número elevado é representativo da diversidade existente naquela região.

Sobre isto, deve ser dito, também, que muito desta riqueza em relação aos diferentes modos de produção e de vida existentes no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné é devida talvez, ao fato de não ter havido, deste o início da sua colonização, um único e perene padrão social que conseguisse permanecer, mesmo

que com alterações secundárias, sempre hegemônico. Ou seja, ainda que os portugueses tenham dizimado as populações indígenas dos Arachãs e Carijós, outros grupos continuaram frequentando a região até hoje e, dentro do possível, influenciando e sendo influenciados pelos novos habitantes locais. Também os açorianos e demais brasileiros descendentes de portugueses, mesmo tendo perdido sua condição econômica privilegiada, acabaram, em certa medida, sendo obrigados a dialogar e compartilhar novos vínculos culturais com os colonos italianos e alemães. Por fim, os remanescentes africanos, com suas tradições e sua cultura próprias, viram-se levados, de uma forma ou de outra, mesmo que forçados através dos intensos processos de escravidão e de dominação a que foram submetidos, a conviver com toda esta diversidade cultural e, assim, também dar sua contribuição no processo de estruturação social que, em última análise, caracteriza hoje as relações entre os diferentes agentes sociais deste agro-eco-sistema<sup>201</sup>. Como lembra uma psicóloga natural de um dos vales da Serra Geral do Litoral Norte:

Nasci em um município pequeno - Itati - onde minha identidade era inquestionável por mim e pelos que me rodeavam. (...) Quando falamos de raízes de uma pessoa, de um grupo social, estamos nos referindo a tudo o que dá suporte, segurança e que a qualquer momento pode ser resgatado, preservando a identidade. (...) Ao sairmos de um ambiente, se nele tivermos sido representativos, deixamos parte de nós mesmos ainda influenciando a realidade. Levamos muitos hábitos, costumes, crenças, sabedorias e as repassamos à nossa morada. (...) da mesma forma passamos a incorporar as novidades e a assimilá-las aos poucos evidenciando uma postura comportamental diferenciada. Esta, então, passa a ser nossa nova identidade (Torres Netto, 1999, p.95).

Portanto, como é fácil perceber, esta imensa riqueza em termos socioculturais talvez esteja entre os principais ingredientes problematizadores das questões ligadas ao meio ambiente, não só no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, mas em muitas outras realidades onde a problemática ambiental aparece com maior visibilidade. Isto, porque, quando os novos mediadores, encarregados de tratar dos

---

<sup>201</sup> Sobre isto, vale aqui colocar um relato de uma descendente de escravos da região, hoje professora aposentada do magistério estadual: *“fui rezadeira de terço e novena. Encomendava corpo, quando morria alguém, em razão do Padre Athanásio Horth vir somente uma vez por mês nesta cidade. Sentia-me em casa, na Costa do Morro. Lá fiz muitas amizades. Dancei muitos bailes na famosa Casa de Pedras localizada na Costa do Morro, construção realizada pelos escravos. (...) [ seu marido] era integrante do grupo de Moçambique, na época dançante, dando cumprimento de sua devoção como Capitão da espada, nas festas de Nossa Senhora do Rosário realizadas em Osório. Foi músico, e como gaiteiro, tocava terno de reis, bailes realizados em Maquiné, Barra do Ouro, Serrito, Garapiá, etc.”* (Rosa, 1999, p.156).

temas relativos à conservação e à preservação ambiental, chegam a estes espaços sociais, poucas vezes se dão conta de quão humanamente diversos eles são. Normalmente suas preocupações estão mais voltadas para a chamada “biodiversidade”. Esquecem, todavia, que este conceito engloba todos os seres vivos de um agro-eco-sistema (o que inclui a espécie humana) e, com isso, costumam não considerar (ou considerar pouco) a importância das pessoas que lá estão como agentes decisivos no processo de preservação da própria biodiversidade local. Do mesmo modo, agindo desta maneira, estes mediadores acabam colocando de lado uma das dimensões mais representativas e interessantes que envolve a “questão do meio ambiente” e que é, em última análise, o seu caráter de *transversalidade*. Ou seja, perde-se justamente a capacidade não fragmentária que este tema possui de interpretar e mobilizar um amplo espectro de interesses da sociedade no sentido de contribuir para colocar em xeque as relações arbitrárias que tradicionalmente foram construídas entre as pessoas de um modo geral e entre estas e o meio ambiente do qual também fazem parte.

### PARTE 3

## 7 AGENTES NO CAMPO AMBIENTAL E A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL NO AGRO-ECO-SISTEMA DA BACIA DO RIO MAQUINÉ: A GERAÇÃO DE CONFLITUALIDADES

### 7.1 *Um conto da carochinha: a agricultura “produtivista-moderna”*<sup>202</sup>

É preciso ter em mente, no entanto, que essas técnicas não atuam no sentido de recompor de outra maneira o equilíbrio do ecossistema, mas apenas no sentido de contornar os efeitos do desequilíbrio sobre a produtividade esperada. Além disso, estas técnicas produzem, por via de regra, impactos ecológicos negativos. (...) A eficácia inicial dos meios químico-mecânicos de intervenção levou um grande número de especialistas a considerar que estes poderiam substituir sem problemas as práticas agrícolas tradicionais.

Ademar Ribeiro Romeiro, 1998, p.235.

Ao refletir sobre todas as discussões levantadas até agora, uma série de outras indagações permanecem ainda sem resposta, como, por exemplo: o que permite hoje ao agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné conservar, comparado com realidades em situação semelhante, níveis tão interessantes em termos de preservação ambiental? Como é possível, nos dias atuais, exibir tal grau de recuperação da flora e

---

<sup>202</sup> Apesar das transformações envolvendo a chegada da agricultura *produtivista-moderna* terem começado a surgir no vale do Rio Maquiné já na década de 1960, este é um processo que, em linhas gerais, ainda não cessou por completo e continua em parte ocorrendo. Embora modificadas e amalgamadas juntamente com os demais vínculos sociais e produtivos que se formaram no passado (remoto e recente), suas conseqüências se fazem ainda fortemente presentes para a maior parte dos agricultores. Por esta razão, para efeitos de análise, considerou-se aqui este período como aquele que mais tem marcado o contexto atual da problemática ambiental no agro-eco-sistema estudado.

da fauna nativas, mesmo mantendo a quase totalidade das terras sob domínio dos agricultores? E, no caso destes últimos, que implicações este processo acarreta em termos de transformações no seu dia-a-dia e como respondem a tais modificações? Já que a ocupação do agro-eco-sistema encontra-se historicamente baseada no minifúndio, por que os índices de densidade populacional mostram-se tão inferiores a outras regiões com estrutura fundiária semelhante?

No que tange especificamente à introdução do padrão de modernização da agricultura nos vales ao redor do Rio Maquiné, este processo se iniciou com a chegada e adoção pelos agricultores de alguns produtos específicos e que acabaram se sobressaindo, sendo que o primeiro e mais antigo parece ter sido o tabaco. A implementação da agricultura integrada do fumo pelas indústrias fumageiras remonta à década de 1950, mas foi nos anos 1960 que esta espécie seria apresentada aos agricultores como uma das alternativas para modernizar a agricultura da região. Neste processo, os sistemas de produção baseados na cadeia produtiva ligada à produção de fumo irão arregimentar uma razoável quantidade de agricultores. Aliás, de todos os agricultores entrevistados, a metade alegou já ter trabalhado com este cultivo ou ainda que os seus pais um dia trabalharam. Exemplo disso foi a infância de um mediador-agricultor entrevistado:

Continuava trabalhando e naquele período que eu não tava no colégio eu tava na roça com meus pais, sempre promovendo esse tipo de cultura que era basicamente o fumo; existia a plantação de milho, feijão, arroz e trigo, mas sempre o que era mais forte mesmo ficava sendo o fumo (...); era um dinheiro certo, né?, então era o que dava mais segurança.

Mesmo assim, com o decorrer do tempo, esta “saída” se mostrou menos interessante do que parecia ser, fazendo com que, já no final da década de 1970, muitos agricultores abandonassem o sistema integrado junto às fumageiras. Foi decorrente deste processo também que parte dos agricultores irão começar a instalar nas suas propriedades aquele que seria o principal cultivo comercial da região: a horticultura. Primeiro, porque o fumo não se limitou a ser cultivado somente nas zonas de encosta. Ao contrário, as áreas preferenciais de cultivo começaram a ser cada vez mais as planícies e várzeas de que os agricultores dispunham, como demonstra este relato de um agricultor aposentado e já com idade bastante avançada:

Uma vez não derrubava em beira de rio, era tudo mato. Então o rio se conservava sempre no lugar. Depois começaram a derrubar tudo, começaram a plantar fumo, fazer forno de fumo. Plantaram fumo muitos anos aqui pra companhia Souza Cruz. Então desmataram tudo para plantação nas beira de rio. Depois ia apodrecendo aqueles toco e a água ia comendo. Mas eu nas minhas frente, que eu tenho terreno que forma barranco, margem de rio, tá lá pra quem quiser ver a prova, nunca derrubei um palmo, tá lá. Claro que prejudica um pouco as plantação porque podia plantar mais. E as gente sempre dizia ‘mas derruba’, eu dizia não, as beira de rio não pode ser desmatada.

Como se vê, este agricultor, um dos mais antigos moradores da região, preservou o costume de não usar as áreas de baixada, o que talvez se deva, ainda, à influência de mais de três gerações ligadas ao modo *tradicional-colonial* de produzir e que sempre preservaram estas áreas de planície. Quer dizer, o abandono desta característica interessante em termos de preservação só viria acontecer com a chegada das indústrias integradoras de fumo, cujos técnicos, como hoje ainda é de praxe, pressionam os agricultores a plantarem nas áreas mais homogêneas em termos de tipo de solo, pois isso diminui eventuais diferenças futuras no teor de nicotina das folhas.

Sobre o porquê da exaustão deste tipo de cultivo integrador-moderno baseado no tabaco, cabe colocar um outro relato de um dos horticultores entrevistados, o qual conta de maneira muito lúcida o porquê do abandono do cultivo do fumo:

Mas nesse meio tempo pra cá o pai começou a plantar fumo e esse fumo em 78 mais ou menos foi abandonado. (Ele plantava na várzea?) Na várzea, alguma partezinha no morro onde dava pra lavar e onde dava pra entrar com os bois pra lavar. (Porque se abandonou o fumo?) Por causa da verdura que dava um pouco mais de dinheiro que o fumo e era um dinheiro freqüente. O repolho por exemplo em 120 dias tu colhe ele e o fumo é uma vez por ano. E o serviço do fumo é muito mais pesado, doentio, nós aí e os meus irmãos vivia doente quando plantava o fumo. (Por que isso?) Muito trabalho e o veneno era ruim também. A gente trabalhava naquela estufa quente, na fornalha, quase assava naquilo ali, e o fumo, como a gente só via o dinheiro uma vez, era pra pagar as contas. A alimentação não era boa, chegou um ponto que a gente não plantava mais milho pro gado por causa do fumo, não plantava mais feijão, não cuidava mais das coisas.(...) (Os cultivo de subsistência) É, a cultura de subsistência já não era mais tão bem cuidada porque o fumo tomava conta do nosso trabalho.

Outro ponto interessante que a última parte deste relato mostra é como a implantação de sistemas integradores ligados a uma ótica essencialmente *produtivista* coloca os agricultores em uma situação em que estes são cada vez mais obrigados a abandonar certas práticas ligadas ao modo de produção *tradicional*,

provocando a perda daquela relativa autonomia alimentar e do tempo a ser gasto com o trabalho na agricultura. Veja-se este outro relato de um agricultor entrevistado:

(...) porque quando nós éramos criança, era gente nova, era eu e o meu irmão, eu com 16, 17 anos e o meu irmão com uns 20, nós tivemos que fazer uma roça de fumo sozinho porque o pai foi fazer uma casa em Campo Bom. Porque tava ruim e tinha 12 filho aí prá alimentá e só dois trabalhando.

Não é só a necessidade do “dinheiro prá pagar as contas”, mas também toda a lógica produtiva, a qual demanda sempre mais trabalho e uma dedicação quase exclusiva ao produto comercial produzido. É aí também que outro ingrediente, antes ausente nos sistemas *tradicionais-coloniais*, se apresenta como elemento problematizador da questão ambiental na região: a imposição da necessidade de alcançar produtividades sempre ascendentes e orientadas segundo uma concepção de tempo como ele é hoje percebido nas relações capitalistas de produção. Há, portanto, um processo definitivo de perda daquilo que, até então, os agricultores haviam conseguido, para mais ou para menos, manter: o domínio do tempo, do *seu* tempo, o qual, obviamente, não obedecia, na maioria das vezes, à cronologia imposta pela contagem do relógio ocidental. Isto significa, em última análise, uma perda efetiva de parte da capacidade que estes agentes tinham de projetar novas possibilidades de agir e de pensar o meio no qual se achavam inseridos. Até antes disso, para a grande maioria das famílias, deveria valer ainda a mesma constatação feita por Cândido (2001, p.156-157):

O ritmo da sua vida é determinado pelo dia, que delimita a alternativa de esforço e repouso. (...) A sua atividade favorece a simbiose estreita com a natureza, funde-o no ciclo agrícola, submetendo-o à resposta que a terra dará ao seu trabalho, que é o pensamento de todas as horas (...). O ano agrícola é a grande e decisiva unidade de tempo, que define a orientação da vida, ao definir as suas possibilidades e empecilhos econômicos, e ao marcar a direção do ano seguinte. Ao longo dele se ordenam os seus trabalhos, cujas etapas são pautadas pelas operações agrícolas. Estas obedecem ao ciclo vegetativo.

Isto não quer dizer, entretanto, que este processo de transformação se deu de uma forma homogênea e para todos os agricultores, mas sim que existiu, e existe até hoje, todo um movimento socioeconômico e cultural que tende a levar estes agentes a tal condição de dependência em relação ao tempo de produção, aos gastos com insumos, aos rendimentos obtidos. Esta permanência entre o *tradicional* e o *moderno*

pôde ser percebida na fala de alguns agricultores que ainda se mostram muito próximos ao modo *tradicional-colonial* de produzir e que lembram, por vezes, uma certa “identidade cabocla”. Neste caso, a noção e a contagem do tempo não podem ser confundidas com o calendário greco-romano como é hoje utilizado pela sociedade “urbano-industrial”. Veja-se esta conversa entre o pesquisador e um casal de agricultores-samambaieiros:

(Quantos anos tu tem?) trintaeeeeee... (silêncio), trintaeeeeee... (Expressão de constrangimento) Mulher, tu que sabe isso, (Ela diz - 35). (E teu pai, já é mais velho, quantos anos tem o teu pai?) Tem que perguntar prá ele, eu não guardo isso na memória. (E quando chegou a luz aqui?) A luz, faz bastante tempo (A mulher diz - não, não faz não, é da idade da Mariazinha, a Mariazinha tem cinco anos) Mas faz mais! (A mulher diz - não faz mais nem um pouquinho) É, deve fazê uns cinco anos.

O fato da mulher saber mais do que o seu parceiro sobre a sua própria idade talvez se explique, porque ela, quando criança, morou durante um tempo em Porto Alegre, enquanto ele praticamente nunca saiu dos fundões da Linha Solidão (um dos vales formados em torno do Rio Maquiné). Aliás, normalmente este último, quando perguntado sobre alguma coisa vinculada ao passado, evocava normalmente o termo “antigamente” ou se referia a um acontecimento ocorrido na região (uma enchente, uma procissão ou rezas que eles fizeram, uma seca, a existência de um moinho ou ainda de um local onde vendia seus produtos e que agora não existe mais, etc.) Veja-se estes fragmentos de frases retirados desta entrevista, os quais sempre estavam se referindo a acontecimentos anteriores, mas que, contudo, tanto poderiam ter ocorrido há 30, 20 anos, como também no verão passado: “*antigamente puxavam de tropa*”; “*faz uns...eu era gurizotão, ainda pequeno*”; “*antigamente nós vendia prum bar, tinha um barreiro lá*”; “*porque antigamente não hortava a terra*”; “*olha, foi uma vez que a gente fez uma oração prá chover*”; “*foi uma enchente que deu aquela enchentona e rolou lá em cima daquele morro, daquele perau ali*”; “*antigamente ia fazer um galpão daí cortava do mato*”; “*naquele tempo de antigamente ele servia só prá isso, prá botar criação.*”

É fácil de perceber que a percepção da problemática ambiental para este samambaieiro-agricultor será completamente diferenciada de um outro agricultor cujas relações capitalistas de produção já foram amplamente internalizadas. Do mesmo modo, pode-se indagar como agricultores que mantêm ainda este tipo de



visão de mundo devem reagir aos discursos dos ambientalistas ou dos demais agentes ligados à questão do meio ambiente? Ou seja, qual a capacidade de diálogo e de comunicação que poderá ser estabelecida entre estes agentes tão distanciados social e culturalmente? Por outro lado, fica mais do que evidente que a capacidade de apresentar seus argumentos e de contrapor um discurso preservacionista, por exemplo, encontra-se extremamente debilitada devido à sua condição marginais dentro do *campo ambiental*. Soma-se a isto a impessoalidade objetivada na figura da “lei”, a qual é, teórica e ilusoriamente, “igual para todos”, mas que, logicamente, acaba discriminando aqueles que se encontram fortemente pressionados por relações de dominação que extrapolam muitas vezes o âmbito do *campo ambiental*.

Por outro lado, é importante perceber como são amplas as possibilidades que se abrem e que envolvem, sim, processos dinâmicos e complexos e em que estarão coexistindo diferentes “diversidades” ligadas às dimensões biológicas, físicas, sociais, culturais, econômicas, simbólicas ou políticas. Neste sentido, outra consequência desta variabilidade é que esta peculiaridade acaba permitindo que permaneçam coexistindo lado a lado, por exemplo, uma lógica produtivista ligada à centralidade do trabalho trazida da Europa e as necessidades diárias de subsistência e de *progredir* na vida, juntamente com concepções sobre o lugar onde se vive (a propriedade, a comunidade, a família) bastante próximas daquilo que se poderia definir como “perspectiva do nativo”. Neste último caso, a natureza, o mato, a floresta, e também os parentes, os amigos e a família, adquirem uma importância subjetiva e que não pode ser facilmente medida. Isto, porque há, efetivamente, um processo de sacralização destes componentes, pois são eles que permitem, respectivamente, a sustentação simbólica do seus modos de vida e, mais do que isto, a capacidade concreta de sustentar e reproduzir a organização social familiar no decorrer do tempo e a manutenção dos vínculos de sangue que os unem.

Naturalmente, esta mistura aparentemente contraditória será válida também para o caso da incorporação do sistema *produtivista-moderno* de produção desencadeado pela consolidação dos processos industriais-capitalistas na agricultura. Isto acabará delimitando a construção de uma variabilidade social e cultural em que o *tradicional* e o *moderno* irão imiscuir-se de tal maneira nas percepções dos agentes

sociais do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, que ficará muito difícil separar estas perspectivas aparentemente tão diferenciadas.

Paralelamente a este processo, e restando apenas a centralidade da família herdada do antigo modo de vida *tradicional-colonial*, os processos de modernização impuseram aos agricultores a derrubada de uma das últimas barreiras à total desconsideração do meio ambiente como algo que faz parte da própria vida destes indivíduos (nem que esta integração fosse reconhecida apenas através do trabalho relacionado às práticas estritamente agrícolas). Quer dizer, se antes “*o pêndulo, o elemento mediador, eram os elementos da vida (...) [e] a terra era percebida como a única fonte de riqueza, porque são as plantas que a cobrem que permitem a reprodução física, direta ou indiretamente, dos homens e dos animais.*” (Garcia Jr., 1983, p.211), agora interpõe-se um novo elemento entre os agricultores e o meio natural ao seu redor e que se concretiza na mediação oferecida pela “tecnologia” (ou pelas inovações tecnológicas).

De fato, poucas vezes se percebe que, como há sempre uma “ideologia”<sup>203</sup> por trás do oferecimento destas novas técnicas pretensamente “científicas”, invariavelmente sobrevêm, de arrasto a sua introdução, relações de poder com vistas a estabelecer algum tipo de controle junto aos agricultores. Esta submissão pode se dar em diferentes níveis. Por exemplo, no caso dos sistemas de produção adotados deverá haver um controle através da instituição: do tempo que o agricultor deverá agora necessitar para utilizar uma determinada técnica; da origem e da quantidade de insumos que ele precisará adquirir para pôr em prática tal tipo de manejo; da área ou do espaço físico que ele precisará ocupar dentro da sua propriedade; das espécies que efetivamente ele terá agora que produzir etc. Isto para ficar apenas no campo da produção agrícola em si, pois é fácil perceber que uma série de outros mecanismos de dominação acabarão se instalando também na própria vida cotidiana dos agricultores, modificando seus modos de vida, seus padrões de necessidades diárias (como, por exemplo, o que passa a representar a aquisição de uma parabólica) e todo o conjunto de relações simbólicas que estes mantêm com o mundo ao seu redor.

---

<sup>203</sup> A expressão é aqui adotada no sentido de indicar um certo conjunto de compromissos de conduta que acabam sendo impostos aos agricultores pelas variadas formas que a tecnologia pode assumir. Em síntese, serão estes compromissos que irão permitir que as “técnicas modernas” sejam usadas para controlar e dirigir certos comportamentos coletivos.

Obviamente, isto significa perda de autonomia dos agricultores no que se refere à capacidade de gerenciar uma das dimensões mais essenciais, e que marcou durante muito tempo a sua própria existência enquanto indivíduo pertencente a um grupo social, que é a capacidade de direcionar as relações entre o seu trabalho e o ambiente do qual este também fazia (e se sentia) parte. Enfim, como indica Almeida (1999, p.149), o que este processo coloca é a eliminação “*de um certo conhecimento e [de um] domínio da situação que abre a possibilidade de invenção do próprio trabalho*”. Do ponto de vista ambiental, sob esta perspectiva até mesmo a capoeira (que, para o agricultor, não é floresta, mas é também, embora temporário, um local de trabalho e que garante parte da sua sobrevivência), que antes poderia ser vista pelo agricultor como parte integrante dos seus sistemas de produção, responsável pela recuperação física e biológica da terra naquele local, perde esta condição e pode passar a ser explicitamente vista como um “inço”, algo que deve ser eliminado e que causa “prejuízo”.<sup>204</sup>

Na prática, como era de se esperar, o que ocorreu foi a intensificação dos processos de depredação ambiental, com a aceleração dos desmatamentos (agora também nas várzeas até então bastante preservadas) e da retirada da cobertura vegetal através da intensificação do uso das áreas potencialmente agricultáveis. Juntamente com isto, os pousios destinados à recuperação da vegetação passaram a ser cada vez menos respeitados, perdendo, com isto, a sua função original. Embora fosse mantido um certo revezamento das áreas em produção, aquele verdadeiro mosaico de floresta, capoeiras e roças, o qual certamente deve ter formado a paisagem das encostas da região durante boa parte do século XX, irá ser cada vez mais substituído por um desenho menos biodiverso, menos estratificado e mais monocultural<sup>205</sup>. Sobre esta transformação, vale uma constatação de um agricultor entrevistado, o qual pratica hoje uma agricultura próxima do que se conhece por produção “agroecológica”:

---

<sup>204</sup> Este tema será retomado mais adiante.

<sup>205</sup> Alerta-se que esta é apenas uma tendência e não um processo inexorável. Quer dizer, como foi visto no capítulo 4, esta diversidade ainda permanece, só que agora em um nível bem inferior se comparado há tempos atrás, além de qualitativamente diferente, pois os contrastes na paisagem se devem mais a existência de diferentes extratos de vegetação secundária e capoeira, do que à variabilidade de sistemas de cultivo utilizados pelos agricultores.

(E quando tinha essa agricultura mais de queimada, de botar o porco, como é que era?) Era um xadrez de várias cores, as matas eram derrubadas com quantias de anos. Elas eram uma alternativa, assim, de renda e o agricultor mesmo gostava de estar nos morros, em convívio com a natureza, ele era uma pessoa que vivia da natureza, não tinha essa modernidade de hoje, hoje ficam olhando televisão em vez de ficar no mato<sup>206</sup>.

Embora esta argumentação possa vir revestida de um certo “viés agroecológico” devido ao tipo de agricultura praticada pelo entrevistado (portanto, pouco representativo do que é hoje a agricultura na região), as suas colocações refletem um sentimento de como deveria ser a percepção de muitos agricultores até antes da chegada dos processos de modernização. Até mesmo a lembrança da televisão mostra-se pertinente. Como pôde experienciar o pesquisador, a vinda da luz elétrica à região (na sede municipal de Maquiné ela chegou há mais ou menos 30 anos, mas na maioria das demais localidades esta “melhoria” é ainda muito recente e, em muitos casos, não passa de quatro a cinco anos de existência) representou uma verdadeira “revolução cultural” no *habitus* e comportamentos dos seus habitantes. Exemplo disso pode ser comprovado através do que foi levantado pelos agricultores de uma localidade da região durante um “diagnóstico rápido-participativo” feito por extensionistas locais. Nas palavras de um mediador técnico entrevistado que participou deste processo:

Isso tudo faz parte de uma técnica de planejamento. Bom, feito isso aí saiu o plano, aqui ó, só prá tu ter uma idéia o que eles [os agricultores] colocaram. Antes de 1814, ocupação do território pelos índios; 1814, chegada dos primeiros açorianos; antes de 1835, vinda dos escravos negros; 1876, chegada dos imigrantes italianos, eles vieram 50 anos depois dos alemães; 1820, início da agricultura com cana-de-açúcar, trigo, feijão e milho, isso aqui são datas aproximadas. (Claro) E aí a gente vai indo. Em 1910, escola rural na Barra do Ouro; 1920-30, transporte de produtos por carretas; construção da estrada Boa Vista ligando a Barra do Ouro a Rolante. Então foi indo, olarias e sindicato rural em 1953; abertura da BR 101 na década de 1950; abertura do escritório municipal da Emater em 1995. E das crises ocorridas no município então o pessoal botou, de 1920 a 1936 ataque de gafanhoto; 1940, de novo ataque de gafanhotos; em 50, seca na região; em 60, início do êxodo rural na Barra do Ouro; 62, enchente; em 70, crise da banana caturra; 70, êxodo rural em Maquiné; de 70 em diante poluição dos rios; de 70 em diante assoreamento do rio Maquiné; antena parabólica; uso de agrotóxico, em 80, o lixo tóxico, e assim por diante.

---

<sup>206</sup> Apesar de haver pouca relação com o tema que aqui se está tratando, é interessante notar a aproximação desta descrição sobre a fisiografia anteriormente existente na região com o que diz Gliessman (2000, p.473) a respeito da importância da diversidade em termos de espécies vegetais e animais: “os agroecossistemas mais sustentáveis podem ser aqueles que têm algum tipo de padrão de mosaico na sua estrutura e desenvolvimento, no qual o sistema é uma ‘colcha de retalhos’ de níveis de diversidade, misturando anuais, perenes, arbustos, árvores e animas. Ou podem ser aqueles em que ocorrem diversos estágios de desenvolvimento ao mesmo tempo como resultado de manejo.”

É interessante o fato das lembranças dos agricultores darem um salto da década de 1950, quando começa a ser implantada a BR101, para até 1995, quando a Emater abre um escritório local. Aqui, poder-se-ia indagar por que não há “boas lembranças” dos agricultores sobre este período? Já que foi justamente durante esta época que a agricultura da região começou a se modernizar, não deveria ter sido este um tempo de “progresso” no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné? Por outro lado, quando se fala de “crises”, os fatos ocorridos durante estes 40 anos são bastante lembrados. Para tentar explicar esta situação, poder-se-ia argumentar que isto ocorreu devido à maior proximidade em relação ao tempo presente, mas, então, por que a década de 70 é a mais citada e não os acontecimentos dos anos mais recentes?

No que se refere às conseqüências para a vegetação e para a floresta como um todo, para se ter uma idéia da dimensão que este processo tomou, vale uma descrição feita por um dos mediadores entrevistados e que trabalhou como técnico durante este período:

Bem, o que eu posso dizer é o seguinte, quando eu vim prá cá a agricultura que aqui era explorada aqui, essas encostas de morro aqui tudo era cortado, tudo capoeira; roçava aqui e queimava ali, botava lá, então era assim, chegava no mês de agora para o mês que vem, início de julho, agosto, eles começavam a roçar, e aí em setembro, outubro, esses morros aqui era tudo cortado, e plantavam, milho e feijão. Isso em 76, 77.

Um ponto que este relato aponta, e que tem que ser ressaltado, é que a introdução da “ditadura da produtividade” a todo custo não requer a eliminação completa dos manejos e práticas agrícolas adotados anteriormente. Exemplo disso é o fato de que, apesar do aparente insucesso do sistema *tradicional-colonial*, certos manejos provenientes deste tipo de agricultura continuaram, mesmo que de uma forma abrandada ou deformada, a ser adotados até hoje por muitos agricultores, inserindo-se intersticialmente dentro dos sistemas de cultivo e de produção considerados como *modernos*. Sobre esta interface, afirma Martins (1997a, p.84):

A complexidade histórica das relações sociais na sociedade contemporânea é diluída (é desfigurada) em estruturas particulares de temporalidade única, artificialmente ligadas entre si (...). Os ‘desvios’, nessa orientação híbrida, aparecem como tipos dotados de vida e historicidade próprias. É o que se vê na esdrúxula distinção dualista entre ‘capitalismo

burguês' e 'capitalismo autoritário', como se fosse possível outro capitalismo que não o burguês e como se o capitalismo autoritário não fosse ele próprio o capitalismo burguês.

Quer dizer, se, segundo uma ótica estritamente economicista, é mais interessante usar o manejo da queimada, este pode perfeitamente ser intensificado e propagado, pois contribui, pelo menos no curto prazo, para o aumento da produção (em números absolutos) dos agricultores. Ou seja, o sistema de queimada, que antes era uma técnica complexa e que exigia um conhecimento apurado das condições físicas e biológicas do meio natural por parte dos agricultores, agora pode ser simplificado a mero instrumento destinado a colaborar na elevação da produção agrícola dos agricultores. Isto está de acordo com o que sugere Diegues (1996, p.94):

É evidente que uma articulação (dependência) maior ou menor com a sociedade global capitalista tem efeitos desorganizadores sobre a pequena organização mercantil. (...) Estes trabalhos, porém, mostram que nem sempre uma maior articulação com o modo de produção capitalista tem levado à destruição da pequena produção mercantil. Ao contrário, como sucede freqüentemente no caso da pesca artesanal, o modo de produção capitalista se apropria da produção artesanal, sem necessariamente desorganizar esse modo de produção e reprodução social. (...) A assimilação de determinados padrões de consumo da sociedade capitalista nos países capitalistas periféricos não significa necessariamente mudança radical de padrões culturais básicos, uma vez que toda cultura tem capacidade de assimilar elementos culturais externos.

Do ponto de vista da problemática ambiental, isto será importante, porque, quando da chegada de agentes ambientais ao agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, estes, muitas vezes, tenderão a ver apenas esta situação de uso indiscriminado (e onde a agricultura do tipo *tradicional-colonial* encontra-se já desfigurada). Em outras palavras, o olhar destas pessoas, devido as suas trajetórias sociais e os interesses disso decorrentes, não irá, pelo menos em um primeiro momento, privilegiar o fato de que, por trás disso, existe todo um processo muito recente de reestruturação da forma como os agricultores manejavam os recursos ambientais. Outra "miopia" característica de uma leitura feita à primeira vista, é a homogeneização dos comportamentos. Quer dizer, uma análise simplista desta situação colocada aos agricultores não permite perceber que um horticultor tecnificado ou um bananicultor que é também "atravessador", possuem lógicas produtivas totalmente diferentes daqueles agricultores que ainda preservam grande parte do modo de vida *tradicional-colonial* e, o que é mais importante, não possuem

as mesmas condições econômicas, ecológicas e sociais de responderem às restrições de uso dos recursos impostas a partir do *campo ambiental*.

Quanto aos aspectos ligados à transformação do meio natural, talvez a principal consequência deste processo, já antecipado anteriormente, tenha sido a intensificação da ocupação das áreas de várzea que, até bem pouco tempo, eram pouco utilizadas. Como indica este relato de um horticultor entrevistado sobre o início da ocupação destas áreas por volta dos anos 1970:

Isso sem dúvida, tinha muito mais mato na beira no rio, isso sem dúvida, isso aí é verdade, tinha porque o pai até ajudou a desmatar assim. Mas eu quando eu trabalhava que eu era guri, eu me lembro de ter toco, muito mais toco de árvore na várzea, a gente trabalhava aí né?, aí foi derrubado o mato.

Como é fácil perceber, a retirada da vegetação próxima aos rios e arroios da região e a consequente eliminação da mata ciliar ainda existente, trouxeram consigo sérios efeitos do ponto de vista do assoreamento dos cursos d'água. Aliás, mais adiante se verá que este é um dos “problemas ambientais” mais lembrados principalmente pelos mediadores e horticultores. Isso é compreensível, pois, além da horticultura ser a atividade com maior peso econômico, é na várzea onde se localizam as áreas mais importantes em termos produtivos para os horticultores. Veja-se o que diz um mediador técnico entrevistado:

Eu não vivi aqui há 30 anos, mas há 20 anos esses morros estavam mais cortados em termos de capoeira, capoeirão. Porque hoje também não é um mato, é um capoeirão. Estavam mais desmatados do que hoje, só que claro, na várzea, na beira do rio tinha muita área com potreiro, porque o pessoal não aproveitava muito aquela terra, ela era mais protegida do que hoje.

Todavia, deve-se reconhecer que, durante este processo, houve um certo investimento por parte dos técnicos no sentido de promover os sistemas de cultivo já adotados tradicionalmente pelos agricultores, como é o caso do milho, do feijão e da fruticultura ligada à produção de banana. No entanto, esta promoção deveria ser seguida por estes últimos com base nos parâmetros da modernização, ou seja, no aumento de eficiência, de rendimento e de produtividade. Para isso, sementes melhoradas e com alto potencial produtivo (bem entendido, se forem mantidas as condições ideais de fertilidade, irrigação e controle fitossanitário que estes novos

materiais genéticos requerem), além de todo o restante dos “pacotes tecnológicos”, foram impostos aos agricultores. Entretanto, a partir da década de 1970, o fumo, o milho e o feijão começaram cada vez mais a dar lugar à produção de hortigrangeiros e à bananicultura, hoje os principais produtos comerciais no vale do Rio Maquiné. Isso sem considerar a samambaia que, embora traga retornos econômicos muito pequenos aos samambaieiros, é importante em termos de circulação de mercadorias dentro do próprio município, como indica este comentário feito pelo representante local da SEMA:

A gente percebeu que ela tá presente no mínimo na metade das unidades produtivas. A samambaia tá presente no mínimo na metade das unidades produtivas rurais ou como renda exclusiva ou como renda complementar ou como alguém que arrenda a área. E também tem os puxadores. Como eu vejo é o seguinte, o aspecto sócio-econômico. Além desse, é que esse dinheiro circula no município e ele é parte da receita do município. Então eu ousou em dizer que primeiro a gente tem a agricultura, depois temos a samambaia, depois o comércio e depois o turismo.

Indo nesta direção, a fruticultura foi um tipo de cultivo que ganhou força a partir dos anos 1970. Só que, diferentemente de muitas tentativas anteriores dos técnicos de “encontrar as aptidões agrícolas da região”, não só os agricultores do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, mas também do Litoral Norte, de uma maneira geral, já tinham uma certa tradição de cultivo com espécies frutícolas. Isto é verdadeiro, principalmente no caso da bananicultura, a qual já era praticada por muitos agricultores desde os anos 1940, como apontou um horticultor entrevistado já com mais de 60 anos:

(E no caso da banana?) A banana faz bastante tempo que tem, eu ainda, eu era menino, eu era guri, quando levavam de barco, não tinha nem estrada prá produzir banana, não tinha a 101. Aqui também produziram um pouco, mas a banana queima com o sol, o sol pega de manhã cedo. Então muitos lugares que plantava banana lá de baixo do morro produzia bem até, mas a banana é uma boa alternativa, é uma outra coisa que nós temo aqui.

Sobre como principiou a intensificação do plantio comercial da bananicultura, especificamente na região de Maquiné, um agricultor-mediador entrevistado, e que produz banana, explica como foi esse processo:

(Então a banana já existia há bastante tempo?) A cultura da banana já existia, já existia mas era só aquelas bananinhas que tinha até 70 e que foi saindo e entrando outras de melhor



qualidade (...). Antes tinha a nanica e a caturra, mas aquelas também tava em decadência, não tinha preço, sei lá o que, tava no fim da cultura da nanica e então foi introduzida a banana prata, que é a banana que deu mais certo hoje, essa é plantada em toda a região. (E esse produção toda é de hoje?) Meu pai foi um dos pioneiros, tinha um camarada, que ele trouxe lá de Torres e ele já trabalhava com banana. Ele disse que o negócio era banana, banana vai te dar dinheiro, essa banana prata eu acho que foi o primeiro bananal daqui de Maquiné. Esse camarada veio prá cá e o meu pai deu uma morada prá ele, era um pobre que veio de lá e não tinha onde morá. Ele entendia de banana e deu a idéia pro véio e o pai tinha bastante terra ali e então decidiu planta banana. Aí eu sei que o pai comprou as muda, nos mandamo buscá lá em Três Cachoeiras e por lá veio uma caminhonete de muda. E também aqui no Espriado já tinha um cara que já tinha umas bananeira, daí foi comprado desse cara também as muda.

Conforme o relato acima, já havia na região uma certa tradição de cultivar esta espécie nas propriedades. Esta peculiaridade será um dos fatores que permitirá futuramente aos bananicultores não serem tão atingidos pelas restrições ambientais, pois esta espécie envolvida é, em termos agrônômicos, considerada como cultivo permanente. Como aponta um mediador ligado à administração municipal:

(E a área da banana, quando veio a fiscalização?) Ali já estava tudo plantado, aquela área não teve problemas, porque já tinha banana e ali continua tendo ou até diminuiu as bananas em função do preço também. (Mas não era um sistema desses de capoeira?) Não, ali naquela região já era tudo banana, o que tinha, tinha. Foi mais aqui na Barra do Ouro que deu problema. (A banana ali é de que época?) Alguns bananais devem ter uns 50 anos.

Como era de se esperar também, o fato de se conseguir produzir comercialmente um produto que até então só era cultivado longe dos mercados consumidores como Porto Alegre, as praias do litoral, toda a região da Serra gaúcha e a maior parte do Rio Grande do Sul (a banana, na época, vinha basicamente de São Paulo), a introdução desta planta foi bem sucedida, trazendo retornos econômicos interessantes aos agricultores. Como conta novamente o mesmo agricultor-mediador entrevistado:

(Vocês vendiam prá quem?) Daí vendia essa banana prata, o cara tinha uma carroça e o pai comprou uma carreta de cavalo. O cara botava a produçãozinha, botava uns 700 ou 800 quilos de banana, levava prá praia e vendia nos boteco no verão. E depois em seguida, veio os cara de Terra de Areia, Três Cachoeira, entravam ali e compravam. Naquele tempo tu colhendo duas ou três toneladas de banana prata, ali pelos 70, tu fazia o dinheiro. Seria hoje uns 2 mil reais, era um baita de um dinheiro, uma pequena lavoura valia dinheiro.

Neste particular, não se pode dizer que os sistemas de cultivo e de produção ligados à bananicultura, que acabaram se disseminando, foram aqueles “mais modernos”, pois, apesar de incorporar novos tipos de manejos e técnicas, estes

sistemas preservaram muito da forma original como era anteriormente praticada pelos agricultores. Sendo assim, a adoção deste tipo de cultivo, além de ter uma íntima relação com as características ecológicas do meio onde os agricultores possuíam suas propriedades (ver capítulo 4), sendo, portanto, mais uma das estratégias dos agricultores usada para superar as deficiências do sistema *tradicional-colonial*, não pode ser pensada sem que se considere todo o contexto do Litoral Norte. Quer dizer, este era um cultivo recorrente em toda a região e que foi adotado (mesmo que em uma escala muito pequena) por boa parte dos agricultores independentemente, por exemplo, das suas origens étnicas ou das suas situações econômicas. Talvez seja esta peculiaridade um dos fatores que permitiram aos bananicultores de hoje obterem resultados econômicos que, excluindo-se os horticultores, podem ser vistos como razoáveis se comparados à grande maioria dos demais agricultores. E isto sem perder, com exceção do aspecto da comercialização, fortemente dominada por atravessadores, uma parte considerável da autonomia em relação ao domínio dos processos produtivos.

Entretanto, obviamente que também o cultivo desta espécie sofreu com as conseqüências de um fenômeno que hoje atinge fortemente a horticultura da região. Como tem sido comum em várias regiões do país em que os processos de modernização da agricultura se instalaram, existe uma espécie de corrida pela eficiência e que leva a cada vez mais os produtores de um modo geral a procurarem aumentos de produtividade e também elevação da escala de produção existente (leia-se oferta de maior quantidade do produto). Com isto, os agricultores que não possuem as condições adequadas para acompanhar este processo acabam não conseguindo manter seus sistemas produtivos em um nível razoável devido à inviabilidade econômica que, neste caso, foi-lhes imposta. Neste sentido, um processo semelhante é descrito por um mediador-bananicultor entrevistado:

A banana ela oscilava até 94, dava um ano bom outro ano ruim de preço. Nem era o ano, era as época do ano, no verão valia bastante, no inverno valia pouco. Diminuí a produção no verão, normalmente a banana diminui, ela cria no verão e brota o cacho no inverno e aquela que brota no inverno vai sair quase no verão porque ela leva uns 4 ou 5 meses. Então aquela que brota no inverno ela perde a qualidade, então chega no verão tu tem uma pequena produção, então ela sobe o preço, é de má qualidade mas dava preço. Mas depois disso dali, por 94, veio os cara brasileiro. Então veio os cara lá de cima, de São Paulo, Rio. Daí eles estavam empolgado lá com a banana, então houve um aumento do plantio principalmente em

Minas e Bahia, daí nós sentimos que nós iríamos nos ferrar e não deu outra, isso em 94. Então nós tava ganhando muito dinheiro de 94 a 96. Mas os cara tavam crescendo horrores, os grande produtores lá de cima, claro, o solo deles é mais apropriado, maior extensão. Daí os cara meteram banana lá e não deu outra. Antes nós mandava banana lá prá cima, nós chegamo a vender banana daqui pro Belém do Pará. Ia direto, a banana muito não ia a Porto Alegre, essa banana daqui ia direto lá prá cima. (E agora?) É, agora não tem mais aquele mercado, e mais, é de lá que vem prá Porto Alegre, então nesse sentido piorou muito.

Quanto à agricultura de um modo geral, e como era de se esperar, a extensão rural, amparada pelos órgãos financiadores estaduais e federais, desempenhou um papel fundamental no que tange ao processo de modernização da agricultura no Litoral Norte. Como coloca um mediador técnico que viveu este período:

Hoje tu não vê mais, mas antes tinha sempre por cima a administração (...). Quando nós começamos a trabalhar aqui, que eu vim prá cá e nós começamos a trabalhar, a Emater teve um trabalho intensivo em alguns programas a nível do governo do Estado com relação aqueles programas prá irrigação, financiamento. (Com a Operação Tatu também?) É que eu não peguei esta época da Operação Tatu, isso foi antes; eu peguei o LINOR, foi um programa do Litoral Norte, onde financiavam irrigações, encaminhando pro produtor aí, então começou a entrar a hortaliça, por causa da Emater, porque começou o plantio aqui com couve-flor e repolho, e aí foram uns anos muito bons, eles ganhavam muito dinheiro, ganhavam dinheiro com hortaliça e foi expandindo a hortaliça.

Chega-se, então, à horticultura, a qual ganha força no final da década de 70. Como já comentado no capítulo 4, os cultivos associados a estes sistemas de produção são altamente tecnificados, requerendo, também, um uso bastante intensivo de terra e de mão-de-obra. Assim, em 1977, um artigo publicado em um jornal do Litoral Norte anunciava o que estava por acontecer:

Temos defendido sempre a idéia de que a nossa região tem condições de tornar-se em pouco tempo o maior produtor de hortigranjeiros do Estado, e realmente acreditamos nisto. A nossa proximidade dos mercados comercializadores e consumidores, aliada aos microclimas e às variadas glebas de solo de que dispomos, devem ser aproveitadas em benefício da nossa população rural (Jornal Planador, 1977, sem número de página).

Como era de se esperar também, este empreendimento deveria seguir a linha dos grandes projetos iniciados neste período do “milagre brasileiro”:

Gostaríamos de sugerir algumas medidas: a dragagem dos canais de interligação das lagoas liberaria grandes áreas de terras férteis e próprias para variados tipos de cultura; a criação de um órgão de âmbito municipal ou regional, a exemplo do Projeto Sudoeste I na fronteira gaúcha (...); a dragagem do valo que liga a parte norte da cidade de Osório (...) à Lagoa dos

Barros, drenaria uma boa área de minifúndios (Jornal Planador, 1977, sem número de página).

Esta nova conjuntura e o desenvolvimento das novas atividades agrícolas acarretou uma grande valorização das áreas planas e mecanizáveis, assim como um processo de acumulação de capital de boa parte de seus proprietários. No entanto, isto não quer dizer que não havia antes uma certa tradição de cultivar hortaliças comercialmente, como mostra este horticultor entrevistado:

(Quando vocês começaram a produzir olericultura, como é que vocês descobriram esse tipo de agricultura?) Nós aqui mais ou menos sempre tivemos alguma coisa de verdura prá vendê no verão. Principalmente prá esse pessoal das praias que sempre compram, isso aí faz muito tempo.

Todavia, o resultado desse processo foi a concentração das atividades agrícolas comerciais nas propriedades localizadas nos vales mais amplos, hoje quase todos ocupados com a horticultura. Contudo, é interessante notar que a implantação dos sistemas de produção vinculados a estes cultivos serve como exemplo de outro grande paradoxo da agricultura moderna e cujo mecanismo, descrito inicialmente por Cochrane (1979), é conhecido entre os “economistas rurais” pelo nome de “treadmill”:

A partir do momento em que um agricultor ou um pequeno grupo deles (chamados por Cochrane de ‘early-bird’)<sup>207</sup> adota uma inovação tecnológica significativa, seus custos caíram, porém não os preços. (...) Pelo fato de a estrutura produtiva ser atomizada e concorrencial, será praticamente impossível evitar que a inovação se generalize. (...) Os agricultores médios (average-farmers), utilizando as novas técnicas, provocarão a elevação da oferta de maneira a baixar os preços, eliminando os lucros decorrentes justamente do caráter limitado da inovação. A vantagem dos ‘early-bird’ é extinta e eles se vêem na mesma situação que seus seguidores. Já os agricultores retardatários (laggard farmers) cedo ou tarde acabarão por deixar o mercado, vendendo suas terras provavelmente para aqueles que foram os primeiros inovadores e conseguiram acumular recursos durante o período em que suas inovações tinham difusão limitada (Abramovay, 1992, p.216).

Quer dizer, com a implantação da horticultura deflagra-se um processo de contínua busca de inovação dos sistemas de produção vinculados a estes cultivos, o que, em um certo sentido, representa dizer que parte destes agricultores não conseguirão acompanhar a velocidade que tais modificações requerem. Sobre como

se deu este processo no caso particular do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, é interessante o relato deste mediador técnico entrevistado:

Ainda aqui hoje como as coisas evoluíram. Houve épocas que se plantava hortigranjeiros só aqui em Maquiné, agora já não, agora tu tem Santa Maria produzindo, tu tem Caxias do Sul produzindo, já tem mais ponto, tu tem lá aquela região de Santa Rosa, aquela região produzindo hortigranjeiro, produzindo frutos. E esta evolução fez com que eles começassem a buscar materiais aqui e acolá. Então hoje já começou a digamos, concentrar mais, vamos dizer, produzir com mais técnica numa área menor a mesma quantidade. Pega uns 15, 20 anos atrás, era uma euforia, era uma busca em compra de áreas. Hoje já não vale a pena comprar é melhor ficar com esse pedacinho aqui e produzir em cima dele, melhorar ele, investir nele em vez de comprar mais 20 hectares; assim eu meto em cima da terra que eu tenho. Quer dizer, essas evoluções com a tecnologia fez com que então se diminuísse um pouco a área plantada com mais intensidade.

Este aspecto de “corrida tecnológica” desencadeada pelo mecanismo competitivo do “treadmill” foi externado por outro mediador ligado à administração municipal, o qual aponta também outra faceta deste processo e que se refere a geração de certas “dependências” ligadas a criação de novos tipo de “parcerias” entre agricultores:

Não, porque o problema é o seguinte, porque praticamente produção de hortaliça era quase só em Maquiné, pois em Caxias, na Serra quase ninguém plantava e os caras vendiam bem. Agora hoje não é mais assim, principalmente nas épocas de verão estão todos plantando na serra e lá prá Caxias. E tu vê lá o que tem de produção hoje e na época eles não plantavam. Então foi dificultando mais isso aí, mas na época eles ganharam muito aqui nesta região. (...) E hoje já chegou nessa área de parcerias, o cara que é dono da terra, eu vou lá e planto com ele uns 40% e ele me da a terra e me da o resto e eu entro com o corpo, mas dai tem o problema da exploração, quer dizer, se nos colhermos 100 dúzias de alface, 50 dúzias ele me paga 30 centavos a dúzia e os outros 50 ele me vende a 60 centavos.

Do lado dos agricultores e o que aconteceu com eles em termos de intensidade de modificação dos sistemas de produção praticados, este relato de um horticultor entrevistado ilustra uma história que deve ter se repetido várias e várias vezes com outros agricultores:

O pai foi me passando, como ele não podia trabalhar muito mais, ele foi aposentado por invalidez. (Tinha problema?) Tinha problema na perna, então eu fui assumindo a lida na terra, eu e os irmãos. (Quantos são?) Dois mais novos. Então eu fui aplicando a técnica que eu aprendi durante o internato em Osório. Comecei a produzir em grande escala hortigranjeiros e abandonando a agricultura de subsistência. (Era o que? Alface?) Alface,

---

<sup>207</sup> “Early-bird”, em português literal, quer dizer madrugador, mas, segundo o autor, este termo aqui tem o sentido de pioneiro.

repolho, beterraba, cenoura. Quando eu voltei do quartel aí entrei direto na produção. (E já tava forte a horticultura?) Já tava forte, tava iniciando muito forte, vendia por roças, era muita procura. (E antes não existia, quando tu foi lá prá Osório não tinha?) Existia, mas não existia muito, tava no começo, o transporte era difícil prá chegar em Porto Alegre e os caminhão eram velhos, não existia o asfalto. Aí a produção eu fui vendendo hortigranjeiros e fui comprando o resto que precisava, mantendo a família. (E essa maneira de tu plantar era diferente do teu pai?) Era diferente, inclusive no tempo do meu pai nós usava o arado de boi e depois nós passamos pros equipamentos mais modernos, me associei na associação de prestação de serviços e comprei trator e equipamentos. (A Apsat?) É, Apsat. Aí na Apsat tinha equipamentos, daí o cultivo era moderno e eu fui adquirindo coisas, irrigação, motores.

Como se vê, alguns agricultores, por disporem de certas condições (econômicas, socioculturais ou mesmo ligadas às condições topográficas da propriedade), se adaptaram melhor à lógica do “treadmill” e conseguiram alcançar um patamar tecnológico tal que lhes permitiu, além de comprar terras de seus vizinhos, não ficarem restritos à produção agrícola. Exemplo disso é o fato da maior parte dos atravessadores de Maquiné ligados à comercialização de verduras com a CEASA serem também horticultores. Sobre esta diferenciação entre os agricultores propiciada principalmente pelos sistemas tecnificados ligados à produção hortícola, é interessante este relato de um agricultor aposentado entrevistado por Rosa (1997):

Vai lá ver quem são, vai ver a conta bancária prá ver quem são. Os líder dos hortigrangerio, esses com dois, três, caminhão transportando produto. Eles têm um carro do ano na garagem, mas eles andam tudo esculachado, quem vê diz que parece uns colono bem pobre e sem recurso. É que durante a semana eles trabalham na lavoura, mas de noite eles vão fazer um curso, uma faculdade. Porque quem tá no ramo do hortigrangeiro não tem dificuldade, agora, tem muita dificuldade é o pequeno agricultor lá dos fundão que planta milho e feijão, esse sobrevive. Agora, quem entrou no ramo do hortigrangeiro tá muito bem. Como agora teve um vizinho que levou uma viagem de repolho prá Ceasa, uma carga, depois colocô um pouquinho mais em cima e comprou uma Tobata.

Enfim, para alguns, como para este outro horticultor entrevistado (cujo pai se dedicava até 20 anos atrás ao tradicional sistema de cultivo baseado na produção de milho-feijão-porco), foi possível se adaptar às condições que este tipo de agricultura tecnificada requer:

Que nós começamos a trabalhar com verdura mesmo foi depois desse negócio de plantar milho e isso aí caiu de 78 prá cá que a gente começou a plantar verdura. (...) E o pai sempre foi assim, de inventar coisa, o pai é uma pessoa que sempre quis inventar, inventar coisas, então isso aí é uma coisa que sempre tinha mais ou menos um pouquinho de alface. E as grandes roças que nós plantamos começou em 77-78 e por conta que daí começou a vender mais e aí tinha uma senhora aí que vinha de Santa Catarina e vinha prá CEASA e daí começou a investir e disse: ‘planta que eu levo’. E nós fomos uns dos primeiros. (Essa

senhora era de Maquiné?) É. (E ela ajudava?) Ela dava, quer dizer, financiava o adubo e semente no início.

O que este exemplo também põe à mostra, é a característica heterogênea dos agricultores, é a diversidade de situações e de comportamentos que poderão ser gerados por eles quando colocados frente aos processos modernizantes. Neste sentido, outro ponto interessante que surge no relato deste horticultor aparece quando este usa a palavra chave “inventar” (“*o pai sempre foi assim, de inventar coisa*”). Em termos etimológicos, por exemplo, esta expressão encontra-se muito próxima do sentido dado pelos difusionistas ao termo “inovar”. Quer dizer, para alguns agricultores, talvez valha a afirmação de Hayami e Ruttan (1988, p.126) de que a inovação tecnológica é eminentemente “*endógena e induzida principalmente por mudanças na disponibilidade relativa de recursos e pelo crescimento da demanda.*”

Entretanto, se por um lado estas mudanças trouxeram vantagens (principalmente econômicas) para alguns, por outro, também foram responsáveis pela exclusão de uma parcela considerável de agricultores do cenário agrário local. Como era de se esperar, nem todos os agricultores conseguiram sair na frente ou mesmo acompanhar este processo de modernização. Nem todos responderam à escassez de seus recursos com “saídas inovadoras” e a “eficiência econômica” esperadas. Mesmo que, muito devido às especificidades ligadas ao mercado hortícola e às peculiaridades geo-agroecológicas locais, um conjunto considerável de agricultores tenha conseguido alcançar um nível razoável de tecnificação e de retorno financeiro que compensasse os investimentos realizados (permanecendo, porém, sempre pressionados pela concorrência imposta pelos demais), um outro contingente expressivo não teve condições de continuar caminhando na esteira rolante do “treadmill”<sup>208</sup>, permanecendo com isto cada vez mais a margem das transformações econômicas e tecnológicas que ocorreram nos últimos 20 a 25 anos. E isto será ainda mais significativo no caso daquelas famílias localizadas em áreas onde existe pequena disponibilidade de áreas planas e onde predominam as zonas de encostas. Sobre este processo, vale atentar para este relato de um mediador ligado as entidades de pesquisa na região:

---

<sup>208</sup> Segundo Abramovay (1992, p.216), este termo em inglês refere-se “*a esteira rolante existente em academias de ginástica em que o indivíduo anda sem sair do lugar.*”

(Por que tu acha que os agricultores deixaram de usar os morros?) A dificuldade prá trazer as coisa prá baixo e a diminuição da mão-de-obra, porque o pessoal novo foi saindo, porque no final da década de 70 houve uma saída muito grande do pessoal, da Solidão saíram muitas pessoas que foram prá região do calçado. A lavoura não tava dando muito, era muito trabalhosa e pouco retorno. Sabe como é, vai 10 prá lá e um se dá bem e volta prá cá, e eles só vêem esse um né?! (Quando chegou essas leis, já tava diminuindo o uso dos morros?) Tava, tava começando a diminuir o uso de áreas muito íngremes também porque já tavam começando a usar muito a várzea prá fazer o plantio das hortaliças.

Além disso, mesmo os horticultores sabem destas dificuldades, pois, apesar de plantar nas várzeas, eles também possuem grandes quantidades de áreas impróprias no caso da horticultura:

(E essas áreas de morro, não se usou mais?) Não, porque a verdura o cara tem que entrar com a rotativa prá arrumar a terra, tem que estercar, tem que aproveitar bem, que vai plantar alface como é que vai fazer um canteiro lá onde só tem morro e pedregulho?

Somado ao fato de estarem praticamente impossibilitados de adotar os “pacotes tecnológicos” requeridos pelas novas atividades agrícolas, estes agricultores se viram, mais recentemente, progressivamente desestimulados até mesmo de praticarem o sistema *tradicional-colonial* de cultivo de queimada. Sobre isto, um mediador ligado à administração municipal explica:

Os próprios produtores foram crescendo aqui, eles foram comprando caminhões, foram comercializando na CEASA e foram abrindo canais de comercialização. Supermercados e alguns atravessadores fortes entraram aqui e começaram a comprar. (Isso já na década de 80?) 85, por aí, e dura até hoje. (Assim, na várzea?) Na várzea, só que aquele cara das encostas, dos morros e aqueles que não têm várzea o que que aconteceu, os jovens muitos foram embora, ficaram as famílias com os mais idosos que são aposentados. Hoje, alguns que não foram tão aí, tão trabalhando mais com extrativismo de samambaia, alguma coisa de gado leiteiro, muito pouco aqui, alguma coisa prá subsistência. Isso só prá te dizer a transformação que eu senti.

Como se pode ver, pelo menos inicialmente, o processo de marginalização destes agricultores não se deu tanto em virtude da legislação ambiental vigente (que virá recrudescer ainda mais esta situação), mas, principalmente, devido aos fatores econômicos relacionados à diminuição dos preços dos produtos agrícolas pagos aos agricultores, às difíceis condições de produção e comercialização que os morros começaram a oferecer e, obviamente, aos limites impostos pelas conseqüências ambientais negativas (erosão, diminuição dos rendimentos, etc.) que uma agricultura



intensiva produz nestas áreas. Tudo isso contribuiu para o contínuo empobrecimento dessas famílias, o que resultou em um expressivo processo de êxodo rural nesses últimos 25 anos, e que culminou com a decadência e até o desaparecimento de algumas comunidades locais. Exemplo disso foi o que aconteceu com o vale do Rio Ligeiro, como conta um agricultor que mora nos “fundões” desta localidade e que preserva ainda um tipo de sistema de produção muito próximo ao que era praticado pela maioria dos descendentes de imigrantes até bem pouco tempo atrás:

Porque era muita gente que morava aqui (...) esses anos quando nós era mais novo, aqui parece que tinha 70 e poucas família, hoje não sei se tem 30, não tem 30 (E por que tu acha que eles foram embora?) Foram embora, porque eles não conseguem viver mesmo na colônia, é que quando tu, nada contra os armazém, nada contra ninguém, é que quando tu tem um milho, hoje tu vai lá nos armazém e tu compra tu tem que pagar 15 reais o saco de milho e na época. Mas agora, tu vai vender a oito reais, então não tem mais como o colono viver mais na colônia, então é a época, então eles aproveitam o preço baixo e compram tudo, a mesma coisa acontece com o porco, a mesma coisa com o feijão.

Ainda sobre este processo, chama atenção um balanço feito por um agricultor-mediador entrevistado:

Hoje tu planta uma roça e tu vai colher 100 sacos de milho, na colheita ele vai te dar 800 reais. Imagina a mão-de-obra que vai te dar prá tu derrubar essa roça, prá tu ter que puxar lá de cima com um cargueiro de animal. Bota lá e vem e transporta prá baixo ou tu vai botar o porco; o porco também dá muito pouco, a margem é muito pequena. E 100 sacos de milho vai dar 800 reais. Prá tu fazer esta derrubada, mão-de-obra, plantar e cuidar desse milho no fim não vale a pena tu plantar. Tu vê que não adianta porque tu vai gastar bastante, com 800 reais tu não faz uma roça lá em cima e é o que vai te dar na colheita, prontinho aqui em baixo, prá tu vender a oito reais o milho. Então dá prá ver que não adianta, porque a oito reais dá prá plantá prá quem é mecanizado, aí né?, é claro que dá, mas prá esses pobre coitado!!!

Como se pode ver, até mais ou menos o início da década de 90, as restrições ambientais tiveram pouca importância no processo de declínio da agricultura na região, o qual se deveu a todo o contexto econômico trazido pela modernização da agricultura. Obviamente, esta situação é percebida também pela população local, como demonstra este banicultor-mediador entrevistado:

Eu vi agora esses dia as autoridade do Estado comemorando o aumento da área nativa de 16 prá 18%.. Mas foi vários fatores que fizeram isso acontecer, e eu vi o cara falando que o principal foi o êxodo rural o fator fundamental. Hoje a Barra do Ouro tem 90% de área que tá se regenerando, o êxodo agora é um pouco de não poder desmatá, mas principalmente porque essa agricultura não mecanizada, essa agricultura se tornou inviável. Se tu for plantar uma

rocinha tu morre de fome, foi um fator econômico também. Antigamente até uns 30 anos atrás os filhos não estudavam, eles criavam uns porquinho, vendia uns porco, um pouquinho que sobrava de feijão, o pessoal era muito mais pobre do que hoje. Essa gente foi embora. Só que aqui inviabilizou esse tipo de agricultura. Isso não existe mais. Se tu for produzir 50 sacos de milho ou mesmo 200 sacos e mais 20 ou 30 de feijão, tu não vai conseguir se sustentar.

Ainda sobre este processo, esta é também a percepção de um agricultor entrevistado ligado à produção “agroecológica”:

E eu ouvi duas histórias, uma que o mato vem voltando em Maquiné, as floresta, porque não pode mais derrubar e a outra porque não era mais lucro derrubar, porque foi feito grandes plantações, depois da revolução verde uns 30 anos atrás. Há 30 anos atrás eu via muita mudança saindo de caminhão de Maquiné, o pessoal indo embora porque não valia mais a pena plantar, derrubar prá plantar, o feijão era barato, o milho era barato, o porco era barato, tinha já aí grandes fazendas de porco, então não tinha mais como plantar e as pessoas foram prá cidades, prá indústrias de calçado, pros familiares. E depois vinham bem vestidos, com bons salários e aí influenciavam os outros cada vez mais. Porque dos que se deram bem todo mundo se lembra, mas dos que se deram mal não.

A partir de agora, devido às condições topográficas e às inadequações agronômicas, nem mesmo os processos de inovação da agricultura poderão reverter tal situação. Novamente, chega-se à interposição dos aspectos ecológicos aos processos econômicos e sociais desencadeados antropicamente. Como alerta Goodman et. alli (1990),

Os elevados aumentos iniciais de produtividade, resultantes do processo desencadeado pela “revolução verde” começaram a esbarrar em uma característica até então imutável da agricultura: o fato de se estar lidando com processos biológicos, vivos e dinâmicos, os quais não respondem da mesma forma que os processos de produção industrial. Se a ‘revolução verde’ proporcionou, em um primeiro momento, o aumento fantástico na produção total da agricultura, agora já não é possível seguir a lógica da elevação dos rendimentos e produtividade, conseguidos graças a uma intensificação do fenômeno do apropriação na agricultura.

Como fica evidente, a implantação da agricultura *produtivista-moderna* não foi um processo que ocorreu de forma homogênea, fazendo com que boa parte dos agricultores acabassem não se adequando ao sistema baseado no uso intensivo de fertilizantes, agrotóxicos, sementes melhoradas, máquinas e equipamentos agrícolas. Logicamente, o que aconteceu é que um considerável número de agricultores se viu obrigado a vender parte da força de trabalho (quando não as suas terras) para outros agricultores, principalmente horticultores. Enfim, como se pode ver, este novo

modelo produtivo acabou colaborando para acentuar ainda mais o processo de esvaziamento das áreas rurais iniciado já no final da década de 1920, sendo um dos principais fatores que permitiram a regeneração da mata secundária nos últimos 20 anos. É neste quadro de relativa agonia da agricultura, que as restrições ambientais virão a ser instaladas, pressionando ainda mais aqueles que ainda resistiam aos processos de marginalização produzidos pela introdução do padrão *produtivista-moderno* na agricultura da região. Sobre isto, é interessante o relato de um mediador entrevistado ligado a administração municipal:

Só que também nesse meio tempo, o que aconteceu quando entrou em vigor a lei? A atividade agrícola, ela tava já comprometida, os preços dos produtos, do milho, do feijão, eles também foram atingido. Entrou a mecanização em outras áreas e se produziu muito mais produtos em áreas maiores, tudo mecanizado, o que inviabilizou a atividade aqui. Então hoje não estão dando conta assim, é que eles estão preocupados agora mais também porque não pode derrubar uma árvore e nem queimar. Claro que também se fosse cortar um alqueire lá, tu não vive mais com aquilo. Tem uma questão ambiental e uma questão econômica em cima. A pressão econômica contribuiu pra preservação do meio ambiente, a não ser, assim, alguns que trabalham com alguma atividade de frutíferas. Então, às vezes, tem um pedacinho menor, plantam meio hectare de parreira, laranjeira, a fruticultura te dá um retorno maior em áreas pequenas. Mas foi na Barra do Ouro é que sentiram mais, porque lá era tradição e ainda tem alguns produtores que resistem e continuam a cortar capoeira e botar o porco lá. Lá é uma tradição né?

Todavia, como já adianta este relato, uma parte destes agricultores permaneceu no campo, mas agora com praticamente nenhuma terra disponível para plantar devido às imposições ambientais que viriam a ser implementadas a partir do começo dos anos 1990. Foi, portanto, em meio a este processo de modificação do meio cultivado, que veio somar-se (também no início desta década) a crescente implantação das leis de preservação ambiental e o seu efetivo controle pelos órgãos de fiscalização, o que, obviamente, ajudou ainda mais a acelerar o processo de abandono quase que completo das áreas de encosta pelos agricultores (com exceção daquelas áreas já ocupadas com o cultivo da banana). Sobre este processo é interessante a síntese feita por esta liderança política local:

Depois, claro, foi mudando as leis e isso aqui ficou foi reserva da Mata Atlântica, reserva da biosfera. Esses agricultores e a própria atividade que foi a exploração de suínos nesse sistema, porco mais tipo banha, de porco comum, também foi perdendo o valor. E o plantio de milho e feijão, e nesses morros plantavam bastante também na época, mas daí não foi compensando. E as famílias eram numerosas. Aí o que aconteceu, as famílias foram reduzindo, ficando os mais velhos, os jovens foram pras cidades, em função do emprego, né?

Aí entrou aquela fase assim das hortaliças, mas a hortaliça ela atingiu o pessoal da várzea, no plano, e aqueles que ficaram com os morros e as encostas foi proibido o corte de capoeirão e as queimadas principalmente. Então essas famílias, elas sentiram um impacto muito grande. Hoje já não é mais tanto, hoje já tão contornando, formando outras atividades, tão na extração da samambaia, muitos estão sobrevivendo lá e outros foi criado tipo um, assim, não foi um atrito, mas criou um conflito entre os órgãos ambientalistas, a Patram, a Sema, essas entidades ligadas a preservação do meio ambiente e os agricultores.

Como disse este mediador, a consequência mais imediata imediata, foi que, os agricultores que possuíam poucas áreas de várzea ou de baixada disponíveis para plantio, ficaram encurralados pelo fato de não poderem mais nem mesmo continuar plantando nas encostas devido às proibições da legislação ambiental brasileira e a atuação dos agentes ligados à preservação ambiental. Do outro lado, aqueles que possuíam terras nestas condições ampliaram ainda mais a devastação sobre as áreas de várzea, chegando a um ponto em que, em muitos locais, não há mais vegetação nas margens dos rios da região (com exceção das vegetações “alienígenas” plantadas como alfaces, brócolis, cenouras etc.). Sobre isto, um mediador técnico entrevistado explica:

Ali na linha Fagundes prá ti saber, lá onde tem uma barragem, tem uma estrada que tem um lastro. Toda aquela área do lado direito, onde o rio tá comendo toda aquelas terras, ali era tudo potreiro com maricá. No meio da várzea, tinha uma linha de uma largura de uns 30 metros de taquaireira de fora a fora que os Fagundes velhos, os mais antigos, tinham plantado, porque ali com as enxurradas a água atravessava e eles já botavam aquilo prá preservar. Só que com o cultivo intenso de hortaliças e a mecanização, eles foram cortando tudo, arrancaram toda taquara, tirando as pedras, os maricás, os potreiros, foram limpando tudo. Eu até acho que em termos financeiros a hortaliça dá muito mais dinheiro que ter uma vaquinha de leite, só que na margem do rio eles foram desmatando, tirando.

Entrementes isto tudo, nas encostas e, em especial, nos vales secundários e estreitos, diferentes tipos de agricultores buscam ainda hoje resistir a este processo, apesar da pequena viabilidade econômica de seus sistemas de produção. E é justamente dentro deste contexto que começou a surgir, a partir da metade dos anos 1980, o que talvez seja hoje a principal estratégia assumida pelos agricultores do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné para permanecerem na terra e continuarem a manter um tipo de organização social vinculado às relações familiares de produção: a extração da samambaia. Sobre o primeiro aspecto, um samambaieiro entrevistado explica:

(Quando vocês não conseguiram mais fazer essa agricultura, o que mudou?) O que é que mudou um pouco é que de sorte veio essa samambaia prá nós tirar porque, que nem antigamente, quando puxavam de tropa, de cargueiro, plantavam em cima desse morro, isso não tava mais dando conta. (Tinha porco também?) Criavam porco, às vezes largavam na roça de milho ou senão traziam o milho e engordavam e vendiam também. E hoje em dia não tem como entregar, porque os mercado tão cheio de carne e a farinha já vem ensacadinha. (Tu lembra mais ou menos quando foi isso?) Faz uns... eu era gurizotão, ainda pequeno. (Daí começou a ficar ruim?) Daí já a turma já tivemos que caí prá outro biscate.

Entretanto, segundo pôde-se perceber durante a fase de campo, o surgimento desta atividade não se deu de uma hora para outra, existindo já há algum tempo na região, como demonstra o comentário de um agricultor-samambaieiro entrevistado:

(Mas antes já tiravam samambaia) O pai já tirava samambaia antigamente e nós vendia prum bar, tinha um 'barreiro' lá que foi os primeiro que começaram a puxar daqui do canto, ele apareceu aí e nós vendia prá eles. Tirava só do nosso aqui. Aí depois foi aparecendo outros, tinha um lá do Espraiado que puxou anos aqui também e agora tamo vendendo prá outros, tem um lá de Morro Alto e outro aqui da Terra de Areia.

Como é fácil perceber, as famílias que começaram a se dedicar à extração de samambaia são, na sua maioria, remanescentes daqueles agricultores ligados ao modo de vida *tradicional-colonial*, mas que, devido às imposições a eles impingidas pelo processo de modernização da agricultura e, mais recentemente, às restrições ambientais colocadas a partir do *campo ambiental*, acabaram sendo levados a adotarem esta estratégia para conseguirem garantir a reprodução familiar e, ao mesmo tempo, permanecerem ligados à terra que foi de seus antepassados. Sobre isto, um agricultor-samambaieiro conta como era antes da chegada da samambaia:

(Como era a roça?) Olha, primeiro a turma aqui plantava muito mais que agora, onde tem a capoeira hoje em dia, onde nós arrancamo a samambaia, era tudo roça a bem dizer. (Vocês não tem muita área de várzea aqui?) Não, tem quase nada, aqui é só com o arado de boi. (Sabe quantos hectares mais ou menos) Dá umas... faz uns oito e meia, nove hectares que é nosso. (E vocês usavam estes oito e meio hectares?) Antigamente usava quase tudo, prá plantar milho, feijão, aipim, daí hortava alguma mais prá aipim. (O que é hortar?) É capinar, é conservar limpo. Porque daí não tem toco, daí não vai ter toco, porque o aipim não pode ter toco, madeira, essas coisas. (Assim, como era o trabalho na roça, vocês não plantavam toda a terra de uma vez?) Não, os oito de uma vez não, a gente fazia uma malha, plantava arroz naquele tempo, até trigo, mais aí já não era o meu tempo. O trigo é do tempo do pai e do falecido meu vô que também morou aqui e já morreu. (E daí vendia prá quem?) Eles entregavam em Maquiné nos mercado, eles entregavam açúcar, tinham engenho, engenho de cana, faziam açúcar, entregavam tudo ali em Maquiné e às vezes levavam prá Osório de carreta, nós tinha animal naquela época. (...) (E daí tu trabalhava com teus pais?) Nós trabalhava na roça, o pai trabalhava na roça, plantava pro gasto e fazia biscate, arrumava fogão a lenha, eu não me lembro direito. Hoje não dá, é muito difícil arrumar serviço, meu pai começô a tirá samambaia também e a luta da roça era essa.

No entanto, a migração de parte dos agricultores para esta atividade não deixa de ter relação com as recentes restrições ambientais. Embora as conclusões tiradas por este mediador ligado ao sindicato local dos trabalhadores rurais possam ser vistas como sendo demasiadamente tendenciosas, devido justamente à posição que este agente ocupa, elas não deixam de ser em parte verdadeiras:

(E como começou a extração de samambaia?) Eu imagino que também foi por volta das proibições das queimadas e roçadas. Com maior intensidade, o pessoal começou a buscar uma nova fonte de vida. As samambaias é uma questão de sobrevivência de muitas famílias de nossa Maquiné. Famílias que tão envolvida na samambaia e dependem daquilo ali prá sobreviver. E por que se deu isso na região de Maquiné? Foi exatamente pela proibição do desmatamento e a proibição das queimadas, o pessoal se viu obrigado a buscar uma nova forma prá poder sobreviver e encontraram as samambaias. As samambaias no início ela era inço, ela era mais uma praga.

Aliás, é bom lembrar que esta nova prática foi identificada pela maioria dos entrevistados como uma das únicas alternativas que restaram hoje para aqueles que não conseguiram se inserir no contexto da modernização da agricultura ou que não puderam mais preservar o modo *tradicional-colonial* de produzir devido aos efeitos “colaterais” que tal fenômeno produziu e que, nos últimos anos, têm como novo aliado as restrições ambientais. Este é o caso de um mediador-banicultor ligado à administração municipal:

Não, aí o povo que plantava uma lavourinha de milho ou de feijão lá em cima e que derrubavam, queimavam prá plantar aquilo, hoje este pessoal tá mais na extração da samambaia. Então partiram prá este lado, tinha até uma preocupação muito grande do nosso município de que se houver uma proibição da extração de samambaia o que fazer com este pessoal? Nós temos, eu calculo umas 300 famílias que vivem disso.

Sobre este último aspecto de privação das necessidades básicas dos samambaieiros, vale outro alerta feito por um outro mediador também ligado à administração municipal:

As famílias que têm dois velhos em casa, se tu fizer uma pesquisa, tu vai ver que é um absurdo quantos vivem da aposentadoria. A samambaia é o tal negócio, vai a mulher, vai os filhos, eles pegam não sei quantos molhos por dia, chega de noite eles entregam pro puxador e na sexta feira recebem o dinheirinho. Mas também já gastam tudo lá, Então eles vivem daquilo, é tipo, só prá sobreviver. Parou uma semana porque tá chovendo, eles não têm como

buscar samambaia, e aí eles passam fome. Não adiante sonhar com grandes coisas quando tem isso aí.

Além disso, ao menos inicialmente, a adoção deste tipo de extrativismo foi beneficiado pela diminuição das queimadas e pelo abandono de boa parte das áreas de roça pelos agricultores. Isto porque o crescimento desta espécie é favorecida por ambientes formados pela vegetação de capoeira. Não havendo mais o cultivo continuado destas áreas, a samambaia pode se desenvolver. Como disse um mediador da região, *“a samambaia começou a surgir acho que faz uns quinze anos, até porque não tinha tanta samambaia porque era mato e era cortado; também muita queimada por aí. Depois, como só vinha capoeira, a samambaia só vinha na capoeira”*. Na verdade, como se verá logo a seguir, esta questão do crescimento não controlado da capoeira será um dos elementos que irá compor a problemática ambiental da região, pois irá gerar um “problema” para os samambaieiros. Quer dizer, paradoxalmente, o fato de se ter abandonado parte das áreas de roça, permitindo, assim, que a capoeira se recuperasse até virar capoeirão e, depois, mata secundária, mais tarde será justamente um dos responsáveis pela diminuição das taxas de crescimento da própria samambaia. E isto acontece devido ao fato da recuperação da mata secundária diminuir sensivelmente a quantidade existente de samambaia nestes locais.

Por outro lado, o interessante deste processo envolvendo a modernização da agricultura é que a introdução das restrições ambientais irá se dar no agro-ecossistema da bacia do Rio Maquiné do mesmo modo que foi feito pelos técnicos durante a “Revolução Verde”, de cima para baixo e não respeitando as particularidades locais. Quer dizer, as novas diretrizes das políticas ambientais novamente não irão respeitar o que é talvez a principal característica da agricultura brasileira e que se revela na extrema heterogeneidade e diversidade de percepções, de lógicas produtivas, de situações econômicas dos produtores, de conhecimentos sobre o meio natural, de condições ecológicas das propriedades, de capacidade de articulação política dos agentes, de modos de vida, enfim, de acesso à cidadania de um modo geral.

Como os financiamentos da década de 1970, que só eram oferecidos para alguns produtos incluídos nos “pacotes tecnológicos” e, portanto, acessíveis a poucos agricultores, as leis e a fiscalização ambiental durante os anos 1990 irão oferecer

apenas uma saída (possível também para poucos): não desmatar o mato e não queimar a vegetação de capoeira (acima de três metros). Pode-se alegar que sempre foi permitido aos agricultores fazer um certo uso dos recursos naturais das suas propriedades (tal como era a alegação dos propagandadores do “milagre brasileiro” de que o crédito rural estava disponível a “todos” os agricultores). Entretanto, novamente como no caso dos processos de modernização, estes “usos” não estavam, por várias razões já discutidas aqui e outras que ainda virão a ser, ao alcance de todos. Com isso, novamente houve uma discriminação daqueles menos favorecidos econômica, ecológica e socialmente. Os agricultores que tinham áreas de várzea, por exemplo, por mais que ficassem (e ainda ficam) indignados com as proibições impostas pela legislação, puderam prescindir das áreas de morro para continuar produzindo, pois os retornos econômicos da horticultura compensavam o abandono destas áreas. Os bananicultores, embora permanecessem ainda próximos ao modo *tradicional-colonial* de produzir, tinham suas áreas (que são morros com elevada declividade e que estiveram até há pouco cobertos com floresta) ocupadas com a banana, a qual é uma planta considerada como espécie de cultivo permanente (portanto, que pode ser cultivada em terrenos mais acidentados). Mas, e os demais, que alternativas restaram para aqueles que, não tendo condições de se adequar às normas ditadas pela legislação ambiental, apenas sobrevivem no meio rural? Que direções possíveis os agricultores poderão seguir de agora em diante, se estas famílias encontram-se (na prática) proibidas de cultivar a maior parte de suas terras?

Dito isso, evidentemente não se pode esquecer de duas das estratégias que talvez tenham sido as mais adotadas pelas famílias do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné nos últimos 30 anos. Estas consistiam ou na aceitação da diminuição das condições de reprodução social, com a pauperização crescente das propriedades dos agricultores; ou no efetivo abandono da terra e a conseqüente migração das famílias para outras regiões do Litoral Norte, do Estado e mesmo do país. De fato, este processo se acentuou cada vez mais ao longo dos anos (iniciando com a decadência do sistema *tradicional-colonial* e intensificando-se ainda mais com a chegada do padrão *produtivista-moderno*) de modo a determinar, como foi dito



anteriormente, uma drástica diminuição da população de certas localidades<sup>209</sup>. Sobre este fenômeno, foi também comum os entrevistados de localidades muito afastadas da sede referirem-se a este estado de “abandono”, sendo que, para quem visita estas áreas, é fácil visualizar uma grande quantidade de casas fechadas, em avançado estado de ruínas ou, o que cada vez é mais comum, habitadas pelos novos “tipos sociais” da região: os donos de sítios de lazer e as demais pessoas que, por um ou outro motivo, vêm desfrutar dos “*elementos ‘purificadores’ do corpo e do espírito poluídos pela sociedade industrial*” (Carneiro, 1998, p.153).

De outra parte, antes de verificar definitivamente como se deu o processo de institucionalização da problemática ambiental no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, vejamos agora o que todo este fenômeno de introdução do padrão *produtivista-moderno* tem implicado em termos de percepção dos agricultores para com os mediadores que trabalharam junto a eles durante este período e o que isto tem a ver com a vinda dos novos agentes sociais que chegaram nos últimos anos.

## **7.2 O desencanto dos agricultores em relação ao discurso do “profissional competente” e a resistência aos novos valores impostos pelo campo ambiental**

Segue-se que os dominados podem sempre tirar partido ou proveito dos conflitos entre os poderosos que, muitas vezes, precisam do concurso para triunfar.

Pierre Bourdieu, 1998a, p.88.

Diferente de outras regiões, onde os processos de modernização na agricultura foram efetuados de uma forma extremamente rápida, o agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné irá, paulatinamente e cada vez mais ao longo da segunda metade do século XX, ser objeto da introdução de certas “melhorias”. Entretanto, como se viu há pouco, isto não quer dizer que este não tenha sido um período marcado por transformações radicais em termos sociais, econômicos e produtivos. Neste sentido, a maior aceleração das alterações envolvendo a consolidação do novo padrão produtivo a ser implementado (aqui chamado de *produtivista-moderno*)

<sup>209</sup> Como já comentado, o distrito de Barra do Ouro possuía, em 1920, mais de 2000 habitantes. Cem anos depois, irá contar com aproximadamente 1300 pessoas.

parece ter se dado por volta da metade dos anos 1970 até mais ou menos o início da década de 1980, anos estes marcados por profundas reestruturações nos sistemas *tradicionais-coloniais* até então praticados. Como disse um dos mediadores entrevistados ligado à área técnica ao falar sobre sua chegada ao vale do Rio Maquiné por volta do início dos anos 1970:

Não, não era muito assim. Muito pouco investimento, ninguém tinha um trator, ninguém tinha uma bomba prá irrigação, então começou e evoluiu um pouquinho e aí foi um ‘vup’, assim, numa questão de 10 anos a coisa ficou praticamente como tá agora; agora nós já estamos, eu acho que já atingimos o máximo e já tá descendo.

De uma maneira geral, pode-se dizer que o que aconteceu nesta época não foi muito diferente do que estava se passando naquele momento em boa parte da região sul do Brasil. Do mesmo modo, estavam presentes aqueles que foram, talvez, os quatro principais instrumentos utilizados pelos Governos Federal e Estadual na tentativa de modernizar a agricultura brasileira, quais sejam: a extensão rural, a pesquisa agrônômica, os subsídios e créditos agrícolas e o investimento em infraestrutura (estradas, energia, etc.). Assim, novas práticas e manejos começaram a ser levados aos agricultores pelos extensionistas; inovações técnicas e tecnologias acabaram sendo disponibilizadas pelos pesquisadores; modificações nas relações entre agricultores, bancos, empresas e o mercado foram introduzidas, além de ter havido um certo investimento na melhoria das condições das vias de acesso de modo a tornar mais eficiente o escoamento da produção agrícola.

Olhando em retrospectiva, este processo terá sua gênese já a partir da década de 1930, quando começam a ser tomadas iniciativas no sentido de potencializar a navegação lacustre do Litoral Norte. Contudo, as relações de troca, por exemplo, só seriam definitivamente alteradas com o final deste sistema de transporte e a abertura efetiva de uma via terrestre ligando Torres a Osório (a BR101). O interessante é que este “avanço” traz novamente à tona, tal como o foi em 1911 a inauguração da estrada Taquara-Barra do Ouro, a dimensão do *progresso* como melhoramento, agora revitalizado ainda mais pelos processos de modernização por que passava o país como um todo:

Retornava eu de São Leopoldo onde estudava em colégio interno, quando pude contar aos meus pais que tinha viajado de Osório até o Morro Alto pela ‘federal’, seguindo daí para Capão da Canoa e novamente pela estrada. A alegria deles foi contagiante e passou a ser a grande novidade. (...) Finalmente, esta região tão fértil, de clima e topografia tão propícios à produção conseguiu sair da estagnação em que viveu durante gerações e cujo sonho de prosperidade tantas vezes foi procrastinado e até olvidado (Ely, 1999, p.395).

Como também noticiou o Correio do Povo em 1/03/1968: “*Dia 27, nas proximidades de Torres, diante da notícia de que a pavimentação fora concluída, mais de 3000 automóveis e um milhar de pessoas extravasaram seu júbilo, na junção da BR101 com o desvio para Torres.*” (Correio do Povo, 1968 *apud* Ely, 1999, p.396). Entretanto, por trás deste evento, que aparentemente se mostra pouco significativo para o tema que está se pretendendo enfocar aqui, esconde-se uma outra importante constatação que, à primeira vista, pode não ser muito bem percebida. Veja-se esta outra parte da notícia dada pelo mesmo jornal: “*O fato é marcante, pois registra o epílogo de uma obra que teve início há 20 anos, mas que só foi acelerada depois de setembro de 1964, quando a grande enchente destruiu a ponte sobre o rio Pelotas, isolando o Rio Grande do Sul, via rodoviária do resto país.*” (Correio do Povo, 1968 *apud* Ely, 1999, p.396). Como se pode ver, este fato bastante peculiar e que marcou o processo de conclusão da BR101 (que, segundo esta mesma autora, “*foi realmente, a Estrada da Redenção*”), encontra-se mais uma vez essencialmente ligado aos aspectos ambientais, especialmente no caso das relações entre o meio natural e as ações humanas.

Neste sentido, é de se perguntar, por exemplo, qual a relação entre este evento que destruiu a principal via de comunicação do Estado com Santa Catarina e o tipo de agricultura praticada pelos agricultores do Litoral Norte nos morros da Serra Geral? Ainda mais que os sistemas de produção adotados já haviam começado, mesmo que timidamente, a incorporar ao modo *tradicional-colonial*, novas tecnologias e práticas visando aumentar não só a produção, mas também os rendimentos e a produtividade dos sistemas de cultivo e criação dos agricultores. Além disso, não se pode esquecer que a agricultura do tipo *tradicional-colonial* continuava a pressionar cada vez mais as zonas de floresta devido a diminuição do tempo de pousio da capoeira e ao aumento dos locais ocupados com atividades agrícolas (isso tanto em área total como em intensidade de uso no tempo). De outra parte, embora aquela enchente que então ocorreu possa não ter sido a única razão

para se ter acelerado a construção desta estrada, é bastante pertinente a afirmação de Ely (1999, p.395): *“o mal de uns é o benefício de outros, não tivesse sido destruída a ponte do rio Pelotas, no Passo do Socorro, talvez o asfaltamento da nossa estrada tivesse sido mais uma vez postergado.”*

Entrementes, obviamente a conclusão da BR101 se revelou um elemento que permitiu dinamizar certos setores da economia local, o que, todavia, não significou uma melhoria generalizada, permanecendo uma grande parte dos agricultores da região ainda relativamente “isolados”. Para muitos destes, a “estrada da redenção” se encontrava deveras longe de suas vidas, mesmo no caso daqueles que tinham suas casas a alguns poucos quilômetros de distância das suas margens. Este foi e continua sendo o caso de um agricultor-samambaieiro entrevistado, morador da Linha Solidão, localidade que fica a mais ou menos cinco quilômetros da BR101<sup>210</sup>:

(Tu lembra quando foi a primeira vez que tu saiu prá ir mais longe?) Muito difícil, só quando era prá ir comprar alguma coisa em Maquiné. Uma vez a gente foi a Tramandaí prá dar um passeio, mas só uma vez também. Meu pai tinha uma irmã dele lá em Tramandaí né?, já falecida hoje, daí eles levaram nós. (E Porto Alegre?) Não, não conheço nada também.

Certamente, não só para este agricultor (o qual passou sua infância e adolescência por volta do final da década de 70 e início dos anos 80 e viu serem dilapidadas as condições para que ele pudesse continuar com o sistema *tradicional-colonial* adotado por seu pai), mas para vários outros como ele, este evento não significou *“o ‘ingresso no mundo’ através de uma estrada de rodagem que ligava o Litoral Norte do Estado, ao sul com Porto Alegre e os países do Prata e em direção norte, com Santa Catarina e a capital do país.”* (Ely, 1999, p.396):

Quanto aos aspectos mais ligados à realidade agrária do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, esta região viu, já nos anos 1950, acontecerem certos fatos que, no futuro, iriam ajudar a modificar por completo o padrão produtivo da região e, como conseqüência, a vida dos seus habitantes, em especial das famílias de agricultores. Assim, uma das tentativas adotadas pelo governo do Estado para potencializar a produção agrícola teve início já na segunda metade desta década, quando é instalado em Osório (do qual, até 1992, o hoje município de Maquiné foi

<sup>210</sup> Esta localidade literalmente fica “do outro lado do morro”, passando o trevo de Maquiné, a esquerda da BR101 para quem vai em direção a Torres (consultar anexos).

distrito) um escritório da chamada “Missão Rural”, órgão de extensão criado na época:

Na intenção de colaborar, prestar serviço aos setores da agricultura e da pecuária, a Secretaria da Agricultura criou e instalou, também em Osório, a Missão Rural. Ela foi lotada com agrônomos, veterinários e técnicos em agricultura. Não faltaram as viaturas para a necessária locomoção pessoal (Kunert, 1999, p.253).

Como se sabe, isto está de acordo com todo o processo desenvolvimentista iniciado no país já durante o período do governo de Juscelino Kubitschek, mas que teve seu desenlace a partir dos anos 60 com o golpe militar e a aposta em um tipo de “modernização conservadora da agricultura”. É também neste período que a extensão rural passa a recomendar o trabalho com aqueles mais aptos a adotar as novas tecnologias e inovações que começavam a serem desenvolvidas (os chamados segmentos com maior “capacidade de resposta”)<sup>211</sup>. Igualmente, como parte deste processo, as principais Faculdades de Agronomia do país são chamadas a reformularem seus currículos, estabelecendo a maioria de seus convênios com instituições norte-americanas e passando, posteriormente, a adotar metodologias e estruturas de ensino e pesquisa provenientes deste país.

Porém, já nos primórdios do processo de modernização no Litoral Norte, a chegada dos órgãos de extensão estatais encarregados de difundir novas tecnologias e práticas agrícolas revelou-se, por vezes, pouco “eficiente” (no sentido do cumprimento das metas na época estabelecidas por estas instituições), o que, no futuro, será outro dos ingredientes a exacerbar a desconfiança dos agricultores em relação aos novos mediadores ligados às questões do meio ambiente.

Nas reuniões, nos encontros, nas conversas com agricultores, tudo corria bem. Mas, o setor administrativo e a execução dos projetos simplesmente não funcionaram e tudo resultou em tremendo fracasso. (...) Os técnicos da Missão Rural constataram que o clima do vale seria apropriado para desenvolver a plantação do tomate tanto no verão quanto no inverno. (...) Ocorreram reuniões colônia afora. (...) O interesse e a expectativa dos agricultores emocionavam a gente. O número de inscritos para receberem mudas, comprar pulverizadores, inseticidas, fungicidas e adubo químico foi grande. (...) Tempo vem tempo vai e nada da aparelhagem, nada de mudas. (...) Finalmente, com muito atraso, chegaram algumas mudas. Das 300.000 mudas encomendadas foram entregues na Vila 2.500 plantas e estas, raquíticas e tomadas da ferrugem, subscreviam o fracasso total (Kunert, 1999, p.254).

---

<sup>211</sup> Para uma retrospectiva sobre o papel da extensão rural no Rio Grande do Sul, ver Gerhardt e Almeida (1998).

Este pároco, que trabalhou na região por mais de 20 anos, relata ainda vários outros “casos e projetos” levados a cabo pelos órgãos de extensão e que não foram cumpridos com êxito. Sobre estas tentativas, talvez caiba apresentar mais um exemplo de uma outra “idéia” lançada pelos técnicos de então:

No vai e vem com a Missão Rural registrou-se uma ocorrência pitoresca. Os técnicos, ligando o útil ao agradável, resolveram difundir a capinadeira motorizada. Para comercializá-la, precisavam tornar a máquina conhecida. Convidamos os agricultores para uma demonstração pública para que o povo visse o desempenho da máquina. Depois da explicação sobre as vantagens da mecanização da lavoura, o agrônomo tentou passar à aula prática. O homem enrolou-se todo. Não conseguiu ligar o motor, dava a impressão de quem não sabia o que fazer. Esqueceu-se de deixar o motor em ponto morto. (...) Desprevenido e nervoso como estava, o motor engatado, não segurando a capinadeira devidamente, ela começou a rodopiar. A assistência, e não eram poucos os presentes, caíram em uma gargalhada geral e o doutor não sabendo o que fazer, pulava com a máquina,(...). Ninguém comprou a capinadeira. O doutor, encabulado, empacotou sua máquina. E os colonos comentavam faceiros: valeu o espetáculo, não perdemos a viagem, a função foi boa (Kunert, 1999, p.257).

Talvez, se fosse feito um levantamento junto aos agricultores espalhados pelos rincões do Rio Grande do Sul, estes certamente teriam muitas outras “estórias pitorescas” como essa para contar. Ao mesmo tempo, nos dias de hoje, é também interessante notar como este sentimento de suposta superioridade de conhecimento continua ainda bastante preservado nos órgãos de extensão e de educação rurais (mesmo aqueles mais “progressistas”) e, por que não dizer, nas instituições ligadas à preservação ambiental que trabalham junto às populações residentes nos agro-ecossistemas. Neste sentido, um fato de certa forma emblemático sobre esta faceta de parte dos profissionais destas áreas pôde ser percebido recentemente. Faz-se referência a um encontro internacional de educadores realizado há pouco tempo na cidade de Porto Alegre no final de 2001 e as inúmeras e apaixonadas reações e manifestações de indignação e de desaprovação expostas quando um integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra fez referência a uma “piada” (que, na verdade, não é nenhuma novidade mas, ao contrário, é já bastante conhecida por quem trabalha com “populações rurais”) cujo tema ironizado tratava desta desconsideração dos técnicos em relação ao modo de vida e aos diferentes saberes dos agricultores.

De outra parte, estes acontecimentos apontam o quanto, muitas vezes, os técnicos que lidam com os agricultores possuem uma visão limitada sobre o seu

universo de trabalho e as possíveis conseqüências de suas ações. Quer dizer, somente pelo fato de se estar disponibilizando novas “tecnologias” a estas pessoas, isto não quer dizer que tais inovações se apresentem necessariamente interessantes para todos aqueles que, até bem pouco tempo, eram considerados pela extensão rural como meros “receptores de conhecimento”. Além disso, aquele pequeno episódio da capinadeira motorizada, que a primeira vista se mostra aparentemente cômico, na verdade, indica também como é restrito o potencial difusionista quando adotado como o foi durante os últimos 30 anos, ou seja, do todo poderoso detentor do conhecimento para o “aprendiz de feiticeiro”. Sobre isto, mesmo o próprio Kunert (1999, p.253), que não era agricultor, mas sim um mediador importante entre os agricultores e os técnicos daquela época, reconhece a legitimidade destes últimos para “darem novas técnicas”:

A missão rural poderia ser um grande companheiro e aliado no trabalho programado. Organizei reuniões de agricultores com a presença dos técnicos. Aconteceram bons encontros com palestras simples e acessíveis para os presentes. Falou-se da maneira como preparar a terra para o plantio, deram-se novas técnicas aos agricultores, falaram em novas culturas próprias para o solo e o clima do Vale (Kunert, 1999, 253).

O que estava em jogo neste período, como demonstra Almeida (1997), era a tentativa de consolidação não só das técnicas modernas de produção, mas também a imposição da tecnologia enquanto ideologia. Esta, tal como é conhecida atualmente, mostra-se por si só autoritária, pois traz consigo uma idéia de “melhor”, de “prática correta”, enfim, *“assume, antes de tudo, um sentido parcial e prático: um progresso é um ‘melhoramento’”* (Almeida, 1997 p.36). Sobre isto, um técnico entrevistado ligado à área de pesquisa, ao ser questionado a respeito das suas primeiras impressões sobre Maquiné, respondeu da seguinte forma:

A idéia que eu tive era assim ó, na época não tinha nada desenvolvido aqui ainda, tava se iniciando essa parte de hortigrangeiros, então era uma região meio parada, o pessoal ainda pouco desenvolvido, eles tinham muito pouca coisa em termos de recurso. Recém tinha vindo a luz prá cá em 68, então eles estavam iniciando essa fase de desenvolvimento do pessoal (...). Então a gente notava assim uma iniciativa privada um pouco ainda acanhada, o pessoal muito, digamos, com pouco recurso prá investimento, poucos tinham recurso prá investir. Então a gente notava aqui uma diferença assim digamos, eram 4 ou 5 bem e o resto mal. Nós não tínhamos aqui o médio, o meio termo, não existia, agora já começô a existir. (...) Então começou assim ó, na época essa idéia de culturas de produtos anuais também começou a vigorar aqui. Inclusive nós trouxemos prá cá o trigo, e bem no início nós trouxemos prá cá uma colheitadeira de trigo, uma EMAG, uma bruta monte de máquina, e aí

até aqui nós plantamos, na estação, nessas várzeas nós plantamos de tudo. (E o resto dos agricultores, como era?). Não, não era muito assim, muito pouco investimento, ninguém tinha trator, por exemplo.

“Na época não tinha nada desenvolvido aqui (...), era uma região parada”. Talvez tivesse sido interessante se o pesquisador tivesse perguntado a este técnico o que ele entende por “desenvolvimento”. Muito provavelmente (embora isto seja uma mera especulação), sua resposta apontasse apenas para o sentido “positivo” da expressão, não considerando a possibilidade deste processo incluir, também, uma faceta não tão interessante em termos de resultados. Indo nesta direção, também, para quem conhece a região e a máquina citada na entrevista, fica claro o grau de inadequação que uma determinada tecnologia (que se materializa aqui na chegada deste equipamento) pode apresentar em relação ao seu “público-alvo”.

Já no que se refere ao trabalho efetivo dos técnicos que vieram a trabalhar com os agricultores desde os anos 1970 até bem recentemente, a sua atuação seguiu o clássico modelo difusionista que então já reinava absoluto em todas as escolas de Agronomia do país, como mostra este relato de um técnico entrevistado que trabalhou como extensionista durante este período:

Porque eu trabalhei em Maquiné 23 anos, na Emater, quando eu vim prá cá eu vim com a missão de criar aqui uma associação de produtores prá que esses produtores pudessem adquirir um trator em conjunto e começar a mecanização das lavouras. E aí começou a entrar a mecanização agrícola (...) Aí foi uma grande procura dos próprios agricultores com relação à orientação técnica no cultivo de hortaliça, porque a maioria não sabia, então tinha um incentivo. A gente mesmo fazia os financiamentos e a gente mesmo orientava para sementes híbridas, sementes de hortaliças importadas, o uso intenso de adubo químico, e uso de defensivos, fungicidas, inseticidas, isso tudo foi consequência da proposta disso. E como a terra era fértil, a irrigação em abundância, muitos projetos de financiamento, nós trabalhamos muito com financiamento naquela época, o pessoal foi comprando a irrigação, foi comprando trator, foi comprando caminhão.

Neste relato, aparece claramente o privilegiamento de um certo tipo de público em detrimento de outro. Quer dizer, havia efetivamente a possibilidade de financiamento, de auxílio técnico, etc. Todavia, isso ficava na maioria dos casos restrito àqueles que tinham condições de empreender o tipo de agricultura tecnificada proposto, os quais, neste caso, eram principalmente aqueles que possuíam consideráveis áreas de várzea e que são hoje os chamados horticultores.



Quanto ao caráter essencialmente difusionista que caracterizou os processos de modernização de um modo geral, sabe-se hoje que tais mecanismos não têm o poder de desencadear, por si só, uma espécie de pseudo-dinamismo inerente e que é “natural” dos agricultores, mas que, por uma fatalidade da história, encontra-se ainda adormecido. Entretanto, o comportamento exigido deste técnico estava de acordo com as estratégias de ação dos órgãos extensionistas da época, que era de trabalhar com aqueles agricultores “com maiores capacidades de resposta”. Todavia, com o passar do tempo, os próprios técnicos foram se dando conta, ao serem obrigados a se confrontar com as reais dificuldades dos agricultores, que nem tudo o que os idealistas da modernização deste período propugnavam (os quais não se restringiam a extensão rural, mas incluíam também órgãos de pesquisa como a Embrapa e a própria Fepagro), era o mais interessante a ser feito. Sobre estas inadequações, é significativo outro exemplo apresentado pelo mesmo mediador técnico anterior e que ilustra bem as contradições e inadequações que tal tipo de estratégia de ação deveria estar, na época, desencadeando em muitas regiões do Estado:

(E o que mudou em relação ao público e às prioridades de trabalho?) O público que eu trabalhei, na época nós trabalhávamos com a associação que tinha aqui, uma associação de agricultores que tinha aqui de máquinas. Só que era só com quem tinha 25 hectares de terra. Mas depois nós chegamos a um consenso entre os produtores que na verdade ninguém tinha 25 hectares de terra mecanizáveis aqui. A maioria que tinha mais de 25 ha de terra era 2 ha de várzea e o resto 20 ou 30 ha de encosta de morro que vai chegar lá só de helicóptero muitas vezes. Daí então nós trabalhamos daqui da BR 101 prá dentro, não tinha assim quem era maior ou menor, eu trabalhei com todos porque todos são pequenos. Com exceções aqui na beira da faixa que tem dois ou três que tem mais de 50 hectares, é um terreno plano, mas é gado de corte, lavoura é pouco.

Não obstante isto, como já amplamente comprovado não só pela literatura sobre o assunto, mas também pelas inúmeras experiências concretas levadas a cabo nas últimas décadas, o fenômeno (ainda recente e em curso) de “modernização da agricultura” é exemplo suficiente de que novas técnicas, novas formas de difundir conhecimento ou novos mecanismos de financiamento podem não assumir necessariamente uma conotação “positiva”. Em outras palavras, o que é melhor do ponto de vista dos formuladores de políticas agrícolas, dos extensionistas, educadores, administradores e dos pensadores de novas “soluções” para a agricultura, pode não ser tão interessante para aqueles que vivem nos agro-eco-

sistemas, neste caso, os agricultores. Contudo, o que tem a ver isto tudo com a problemática ambiental no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné? De certa forma, muita coisa. Primeiro, porque, como será visto na última parte deste capítulo, um fenômeno semelhante irá ocorrer com os novos agentes sociais encarregados de trazer as discussões do *campo ambiental* para a região. Como os antigos técnicos, estes últimos se verão obrigados a efetuarem uma verdadeira transformação nas suas concepções sobre o seu trabalho, os agricultores e a problemática ambiental de um modo geral.

Segundo, que, ao aceitar-se este caráter qualitativamente pouco definido e difuso em termos de resultados das políticas públicas levadas aos agro-eco-sistemas, poder-se-ia questionar por que não haveria a mesma incompatibilidade no caso das “soluções” trazidas pelos agentes e grupos sociais ligados à problemática ambiental? Em outras palavras, qual a diferença de uma política agrícola pensada pelos técnicos (pesquisadores, extensionistas, planejadores e administradores governamentais) durante a década de 1970, para um outro tipo de política “ambiental” proposta por órgãos e instituições ligadas à preservação do meio ambiente?<sup>212</sup> Em ambos os casos, sejam as propostas provenientes do gabinete de um general de plantão durante o período da ditadura militar, ou mesmo construídas a partir das discussões democráticas decorrentes do confronto de idéias dentro do *campo ambiental*, o que acontece é que hoje praticamente não são levados em consideração os interesses daqueles que serão atingidos e deverão responder a tais estratégias, os agricultores<sup>213</sup>.

---

<sup>212</sup> No limite, poder-se-ia questionar até mesmo qual a diferença entre uma política de incentivo aos processos de modernização da agricultura conferida pelas instituições internacionais (controladas pelos países do norte) aos países periféricos durante os anos 1960 e 1970, e as políticas de ingerência destes mesmos países e instituições quando propõem a renegociação de parte da dívida externa destes países (como aconteceu na Costa Rica, por exemplo) em troca da criação de unidades de conservação dentro dos seus territórios?

<sup>213</sup> Deve-se lembrar aqui que, ao usar o termo agricultores, faz-se referência àqueles agricultores com um tipo de organização social baseado no modo de produção e reprodução familiar da unidade de produção. Além disso, embora o termo agricultores familiares ainda indique um universo muito amplo de possibilidades em termos de grupos e categorias sociais, o seu uso, salvo referência específica, sempre estará privilegiando aqueles agricultores em piores condições de responder às arbitrariedades (econômicas, socioculturais e simbólicas) impostas pela sociedade como um todo. No caso do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, por exemplo, isto significa privilegiar os samambaieiros e os agricultores que permanecem ainda próximos do modo de vida *tradicional-colonial*.

Do mesmo modo, novamente em ambos os casos, normalmente as correntes dominantes do campo tendem também a não apreciar a possibilidade de que estes agentes poderiam contribuir e mesmo auxiliar na elaboração de tais políticas (ambientais ou agrícolas) para os agro-eco-sistemas como um todo (o que, no entanto, não significa desempenhar um papel meramente de coadjuvante, mas sim como agentes criativos). Por outro lado, embora haja atualmente um certo discurso de parte dos agentes vinculados a este tipo de debate (e isto está presente em boa parte das publicações oficiais sobre o assunto), este reconhecimento permanece ainda muito na superficialidade dos documentos elaborados pelas entidades de preservação e não, por exemplo, como estratégias de ação minimamente definidas<sup>214</sup>.

Finalmente, existe ainda um terceiro ponto de convergência que liga o tipo de trabalho executado pelos técnicos durante os anos 1970, 1980 e parte dos 1990, com a problemática local nos dias de hoje. Isto porque a vinda destes técnicos, já na década de 1960, acabou por abrir uma precedência. Ou seja, quando os novos mediadores sociais chegarem, no final dos anos 90, para tratar das questões relativas ao tema do meio ambiente junto aos agricultores, existirá uma probabilidade muito maior destes serem vistos por estas populações também como um outro tipo de técnico, só que agora travestidos pelo estigma de “ambientalistas”.

Sobre este processo de reassimilação de um novo discurso, e que deve ter se repetido muitas e muitas vezes pelos rincões do Brasil afora, um outro mediador técnico, encarregado de trabalhar com os agricultores naquela época (hoje uma liderança política local) comenta como era o seu trabalho durante este período e termina por sintetizar o seu desconforto quando pensa no tipo de mudança que ele próprio foi obrigado a enfrentar e que agora é exigido dos agricultores:

(...) e dizer como é que devia ser o uso de agrotóxicos. Porque nós na Emater, nós somos quem fez Agronomia, eu fiz o curso de Agronomia, fiz o curso de ginásio agrícola e o de técnico agrícola. A primeira coisa que nos davam lá prá fazer, era um projeto assim, eram tantos sacos de adubo químico, tanto de defensivo, senão não financiava, ainda mais que era obrigatório. Aí nós fazíamos o projeto que é pro cara ir no banco pegar dinheiro e ir lá na

---

<sup>214</sup> Indo nesta direção, a título meramente ilustrativo (pois objetivos como este estão presentes na maioria das publicações semelhantes), é interessante atentar aqui para um trecho do Caderno nº11 da Reserva da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul (1998, p.22), em que este documento afirma que “o papel da Reserva da Biosfera é o de propor e colaborar com soluções e metodologias que sirvam para a consolidação do desenvolvimento sustentável da região, buscando o fortalecimento das comunidades locais.”

agropecuária e comprar. E tinha que usar, nós íamos fiscalizar se ele botou na terra ou não botou, apresentar nota, tudo isso nós tivemos que mudar e o agricultor também teve que mudar, só que a nossa mudança é um pouquinho mais rápida, até pelo pouco mais de cultura. Agora, o produtor leva mais 20 anos até dizer não, agora eu não uso mais agrotóxico.

Passados mais de vinte anos de atuação dos técnicos com esta forma de trabalhar, em pouco mais de seis anos, este tipo de comportamento (pelo menos no discurso) iria se modificar sobremaneira. Como se sabe, hoje, devido à incorporação pelas entidades de extensão e pesquisa do Estado de um tipo de postura mais “participativa” em relação aos agricultores, os técnicos destas instituições têm sido levados a passar por uma drástica alteração em relação às tomadas de posição e ao tipo de trabalho que tradicionalmente marcaram a sua atuação nos agro-eco-sistemas. Neste sentido, o que se deve esperar dos agricultores quando um técnico, que até há bem pouco tempo tinha uma postura do tipo que foi acima descrita, começa, de uma hora para outra, a adotar um discurso como o que foi exteriorizado por este mediador técnico entrevistado?

Olha, eu trabalho assim dessa forma, eu acho que as coisas não podem vir de cima para baixo, as coisas têm que ter nome, porque não adianta chegar numa comunidade e dizer: ‘olha, o negócio aqui agora é plantar jabuticaba’, ‘mas eu não quero plantar jabuticaba, o nosso negócio aqui nós queremos plantar é o milho, o feijão. E o nosso maior problema é a ponte que não passa caminhão’. Bom, então encaminha lá pro prefeito prá arrumar a ponte e depois vai trabalhar com ele o milho. Bom, prá isso acontecer nós precisamos de um treinamento né? Assim, eu fiz todos os cursos em cima de oficinas. Então basicamente o trabalho é isso aí e agora então mais do que nunca. Com esses cursos a coisa é bem mais participativa. E não é só técnico da Emater né?, a gente pega o pessoal, por exemplo, do conselho, prefeitura, da Secretaria de Cultura, e se leva lá para as reuniões, se faz leitura da paisagem, aquela coisa toda, ensina aquilo ali e sai esses planos. Então é um trabalho bastante participativo. (...), há 6 anos nós fizemos várias reuniões, então eles pediram alternativas de milho e feijão, então fizemos uma série de reuniões e colocamos: ‘o que vocês acham, o que pode ser plantado?’ Ah, pode ser plantado uva, plantar pêssego, ameixa, e como alguns já plantavam uva e faziam vinho artesanal, aí então vamos ver, vinho e uva, laranja, tá. O que vocês querem, o próximo passo, ah, vamos visitar lá em Flores da Cunha, Bento Gonçalves, os parreirais, aí conseguimos um ônibus com a prefeitura, botamos trinta e poucos agricultores e levamos lá. Então eles visitaram os parreirais, falaram com os agricultores né. Às vezes, a gente fica louco para dar as idéias, mas deixamos eles dar as idéias, né?

Embora o uso de certos jargões mais democráticos do técnico, para quem lê, à primeira vista este relato, não parece por vezes que os agricultores são tratados como se não tivessem capacidade de apresentar conhecimentos interessantes? (“às vez a gente fica louco prá dar as idéias, mas deixamos eles dar as idéias”). Em caso afirmativo, em um certo sentido, isso significa não uma consideração dos seus

saberes enquanto agentes ativos no processo de elaboração de propostas a serem adotadas nos seus sistemas de produção, mas sim uma espécie de condescendência para com aquilo que, do ponto de vista do técnico, são apenas as “suas opiniões” (dos agricultores) e não uma possibilidade de contribuição efetiva.

Além disso, entretantes este tipo de postura aparentemente mais “participativa”, o que está normalmente por trás deste novo discurso é, simplesmente, a imposição de um novo padrão produtivo que, entretanto, muitas vezes, acaba negando também aos agricultores a possibilidade de contribuírem no processo de construção de novas alternativas para a agricultura da região. Quer dizer, embora estes agora possam “dar suas idéias”, existem por trás do técnico as novas diretrizes da empresa da qual ele faz parte e que, queira-se ou não, carrega consigo uma nova ideologia. Neste sentido, é interessante atentar para o que mostra o seguimento do relato deste mesmo mediador técnico:

(Em relação a essa nova metodologia, essa nova missão que agora a Emater passou a dar mais importância?) É importante, é muito bom isso aí, tu vê, agora nós vamos dar esse curso de 60 horas, agricultura ecológica, vai ser um dia por semana, já tem gente querendo se inscrever, a prioridade é prá agricultor e depois já tem alunos querendo fazer, mas a prioridade é prá agricultor. Então é uma meta, em 4 anos nós queremos no mínimo ter 30 produtores ecológicos. (Tu acha essa prerrogativa chegou em boa hora?) Sim, tava na hora, devia ter vindo até antes né? (...) Olha, eu vou te mostrar a fotografia de uma excursão técnica que foi feita 4 dias atrás, isso aqui é adubação verde, ali na linha Solidão, o cara tem 4000 pés de citros, olha a massa verde de feijão mucuna, que coisa mais linda. Então nós tamos levando agricultores lá, mostrando, ‘olha, vamos usar a adubação verde, mucuna e vamos diminuir a adubação química’, etc. Olha que coisa mais linda, então isso aqui são 4, 5 hectares, olha essa adubação verde, mas olha só que maravilha isso aqui. Aí eles perguntam ‘o que que o senhor recomenda’, ‘olha, tem mucuna, feijão de porco, feijão miúdo’, ‘então eu vou comprar feijão miúdo’. Comprou, chegou prá mim e falou, ‘olha, comprei 250 quilos de semente’. Tu já pensou, claro, eu vibrei né?, aí o cara chegou e disse prá mim, ‘tá dessa altura a massa verde, e daí meu filho viu e já plantou também’. Aí fizemos uma análise de solo, sabe quanto deu de potássio? 550 ppm, se com 60 já tá bom, eu disse, ‘olha, ensaca essa terra e vende’. Então isso aí é uma coisa interessante. No ano passado a gente fez aquele DRP, diagnóstico rural participativo. Por 30 dias então se faz muitos treinamentos, cursos, a gente faz muitos cursos. Quando a Emater precisa alguma coisa específica, ela treina, ela convoca o pessoal lá. Tu pega o litoral aqui, por exemplo, agora nós vamos ter curso de agroecologia, então conforme a necessidade a Emater treina e capacita os funcionários. (...) Em cima disso aí nós elaboramos o programa de trabalho, bem mais participativo, e aí cada representante apresenta e aí sai um programa do ano e aí se começa a trabalhar em cima disso aí.

Como se pode ver, no presente momento, o novo modelo tecnológico que está sendo colocado aos agricultores, conhecido como “padrão agroecológico”, também acaba não dando muito espaço para que estes desenvolvam suas capacidades

criativas (a não ser dentro do limite estabelecido e dado pelo próprio “padrão agroecológico”). Fica claro também neste exemplo, que “quem dá as idéias” é o técnico e não os agricultores. Quer dizer, o primeiro já tem preparado, debaixo da manga, o “seu pacote” (agora “agroecológico”). É ele quem elege as prioridades, quem organiza “os dias de campo”, quem escolhe os agricultores que sediarão tais encontros e, como consequência, quem dá as posteriores “sugestões” (termo mais democrático do que, por exemplo, “indicações”) sobre o que deve ser utilizado pelos agricultores (*‘olha vamos usar a adubação verde, mucuna e vamos diminuir a adubação química’, etc.*). Mas, e onde está a “participação”? Ou ela se resume apenas no comparecimento dos agricultores a estes dias de campo? Além disso, existem “as metas”; como o técnico decidiu que *“em quatro anos nós queremos 30 agricultores ecológicos”*? Quem são as pessoas que formam e dão voz e legitimidade ao uso indiscriminado deste pronome pessoal (que aparece em quase todas as frases do entrevistado)?

Por outro lado, é necessário que se diga, obviamente, que não se pretende aqui, de maneira nenhuma, questionar a importância, o mérito ou a viabilidade das recentes propostas de agricultura que têm sido propugnadas pelas instituições que dão sustentação à atuação dos extensionistas de um modo geral (particularmente no Estado do Rio Grande do Sul). Muito pelo contrário, a crítica posta aqui pretende apenas enfatizar que posturas como esta, mesmo que sejam vistas como “participativas”, acabam novamente esquecendo de considerar a importância de certos saberes exteriorizados por agentes que, potencialmente, poderiam estar interessados em modificar o tipo de agricultura que praticam atualmente e, mais do que isso, terminam por estandardizar as inúmeras possibilidades de sistemas produtivos que poderiam estar sendo gerados com a inclusão destes saberes objetivados<sup>215</sup>. Com isso, metodologias aparentemente menos autoritárias, como as abordagens participativas ou participantes e novas propostas de agricultura que tentem a romper com o ideal produtivista ainda hegemônico, acabam perdendo

---

<sup>215</sup> Ao se falar aqui em “saberes”, não se está tomando uma perspectiva que privilegia, por exemplo, a dicotomização entre um suposto “saber tradicional” e outro proveniente do campo técnico-científico. Ou seja, sempre que se falar em conhecimentos dos agricultores, se estará querendo colocar ênfase na forma como eles se objetivam, ou seja, como estes conhecimentos, que são, como, explica Murdoch e Clark (1994 *apud* Guivant, 1997, p.429) “heterogêneos” e “constituídos por múltiplos e diversos elementos”, se efetivam em ações no meio físico e no meio ambiente como um todo.

aquele caráter de transformação da realidade e de contribuição para a emancipação dos agricultores enquanto indivíduos e cidadãos ativos dentro da sociedade. Sobre isto, vale o alerta de Guivant (1997, p.447):

Junto com a contribuição de ter aberto um campo de legitimidade dos objetivos, interesses e conhecimentos dos atores locais, a abordagem participativa tem limitações especialmente de caráter analítico, que levam a uma restrita compreensão das complexas forças sociais e políticas que estão em ação, de formas mais ou menos implícitas, nas relações entre agricultores e agentes de desenvolvimento.

Em vista disso tudo, como não poderia ser diferente, a aceitação por parte dos agricultores, tendo em vista a situação em que estes se encontram, tende a se mostrar demasiado reticente. Isto ficou claro numa reclamação exteriorizada por uma liderança sindical entrevistada (a qual também é agricultor) que representa os agricultores na região:

Eu já te coloquei antes, nós que somos leigos no assunto, que não entendemos muito sobre o assunto, nós estamos absorvendo isso como um ponto positivo. Eu por exemplo, vejo como um ponto positivo. Mas eu sei que o agricultor, o homem lá da roça, aquele que vive exclusivamente ali da roça, ele vai ter mais dificuldade de fazer isso aí. Se antes chegava o técnico dizendo que era prá usar o agrotóxico e hoje fica dizendo que aquilo é proibido e não pode ser usado, fica uma condição meio difícil pro pessoal, né?

De outra parte, esta situação serve para exemplificar algumas reações de resistência que os agricultores irão apresentar quando do processo de institucionalização da problemática ambiental na região. Como é comum hoje se dizer sobre certos fenômenos envolvendo a sociedade ocidental, aqui também houve uma certa banalização da figura do técnico que, a partir de um certo momento, vê perder parte da legitimidade do “discurso competente” que normalmente reveste as suas falas. Como bem percebeu Guivant (1997, p.434),

os agricultores tendem a opor seu conhecimento ao dos técnicos, não só por vê-lo mais apropriado as exigências cotidianas da lavoura, mas também porque julgam que aqueles dão opiniões sem considerar os riscos econômicos reais que eles devem enfrentar. O conflito entre as duas formas de conhecimento não se centra num ou noutro técnico ou numa experiência particularmente negativa. Ao desacreditar nos técnicos, os agricultores rejeitam ser considerados como ignorantes e como inferiores. Ao mesmo tempo, retornam a imagem estereotipada que imaginam, por sua vez, que os técnicos têm deles, aos próprios técnicos.

Talvez alguém poderia ponderar que, perdendo aquela autoridade de especialista, estes agentes perderiam também parte da capacidade de “auxiliar” os agricultores. No entanto, mesmo ciente de que esta não é uma discussão para ser feita neste momento, é preciso reconhecer que, paradoxalmente, esta situação abre uma chance para que muitos agricultores se sintam capazes de exteriorizar um comportamento de resistência (que, como se viu no início deste item, sempre esteve presente) e que até bem pouco tempo ficava, na maioria das vezes, apenas subentendido, como foi o caso deste agricultor entrevistado:

(É, vocês tem aqui este tipo de problema?) Aqui é o seguinte, eu usei uma estratégia da seguinte maneira, as roças que eu tenho aqui não é perau nem morro, então eu fiz valas na beira de todas as roças, todas as roças minha têm valo na beirada prá água vir correr prá cá, pro valo, e não entrar prá dentro da roça. Isso prá desviar a água, prá não levar o adubo. (E foi algum técnico que lhe falou isso?) Não, porque eu prefiro muito mais a prática, a gente se criou fazendo isso aí. Eu prefiro a prática, eu acho mais necessária a prática do que a técnica desses entendido. E os gringo já usavam muito esse sistema, que onde via que a água vinha pro meio da roça, era feito tudo a enxada os valinho desviando. (Então vocês já faziam isso sempre?) Sim, nós já fazia isso, então eu já fiz uma estratégia e deixei potreiro pro lado de lá e potreiro pro lado de cá e então eu desvio a água assim, e assim, prá dentro do potreiro, porque no potreiro não tem importância. (E já deu problema de desbarrancar?) Na minha área de terra muito pouco, deu na beira da estrada ali embaixo, mas ali foi por causa da retroscavadeira, eles fizeram tudo errado. E quando eles tavam trabalhando eu fui lá é disse prá eles, aí os cara me olharam como quem diz assim, ‘esse velho não entende nada’. Só que não deu outra, quando foi do primeiro toró que deu desbarrancou tudo, mas eu avisei prá eles.

Além do que, o descompasso entre as recomendações técnicas e o seu efetivo “sucesso”, caso os agricultores adotem tais indicações, continua a ocorrer ainda hoje. Veja-se este exemplo, no qual o agricultor seguiu as indicações que lhe foram passadas por um técnico local sobre a implantação de um pomar de citros na região, mas que resultaram totalmente ineficientes devido a não-consideração das condições reais existentes na propriedade deste mesmo agricultor:

Aí em 94, 95 teve o incentivo dos técnicos prá fruticultura, e eu e o meu primo plantamos uns 23, 24 ha de citrus nessas capoeira onde se plantava fumo. Eu e o meu primo fizemos umas investida aí e plantemo, mas foi uma loucura. (Já tá produzindo?) Produziu já, mas alguns áreas já vamos abandonar. (Por que, é muita coisa?) Porque como é morro ficou muito ruim de trabalhar nele e deu muito pouca produção. (...) (E essa área de citros?) A gente já faz um ano e pouco que não se preocupa mais em pulverizar, em tirar inço, se der alguma coisa dá. Taria até no ponto de fazer produção ecológica se fosse investir de novo. Nós tivemos que largar porque foi um erro, isso aqui eu vou te explicar agora por quê. Um, porque nós plantamo uma área muito grande num terreno muito ruim e de difícil acesso. Pró pulverizar era muito difícil, tinha que ser com máquina nas costa ou arrastando uma



mangueira. É que nós fomos tirar uma base de como plantar citrus quando teve uma viagem prá Taquarí, mas lá é terreno plano. Mas se nós tivesse ido vê como plantar em Caxias, aí é que tá o erro, Caxias eles primeiro fazem todas as ruas para o trator prá pulverizar, ou prá colher, ou prá roçar. E nós também podia aí ter diminuído a quantia, ter plantado aí 12,10 hectares, 20 é uma loucura. (...) (E vocês fazem CEASA?) Sim, só que faz dois anos prá cá que nós recomeçamos. Porque nós tinha parado porque eu fazia CEASA aí nós demos um tempo prá investir nessas laranjeira.

Continuando nesta direção, um outro acontecimento importante que marcou este período e que terá relação com o processo de perda da autoridade concedida ao “discurso competente” dos técnicos, foi a instalação, no município de Maquiné, de uma estação experimental de pesquisa ligada ao governo estadual (Fepagro). Mais uma vez, como ocorreu em inúmeras outras localidades do país neste período, este fato estava de acordo com a política de modernização e integração do setor primário brasileiro aos demais setores da sociedade. Como era de se esperar, também, estas estações se caracterizavam por buscar desenvolver inovações para a agricultura baseadas naquilo que a modernização mais propugnava: aumento de produtividade. E aqui vem outro ponto interessante no caso da problemática ambiental. Veja-se este relato de um dos mediadores entrevistados sobre a ocupação agrícola da área da Fepagro durante a década de 1970:

Não, não tinha mato, e aqui mesmo aqui nesse lado, eu tenho até uma foto, aí nos tínhamos laranjeira; era tudo sem mato nenhum, sem grama nenhuma; era tudo picotado. Mais adiante tinha uma parte de oliveiras e mais adiante tinha uma parte de goiaba. E o morro mesmo, na meia encosta se fazia muita pesquisa em cima de cana-de-açúcar. Então se utilizava muito o morro porque nessa região a maioria das áreas era plantada.

Como se sabe, as estações experimentais deveriam servir como uma espécie de “cartão de visitas” e de exemplo a ser seguido pelos agricultores. E qual o modelo que ficava estampado por todas as terras da Fepagro, que por sinal tem uma superfície considerável e encontra-se geograficamente bem localizada dentro do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné? O máximo de área produzindo, de preferência com rendimentos elevados. Sob este ponto de vista, o “mato” (“*era tudo sem mato nenhum, sem grama nenhuma*”) crescendo seria visto como terra parada, não produtiva, em outras palavras, sem utilidade momentânea. E, excetuando-se algumas poucas modificações e enfoques de trabalho (como foi o caso de um certo redirecionamento da pesquisa para a área de fruticultura em detrimento do cultivo

com espécies anuais), este quadro permaneceu assim até mais ou menos o final dos anos 1980, ou seja, até poucos anos atrás foi esta a mensagem explícita passada aos agricultores.

Entretanto, tal como aconteceu com os técnicos extensionistas, também no caso desta instituição de pesquisa houve toda uma reformulação (igualmente contraditória com o que vinha até então sendo propugnado) radical do seu discurso. Neste sentido, é representativo o fato de, pouco tempo depois, a Estação Experimental de Maquiné ter assumido, devido a esta mudança nas diretrizes da empresa (como aconteceu no caso da Emater), um papel conservacionista e até mesmo estratégico do ponto de vista da preservação da biodiversidade da Mata Atlântica. Isto fica bem claro na fala do mesmo técnico referido anteriormente:

(E o que mudô de lá prá cá em termos de perfil de trabalho?) Nós praticamente fomos diminuindo a ação em cima disso aí. (Com a agricultura?) É, basta dizer que hoje a gente tá preocupado em mexer com materiais e com essências nativas aí da Mata Atlântica, fazendo multiplicação de espécies. Então o perfil de pesquisa mudou. (...) (Como entrou essas novas idéias?) Isso aí até surgiu em função de um programa ambientalista. Foi assim, bom, nós estávamos aqui praticamente prá desaparecer, aí como nós ainda tínhamos feijão, ainda tem alguma coisa de feijão, aí surgiu esse programa, esse PADE que é o Programa de Desenvolvimento Descentralizado que era comandado pelo Ministério do Meio Ambiente e os recursos vinham do BIRD. (...). Isso aí foi por 97 e 98. (Eu li num jornal da região que veio uma comissão do BIRD nessa época) Foi, exatamente, teve aqui, tiveram conversando com o pessoal, e nessa foi vários pontos que esse PADE desenvolveu no RS e um deles foi aqui, a região do litoral norte. E aí nessa região do litoral norte foi proposto por exemplo certas coisas. Então aí começou a se desenvolver a coisa, e nessa área de preservação é que surgiu esse banco de preservação de germoplasma, esse banco de germoplasma era prá você fazer pesquisa em cima das essências, coletar material, ter material para dispor, para propagar, ver como se comportaria a semente, se ela tem um período de carência, se você deve plantar árvores embaixo de outras prá que ela não pegue sol direto, enfim, pesquisa. E aí então tinha duas coisa prá nós fazer aqui que foi nos proposto, que era a implantação do banco de germoplasma juntamente com um viveiro de mudas prá multiplicação prá fazer povoamento de áreas degradadas.

É importante ressaltar que estas mudanças não se deram de uma hora para outra, levando ainda um certo tempo inercial considerável em que as práticas adotadas não se coadunavam com o novo discurso institucional que viria logo a seguir (processo este que permanece ainda ocorrendo). Não obstante estas considerações, cabe indagar, neste momento, o que se deve esperar dos agricultores, quando, pouco tempo depois de se ter elegido como referência máxima para a agricultura da região o padrão *moderno-produtivista* de produção, lhes é imposta uma maneira totalmente distinta de perceber o meio ambiente ao seu redor e, junto

com isto, a necessidade de readequar radicalmente os seus sistemas de cultivo e de produção? Em outras palavras, como os agricultores deveriam interpretar um discurso que, até recentemente, estava empenhado em propagar maior rentabilidade econômica, aumento de produção, modernização das técnicas e manejos, melhoria no nível de eficiência dos sistemas produtivos, etc., e agora prega a preservação da Mata Atlântica, aumento da biodiversidade, recuperação de matrizes e espécies vegetais ameaçadas, banco de germoplasma, recuperação de áreas degradadas?

Em suma, durante quase 30 anos todos, aqueles que vinham trabalhar com os agricultores lhes disseram que o importante era produzir, aumentar cada vez mais os rendimentos dos seus sistemas de cultivo; e agora, como em um passe de mágica, tudo tem de mudar: o negócio é preservar, não agredir a natureza, cuidar da floresta e do verde. Talvez seja por isso mesmo que este mesmo mediador tenha expressado o seu descontentamento sobre as respostas dos agricultores às novas diretrizes de trabalho propostas pela empresa da qual faz parte:

Então a idéia foi essa, você salvar a base física em função de um novo trabalho que se iniciava. E aí uma das idéias que se tem é de você criar essa mentalidade ambiental. (...) Eu quero dizer uma coisa, a gente acharia que deveria ter uma evolução maior nas coisas, porque nós não conseguimos mexer nas mentalidades. (E por que não?) Porque a resistência do pessoal é muito grande.

“*Mexer nas mentalidades*”, estranha proposta esta, no entanto, totalmente de acordo com o passado difusionista de um técnico que a vida inteira foi ensinado e incentivado a tentar “*mexer nas mentalidades*” dos agricultores. O fato de agora o seu trabalho não ser mais vinculado à produção em si, mas sim à preservação ambiental, não tem muita importância. Na verdade, o que está em jogo é “*salvar a base física*”, porque antes estava “*praticamente para desaparecer*”. Assim, se para isso ocorrer for preciso o mediador sacrificar certos valores já há bastante tempo arraigados (ou pelo menos aparentar este tipo de comportamento) devido ao tipo de ocupação que ele durante anos exerceu, assim será feito. Na verdade, a dificuldade de compreender esta situação de mudança radical no discurso dos mediadores foi externada por um dos horticultores entrevistados, como se pode ver nesta passagem:

(Falando dos técnicos que tavam aqui antes, tu acha que hoje em dia mudou alguma coisa em relação ao meio ambiente?) Mudou, eles têm preocupação e até prá não sofrer, prá não ser condenado por uma omissão né? Eles também fazem uma reunião com o pessoal que tão

mais conscientizado. Eu já vi discursos aí, por exemplo, eu fui uma vez nas reunião do conselho de desenvolvimento. No começo nós fizemos aí uma reunião sobre o agrotóxico, como usar corretamente o agrotóxico. Daí o E. disse, ‘olha, se tu quiser eu trago tal cara, mando vir um tal cara’. Daí eu dei a idéia no conselho, daí um cara aí, um agrônomo da estação me botou-lhe a boca, ‘mas onde já se viu, mas isso aqui não é coisa prá trazer partido verde, não é isso prá trazer aqui, e nós não precisamos dessas coisa’. Daí eu senti que ele era contra, o cara devia ser um ambientalista, um ecologista que o E. tinha apresentado. E esse cara agora mudou e o discurso dele agora já é outro, totalmente outro, de preservação e que tem que cuidar disso e aquilo, então agora já é vereador também, mas o discurso dele mudou um pouco e até ficou demais. E os cara do sindicato também mudaram muito, agora de uns tempo prá cá, eta que foi. Bom, né?, o ‘bigode’ deve de botá um dedo na consciência deles.

Sendo assim, é fácil perceber que, em um ambiente social conformado pelo agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, onde ainda dominam fortes relações e vínculos pessoais e onde os indivíduos continuam a saber (e querer saber) bastante sobre os aspectos da personalidade dos outros que lá vivem e compartilham entre si o mesmo espaço social, estes aspectos têm muita relevância quando colocados no âmbito das disputas ensejadas dentro do *campo ambiental*. Com toda certeza, o discurso preservacionista destes agentes, que no passado estiveram de alguma forma engajados nos projetos de modernização postos em prática sob o ideário da “revolução verde”, por mais que se empenhem em empreender uma sincera “reciclagem” de idéias e de valores pessoais, irá perder muito da sua capacidade de reconhecimento por parte dos agricultores. Este aspecto contraditório foi novamente salientado durante as entrevistas por este mediador ligado ao sindicato dos trabalhadores rurais da região:

Nós inclusive por muitas vezes a gente fica indignado com muitas coisas, fica chocado e não aceita determinadas situações. Porque hoje a gente fala de agrotóxicos, tem assim uma restrição muito grande com relação aos agrotóxicos, então eu penso que tempos atrás a própria Emater, os agrônomos, a própria imprensa, todos faziam propaganda e o próprio técnico que é pago pelo governo orientava: ‘ó, tu usa isso ou aquilo’, dentro dos agrotóxicos que a gente usou e tá usando ainda alguma coisa. Então, prá nós entender fica um pouco difícil, um técnico que antes dizia que era prá usar, hoje vem e diz que não pode ser mais usado porque é proibido. Então isso aí cria uma dificuldade prá nossa produção e no nosso entendimento, então é por aí que eu acho que as coisas ficam mais difíceis.

A tudo isto, contribui ainda o fato de não haver, por parte de muitos agricultores, uma separação clara das instituições que atuam na região. Para muitas destas pessoas, o “governo” (e as instituições a ele associadas), por exemplo, é um órgão demasiado abstrato, do qual muitas vezes não se faz uma separação precisa entre o que é de competência estadual, federal ou, o que deve lhes parecer ainda mais

distante, de atribuição de uma ONG. Neste sentido, o que vale, na maioria das vezes, é o trabalho individual do mediador e não o fato dele ser um funcionário ligado à Emater, à Fepagro, à SEMA, ao IBAMA ou à Anama (ONG que atua na região). Se for estabelecido um vínculo interessante do ponto de vista de ambas as partes, o que for tratado entre agricultores e o seu interlocutor direto (do ponto de vista do primeiro), valerá muito mais do que os acordos institucionais, as diretrizes das empresas ou os preceitos legais das leis ambientais.

Sobre isso, é interessante observar que o caráter de falibilidade não é uma exclusividade dos técnicos ligados à produção em si, mas se estende também aos agentes ligados à preservação ambiental, como mostra este exemplo contado por um horticultor:

O cara vai marcar tanto como aconteceu com um rapaz que faz caixa aqui prá mim. Acho que não é do IBAMA, acho até que foi um cara da Anama que fez essa mancada. Essas caixa que bota banana era feito de canela vagabunda, que é a madeira mais vagabunda que não presta prá nada, nem prá lenha presta porque não queima, mas prá caixa é boa porque é rija, a madeira é branca mas é rija. E tem um cidadãozinho que faz essas caixas. O que é que acontece, ele tinha que tirar uma licença prá cortar um tipo de árvore, tá. Aí o rapaz pegou, não sei se foi esse ou o cara que foi, deu a licença para ele cortar, até não sei que dia em meados de agosto, acho que até 30 de agosto podia cortar. Aí até pegou a papelama e tudo direitinho, foi lá e derrubou a árvore, e quando viu nas licença, dava prá serrar, não cortar. Só dava prá serrar só até o dia 10. Quer dizer, prá cortar podia até dia 30, mas prá serrar até dia dez, então terminou que ele não podia fazer nada, porque não deu espaço, não deu tempo. É uma mancada. E nós tivemos uma reunião ali em Maquiné do comitê da bacia do Tramandai e eu aí contei essa história e o cara tava sentado do meu lado. Eu não sabia que era ele, aí depois ele veio, ‘mas alemão do céu’. Pois é isso, isso não podia acontecer, depois do rapaz gastar e correr e isso e aquilo, porque isso não podia ser. Porque se perdeu tempo, porque o tempo é mais caro prá nós, o tempo é que é caro, nós tinha que ter um escritório aqui pertinho, fácil.

Como foi já anteriormente ressaltado durante a explicitação da metodologia utilizada pela pesquisa, não se trata aqui de considerar como “verdades” absolutas o que tanto mediadores como agricultores têm a contar durante as suas entrevistas. Embora os relatos possam vir com alguma suposta “inverdade” (neste caso, por exemplo, quem pode garantir que os fatos contados acima pelo agricultor ocorreram efetivamente e da maneira como foi posta?), não é isto que importa perceber. Quer dizer, sempre haverá o acento, o enviesamento próprio de quem está com a palavra, sendo que, no limite, este acento pode ser até mesmo algo que não tenha ocorrido de fato. Na verdade, o que os discursos trazem à tona não é tanto o seu conteúdo em si,

mas sim as possibilidades que eles apontam em relação aos acontecimentos e às idéias presentes naquela realidade (aqui chamada de agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné). Assim, o que o relato acima aponta é para o fato de que episódios semelhantes podem e, com quase toda a certeza, devem ocorrer. Em última análise, isto representa que também no caso dos agentes ligados à preservação ambiental, estes sofrem o mesmo processo de perda de autoridade e legitimidade descrito anteriormente. E é o próprio cotidiano, o convívio diário com a população local, que irá indicar em que grau este reconhecimento se perde e como isto compromete a relação dos agricultores com os agentes e órgãos ligados a preservação ambiental. O certo, entretanto, é que este desencanto (e a conseqüente desqualificação) para com o trabalho desenvolvido pelos técnicos irão definitivamente ocorrer, como demonstra este relato de um agricultor publicado em uma coluna aberta ao público do jornal local:

(...) reportagem publicada nas páginas 50 e 51 do jornal Zero Hora (...). Pelo que ela diz, um agricultor vale menos que um graxaim, pois ele pode usar o que a mata produz e nós não. Tem falsos ecologistas que moram em cidades e acham que não podemos matar nem uma serpente venenosa, uma jararaca, porque ela come ratos e pertence a natureza. Só que em suas residências eles matam escorpiões, aranhas e marimbondos, que também comem insetos, e fazem parte da natureza. Há tempos atrás, gente do governo, tranqüilos, com bons salários, vieram nos ensinar como se vive, como se trabalha em região montanhosa, onde é proibido queimar até mesmo o maricá - árvore cheia de espinhos, que fere o trabalhador e leva anos para apodrecer. (...) Aqui, nós preservamos e sustentamos estas matas, devemos ser recompensados de alguma forma, só que a Fepam e o IBAMA nos vêem e nos vigia como se fossemos ladrões da natureza. Penso que aqui, quem está em extinção não é a fauna nem a flora; é o pequeno agricultor (Folha de Maquiné, julho de 2001).

Contudo, do lado dos mediadores, é preciso reconhecer que não é fácil romper com este tipo de comportamento que, por vezes, parece colocar o técnico em um patamar acima dos seus interlocutores. Um exemplo disso ocorreu com o próprio autor deste trabalho durante a fase de elaboração do projeto de pesquisa. Também proveniente das chamadas “ciências agrárias”, em que impera ainda um pensamento neopositivista que se pretende capaz de determinar, como se isso fosse possível, quais os maiores e verdadeiros anseios e dificuldades enfrentadas pelos agricultores, este pesquisador assim escreveu no seu primeiro anteprojeto de pesquisa apresentado aos orientadores:

Esta justificativa vai ao encontro da necessidade de se estabelecer um duplo sentido nas propostas de pesquisa científica. Desta forma, as ações de desenvolvimento nas áreas de pesquisa-ensino-extensão devem buscar responder às reais demandas e necessidades da sociedade e, neste caso, dos agricultores do Litoral Norte (Gerhardt, anteprojeto de pesquisa, 2001, p.6).

O que está escrito nestas poucas linhas, de certa forma, denuncia como, mesmo tentando apresentar uma abordagem que procurasse fugir de uma concepção de “ciência soberana”, tão comum hoje nesta área do conhecimento, é difícil romper com a idéia de que é preciso encontrar os problemas legítimos dos agricultores. A propósito disso, são exemplos como este que demonstram que *“é a própria instituição que fala numa retórica de assentamento enquanto os procedimentos formais traem as intenções objetivamente inscritas nas coerções e necessidades de uma posição social.”* (Bourdieu, 1998b, p.129). Na prática, o que se verifica é que há um deslocamento dos mediadores que se ocupam com as questões envolvendo os agro-eco-sistemas (onde se incluem aqueles ligados à preservação do meio ambiente) no sentido de literalmente “inventar” demandas, ou seja, gerar necessidades que, na verdade, são mais criações oriundas dos seus próprios interesses e trajetórias sociais do que dos seus interlocutores (embora, na aparência, estes interesses possam, por vezes, se encontrar ocultos ou disfarçados, como é o caso de vários exemplos de abordagens e pesquisas que se pretendem “participativas”).

Não obstante tudo isto, novamente lembra-se o leitor de que não se está querendo dizer que as idéias trazidas pelos técnicos estejam totalmente equivocadas, ou que a atuação destes no passado é a responsável no futuro pelos conflitos entre agricultores e agentes ligados às entidades de preservação do meio ambiente. Mas sim que houve, durante o transcorrer destes anos todos, uma certa perda de parte da legitimidade concedida pelos agricultores em relação aos mediadores de um modo geral. Embora possa não haver evidentemente uma associação direta, de agora em diante, muito provavelmente os mediadores que chegarem para tratar das questões ambientais não terão sobre si aquele “encantamento” por parte dos agricultores que os extensionistas chegados na década de 1970 possuíam (ao menos na aparência) no que dizia respeito à superioridade dos seus conhecimentos. Daí até considerar os novos agentes com algum tipo de ligação à preservação ambiental como uma espécie

de novos “intrusos” e cuja alteridade exacerbada contribui ainda mais para frear as poucas possibilidades de diálogo existentes, é um passo muito curto.

Junta-se a isso tudo, o fato de que, diferentemente dos técnicos agrícolas, agrônomos e demais agentes que vieram trabalhar com os agricultores na década de 1960 e 1970, os quais tinham, na sua maioria, algum tipo de identificação com o “meio rural” (nem que fosse somente o fato de terem morado no interior com seus pais), a maior parte dos agentes ligados à temática ambiental é hoje proveniente de extratos muito diferenciados da sociedade. Quer dizer, normalmente estas pessoas possuem trajetórias sociais amplamente variadas e vinculadas a um tipo de ambiente que se poderia chamar, na falta de uma expressão mais adequada, de “mais urbano”. Exemplo disso ocorreu no caso do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné com os agentes entrevistados. Dos mediadores mais antigos, os quais estavam na região já na década de 1970 ou 1980, todos possuíam trajetórias ligadas, de alguma forma, à agricultura de um modo geral. Por outro lado, tal situação não se verificou no caso dos novos mediadores sociais que começaram a chegar durante os anos 1990, todos com histórias de vida diferenciadas e muito singulares e, à exceção de um entrevistado, com poucas características que os aproximassem (pelo menos inicialmente) de alguma maneira com os agricultores (a não ser, talvez, uma espécie de encantamento para com o tipo de vida destas pessoas e famílias).

Ora, muito em virtude deste maior distanciamento, é natural que a capacidade de haver uma expressiva identificação destes últimos para com a realidade das populações que vivem nos agro-eco-sistemas seja muito inferior à dos primeiros agentes citados. Mesmo que, por vezes, a postura destes novos mediadores não venha carregada de um viés demasiado paternalista ou ainda discriminatório, o fato é que os agricultores, além de responderem às novas idéias por eles apresentadas com base em uma série de mecanismos de proteção que a construção de cosmologias particulares lhes permite, tenderão a responder a essas propostas de uma forma ainda mais reticente<sup>216</sup>. Sobre isto, é interessante o comentário de um mediador ligado à administração municipal:

---

<sup>216</sup> Voltar-se-á a tratar deste tema mais adiante.



E tem a imagem daquelas pessoas que querem ver só o mato, querem só ver a água sem poluição. Mas nós também gostamos de ver, só que aquela pessoa ela não vive daquela renda, ela tem outro meio, ela vive bem, prá ela o que importa é o meio ambiente, é a natureza, é a água boa, é o mato. Só que ela às vezes passa o fim-de-semana e depois vai embora e se esquece que o produtor tem que viver ali e dar educação pros filhos, comida e saúde.

Além disso, se se pensar que já foi efetuada junto aos agricultores, em algum outro momento, uma ação intensiva tentando impor novos valores, comportamentos e práticas agrícolas (com tudo o que isto implica em termos de modificação do tipo de agricultura praticada, das relações mantidas com o exterior e das relações sociais de uma maneira geral), percebe-se como este processo tem íntima relação com a problemática ambiental. Ocorre que, tanto no caso da adoção, por exemplo, de novas tecnologias, como no caso da incorporação de novos valores e atitudes “preservacionistas”, de uma hora para outra é requerido aos agricultores (mas também à população local, o que inclui parte dos mediadores) uma modificação radical no modo de perceber o que antes deveria lhes parecer perfeitamente “natural”. Como se sabe, este não é um processo fácil e que se faz sem que haja situações de tensão. Sobre isto, um paralelo interessante pode ser feito, por exemplo, através da comparação com o próprio espaço da “Academia”, lato sensu. Neste meio, um cientista (seja ele proveniente das “ciências naturais” ou das “ciências humanas”) sabe muito bem como é difícil modificar concepções já arraigadas, como é penoso abandonar um referencial teórico o qual, durante anos, pensou ser adequado para explicar os fenômenos que então lhes eram apresentados. Enfim, esta transição, que se estende também às dimensões cognitiva e socioculturais em que estes agentes estão inseridos, não poderá ser feita de modo tranquilo e pacífico (o que é válido obviamente para ambos os casos apresentados). Na verdade, esta transformação poderá até mesmo não ocorrer se, como aponta Shanin (1976), os agricultores colocarem em prática um tipo de “ação política” caracterizada pelo autor de “passividade camponesa”, a qual faz com que *“um número enorme de decretos governamentais e ordens, no mundo todo, são tornados sem efeitos pelo não cumprimento espontâneo, teimoso e silencioso [dos agricultores] (...). A resistência passiva é atualmente uma contribuição especificamente camponesa para a política”* (Shanin, 1976, p.20).

### 7.3 A institucionalização das questões ambientais e a “miopia” ambientalista para com os “humanos”

Os custos sociais e ambientais dessas posturas têm se revelado inumeráveis; tanto por contribuir com a elevação do quadro de miséria que assola o país, como por destituir as populações de seus bens naturais e simbólicos, levando-as à descaracterização sócio-cultural, e conseqüentemente, à perda para toda humanidade de todo um saber patrimonial acumulado.

L. Cunha, 1993, p.91.<sup>217</sup>

Como se sabe, no Brasil, leis encarregadas de legislar sobre o meio ambiente são já muito antigas, remontando à época em que a coroa portuguesa decidiu, através do uso do artifício concedido pelo “direto divino”, amealhar para si as terras indígenas, os próprios indígenas e tudo o mais, humano ou não-humano, que aqui houvesse. No caso específico do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, esta tutela jurídica começou a ser sentida efetivamente no final do século XIX: “*declarada oficialmente Área de Preservação em junho de 1982, a partir do Código Florestal de 1965, estas ‘Florestas Protetoras’ já eram consideradas intocadas desde o final do século passado quando ocorreu a colonização da região.*” (Perotto, 2001). Sobre isto, é interessante repetir um relato, já apresentado em um outro momento, do encarregado da Reserva Estadual da Serra Geral em que este explica como se deu este processo:

Essa área é do Estado e a gente tá prevendo a ampliação dela lá em cima. Até foram escrituradas na época das sesmarias e aí tinha topo de morro que era anterior a 1900. Mas qualquer legislação depois de 1900 foi baseada no Código Estadual de Terras que dizia que terrenos acantilados e topos de morro não era praticável a agricultura, então não era escriturável. E a colonização que se deu aqui, que é de 1891, mas que foi formalizada em 1904 e 1910, se baseou nessa lei.

Do mesmo modo, como foi visto no capítulo anterior, sempre existiu a figura daquela pessoa (ou pessoas) mandatárias do poder público, encarregada oficialmente de “gerenciar” estas “áreas protetoras” do Estado na região. Este foi o caso dos guarda-parques mencionados por alguns entrevistados parágrafos atrás e que estavam

---

<sup>217</sup> *apud* Diegues, 1996, p.135.

incumbidos de cuidar destas áreas. Além disso, não deixaram de estar presentes certas entidades controladoras ligadas, por exemplo, à preservação da fauna (como a referência de um entrevistado já citado anteriormente ao Departamento de Caça e Pesca). Contudo, este quadro regional começará a se alterar profundamente a partir do começo dos anos 1990, quando as políticas preservacionistas do Governo Federal, fortemente influenciadas por correntes estado-unidenses ligadas à formação dos “wilderness”<sup>218</sup>, começarão a ser levadas também à todo o Litoral Norte<sup>219</sup>.

O primeiro sinal de que isto estava acontecendo foi a instalação de um posto de controle em Tramandaí por volta do final dos anos 1980, o que acarretou a vinda de alguns agentes de preservação para a região. Todavia, nos primeiros anos, a atuação destes agentes teve um caráter ainda um tanto tímido, como mostra o relato de uma liderança política local:

(Quando foi que tu começô a ouvir esse negócio de preservação?) Quando foi que chegou esse pessoal mesmo foi de 90 prá cá. (E quem era?) Na época aqui tinha o DRNR, isso foi extinto, agora tem a Secretaria de Meio Ambiente, mas não lembro quando começo o DRNR. Mas tinha o IBAMA também no começo, tinha a fiscalização, tinha um posto em Tramandaí, não sei se tá desativado hoje, tinha um pessoal que cuidava aqui. Em Osório tinha um posto que eu acho que era do DRNR, mas a fiscalização era pouca depois de 90. (No início o que eles faziam?) Eles faziam o seguinte, eles exigiam uma, prá ti desmatar tu tinha que fazer tipo uma licença, daí tu ia ali no órgão de Osório e eles te davam uma licença, mas não vinham nem fiscalizar, nem olhavam, começô assim. Depois eles começaram a vir fazer um acompanhamento, uma fiscalização. E depois, agora de uns anos prá cá, foi criada a patrulha ambiental, isso faz uns 4 ou 5 anos, daí sim que ficou rigoroso.

Contrariamente ao que era de se esperar, a atuação da fiscalização ambiental após este período inicial não foi tanto motivada diretamente pela criação de novas unidades de conservação, como a que foi implementada a partir de 1992 no agro-ecossistema da bacia do Rio Maquiné. Isto, porque esta área não tinha problemas fundiários relacionados à posse legal da terra (apesar de fazerem uso destas terras, os

<sup>218</sup> Como lembra Diegues (1996, p.125), neste momento “os preservacionistas dominam as entidades de conservação (...). Esses grupos são constituídos, em geral, por profissionais oriundos da área de ciências naturais para os quais qualquer interferência humana na natureza é negativa. Ideologicamente foram e são influenciados pela visão preservacionista americana (...). Eles consideram portanto que a natureza selvagem é intocada e intocável.”

<sup>219</sup> Apesar disso, é preciso lembrar que este “novo rumo” vinha sendo adotado já há bastante tempo nas esferas públicas e órgãos encarregados de promover a preservação ambiental. Como aponta Wey de Brito (2000, p.61): “em parte inspirado pelas diretrizes para o estabelecimento de sistemas de unidades de conservação desenvolvidas pela UICN, em 1978, o IBDF propôs, em 1979, a ‘1 Etapa do plano do sistema de Unidades de Conservação para Brasil’, (...), Pode-se dizer que foi a partir dessa

moradores próximos vivem fora da área legal da reserva). Sobre isso, o representante local da SEMA comenta:

(O que é a reserva?) A Reserva da Serra Geral foi criada oficialmente em 1992. Foi criada nas áreas do Estado, então não tem conflito fundiário de mérito; tem um único de espoliação com relação a um cara lá de Terra de Areia, um cara que tá pedindo e cancelou a escritura dele e que foi tirado de cima da área da reserva e isso aí tramita na área da justiça. O único conflito foi esse e ele não é agricultor e tá ali prá ganhar dinheiro, conforme o que aconteceu em Itapuã. Bom, a reserva tem 2064,7 ha já oficializados, mas que vão ser acrescentado ainda mais uns 2000 ha, daí vai prá 4000 ha e pouco. E está situada num topo do que se chama aqui de Faxinal, dum topo dessa ilha geográfica vamos chamar assim, aqui entre os Rios Forqueta, Encantado, Carvão, Três Pinheiros e Sanga Funda e Solidão, mais ou menos na cota de 500, 600 até 900 metros na parte de cima onde não foi utilizado prá agricultura. Teve até um manejo de gado lá num canto inclusive, ao lado da reserva. Então não temos conflitos fundiários, isso nessa área, nessas áreas restritas da reserva não é permitido o uso direto, lá somente a preservação de ecossistemas, pesquisa, educação ambiental.

Na verdade, a influência que a implantação desta reserva, juntamente com a declaração da região como parte da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica a partir de 1994<sup>220</sup>, teve sobre as práticas e manejos adotados pelos agricultores foi mais de caráter indireto. Isto, porque, com a efetivação destas unidades de conservação, todo o espaço físico que compõe o agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné ficou submetido à legislação prevista para as chamadas “áreas de entorno”<sup>221</sup>, as quais, para serem usadas em atividades agrícolas, possuem uma série de restrições particulares. Sobre isso, o representante da SEMA local esclarece:

Aquele momento eu não acompanhei, mas primeiro foi trocado um guarda-parque. Antes, de vez em quando se fazia alguma coisa. (Onde ele ficava?) Ele ficava na entrada do Ligeiro, o seu O., que até já faleceu. Eles não faziam muito a coisa do entorno, e o instrumento que começou a vim depois é que começou a se fazer a fiscalização no entorno. (Isso quando?) Isso a partir de 93, que aí teve a lei da Mata Atlântica. O que é que a lei mudou em relação a anterior, antes só tinha o que a lei ambiental dizia, e o que mais implicava era a lei da beira

---

*data que ficaram explícitas oficialmente as bases conceituais nas quais o poder público federal já vinha e continuaria se apoiando.”*

<sup>220</sup> Segundo o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (Cadernos nº11, 1998): “Em 1989, o Rio Grande do Sul passou a integrar o consórcio Mata Atlântica, através da Fepam. (...) A área da Reserva da Biosfera gaúcha foi reconhecida em 4 de junho de 1994 pelo Conselho do Programa Homem e a Biosfera - MaB da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciências e Cultura. O tombamento da Mata Atlântica consiste de um instrumento jurídico com o objetivo de manter a diversidade biológica dos remanescentes do Domínio da Mata Atlântica. As áreas tombadas incluem unidades de conservação e seus entornos a fim de restabelecer corredores de vida selvagem em pelo menos 10% do território gaúcho.”

<sup>221</sup> Além da zona núcleo composta pela reserva em si, existe ainda a chamada zona de amortecimento e a zona de transição. Nestas áreas, principalmente no caso das zonas de amortecimento, que circundam as unidades de conservação, existe toda uma série de restrições particulares que as diferenciam de outras áreas.

do rio de 65 do Código Florestal e que quase ninguém respeitava. (...) O entorno de acordo com a resolução do CONAMA, é dez quilômetros a partir do perímetro da reserva. Dez quilômetros de raio. Isso é relativo e se questiona. O que é que é área de entorno e a importância. A importância biológica e ecológica é fundamental no sentido dos corredores. É por onde irradia as espécies vegetais e animais e é onde se dá a seqüência dos ecossistemas. Por exemplo, o Rio Ligeiro nasce na reserva e tem o que tem porque tem as nascentes garantindo; o leito dele embora assegurado por lei é também um corredor biológico da reserva, então nele qualquer obra, isso é, por isso zona de entorno, qualquer obra que causa impacto ambiental tem que passar pela administração da reserva. Isso é, pedir licença, qualquer coisa nesse sentido, especialmente se exija um 'EIA-RIMA'. Como uma saibreira que tava tirando lá de Terra de Areia. Aí vai se analisar ruído, o que vão fazer com o material, fluxo de veículos, a espécie. Daí deve-se dar uma opinião formal e todas essas coisas são solicitadas. Até a licença florestal na área do entorno é emitida opinião, por exemplo, se não tá ofendendo as árvores, como é que foi feito o plantio. E a gente sempre sugere coisas integradas com a reserva, é mais ou menos isso o nosso poder sobre o entorno.

A última frase deste mediador explicita uma das características que as entidades de preservação normalmente assumem perante os agricultores na região: *“é mais ou menos isso o nosso poder”*. Como se verá mais adiante, os órgãos fiscalizadores, segundo o ponto de vista dos agricultores, são, na maioria dos casos, vistos como aqueles que detém o poder de suprimir algo que, até bem pouco tempo, encontrava-se sob o seu domínio, ou seja, as terras habitadas pelas vegetações e pela fauna das florestas e capoeiras existentes em suas propriedades. Por outro lado, o uso desta expressão mostra também como, mesmo que tenha sido adotado de uma forma inconsciente e sem a pretensão de exercer tal poder, existe o estabelecimento de uma confrontação de forças de uma parte sobre a outra e vice-versa.

Portanto, será esta condição de “área de entorno” que fará com que, durante a década de 1990, viessem a atuar fortemente na região os órgãos ligados à preservação ambiental. Com isto, as imposições legais foram levadas a cabo principalmente pela atenção ao cumprimento rígido das novas legislações estadual e federal que, a partir da Constituição de 1988, passaram a vigorar efetivamente no Rio Grande do Sul nestas áreas próximas às unidades de conservação.

(E a quanto tempo isso é assim?) Isso já existia mas era meio superfulo, não era tão batido, agora seguido passam aí. (Vocês lembram quando vocês começaram a ter contato com essas coisas de multas?) Isso já faz uns 10 anos atrás. (E aqui na prainha, o senhor lembra se deu algum problema de fiscalização?) Deu, a uns anos atrás deu, desde uns cinco anos atrás. (Eles chegaram a multar?) Eu não sei como é que ficou, eles tavam respondendo processo, não sei como ficou, o Roni botou uma rocinha lá em cima, não no mato, no capoeirão e foi multado.

O interessante disso tudo é que a maioria dos agricultores do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné só tomou conhecimento destas “novas diretrizes” ligadas à preservação do meio ambiente, quando começaram a aparecer as multas dos fiscais ligados, principalmente, à Fepam, ao IBAMA, à Brigada Militar e, mais recentemente, à Patram (órgão que continua vinculado à Brigada Militar). Em outras palavras, a tomada de conhecimento pelos agricultores do processo de institucionalização da problemática ambiental no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné foi efetuada basicamente através das atuações dos órgãos ambientais. Além das serrarias e pedreiras ilegais, que também começaram a ser controladas mais de perto deste momento em diante, as principais infrações atribuídas aos agricultores estavam relacionadas aos desmatamentos em geral, ao corte ilegal de madeira e, principalmente, às queimadas de capoeira e de mata secundária. Como aconteceu em várias regiões do país neste momento (e ainda acontece em muitos locais), a preservação ambiental foi tratada eminentemente como “caso de polícia”<sup>222</sup>. Com isso, devido ao caráter draconiano da legislação vigente e à atuação severa da fiscalização, as serrarias clandestinas e a extração ilegal de areia e de seixos dos rios, por exemplo, foram colocadas no mesmo patamar de ilegalidade que agricultores *tradicionais-coloniais* que queimassem ou roçassem um ou dois hectares de capoeirão para fazerem suas roças de milho ou feijão. Veja-se esta caso contado por um bananicultor entrevistado:

Mas esses caras aí eles são arrogante, o que eu já vi desses caras. (Tu já conversou com eles alguma vez?) Bah, eu vi uma vez eles fazendo, os caras do Ibama chegaram ali numa serraria em Maquiné, rapaz do céu, mas chegaram a dar uns empurrão. O cara da serraria disse prá mim: ‘tu viu o que tão fazendo aí, só faltaram dá em mim’. Mas não é assim, aí começa aquele conflito, os cara começam a ficar brabo, na próxima vez que vem uns cara desses é capaz do cara fazer uma bobagem. O cara da serraria chegou prá mim, ‘o que que eu faço meu Deus, se eles viessem em mim e dissesse olha tu errou, vamo te multá, aí tudo bem, eu pagava né?, mas vieram lá num camburão e chegaram mais três viatura e entraram prá dentro do escritório, e os outros foram lá no depósito de madeira, rapaz parecia um assalto. (Faz tempo isso?) Nem sei, acho que uns 5 anos, eu achei esquisito isso, aí dá os conflito, eu achei que não é assim, os caras chegaram armado, com uns cano cerrado, desceram lá tudo apontando pros cara, gente trabalhadora, tá errado isso.

---

<sup>222</sup> Sobre esta característica, é significativa a conclusão de Diegues (1996, p.125) de que “as ‘populações tradicionais’ (...) até pouco tempo e ainda hoje para os preservacionistas clássicos, eram consideradas ‘caso de polícia.’”

Embora este fato envolva uma serraria, portanto uma situação na qual as pessoas relacionadas teoricamente têm perfeitas condições de se defender juridicamente e, sem dúvida, também deveriam estar a par das infrações cometidas, o que importa perceber aqui é o tipo de comportamento e de postura assumidos pelos agentes fiscalizadores. Sobre esta desconsideração do caráter humano que tais atos envolvem, vale atentar para uma experiência ocorrida com o pesquisador apontada na caderneta de campo e que corrobora este tipo de atitude:

04 de julho: hoje estava saindo da Fepagro e, passando por uma serraria que tem a pouco mais de 500 metros de distância, um carro parado da SEMA de Tramandaí me chamou a atenção. Parei meu carro do outro lado da rua e fiquei observando. Era uma espécie de 'batida'. Armados, um fiscal ia indo já em direção ao escritório do responsável e outro já foi entrando serraria adentro e revirando coisas. Pude ver também a cara da pessoa que falava com o fiscal quando eles saíram para fora do escritório. Era uma espécie de mistura de medo, respeito e ódio, tudo condensado em uma única expressão. Neste momento fiquei pensando como deveriam ser as ações destes fiscais, por exemplo, junto àqueles samambaieiros do fundo do vale da Solidão, os quais muitos não devem nem saber o que significa a sigla da entidade estampada nas portas do veículo oficial. Pensei também em como seriam as abordagens no caso daqueles agricultores tradicionais, em condições críticas de sobrevivência, se estes tivessem desmatado ou queimado uma área ou uma vegetação proibida pela legislação (Caderneta de Campo, 2001).

Pouco tempo depois de presenciado este episódio, pôde-se ter acesso a um outro fato ocorrido e que deve ter sido vivenciado por muitos agricultores durante este período inicial fortemente repressivo. Veja-se este relato de um agricultor entrevistado, ligado ao modo *tradicional-colonial* de produzir e que vive em um dos menores vales da região:

(Tu falou que as leis chegaram faz uns 7 anos, tu lembra desse tempo quando começou?) Porque tinha um cara aqui no rio Ligeiro que chegou aí e morava ali. Só que aquele cara, sei lá, acho que ele tinha raiva dos colonos que derrubavam capoeira. Na época de derrubá capoeira, ele vinha prá cá, só que ele vinha e não avisava e daí depois vinham os órgãos de fiscalização. Eles eram ruim, não é que o cara vai falar mal de ninguém, mas todo mundo aqui tinha raiva deles. (E quem é que vinha prá cá fiscalizar?) Os homens eu não conheço, era a polícia. Aquela vez que me multaram ali, o Luís. aqui de baixo veio na minha casa e disse que iam vir me pegar: 'te esconde que daí eles não vão te pegar'. Mas eu não sou cara de se esconder, se eu faço alguma coisa eu assumo. Sabia que eles tavam à procura de mim porque o cara me avisou, 'olha tu te esconde porque os caras vão vir te multar dentro de casa'. (E o senhor sabia que o que tu fez ali podia dar esse problema?) Não, não sabia porque essa gente aquela época eles não vinham prá cá, só se tinha denúncia. Então eu tava trabalhando lá na igreja que tinha festa aquela semana e daí eles vieram lá. Tinha um cunhado meu que tinha uma rocinha lá perto da igreja, só que esse cara era muito amigo desse meu cunhado, então eles vieram com o cara ali só que eles não multaram, só que ele devia ter ficado quieto, não contar que os outros e eu tinham derrubado, e eles vieram lá e entraram na rocinha e disseram, 'olha ainda bem que tu deixou aquele pinheiro'. Então eles não multaram ele, só que daí ele disse pro cara, 'tu veio me multar e não viu as roça lá no

morro lá prá baixo’, que era minha, do meu irmão e do Leopoldo, então eles voltaram e multaram o Leopoldo, eu e o meu irmão.

Como se pode ver, as diligências dos órgãos fiscalizadores também não parecem, segundo outros relatos colhidos pelo pesquisador, ter seguido um plano de atuação mais ou menos definido. O que ocorreu neste período foi a institucionalização da ação através do mecanismo do “denuncismo”, como apontou um mediador entrevistado: *“então alguns ainda arriscava, queimavam ou cortavam. Mas o outro que não queimava, o vizinho que não gostava dele, esse vizinho ligava e a Patram vinha lá e multava.”* Segundo esta prática, ainda existente (embora não mais tão comum), a fiscalização agia com base nas informações passadas pelas pessoas em geral que circulavam pela região e não em uma sistemática de atuação minimamente planejada. Outro mediador entrevistado comenta este assunto:

(E em que época começou, tu lembra?) Foi o pessoal da Patrulha Ambiental que começou quando entrou em vigor a lei que não podia queimar. Então muitos produtores foram reprimidos com multas e aí que começou. Faz uns 10 anos mais ou menos que essa luta vem vindo aí, mas hoje já não tem mais como no início. No início os agricultores cortavam ou queimavam e o cara ligava, um vizinho às vezes, é daí alguém vinha aí e fazia uma vistoria, ia lá e multava o produtor.

Obviamente, não é preciso dizer que esta situação acaba agindo de modo a desestabilizar toda uma forma de organização social que garante, em certa medida, a coesão social, principalmente no caso de localidades mais isoladas em termos de acesso à informação e às “comodidades” da vida moderna. Isto, porque as denúncias envolvem a quebra de certos pactos implícitos entre agentes socialmente próximos, havendo, com isso, uma desativação de vínculos pessoais que foram construídos ao longo do tempo entre os próprios agricultores. Ou seja, o sistema de denúncias acaba desarticulando certas relações diádicas como as encontradas nas relações de parentesco, de ajuda mútua, etc. e que são interessantes do ponto de vista da manutenção da capacidade de reprodução social destas famílias ao longo do tempo. Sobre isto, vale o relato de um agricultor-samambaieiro que se encontra muito próximo desta condição:

(De quando vem essas coisas de não poder fazer roça ou tirar samambaia, como é que tu ficou sabendo pela primeira vez que tinha isso de proibir?) A lei que proibia faz tempo que existe eu acho. Mas a turma não dava muita bola né, as roça que tinham que botar eles



botavam, não tinha muito de entregar o outro. Os vizinho se respeitava mais e também não vinha muito fiscalizar. E aí depois começou a vir essa gente aqui. Aqui, bem no canto aqui, que eu sei que eles entregava uns aos outro, os vizinho. Porque as vezes as multa não tinham como pagar, era mais caro que a roça que eles botavam, daí muitos pararam de botá roça ou serrar uma táboa, daí pararam.

De fato, este processo é semelhante ao que ocorreu em vários outros locais onde foram implantadas áreas destinadas à conservação ambiental, como mostra este relato de um agricultor-pescador tradicional sobre a efetivação da Estação Ecológica da Juréia e que se assemelha ao processo que deve ter acontecido no agro-ecossistema em questão:

Então aqui nós temos medo dos próprios colegas, a gente vive com medo de qualquer pessoa que trabalha aqui. Teve um senhor que o filho dele entrou na SEMA (Secretaria do Meio Ambiente) e ele expulsou de casa, porque no dia de amanhã, ele precisa de uma caça, vai lá no mato e seu filho vai cagüetar. A SEMA ‘tá fazendo com que a gente crie um atrito entre nós mesmos, porque com as nossas brigas, eles se prevalecem da situação e acabam com a gente (Oliveira, 1992, apud Diegues, 1996, p.141).

Mesmo que a comparação possa ser um tanto distante, esta situação exposta pelos agricultores não lembra muito a tática usada pelos portugueses, quando do processo de aprisionamento dos indígenas na costa sul-rio-grandense ocorrido há quase 400 anos? Ou não foi assim, desestabilizando e gerando atritos entre as próprias tribos locais, que os bandeirantes conseguiram minar a capacidade de resistência das populações nativas às suas pretensões de subjugação destes povos? Embora as finalidades em ambos os casos sejam, é óbvio, totalmente diferentes, o caráter desagregador se mantém. Trata-se de dirimir a capacidade dos próprios agentes dominados de se organizarem e formarem um processo de resistência comum.

De outra parte, estas ações de delação podiam ser efetuadas tanto por um vizinho, por um morador local que passava perto da propriedade do agricultor, como também por um completo estranho como, por exemplo, um turista que viesse visitar as praias do litoral e que desejasse “curtir” as belezas da Mata Atlântica. Sobre isto, é interessante este relato de um mediador entrevistado ligado à administração municipal:

(E tem muita denúncia?) Bom, isso aqui é o que mais acontece aqui. Nós temos a serra do UMBU, o pessoal vem de Gramado, Canela, São Francisco de Paula, praias, pessoas que

não tem nada a ver com agricultura. Aí vem um cara que é médico, que é piloto da VARIG, outro cara não sei o que, alguns vêm prá cá passear. Descem a serra e olham prá aqueles morros cortados e aí eles mesmo denunciam que está acontecendo queimadas e derrubada no município. Outros vêm aqui, que têm dinheiro sobrando, e compram uma chácara nos fundos da linha Forqueta, vamos supor, lá no fundão. É prá investir dinheiro que está sobrando prá ele. Mas do lado da chácara que ele comprou tem outro vizinho que tá lá tentando sobreviver com 2 ou 3 filhos, que viveu lá uma vida inteira, pobre e sem nenhuma alternativa mais. Por tradição já cortavam, plantavam um pouco de milho, criavam um porquinho, um feijão. Daí esse cara até tem mais cultura, mais conhecimento, tá mais por dentro das leis, enfim, ele vive mais ligado à mídia, ou até às vezes tá ligado a algum órgão ambientalista ou à própria SEMA. Bom, ele comprou aquela chácara e já acha que tudo aquilo que o agricultor tá fazendo lá tá tudo errado.

Voltar-se-á a este tema, mas não se pode deixar de apontar aqui duas peculiaridades importantíssimas na deflagração de conflitos ambientais no agro-ecossistema da bacia do Rio Maquiné. Primeiro, que, como se pôde ver no capítulo anterior, não é de agora o tipo de agricultura de queimada que ainda é praticado por muitos agricultores da região. Durante o transcorrer dos anos, foi esse “cotidiano” ligado ao modo *tradicional-colonial* de produzir que acabou por compor as trajetórias sociais destes agentes, não sendo fácil para eles, portanto, empreender uma transformação da magnitude da que está sendo exigida pelo processo de institucionalização da problemática ambiental na região. E, segundo, o fato de que a recorrente desvalorização dos saberes dos agricultores (que, para o “senso comum” dos grandes centros, são vistos como pessoas normalmente com “pouca cultura”, “atrasadas” e rudes) não leva em consideração que, por mais que estes agentes estivessem teoricamente sensíveis às modificações propostas, eles se encontravam muito distantes dos canais geradores das políticas ambientais. Ou seja, muitas vezes, o que acontece nestes casos é que certas decisões tomadas pelos órgãos encarregados (que à primeira vista parecem perfeitamente lógicas para seus formuladores) não foram sequer passadas ou minimamente esclarecidas aos principais envolvidos, os agricultores. Neste sentido, como o agricultor do fundo do vale do Rio Ligeiro, vários foram os entrevistados que ressaltaram o fato das políticas ambientais terem sido feitas à revelia de todos os que ali viviam, sem que tivesse havido uma preocupação mínima em divulgar, esclarecer e debater junto com a comunidade local as novas normas ligadas à preservação ambiental. Sobre isto, é o próprio representante local da SEMA que esclarece:

(Como ficaram os agricultores?) Os agricultores ficaram de cara, porque veio uma lei de fora e aqui sempre foi uma terra sem lei. Sem lei de fora porque tinha uma lei interna, que aqui chegou a ter polícia própria, o fornecimento de água foi feito pelas pessoas daqui. Mas foi encarado de muito malgrado, o pessoal xingando o pessoal do IBAMA e da Fepam, porque antigamente a Fepam vinha junto. Na verdade, aqui quem entrava mais era a Fepam por causa da Mata Atlântica e depois a Patram. (Esses eram os órgãos que dialogavam com os agricultores?) Eram eles os responsáveis pela aplicação da lei. E eles vinham e tinham um diálogo direto e com um caráter policial. E a coordenação do Sargento N., se não me engano, ela foi muito dura, era tudo ao pé da letra. Isso tinha uma motivação de Porto Alegre, de alguém que tava de gabinete, alguém que fazia uma pressão na Patram. Como a lei veio de cima prá baixo, não levou em consideração o zoneamento da área mínima de cultivo, e não foi dada essa orientação. Ela foi implantada de uma forma policalesca, infelizmente, e teve esse constrangimento, este impacto socioeconômico que aí o pessoal ficou acuado e muitos abandonaram as lavouras deixando de plantar na encosta. Muitos até atribuem a isso a última derrocada da economia agrícola local. Prá retirar a madeira também ficou proibido, a não ser prá usar na propriedade podia, mas ninguém dizia o que podia. Então na época isso estimulou mais ainda o plantio da várzea ou quem não tinha várzea atuava na clandestinidade ou desativava toda a sua economia e procurava outro serviço. Acredito que tenha tido um impacto econômico forte, pelo menos prá quem só tem terra no fundo dos vales. E quem continuou na clandestinidade continuou trabalhando do seu jeito, mas sempre com aquele medo.

Como se verá mais adiante, é somente com a chegada, nos últimos dois a três anos, de novos mediadores sociais ligados à preservação ambiental na região, mas agora mais sensíveis às questões sociais, que este quadro irá se alterar. É o caso deste último mediador citado, o qual reconhece, hoje em dia, as arbitrariedades cometidas no passado pelas instituições ligadas à fiscalização ambiental na região. Entretanto, até bem pouco tempo, as ações dos órgãos ligados à preservação ambiental não tinham nenhum tipo de política preventiva ou que prestasse esclarecimento aos agricultores, como demonstra esta fala de um agricultor vinculado à produção agroecológica:

(Tu consegue perceber quando começou a vir mais essas idéias de preservação do meio ambiente, de lei, que não podia mais queimar e de desmatar?) Não, porque isso nunca foi bem especificado pelo governo, quando se ouvia falar é porque alguma pessoa tinha sido multada, tinha que pagar, era chamada no fórum, só se ouvia isso, só se via multa. (E isso tu lembra quando começou?) Isso de uns 10 anos prá cá. (Vocês sabem quem é que vinha?) Não, isso aí falavam que era o IBAMA, ‘o IBAMA multou porque derrubou’, ‘o IBAMA multou porque caçaram’, mas quem era mesmo eu não sei.

E ainda este outro agricultor entrevistado:

(Bom, tu falou que essas idéias vieram há uns 5-6 anos prá cá) Primeiro na televisão, televisão principalmente. (E o pessoal aqui da região começou a falar sobre isso?) Aqui começou a se sentir com as multas, denúncia, e que não pode derrubá porque senão o IBAMA vem em cima. Agora, o IBAMA veio multar sem nunca explicar como, por quê. E

conscientização não tinha nenhuma, a base era a multa, conscientização mesmo era com a R. mesmo, eles é que começaram, esses sim.

Talvez este tenha sido um dos erros mais graves e perversos neste processo todo de institucionalização das restrições ambientais, qual seja, ignorar que os agricultores, sobretudo aqueles em piores condições sociais e econômicas, não possuem as mesmas facilidades de acesso e de comunicação que as pessoas em geral, que moram nos ambientes mais “urbanos”. Como nesta situação contada por um horticultor, a qual demonstra que a capacidade de reconhecimento das conseqüências que a lei impõe é bastante diferenciada entre os agricultores:

(E essa fiscalização?) É aquela coisa que eu tinha falado de vir o IBAMA e multar sem falar nada. Agora, é claro que a gente se cuida, eu nunca recebi multa. Mas também não sei como é que eles chegam, porque nunca chegaram aqui. Mas eu acho que nesses caras que eles chegaram ali e multaram simplesmente, multaram um cara que tirou lenha prá compra seu quilo de farinha prá família, 3000 reais, uns caras que eu conheço, que são pobres de dar dó, isso eu acho que tá errado.

Como era de se esperar, o resultado desta falta de diálogo entre os órgãos ambientalistas e os agricultores e mediadores sociais mais antigos não poderia ser outro. Depois de alguns anos de forte atuação repressora por parte das entidades encarregadas de fiscalizar o cumprimento das determinações legais relacionadas à preservação ambiental, uma forte reação contrária a tais arbitrariedades foi deflagrada, como conta esta liderança política local entrevistada:

(E como os agricultores reagiram?) A reação bah, a reação era terrível né?, contra era terrível, porque eles diziam: ‘olha, eu sempre cortei e queimei a vida toda o mato e cada vez vem mais bonito o mato e eu sempre fiz isso e agora não posso mais fazer. E até tinham aqueles que diziam assim: “eu preservei, eu tenho 20 hectares de terra e eu só planto dois e tenho mais 18 de mato e de capoeira e agora, o que eu faço? Como eu vou viver?

Como é de se imaginar também, este sentimento de indignação irá se estender às instituições ligadas à preservação ambiental de um modo geral. Este fato pôde ser constatado, em parte, através deste relato de uma nova mediadora social ligada ao MMTR e que trabalha junto aos samambaieiros da região:

(E no caso dos agricultores numa maneira geral mudou?) Bom, a experiência que eu tenho é que não é muito, mas eu sei que o E. uma vez foi em Estância Velha durante um ano fiscal do IBAMA. Foi por um ano voluntário e essa carteirinha ele conservou e ele chegou já

usando. Só que prô povo aqui, o povo tem um ‘malgerismo’ do IBAMA. E por causa da pessoa dele estragou mais ainda com o IBAMA. Aliás, aqui sabe, IBAMA, Fepam e estas coisas tudo junto, prá eles não faz muita diferença, eles não identificam. Então eles têm uma idéia muito feia do IBAMA e que agora tem que ser reconstruída essa nova idéia do IBAMA, mas devagarinho a gente explica.

Aqui, novamente, faz-se necessário adiantar uma discussão que virá a ser tratada posteriormente. Isto, porque o discurso desta agente, que, apesar de viver na região há mais ou menos dez anos, pode ser considerada como uma das novas mediadoras sociais que chegaram nos últimos anos, mostra bem a diferença qualitativa em termos do tipo de relação estabelecida com os agricultores de um modo geral. Foi ela também a pessoa lembrada parágrafos atrás por um agricultor quando este mencionou que *“conscientização mesmo era com a R. mesmo, eles é que começaram, esses sim.”*

Feito este aparte, talvez a mais significativa das manifestações de indignação exteriorizadas pela população local, entre tantos outros atritos que concretamente ocorreram, tenha sido uma reunião ocorrida na Barra do Ouro por volta de 1995, quando participaram agentes ligados à preservação ambiental (Fepam, IBAMA e Brigada Militar), agricultores e mediadores vinculados à administração municipal e à assistência técnica na região. Dos 15 entrevistados que residiam no município nesta época, 10 comentaram este episódio, sendo que a metade destes falou espontaneamente sobre o assunto, ou seja, sem que houvesse algum tipo de comentário por parte do entrevistador. Um desses relatos é contado através da fala de um bananicultor entrevistado:

(Depois que começaram a aparecer as multas, deu muito conflito aqui com os agricultores?) Teve, na Barra do Ouro por ali foi mais forte. Ali foi dum jeito que um dia fizeram uma reunião, houve uma reunião e, quer vê uma coisa, geralmente esses agricultores do tempo antigo e tal, eles não têm ainda uma cultura que tu chega e conversa, esses caras do meio ambiente às vezes chegam arrogante, eles não têm um jeitinho de falar. (A fiscalização?) É, eles já chegam de cima, os caras tão acostumado com aquilo ali. Eu sei que deu conflito. Óia, eles correram com os caras do IBAMA nessa reunião. Um cara se levantou e disse: ‘amanhã de manhã eu vou começar a cortar um capoeirão prá plantar feijão prá minha família, se vocês quiserem vocês vão lá prá me multar, mas vocês vão afim de qualquer coisa, porque eu vou cortar e não vou fazer bonito, não vou fazer jardim nem nada, eu vou cortar prá plantar os meus feijõezinhos’. O cara falou ‘mas o senhor não pode’; ‘posso sim, eu vou derrubar, comprei prá isso, eu preciso, se quiser me prender vocês me prende, mas já vêm com camburão junto prá levar a família toda, porque vão tudo morrer de fome’. Prá tu vê em que ponto chegou lá na Barra do Ouro.

Um outro mediador ligado à administração municipal também estava presente nessa reunião e conta a sua impressão sobre o ocorrido:

Foram feitas reuniões na Barra do Ouro, Terra de Areia e nessas reuniões era colocado pros produtores a lei que foi feita pelos deputados federais e que a lei tinha que ser cumprida e que isso aqui [a região de Maquiné] tinha sido decretado reserva da Biosfera da Mata Atlântica e que os produtores tinham que respeitar a lei. (Foi aquela reunião que deu atrito?) É, eu fui a essa reunião também, foram muitas discussões que aconteceram lá, inclusive alguns agricultores foram armados. Sabe como é, sempre vai ter um lá um pouco mais alterado. Claro que, na hora se revolta lá, mas depois vai embora. É que eu até acho que houve algumas falhas na própria Patrulha Ambiental naquela época, o pessoal da Brigada também não tava preparado prá fazer um trabalho assim de mais orientação, eles faziam era oposição.

E ainda o relato de outro mediador técnico:

(E a partir disso começou a se multar?) Tu sabe né?, como é o pessoal, se o cara cortar umas árvores há denúncia, aí tem a Patram a Fepam, há denúncia, o cara cortou ali, vem a Fepam, a Brigada, a Patram e multa. (Qué dizer que aumentou então a fiscalização nessa época?) Sim, a fiscalização ficou bem forte. (E como é que os agricultores reagiram?) Ah, eles ficaram muitos bravos, foi feito reunião na Barra do Ouro, devia ter uns cento e poucos agricultores, convidamos o pessoal da Fepam. Bah, teve cara lá com revólver na cintura, que perigo né? (Sim) Aí eu me lembro que foi o seu B. que era o presidente do sindicato dos agricultores daquele tempo que conseguiu acalmar a turma, tinha cara lá que se levantou e começou a caminhar de um lado pro outro com a arma na cintura. (Isso quando é que foi?) isso faz uns 6, 7 anos, uma reunião grande que se fez na Barra do Ouro. Depois fizemos uma ali na Solidão, tinha muitos agricultores que queriam autorização prá fazer desmatamento prá alguns plantios e aí o pessoal falou a lei é essa ‘pararaparara’. Tinha o pessoal do sindicato junto, aí os caras, aquela história: ‘bom, se nós não podemos plantá nem desmatá então o governo vai ter que nos pagar um salário, porque nós somos pequenos agricultores, não podemos plantar milho nem feijão’, então deu aquela discussão toda.

Como era de se esperar, o resultado destas manifestações não ficará restrito apenas a momentos de exaltação como estes, em que há efetivamente uma possibilidade, mesmo que pouco “produtiva” em termos de aproximação de idéias, de diálogo entre agricultores e os agentes ligados à preservação ambiental. Como em qualquer realidade na qual predominam fortes relações de cunho estritamente pessoal, estas manifestações continuarão sendo reproduzidas internamente entre os agentes envolvidos, e será o tradicional “boca-a-boca” (ou seja, as conversas banais e corriqueiras do dia-a-dia) a principal forma dos agricultores e mediadores exteriorizarem seus argumentos sobre o assunto. Não é preciso dizer que este mecanismo, que permite uma certa sustentação das idéias e pensamentos dos agricultores, virá sempre carregado com uma carga de compromissos já previamente estabelecidos, os quais, infelizmente, podem trazer consigo não somente alianças

horizontais, como são as relações de parentesco e troca de favores entre vizinhos, mas também outras com um viés bastante clientelista. O resultado, que será tratado no penúltimo item deste capítulo, será o estabelecimento de uma certa aliança tácita e não declarada entre os mediadores mais antigos, os agricultores em melhores situações econômica e política e, por último, os agricultores mais ligados ao modo de vida *tradicional-colonial* e os samambaieiros.

Além disso, este processo acaba por dar força e legitimidade a posições amplamente contrárias as posições mais “preservacionistas”, como é o caso deste interessante relato apresentado por um agricultor-mediador (que não pôde ser entrevistado) em uma coluna do jornal Folha de Maquiné destinada a discutir e a ouvir o que a população têm a dizer sobre os problemas locais:

(...) Este governo que se diz a favor do pequeno agricultor, para nos proteger, tem a Brigada Militar, que anda em carro velho e barato, e para nos punir, tem a Fepam que anda em carro de luxo, carro de executivo. Muitos que se dizem ecologistas deveriam provar que realmente são, comprando e sustentando uma área rural, participando da preservação. Quem fez a lei da proibição que não dá ao agricultor nenhuma chance de se defender, talvez pensasse que aqui, a gente pudesse viver somente com ar puro da Mata Atlântica (Coluna Opinião, Jornal Folha de Maquiné, junho de 2000).

Enfim, pelo visto, pelo menos em alguns lugares, como o agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, por exemplo, a “natureza” parece estar conseguindo vencer o “homem”, mas não devido à sua força inexpugnável, ao seu caráter que lembra algo como a palavra eternidade, mas sim pela própria incapacidade deste último de perceber que é possível caminhar junto, dentro ou fora, isso neste caso pouco importa, da “natureza”. Por outro lado, mesmo considerando que possa ser em parte verdadeira a afirmação de um mediador ligado à preservação ambiental na região de que *“essa regeneração que tem aqui não é pelo ímpeto conservacionista dos colonos e sim por uma desativação do setor produtivo agrícola, uma função da economia regional”*, o que é paradoxal nisso tudo, é que a eliminação das condições básicas de vida destes seres humanos se dará, a partir de agora, em nome da salvação da “natureza” e, o que é ainda mais contraditório, da própria “humanidade”.

#### **7.4 A “questão agrária” local e algumas inadequações eco-geográficas e jurídicas ligadas ao meio ambiente**

Ainda que devamos definir a sustentabilidade principalmente em termos ecológicos, também é verdade que a sustentabilidade ecológica não pode concretizar-se em um contexto social e econômico que seja incapaz de lhe servir como suporte. Os agroecossistemas, embora funcionem ecologicamente, são manipulados em alto grau pelos seres humanos. Em função disso, suas características ecológicas estão intimamente ligadas aos sistemas econômicos e sociais construídos pelo homem.

Stephen Gliessman, 2000, p.600.

Como já foi visto, vários aspectos acabaram contribuindo, ao longo dos anos, para a pauperização de boa parte das famílias de agricultores da região, sendo que, talvez, o principal deles, tenha sido a combinação de um certo processo de exaustão ecológica e econômica dos sistemas de queimadas praticados pelos agricultores, tudo isto articulado com as inadequações (tanto socioculturais quanto agrícolas) do modelo de agricultura produtivista imposto a partir dos anos 1970. Obviamente que este processo continua ainda ocorrendo, mesmo que já em uma desacelerada velocidade. Para se ter uma idéia, segundo o IBGE, em 1985, foram identificados 1.355 estabelecimentos rurais vinculados a algum tipo de produção agrícola, seja ela pecuária, horticultura, fruticultura ou cultivos anuais como fumo, milho e feijão. Embora este fenômeno já venha desde muito antes, somente uma década depois, este número se reduziu para 633 estabelecimentos desempenhando as mesmas atividades (IBGE, 1995/1996), o que mostra, quantitativamente, uma brutal modificação na estrutura produtiva regional<sup>223</sup>.

Ocorre que estas unidades de produção certamente não “desapareceram” simplesmente, mas sim foram, entre outras possibilidades adquiridas como fonte de especulação imobiliária<sup>224</sup>; transformadas em chácaras de lazer e moradia rural;

<sup>223</sup> Aqui é preciso levar em consideração um certo viés metodológico produzido por variações no tipo de enfoque adotado pelos dois levantamentos considerados (1985 e 1995/96). Todavia, mesmo que talvez isto acabe diminuindo as diferenças encontradas, certamente não as elimina.

<sup>224</sup> Segundo dois mediadores entrevistados, um exemplo do destino dado a estas áreas se deu recentemente com a aquisição, pela Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, de 4.000 ha localizados entre o município de Maquiné e São Francisco de Paula. Repare-se que toda a “zona núcleo” da reserva ecológica existente em Maquiné possui também os mesmos 4.000 ha (isso computando cerca de 2000 ha que ainda não se encontram totalmente regularizados).



incorporadas às áreas de outros agricultores ou de parentes próximos através do sistema de herança; compradas pelos chamados “colonos fortes” locais (ou seja, os “madrugadores” da agricultura *produtivista-moderna*); ou ainda literalmente abandonadas pelos seus habitantes. Além disso, como foi visto anteriormente, este intenso fenômeno de esvaziamento, mais do que somente números, foi e continua sendo também claramente percebido tanto pelos mediadores sociais como pelos próprios agricultores e moradores locais.

Refletindo nesta direção, uma primeira particularidade que deve já ser apontada, e que tem papel decisivo na forma de utilização dos recursos naturais, refere-se às condições vinculadas mais propriamente ao tipo de estrutura fundiária existente. Neste caso, as unidades produtivas encontram-se fundamentalmente centradas em uma concepção de uso da terra e do trabalho baseada no que atualmente se tem chamado genericamente de agricultura familiar. Entendendo-se esta como uma organização social amplamente diversificada, de natureza patriarcal e onde há uma unidade indissolúvel entre o empreendimento agrícola e a família (Abramovay, 1992), pode-se dizer que cerca de 98% dos estabelecimentos ligados a algum tipo de produção agrícola encontram-se nesta situação<sup>225</sup>. Além disso, muito devido ao processo histórico que marcou a recente ocupação humana na região, a maior parte das propriedades possuem áreas bastante reduzidas. Segundo o censo agropecuário de 95/96, quase 70% dos estabelecimentos têm área inferior a 20 ha, sendo que a média geral situa-se em torno dos 12 a 13 ha<sup>226</sup>.

Esta característica, por sua vez, de maior dificuldade de acesso a este fator de produção (a terra), e que tem a ver com um fenômeno muito conhecido também em outras regiões do sul do Brasil, acaba constituindo um dos componentes que acirram os conflitos em torno da problemática ambiental no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné. O fato do agricultor, além de constatar uma diminuição constante no preço dos produtos agrícolas por ele produzidos, ter que limitar ainda mais os locais

---

<sup>225</sup> Este dado é fruto de uma aproximação feita a partir de uma amostragem de 109 estabelecimentos rurais entrevistados por Gerhardt et alli (2000). Ou seja, 17% em um universo total de 633 estabelecimentos que, segundo dados do IBGE 1995/96, são considerados “agrícolas” no município de Maquiné.

<sup>226</sup> Nas áreas próximas às lagoas, a concentração da terra é um pouco mais elevada, encontrando-se propriedades com áreas maiores que, cabe ressaltar, não superam os 300 ha (sobre isto, ver capítulo 5).

disponíveis para plantio e criação (que, diga-se de passagem, sempre utilizou), confere força e legitimidade às suas contestações sobre a imposição de novas políticas ambientais restritivas.

Obviamente, não se quer dizer com isto que não existam outras possibilidades de manejo, como, por exemplo, a adoção de certos sistemas agroflorestais<sup>227</sup>, nem mesmo que certas restrições ao uso dos recursos naturais não devessem existir. Contudo, é preciso procurar refletir também com base nas perspectivas presentes e disponíveis àqueles que se encontram no “olho do furacão” que envolve todo o debate sobre o meio ambiente, ou seja, os agricultores. Olhando por este prisma, ver-se-á que, por exemplo, as condições de acesso a informações sobre outras técnicas e formas de produção, as trajetórias sociais, os conhecimentos legados dos antepassados ou construídos através das suas práticas diárias e, obviamente, as condições materiais de que podem dispor (quantidade e qualidade da terra, capital, nível tecnológico, etc.) não são idênticas entre os agricultores.

Porém, a esta situação fundiária e cultural junta-se ainda uma outra peculiaridade do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, e que tem a ver simultaneamente com as condições de relevo e com a forma de disposição dos lotes de terra dos agricultores. Como já descrito anteriormente, o desenho básico que dá corpo à fisiografia da região encontra-se esboçado a partir da oposição entre encostas e vales, onde a imponência das suas linhas pode ser percebida pela rápida variação de altitudes que, em alguns casos, diminuem de 900 para 20 metros acima do nível do mar em apenas 8 Km de extensão. Ou seja, desde o alto do Cerrito (localidade onde ocorrem as maiores altitudes) até a foz do Rio Maquiné na Lagoa dos Quadros, desnuda-se aos olhos de quem os percorre uma paisagem com planícies e montanhas imponentes e bem definidas. Ocorre que, dentro deste quadro topográfico instável, pode-se dizer que somente cerca de 30% da região é composta por áreas consideradas de planície ou com baixa declividade, ficando os outros 70% ocupadas

---

<sup>227</sup> Em estudo recente, Gerhardt et alli (2001, p.39) constataram “a existência de extensas áreas agrícolas que se encontram atualmente em situação de abandono ou subutilizadas, principalmente em encostas e em locais de difícil acesso. Tal situação, combinada com as características climáticas da região e a existência de espécies florestais de grande valor econômico como o palmito, a samambaia preta, as bromélias. etc., indicam um grande potencial para o incentivo de sistemas agroflorestais.”

por escarpas ou locais muito acidentados e de difícil acesso<sup>228</sup>.

É neste ponto que a forma como estão distribuídas as unidades de produção revela-se um dispositivo essencial e que acaba por interferir qualitativamente nos conflitos ambientais e na relação dos agentes sociais sobre o meio ambiente. Em decorrência do processo de colonização, os estabelecimentos agrícolas foram geralmente distribuídos ao longo do perfil dos vales, estendendo-se desde o divisor de águas, no topo das montanhas, até a beira dos rios, riachos e sangas que correm por entre estas depressões. O que acontece é que esta característica particular da toposequência das propriedades, independente do seu tamanho, acaba estabelecendo uma aguda desuniformidade de acesso dos agricultores a aspectos como tipo de vegetação, clima, disponibilidade de água, condições de trafegabilidade das estradas, capacidade de comercialização dos seus produtos, acesso à informação (tanto de cunho mais geral como sobre a própria localidade onde vivem) e a serviços gerais (saúde, educação ou ainda assistência técnica, como no caso da Emater) e, logicamente, capacidade do uso da terra.

Apesar de, até 20 ou 30 anos atrás, esta situação não ter tido maior relevância (pois antes deste período, os agricultores preferiam geralmente ocupar as encostas ao invés dos vales), nos dias de hoje as conseqüências desta diferenciação têm se intensificado<sup>229</sup>. Isto ocorre, porque o ecossistema formado em torno do binômio encostas-vales possui topografia e declividade extremamente variáveis. Como resultado para as unidades de produção, isto implica a formação de áreas de várzea disponíveis aos agricultores cujo tamanho pode oscilar, por exemplo, de apenas 1 ou 2 ha até 20 ou 30 ha. Ou seja, os efeitos da valorização de certos produtos como as espécies hortícolas e a relativa homogeneidade de tipos de solos encontrados e suas boas características físico-químicas, tornam-se altamente dependentes das condições de declividade do terreno, o que limita, muitas vezes, o potencial produtivo da terra. Aliás, como não podia deixar de ser, com o processo de institucionalização da problemática ambiental, somado a esta peculiaridade topográfica declivosa e à

---

<sup>228</sup> Deve-se deixar claro que, como já comentado no capítulo 4, a toposequência da região não se resume a uma dicotomia geométrica entre o “plano” e o “inclinado”, mas abriga uma diversidade de outras situações intermediárias e não tão visíveis a olho nu como, por exemplo, conlúvios, planícies, escarpas, patamares e platôs.

<sup>229</sup> Para um entendimento maior sobre as origens destes últimos aspectos citados, consultar o capítulo anterior.

recuperação da vegetação de floresta nos morros, o que acabou acontecendo foi uma interferência também sobre a valorização econômica destas terras, como mostra o relato deste banicultor-pecuarista:

(E daqui vocês chegaram aqui e já foram usando a terra?) Fomos desbravando isso aqui, porque isso aqui, meu Deus do céu. Eu não tenho muito morro ali prá cima, tem só um pedaço, esse terreno foram medido acho que de lá prá cá, eles começaram lá embaixo na beira do rio e foram subindo, vendendo áreas de terra, eu acho que foi assim. (E quantos hectares dá isso?) A minha dá 15 e meio só. (Tu disse que usa muito pouco dessa terra porque muito é área de banhado, né?) É, o banhado é campo e eu uso de potreiro. (E aqui mais prá lavoura?) Deve ter uns 4, 5 hectares que dá prá plantar, só que é pedra, tem que fazê tudo de arado de boi, com máquina não dá. (...) Mas tu qué vê uma coisa? hoje em dia tu sai prá comprar um terreno, eu por exemplo, se vou comprá um terreno, antigamente o cara chegava e dizia: 'não, o meu terreno é uma beleza rapaz, é capoeirão e mato de montão'. Então o cara chegava e comprava. Hoje tu chega e não vende, mudou agora, porque não tem mais como usar.

Portanto, percebe-se que as propriedades agrícolas localizadas nos vales mais “largos”, com disponibilidade de áreas planas maiores, apresentam certas “vantagens” em termos do potencial de uso da terra, da água e do escoamento da produção se comparadas às propriedades situadas nos vales mais “estreitos”. Ou ainda, como no caso específico dos banicultores, isto irá ocorrer devido a uma associação de aspectos ligados às boas condições de acesso, de comercialização da produção e às peculiaridades microclimáticas proporcionadas pela orientação leste-norte dos morros. A consideração destes fatores é crucial para entender o debate sobre a problemática ambiental naquele agro-eco-sistema, sendo recorrente nos discursos dos agricultores e mediadores sobre as leis de preservação da floresta. Este é o caso de um administrador municipal entrevistado:

Esses que não podem plantar no morro, que não têm várzea, o caminho deles é a periferia daqui ou as grandes cidades, vão embora porque não têm o que fazer. Aqui na nossa região não tem emprego, ou trabalha de empregado prá aquele que produz hortaliças ou vai no mato tirar samambaia ou vai embora. No verão, dois meses trabalha na praia e o restante do tempo fica por lá abandonado, aqui na nossa região essas são as dificuldades.

Ou ainda este outro mediador técnico:

Na várzea, só que aquele das encostas, dos morros e aqueles que não têm várzea o que aconteceu, os jovens muitos foram embora, ficaram as famílias com os mais idosos, que são aposentados. Hoje alguns que não foram tão aí, tão trabalhando mais com extrativismo de

samambaia, alguma coisa de gado, mas muito pouco aqui, alguma coisa prá subsistência, só prá te dizer a transformação que eu senti.

Para comprovar este aspecto diferenciado, é só efetuar uma análise comparativa sobre os diferentes vales que formam a bacia do Rio Maquiné. Por exemplo, o caso das zonas de planície em volta da Lagoa dos Quadros. Muito devido à menor intensidade das taxas de ocupação (humana e agrícola), a problemática ambiental, nestas áreas, não tem se conformado um elemento tão importante e disseminado de discussão quanto em outras localidades. Todavia, claro que, evidentemente, os campos, banhados e dunas são também foco de preocupação das instituições de proteção ambiental. O que ocorre, no entanto, é que, como o elemento humano (e, principalmente, suas ações sobre e no meio) encontra-se pouco presente, os conflitos são também de menor intensidade. Além disso, devido a já intensa alteração da vegetação original, aliado ao fato das zonas de preservação serem pouco “atrativas” para a agricultura (excetuando-se a pecuária extensiva), as pressões exercidas pelos órgãos fiscalizadores, e também as reivindicações dos agricultores, mostram-se ambas menos representativas se comparadas às áreas de floresta. Contribui também para isto o fato dos próprios agricultores ali instalados geralmente possuírem, em suas unidades produtivas, outras áreas mais interessantes do que os solos arenosos, úmidos e pouco férteis da planície costeira. Ou seja, nestas áreas, estes não se sentem tão inclinados a perceberem a interferência da problemática ambiental como uma espécie de “invasão estatal do privado”, fenômeno bastante característico nos terrenos de encosta.

Já nas regiões de produção de banana, esta situação se modifica um pouco. Nestas áreas, a grande maioria dos agricultores, mesmo que estabeleçam uma relação consolidada com o mercado, mantém o que seja talvez, depois da organização familiar, uma das características que mais identifica o agro-eco-sistema do vale do Rio Maquiné, qual seja, a pequena produção de uma ampla variedade de produtos destinados ao autoconsumo da família. Da mesma forma, esta peculiaridade é válida para os demais agricultores, incluindo aí também os horticultores. Em pesquisa recente feita por Gerhardt et alli (2000), foi constatado que praticamente todas as famílias entrevistadas preservam ainda algum tipo de cultivo para subsistência, o que indica a manutenção de importantes vínculos por parte dos agricultores (mesmo

daqueles mais “capitalistas”) com um tipo de agricultura *tradicional-colonial* que, no passado, foi preponderante:

Outro ponto importante a ressaltar é a existência de uma produção de subsistência bastante importante (tanto em volume quanto em diversidade) e que, por vezes, contribui de maneira significativa para a renda destas famílias (seja como fonte de alimento, seja através da venda de excedentes). Estas características, aliadas ao fato de haver diferentes níveis de interação e relação com o mercado, sugerem também a existência, entre estes agricultores, de lógicas produtivas muito específicas e distintas, mas que mantêm, entretanto, uma certa ligação com a antiga produção colonial (Gerhardt et alli, 2000, p.31).

Obviamente, isto é válido para os bananicultores, como mostra este entrevistado:

(E desde aí tu planta banana?) É, desdaí eu planto banana. Até os 17 anos eu trabalhava muito com o pai, a agricultura era de subsistência, eles plantavam milho, essas coisa. (Vocês ainda têm essa agricultura de subsistência?) Ainda tem, plantâmo pro gasto né?, prá casa, mas plantamo de tudo.

E se repete também no caso dos horticultores:

(Vocês continuaram a produzir milho prá vender?) Sim, porque no verão nós plantamos o milho nessa área da verdura, porque a verdura dá no inverno. (Milho prá vender verde?) É. (mas vocês continuam produzindo o resto que vocês produziam?) Pro gasto, o milho praticamente pro gasto e o milho verde prá vender nas praias. (E prá casa?) Continuamo, mas aí é só prá casa, só prá casa. (E compram muita comida, assim, na cidade?) Não muito. Tipo feijão, milho, batata, aipim, essas coisas isso a gente tem sempre. Aliás, esse ano foi o primeiro ano que a gente teve que comprar feijão. O nosso feijão aí, primeiro deu uma seca, depois deu uma chuvarada que apodreceu tudo. Então esses dias terminou o nosso feijão, aí nós tivemos que comprar um feijão diferente, o carioquinha. (Vocês plantavam qual?) O preto e o vermelho.

Não é preciso dizer que, no caso dos agricultores mais próximos ao modo *tradicional-colonial* de produzir, isso é ainda mais relevante, como no caso deste agricultor que vive no vale do Rio Ligeiro:

(O que vocês tão plantando?) Milho, feijão, essas coisas. (Têm animal?) Sempre o cara tem umas vaquinhas e uns porco pro gasto do cara, um pouco de tudo, pro gasto do cara. (E vocês vendem alguma coisa?) O porco nós vendemos alguns pro pessoal, mas mais é prá nós mesmo. (E esse açude?) É uns peixinho que tamo criando ainda, umas carpa. (Vocês têm alguma outra atividade além da agricultura?) A gente fazia queijo prá vender, mas agora não faz mais, só prá nós, que nessa casa tem tudo, o que que vem de fora mais é a farinha de trigo e alguma coisa quando a gente quer variá.

É fácil perceber que, neste último caso, as restrições ambientais tomam uma importância consideravelmente maior, pois esta produção para o autoconsumo é essencial para a garantia da sobrevivência da própria família envolvida. No entanto, no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, isso é válido também para os agricultores de um modo geral. Por exemplo, apesar do cultivo da banana (uma espécie “perene”), se bem manejado, não causar maiores impactos do ponto de vista da degradação dos solos, os agricultores permanecem utilizando (ou querendo utilizar) áreas teoricamente impróprias para cultivos anuais ou ainda para formação de pastagens ou poteiros para os seus animais<sup>230</sup>, como é o caso deste bananicultor-pecuarista entrevistado:

Tinha que arrumar um meio. Tem muitas áreas baixa que hoje é deixado e que poderia tá usando prá produção e não pode, na Barra do Ouro isso é um problema sério. Isso tem que resolver esse problema, acho até que é um dos problema mais sério hoje. Uma terra que muitas vezes não é mato, aquilo vai levar 50 anos prá virar mato e nós não podêmo usar.

No caso dos bananicultores, outro elemento complicador é o fato das suas propriedades, normalmente situadas em locais bastante acidentados, serem o “cartão de visitas” da região. A facilidade de fiscalização e o intenso movimento de pessoas e de tráfego junto à BR101 acaba fazendo com que estes agricultores sejam ainda mais visados pelos órgãos fiscalizadores, pelas entidades de preservação ambiental, mas também pela própria opinião pública em geral, do que outros localizados em vales com menor visibilidade e piores condições de acesso. Veja-se um agricultor entrevistado, produtor de banana e que tem suas terras nestas condições mais “visíveis”:

Depois, quando veio a Patram, eles têm um quadro hoje que é da Brigada Militar, eles não dão moleza, eles chegam e multam mesmo, eu mesmo fui multado, plantei uma área, descapueirei, era maricazeiro na beira do banhado, eu e o X., depois nós ficamos sócio. Aliás, quem derrubô foi eu lá, um hectare e meio mais ou menos de maricazeiro, daí eu acho que um vizinho me denunciô lá, sei lá, ou alguém deve ter passado e visto e denunciado. (Que ano foi isso?) Isso faz uns 3 anos. Essa área que eu desmatei lá, que eu tirei o maricá, é uma área de invasora, era campo até um tempo antes.

---

<sup>230</sup> Não se pode esquecer que uma parte destes agricultores adotam também a criação de gado (certamente uma herança da colonização portuguesa na região), o qual permanece, na sua maioria, nas áreas de banhado.

Todavia, as situações de conflito são especialmente importantes no caso daquelas propriedades localizadas em vales muito estreitos, onde não há formação de várzeas e é pequena a disponibilidade de áreas com grau de declividade favoráveis à realização de atividades agrícolas. Nestes locais, esta situação se reflete de uma maneira muito mais intensa e aguda, pois, se os agricultores forem seguir à risca as indicações legais sobre a preservação dos recursos naturais, pouco lhes restará em termos de alternativa de uso destas áreas. Veja-se este exemplo de um agricultor que mora em um dos menores vales da região e que, convém ressaltar, foi autuado no passado pelos órgãos fiscalizadores:

Aqui é assim, vamos dizer, aqui quando é época de plantar um milho, aqui não tem outra saída, nós temo que derrubar um pedacinho do morro. Se o cara tivesse umas lavouras como tem lá prá baixo, várzea que tem ali, que tu planta um saco, dois de milho, não precisa ir pros morro. Então aqui quando o cara quer plantar a gente não tem essas lavouras, então a gente tem que derrubar. (Tu tem quase tudo morro?) É quase tudo morro, a minha lavoura é só esse pedacinho aqui, então o cara se obriga a ir pro morro, senão a gente não vai viver. Então tu cuida prá não deixar o fogo escapar ali, então a gente derruba só pro cara viver né?, senão a gente tá derrubando e vem o IBAMA e te pega e enche de multa e não vale a pena. A multa que eles te cobram vai pagá com a lavoura de milho, nem dá prá tu pagar eu acho.

Analisando-se sob este ponto de vista, percebe-se que boa parte destes agricultores encontram-se, muitas vezes, encurralados, não lhes restando muitas alternativas, sendo uma delas, além da óbvia migração, da diminuição da qualidade de vida ou mesmo da contravenção às leis ambientais, partir para situações de embate e contestação em relação às novas normas de preservação (isso sem contar a extração de samambaia que, diga-se de passagem, pela lei estadual vigente, é ainda uma atividade ilegal).

Aliado a esta situação desfavorável, uma série de outras razões colabora para intensificar as pressões sobre as famílias que vivem nestas localidades com elevada variação topográfica. Primeiro que, em boa parte dos casos, suas propriedades situam-se geralmente nas áreas mais importantes do ponto de vista da conservação ambiental e da manutenção da biodiversidade do ecossistema da Mata Atlântica em nível local (isto quando não são lindeiros da Reserva Ecológica da Serra Geral, como é o caso do agricultor recém-citado). Com isto, na maioria das vezes, estes agricultores são obrigados a fazer suas roças em locais próximos a zonas



consideradas de preservação permanente pelos órgãos fiscalizadores<sup>231</sup>. Em segundo lugar, estes agricultores são os que possuem normalmente os terrenos nas áreas com as piores condições de acesso e as terras mais suscetíveis a processos erosivos e de degradação e, portanto, com sérias restrições quanto à capacidade de uso agrícola.

Finalmente, soma-se a isto tudo o fato já conhecido dos leitores de que são estes agentes aqueles que mais permanecem à margem das discussões a respeito da temática ambiental e os que possuem as piores condições de colocar seus argumentos e fazer valer suas posições dentro do *campo ambiental*. Como consequência, eles serão, talvez, aqueles que encontrarão as maiores dificuldades para responder às novas demandas provenientes do debate em torno da problemática que envolve o campo e, conseqüentemente, aos novos valores “ecológicos” que lhes são cotidianamente apresentados. Isso tanto em termos de qualidade discursiva e argumentativa (bem entendido, considerando os parâmetros ditados pelo *campo ambiental*<sup>232</sup>), como no que se refere às práticas concretas de uso da terra e que garantem, em última análise, a sua sobrevivência.

Outro ponto importante na vinda das novas restrições ao uso dos recursos naturais refere-se à completa inadequação de certas leis ambientais em relação à situação real dos agricultores. Um exemplo emblemático disso pode ser comprovado através de um caso particular: a altura mínima da vegetação estabelecida para que o agricultor não possa mais cortar ou derrubar a capoeira na sua propriedade. Sobre isto, é o próprio representante local da SEMA quem apresenta esta situação:

O que aconteceu foi que, eu vi assim, se pedia licença prá tirar a capoeira que era proibido por lei desde 93 com esse decreto em Lei Federal que capoeira acima de três metros tinha que ter licença. Era uma motivação prá deixar a Mata Atlântica se regenerar já que ela era apenas na época uns oito por cento do que tinha e em Maquiné ainda tinha e tem bastante. Aí o que mudou foi isso, a lei colocou que quem tivesse licença, prá ter licença tinha que estar numa área não muito inclinada, a capoeira não podia ser maior que três metros e não podia

---

<sup>231</sup> Segundo resolução do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) de 2001, em substitutivo à Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965, “*área de preservação permanente é a área protegida nos termos dos artigos 2º e 3º desta Lei, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas; (...) A supressão de vegetação em área de preservação permanente somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública ou de interesse social devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto.*”

<sup>232</sup> Ou seja, segundo a *doxa* do campo.

ser na beira de rio e tinha que ter a escritura da terra. E quem não tinha isso, e no início ela veio dura porque a lei foi feita de cima prá baixo, não ganhava licença. E foi dado várias multas naquela época e isso a partir do trabalho da Patram, a partir de 93.

Como foi visto no capítulo 3, o agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné possui características climáticas, pedológicas e hidrológicas que favorecem bastante as taxas de crescimento da vegetação local de um modo geral. Entretanto, este aspecto é muito mais representativo para aquele tipo de vegetação conhecida como pioneira, pois estas plantas possuem uma capacidade de regeneração e de disseminação consideravelmente mais elevadas do que as plantas cultivadas e aquelas espécies existentes nos extratos secundários da Floresta Atlântica. Com isto, qualquer área de roça que não permaneça sendo continuamente cultivada, em poucos meses, será tomada por estas “plantas pioneiras” (que, em última análise, são as que irão formar o que se chama localmente de capoeira), especialmente se este abandono ocorrer em períodos com temperaturas elevadas e altas taxas de umidade.

O que acontece é que existe, neste caso, uma pertinente falta de sintonia entre o que a legislação prevê (a qual, diga-se de passagem, é formulada de acordo com o resultado das correlações de força estabelecidas dentro do *campo ambiental*) e o que os agricultores entendem por capoeira, como mostra este relato de um agricultor entrevistado:

Ah, porque disseram lá em casa, a capoeira é 3 metros. Rapaz do céu!! Não existe capoeira de 3 metros, isso ainda é baixinha, capoeira é, sei lá, uns 5 metros prá cima. Aquilo é qualquer um brejo, mas não é capoeira. Inclusive eu tenho uma briga hoje com o tal de IBAMA e com também esse pessoal da Anama, que prá eles capoeira é um brejinho de 3 metro, isso é capoeira prá eles. No nome oficial nosso aqui, se o sujeito bota uma roça, botava uma roça num capoeirão como eu tenho ali agora, que tem 15 ano, 20 ano, esses capoeirão, se não é mato é capoeirão. O que foi cortado já foi cortado, há 100 ano que nós tãmo cortando, então não é mais mato, é capoeirão. Agora, capoeira é de 5 ano, passou mais um tempo de ano prá cima já é capoeirão, então de 5 ano prá baixo aí é uma avoadeira, é uma capoeirinha que tu corta de foice, tu bota uma coivara, é um mato, queimou, planta. Aí, não no ano seguinte, no outro ano, cresce um buva, ela é um tipo de erva assim, é uma ervinha mole que vêm no meio daquelas planta.

Qualquer pessoa que viva um pequeno período de tempo na região irá perceber que o que este agricultor fala corresponde à realidade. Para se ter uma medida de como é elevada a taxa de crescimento da vegetação, quando da chegada do pesquisador à Estação Experimental da Fepagro, o encarregado local resolveu

mandar “cortar a grama” que crescia ao redor da casa onde este iria permanecer. Assim, pôde-se assistir diariamente, durante dois meses, o crescimento da vegetação neste local. O surpreendente foi que, passados esses aproximados 60 dias, a vegetação neste pequeno espaço (que, é bom lembrar, em termos de tipos de plantas não apresenta as características existentes em uma roça comum, pois, devido ao manejo ali adotado, foram eliminadas espécies mais agressivas e com porte mais elevado) já se encontrava com uma altura entre mais ou menos um metro e um metro e meio.

O problema é que, ao se extrapolar “esta pequena experiência caseira” para as terras onde os agricultores fazem suas roças, as quais possuem uma diversidade de plantas muito mais elevada, um banco muito maior de sementes disponível no solo, sendo este também beneficiado pelo revolvimento feito anteriormente na terra quando da instalação das roças (o que estimula a brotação destas plantas devido à disponibilização de maior quantidade de oxigênio, luz e temperaturas adequadas), compreende-se o porquê das reclamações dos agricultores. O que parece mais incrível ainda é que esta restrição (em termos da altura máxima permitida para corte da vegetação) vale para todo o território nacional. Quer dizer, os parâmetros adotados para o manejo e corte da capoeira serão os mesmos tanto no caso da Floresta Amazônica e da Mata Atlântica, como para a vegetação que cresce no Cerrado nordestino ou no Pampa gaúcho. Como se sabe, devido às condições ecológicas particulares destes dois últimos biomas, a taxa de crescimento da vegetação nestes locais é muito inferior se comparada aos demais ecossistemas tropical e subtropical citados.

Na verdade, esta situação mostra, de forma exemplar, uma das várias faces contraditórias contidas na legislação ambiental, as quais, mesmo se modificadas, não poderão jamais apagar as inúmeras arbitrariedades já cometidas nestes anos todos para com os agricultores e as demais populações que habitam os agro-eco-sistemas em todo o país. Além disso, muitas vezes, ao invés de favorecer ou mesmo incentivar aqueles que de algum modo preservaram suas áreas de capoeira e de floresta (seja porque motivo for), a introdução das restrições legais (totalmente inadequadas do ponto de vista da realidade ecológica local) ao uso das áreas de roça cuja vegetação supera os três metros de altura, acaba fazendo com que muitos agricultores não

permitam mais um crescimento acentuado da vegetação de capoeira nas suas terras. Sobre isto, o relato deste horticultor entrevistado ilustra bem a situação paradoxal criada pela limitação do uso da capoeira com base apenas em um número hermético e estabelecido sem a necessária atenção para as diversidades regionais:

(Com isso alterou em alguma coisa a maneira do senhor usar a terra?). Não, na minha não porque eu digo assim, na minha maneira de ver não é porque hoje o vale do Maquiné é verde, não é porque a Fepam ou o IBAMA ou alguém que veio proibir de cortar. Porque se fosse esse esquema ninguém tinha parado de derrubar. E o que tá acontecendo, tem um cidadão aí de Três Cacheiras, que ele faz 10 anos que o cara de dois em dois anos passa a foice ou veneno numa área de terra. Faz já dez anos e ainda não plantou nada, só prá não deixar crescer. Quer dizer, o povo, se não tivesse entrado as máquinas, que vieram mecanizar para viver melhor na várzea, nós taría plantando no morro do mesmo jeito, como tem famílias plantando. Tem muitas família plantando ainda no morro. Então o que que acontece, eles não deixam mais crescer o mato, plantando ou não plantando. Então é Roundap e mais Roundap prá não deixar crescer nada, prá poder usar depois, isso não devia acontecer.

Como se vê, este é um pequeno exemplo de como as proibições instaladas a partir da institucionalização da problemática ambiental, além se mostrarem relativamente contraproducentes até mesmo no que tange ao cumprimento de seus objetivos iniciais, foram impostas, muitas vezes, de uma forma inadequada (pois os instrumentos de ação estiveram sempre baseados somente na atuação restrita dos fiscais locais). Com isso, não foram consideradas as possíveis implicações referentes às particularidades do próprio ecossistema local (como é o caso da dinâmica sucessional da vegetação que cresce na região) e os conhecimentos, objetivados nas práticas dos agricultores, já preexistentes sobre a capoeira. Em outras palavras, existe, neste caso, como em muitos outros, uma clara e visível inadequação entre as determinações legais sobre como deve ser o manejo da capoeira e as situações e condições concretas já anterior e previamente colocadas aos agricultores.

Obviamente, os agentes sociais (tanto agricultores como mediadores) presentes no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, encontram-se atentos a isto tudo, como mostra o relato deste bananicultor entrevistado:

(Vocês aqui nunca tiveram esse problema de cortar capoeira?) Essa é uma boa pergunta que tu fizeste, porque eu particularmente sou contra esse negócio de certos desmatamento, de derrubar figueira e essas coisa. Porque quando eu cheguei aqui isso aqui tinha muito capoeirão, capoeira assim alto, altura dessas árvore assim ó, aqui prá baixo tinha bastante maricazal e eu fui devastando tudo, fui devastando prá plantar, prá usá. Porque hoje em dia eu tô de acordo com esse negócio de não desmatar, mas tem muito colono aí, a tua opinião eu não sei mas agora a minha é essa, qué dizer, esse negócio de não poder derrubar uma árvore

tem que vê primeiro o que que o cara vai fazer, porque tem muito cara que vai lá derrubar uma árvore sei lá prá que. Mas acontece que quando a pessoa, um colono, vai fazer uma roça como ele tá acostumado desde guri, a fazer isso desde de criança, a derrubar um pedaço de mato, capoeirão, sei lá, já não falo em mato virgem, vamo deixar fora que não deve se mexê, mas uma capoeira prá fazê uma roça prá planta, sei lá, o governo devia de dá um jeito. Tá muito supérfluo essa fiscalização, tinha que ser assim mais amiúdo, o pessoal vim ver o que que tu vai fazer, onde tu vai fazer, não é? então tu faiz numa área assim, não só pensar em multar os coitado dos colonos. Claro que se tu deixa por conta o colono vai rapá tudo, aí não fica mais árvore, daí não dá também. Mas vâmo virá a moeda, certamente o teu superior tá dizendo assim, ó: ‘não pode desmatar’, mas só que não é bem assim, não pode ser também assim ao pé da letra.

Além do mais, o fato desta regulamentação ser válida para todo o território nacional, desconsiderando, portanto, a existência de inumeráveis e diversos tipos de ecossistemas, de espaços sociais e de condições econômicas e culturais dos agentes envolvidos, de certa forma vem legitimar algumas reivindicações destes agentes. Isto, porque, ao contrário do que muitos poderiam pensar, grande parte dos agricultores e mediadores percebem as enormes diferenças em termos de potencial de crescimento da vegetação entre estas regiões; do mesmo modo, estão também atentos para as contradições contidas na legislação atual; e, por fim, percebem o “tratamento diferenciado” de que são vítimas e que é dado pelos órgãos fiscalizadores, em comparação a outras situações, outros lugares, outros ecossistemas, outras paisagens e outros espaços ecológicos e sociais existentes. Um exemplo do nível de compreensão destas situações pode ser percebido pelo leitor na argumentação precisa levada a cabo por este horticultor entrevistado:

(O que tu acha dessas proibição de desmatar?) Deviam proibir aqui, mas deviam proibir também em outros lugar que não tem mato, devia levar muda e plantá ou ser obrigado a plantá. Se a gente vai ver o Rio Grande do Sul, se podia levar umas mudas daqui e plantar ou ser obrigado. Eu conheço aí em São Francisco cara que tem fazenda com 1000 hectares e não tem acho que 10 pés de outra árvore, tem Pinus. Esse cara devia, por exemplo, se o cara tem 1000 hectares de pasto, tu tem que plantar uns 200 de árvore. Na Free Way tu vê algum pé de árvore nativa? Só uns galhos de maricá, que aquilo ali que também é proibido cortar. Tu só vê um que outro pé de eucalipto que não é nativo, né, então alguma área disso ali eles deviam plantar o mato. Prá ter a moral de proibir aqui eles deviam obriga a plantar mato nesses lugar um pouquinho também. Claro que ainda não é nada esses 14 ha, nem os 1000 ha, mas prá ter a moral de vir aqui proibir devia ser feito isso.

Estas reivindicações, na verdade bastante relevantes e compreensíveis, foram também exteriorizadas por outro horticultor-mediador, o qual talvez tenha uma posição muito próxima de certas propostas exteriorizadas por alguns ambientalistas que atuam hoje no Estado:

(Olhando assim, como o senhor vê essas restrições?) Então a minha sugestão é essa, que a gente possa usufruir. O rapaz ali me disse, como é que é o nome dele, J. A.? Ele diz: ‘não, tu pode usar, 30 %, tu pode usar’. Mas aí e se eu tenho que plantar, mas e se o meu morro é todinho coberto, não vem capoeirinha, só tem capoeirão? Agora, importante prá nós, eu quero deixar bem claro assim, pega isso em casa e analisa já que tu tá fazendo uma matéria do que eu quero te dizer. A mata é no meu conhecimento ela é importante, agora, se nós tiver uma massa de árvore que nem uma metade do Rio Grande do Sul! Porque então prá mim, o mato prá mim, ele opera na atmosfera nossa se nós tivesse uma situação, como era uma batalha minha, de reflorestá todo os morro em 30%,. Nós temo muita muda na Estação [da Fepagro] de mata virgem, de louro, eles não têm tudo ainda mas, enfim, o que tem no nosso mato aqui? Tem louro, cedro, canela, caju, canela-amarela, canela-preta, canjerana, tem imbirá-vermelha, tem açoita-cavalo, tem cambotá, tudo madeira de ótima qualidade. (...) tinha que plantá isso, em todo o Rio Grande do Sul nós tinha que reservá uns 30%, 20%,. Claro que depende também da propriedade prá bota esse tipo de árvore. Até tem um cidadão aqui de Osório, ele me contrariô porque ele dizia que tem regiões do Estado que esse tipo de árvore não cresce, mas lá naquela área deve de tê um outro tipo, porque tu pode ver, a canela-preta da serra já não é a mesma canela-preta nossa daqui. Então eu vou plantar lá aquela que se adapta lá. Agora, não plantá pinos. Pinos prá mim, não é que digo que sou contra, mas é a pior planta que nós podemos botá na terra, porque num mato de pinus não entra nem passarinho, não tem nada lá dentro, então a minha briga, eu concordo e tô de acordo que nós temo que cuidá de não derrubá mais uma árvore de mata virgem a não ser por necessidade, daí sim tem que podê, porque daí é prá usufruí.

Como será visto logo a seguir, o que mais parece contrariar os agricultores, quando das ingerências postas pela legislação ambiental é o fato de que, muitas vezes, ela não permite que estes agricultores possam “usufruir” daquilo que, até bem pouco tempo, estava, teoricamente, à sua total disposição. Isto, porque os impedimentos legais em relação aos “usos” possíveis dos elementos não-humanos que se encontram nas terras dos agricultores (principalmente no caso daqueles mais vinculados ao modo de vida *tradicional-colonial*) acabam por entrar em choque com toda uma concepção de mundo e de relação homem-natureza que foi historicamente por eles construída ao longo do tempo.

Outro exemplo que dá o tom diferenciado às possibilidades de acesso às discussões sobre a problemática ambiental é o caso da formação de certos conflitos decorrentes da condição jurídica da terra em relação aos agricultores. Sobre esta questão, de um modo geral, pode-se dizer que boa parte dos agricultores da região não possuem a titularidade da propriedade dos seus estabelecimentos devidamente inventariada, predominando apenas o uso através da posse (mesmo que esta “posse” tenha já uma história de mais de cem anos). A isto, soma-se ainda todo o histórico “nebuloso” que envolve a aquisição de terras em todo o Estado do Rio Grande do Sul

e, particularmente, no caso do Litoral Norte. Sobre esta situação, Palombini et. alli (1999, p.53) ressaltam:

Historiar a propriedade das terras litorâneas do Rio Grande do Sul (...) é tarefa das mais intrincadas. Talvez nunca venha a ser feita. A maior parte dos títulos antigos desapareceram, muitas das transferências eram só verbais. Inúmeras tomadas de posse houve sem qualquer documento. Grilagens e fraudes também não faltaram, deixando confusos os estudiosos.<sup>233</sup>

Esta característica em relação à condição jurídica da terra é de suma importância pois, segundo o Código Florestal Brasileiro, para se requisitar a extração de madeira, derrubada de árvores e manejo de certas áreas da floresta ou mesmo da capoeira (para extração da samambaia, por exemplo), é preciso que isto seja feito pelo proprietário legal da terra. Sobre isso, vale relembrar o que recém foi colocado pelo representante local da SEMA: *“prá ter licença tinha que estar numa área não muito inclinada, a capoeira não podia ser maior que três metros e não podia ser na beira de rio e tinha que ter a escritura da terra. E quem não tinha isso, e no início ela veio dura porque a lei foi feita de cima prá baixo, não ganhava licença.”*

Apesar do fato de, em boa parte dos casos, este caráter “irregular” poder ser revertido, pois muitos agricultores possuem teoricamente condições de regularizar seus lotes, a relativa “burocracia” envolvida neste processo contribui negativamente para que isto ocorra<sup>234</sup>. Além do mais, constatou-se durante as entrevistas e conversas com a população local que, na maioria das vezes, tanto mediadores como agricultores ignoram muitas das possibilidades de uso previstas na legislação. Sobre isto Gerhardt et alli (2001, p.41) constataram que há um total *“desconhecimento da legislação ambiental tanto por parte dos agricultores como por parte dos mediadores e entidades locais. Isto é um fator limitante para proposições de sistemas alternativos de manejo das encostas e da mata ciliar.”* Esta situação, ao combinar-se com a relativa indefinição que normalmente os agricultores possuem no que se refere à existência de diferentes instituições governamentais e não-

---

<sup>233</sup> Sobre o processo histórico de concessão e venda de terras no Estado, ver interessante estudo feito por Kliemann (1986), onde a autora esclarece de forma muito clara e objetiva as diversas contradições, fraudes e relações de poder que marcaram esta pretensa “reforma agrária” ocorrida durante o século XIX e princípios do século XX.

<sup>234</sup> Para uma análise mais aprofundada das questões relativas à legislação ambiental e seus desdobramentos, ver Moraes (2000), o qual faz uma interessante interpretação dos processos e leis contidas no Código Florestal Brasileiro.

governamentais nos agro-eco-sistemas, bem como o tipo de atuação destes órgãos e as diferentes responsabilidades que cabem a cada um deles, funciona como mais um elemento gerador de perturbação. Veja-se o exemplo deste horticultor-mediador entrevistado:

Porque, se eu tenho uma rica de uma mangueira no meu mato e não posso cortar, então esse rapaiz da Anama diz: ‘não, mas tu pode cortar’, e eu digo: ‘mas claro que eu posso cortar, só que agora com essa nova lei, tu vai lá me mede a madeira prá eu cortar. Mas tu vai ganhar alguma coisa. Em Tramandaí prá o rapaz do IBAMA me dá licença, ele também qué ganhá alguma coisa, quer dizer, o cara da serraria não tem mais licença, ele tem que pagá. Quer dizer, lá na ponta da corda o nó é maior, não vale a pena mais eu cortar, mas por que vocês são funcionário de quem então? Prá vocês funcionar vocês são pago pelo Estado, entende, então vai lá de graça prá mim proteger. E eu vou cortar, só cortar aquilo que eu preciso, não vou estragar a madeira, não vou cortar prá vender ou prá botar fora. E então, o que que vai acontecer daí?’

Assim, Fepam, IBAMA, Defap, IBDF, DRNR, Patram, Emater, Prefeitura Municipal, Fepagro, SEMA, Anama, Comitê da Bacia do Rio Tramandaí ou mesmo o próprio Ministério Público (em Osório existe um procurador do Estado encarregado de tratar dos processos relacionados ao meio ambiente), todos estes órgãos, entidades e organizações surgem tentando, dentro da sua área de abrangência, impor um determinado tipo de “discurso competente” sobre a problemática ambiental para os agricultores. Entretanto, o relato acima deixa claro que, devido a esta sobreposição de “competências” na atuação destas instituições, muitas vezes, os agricultores têm dificuldades de distinguir entre o trabalho de uma ONG e a incumbência do Estado ou do município, como estes órgãos funcionam e a quem os agentes ligados à preservação ambiental estão vinculados e de quem recebem suas remunerações. Na verdade, o próprio pesquisador teve que requisitar a ajuda de um amigo que trabalha junto à SEMA para que fossem esclarecidas certas dúvidas, as quais, diga-se de passagem, iam desde saber qual é a competência de cada um destes órgãos, o que aconteceu com eles no decorrer do tempo (resultando, por exemplo, em uma eventual modificação da própria sigla que os identificava), até mesmo qual o significado exato desta micelânea de siglas.

De outra parte, também a possibilidade do agricultor de ter acesso legal ao uso dos recursos disponíveis nas suas propriedades através de uma liberação efetuada pelos órgãos competentes é algo muito difícil de ser conseguido. Sobre isto, é



interessante o depoimento deste agricultor-mediador a uma coluna do jornal Folha de Maquiné aberta à população:

Dizem que podemos aproveitá-las, desde que seja de maneira legal, tirando licença. Só que a lei é tão exigente e complicada, que aqueles que tentaram, desistiram no meio do caminho. Já fazem difícil com propósito de desestimular. Um agrônomo que tem um sítio por aqui, me contou que tinha dois maricás e uma grandiuva atrapalhando o seu caminho. Com medo de um informante que costuma denunciar quem corta árvores, foi a Tramandaí procurar a lei. Pagou uma taxa de 18 reais para poder cortar três pequenas árvores, só que não lhe deram a licença no mesmo dia porque teriam que consultar se estas árvores não estariam em extinção. Parece até que a lei está brincando com as pessoas (Coluna Opinião, Jornal Folha de Maquiné, março de 2001).

Pode-se imaginar, portanto, as dificuldades para alguns agricultores que nunca ou pouquíssimas vezes ultrapassaram os limites físicos do município de Maquiné e que permanecem quase que cem por cento do tempo nas localidades onde nasceram, de empreender tanto a regularização da terra em que vivem, como também acessar informações a respeito das leis que regulamentam o uso dos recursos disponíveis nas suas propriedades. Neste particular, a respeito do que se chamou aqui de “recursos”, um exercício interessante teria sido o pesquisador voltar à região novamente para perguntar aos entrevistados o que significam, para eles, por exemplo, certos conceitos previstos no Código Estadual do Meio Ambiente (2001), tais como: “recurso natural”; “recursos ambientais”; “recurso renovável”; “recurso não-renovável”; “recurso mineral”; ou ainda o significado da própria expressão “recurso”<sup>235</sup>. Visto dessa maneira, a pergunta que fica é: quais as chances de um agricultor próximo ao modo de vida *tradicional-colonial* ou de um samambaieiro, que, pela condição em que se encontram, têm um acesso muito limitado às informações mais gerais sobre os seus direitos em relação ao uso dos recursos disponíveis nas suas propriedades, de poderem ingressar neste mundo muito particular do “direito ambiental”? Ou mesmo de regularizarem perante a lei a propriedade da terra em que vivem? Se, para um cidadão de classe média, morador de uma cidade como Porto Alegre, já é complicado entender certos “direitos” e “deveres”, trâmites judiciais ou mesmo requerer a abertura de um processo qualquer, imagine para estas pessoas (que, em um certo sentido, encontram-se tão

---

<sup>235</sup> Para aqueles que, como a maior parte dos agricultores e mediadores, também desconhecem tais conceitos, é interessante realizar uma consulta ao Código Estadual do Meio Ambiente (2000, p.19).

marginalizadas em termos de acesso às “liberdades democráticas” quanto certos indivíduos que perambulam pelas ruas e pelo asfalto das “cidades grandes” de hoje).

De fato, esta situação indica como estes agentes se encontram subjugados perante o mecanismo de dominação estabelecido pelo poder concedido aos técnicos (através do conhecimento que estes últimos detêm sobre os aspectos jurídicos da legislação vigente) que lidam com a questão da preservação ambiental. Em outras palavras, como os agricultores, na maioria dos casos, possuem pouco conhecimento de como funcionam as leis ambientais impostas a partir das disputas ocorridas no *campo ambiental*, estes não terão as mesmas condições de parlamentar e de colocar seus argumentos em uma discussão, por exemplo, com um técnico encarregado de fiscalizar o cumprimento das normas estabelecidas. Enfim, a habilidade de se defender, disponível à grande maioria dos agricultores nos agro-eco-sistemas, não pode ser comparada com a capacidade de argumentação, de acesso à informação e de recursos políticos e econômicos disponíveis, por exemplo, às empresas mineradoras ou aquelas ligadas à exploração de areia, madeira, pesca industrial, etc. (isso sem falar na atuação de grandes corporações nacionais e multinacionais sediadas em locais próximos a muitas áreas de conservação existentes no país). Como não podia deixar de ser, a população local está atenta para tais incongruências, como mostra o relato deste colaborador que escreve para o jornal local:

Maquiné, pela sua mata atlântica possuidora de importantes essências florestais e uma flora, além de bela, muito importante para o equilíbrio ecológico, foi considerada como reserva ecológica, não sendo possível o corte de árvore e plantio em suas encostas. (...) Mas, ao mesmo tempo, não compreendemos como o Governo Federal e o Congresso Nacional aumentaram a área a ser explorada com o corte de árvores. E pior: sabemos que grande parte dos exploradores madeireiros são estrangeiros, são grandes grupos econômicos multinacionais. (...) E mais: existem muito mais pesquisadores estrangeiros na Amazônia do que brasileiros; e o pior, sem autorização, passaporte ou coisa que valha (Coluna do Cabral, Jornal Folha de Maquiné, março de 2001).

Aliado a isto, no caso da regularização da terra, por exemplo, além de envolver a necessidade de dispêndio de uma certa quantia em dinheiro (que, na maioria dos casos, muitos agricultores não dispõem), soma-se o fato de que, durante gerações, não lhes foi nunca, ou quase nunca, requisitada a comprovação legal da propriedade da terra. Considerando todo este contexto, entende-se o comportamento deste samambaieiro-agricultor entrevistado:

Acho que ao menos um pouco, não sendo prá estragar, prá uso, podia liberar pelo menos, né? (Claro, é que na verdade pode, ou não?) Mas aí precisa duma tal de licença, mas aí tem que ter número, mas o terreno nosso não tem escritura, e tem que ter número da escritura. (Isso é uma coisa que o L. tá tentando ajudar) É, o L. falou com o pai. Porque a gente podia serrar uma madeira, aí isso daí já não precisava comprar. Eu acho que a gente que mora aqui podia deixar isso aí.

Apesar do fato deste agricultor-samambaieiro ter conhecimento da necessidade do “número da escritura” para a liberação de certos manejos dentro da sua propriedade, isto se deve somente, porque existe hoje em andamento todo um trabalho de aproximação de certos agentes sociais chegados há pouco tempo à região (ligados a uma ONG que lá trabalha). Por outro lado, ao visitar os vales da bacia do Rio Maquiné, qualquer pessoa verá imediatamente o nível de isolamento a que estas famílias estão sujeitas. Não só em termos geográficos, mas também no que se refere às diferentes percepções de mundo que foram sendo por elas construídas ao longo dos anos. Desta forma, é óbvio que uma simples norma baixada nos gabinetes decisórios do poder instituído não irá chegar facilmente aos ouvidos destes agentes e, se chegar, dificilmente será interpretada como os formuladores de tais leis imaginavam. Ao mesmo tempo, é uma ilusão pensar que se fazendo algumas poucas reuniões junto à comunidade local (com o intuito meramente de comunicar a existência de tais restrições de uso), estar-se-á esclarecendo todas as implicações que as novas imposições ambientais vêm trazer. Além disso, quando se toma conhecimento das inúmeras situações que a legislação ambiental coloca, cujo conteúdo muitas vezes os próprios agentes de preservação não têm condições de dimensionar de uma forma exata todas as possibilidades de interpretação que podem existir (pois estas leis são geralmente recentes e, como consequência, ainda bastante ambíguas e contraditórias), percebe-se as dificuldades que os agricultores terão para se apropriarem de tais normas e dispositivos legais.

De outra parte, embora os agricultores possam ter acesso a meios de comunicação ultra-sofisticados, como é o caso das programações televisivas propiciadas pela disseminação das parabólicas nas suas casas, as informações recebidas chegam de uma forma bastante diferenciada. Além do que, estas informações são apresentadas, na maioria das vezes, de uma forma totalmente

descontextualizada e pouco sintonizada com a realidade objetiva vivida pelos agricultores. Esta preocupação, embora recheada de “preconceitos” em relação aos agricultores mais pobres, foi exteriorizada por um mediador entrevistado:

Eu fico preocupado porque o pessoal não se dá por conta, porque ele olha prá TV e vê que tá acontecendo isso, isso e aquilo com o meio ambiente, mas ele não relaciona aquilo com nós aqui. Hoje o povo aqui não tem essa consciência.. Hoje é muito difícil alguém que não tenha uma televisãozinha em casa, a parabólica hoje se tornou uma coisa assim, um esculacho, objeto de consumo, porque com 400, 300 reais, tu tem uma parabólica em casa, então tu vê casebrezinho na beira do rio com uma parabólica do lado. Não é verdade então que a informação eles têm, mas às vezes a informação, a gama é tão grande de informação, que ele não tá capacitado de dissimular, perceber, ele fica baratinado e daqui a um pouco ele faz uma bobagem.

Talvez, para a maior parte destes agentes, muitas das situações apresentadas nos programas televisivos talvez representem o que Augé (1994) denomina de uma espécie de “não-lugares”, abstrações pouco significativas em que as imagens passadas na tela quase sempre não possibilitam estabelecer uma relação direta com as experiências do dia-a-dia e com os elementos concretos a que estes agentes têm efetivamente acesso<sup>236</sup>. O mesmo pode ser dito em relação ao tipo de linguagem adotada como um todo pelos meios de comunicação de massa. Nas suas programações, são poucas as possibilidades de estabelecer correspondências efetivas entre esse mundo virtual apresentado diariamente e as condições materiais que cotidianamente têm que ser enfrentadas pelos agricultores. Esta situação é particularmente ainda mais problemática em uma situação como a descrita por Seibel Filho (1997, p.96):

Pelo que se constatou, em Maquiné, este tipo de situação se agrava no momento em que a cidade não possui qualquer retransmissora de canal de televisão em nível regional que propicie uma interação de cultura e informações locais, ficando restrita às recepções das antenas parabólicas e mini-parabólicas das Tvs por assinatura (...). Os canais das grandes redes de TV estão localizados, via de regra, no Rio de Janeiro ou em São Paulo e são captadas com facilidade. As retransmissoras de canais estaduais mais próximos (...) possuem um canal muito fraco, não chegando até Maquiné. Desta forma solidifica-se e consolida-se a falta de estrutura em termos de comunicação e a ausência de indústrias culturais na cidade, ficando Maquiné a mercê de todas informações relacionadas com as redes do centro do País e obtendo pouquíssimos detalhes dos fatos referentes ao seu cotidiano, sejam eles locais ou regionais. (...) O prejuízo direto para a população é a falta de informações básicas para o seu

<sup>236</sup> A idéia dos “não-lugares” é usada aqui no sentido construído por Augé (1994, p.93-94), para quem, “*sozinho, mas semelhante aos outros, o usuário do não-lugar está com ele (ou com os poderes que o governam) em relação contratual. (...) O espaço do não-lugar liberta de suas determinações habituais quem nele penetra. Ele não é mais aquilo que faz ou vive.*”

cotidiano, diminuindo com isso a possibilidade de melhor qualidade de vida para a comunidade e o aprimoramento de uma consciência crítica.

Como se verá mais adiante, será exatamente com a chegada de novos agentes sociais que esta situação de pouca disponibilidade de informações locais irá se alterar um pouco. Isto, porque a vinda destas pessoas (e instituições) acarretará, por exemplo, a instalação de um jornal semanal no município, fato que tem contribuído bastante no processo de democratização das discussões envolvendo a problemática ambiental na região<sup>237</sup>. Entretanto, isto não significa que os agricultores e a população local em geral não estejam atentos aos acontecimentos propiciados pela disseminação dos meios de comunicação de massa (processo este que se consolidou apenas há pouco mais de 6 anos com a chegada da luz elétrica a praticamente todas as localidades da região). Como mostra esta entrevista de um antigo agricultor da região (hoje já falecido) concedida alguns anos atrás (quando, diga-se de passagem, devia haver um número muito inferior de antenas parabólicas), à Rosa (1997):

Tu sabe que aqui é considerado a cidade das parabólica, sabia. Há pouco tempo tinha 300 parabólica, então agora acho que passa de 2000 parabólica. E isso é porque nós pegamos mal com a antena comum. E é aquele negócio, antena parabólica tu pega uma carga de verdura assim e compra. Tu pode ver uma casinha, por pobrezinha que pareça, tem a parabólica na casa. E os vendedores tão por aí também. Então tornou-se a cidade das parabólica, acho que não tem 10% que não tem parabólica, uns 90% deve ter.

Neste sentido, é interessante também apresentar novamente uma avaliação, já citada aqui anteriormente, feita pelos agricultores de uma localidade da região durante um “diagnóstico rápido-participativo” efetuado pelos órgãos de extensão local:

(...) e das crises ocorridas no município então o pessoal botou, de 1920 a 1936 ataque de gafanhoto; 1940, de novo ataque de gafanhotos; em 50, seca na região; em 60, início do êxodo rural na Barra do Ouro; 62, enchente; em 70, crise da banana caturra; 70, êxodo rural em Maquiné; de 70 em diante poluição dos rios; de 70 em diante assoreamento do rio Maquiné; antena parabólica; uso de agrotóxico, em 80, o lixo tóxico, e assim por diante.

Muito provavelmente, não é mera coincidência o fato das “antenas-parabólicas” serem lembradas juntamente com “agrotóxicos”, “lixo tóxico”, “assoreamento do Rio Maquiné” e não como uma “melhoria”. Mesmo que os

agricultores possam achar que a existência da televisão seja um avanço em relação à qualidade de vida de que dispõem, inconscientemente isto, por vezes, parece ser posto sobre suspeição, como colocou este agricultor entrevistado ligado à produção agroecológica:

Isso de veneno não tinha antes, e lixo caseiro também, problema de esgoto que dá. (Aqui na cidade ou em todo Maquiné?) Na cidade e em todo Maquiné, a falta de consciência, mesmo na escola, a falta de uma matéria que ensine pros alunos. (Sim, tu acha que esses são os problemas mais ruins assim aqui em Maquiné?) Sim, a degradação do solo e a poluição da água. (E como veio esses problemas?) Antes não havia o despejo, mas é que os sanitários eram patentes, buracos cavados e eram sabões neutros, caseiros que não contaminavam, não tinha Qboa, Omo, essas coisas não tinha. Daí começou a chegar esses detergentes, muita propaganda na televisão. A tevê é a principal culpada dessa história, fazia muita propaganda e influenciava muito as pessoas a usarem essas coisas.

Soma-se a isto o fato de muitos mediadores e agricultores terem acesso (pelos meios mais diversos, o que inclui, por exemplo, o noticiário televisivo e do rádio) à informações e imagens descontextualizadas onde regiões como a Amazônia, por exemplo, aparecem com suas florestas sendo amplamente devastadas (e queimadas) por grandes proprietários de terras ou empresas multinacionais.

Sob este ponto de vista, poder-se-ia indagar como um agricultor, vivendo sua vida pacata e simples nos “fundões” de um dos vales que formam a bacia do Rio Maquiné, e tendo pouco contato com alguém sobre as “grandes questões globais”, deve reagir quando vê através das suas parabólicas as inúmeras “atrocidades” cometidas em larga escala sobre as florestas, os mares e as praias em todo o mundo? Qual tipo de reação espera-se ao perceber que ele, um pequeno agricultor dono de alguns poucos hectares de mato, é colocado no mesmo patamar de ilegalidade que uma grande empresa petrolífera, uma multinacional exportadora de madeira da Amazônia ou um latifundiário que desmata e queima, às vezes, dezenas de milhares de hectares da sua propriedade? Enfim, o que esperar de um agricultor, que sofre cotidianamente sérias restrições e pressões de todo o tipo para que não desmate, não queime, enfim, não “agrida” o meio ambiente, quando este assiste, de tempos em tempos, as leis e normas ambientais serem amplamente desrespeitadas por indivíduos e instituições em situação econômica incomparavelmente mais favorável do que a dele? Ainda mais que, no caso da Amazônia, por exemplo, existe todo um marketing

---

<sup>237</sup> Sobre isso, algumas reportagens da Folha de Maquiné encontram-se reproduzidas nos Anexos.

feito pela imprensa nacional (e também internacional) e que procura “vender” a imagem deste ecossistema como uma espécie de “bem maior” da nação.

Evidentemente, isso só pode gerar um sentimento de indignação. Ainda mais que estas informações chegam e são postas, na maioria das vezes, de uma forma completamente descontextualizada e sem a devida separação do que representam em termos do grau de responsabilidade de cada um para com os processos ecológicos como um todo. Assim, aos olhos dos agricultores (e de muitos mediadores mais antigos) a derrubada de algumas poucas árvores da terra em que viveram seus antepassados, aparece sendo comparada, por exemplo, com milhões de metros cúbicos de lenha extraídos anualmente das florestas nacionais por empresas muitas vezes irregulares e clandestinas. Sobre isto, é significativo o relato de um mediador ligado à representação sindical da região:

(Em relação aos problemas ambientais mais gerais a tua opinião?) Nós assistimos na televisão todos os dias navios derramando milhares de toneladas de petróleo e óleo e outras coisas no mar, e isso parece que se resolve de uma maneira simples, que o pessoal não dá muita bola. Ao passo que quando nós vimos uma pequena queimada ou um pequeno foco aqui na região de Maquiné, hoje nós temos uma região quase que totalmente coberta por mata e o agricultor tá ali colocando uma pequena rocinha, plantando, botando fogo prá queimar, uma primeira queimada prá ter as suas subsistência e da sua família, aí se faz uma alarde tão grande em cima daquilo e prá mim significa muito pouco em função daquilo que nós vemos na tevê, queimando muitas vezes matas inteiras que dizem que é prá preservá. Daí botam culpa nos caminhoneiros que passam na beira da estrada e que atiram o toco de cigarro. Mas prá mim isso não é assim, isso é uma inverdade, acho que são coisas feitas propositadamente, o que eu vejo é o seguinte: os grandes continuam fazendo, continuam fazendo o que eles querem, agora, os pequenos têm todas as outras dificuldades e muitas vezes uma pequena coisa que ele depende prá sua sobrevivência.

E ainda de outro mediador técnico entrevistado:

(Bom, vamo falar sobre os problemas mais gerais assim, uma opinião geral sobre esses problemas ambientais mais globais, tu tem uma idéia sobre esses problemas?) A gente conhece né, todo dia ta dando na televisão e jornal. (E tu acha que isto tá ligado com os problemas daqui?) Aqui é tão pequeninho, Maquiné. O problema é que quem é o maior poluidor é os EUA, aqueles países da Europa, EUA, etc. Tão lá agora, eu vi ontem, antontem, que passou na televisão né?, o presidente Bush autorizando prá aumentar as fontes de energia, autorizando o uso de carvão que é altamente poluente. Então os caras falam tanto lá né, do Brasil, do terceiro Mundo, outros países lá que tão poluindo, mas pô, e eles lá né? (É verdade) Cara, e aqui que tem as queimadas na Amazônia que tu vê essas barbaridade aparecendo por lá, mas tu pega esses grandes países aí bancando né? e diz ‘olha, nós só emprestamos dinheiro pro Brasil se não houver desmatamento’. Mas eles tão fazendo coisas terríveis lá também, então Maquiné aqui em termos de camada de Ozônio acho que nós tâmo bem né?

Ampliando a discussão sobre esta diferença de percepção entre a “realidade local” e a “realidade global” pelos agentes sociais do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, é interessante também colocar uma outra comprovação feita pelo proprietário do único meio de comunicação local:

A cidade vive praticamente à margem de qualquer notícia local e regional (...). Por um lado, quase como um contra-senso, Maquiné tem informações privilegiadas do resto do país e até do mundo, e convive com bens culturais vindos de fora devido ao grande número de antenas parabólicas e mini-parabólicas existentes (...). Neste município, assiste-se com detalhes, por exemplo, à briga dos camelôs com fiscais da Prefeitura nas ruas do Rio de Janeiro ou às obras que estão atrapalhando o trânsito na avenida Paulista, em São Paulo [e, é claro, também reportagens sobre desastres ecológicos como derramamentos de petróleo, devastação das Florestas Mundiais, etc.]. Entretanto, a grande maioria dos moradores de Maquiné não sabe o que acontece em Barra do Ouro, seu distrito maior e mais próximo, com quase três mil habitantes, tem dúvidas quanto à data para matrícula nas escolas estaduais, sobre o dia da vacinação infantil (...). Ou seja, Maquiné vive uma realidade cultural baseada em uma referência comunicacional massiva vinda de outros municípios, regiões, estados e até países (Seibel Filho, 1997, p.16-17).

É fácil perceber que existe uma distância muito grande entre o “mundo real” dos agentes sociais locais, com seus problemas aparentemente “pequenos” e “restritos”, e as “grandes questões” virtuais apresentadas pelos meios de comunicação de massa disponíveis. A consequência mais imediata é que a conexão entre estes dois mundos fica prejudicada, fazendo com que agricultores e mediadores acabem não estabelecendo uma relação direta entre os problemas ambientais apresentados nestes canais de comunicação e as suas práticas cotidianas. Além disso, ao se considerar a rígida ética que rege normalmente os comportamentos destes agricultores (em que o “trabalho honesto” e o “respeito às leis” são muitas vezes qualidades bastante exaltadas), pode-se compreender, em parte, muitas das suas reivindicações com relação às restrições que lhes são impostas. Ao invés de valorizar o fato dos agricultores terem mantido, durante mais de 100 anos, um sistema que impediu a utilização meramente econômica da floresta em que viviam (embora tenha havido efetivamente um processo de depredação ambiental), o que ocorre é justamente o contrário, a condenação sumária de suas práticas e formas de manejo. O que, em última instância, representa também, mesmo que indiretamente, uma espécie de condenação e invalidação de toda uma forma de organização social e cultural.



Finalmente, o que se percebe é que novamente este processo se mostra análogo ao período de maior força da “revolução verde”. Ou seja, tal qual os pacotes de financiamentos para a agricultura durante os anos 1970, a possibilidade de uso da terra ficou, a partir de um certo momento, atrelada a uma espécie de “pacote jurídico-ambiental”. Agora, este conjunto de pré-requisitos desenhados nos laboratórios pensantes das instituições ligadas às questões do meio ambiente (as quais, provavelmente, representam hoje as correntes dominantes dentro do *campo ambiental*), se não forem seguidos à risca pelos agricultores, reverterão imediatamente na possibilidade de autuação pelos órgãos fiscalizadores. Em uma analogia com o auge da modernização da agricultura, poder-se-ia dizer que isto equivaleria, por exemplo, às restrições impostas aos agricultores para que estes recebessem recursos dos bancos destinados a financiar os seus sistemas de cultivo e criação (são conhecidas as condições que eram então exigidas aos agricultores, como por exemplo, plantar somente as espécies vegetais eleitas pelo governo de então como “exportáveis” ou ainda utilizar uma quantidade “n” de fertilizantes e agrotóxicos indicadas previamente pelos técnicos)<sup>238</sup>. No caso do novo “pacote verde” dos últimos 10 a 15 anos, também foram estabelecidas certas “restrições”, novamente levadas a cabo indiscriminadamente e sem considerar minimamente a variabilidade de situações possíveis que poderiam se apresentar.

Do mesmo modo que a modernização da agricultura foi imposta “de cima para baixo”, as leis ambientais (e os valores culturais vinculados a elas) também se mostraram, principalmente para os agricultores em piores condições sociais e econômicas, totalmente arbitrárias (porque estes agentes não foram ao menos convidados a participar de um debate que, sem dúvida, lhes dizia respeito), reducionistas (porque restringiram os agricultores a um tipo único e sem passado) e pouco flexíveis (porque não deram conta da ampla variabilidade de situações que caracterizam as relações entre humanos e não-humanos). Enfim, para que os

---

<sup>238</sup> É vasta a bibliografia já produzida sobre a discriminação que se deu nos anos 1970 em termos de distribuição qualitativa e quantitativa de recursos do poder público para os agricultores. Um exemplo, no entanto, aqui usado apenas com intuito ilustrativo, é apresentado por Graziano Neto (1982, p.47): “As deformações ocorrem também ao nível das atividades agropecuárias ou dos produtos. O uso de fertilizantes, por exemplo, é concentrado nas culturas voltadas ao mercado externo; em 1977, apenas 3 culturas - café, cana-de-açúcar e soja - consumiram 46% do total de fertilizantes utilizados no país, em que pesem representarem 23,9% da área colhida com culturas no país.”

agricultores continuassem produzindo em suas terras, estes teriam agora que cumprir certos requisitos (como foi no caso da obtenção do crédito agrícola na década de 1970), sendo que estas (pré)condições legais não consideraram a incontável diversidade sociocultural, econômica, ecológica, fundiária, etc., existente nos agro-eco-sistemas do país como um todo.

### ***7.5 A subjetividade dos modos de vida frente à problemática ambiental: um ponto de vista sobre os discursos dos agricultores***

De manhãzinha quando o galo canta; eu me levanto para ir prá roça; enxada no ombro, vou lá pro café; deixo Rosinha cuidando da choça. Vou capinar aquele mato ruim; que tá matando a minha lavoura (...). Enquanto a enxada vai partindo o mato e o suor escorre do meu rosto; bem baixinho, mas com devoção, eu vou rezando a minha oração.

Maria do Céu.<sup>239</sup>

Não obstante as situações objetivas retratadas no item anterior, e que estão efetivamente sendo colocadas aos agricultores, não serão somente as condições ecológico-geográficas ou jurídicas que estarão atuando na forma de organização dos seus sistemas produtivos e na maneira destes agentes responderem às restrições ambientais. O que se quer dizer com isto é que, obviamente, não se pode esquecer que estas diferenças não se resumem somente à situação fundiária dos agricultores, às possibilidades de acesso à informação, aos mercados e recursos naturais existentes, bem como aos fatores físicos a que se encontram expostos. Neste sentido, também outros aspectos vinculados às suas trajetórias sociais, à qualidade das relações entre indivíduos, famílias, vizinhos e mediadores e às condições socioculturais e históricas a que estão imersos estes agentes, são de extrema importância na elaboração dos discursos e na adoção de estratégias de ação. Enfim, como lembra Diegues (1996, p.63), *“torna-se necessário analisar o sistema de representações que indivíduos e grupos fazem do seu ambiente, pois é com base nelas que eles agem sobre o meio ambiente.”* No limite, poder-se-ia dizer que,

embora possa haver uma tendência neste sentido, não será somente porque o agricultor encontra-se vivendo nos vales mais estreitos que ele irá recorrer necessariamente, por exemplo, à extração da samambaia como forma de sobreviver. Ou, ao contrário, mesmo tendo ele uma área disponível de várzea, isto não elimina a possibilidade do agricultor permanecer fortemente ligado ao modo *tradicional-colonial* de produzir. Sobre isto, novamente Diegues (1996, p.64) aponta para o fato de que é evidente que

não é simplesmente a natureza, as limitações geográfico-ambientais que motivam um tipo específico de exploração dos recursos naturais, mas sim as formas com que se configuram as relações sociais, suas racionalidades intencionais, seus objetivos de produção material e social (lucro ‘versus’ subsistência, por exemplo) (Diegues, 1996, p.64).

Sob este ponto de vista, o que se observa no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné é que a grande maioria dos agricultores e mediadores que lá vivem são detentores de condições históricas e socioculturais extremamente peculiares. Conseqüentemente, será justamente da simbiose e do confronto estabelecidos na hibridação e no amálgama formado a partir das visões de mundo construídas ao longo dos anos (cujas interações e interfaces, obviamente, extrapolam os limites locais, ou seja, incluem os processos de geração de conhecimento como um todo) e das condições objetivas do meio onde vivem, que os agricultores irão manifestar certos comportamentos e percepções, por exemplo, sobre o meio ambiente<sup>240</sup>. Enfim, deste processo intrincado e não circunscrito é que estarão sendo construídas as redes de significações que irão compor os “sentidos” expressos cotidianamente pelos agentes.

De um modo geral, ao tomar-se esta perspectiva, pode-se dizer que são duas as direções principais que estão por estruturar, difusa e simultaneamente, o *habitus* dos agentes sociais no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné. Ao mesmo tempo que permanece ainda uma ótica muito voltada para o modo *tradicional-colonial* de vida dos primeiros imigrantes, os agentes acham-se também submetidos, em

<sup>239</sup> Letra extraída de uma das músicas que compunham o disco “Gracias a la vida”, de 1976, do grupo Tarancón.

<sup>240</sup> Sobre este aspecto é interessante a postura assumida por Godelier, que, segundo Diegues (1996, p.64), “rejeita o determinismo ecológico e, quando fala em ‘limitações materiais’, entende os efeitos combinados, hierarquizados e simultâneos de dados da cultura e de dados da natureza.”

diferentes níveis, à introdução de todo um conjunto de novas determinações oriundas do próprio fenômeno de modernização da agricultura brasileira<sup>241</sup>. Processo que, é preciso dizer, não se resume apenas aos agricultores situados em áreas planas, como é o caso dos horticultores ou mesmo dos bananicultores, mas se estende também para os demais, como aqueles normalmente localizados nos vales menores e que permanecem ainda bastante vinculados a pequena produção de feijão e milho e muito dependentes, para se reproduzirem, da produção que visa o autoconsumo ou, como não poderia deixar de ser, também os agricultores que acabaram incorporando a extração da samambaia aos seus sistemas produtivos.

Isto acaba implicando que o estabelecimento de critérios sobre o suprimento e a geração de suas “necessidades sociais” não se dará exclusivamente na relação individual com o outro ou na superação de si próprio, apesar destes elementos também estarem interferindo. Na verdade, para muitos agricultores, a introdução da variável ambiental revela-se por vezes pouco significativa enquanto permanece restrita aos discursos dos órgãos de preservação responsáveis ou mesmo da própria mídia e demais interesses envolvidos. Isto será válido ainda mais quanto mais distantes se encontrarem os agentes das discussões ensejadas a partir do *campo ambiental*, o que normalmente ocorre com as famílias em piores condições econômicas e sociais. Observe-se esta conversa do pesquisador com um samambaieiro entrevistado:

(Tu sabe prá que serve este parque, por que ele existe?) Prá que que ele serve? (A reserva que é do governo?) Naquele tempo de antigamente ele servia só prá isso, prá botar criação. (Tu já ouviu falar duma coisa que aparece na TV de vez em quando, esses problema ambiental, essas coisa que às vezes aparece sobre o meio ambiente, tu já ouviu falar alguma?) Não entendo, nas plantaço tu quer dizer .... (Não, em tudo, esses problema do meio ambiente) (silêncio) (E esses problemas de efeito estufa, camada de ozônio?) ....., ..., eu não sei isso aí não.

---

<sup>241</sup> Neste ponto, é preciso novamente ressaltar, que, ao fazer-se uso das noções *tradicional-colonial* e *produtivista-moderno*, estas expressões não devem ser, de maneira nenhuma, confundidas como se representassem uma identidade definitiva dos agentes aqui analisados, ou seja, de fato, não existe um agricultor que seja eminentemente *tradicional-colonial*, ou outro que incorpore totalmente o ideário *produtivista-moderno*. Ambos os termos representam, portanto, apenas uma opção analítica adotada, neste caso, para explicar os processos aqui colocados em questão. Deste modo, o que se pretendeu realmente com isso, foi mostrar aquilo que permanece nos interstícios destes dois extremos aparentemente inconciliáveis, mas que, entretanto, são perfeitamente compatíveis e se manifestam a

Nesta conversação, aparece claramente a quase “invisibilidade” que a problemática ambiental assume para alguns agricultores no que se refere ao discurso ecológico e ambientalista de caráter mais geral e que hoje já foi, em alguma medida, apropriado pelo senso comum nos grandes centros populacionais. Preservando ainda um modo de vida muito próximo do que seria, talvez, uma mistura entre a percepção “cabocla”, a forma *tradicional* de produzir dos primeiros imigrantes e a necessidade “camponesa” de se comunicar com o exterior (principalmente através dos meios de troca), este samambaieiro, dentro da heterogeneidade que é própria de qualquer agricultor, pouco sabe sobre o que são problemas ambientais (bem entendido, se se for utilizar os parâmetros adotados pelos ambientalistas). Não é que estes agentes não percebam ou não tenham capacidade de compreender que existem certas questões ligadas ao meio ambiente, mas sim que, dos seus pontos de vista, do lugar onde estão colocados (da *situação* em que se encontram), são outras as apreensões relevantes, ou ainda, são outros os olhares que se apresentam para tais questões. Neste caso, muito provavelmente, problema ambiental para eles é uma chuva que não veio, uma enchente que destruiu suas lavouras e, por que não, a regeneração da floresta e a conseqüente diminuição da quantidade de samambaia devido ao crescimento da capoeira. Como um agricultor-samambaieiro mesmo diz:

Qualquer terreno dá dois corte no ano, aí ela se conserva e não diminui. Só o que faz ela diminuir é a capoeira, que se vai virando em capoeirão acontece que nem a nossa terra aqui. Era para nós ter raleado as capoeira, mas não quiseram que nós fizesse e daí é aonde foi diminuindo. Isso aqui ficou bem pouca, tem a samambaia só onde é macega, e toda vez é tirado e sempre tem porque a capoeira é fina, na hora que engrossar termina também.(...) Antes saía mais samambaia, tinha muito, às vez entrava três, quatro puxador, aí saía bastante porque tinha por tudo, porque não tinha quase os capoeirão que tem hoje, aí tudo avançava. Mas agora tá diminuindo por causa dos capoeirão e vai prum ponto que termina, porque onde é macega, com uns 10 anos já vai tá uma capoeira mais grossa, daí vai indo, inté que termina aquilo tudo.

Como se vê, do ponto de vista dos samambaieiros, é justamente o crescimento da capoeira e da floresta que se revela como um “problema ambiental” e não o contrário (como tentam imputar certas correntes preservacionistas “puras” presentes dentro do *campo ambiental*), pois esta recuperação vegetal pode representar, no futuro, a eliminação da principal atividade destes agentes em termos

---

todo o momento de forma conjunta e articulada, por exemplo, até mesmo em uma única frase

de manutenção e reprodução dos seus modos de vida. Veja-se esta conversa de um casal de samambaieiros:

(mulher) Sabe por que tem samambaia? Por causa das roça, faziam roça, daí a pessoa desistia de plantar naquele chão ali, daí ele sabe que só vai dá capoeira baixinha e sabe que vai vir samambaia. (homem) Lá em cima daqueles morro a não ser naquela tira de mato onde é perau, ninguém derrubava. Só aí onde tem um chatão que dava prá botar uma roça prá dois saco de semente de milho. Aí hoje vem a capoeirinha, veio macega e daí criou samambaia. E daí aqui embaixo tinha bastante, às vezes nem iam muito lá em cima, ficava a samambaia lá e se perdia e agora escasseou aqui embaixo e tem que passar mais trabalho e subir lá em cima.

Além disso, ao tomar consciência do que representa em termos de esforço físico e de trabalho carregar 400 molhos de samambaia nas costas, qualquer pessoa verá que o fato dos samambaieiros agora serem obrigados a subirem 300, 500 e as vezes 500 metros morro acima torna-se uma questão efetiva e muito importante para estes agentes. Sobre isto, é interessante o relato de um samambaieiro falando de como é o trabalho com a samambaia:

(Como é que vocês coletam?) Samambaia? (É, como é que funciona a samambaia?) Eu tiro de dedo, tem gente que vem com umas faquinha, quebrando o pezinho delas e vai fazendo os molinho assim e quando tiver os molinho assim, a gente arreja e depois faz uns fardo. às vez da uns 400 molhe, eu carrego 400, 450. Daí faz um feixe, aperta bem com a corda, bota um prá lá e outro prá cá e depois traz nas costas. Depois a gente amarra aqui embaixo né? (E os teus filhos ajudam?) Não, por enquanto não, eles são muito pequeno ainda<sup>242</sup>. (E a tua mulher ajuda?) Ela tira parrelho comigo quase. Daí eu já falei prá ela pagá uma guriuzinha prá cuidar do filho vez que outra prá me ajudá mais. (Vocês trabalham quantos dia?) Mais é uns quatro ou cinco dias por semana.

Mesmo que se possa dizer que esta situação seja válida apenas para o curto prazo (pois, com o tempo, é bem possível que a extração de samambaia, sem a adoção de novos critérios de manejo, irá também acabar se inviabilizando), o fato é que os samambaieiros enfrentam hoje um grande “problema”. Sobre isto é interessante o alerta de um mediador técnico entrevistado:

A extração da samambaia no meu ver é o seguinte. Porque daqui a alguns anos até a samambaia vai terminar por aqui, mas não é porque os caras tiraram a samambaia, é porque a capoeira vai crescer e a samambaia termina por si só. Então isso aí é uma preocupação que tem que ter com estas pessoas, já que daqui a alguns anos nem samambaia vai ter. A menos que se faça um trabalho, um plantio da samambaia, porque com o tempo ela vai terminar, ela

---

proferida por um agente qualquer entrevistado.

<sup>242</sup> Este samambaieiro tem quatro filhos, uma criança de colo e três outros que devem ter em torno de 2, 5 e 6 anos, respectivamente.

não terminaria se continuassem estas derrubadas. (Por causa das clareiras?) Claro, aí tu faz uma derrubada este ano, uma roça de milho lá e tu deixa, tu larga a terra, dentro de dois ou três anos, tu vai lá e tá cheio de samambaia e aí tu vai cortando.

Ou, ainda, a opinião de uma liderança sindical ligada aos trabalhadores rurais da região:

Essa questão da samambaia eu vejo também um lado positivo pro pessoal. Me parece que não há degradação nenhuma lá nas samambaias, o que pode acontecer é acabar ou amanhã ou depois não ter a samambaia em função das matas que elas vão crescendo e vão acabando. Porque a samambaia sombreia muito e então acaba. A própria mata acaba com ela. E eu lembro muito bem quando eu era ainda mais jovem que a gente roçava e também nas queimadas depois elas vinham que nem cabelo, falando na nossa linguagem. Então aquilo prá nós era considerada uma praga, por que ela acabava abafando as plantações que a gente plantava ali, acabava até prejudicando. Então o que eu tenho dito pro pessoal em outras oportunidades, eu digo, olha se nós fizermos roçada e queimada, a samambaia vai continuar vindo.

Aliás, este processo não é visto só pelos agricultores e mediadores mais antigos, mas é reconhecido também pelos técnicos locais que trabalham com a preservação ambiental na região, como é o caso do representante local da SEMA:

(Como é que tu tá vendo essa questão da samambaia?) Bom, a samambaia ambientalmente, a samambaia preta ela vem como uma pioneira na sucessão vegetal de capoeira, em terrenos onde não tem insolação. Então aonde não tem insolação ela vem. Então dentro da mata ela não vem, não é como foi publicado na Zero Hora. Não é um problema, ela vem em solo pobre e tá dentro da sucessão vegetal. O único problema que eu vejo é que pode ter criança trabalhando junto e isso pode ter algum impacto prá criança fora da escola ou até em carregar muito peso.

Como indica este relato, já existe, hoje, por parte das entidades institucionais encarregadas de tratar do assunto, uma certa legitimação de um conhecimento que, entretanto, tem sua origem em um *saber* proveniente muito mais da experiência dos próprios samambaieiros e, não, dos processos de produção e sistematização de conhecimentos considerados como sendo “científicos”<sup>243</sup>.

<sup>243</sup> É preciso, neste momento, alertar o leitor para o fato de que, ao se realçar a validade e a importância de um *saber* local, esta posição nada tem a ver com uma concepção idealizada do conhecimento *tradicional* como algo necessariamente “positivo”. Em outras palavras, o que se quer dizer, é que, sem dúvida, todos os conhecimentos produzidos localmente são “*híbridos, combinando elementos naturais, sociais e técnicos. O conhecimento local, enquanto híbrido, envolve uma heterogeneidade de manifestações que não o reduzem exclusivamente ao conhecimento tradicional*” (Guivant, 1997, p.442). Entretanto, por outro lado, esses conhecimentos, ao serem apropriados pelos agentes melhor situados dentro do *campo ambiental* (e que são, na sua maioria, também participantes do campo técnico-científico), acabam sendo retrabalhados, reformatados e, para usar uma expressão

Na verdade, o problema das condições de trabalho, ressaltado por este mediador, talvez seja o que mais limita a generalização desta espécie de extrativismo. Isto foi levantado igualmente por outra educadora ambiental entrevistada a qual é também integrante de uma ONG que trabalha na região:

(Tu acha que do ponto de vista ambiental não tem problema extrair samambaia?) Eu acho assim, os primeiros problemas são as condições de trabalho, perigo de jararacas, subir os morros, o peso que eles carregam nas costas. Eu tenho aluno meu de 12, 13 anos de idade que sofre de problema de coluna e que não pode nem jogar futebol, ele é daquela família lá que não sei se tu vai entrevistar, mas eu acho que tu deveria. Então tem vários problemas de trabalho. Quanto a questão ambiental vejo aí um grande problema, mas que eu não posso dizer se é nocivo ou não, porque isso é esse estudo que a Anama tá fazendo que vai dizer e não eu. Porém existe esta coisa que é uma coisa que nós estamos comprovando, que a samambaia ela dá em área de capoeira aberta e não para dentro da mata.

Depois de tudo o que estes agricultores-samambaieiros tiveram que passar, sendo obrigados a abandonar todo um modo de produção baseado na agricultura *tradicional-colonial* devido aos processos de modernização, estas famílias terão agora pela frente mais uma dificuldade, só que desta vez decorrente da institucionalização da problemática ambiental nos agro-eco-sistemas. Enfim, na perspectiva dos samambaieiros, são justamente as restrições impostas pela legislação ambiental (o fato de não poderem abrir mais suas roças, por exemplo, e, não se pode esquecer, o fato da comercialização da samambaia ser ainda legalmente proibida)<sup>244</sup> e não o tipo de manejo por eles adotado, que faz com que a samambaia desapareça

---

da autora recém citada, “hibridizados” a tal ponto, que acabam sendo vistos, pela maior parte destes agentes, como provenientes unicamente dos processos de produção do próprio conhecimento técnico-científico. Em síntese, estes conhecimentos híbridos, devido aos processos de dominação exercidos pelos técnicos e cientistas através da legitimidade conferida pelo “discurso competente” e, também, devido as dificuldades de acesso a tais conhecimentos por parte das populações locais que vivem nos agro-eco-sistemas, acabam sendo totalmente desfigurados e utilizados normalmente com um sentido autoritário, ou seja, de um conhecimento que é visto como “superior”. Portanto, ao se apresentar tais conhecimentos como *saberes* locais, o que se pretende é, unicamente, colocar ênfase na destituição desta autoridade autoconcedida pelos técnicos e cientistas quando, eles próprios, e não, por exemplo, os agricultores, falam a estes últimos de “conhecimentos” que são, teoricamente, considerados como sendo “científicos”, e isso, obviamente, sempre prestando atenção para o perigo que se corre de se acabar fazendo apenas uma “apologia” dos *saberes* locais.

<sup>244</sup> Como será visto mais adiante, graças a uma articulação construída pela ONG que trabalha na região entre os samambaieiros, os “puxadores” de samambaia e a SEMA, nos últimos dois anos, houve uma certa flexibilização das leis que impedem a comercialização desta espécie. Entretanto, isto só foi possível devido ao comprometimento da ONG de realizar um estudo que permita a elaboração de um “*plano de manejo florestal sustentado específico para esta espécie*” (Art. 32 da Lei 9.519/92 do Código Florestal Estadual).



das áreas de coleta. Sobre isto, é oportuna a explicação deste agricultor-samambaieiro:

(Hoje em dia vocês trabalham mais com a samambaia?) Samambaia, só que tá ruim porque a gente não foi reservando prá tirar a samambaia né? Porque prá plantar prá vender não tinha como, só pro gasto e aí plantava pro gasto e tirava a samambaia. Aqui no nosso terreno que era capoeira e veio a samambaia, capoeirinha baixinha, até a altura dessa casa tem samambaia ainda na capoeira. Mas agora virô em capoeirão e tá terminando por causa desse capoeirão. Tá diminuindo a samambaia e o mato tá crescendo. Porque antigamente não hortava a terra. Fazia um corte ali na capoeira, plantava o milho, aí colhia o milho e daí onde tinha roça pro outro ano já tem samambaia. Agora não posso mais limpá mais e daí tá diminuindo. E do jeito que saía 15 mil molho aqui do nosso terreno, só do nosso, agora, sai uma quinta parte. (...) (Essa área de vocês de quatro hectares é capoeira?) Daí já é capoeira que nós plantêmo sempre, conservemo ela no ponto prá plantar. Porque tem um outro terreno aqui que tem dois terreninho, esse lado aí tá bem dizer todo em capoeirão, tinha samambaia, mas daí nós não pudemo plantá, daí o capoeirão foi vindo. Agora não dá mais prá tirar samambaia. Não dá porque a capoeira não baixou.

No passado, a diminuição das produtividades alcançadas pelos imigrantes ocorreu devido à intensificação do uso da terra; hoje, a diminuição da samambaia é uma questão de difícil solução. Entretanto, considerando-se ainda esta mesma comparação, se poder-se-ia indagar o que teria acontecido com os agricultores *tradicionais-coloniais* se, por uma contingência da história, os governantes de 50 ou 60 anos atrás, ou mesmo a própria sociedade civil da época, tivessem resolvido, de uma hora para outra, proibir estes agricultores de cultivarem suas terras em nome de uma suposta futura “inviabilidade ecológica” da agricultura de queimada por eles adotada? Qual teria sido o destino destas populações?

Sob este prisma, é fácil perceber que a situação do extrativismo no agro-ecossistema da bacia do Rio Maquiné não se resume a uma questão meramente técnica, ou seja, discutir se o manejo dos samambaieiros é ou não “sustentável” ao longo do tempo. Antes disso, esta questão envolve também discutir a situação real e concreta destas pessoas neste exato momento e não o que seria delas em um lugar distante e intangível como daqui a 50 anos. Se é urgente e necessário pensar que os filhos e netos que ainda virão a existir tenham o direito de se beneficiar das espécies vegetais da Mata Atlântica (como é o caso da samambaia-preta), é preciso também admitir que os pais, filhos e netos que lá vivem nos dias de hoje têm esse mesmo direito, ainda mais quando isto diz respeito à garantia da sua própria sobrevivência. Assim pensando, compreende-se por que a institucionalização da problemática ambiental

atualmente faz com que os samambaieiros tendam a perceber os organismos de preservação como aqueles que têm contribuído no sentido contrário à resolução de uma “crise ecológica” que, para eles, é elementar, qual seja, a inviabilização de uma atividade crucial para a sua própria sobrevivência.

Obviamente, esta situação é válida também para aqueles agricultores que sustentam ainda fortes vínculos com a agricultura *tradicional-colonial* praticada pelos seus antepassados. Para estes agentes, um “problema ambiental” importante tem relação sim com o tipo de agricultura praticada, entretanto, isto não é visto do mesmo modo que para a maioria dos agentes ligados à preservação ambiental. Isto, porque a proibição das queimadas, por exemplo, atua de forma a impossibilitar o tipo de agricultura que eles vinham praticando desde a muito tempo e, com isto, inviabiliza sua permanência na terra que foi de seus pais e avós. Sobre isto, vale a ponderação feita por um agricultor que permanece próximo ao modo de vida *tradicional-colonial*:

(E o que o senhor acha dessas leis?) Eu acho que não devia, eu até disse pro M. esses dias aqui que, que nem no nosso lugar aqui eles deviam de deixar o cara derrubar um pedacinho, não que a gente tá falando, tem gente que não derruba mais nem dando ordem, então eles não podem mais trabalhar direito. Mas se eles deixassem o cara plantar, que nem aqui no nosso lugar, uns 20 quilos de milho cada colono nos morros, era o que chegava. Tu vê, o cara não vai derrubar muita capoeira, então eles deviam de deixar o colono derrubar aquele pedacinho porque se eles não deixam o cara trabalhar um pouquinho aí tem que saí daqui e ir prá cidade, aí não vale a pena do jeito que tá as coisas.

Da mesma forma que para os samambaieiros, é compreensível que estes agricultores tendam a perceber os órgãos ambientalistas não como aliados na resolução de seus “problemas ambientais” (como seria o caso se estes órgãos se engajassem efetivamente na busca da resolução, por exemplo, dos efeitos colaterais da agricultura de queimada). Como se viu no capítulo anterior, é um erro bastante comum dos mediadores sociais pensar que os agricultores não têm a capacidade de perceber as dificuldades trazidas por práticas de manejo inadequadas, ou, ainda, que não estão atentos para as contradições que as discussões em torno da temática ambiental os obriga a enfrentar. Veja esta postura de um outro agricultor próximo ao modo de vida *tradicional-colonial* entrevistado:

Então eu acho que o meio ambiente prá mim, na minha visão é essa, eu sô um bicho aqui do mato, se eu me colocar no lugar que eu tô. Então a minha visão é essa, que nós precisamos cuidá em dispoluí, procurá não poluir mais o que tem, acautelá com todo tipo de veneno, alguma coisa que precisa estuda ainda, que se usa um pouco mas se usa, vê como usar ou quando usar, onde usar, entende? E não jogá vasilhame nenhum em barranca de rio nem na rua, porque os meus aqui tão atendendo e a grande parte do povo tinha de atendê isso daí.

Este tipo de postura “ecologicamente correta” foi também exteriorizada por um casal de samambaieiros entrevistados. Na verdade, estes agentes possuem uma visão bastante lúcida a respeito de certos problemas ambientais contemporâneos, como é a questão da produção descontrolada de lixo e resíduos industriais devido ao tipo de modelo de desenvolvimento adotado pela sociedade de consumo de massa:

(mulher) Mas ao invés de proteger a natureza, por que que eles não arrumam um jeitinho de mandar um caminhão do lixo prá cá também, prá entrar aqui e recolher os lixo também? Isso também estraga a natureza, não acha? Porque onde é que a gente vai colocar as lata, papel a gente queima né?, mas onde é que a gente vai colocar as lata e os plástico, onde é que a gente vai botar os pote e as lata de azeite, isso não queima. Acho que eles têm que cuidar um pouco mais disso aí; por que a gente não tem um caminhão de lixo aqui? (homem) E essas latinha o que eles vão fazer lá fora também? (mulher) Ah, botam no ferro velho né?, eles devem tem um lugar certo prá isso aí. (homem) As casa que têm criança, olha, quem usa o leite de caixinha ou de latinha, tem que fazer um buraco e deixar por aí. (Isso é um problema?) (mulher) Aqui é um problema muito grave. (E o que vocês tão fazendo hoje em dia com isso?) (mulher) O que nós fizemo é que nós queimemo aquele papel, mas as lata a gente tem que deixar nuns canto. (homem) Lata de azeite, de leite ninho. (mulher) Isso sim é perigoso, porque junta mosquito né?, esse mosquito perigoso que anda por aí, mosquito da dengue aí. Isso aí tem que ajudar aqui o povo daqui, porque o povo não tem onde botar o lixo. (homem) Eles querem que a gente enterre, mas e quem tem criança pequeninha? E enterrar não vai se desmanchar também né? (É um problema, e o lixo ele vem até a igreja ou nem na igreja ele vem?) (homem) Nem ali embaixo eles tão pegando, eu acho que não, acho que só Maquiné. (mulher) Só lá em Maquiné. Agora imagina de pegar um saco de lixo e levar nas costa até Maquiné?! Depois fica embolorado, o lixo que fica. E a gente não é culpado disso, porque a gente não tem o que fazer prá largar esse lixo, pelo menos se o carro viesse uma vez por semana já chegava e ai botava ali embaixo e levava. Daí não tinha todo esse lixo e essa aí é uma prevenção do meio ambiente também não é?

Não é à toa que os argumentos usados por este casal poderiam perfeitamente ser confundidos com o discurso de um “ecologista”, *stricto sensu*. Ou seja, mesmo vivendo sob condições extremamente precárias, esta família consegue perceber, identificar e até mesmo sugerir alternativas de resolução de um “problema ambiental” que é, hoje, talvez, um dos temas mais abordados pelo meio científico e pelos governos de todo o mundo. E por que isso acontece? Muito porque estas questões estão sendo apresentadas de uma forma concreta para os agricultores e, portanto, tem para eles um significado real pois afeta diretamente as suas vidas, o seu

cotidiano. Coisa que não ocorre, por exemplo, com a idéia muito distante (em certos casos, invisível) de que as roças de queimada feitas por eles são práticas “co-responsáveis” pelo aquecimento global ou pela diminuição da biodiversidade local ou pela eliminação de um ecossistema complexo e de uma paisagem esteticamente interessante como a da Floresta Atlântica.

De outra parte, do ponto de vista dos samambaieiros e dos demais agricultores que ainda preservam um tipo de agricultura *tradicional-colonial*, poucas são as alternativas disponíveis no momento presente se estes quiserem permanecer vivendo junto à terra que foi anteriormente de seus antepassados. Se se pensar que, ao trazer as demandas do *campo ambiental* para os agro-eco-sistemas, os agentes ligados à preservação ambiental não têm a oferecer aos agricultores nada que possa compensar minimamente as perdas e as dificuldades que tais restrições irão requerer, vê-se que estes tenderão a encarar tais mediadores não como aliados, mas como aqueles que atuam no sentido de inviabilizar a reprodução dos seus sistemas produtivos e dos seus modos de vida. Conseqüentemente, a atuação destes mediadores, se mantido o estilo policialesco visto anteriormente, será encarada pelos agricultores como mais uma dificuldade a ser superada para que eles possam resolver os “seus problemas ambientais”; sendo que, obviamente, o crescimento acelerado da floresta devido às proibições legais não pode ser esquecido.

Sobre a lógica envolvida neste processo, esta pode ser explicada através de um interessante mecanismo apontado por Abramovay (1992). Tal como na situação particular descrita por este autor, também aqui muitos agricultores acham-se inclinados a perceber a temática ambiental dentro do mecanismo de “*balanço entre trabalho e consumo*”, no qual o que determina um ou outro tipo de comportamento “*não é o interesse de cada um dos indivíduos que compõem a família, mas sim as necessidades decorrentes da reprodução do conjunto familiar*” (Abramovay, 1992, p.60-62). Como resultado, muitas vezes o valor conferido a alguma coisa ou a alguém não será medido pelo lucro que proporciona ou, no caso dos técnicos, pesquisadores e ambientalistas, pelas suas capacidades e conhecimentos acadêmicos ou científicos, mas sim pelo que esta coisa ou pessoa representa para a manutenção das relações simbólicas e culturais da família e da comunidade na qual o agricultor está inserido.

Neste caso, o “discurso competente” dos órgãos ambientalistas não irá funcionar como acontece em outras situações, pois não há aqui o reconhecimento da autoridade que o *saber* científico (ou institucional) normalmente possui sobre aqueles que, por não terem tal conhecimento, são considerados previamente como “incompetentes”<sup>245</sup>. Conseqüentemente, no caso do meio ambiente, como o “bem” maior que o agricultor coloca como prioritário é, normalmente, a garantia da estabilidade familiar (e como, no caso de um empresário capitalista autêntico, seria a taxa de lucro), a pretensão de se impor uma nova concepção valorativa dos recursos naturais (ou, para alguns, da própria natureza) como um “bem comum”, algo, portanto, a ser preservado, não será assim decodificada por estes agricultores, o que gera, obviamente, situações de conflito.

Contribui ainda para isto o fato das políticas de preservação serem paralelamente avaliadas pelos agricultores segundo um outro artifício descrito por Lipton (*apud* 1968 Abramovay, 1992, p.86) como *aversão ao risco* para os agentes envolvidos. Em um e em outro caso, isso faz com que os agricultores próximos ao modo de vida *tradicional-colonial* percebam as inovações trazidas pelo *campo ambiental* em termos do que elas representam para a geração ou não de *oportunidades de sobrevivência* da sua família. Como coloca o autor:

Estas mudanças não permitem que as decisões de investimento dos agricultores se apoiem numa média previsível de situações naturais (...). Isto porque a privação dos agricultores é de tal magnitude que eles não podem nunca se permitir obter uma quantidade de produtos abaixo do mínimo necessário a sua sobrevivência (Abramovay, 1992, p.87).

Como estas *oportunidades* que, em última análise, garantem a reprodução familiar, tendem, com a introdução de restrições aos seus sistemas de manejos habituais, a diminuir na perspectiva dos agricultores, isto acaba gerando um compreensível sentimento de resistência a estas idéias por parte destes agentes. Isto ocorre, por exemplo, no caso da particular desconfiança dos agricultores quanto às

---

<sup>245</sup> Uma característica que contribui para que isto ocorra, já descrita no capítulo 2 (sobre isto, ver página 57-58), é justamente a peculiar falta de consistência do *campo ambiental* no sentido de reconhecimento de quem deve, pode e tem legitimidade para argumentar e dar a “palavra final” sobre um assunto qualquer que esteja sendo debatido. Por outro lado, o mecanismo de dominação imposto pelo “discurso competente” foi em parte explicitado durante uma entrevista a um agricultor quando, ao final, este agradeceu dizendo: “Foi bom conversar contigo, pois tu sabe que eu até gosto de falar

idéias contrárias à adoção do sistema de queimadas ou de derrubada da capoeira. Sobre isso, em um certo momento da entrevista junto a um agricultor-samambaieiro entrevistado, este respondeu à pergunta apresentada com a seguinte indagação:

(E o que tu acha dessas leis?) O que eu acho é que eu não digo cortar e fazer queimada prá estragar né?, a capoeira, mas um pouco prá gente poder trabalhar, prá sustentar a gente mesmo, a casa. O que nós vamo fazer mais, quem mora nesse cantão? Agora, eu não entendo uma coisa, por que é tão proibida as derrubada e queimada, por que será? Prá preservação que eles dizem. Preservar a natureza, as capoeira, mas eu não entendo por que que é isso aí, por que que é?

Além de corroborar o aspecto de “invisibilidade” que a problemática ambiental assume (segundo os parâmetros definidos através do *campo ambiental*), este exemplo mostra bem como, no caso dos samambaieiros, em que a lógica da busca pela preservação do núcleo familiar chegou a um nível que até mesmo a agricultura foi, de certa forma, relegada a um segundo plano em detrimento da coleta de samambaia (estratégia esta encontrada por estes agentes para manterem-se ainda vivendo nos seus locais de origem), esta situação assume um caráter verdadeiramente dramático. Veja-se esta conclusão tirada por um casal de samambaieiros entrevistados:

(mulher) E também como tu vê, assim, se não puder cortar mais ou se a samambaia continuar diminuindo com o mato, o que que se vai fazer daí? Tem que ir para cidade passar fome também, porque lá não pagam as coisa também, tá difícil né? (homem) Ainda mulher consegue emprego em casa de família, mas serviço, prá um que nem eu periga nem ter, só se pegar de guarda, não tendo estudo não pega mais serviço, eu tirei só o terceiro ano.

E ainda o que acha um agricultor próximo ao tipo de agricultura *tradicional-colonial*:

Eu acho que multar o cara, eu digo, o que que eu vou fazer? O que, ir prá onde, então a coisa não dá prá ser assim, olha a nossa situação aqui. Porque se eu não posso plantá feijão, o que eu vou fazer?

Não é preciso dizer que a atual legislação ambiental é completamente omissa sobre este tema. Em outras palavras, não há uma flexibilidade que permita à lei

---

*com pessoas que têm mais cultura que eu, a gente aprende com elas. (mas, se tu for pensar na roça que tu faz, por exemplo, tu vai ver que tem mais cultura que eu, né?). Ah, mas aí já é outra coisa já.”*

vigente se adequar minimamente às realidades particulares dos agricultores. Muito pelo contrário, estes são obrigados, todos e uniformemente, a seguir tais e tais normas legais<sup>246</sup>. Obviamente, este aspecto é um dos nós que estão por amarrar a trama das disputas em torno da problemática ambiental, não só no caso do agro-ecossistema da bacia do Rio Maquiné, mas também em inúmeras regiões do país onde ainda resistem agricultores próximos ao modo de vida tradicional. Como será visto na última parte deste capítulo, somente com a chegada de novos mediadores mais preocupados com as questões sociais, mas que, contudo, apresentam uma trajetória ou algum tipo de vínculo ligado à temática ambiental, é que se começará a dar importância ao reconhecimento desta diversidade de casos possíveis<sup>247</sup>. Neste sentido, uma destas mediadoras que convive e trabalha diretamente com as samambaieiras, aponta algumas das contradições desta situação:

(Como é que tu vê essa questão das leis que protegem o meio ambiente?) Eu vejo uma grande injustiça nesse sentido. Assim ó, eles misturam o pequeno agricultor que precisa de um pedacinho de mato para trabalhar, parece que eles ligam muito para isso, e eles põem na mesma balança um outro que tem muita terra e que quer desmatar também. E eles põem na mesma balança, ainda tão colocando no mesmo prato da balança, eu acho que não é justo isso aí. Eu acho que ainda deveria haver, assim, um contato maior com os agricultores para ver a realidade deles sabe, para pesar cada realidade para ver realmente o que está sendo preciso, o que não está sendo. Isso não está acontecendo ainda. As leis poderiam ser mais flexíveis, mais personalizadas. Eu acho que as pessoas têm que conseguir ver quem tem pouca terra e quem tem muita, o que elas estão fazendo com a terra, quem está precisando de terra, quem não está. Tem gente aí que tem muita terra viu!

De outra parte, um outro ponto importante a ser considerado, é que, quanto mais os agricultores se encontrarem ligados ao modo de vida *tradicional-colonial*, maiores serão as influências, em termos cognitivos, representadas pela bagagem cultural e simbólica geradas a partir das experiências dos seus antepassados. Isto é válido especialmente no que se refere aos significados edificadas pelos agricultores sobre a terra na qual vivem. Na maioria das vezes, esta será vista conforme o seu valor para a manutenção dos laços de sangue construídos pelos agricultores, inserindo-se na própria vida familiar através do trabalho exercido pelos seus

---

<sup>246</sup> Sobre isto, Wey de Brito (2000, p.110) lembra que “a diversidade de situações relacionadas a populações e unidades de conservação não permite que haja um único e simples método de criação e gestão das mesmas.”

<sup>247</sup> Isto, porque será justamente a maior aproximação destes novos mediadores sociais (estes com uma perspectiva mais “humanista” sobre o tema) que irá permitir fazer-se esta relativização.

componentes. Nesse sentido, não é somente uma mera coincidência o fato do samambaieiro entrevistado parágrafos atrás, ao ser questionado sobre o que ele achava da reserva ecológica que existe na região, ter respondido que “*naquele tempo de antigamente ela servia só prá isso, prá botar criação.*” O que acontece é que, embora estas terras fossem do Estado, elas tinham um “valor de uso” para os agricultores de um modo geral.

Já no caso das suas propriedades, apesar de existir um sentimento de posse, de *domínio*, este domínio mantém uma forte relação com a dimensão do trabalho que o agricultor exerce sobre a terra e tudo o que nela houver. Esta característica, já comentada no capítulo anterior, têm suas raízes desde o tempo das sesmarias. Como aponta Martins (1997a, p.179), quando um agricultor

justifica seu direito à terra, ele o faz invocando o direito que teria sido gerado pelo seu trabalho na terra. Ao mesmo tempo, reclama e proclama que seu direito está referido aos frutos de seu trabalho, que por serem seus está no direito de cedê-los ou vendê-los. A concepção de que é preciso ocupar a terra com trabalho, na derrubada da mata e no seu cultivo, antes de obter reconhecimento de direito, era próprio do regime sesmarial. Do mesmo modo, a concepção de que o trabalho gera direito de propriedade sobre os frutos do trabalho também era própria desse regime fundiário. Nele, o ‘domínio’ estava separado da ‘posse’. Quando, por acaso, o sesmeiro deixasse de cultivar a terra ou de obter dela frutos para pagar tributos, a terra se tornava devoluta.

Ocorre que, neste caso, encontra-se em jogo uma série de dispositivos e signos ligados a um sentimento de pertencimento ao lugar e, conseqüentemente, de “poder” sobre este lugar que, de uma forma ou de outra, carrega consigo todo um capital simbólico anterior e que foi historicamente construído no passado. Além disso, é clara a ocorrência de uma certa sobreposição entre a idéia de natureza e a representação que os agricultores fazem da terra. Para boa parte deles, a terra simboliza o próprio meio ambiente (embora possa não haver uma explicitação direta dessa relação), pois será neste espaço social, estabelecido através das ações antrópicas, que as relações homem-meio natural podem se processar. Isto significa que a terra, ou melhor, a *sua* terra de trabalho, não constitui, para estes agricultores ligados ao modo de vida *tradicional-colonial*, apenas uma máquina de produzir alimentos e capital, algo morto e inerte e cujos recursos estão à disposição através do trabalho que sobre ela realizam. Mais do que mero fator de produção, a terra (ou a parte da *natureza apropriada* pelo agricultor no seu dia-a-dia) adquire outros



significados que reportam à tradição, aos seus antepassados, ao local onde mora sua família, onde se trabalha, se come, se dorme, se fazem amizades, enfim, é o espaço onde eles vivem e constroem sua “representação” de mundo. Como ressalta Diegues (1996, p.65):

Essas comunidades tradicionais têm também uma representação simbólica desse espaço, dessa porção de natureza que lhes fornece, em primeiro lugar, a natureza do homem como espécie, mas também os meios de subsistência, os meios de trabalho e produção e os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais, isto é, os que compõem a estrutura de uma sociedade (relações de parentesco etc.).

O que acontece é que este mecanismo só pode funcionar devido ao fato da terra, para estes agricultores, mais do que algo com função meramente econômico-produtiva, se encontrar inserida, antes de tudo, a um modo de vida ou, como ressalta Abramovay (1992, p.102), a um

conjunto de motivações que só se explicam pelo tipo de constrangimento que a unidade de produção individual sofre por sua completa submissão as regras comunitárias em que está mergulhada. A família e a comunidade, de certa forma, emprestam sentido às atividades (...). Trabalho e vida não são duas dimensões cindidas: as crianças, as mulheres, enfim um organismo único produz com base no objetivo de gerar não só os meios de vida, mas sobretudo um modo de vida. A unidade indissolúvel da existência está também no conjunto de significados vitais que os elementos básicos do trabalho incorporam: a terra não é um simples fator de produção, as outras unidades familiares não são apenas concorrentes e os comerciantes não são sanguessugas.

Quer dizer, para muitos agricultores, mesmo que estes não sejam os proprietários (*legais*) das áreas por eles ocupadas, estes se consideram e são considerados pelos seus vizinhos e demais agentes que vivem próximos a eles, como os verdadeiros “donos” (*de fato* e *de direito*) destas terras devido ao uso que dela fazem. Portanto, no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, quanto mais próximos do modo de vida *tradicional-colonial* estiverem os agricultores, mais fortes serão as relações entre estes e o que Garcia Jr. (1983) chama de “elementos da vida” para estes agentes:

Num momento são os homens que dão vida a uma nova planta pela fecundação da terra, no outro é a terra que fornece aos homens os elementos da vida. Não há referências diretas à terra, neste contexto, mas apenas à vegetação que a cobre, seja ‘mato’ ou ‘lavoura’. Pelo trabalho os homens substituem a mediação entre a terra e si mesmos, eliminando o ‘mato’ e

forçando a reprodução das plantas que servem à sua reprodução social (Garcia Jr., 1983, p.210).

Considerando esta percepção dos agricultores sobre os elementos não-humanos que compõem suas “áreas de domínio”, não é difícil compreender que a introdução de restrições ao uso destas áreas choca-se frontalmente com todo o imaginário por eles construído ao longo dos anos. Ou seja, para estes agentes não faz sentido a idéia de que devam existir nas suas propriedades, “áreas intocadas” ou “florestas selvagens”, como tenta impor um certo discurso “ecocêntrico” presente dentro do espaço de disputas do *campo ambiental*. Do mesmo modo, estas áreas não serão vistas como “*monumentos públicos naturais*” (Wey de Brito, 2000) ou “*moradas do espírito humano*” (Diegues, 1996) ou ainda um “*bem universal e patrimônio comum da humanidade*” (Alphandéry et alli, 1992). O que existe é: o lugar do roçado (que são as lavouras em produção) ou as áreas de capoeira ou capoeirão (que são as terras em “descanso”). No entanto, estas áreas são qualitativamente as mesmas, pois só se diferenciam pelo fato de estarem ou não sendo usadas naquele momento para algum tipo de cultivo ou criação. Em termos estritamente agronômicos, isto significa que estas áreas de capoeira, apesar de estarem momentaneamente em “repouso”, integram e fazem parte da complexidade de todo um sistema produtivo elaborado pelos agricultores. Neste sentido, o mato e a floresta surgem não como uma “natureza” dotada de vida própria e merecedora do direito de permanecer “intocada”, por exemplo, mas sim como áreas onde o tempo de descanso simplesmente foi um pouco maior, o que permitiu a recuperação da vegetação até este patamar de quase “floresta”.

Portanto, em última análise, o que isto demonstra, é que há, neste caso, uma ampla e clara diferença entre o entendimento dos agricultores ainda muito ligados ao modo de vida *tradicional-colonial* sobre o que representa a floresta e as áreas de capoeira e as concepções *técnico-científico-modernas* que integram determinadas correntes do *campo ambiental*. Apesar de ser preciso reconhecer que não existe, de fato, um conhecimento *tradicional-colonial* ou *técnico-científico* “puros” (Guivant, 1997), e, sim, situações de interfaces de idéias e concepções (e que originam conhecimentos “híbridos”), não se pode negar que as alteridades presentes neste processo acabam, elas próprias, gerando esta separação. Dito de outra forma, mesmo

sendo o conhecimento “constituído pelas formas como as pessoas categorizam, codificam, processam e imputam significado as suas experiências” (Arce e Long, 1992 *apud* Guivant, 1997, p.432), este processo permanece vinculado as especificidades próprias das relações e interações que se formam entre agentes qualitativamente muito diferenciados (como é o caso, por exemplo, dos técnicos extensionistas em relação aos agricultores), as quais, ainda por cima, implicam o exercício da “autoridade competente” (portanto, de poder) de um em relação ao outro. Como não poderia ser diferente, o resultado do choque entre pontos de vista tão distantes não poderia ser outro se não o da geração de situações de embate e de conflito.

Esta situação de embate se verifica, por exemplo, no caso da importância que assume a condição de “uso potencial” das áreas de floresta pelos agricultores, como mostram as reivindicações deste agricultor próximo ao modo de vida *tradicional-colonial*:

Mas isso aí se um dia eu puder mexer eu vou mexer, tem um parque aqui prá cima até São Francisco, em cima desse morro criaram um parque, preservação das planta, bicho e planta dizem, (...) Mas porque existe? Porque alguém pensou em deixar prá depois, o pai pensou em deixar prá depois, um pouco por dificuldade também, é verdade, mas em muito se falou em botar a roça lá em cima, muito se falou em abrir uma estrada até lá porque lá tem um lugar bom prá se plantar, tem umas várzea muito grande uns campo bom grande. Mas não se fez isso.

Indo nessa direção, uma tentativa de explicar como os agricultores constroem suas percepções sobre a terra que, como já foi dito, é um lugar essencialmente e antes de tudo, de trabalho, é apresentada por Garcia Jr. (1983, p.213):

Quando a terra descansa por um tempo suficiente, ela reproduz sua fertilidade natural. Mas a terra não ‘morre’, ela perde em fertilidade quando ‘cansada’, podendo, no limite, não dar vida a nenhuma planta. Mais especificamente: é quando os homens extraem da terra os elementos de vida por longo período, ou muito intensamente, que a terra ‘cansa’. A terra ‘cansa’ porque não pode produzir naquele momento. Cansaço implica apenas em descanso no período seguinte, o que basta para reproduzir as ‘forças’ (...) Há alternâncias entre produção e descanso para a terra, como há alternância entre produção e descanso, dia e noite, acordado e dormindo, para os homens. (...) A terra é fonte de riqueza, porque é fonte de toda a vida: só a terra produz, isto é, pode dar origem a novos elementos, às plantas, que se reproduzem a partir da terra e que constituem a base da sobrevivência dos homens e dos animais.

Mesmo que esta análise possa ser contestada devido a uma certa estereotipação dos agentes envolvidos (pois as compreensões de mundo construídas pelos agricultores não permanecem estáticas no tempo e no espaço)<sup>248</sup>, ela aponta para o fato de que a introdução de certas ingerências exteriores sobre aquilo que os agricultores entendem como algo que lhes garante a própria sobrevivência (realizada através do trabalho diário sobre a terra), gerará, inevitavelmente, situações de conflito. Várias vezes, durante as entrevistas junto a estes agricultores, o aspecto que mais parecia contrariá-los era o fato das restrições ambientais fazerem com que não pudessem mais “trabalhar” na terra, e também que agora eles não podiam mais “usufruir” certos recursos existentes nas suas propriedades para a melhoria das suas condições de vida. Veja-se este exemplo de um agricultor próximo ao modo de vida *tradicional-colonial*:

(Sim, até chegar a isso o senhor não sabia nada de lei?) Não, todo mundo derrubava à vontade, aí depois todo mundo ficou ressabiado, não podiam mais trabalhar direito. (E essas leis que não deixam tirar árvores?) Mas os colonos aqui prá baixo que nem nós deveriam deixar tirar ali. Porque vamos dizer, tu tá ali no meio do mato e quer te fazer uma casinha, agora nós precisa comprar tudo em vez de tirar dali. E não ia se tirar tudo, desmatar demais, mas meia dúzia que o cara pudesse tirar já ajudava um monte. (Mas aí pode tirar 10 metro cúbico por ano cada propriedade prá construir os galpões) Aí já tá bom.

É significativo que, ao divulgar o fato de ser permitida a extração de alguma quantidade de madeira, isso pareça já contentar o agricultor. No entanto, como foi visto recentemente, esta extração está condicionada a uma série de pré-condições que, muitas vezes, o agricultor não pode cumprir (como, por exemplo, ter a escritura da terra, conseguir acessar os órgãos competentes encarregados de lhe dar a licença apropriada, obter informações básicas sobre os seus direitos de uso, sobre o que pode ou não pode ser feito dentro da sua propriedade, sobre que tipo, que quantidade e em que locais pode ser extraída madeira etc.).

Também outra interpretação interessante pode ser pensada através da frase “*Não podiam mais trabalhar direito*”. A desconsideração sobre o que representa a

<sup>248</sup> Deve-se interpretar a caracterização feita aqui por Garcia Jr. no mesmo sentido usado por Diegues (1996, p.93), para quem “*é evidente que os critérios anteriores se baseiam na noção de ‘tipo ideal’ e que nenhuma cultura tradicional existe em estado puro. (...) As culturas tradicionais não são estáticas, estão em constante mudança seja por fatores endógenos ou exógenos, sem que por isso deixem de estar inseridos dentro de um modo de produção (...) ou seja, as populações e culturas tradicionais se acham hoje transformadas em maior ou menor grau.*”

dimensão do trabalho para o agricultor é, talvez, o principal foco gerador de revolta dos agricultores, característica que não se restringe aos agricultores mais *tradicionais*, mas que se estende também aos demais, como é o caso dos bananicultores e horticultores (embora, como será comentado mais adiante, as motivações para tais contestações sejam qualitativamente distintas no caso daqueles que conseguem manter vínculos mais consolidados com o mercado). Como foi visto no capítulo anterior, existe todo um passado de interiorização da centralidade do trabalho ligado ao modo de vida *tradicional-colonial*. Além disso, um segundo elemento de discórdia irá se somar a esta situação. Este se refere à capacidade de resistência aos processos de perda de autonomia, pois estas restrições ambientais fazem com que o agricultor precise “*comprar tudo em vez de tirar dali*”.

Aliás, esta característica, que indica uma tentativa do agricultor em manter certa independência relativa no que se refere à organização do seu modo de vida, pôde ser também identificada na fala de um entrevistado ligado à produção agroecológica (que, em um certo sentido, é talvez o agente mais interessado em preservar uma certa liberdade de ação em relação ao esquema dominante e ao padrão clássico moderno de produção na agricultura<sup>249</sup>):

(E como é que tu vê a importância da mata?) O mato é o abrigo pros animais, é o fornecimento de lenha também que é muito importante. (Mas que tem lei que proíbe?) Isso aí não devia ser assim, é que o pessoal precisa, o agricultor precisa de lenha, precisa prá construir sua casa o seu galpão. É que tem que saber também o que tirar, deixando as matriz, né?

Partindo do que foi visto no capítulo anterior, é importante perceber, aqui, que uma grande proporção dos agricultores da região conserva ainda parte do *capital social* legado pelo modo de vida *tradicional-colonial*, o que, provavelmente, confere-lhes um potencial interessante em termos de conhecimento acumulado, por exemplo, sobre como manejar a floresta.

Por outro lado, diga-se de passagem, a importância assumida pela necessidade de “uso” dos recursos naturais (que, também é bom lembrar, para estes agricultores são considerados “elementos da vida” na medida em que garantem a reprodução da família ao longo do tempo), não se restringe às roças e às criações de

---

<sup>249</sup> O conceito de autonomia utilizado aqui já foi discutido no início deste capítulo.

animais domésticos, mas se estende igualmente a tudo aquilo que existe dentro das suas “áreas de domínio” (o que inclui as áreas de floresta). Exemplo disso são as madeiras das árvores que podem ser usadas para construção de suas casas e de outros equipamentos ou, ainda, a caça de animais para alimentação. Conseqüentemente, a liberação do uso destes elementos, é uma reivindicação perfeitamente compreensível quando vinda destes agricultores. Veja-se o que tem a dizer a respeito da caça de animais este casal de agricultores-samambaieiros entrevistados:

(Tu tem andado bastante lá pelo mato, tu vê muito bicho ainda pelos morro?) Isso aí tá igual. (E vocês caçam alguma coisa?) O pai caçava, todo mundo ali antigamente também caçava e a caça nunca diminuiu, e parece até que aumentou mais. (Parece que hoje em dia não deixam mais caçar!) Não, mais outro dia eu dei umas caçadinha escondido. (Tu acha que não precisava essa proibição?) Olha, eu às vez também gosto de dar uma caçadinha, as diversão é pouca né?, aí às vez na semana eu vô. Mas eu acho que não deve ser liberado, porque tem muita gente aqui que caça prá vender, isso aí não deve ser liberado. Mas não devia ser proibido o cara dar uma caçadinha prá comer uma carminha de uma caça. Agora, caça por dinheiro não deve se liberar porque senão daí o cara pega o vício e daí é onde se desliza. (mulher) às vez na casa falta, não tem como bota uma carminha na mesa, não tem da onde tirar, então daí vai caça um bichinho prá comê. (E o que tu mais gosta?) Ah, mas isso é crime, não vai dar problema? (Não, pode ficar tranqüilo) Tatu..., mas é proibido aí. (E é boa a carne de tatu?) Iiiche, é boa. (Eu nunca comi) Mas eu soube, eu não quero que depois digam, mas tem gente prá fora que eu sei que caça prá vender e daí é um deslize, daí não é certo e é obvio que tem que multar porque assim o cara vai todo o dia prá fazer dinheiro. (mulher) Quando ele pega um bichinho ai é prá comer e nunca prá vender, jamais. (homem) Outro bicho que tem bastante ai é o tal de quati, esse é que nem porco, o quati, gordo assim que nem porco. Mas no verão eles estão criando, daí não da prá caçá, daí eles tão crescendo.

Tal qual as áreas de capoeira, a caça aparece aqui como elemento não dissociado da vida e dos seus afazeres diários. Ou seja, esta atividade, a caça, encontra-se perfeitamente integrada às atividades mais corriqueiras e comuns do dia-a-dia destes agricultores-samambaieiros e, como diria Cândido (2001, p.219), eles passam “*normalmente da enxada e do machado para o anzol ou a espingarda; da foice para o visgo, a arapuca, a zagaia, o mundéu, como quem circula na mesma atmosfera contínua de luta pela vida*”. Entretanto, existe, também, neste caso, uma clara diferença (que o próprio casal percebe e até mesmo usa como argumento para justificar esta atividade) entre “*caçar prá vender*”, o que “*não deve ser liberado*”, e “*quando ele pega um bichinho aí prá comer*”. Aliás, estes reconhecem os danos que podem ser causados por uma caça “*feita prá ganhar dinheiro*” e, como se viu, são os primeiros a concordar com a proibição desta atividade. Novamente como lembra Cândido (2001, p.218-219)

No entanto, quase toda a semana surge um tatu ou quati na cozinha dos moradores, que os apreciam muito. (...) Assim, temos de um lado uma acentuação da pena inerente ao trabalho, e de outro lado, uma redução do prazer desportivo da caça, desde que esta visa, em primeiro lugar, a obter carne para a dieta e, longe de ser eventual, é atividade permanente e monótona. (...) vários vizinhos costumam caçar, vez por outra; e ainda consomem com prazer carne de quati, tatu, paca. (...) Ora, não devemos confundir os casos de profissionalização, ou extremada paixão venatória, com a caça individual, modesta, praticada como rotina, ligada à coleta, que se define como elemento normal de construção da dieta. É ela que caracteriza o roceiro comum e, portanto interessa na presente discussão.

Portanto, a caça, que vem sendo tradicionalmente praticada desde há muito tempo (*“o pai caçava, todo mundo antigamente ali caçava”*), adquire, neste caso, uma importância enquanto “valor de uso” no sentido de complementar a dieta dos samambaieiros (*“às vez na casa falta, não tem como botá uma carninha na mesa, não tem da onde tirar, então daí vai caçá um bichinho prá comê”*) e, apenas em um segundo plano, um sentido, vamos dizer assim, mais “recreativo” (*Olha, eu às vez também gosto de dar uma caçadinha, as diversão é pouca né?, aí às vez na semana eu vô*). Além disso, este relato mostra que existe sim uma preocupação relacionada à garantia do cumprimento do ciclo de crescimento e desenvolvimento dos animais silvestres. Quer dizer, além de não ser uma prática feita indiscriminadamente, matando-se tudo o que é bicho que aparece pela frente, há um certo conhecimento do comportamento destes animais (*“Outro bicho que tem bastante aí é o tal de quati, esse é que nem porco, o quati, gordo assim que nem porco. Mas no verão eles estão criando, daí não dá prá caçá, daí eles tão crescendo”*).

Embora não o façam de uma forma sistematizada e totalmente consciente, o que se percebe é que estes entrevistados encontram-se atentos ao que acontece ao seu redor e, consequentemente, estão, a todo momento, refletindo sobre suas experiências diárias, sobre o que vêem no meio da floresta, sobre os animais e as plantas que, obviamente, também fazem parte e integram o ambiente onde eles vivem. Contudo, deve-se dizer que, em nenhum momento pretende-se sugerir que a prática da caça aos animais silvestres seja liberada, por exemplo (possibilidade esta de que os próprios entrevistados discordam). Longe disso, o que se tentou mostrar é que fica claro que não se pode colocar estas pessoas no mesmo patamar de ilegalidade de outras que praticam uma caça predatória, feita apenas por dinheiro, esporte ou diversão. Para aqueles, a caça não é tanto uma “banalidade”, um “crime

contra a natureza e os animais”, mas sim uma prática integrada efetivamente aos seus modos de vida. Obviamente, como consequência, fica fácil de entender que uma atitude meramente depreciativa e repressora, neste caso, irá gerar um sentimento de indignação e revolta nestas pessoas.

Como não poderia ser diferente, esta situação se repetirá no caso da proibição da extração de madeira das terras dos agricultores e samambaieiros o que, na verdade, torna-se para eles um “outro problema”. Como expõe este agricultor-samambaieiro:

E tem outros problemas, vem um cara lá e proíbe. Mas a casa, a minha casa tá por metade prá montar. Eu inventei de fazer cimento aqui e só aquela parte de madeira, antes era tudo de madeira. Aí eu inventei de aumentar, aí inventei de fazer de tijolo, só que aí tem madeira boa aqui no mato. Mas aí agora tem que comprar na serraria, porque tu não pode cortar. Acho que ao menos um pouco, não sendo prá estragar, prá uso, podia liberar pelo menos, né? (...) Porque a gente podia serrar uma madeira, não precisava comprar, a gente que mora aqui. Aí, das serraria, tem umas tábuas que eu notei que estraga mais as casa, esses eucalipto aí. O cupim ataca e aí atora até os barrotes embaixo e daí cai, aí tem que renovar e aí vai tem que sair do bolso prá comprar. Só que tem no mato madeira boa. (Antes teu pai usava do mato?) Direto do mato, antigamente ia fazer um galpão daí cortava do mato, fazia os engenho, porque todo mundo tinha um engenho, cada morador tinha um engenho, vendia açúcar. Cortava os pau, porque do engenho tinha que ser bem forte, e as colunas vinha tudo do mato, não compravam nada. (A agora não dá prá tirar?) Não dá por causa disso, nós podia tirar, cortava os pedaço prá plantar, e daí outro pedaço que não quisesse prá plantar, podia deixar vir a capoeira de novo e daí vinha a samambaia de novo, aí o cara se defendia sempre, e assim vai prum ponto que nós não vamo ter como continuar.

Neste pequeno trecho (que já foi em parte apresentado no item anterior) estão sintetizadas duas das principais questões hoje presentes e relacionadas à problemática ambiental no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné. A primeira acabou de ser ressaltada, a saber, o fato de que estes agricultores faziam, tradicionalmente, desde muito tempo, uso dos recursos que a floresta lhes colocava à disposição [*(antes teu pai usava do mato?) Direto do mato, antigamente ia fazer um galpão daí cortava do mato, fazia os engenho*]. Portanto, levando em consideração todo esse passado dos agricultores, quando tinham à sua disposição, por exemplo, a madeira existente nas matas próximas e que eram utilizadas com toda a “naturalidade” na construção de suas habitações e demais edificações, e também na manufatura de utensílios utilizados nos trabalhos diários (como enxadas, machados, cangas para os animais e tantos outros equipamentos importantes utilizados no dia-a-dia dos agricultores), é de imaginar-se que uma política de



restrição a este tipo de uso já consagrado irá desencadear novos conflitos<sup>250</sup>, como aponta este mediador local ligado ao sindicato dos trabalhadores na agricultura:

Mas que eu ainda acho essa coisa de proibir que corte uma árvore por exemplo, nós temos assim exemplos de pessoas que cortaram duas ou três árvores e foram multadas, e estavam cortando apenas duas ou três árvores dentro de tudo que ele tem prá reformar a sua casa. E então o cara ser multado realmente vai criar revolta, não vão aceitar nunca, até mesmo eu que tenho conhecimento um pouco das coisas, que tenho acompanhado a questão mais de perto, eu não aceito essa coisa aí, nesse tipo de trabalho. Agora, que fosse feito um trabalho um pouquinho diferente, mais acessível, uma conscientização maior, acho que ao passar do tempo o próprio agricultor ele tende a respeitar isso aí. Aí vai preservar sem que haja um conflito.

Além do mais, este uso, como também já comentado, na grande maioria das vezes, não será feito com o intuito de “estragar” ou vender a terceiros. Enfim, o valor da madeira extraída das matas não é aqui percebido como uma fonte de lucro, mas sim como mais um elemento que permite aos agricultores organizar o seu modo de vida (neste caso, por exemplo, porque ela é usada para a construção da casa, do galpão, dos poteiros ou, como foi feito até recentemente, do engenho de açúcar). Isto pôde ser percebido na fala de um agricultor:

Eu acho assim, que o agricultor tá insatisfeito por um motivo. Porque o que o agricultor quer não é estragar, ninguém quer estragar nada, ninguém tá disposto, assim, agora vou meter a mão no mato, derrubá, não, ninguém quer estragar nada, só que o cara precisa usufruí aquilo que é seu pro seu modo de viver, compreende, então vem um cara aqui por que quando tu derrubou um maricá, uma coisa assim, e tê multa. E daqui a pouco entra aqui e vê qualquer coisa, o cara com o cabo de enxada nas costas e leva uma multa em cima.

O segundo ponto refere-se ao fato de que, se os órgãos relacionados à preservação ambiental atentassem um pouco mais para a importância de se considerar as interações possíveis de serem construídas entre humanos e não-humanos, veriam que há uma íntima relação entre os manejos praticados pelos agricultores e o seu entorno. Isso, por outro lado, aponta para um potencial de conhecimentos que poderiam ser muito atraentes em termos de conservação do meio ambiente local. Neste caso, por exemplo, uma estratégia interessante poderia ser o incentivo ao manejo da floresta com vistas a integrar a necessidade de retirada de

---

<sup>250</sup> Como foi visto na segunda parte deste capítulo, embora se saiba que a legislação permita algum tipo de uso dos recursos disponíveis (se estes forem manejados de uma maneira “ecologicamente

lenha e da produção para o autoconsumo ao manejo da samambaia. Quer dizer, se, como foi visto, a samambaia só pode se desenvolver em ambientes mediantemente sombreados (como é o caso da capoeira e das beiradas de mata e de rios), o fato de se garantir certas áreas da propriedade com uma população mínima de espécies arbóreas favoreceria, ao mesmo tempo, tanto a preservação destas espécies como também a manutenção de uma quantidade adequada de samambaia (além de criar um vínculo e um interesse do agricultor em preservar tais áreas e as espécies ali presentes)<sup>251</sup>. Em síntese, uma alternativa possível neste caso, poderia ser incentivar a geração de novos sistemas de manejo da samambaia (ou seja, sistemas agroflorestais) aproveitando-se, para isso, da criatividade dos próprios samambaieiros. Já que são eles, certamente, os que mais estão atentos às peculiaridades locais, pois isso diz respeito ao lugar onde vivem desde que nasceram, sem dúvida sua colaboração seria de grande valia nos processos de preservação. Ao mesmo tempo, uma atuação deste tipo junto a estes agentes (atuação esta que, evidentemente, deve considerar também as limitações dos agricultores) provavelmente teria efeitos muito interessantes em termos de valorização da sua auto-estima e de conscientização da importância do seu papel enquanto participante decisivo e indispensável (e não apenas como uma espécie de “colaboracionista”) no processo de construção de novas alternativas de manejo.

De tudo o que foi falado até aqui, fica mais do que evidente que, no futuro, se as proibições ambientais continuarem a ser colocadas do modo como estão sendo hoje, isto irá acabar propiciando o desmantelamento de um modo de perceber e de interagir no meio ambiente que é característico destes agricultores e que se exterioriza na importância dada por eles ao “valor de uso” dos recursos disponíveis nas suas propriedades e onde o trabalho na terra aparece como elemento central. Como se sabe, esta característica implica, para os agricultores, manter uma austera ética em termos de satisfação e de eleição qualitativa e quantitativa das necessidades

---

adequada” e destinados à utilização na própria propriedade), na maioria dos casos estas informações não estão disponíveis aos agricultores.

<sup>251</sup> Obviamente este é apenas um exemplo ilustrativo e, portanto, não deve ser entendido como uma “recomendação técnica”. Ou seja, o que se quer demonstrar com esta situação hipotética é que existem efetivamente outras maneiras de se “proteger a natureza” (mesmo aquelas áreas consideradas de preservação permanente) sem que seja preciso para isso eliminar totalmente do seu interior os seres humanos.

elementares que devem ser prioritariamente supridas. Como diria Marx (1985, v.I, p.46), “o valor de uso realiza-se somente no uso ou no consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta”<sup>252</sup>. Em um tempo em que existe todo um movimento de pessoas e organizações empenhadas em discutir alternativas para frear o processo de exacerbação da “insaciabilidade consumista” (Alphandéry et alli, 1992, p.126) que tomou conta da sociedade ocidental de um modo geral nos últimos 60 anos, não seria interessante permitir e potencializar a manutenção e a recuperação de tão diferente e interessante modo de interagir no meio ambiente? Em outras palavras, do ponto de vista ambiental, a revalorização de certas necessidades menos “supérfluas” que estes agricultores costumam apresentar, em que os signos fictícios e alienados do “grande ritual coletivo do consumo” (Alphandéry, 1992, p.119) não estão ainda totalmente presentes, não seria uma forma de contrapor os riscos ecológicos da atual sociedade “pós-industrial”?

Por outro lado, mudando um pouco de enfoque, não se pode esquecer também que a terra, enquanto espaço social, sobrevive no imaginário simbólico dos agricultores na forma de ritos, crenças, religião ou mesmo na arte popular e no folclore, pois, como diria Brandão (1993, p.27), se é certo que estes aspectos “*não estão inevitavelmente ‘por toda parte’, estão sempre ‘aí’. São, de um modo ou de outro, dimensões substantivas das pessoas com quem lidamos*”. Apesar de, na maior parte das vezes, esta dimensão simbólica e os significados a ela vinculados aparecerem muito dispersos, ela existe e está presente, como sugere este relato de um samambaieiro sobre uma certa área de floresta que fica próxima a sua casa:

Não, lá em cima nunca ninguém subiu, lá eu nem sei se tem muito palmito, nunca apareceu. Teve um tempo que uma parelha de boi minha se soltou lá e eu tive que ir, porque teve um tempo que se largava criação também, mas foi só aquela vez depois nunca mais fui lá. Nem prá caçá o cara não vai lá, porque se o cara se perder tem que posar lá e eu tenho medo. (Medo de quê?) Medo de ficar sozinho lá em cima de noite. Já vi subirem lá em cima e

<sup>252</sup> Para um aprofundamento sobre as correspondências entre natureza e valores de uso, consultar Duarte (1986), onde este faz um minucioso resgate dos significados da idéia de natureza em O Capital (1985) de Marx, afirmando, entre outras coisas, “que os valores de uso são, em primeiro lugar, objetos para a satisfação de uma carência humana determinada e, portanto, estão ligados às propriedades naturais das coisas. (...) A natureza aqui desempenha (...) uma função de termo médio fundamental nas relações dos homens entre si, como aquilo que lhes fornece meios de vida prontos (em alguns casos), objetos de trabalho, ou ainda meios de trabalho, tudo isto tendo em vista o valor de uso, um bem que desaparecerá ao se satisfazer a necessidade para a qual foi produzido.”

depois se perdê, e deve ter bicho feroz lá, bicho grande e talvez até outras coisa que a gente não sabe né?

Aqui aparece, novamente, tal qual deve ter sido para os primeiros imigrantes quando aqui chegaram e tiveram que enfrentar as vicissitudes da floresta, a dimensão do mistério imiscuído juntamente com aquele sentimento de respeito para com os elementos não-humanos presentes. Neste caso, a floresta é o lugar do desconhecido, do que não pode ser compreendido facilmente, bem como do perigo, dos bichos e dos “animais ferozes”<sup>253</sup>.

De fato, durante a permanência na região, pôde-se ter acesso a outros eventos que deixaram escapar certas peculiaridades do cotidiano dos samambaieiros e dos agricultores ligados ao modo de vida *tradicional-colonial*, as quais fazem lembrar algumas características das chamadas “sociedades de interconhecimento”<sup>254</sup>. Neste particular, vale talvez citar um relato feito na caderneta de campo pelo pesquisador sobre uma experiência deste quando ia realizar uma entrevista com uma líder comunitária que trabalha junto com os samambaieiros:

23 de julho: hoje fui entrevistar a R. Primeiro não a encontrei em casa e o M. me levou até a casa do L. onde algumas pessoas da comunidade do Fundão da Solidão estavam (junto com a R.) se reunindo para rezar e agradecer pelo fato do desmonte da farmacinha caseira ter acontecido sem violência. Pude participar de algo muito particular e que deve ocorrer bastante naquelas localidades distantes da sede e das ‘modernidades’ e que é a reunião em torno de uma pessoa carismática para juntos partilhar de algo comum (a expressão da espiritualidade). Nesta hora, cânticos e rezas se misturavam com a realidade do dia-a-dia. Estas reuniões parecem ser uma espécie de cimento que aglutina aquela comunidade em torno de algo comum. A partir desta experiência conjunta, é que podem ser construídos os laços mais próximos entre as pessoas e que, posteriormente, irão permitir a ‘colaboração’, as ‘parcerias’, as ‘reciprocidades’. As falas dos samambaieiros parecem também trazer à consciência certos valores como paz; solidariedade e amizade; a capacidade de perdoar; desejo de saúde para todos do grupo, etc. As crianças, mesmo que não participem efetivamente dos cantos e das rezas, pois ficam brincando ao redor dos adultos, permanecem e estão sempre ali, junto deles. Muito interessante também são os cânticos evocados. O M. e a esposa do L., ambos com uma diferença de idade de mais de 50 anos, cantam de forma muito parecida com os cânticos que ouvi no interior do Acre dez anos atrás, mantendo nas suas vozes aquela relação de ‘terças’ tão característica da música sertaneja. E, mais interessante ainda, é que eles parecem não se dar conta do som que estão fazendo, como se o

<sup>253</sup> Um outro exemplo que evidencia a existência ativa destes aspectos ligados à dimensão simbólica são as manifestações populares locais relativas à comemoração do “Sírío de Reis”, uma tradição muito forte na região (isso sem contar outra manifestação cultural já citada aqui, conhecida no Litoral Norte como Maçambique). Na verdade, seria interessante o leitor consultar os Anexos deste trabalho onde há uma reportagem feita pela Folha de Maquiné sobre um evento ocorrido na Linha Solidão e que reuniu agricultores e toda a comunidade em geral para marcar a passagem deste dia. Além disso, com toda certeza, este tema poderia bem servir, futuramente, como objeto de pesquisa específica.

<sup>254</sup> Sobre este aspecto, consultar Abramovay (1992, p.122).

encaixe das vozes saísse naturalmente, sem esforço, inconsciente, em meio as ‘desafinações’ dos demais participantes. Por fim, estas reuniões parecem ser um dos instrumentos de resistência e que são usados para a elaboração de sentidos, de significados para as questões mais próximas dos seus participantes, pois é neste espaço que os “assuntos do dia” (ou da semana) são apresentados e discutidos.<sup>255</sup>

Este evento, chamado pela população local de “função”, revela como são importantes as relações interpessoais na formação de significados sobre o mundo em que se vive e, logicamente, de um tipo de discurso específico (como, por exemplo, será aquele a ser exteriorizado sobre a problemática ambiental). Como afirma Abramovay (1992, p.122),

Um traço também generalizado nestes casos, convém salientar, é que a ‘sociedade de interconhecimento’ (para usarmos a expressão de Mendras) é decisiva no funcionamento desse sistema. As circunstâncias pessoais e seu conhecimento minucioso por parte dos agentes envolvidos na operação são básicas para que as relações de dependência envolvidas nas situações de troca possam efetivamente aparecer como manifestações de reciprocidade.

Apesar de muitas vezes se ter podido perceber certos comportamentos das populações locais que se aproximam bastante em termos de identidade social daqueles “tipos ideais” descritos pela literatura (tais como: “camponês”, “caboclo”, “caipira”, “caiçara”, “sertanejo” etc.), não é o caso aqui de aprofundar as análises a partir deste tipo de abordagem<sup>256</sup>. No entanto, não se pôde deixar de notar que parece estar ocorrendo, principalmente no caso dos samambaieiros, um processo de construção de uma nova identidade baseada no reconhecimento das suas atividades principais e que se concentram na extração da samambaia. Aliás, sobre este tema, outra característica interessante percebida pelo pesquisador entre agricultores, foi a

<sup>255</sup> Sobre estes aspectos ligados à “subjetividade” das populações que vivem nos agro-eco-sistemas, é interessante o lembrete de Brandão (1993, p.18) de que “os homens [e mulheres] rurais também ocupam espaços (...). Tal como os índios, eles também possuem uma longa história de ocupações e expropriações. Claro que, aqui tudo se passa ‘dentro de nossa cultura’. Mas, sob muitos aspectos conhecidos de todos, ‘dentro dela’ eles elaboram, preservam e transformam formas muito peculiares de viver e pensar no interior de algo que é, convenhamos, mais do que apenas uma ‘sub-cultura’. Quem conheça a fundo o processo, a teia de símbolos e sentidos atribuídos a um ritual camponês, como uma Folia de Santos Reis ou um Bumba Meu Boi, sabe que, guardadas as diferenças e proporções, a mesma gramática antropológica que interpreta o ‘Kwarú’ ou a ‘Festa da Moça Nova’, poderia aplicar-se aos ritos e festas rurais.”

<sup>256</sup> Um trabalho neste sentido, de resgate das identidades dos samambaieiros, está sendo desenvolvido, em nível de doutorado, por uma pesquisadora de Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Está, em uma conversa informal com o pesquisador deste trabalho, se disse impressionada com algumas características dos samambaieiros muito semelhantes com a imagem construída do “caboclo” e do “caipira” do centro do país, citando, inclusive, um estudo clássico feito

recorrência de atividades envolvendo algum tipo de ajuda mútua e de trabalhos realizados de forma coletiva, o que, nos samambaieiros, parece mostra-se ainda mais evidente, como demonstra este relato de um agricultor-samambaieiro entrevistado:

(Teus pais eram italianos?) Não, são brasileiro. (E o teu pai, veio prá cá moço ainda?) Não, ele nasceu e se criou aqui, tem muito parente aqui, meu vô é daqui também e sempre viveu aqui. (E o que é de vocês?) A nossa terra vai até ali prá cima. É um pouco mais. É que é em dois terreno, da minha sobrinha e tem o nosso, mas nós usâmo junto. Ela corre assim prá lá e encosta ali naquele costado na beirada do mato. (São quantos irmãos?) Que mora aqui eu tenho um irmão só, que mora naquela casinha de lá e depois tem o pai que mora naquela outra. (E como é que vocês fazem no trabalho, vocês se ajudam?) Às vez, quando precisa, a gente trabalha junto, se ajuda né? (...) A gente se ajuda um ao outro na colheita do feijão lá em cima. (E os vizinho?) Aqui no fundão todo mundo se ajuda. (E vocês tiram só daqui da terra de vocês?) Tiramos do nosso e de outros terreno, eu tiro daquele terreno da terra da R. e daqueles de Porto alegre. (E eles deixam tirar?) Eles deixaram nós tirar, e às vezes dá de nós fazer um qualquer serviço prá eles quando precisa.

Esta dimensão das relações de ajuda mútua foi percebida pelo próprio pesquisador quando este pôde participar de um dia em que os samambaieiros do “fundão”, alguns agricultores e mais outros agentes, que poderiam ser considerados como novos mediadores sociais, reuniram-se para desmontar e transferir a casa onde ficava localizada a “farmacinha caseira” (local este onde as mulheres da região se reúnem para, de forma conjunta, fabricar remédios caseiros e que foi construída pelos próprios moradores locais). Neste dia, o pesquisador assim escreveu na sua caderneta de campo:

21 de julho: Hoje aconteceu o ‘desmanche’ da farmacinha caseira na Solidão. Infelizmente, cheguei tarde e só pude ajudar um pouco na transferência da casa. No entanto, foi uma experiência muito interessante ver todos os samambaieiros, agricultores, o pessoal da Anama, o próprio chefe da Reserva Ecológica da Serra Geral, enfim, um monte de gente, mulheres, homens, crianças e velhos, todos engajados naquele trabalho. Não sei quantas pessoas estavam envolvidas, pois cheguei atrasado, mas pude contar mais ou menos umas 25 a 30 pessoas trabalhando juntas. Além disso, este trabalho de ajuda mútua envolveu a solidariedade de todos, pois, além do trabalho braçal executado, por exemplo, um agricultor emprestou o trator e a carreta para transferir todo o material (telhas, esteios, tijolos, etc.), outro agricultor cedeu o terreno para a construção da nova farmacinha, o pessoal da Anama se dispôs a levar e trazer as pessoas que moravam distantes do local, enfim, foi um evento que envolveu toda a comunidade local.

Sob esta perspectiva, vê-se que a tentativa de impingir aos agricultores que permanecem próximos à percepção *tradicional-colonial* ou aos samambaieiros uma

---

por Antônio Cândido sobre “Os parceiros do Rio Bonito” (2001) para exemplificar algumas situações

maneira de ver o mundo completamente distante da realidade concreta por eles vivida (especialmente no que se refere aos elementos não-humanos existentes ao seu redor) pode, até mesmo, acabar gerando um processo de desestruturação das bases que orientam a própria vida destas famílias, como foi percebido por um mediador ligado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maquiné:

Já foi muito pior, no início foi uma forma de repressão e uma repressão terrível, todos ficaram apavorados porque era uma multa de cinco mil reais e chega a deixar o cara num estado de choque. (...) E esses que não têm várzea, prá ti ter uma idéia, eles tem 2 ou 3 hectares de várzea e o resto é tudo mato e morro. Então quer dizer, o agricultor é muito revoltado, muitas vezes em função dessas multas é uma grande preocupação do agricultor em pagar. E principalmente na nossa região o que a gente pode perceber é isso, que o agricultor se preocupa muito em pagar aquilo que ele deve e então criava até uma certa, uma desestruturação na sua própria família por causa da multa e de se proibir que ele faça suas roça.

Isso é ainda mais verdadeiro, quando estas ingerências vêm bater de frente com todo um passado construído ao longo dos anos e que dá corpo e sentido à maneira como os agricultores percebem o mundo ao seu redor. Sobre isto, é interessante esta ponderação de um administrador local sobre a importância de se considerarem as trajetórias sociais dos agricultores e a situação crítica em que eles atualmente se encontram:

Então tu sabe, o produtor nasceu aqui ou veio da Itália, muitos vieram aqui e cortaram mato e se criaram assim. Criou as famílias e já tava o neto, o bisneto trabalhando naquele sistema. Agora tu quer que de uma hora prá outra, ele mude o sistema de trabalho? Tu quer que ele não faça mais aquilo que ele vinha fazendo, tu imagina a reação, nós somos iguais, tu vens aqui e diz olha o Y., tu não pode mais tirar viagem de material prá arrumar uma estrada, eu tenho uma reação contrária, porque eu tenho que arrumar uma alternativa. Só que essa alternativa não é de hoje até amanhã, se o cara tá precisando fazer uma lavoura, o cara tá morando lá no fundão, ele tem que tirar o produto, ele tem que sair se tem um doente lá. Eu vou dizer 'olha eu não posso te dar uma atenção porque eu não tenho material prá fazer a tua estrada', isso gera reação e eu tenho que arranjar uma alternativa. Mas alternativas de repente elas não surgem assim de um ano pro outro. E o agricultor com a família prá viver, o que que os caras vão fazer?

Pensando deste modo, simplesmente proibir os agricultores dos fundos dos vales de efetuarem suas queimadas e de derrubarem a capoeira para estabelecer as suas roças (ou para manejarem o crescimento da samambaia), não só representa a inviabilização dos seus sistemas produtivos, mas age também desagregando um tipo

---

por ela vivenciadas junto a estas famílias.

de organização social que, até aquele momento, permitiu aos agricultores estruturarem suas vidas. Não bastasse a estes agentes estarem sendo vítimas de fortes pressões econômicas, encontrarem-se submetidos a vínculos pessoais em que se reproduzem intensas relações de dominação e sofrerem as conseqüências de uma situação geográfica altamente restritiva em termos de possibilidade de uso da terra, a partir dos últimos anos, eles serão obrigados a lidar com mais um impeditivo trazido pela institucionalização da problemática ambiental na região. Como conseqüência óbvia disso,

essa atitude é vista pelos moradores locais como um roubo de seu território que significa uma porção da natureza sobre a qual eles reivindicam direitos estáveis de acesso, controle ou uso da totalidade ou parte dos recursos aí existentes. (...) A expulsão [ou, neste caso, a restrição ao uso] de suas terras implica a impossibilidade de continuar existindo como grupo portador de determinada cultura, de uma relação específica com o mundo natural domesticado. (Diegues, 1996, p.65).

Portanto, ao analisar esta situação, vê-se que é nítida a ampla distância em que se encontram, de um lado, um tipo de discurso “ecocêntrico” ainda fortemente presente dentro do *campo ambiental* e, de outro, a perspectiva ligada ao modo de vida *tradicional-colonial* destes agentes. Como bem salientou Wey de Brito (2000, p.102):

a relação entre população e conservação da natureza tem sido marcada por problemas de diversas ordens e magnitudes. Esses problemas têm aparecido nas atitudes da sociedade e do poder público, particularmente, quando se trata de unidades de conservação e são, em última instância, reflexos do predomínio da idéia da existência de oposição entre homem e natureza.

Entretanto, a diferença, aqui, em termos de capacidade de interferência é brutal, pois, além de os agricultores sentirem “na pele” as arbitrariedades que aquelas posições lhes acabam impingindo, eles se vêem totalmente subjugados e sem quase nenhuma capacidade de confrontação junto aos espaços disponíveis de discussão dentro do campo de disputas. Já no caso dos samambaieiros, além destas pressões, a proibição da extração da samambaia interfere de uma forma ainda mais aguda, pois ela atua diretamente sobre o elemento que tem, em certa medida, permitido a estes agentes reconstruírem suas identidades sociais e culturais. Não é à toa que, hoje, estes agentes se reconhecem como samambaieiros, chamam-se a si mesmos por esta designação e são assim reconhecidos pelos outros agricultores e mediadores sociais



da região. Sobre isso, é interessante a afirmação de uma líder comunitária que trabalha diretamente com os samambaieiros:

(Eles se identificam como samambaieiros?) Sim, com certeza, eu nunca vi um grupo se identificar tanto como eles. Estes se chamam de samambaieiros e eles não se sentem mal de se chamarem samambaieiros e chamarem eles assim. Eu acho que é uma nova identidade que tá surgindo. Mas falta ainda a consciência de grupo, tá faltando isso um pouco ainda, mas é uma coisa natural né?

Isto tem relação com todo o processo (já comentado parágrafos atrás) de perda da autonomia por parte daquelas populações que não conseguiram acompanhar os processos de modernização da agricultura. Perguntado sobre a possibilidade de retomar os cultivos que faziam anteriormente se fosse liberado o corte da vegetação, um samambaieiro assim respondeu:

Não vai ser derrubado nem pela quinta parte do que era primeiro, porque de primeiro onde dava prá aproveitar nesses morro era só roça de cana, de feijão, era arroz, trigo, era tudo. Eles plantavam de tudo antigamente e hoje, embora que seja liberado, o povo não vai fazer isso aí porque não tem prá quem vender. No mercado nós aqui não vendemo, pode vender algum saco de feijão, mas raramente. Todo mundo que pegava plantá prá vender feijão perdia tudo e não vendia. O povo já nem quer mais plantá, vale mais a pena comprar já. Ganhar um dinheirinho e compra e plantá pro gasto, daí vale a pena. Mas prá vender não.

Como não poderia ser diferente, esta percepção é igualmente corroborada por uma mediadora social entrevistada e que também convive com os samambaieiros. Na verdade, o relato feito por ela dá uma idéia da dimensão do que representa esta transformação no modo de vida destes agricultores:

(Eu queria que tu falasse um pouco da samambaia) Eu acho que estamos num processo muito bonito porque antes, quando a gente chegou aqui, era quase como um destino prá essas 18 famílias aqui do fundo. Como outras muitas por aí têm um destino. Quatro ou cinco dias por semana elas fazem aquilo, homem, mulher e criança. E não tinha outra coisa para fazer, era aquilo, nem questionavam que poderia ser de outra maneira. Pararam quase de plantar o feijãozinho, a batatinha.. (Mudou o tipo de agricultura?) Eles plantavam muito mais antes. Depois eles pararam porque começaram a ganhar o dinheirinho da samambaia e pararam de plantar o feijãozinho, pararam de plantar o milho, porque também hoje começou a dar os problemas da lei. E eles vão agora, é um problema, eles estão indo no mercado no sábado com o dinheirinho que ganham trazendo de rancho tudo do mercado. Isso é uma coisa que nós não estamos mais conseguindo trabalhar. Eles cada vez mais não têm prá auto-suficiência. (Nesse sentido a samambaia) Nesse sentido foi negativo, eles não têm mais tempo também, nem força, nem coragem de plantar como plantavam antes e os mais velhos falam para os mais novos com muita dor nisso aí. Outro dia eu vi o seu L. dizer assim pro A.: ‘Como é que pode filho, vocês vão comprar um quilo de feijão no mercado, aonde é que já

se viu fazer isso, como que nós íamos acreditar que um dia ia acontecer isso'. Ele quase chora.

Como se vê, será a partir do tipo de trabalho que estes agentes passarão a exercer, ou seja, o extrativismo, que toda uma nova cosmologia encontra-se, ainda neste mesmo instante, sendo construída e processada. Não é preciso dizer que a retirada deste componente agregador, e que gera um novo estado de coesão social entre os samambaieiros, trará conseqüências ainda mais intensas e avassaladoras do que para os demais agricultores. É claro que, por outro lado, tem-se que reconhecer que esta atividade continua reproduzindo uma série de relações de dominação como, por exemplo, as exercidas pelos “puxadores” de samambaia, como mostra esta conversa do pesquisador com um casal de samambaieiros:

(Tu falou que tu tira uns 4 mil molho por semana) Tem semana que eu tiro três mil e tem outras que eu tiro só mil e quinhentos, isso é conforme o tempo ajuda né e conforme eles dão ordem de tirá mais ou não. (Eles os puxador?) É, eles é que dizem quanto é prá tirar. (E vem até aqui pegar?) Tava vindo duas vezes, agora ele tá puxando uma vez, que às vezes ele quer aproveitar porque também tem terreno arrendado, daí eles mandam tirar menos.

Este aspecto de dependência foi ressaltado também por um mediador ligado à representação sindical dos agricultores na região:

Bom, essa questão é como todas as outras culturas que nós temos aqui no vale, onde entra o atravessador no meio sempre tem o atravessador, que é o que ganha a fatia maior e o produtor, que realmente cria calos nas mãos, vem da mata extraíndo a samambaia e corre o risco de ser picado por uma cobra e tem um risco maior de vida, ele é que ganha a fatia menor . E isso é que preocupa, nós já temos que discutir alguma coisa tentando viabilizar uma forma de diminuir a distancia entre o produtor e o consumidor. Mas na questão da samambaia hoje sinceramente não tem ainda uma solução, ainda não surgiu uma forma, até porque eles que vêm, esses comerciantes que vêm brigando com a questão da samambaia já há muito tempo, certamente eles vão resistir e até o próprio comprador grande vai ter uma certa resistência em pegar prá vim buscar direto do produtor, ele vai preferir buscar de um determinado cidadão já conhecido.

Além do que, da maneira como é praticado hoje, este extrativismo coloca os samambaieiros em contato direto e brutal com a “roda viva” da competição capitalista, envolvendo o mundo das grandes corporações, como demonstra este pequeno trecho do relato de um mediador técnico:

Então a samambaia a gente não tem trabalhado porque também não se conhece né? Agora, é uma fonte de renda prá esses pequenos agricultores, pega na Barra do Ouro, lá na Encantada,

tem pessoas que só vive disso, extração daqueles morros, no meio do mato tirando aqueles molhos de samambaia. Aí eles vendem prá uma pessoa, aquela pessoa vende prá um intermediário e o intermediário vende pro outro intermediário que vende pro outro e aí leva prá São Paulo, Holanda, exporta prá Europa. Então é toda uma cadeia produtiva.

Entretanto, o que as entidades ligadas à preservação ambiental, muitas vezes, não conseguem perceber é que esta condição de maior proximidade e “*familiaridade do homem com a Natureza*” (Cândido, 2001, p.221) que agricultores e samambaieiros possuem (o certo, talvez, seria dizer mais próximos aos elementos não-humanos daquele agro-eco-sistema), confere a estes agentes um potencial muito interessante em termos de sensibilidade para as questões ecológicas. Ainda mais no caso dos samambaieiros, pois estes estão em contato diário com a floresta devido ao trabalho de coleta exercido no interior das matas da região. Sobre isso, é interessante o que acha um agricultor entrevistado ligado à produção ecológica:

(E como é que tu vê os samambaieiros?) Olha, eles vivem mais em contato com a natureza, andam nos morro e caçam também e até depredam por parte, mas eles são muito explorados porque o intermediário é que leva a fatia maior. Então, eles vivem no mato se arriscando aí com cobras e não têm o retorno que deveria prá essas pessoas. Eles usaram essa alternativa porque não valia mais a pena plantar nos morros, não podia derrubar e as pessoas correm prá onde dá né?

Sobre esta sensibilidade em relação à valorização dos elementos não-humanos existentes no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, foi recorrente nos discursos dos agricultores, de um modo geral, o reconhecimento da importância da preservação de certos locais. Isto ocorre muito devido ao fato de não ter havido conflitos fundiários e de existir já uma história de convívio dos agricultores com as “áreas do governo”, o que acaba fazendo com que estes agentes se mostrem amplamente favoráveis à conservação destas áreas (o que, é bom lembrar, os faz potenciais aliados no trabalho de preservação). Exemplo disso é o caso deste agricultor entrevistado ainda vinculado a uma organização social *tradicional-colonial* e cujas terras são vizinhas à reserva:

(O senhor conhece o que que tem aqui atrás, é área do governo né?) É, ali é o Faxinal. (Por que Faxinal?) Porque eles sempre chamaram de Faxinal. (É o nome?) É o nome. (E isso sempre foi do governo?) Sempre foi, quando nós era gurizada nós ia pegar pinhão lá. (O senhor acha que tem que ter um lugar assim?) Tem que deixar mesmo, eu acho, não é dos colonos mesmo né?, então tem que deixar (Que outra importância o senhor vê lá?) Porque a nossa água vem de lá e se começa a derrubar a mexer já vem a água suja.

E ainda este outro samambaieiro cujas terras também fazem fronteira com as áreas do Estado:

(Já ouviu falar que tem uma reserva aqui em cima?) Em cima aqui no Faxinal, mas o que é proibido é derrubada desde aqui debaixo, mas onde pega o do governo é em cima do faxinal ali. Lá não tem dono lá em cima, mas nunca ninguém foi derrubá, lá tinha era a invernada, a turma largava as criação lá no mato, porque tinha um banhado, o pai chegou a largar uma parilha ali. Naquela terra lá todo mundo tinha criação, três cabeça cada um. (Daí deixava lá?) Aí ficavam lá, passavam anos lá em cima, depois desciam, depois que engordavam, tinha uns banhado e eles se criavam lá naquele pasto e hoje em dia foram largando porque foram ficando velho. Agora vai prá lá derrubar tudo, daí estraga, acho que não deve. Lá nem aparece arroio, às vez é vertente, tem uns olho d'água e depois de uma certa caída do morro prá cá, aqui se faz os valão de arroio. Ai se vão mexer lá em cima prá plantar, única coisa que dá prá plantar lá é verdura. E daí lá já vai veneno e essas coisas e isso estraga. (Tu acha que tem que ter um parque assim?) Aí lá em cima deve ter. Porque daí lá em cima por que o povo vai usar? A não ser se for que nem eles faziam, prá largar criação, é a única coisa que eles faziam, porque outra coisa não dava prá fazer.

O interessante aqui é que surge, novamente, a importância do “uso” que os agricultores dão à terra. Neste sentido, tem-se que considerar que muito da concordância com a existência destas áreas protegidas, na maioria das vezes, fica condicionada a um não comprometimento das áreas em que eles costumam “botar as roças”. Veja-se o exemplo deste agricultor-samambaieiro:

(Tu me perguntou por que, mas por que tu acha que tem essas leis de meio ambiente?) É prá manter tudo certo, tem lugar prá fora que eles terminaram né?, decerto é isso. (Tu acha certo isso?) Por um lado eu acho certo sim, se é prá estragar que tu vai derrubar aquilo tudo, daí não deve, se é para estragar né?, aí a pessoa não deve. Só não deve ser tratado assim prá quem precisa trabalhar prá viver. Isso aí, vâmo dizer, vocês vão liberar e daí eu pego dali assim, daí eu vou derrubar tudo de uma vez só, prá estragar, deixar lá, não tá certo. Tem que ser uma coisa assim, se vai derrubar é porque vai aproveitá. Se é prá vim samambaia, daí derruba, aí deixa e vem vindo a capoeira de novo, aí tem a samambaia e tira ela (...). (Tu acha que podia ser diferente essas leis?) Podia, pelo menos um pouco, não digo liberar tudo assim, assim prá divastá, prá estragar e divastá não, porque aí também é crime. Não é assim, mas podia ser liberado prá nós usufruí um pouco, que hoje em dia seja liberado aqui prá nós.

Novamente se nota na fala deste agricultor-samambaieiro a importância que a terra adquire como um lugar de trabalho, de geração de “elementos da vida” e, principalmente, o que isto representa para a manutenção e reprodução do núcleo familiar. Ao mesmo tempo, há uma clara sensibilidade para o fato de que não se deve “liberar para estragar”, ou seja, não se deve permitir a destruição daquilo que representa os “elementos da vida” e que garante a sobrevivência destes agentes se

isto for usado para outros fins (por exemplo, como forma de obtenção de lucro). Interessante perspectiva “ecológica” esta, não? Além disso, com toda a certeza, tanto os samambaieiros como os agricultores próximos ao modo de vida *tradicional-colonial* (deve-se ter bem claro que os samambaieiros são, na maioria dos casos, também agricultores e que ambos conservam uma maneira de ver o mundo muito próxima) trazem consigo uma série de conhecimentos sobre os ecossistemas locais que poderiam ser utilizados nos processos de construção de novas políticas ambientais menos autoritárias. Sobre isso, Wey de Brito (2000, p.110) aponta um exemplo:

Como exemplo desses esforços, em termos da incorporação recente de populações no planejamento de unidades de conservação, temos os trabalhos desenvolvidos na Estação Ecológica de Mamirauá, no Estado do Amazonas. Nessa estação ecológica, diferentemente do que a legislação define, foi possível a permanência dos ‘vargeiros’. Estes, além de poderem continuar desenvolvendo suas atividades tradicionais, estão participando do planejamento da unidade, por meio de um processo de consultas contínuas e diálogos constantes. Isso implica um tempo mais longo para a tomada de decisões, que, assim, passam a ser consensualmente respeitadas.

Como já visto anteriormente, esse “*tempo mais longo para a tomada de decisões*” foi justamente o que não aconteceu no caso da institucionalização da problemática ambiental que se instalou no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, o que fez com que os órgãos ambientalistas e seus técnicos acabassem sendo vistos como verdadeiros “inimigos” pelos agricultores de um modo geral. Aliás, se tivesse havido minimamente uma procura por estabelecer, desde o princípio, algum tipo de diálogo com as populações locais, talvez pudesse ter sido evitado um processo de dilapidação quase que completa de uma das espécies mais importantes dentro do ecossistema da Mata Atlântica, a saber, o palmito (*Euterpe edulis*), devido à sua extração ilegal. E muito disso se deve à desconsideração, por parte das instituições ambientalistas, da existência de um certo *capital social* por parte da comunidade local no sentido de valorizar a manutenção desta espécie. Vejamos, portanto, um pouco mais de perto este processo, só que, contudo, partindo, preferencialmente, do modo como os agentes locais vêem esta questão.

### **7.6 Pequenos relatos de agricultores e mediadores sobre o “assassinato” de um não-humano**

Agora tão plantando palmito. Mas eu esses dias disse lá em Maquiné: ‘eu não plantei palmito e nem vô plantá, porque eu duvido que esses ladrão de palmito não vão roubá esse palmito plantado. Infelizmente nós tâmo assim, quando o palmito tivé pronto, quando o cara acha que tá bom de colher, daí vai lá prá colher e já colheram, vai vê só os pauzinho no chão. Por isso eu desconfio.

Agricultor da Prainha/Maquiné, junho de 2001.

Diferentemente da samambaia-preta, que é um tipo de vegetação conhecida como pioneira (portanto, com crescimento, capacidade de regeneração e de adaptação muito elevados), o palmito ocorre geralmente no interior da floresta nativa ou secundária<sup>257</sup>. Além disso, a sua retirada sem um manejo adequado, em comparação com a samambaia, certamente implica uma redução muito mais drástica e rápida no número de plantas existentes, pois as taxas de crescimento, neste caso, são bastante lentas e os sistemas de reprodução e de disseminação muito mais complexos (isso sem falar nos prejuízos em termos de quebra da cadeia trófica, ou seja, a interrupção da sucessão dentro da cadeia alimentar da floresta, pois o palmito serve de alimento e abrigo a muitos animais). Portanto, existe aqui uma clara diferença (entre o palmito e a samambaia-preta) em termos de capacidade de suporte no que se refere ao manejo e a extração pelo homem e também no que se refere à importância dentro do próprio ecossistema da Mata Atlântica. O interessante é que, contrariamente ao que se poderia pensar, os habitantes locais conhecem muito bem estas diferenças ecológicas entre o palmito e a samambaia, como mostra, por exemplo, o relato deste agricultor-samambaieiro:

(Acham que tem que proibir o palmito) Pois olha, ele até podia ser liberado, podia ser e deve ser. Agora, também, quem tira ele tira mas depois leva tempinho prá vim de novo. Não é que nem a samambaia que tira hoje e passa um mês ali e tá pronto de novo, ele morre. Então o certo era se liberasse prá tirar o tal do palmito até pro cara plantá um pouco também né? (Planta o palmito?) É.

---

<sup>257</sup> É bastante conhecido o empenho e o esforço desenvolvidos pelas organizações de preservação ambiental (governamentais e não-governamentais) no sentido de promover ações que permitam a esta espécie vegetal recuperar as taxas de crescimento originais e o número médio de matrizes que até há pouco tempo podiam ser encontrados na Mata Atlântica.

Mas, o que tem acontecido, principalmente nos últimos 10 anos, no agro-ecossistema da bacia do Rio Maquiné? A completa depredação desta planta devido a sua retirada ilegal. Sobre este processo, o mesmo agricultor-samabaieiro conta como normalmente acontece a extração ilegal desta planta:

(Tem palmito ainda aqui?) Tem e bastante. Mas esse lado aqui assim, prá lá naquele morro do lado de lá tem um cara que limpou tudo, não era só ele, tinha mais algum lá debaixo também. Até andaram pegando ele aí no morro. E não arrendaram, não falaram com ninguém, só iam entrando e devastando. Ele desceu muito na caída de cá assim. Aí um dia tavam trabalhando aí em cima na roça e ouviram barulho, aí foram lá vê e era ele tirando, aí pegaram, mas ele já tinha tirado quase tudo daquele morro.

E também este bananicultor e criador de gado:

(E tem muito roubo de palmito aqui?) Tem, e só não tem mais roubo porque não tem mais palmito, já roubaram o palmito tudo. Tu que vê, o meu vizinho aqui tem uma roça, um bananal lá atrás daquele morro lá. Ele sobe de carreta e ali naquela ponta de mato é dele. Da figueira prá baixo, ali é assim de palmito, palmito coisa mais linda, palmito maduro, mais grosso que esse troço aqui assim. E um dia ele tava subindo de manhã cedo prá cortar banana lá em cima e chegaram lá, rapaiz, ele e um empregado dele, aqueles palmito tudo cortado, não era um nem dois, mais muito, e eles cortam de noite, entraram de madrugada.

No entanto, pelo menos neste caso, as pessoas envolvidas parecem não ser, na maioria das vezes, os agricultores (embora certamente existam exceções), mas sim pessoas de fora da comunidade ou indivíduos recém-chegados à região. Este aspecto foi constatado por um mediador técnico:

(E o palmito?) Ah, o palmito tem uns caras que roubam né?, chegam de noite, aí o dono da propriedade vai lá, denuncia na polícia e eles quando podem pegam os caras, prendem né?, aí aparece no jornal: 'em Maquiné foi preso cara roubando palmito'. Mas não são os donos, são pessoas que vão lá, roubam e fazem conserva clandestina, isso realmente acontece.

Este caráter de pouco envolvimento dos agricultores na extração ilegal de palmito fica evidente nesta fala do próprio representante local da SEMA:

(Se sabe quem são as pessoas?) Se sabe, se sabe o nome de várias, tem vários relatos, já rolou processo, a polícia já absolveu eles. Teve até um que até morreu num acidente e tem também uma caminhonete que já foi usada. Já tiraram até da FEPAGRO, já tiraram de vários locais. (É gente que mora em Maquiné?) Gente que mora mais lá prá fora, na Prainha, mas que veio de fora. (Eles não são de Maquiné?) Até podem ser daqui, só que eles são pessoas que vêm e vão, ficam um tempo depois saem. Parece que vendem prá uma fábrica em Osório, que é clandestina, que também já foi denunciada lá na Patram. (Tem agricultores que fazem isso?) Não, é só roubo de fora, não vejo nenhuma situação local aqui com agricultores,

então provavelmente quem faz são umas pessoas de carência, que não trabalha na agricultura e que faz isso porque dá uma renda razoável, mais que a samambaia. E se arriscam. Muitos têm celular, tão ligados com a polícia, tem informantes lá. A gente nesse sentido quer ajudar no trabalho policial porque o roubo do palmito tem uma antipatia popular.

Como disse este mediador, existe na região uma natural “antipatia popular” da população local pelo roubo, e por quem rouba palmito. Isso significa dizer que existe já uma certa pré-disposição que, se fosse canalizada no sentido de tentar envolver a comunidade de um modo geral nos processos e preservação desta espécie vegetal, sem dúvida traria resultados interessantes e significativos do ponto de vista da sua conservação. Sobre este caráter preexistente, o mesmo entrevistado anterior comenta:

(Como é que tu vê a situação do palmito?) O palmito é o seguinte: eu vejo e conversando com o pessoal, com os moradores daqui, que não é cultural os italianos comerem palmito, ponto. É cultural observar a palmeira e até achar bela. Esse sentimento eu já vi várias e várias vezes, mas cortá não, muito pouco. O que acontece é o seguinte, os italianos ficam muito irados e os moradores ficam muito irados quando o palmito é roubado, porque há uma invasão de propriedade e eu conheço os gringo, que não ganharam nada com isso. Então, o palmito, é malvista a extração ilegal dele, é malvista por agricultores e moradores urbanos e rurais. Muitos agricultores até já me procuraram, uns cinco me procuraram. (Eles tavam vendo que tavam tirando e foram te procurá?) É isso.

Infelizmente, houve, durante muito tempo, uma completa desconsideração para com esta aparente “sensibilidade” dos agricultores em relação ao palmito, o que só irá acontecer com a chegada de novos mediadores sociais, como no caso deste último mediador citado e como é também a situação desta educadora ambiental entrevistada:

(Como é que tu vê a questão do palmito aqui na região?) Eu vejo como a maior sacanagem também, porque o agricultor, eu vou dizer a experiência que eu tenho, o agricultor ele não derruba o palmito. Eu não sei por que ele gosta do palmito, mas ele tem uma relação afetiva com o palmito, gosta do palmito e ele não derruba o palmito. O que que acontece, ele não derruba o palmito, pode ser até que eles não plantam, mas o próprio palmito dentro da mata se estende, se regenera, cresce, até os próprios animais que vivem dele ajudam nisso aí. Só que, tu vê, numa noite, lá nos fundos de casa quando eu não estava, derrubaram 2 mil pés e o agricultor que não tirou, que preservou, perdeu e se ele quiser tirar, se ele for plantar e tirar, ele tem tanta lei que o cara não consegue tirar. E ele tem que gastar uma nota para conseguir, então o que que ele vai fazer, ele vai ficar revoltado com isso.

Todavia, esta condição de potencial engajamento dos agentes sociais da região no processo de preservação desta espécie fica mais evidente ainda ao se dar voz aos próprios agricultores, como, por exemplo, este bananicultor entrevistado:

Eu acho sobre o palmito que isso aí é roubo. (Que as pessoas vão lá e tiram?) É, porque o proprietário não tira palmito, 99% dos proprietários não tiram e não deixam tirar. (E tu acha que é certo não poder tirar?) Sim, eu até tô de acordo que o cara tire um prá comer, uma coisa assim, mas o palmito é uma árvore bonita, se eu tivesse não deixava cortar.



Ou ainda este horticultor:

(Vocês tiveram aqui palmito roubado?) Esses eu não perdôo, tivemos e até mandamo prende o cara que tava roubando. A SEMA prendeu o cara que tava roubando, conheço bem o cara, um tal de O. Daí ele botô a culpa noutro e disse que tinha sido outro que tinha vendido prá ele, mas o negócio é que hoje é palmito, amanhã é um carro ou uma moto. (E vocês acham que é certo essa coisa de proibir?) É claro que é certo, porque tem serviço mais fácil e acho que ganha até um pouquinho mais.

Na verdade, o que aconteceu foi que, ao contrário do que se imaginava, a proibição completa e irrestrita da extração e comercialização do palmito acabou não tendo os resultados esperados, havendo, nestes últimos dez anos, uma intensa exploração (ilegal, é evidente) das matrizes existentes nas áreas de floresta. Todavia, o importante neste caso é que, provavelmente, um dos fatores que deve ter contribuído (embora indiretamente) para que tal processo ocorresse da forma como ocorreu, foi o fato da proibição imposta ter colocado em evidência a própria possibilidade de obtenção de um certo retorno econômico através da extração do palmito. Em outras palavras, a própria mobilização das entidades preservacionistas (e o alarde que as diligências feitas pela fiscalização geralmente provocam), acabou justamente chamando a atenção para o potencial desta planta em termos lucrativos. Além do que, se isso não for correto, cabe indagar por que até há dez ou quinze anos não se ouvia falar em extração de palmito na região, como contou este bananicultor-mediador entrevistado?

O palmito acho que a exploração maior dele veio só nos últimos 10 anos, antes acho que até nem existia. (...) Depois, quando proibiram, daí começou a aparecer os ladrão, antes não tinha ladrão, só às vez, ladrão de palmito não se ouvia falar, é um roubo novo.

E também um horticultor entrevistado:

Não, não, não existia, é novo, entrou faz poucos anos e também quando entraram roubaram tudo. O problema do palmito é que tu não pode cortar. O que que tá acontecendo com o ladrão, ladrão vem aqui e cortô tudo, não deixou uma árvore pros passarinho poder comer. Se eu vou cortar, o agricultor, nós vamos cortar uma parte, um terço e o resto deixa pros passarinho e prá continuá a reflorestá.

E, ainda, um horticultor-mediador:

(...) o palmito sim, um dia passei chumbo na bunda dos cara, porque, nunca quis atirá em ninguém, nunca, mas dá vontade às vez do cara fazer umas besteira.

Em resumo, até bem pouco tempo, para a grande maioria da população local (e, principalmente, para os agricultores), o palmito não era percebido como uma possibilidade de incremento da renda familiar ou coisa parecida. Isto fica bem evidente no relato deste agricultor entrevistado próximo ao modo de vida *tradicional-colonial*:

(Chegam a roubar palmito do senhor aí?) Aqui no que é meu não tem. (Não tem porque roubaram?) Não, não tinha, aqui prá dentro desses costão é que roubam. (...) Os caras não são daqui, vai se saber quem é. (Vendiam palmito aqui antes?) Dessa história de palmito não tinha não. Antes nem se sabia que dava prá comer, foi de uns 10, 12 anos prá cá que começou. (Vocês chegavam a usar palmito pra comer?) Nada, nada. (E tu acha que tem que proibir isso?) Acho, porque se é pouco aquilo ali que tem ali, vai tirar prá que, deixa lá então. (E o que que tu acha dos que tira palmito?) Esses ladrão tem mais é que proibir porque roubar dos outros eu acho que não deve, o cara se quer se arrumar, quer viver tem que se arrumar com o que é do cara, porque coisa que eu tenho mais raiva quando que a gente tem uma coisa e alguém vem roubar, aí eu fico bem louco, porque eu não tenho serviço de ir roubar o que é dos outros, se eu tenho alguma coisa é do meu suor, não do suor dos outros.

Contudo, o que aconteceu neste caso, foi que a proibição do uso destes recursos existentes nas propriedades dos agricultores acabou legitimando um tipo de discurso que diz algo como: “se não podemos usar, então prá quê preservar”? Sobre isto, o relato deste bananicultor ilustra bem esta situação:

A nossa área dali do meu tio deve ter uns 60 ha de mato que tinha uma abundância de palmito. Hoje não tem mais nada, deve ter talvez umas 20 palmeira talvez, acabaram com o palmital todo. Porque também eu não cuidei mais. Porque a lei é severa com nós, eu fui multado por fazer minha lavoura. Agora eu vou tá lá dando tiro nos cara porque tão roubando palmito que não é meu? Como é que tá nas lei mesmo, toda a mata é de domínio o público, né? É da sociedade, então por que eu vou lá dá tiro nos cara, porque antes de aparecer os ladrãozinho a gente sempre dava uma corridinha neles, os caçador eu ainda faço até hoje, dou uns tirinho lá prá assustar.

E também este mediador ligado à representação sindical dos agricultores na região:

O palmito é outra questão séria prá nós aqui em Maquiné, eu diria que uma coisa muito negativa é a proibição da extração deles, porque se for proibido o proprietário de extrair o palmito, nós hoje, o meu pai é proprietário de uma área de 29 ha, sendo que a grande maioria dela é mata e nessa mata tinha muito palmito, mas se nós vamo andar lá hoje nós não vimos palmito nenhum porque já foram extraídos por outras pessoas que acabaram roubando. E o que aconteceu com o proprietário? Não se mobilizou e a mata tá lá sem o palmito, então é uma questão muito seria.

No caso dos agricultores, apesar da grande maioria se mostrar bastante favorável à necessidade de conservação do palmito, eles possuem a capacidade de contribuir na resolução deste problema. De fato, é interessante verificar o relato deste horticultor entrevistado, cujas idéias se aproximam muito de várias experiências levadas a cabo em outras regiões do país (como, por exemplo, a região de Guaraqueçaba, no litoral paranaense) e que procuram conciliar a necessidade de conservação desta espécie com a possibilidade de utilização como forma de incrementar a renda familiar dos agricultores:

(Como é que tu vê o problema do palmito?) O palmito falta uma lei, que a lei mude pro agricultor poder manejar o palmito, porque não tem uma lei de manejo, o palmito é bom, é muito consumido, as pessoas querem consumir o palmito e ele dá muito na mata e a mata conseguiria se recompor com uma retirada em pequena escala. Então tinha que ter essa lei que o agricultor pudesse tirar e manejar o mato, fiscalizado, que tivesse agrônomo prá ajudá, que fosse manejado. Aí, o agricultor taria no mato, raleava, semearia mais o palmito e viveria em contato com a natureza, e o ladrão não iria mais lá roubar, porque ia saber que podia encontrar o agricultor no mato.

E, também, as idéias deste outro horticultor-mediador:

Não, e às vezes vejo alguma dificuldade exatamente por aí, porque daqui a um pouco é o seguinte, se você regulamentá aqui o palmito, vamo regulamentá, daí você tem a sua propriedade, você tem o seu palmito, tantos pés de palmito, você pode dispor por ano digamos uma terça parte, tá, aí tu vai renovar, tira 10, planta 10, e vai renovando. Na hora que tirar vai renovar, que aí chega um pouco que se ele demora 5 6 anos então quando tu tirar o último pé, aquele primeiro que tu plantou tu tem ele de novo. E aí a pessoa não tem a necessidade de tarem te roubando, ou ter problemas com o IBAMA, porque tá regulamentado e você tem interesse em cuidar, em tirar, em vender e a mesma coisa é a samambaia.

Obviamente, é de se esperar que os mediadores sociais mais próximos aos agricultores também tenham uma posição semelhante ao que foi exteriorizado por estes dois horticultores, como é o caso deste representante do sindicato dos agricultores local:

(Vê alguma solução?) Eu acho que a princípio deveria ter uma orientação para os proprietário da forma que deveria ser explorado porque ele próprio iria cuidar da sua propriedade com mais valor, e ele é deve ter um cuidado maior e quem sabe diminuir esses ladrões de palmito que se encontram por aí.

Pôde-se ainda identificar uma outra conseqüência talvez com desdobramentos mais negativos do que esta situação de desvalorização do potencial engajamento da população local de um modo geral. Esta tem a ver com a interferência nas atividades desenvolvidas pelos samambaieiros. O que acontece, é que, pelo fato da extração da samambaia ser feita principalmente nos entremeios das florestas ou nas áreas de capoeira, estes extrativistas acabam, muitas vezes, sendo identificados pelos agricultores como potenciais “ladrões” de palmito. Sobre este aspecto, é interessante o relato deste mediador entrevistado:

(E a questão do Palmito, do corte clandestino?) O palmito continua o corte igual, não mudou nada, roubavam e continuam roubando, foram feitas milhares de apreensões, o cortador de palmito é preso em flagrante, vai lá na justiça, ele paga uma multa que se reverte em dias de trabalho prá entidades e ele volta noutro dia a roubar de novo. E isso é problemático, eu acho esse problema do palmito é terrível até talvez em função disso aí a extração da samambaia é muito proibida por causa da intensiva extração de palmito.

Entretanto, é quando os agricultores falam sobre este assunto que o eventual “preconceito” (desencadeado, principalmente, pelas restrições ambientais) para com os samambaieiros, mostra-se mais evidente:

(Por exemplo, a samambaia, o que vocês acham da samambaia, vocês arrendam prá samambaieiros?) Não, prá evitar encomodação, e a gente acha que dá a samambaia já é trilha pros cara ir lá roubar palmito e caçar e tirar outras coisas também, por exemplo o cara vê uma orquídea, um gravatá, xaxim, palmito, isso tudo o cara vai levando de lá sem nós saber. (Tem muita gente hoje em dia que vive da samambaia?) Tem, aqui mais no fundo, mais lá prá Rafinha, não faço idéia quantos, mas me dá muita dó aí do pessoal, até um dia chegou um cara, eu tava na minha casa, era um domingo, e chegou e disse: ‘eu nem sei quantos dias que eu tô comendo sem carne’. Era no inverno e o inverno foi muito rigoroso, ele disse: ‘faz uns quantos dias que eu tô comendo mal, porque eu não tenho dinheiro e eu quero que tu me arrume de eu tirá um pouco na samambaia, tu aí que tem, eu te pago’. Aí disse: ‘mas tu sabe que eu sou totalmente contra de tirar samambaia, mas eu te arrumo, mas só prá ti e é uma vez só, tu tira a quantia que tu precisa prá tu comprá as tuas coisas e depois eu tranco de novo’. Ele tirô a quantia de samambaia e dali um ano, e esses dias aí, ele queria me pagar, mas eu disse ‘rapaiz, esquece, leva como presente, eu não quero nada’ Me deu muita dó isso daí.

Como não poderia ser diferente, todo este ambiente controverso também acabou gerando um certo sentimento de antipatia para com os órgãos ligados à preservação, perdendo-se, com isso, parte daquela natural propensão a auxiliar eventuais atividades de conservação do palmito. Isto ficou patente neste depoimento dado por um agricultor da região a uma coluna do jornal local aberta ao público em geral:

Há tempos, escrevi um artigo para este jornal onde eu dizia que o agricultor que tem mata em sua propriedade tem menos direito nela do que um guaraxaim, pois ele pode colher o que a mata produz e o agricultor não. (...) O palmito poderia ser colhido pelo agricultor, sendo que uma parte seria comercializada, e a outra deixada para a reprodução e alimento para os animais silvestres. O agricultor poderia fazer este controle, como faz com os animais domésticos e com toda a agricultura, mas como é proibido este comércio, o dono perde o interesse até de cuidar da mata, pois pelo que diz a lei, ele já nem é mais o dono dela. Só que a lei que intimida e proíbe que o agricultor colha o que seria seu, quase nada faz com o ladrão de palmito que está fazendo um dos maiores estragos nos palmitais. Quando o agricultor corta algumas árvores para fazer uma roça para o seu sustento, vem a lei radical e desumana, humilha o coitado que está trabalhando e multa mesmo sem o flagrante. Já o ladrão de palmito tem de ser flagrado, e se for pego, é logo solto. (...) Está muito difícil: de um lado, os ladrões de palmito; do outro, o governo que não deixa usar a terra. O mesmo governo que diz que é um crime cortar uma árvore, não vê crime algum em tomar nossas terras em nome da ecologia (Opinião, Folha de Maquiné, fevereiro de 2001).

Pelo que se sabe e pelo que pôde ser levantado nas entrevistas, bem como durante o período de permanência do pesquisador na região, este agricultor não é o que se possa chamar de “exemplo” em comparação aos demais agricultores da região. Possuindo cerca de 120 hectares de terra, quase todos localizados em áreas consideradas de preservação permanente ou com sérias restrições ao uso agrícola; este agente encontra-se em muito melhor situação econômica do que a maioria dos agricultores. No entanto, como se verá logo a seguir, foram justamente agentes como esse (tanto agricultores, como mediadores), ou seja, com maior capacidade de se pronunciar perante os fóruns de debate sobre a problemática ambiental que, durante muito tempo, estiveram encarregados de “defender” os interesses daqueles agricultores menos favorecidos econômica e socialmente. Como se sabe, normalmente existe por trás desse tipo de relação uma série de mecanismos de dominação que, no caso da problemática ambiental, serão também acionados para contrapor o discurso preservacionista que integra hoje o debate dentro do *campo ambiental*.

É neste sentido que, antes de se abordar os desdobramentos que tal situação tem provocado, faz-se necessário, ainda, verificar o que acontece com os significados que a problemática ambiental adquire no momento em que começam a se intensificar as interfaces entre uma concepção mais ligada à ótica *tradicional-colonial* e os mecanismos trazidos pela instalação da agricultura *produtivista-moderna* no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné. E, é por esta razão que, a partir desse

momento, passar-se-á a analisar como estes aspectos de simultaneidade entre duas concepções de mundo teoricamente bastante diferenciadas interferem na percepção e nos discursos dos agentes sociais (agricultores e mediadores) sobre a própria problemática ambiental na região.

### 7.7 *Quando as relações capitalistas se interpõem entre agricultores e meio ambiente: um segundo ponto de vista sobre os discursos dos agricultores*

O ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua representação social..

Ricardo Abramovay, 1992, p.131.

Ao se pensar nas condições críticas em que se encontram os agricultores que continuam a desenvolver, em suas propriedades, sistemas produtivos muito próximos do que foi no passado uma agricultura do tipo *tradicional-colonial*, ou nas enormes e amplas dificuldades de sobrevivência enfrentadas pelos samambaieiros, seria plausível supor que estes agentes seriam aqueles com o discurso mais ferrenhamente contestatório em relação à institucionalização da problemática ambiental na região. No entanto, isto não se confirmou durante as entrevistas, as quais mostraram que os agricultores com posições mais “radicais” em relação às restrições ambientais foram aqueles que se encontram economicamente em melhor situação. Mas, por que razão estes agentes, que têm poucos incentivos agrícolas para explorar as zonas com floresta e/ou capoeira (devido aos retornos elevados proporcionados pela utilização das áreas de várzea e, também, pelo fato de haver pouca capacidade de disponibilizar maior quantidade de mão-de-obra, mesmo contratada, para trabalhar as áreas de encosta), revelam-se, muitas vezes, aqueles com posições mais inflexíveis sobre o assunto e totalmente contrários a qualquer tipo de controle externo relacionado ao uso dos recursos disponíveis nas suas propriedades?

Para entender esta aparente contradição, é necessário empreender uma reflexão sobre o processo de construção das diferentes racionalidades que irão compor o universo cosmológico dos agricultores no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné. No caso da maioria dos horticultores, por exemplo, por trás do recorrente discurso “pró-utilitarista”<sup>258</sup>, vários componentes estarão atuando de

---

<sup>258</sup> Este termo é aqui adotado no sentido oposto ao que seria um discurso “preservacionista”, ou seja, “utilitarista” referindo a um tipo de discurso que, normalmente, desconsidera ou considera muito

forma bastante difusa e, por vezes, paradoxal. Contudo, uma diferença importante tem a ver com o caráter ao mesmo tempo genérico, mas, também, muito particular da própria agricultura familiar como um todo. Neste caso específico, o que está em processo é a junção imperfeita de diferentes formas de compreender a natureza e o meio ambiente. Vale lembrar, também, que, como já foi dito anteriormente, para efeitos de análise, optou-se por identificar duas perspectivas bem distintas e que ajudam a explicar parte deste processo, a saber: um ponto de vista que se aproxima mais de uma racionalidade chamada aqui de *tradicional-colonial*, com sua lógica baseada na perpetuação do modo de reprodução familiar através da possibilidade de posse dos objetos não-humanos, realizada a partir do trabalho na terra e do convívio diário com os “elementos da vida” que integram o meio ambiente; e, uma perspectiva mais ligada à ótica *produtivista-moderna*, a qual visa à maximização dos “recursos naturais” com vistas a gerar aumentos constantes de produtividade ou, ainda, a fazer uso de certos “bens imobilizados” temporariamente, como, por exemplo, é o caso da vegetação existente. Assim, percebe-se que

a agricultura familiar que se reproduz nas sociedades modernas deve adaptar-se a um contexto sócio-econômico próprio destas sociedades, que a obriga a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social tradicionais. Estas transformações do chamado agricultor familiar moderno, no entanto, não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas ‘anteriores’, gestando, antes, um agricultor portador de uma tradição camponesa, que lhe permite, precisamente, adaptar-se às novas exigências da sociedade (Wanderley, 1996, p.2).

De que forma e em que nível se dará esta adaptação-resistência, somente as condições (culturais, sociais, econômicas, ecológicas, etc.) particulares de cada núcleo familiar envolvido (e, é claro, com tudo o que isso implica em termos de construção de novas relações e vínculos pessoais, como, por exemplo, são as redes *diádicas* de parentesco e de ajuda mútua) é que poderão dizer. Ocorre que a própria carga do *habitus* construído através dos anos pelos agricultores (e pelos mediadores), na qual suas trajetórias de vida têm papel preponderante, e também todo o contexto sociocultural que os envolve no tempo e no espaço de suas existências, estarão sendo efetivamente acionados. O resultado deste processo será a desfiguração de toda uma

---

pouco a necessidade de algum tipo de normatização relativa ao controle das ações dos agricultores sobre o meio ambiente.



lógica baseada no modo *tradicional-colonial* de vida dos antigos colonos através da introjeção de “elementos de modernidade” (tais como novos equipamentos e tecnologias, mas, também, novos valores e referências sociais), os quais, todavia, podem permanecer apenas em uma forma superficial e não declarada. Sobre este aspecto de interconexão de diferentes racionalidades, Carneiro (1998, p.150) chama a atenção para a

capacidade da cultura (...) tradicional em formular saídas para a crise da economia e do ecossistema provocadas pelas medidas modernizadoras. (...) Elementos tradicionais da chamada ‘farming culture’ não só persistiram como estão firmemente ancoradas em largas camadas da população rural, até mesmo em pessoas empregadas em modernas empresas industriais (...). Rompendo com o paradigma que igualiza a cultura camponesa ao ‘tradicional’, ‘passivo’ e ‘oposto à mudança’, Pongratz propõe pensar a integração da ‘farming culture’ à sociedade industrial moderna sem que isto resulte num processo simples de aculturação. Em suma, a manutenção de tradições culturais (as quais designa de camponesas) não seria incompatível com a modernização da sociedade que deve ser encarada simplesmente como uma nova fase, com novos objetivos, que pode incluir o que anteriormente era tido como ‘tradicional’ e ‘atrasado’.

Ainda sobre esta característica de construção de um novo *ethos* pelos agentes sociais, vem muito a propósito uma colocação feita por Gehlen (1998) sobre as conseqüências, para estes agricultores, advindas dos processos de transformação sofridos pela sociedade em geral:

É verdade que os agricultores familiares tendem a sentir mais agudamente as transformações por que passa a sociedade e, particularmente o meio rural. Tais mudanças afetam, principalmente, suas identidades profissional e sociocultural. Mesmo resguardando a condição de produtor rural familiar, as mudanças que alteram suas relações com a terra, com o trabalho e com a sociedade afetam as identidades e, principalmente, as mudanças políticas interferem em sua cidadania. Sua conversão em produtor moderno estabelece ‘não somente outras relações com o trabalho, com a família, com a produção, com o mercado, mas também outras relações com a terra, com o espaço e com o tempo. De fato ele forjou uma outra concepção dele mesmo e de sua profissão’ (Lamarque, 1994:4) (Gehlen, 1998, p103)..

É por esta razão que, além do que já foi dito até aqui, é preciso, ainda, retomar uma questão importante e que diz respeito às diferentes percepções dos agricultores sobre as suas “áreas de domínio”, ou seja, sobre como estes agentes parecem ver suas propriedades e tudo o que nelas existe. Isto, porque é dentro dos limites estabelecidos pelas unidades produtivas dos agricultores que as determinações decorrentes do processo de institucionalização da problemática ambiental efetivamente se objetivam. Neste sentido, é presumível se esperar que, a

partir do momento em que as relações capitalistas começarem a se instalar mais fortemente junto aos sistemas produtivos praticados pelos agricultores, uma nova interpretação será dada àquele aspecto de *domínio* (salientado no item 7.5) dos elementos não-humanos presentes nas suas terras. Mesmo que seja mantida a necessidade de ocupação e de uso da terra, haverá, cada vez mais, a partir de agora, uma fusão das idéias de “domínio” e de “posse”, ambas herdadas do modo de vida *tradicional-colonial*, com o incentivo à apropriação dos recursos naturais através da legitimidade conferida pela instituição da propriedade privada e do constante apelo do novo padrão *produtivista-moderno* à obtenção de resultados produtivos cada vez mais imediatos. Assim, ocorre que, no decorrer deste processo, o agricultor passa a se ver muito mais como um “proprietário” do seu imóvel do que como um “usufrutuário” daquilo que nele existe.<sup>259</sup>

Com isso, aquela necessidade recorrente identificada anteriormente de “usufruir” a terra (ver item 7.5), e que confere os “valores de uso” que integram os “elementos da vida” para o agricultor, vai sendo paulatinamente substituída por um tipo de pensamento que percebe estes elementos como uma espécie de “reserva de valor”, como “mercadorias”, podendo, assim, serem transformados definitivamente em meros “recursos” disponíveis na propriedade do agricultor. Aliás, esta concepção de “recurso”, enquanto fonte de proventos desconectados da vida do agricultor (proventos estes que, com o tempo, muitas vezes acabam sendo considerados como fonte de lucros), pouco difere das concepções utilizadas pelas entidades ligadas à preservação ambiental para tal termo. Exemplo dessa aproximação pode ser encontrada no próprio Código Estadual do Meio Ambiente (2000, p.19), que conceitualiza a expressão “recurso natural” como “*qualquer recurso ambiental que pode ser utilizado pelo homem*”, [sendo estes] (...) *recursos ambientais os*

---

<sup>259</sup> Obviamente que, é preciso ressaltar, este último aspecto pode perfeitamente permanecer sendo ainda bastante relevante para alguns agricultores que seguem à risca as determinações requeridas por um tipo de agricultura essencialmente *produtivista*. Isto ocorre, como é fácil perceber, porque a eliminação desta condição de “usufruto” mexe com a própria construção identitária do agricultor, ou seja, mexe com aquilo que permite a ele a sua identificação enquanto pessoa. Portanto, mesmo em um ambiente onde está em processo uma intensa desestruturação de antigos comportamentos e valores “tradicionalistas” devido à introdução de novas “relações capitalistas de produção”, “*o reconhecimento de um determinado espaço como próprio ao indivíduo, à família e ao grupo mais amplo, é [e continua sendo] informado pela memória coletiva herdada de gerações anteriores. Os marcos ou pontos de apoio dessa memória são os próprios componentes da paisagem: os rios, morros,*

*componentes da biosfera necessários à manutenção do equilíbrio e da qualidade do meio ambiente (...), passíveis ou não de utilização econômica.*” Embora permaneça sendo adotado o verbo “utilizar”, esta “utilização” pouco ou nada tem a ver com a noção de “usufruto” tal como é vista pelos agricultores próximos ao modo de vida *tradicional-colonial*<sup>260</sup>. Ao contrário, isto está intimamente ligado ao fato de que, pela lei vigente, é possível uma “utilização econômica”, o que, no fim das contas, traz de volta a idéia meramente “utilitarista” daquilo que antes seriam os “elementos da vida” para o agricultor (os quais, diga-se de passagem, sob este ponto de vista, não podem ser separados da própria concepção de mundo que estes agentes carregam consigo).

Na verdade, como se viu no capítulo anterior, o sentimento de domínio completo sobre os recursos disponíveis nas suas terras tem sua gênese já desde o processo de colonização da região pelos imigrantes alemães e italianos. A imensidão aparentemente indestrutível da Floresta Atlântica<sup>261</sup>, o abandono quase que completo dos agricultores pelas instituições governamentais da época e a necessidade das famílias de conquistar diariamente a sua sobrevivência, acabou contribuindo no sentido de consolidar nos agricultores essa necessidade de “dominação” sobre os elementos não-humanos. Contudo, até há pouco tempo, este processo se efetivava principalmente através do poder, conferido ao agricultor, de usufruto (que, teoricamente, é temporário, pois depende do direito adquirido através do trabalho realizado) sobre a terra e sobre tudo o que nela viesse a nascer. Por outro lado, com a

---

*montanhas, árvores, que persistem mesmo que transformados pela ação humana.*” (Carneiro, 1998, p.163).

<sup>260</sup> Aqui, é interessante ressaltar o fato de que o termo “usufruir” (que normalmente se nota nas falas dos agricultores que mantêm relações capitalistas com o mercado ainda muito pouco consolidadas), mesmo que possa, por vezes, ser adotado como sinônimo, difere bastante da palavra “utilizar”. Na língua portuguesa, o primeiro refere-se mais à “*posse ou gozo de alguma coisa pelo direito de usufruto*” e o segundo denota mais a condição de algo de que se deve “*aproveitar, tirar utilidade de, tornar útil, empregar utilmente (...). // Ganhar, lucrar. // Servir-se de, auferir proveito, tirar vantagem.*” (Caldas Aulete, vol.5, p.3733-3734). Portanto, enquanto um dá ênfase a um “direito” (efetuado através da “posse”, a qual deve ser cotidianamente renovada através do trabalho na terra), o outro aponta para a necessidade “utilitária” de alguma coisa, quer dizer, de algo que será usado visando a atingir uma finalidade bastante específica (a qual, na maioria das vezes, estará atrelada a algum tipo de interesse pontual e imediato relacionado apenas aos possíveis retornos econômicos que podem eventualmente ser obtidos).

<sup>261</sup> Sobre este aparente aspecto “inacabável” dos recursos naturais, é interessante o que respondeu esta liderança política local entrevistada: “*(Sempre foi feito da mesma maneira?) Da mesma maneira, e o desmatamento acontecia também porque tinha tanto mato, tanta capoeira, que se achava também que nunca ia terminar, né? e que não era necessário preservar tanto.*”

introdução das relações capitalistas (que vem, principalmente, através da pressão institucional e dos mercados para que haja uma “reconversão tecnológica” dos sistemas produtivos dos agricultores), este caráter de domínio pode ser levado às últimas conseqüências, pois a transformação dos elementos não-humanos em simples mercadorias gera nos agricultores um sentimento de verdadeira “omnipotência” destes sobre aqueles. Além do que, este “poder total” conferido inicialmente pela instituição da propriedade privada, durante muito tempo, foi legitimado pela própria legislação brasileira. Como aponta Wey de Brito (2000, p.97), *“até recentemente, o direito de propriedade era ilimitado, não havendo imposição de restrições a ele. O proprietário, assim, tinha total liberdade para exercê-lo sem que a isso se impusessem restrições”*. Do mesmo modo, talvez, não seja mero acaso o fato do “direito à propriedade”, tal como aparece na Constituição Brasileira, vir colocado no mesmo patamar de importância que o “direito à vida”<sup>262</sup>. Aliás, a recente mudança em relação à qualidade e ao alcance conferido pelo direito de propriedade talvez explique também a veemência com que este antigo agricultor entrevistado por Rosa (1997), alguns anos atrás, criticou as novas leis criadas a partir da Constituinte de 1988:

Eu tenho a legislação aí, eu estudei 16 ano a nossa legislação, era coisa mais linda as nossas lei que nós tinha. Naquele tempo eles faziam lei muito boa, e agora não observam mais. Fizeram tudo essas lei nova com essa nova constituição aí, isso aí é uma prostituição e não uma constituição, se me derem ela de graça eu não quero. Eu tenho aquela de 46, 48, que fizeram quando veio a democracia, aqueles é que tinham cabeça quem fizeram aquela constituição. Então era umas lei, bahh, não precisava mais fazer lei. Essa constituição de agora não vale nada, isso aí fizeram a pior sujeira. só criou gato, só serviu prá ir prá trás serviu (Rosa, 1997).

Neste sentido, um exemplo de como se expressa, na prática, esta percepção de domínio pôde ser percebido pessoalmente quando o pesquisador visitava uma propriedade junto com alguns representantes da ONG (Anama) que trabalha na região. No episódio que se sucedeu, o agricultor que os recebeu não possuía a propriedade da terra (ou seja, não tinha ela escriturada em seu nome). Todavia, mesmo assim, ele pretendia vendê-la a estas pessoas. Perguntado sobre o

<sup>262</sup> Está escrito no Art. 5º da Constituição Brasileira: *“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a*

proprietário, o qual conhecia (este, segundo o agricultor, morava em Osório), verbalizou bem este sentimento legítimo de poder sobre aquela área, afirmando textualmente que *“isso aí não tem problema, faz já 25 anos que tudo aqui é meu domínio, de lá de cima do morro até aqui embaixo perto do rio, eu domino tudo isso aqui”*.

Apesar deste agente não poder ser enquadrado nem como um agricultor *tradicional-colonial*, nem como um agricultor que segue uma “cartilha econômica” ditada eminentemente por uma concepção “empresarial” de uso da terra, ele traz consigo a idéia de que possui completo poder sobre os elementos não-humanos encontrados na sua “área de domínio”. Ora, como se percebe, a institucionalização da problemática ambiental na região, ao pôr em dúvida esta condição de “dono”, este estado de “domínio” quase imperial, não poderia deixar de se efetivar enquanto um importante componente gerador de tensões. Tanto é assim, que o grupo visitante, ao entrar na propriedade sem o consentimento deste agricultor (pois já tinha sido estabelecida uma comunicação anterior com um representante do proprietário que detinha a escritura da terra), foi por ele recebido de uma forma extremamente rude, beirando (quando do primeiro contato) quase a violência física. Neste episódio, o agricultor, quando encontrou o grupo de pessoas, passou a cobrar, a todo momento, o fato de não se ter respeitado a sua autoridade sobre uma área que, entretanto, segundo sua condição jurídica (de que ele, obviamente, tinha plena consciência), não lhe pertencia. Tanto é assim que, poucos meses depois, os interessados na compra destas terras as adquiriram através do proprietário legal e não do agricultor que delas fazia uso (e, é importante dizer, sem que tivesse havido algum tipo de contestação por parte deste agricultor).

Sobre este sentimento de poder, de autoridade, sobre os elementos não-humanos existentes nas propriedades dos agricultores e o que isto representa em termos de geração de tensões e conflitos, é elucidativo o depoimento deste agricultor a uma coluna do jornal local aberta à população:

Qualquer criança sabe que quando alguém compra e paga qualquer coisa, ele passa a ser dono dela. Só que aqui, a coisa não é bem assim. Um pobre agricultor que trabalha em

---

*inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.”* (Constituição da República Federativa do Brasil, 2001, p.29).

terreno montanhoso da Linha Pinheiro, fez uma pequena plantação de eucaliptos, muitos anos atrás. Cuidou da limpeza, do ataque das formigas, e agora foi cortar as árvores e teve uma surpresa desagradável: foi multado com mil e quinhentos reais porque as plantas estavam às margens de um riozinho. Não proibiram plantar, mas proibiram colher. Vinte anos esperando as árvores crescerem, e agora vem a Lei e lhe toma a madeira. Será que ele vai plantar novamente e esperar mais vinte anos (...)? Muitos que plantaram perto dos rios e arroios perderam tudo. É a lei! Que só proíbe, que humilha, que não ouve, que tem cérebro mas não tem coração. Onde está o direito de propriedade, o direito de plantar e de colher?

Além disso, este sentimento transfigurado de domínio da terra e dos elementos não-humanos que nela podem ser encontrados, pôde ser percebido pelo pesquisador durante as entrevistas, sendo exteriorizado, na maioria das vezes, pelos agricultores mais próximos ao modelo *produtivista-moderno* de agricultura. Como foi, por exemplo, o caso deste bananicultor-mediador entrevistado:

(Como tu acha que poderia resolver essa situação?) Eu acho que resolveria se eles devolvesse a terra prá nós, devolver a posse da terra, porque essa área de mata e dos capoeirão, essa área não é mais nossa, nós não temo mais domínio sobre ela, então no momento que devolver ela prá nós, nós vamos cuidar.

Claro que, é necessário lembrar, este sentimento de domínio não é uma prerrogativa somente dos agricultores, mas se revela até mesmo nas manifestações mais cotidianas e banais das pessoas de um modo geral, como quando alguém é colocado em uma situação de contato mais íntimo e continuado com certos “bens” que não são propriamente seus. Sobre isto, vale outra vez relatar um evento experienciado pelo próprio pesquisador e que, de certa forma, ilustra bem como acontece o processo de geração deste sentimento arraigado, exteriorizado por muitos agricultores, de domínio absoluto sobre a terra.

Morando apenas há duas semanas em uma das casas da Estação Experimental da Fepagro em Maquiné, e comentando sobre o seu estado de conservação com um amigo que foi lhe visitar, o próprio pesquisador se referiu a ela (a casa) já como sendo a “sua casa” (por exemplo, através de falas do tipo: “*aqui na minha casa*”, ou, “*tenho que limpar a minha casa que está abandonada há muito tempo*”, ou, ainda, “*a minha casa tá infestada de pulgas*”<sup>263</sup>). Passado pouquíssimo tempo, este lugar passou, para o pesquisador, a não ser mais a “casa da Fepagro” (expressão até então usada para se referir àquele espaço), mas, sim, a “minha casa”. Entretanto, a tomada

<sup>263</sup> Frases anotadas na Caderneta de Campo, Junho de 2001.

de consciência do uso deste eventual e insignificante pronome pessoal só foi possível, porque um interlocutor, um estranho para o qual aquilo parecia não fazer sentido, lhe chamou a atenção. Quer dizer, o seu uso tornou-se algo coloquial e “natural”, o que, entretanto, revela como se dá parte do processo de construção de novos significados, neste caso de posse e de poder, sobre algo que antes era considerado apenas um lugar de estadia. Assim, cabe indagar: se este sentimento de “autoridade” (denunciado pelo uso da expressão “minha”) pôde se desenvolver em tão curto espaço de tempo, o que dizer, então, de agricultores em que este período é incomensuravelmente maior e para os quais toda uma série de vínculos afetivos e simbólicos foram (e continuam, ainda) sendo construídos?

Outro exemplo concreto envolvendo este processo de apropriação dos elementos não-humanos pode ser percebido através dos significados que, eventualmente, são designados para o que se costuma chamar de “capoeira”.<sup>264</sup> Não obstante a aparente indeterminação semântica que tal expressão pode assumir, por trás disso esconde-se um processo de instituição de sentidos muito específicos a esta vegetação propriamente dita e ao espaço que ela ocupa (o que irá depender das características paisagísticas, dos estágios sucessionais, das representações simbólicas, ou, ainda, do significado lingüístico que a ela se queira dar) e que irão estar também intimamente relacionados ao contexto histórico-cultural e sócio-econômico onde estas se acham imersas.

Por exemplo, no caso da “roça”, como já foi visto, o sentido mais comum conferido pelo agricultor será o de espaço de trabalho, um local onde ele estabelece seus cultivos ou criações, ou seja, é o lugar do “roçado”, das atividades diárias e, embora este “roçado” possa estar temporariamente “descansando”, é de onde eventualmente se retira o sustento e o alimento da família<sup>265</sup>. Os termos “avoadeira”, “terra mansa” e “terra braba”, ou “capoeirão” e “mato fino”, parecem referir-se mais a uma distinção qualitativa entre locais mais ou menos propícios ao manejo da

<sup>264</sup> Apesar deste ser o termo mais recorrente e utilizado, uma variabilidade de outras expressões foram adotadas pelos agricultores e mediadores, tais como: “roça”, “terra mansa”, “terra braba”, “capoeirão”, “avoadeira”, “mato fino”, “mato”, “macega”, “brejo”, “inço”, “capim”, “grama”, até chegar a designações eminentemente depreciativas, como “porcaria”, “sujeira”, e “imundície”.

<sup>265</sup> Como lembra Diegues (1996, p.84): “a terra em descanso ou o pousio é a marca da posse, onde depois de colhida a mandioca, ficam os pés de banana, limão e outras frutíferas.”

capoeira<sup>266</sup>. Mas é a partir do uso de expressões como “inço”, “macega” e “mato”, que a dicotomia aparece com mais força e aponta para a pulverização dos significados que anteriormente eram conferidos à capoeira (ou melhor, a “roça”). Isto, porque o termo “mato” pode tanto representar o lugar de roças antigas, como também o local onde crescem os “inços”, a “grama”, as plantas “daninhas” e “invasoras”, estas últimas já com um contexto pejorativo em relação à idéia original de local ligado à produção dos meios de vida do agricultor (neste caso, é interessante resgatar uma parte da citação que abre o item 7.5, na qual a lavoura, apesar de ser um lugar de trabalho, é vista pelo agricultor também como o lugar “*daquele mato ruim; que tá matando a minha lavoura*”).

Como consequência disso, este termo poderá estar se referindo a significações muito diferenciadas - e adquirindo-as -, variando desde a referência a um lugar, a um espaço, a um tipo de vegetação ou, ainda, assumir um viés qualitativo conforme for sua utilidade produtiva ou para a garantia da reprodução da família. Tanto é assim que, no limite, esta vegetação e o lugar que ela ocupa poderão sofrer uma total desqualificação, perdendo, com isso, qualquer tipo de importância, como demonstra o relato deste bananicultor-mediador entrevistado:

Eu queimei bastante, mais de vinte anos. Vamos dizer que eu botei uma capoeira, cheia de espinho, cheia de porcaria, tu toca-lhe fogo e depois tu cultiva a terra, uma terra que só vêm unha de gato e porcarias de vegetação, maricas, essas imundices. O agricultor precisa da terra, se tu não for queimar, tu vai levar três anos prá tirar tudo dali e tu não pode esperar todo esse tempo, então tu mete fogo naquilo ali e depois tu lava ela.

Entretanto, pode-se dizer que, na origem deste caráter de reestruturação das influências legadas desde os antigos sistemas de queimada indígenas, e que passam pela instalação do modo *tradicional-colonial* de agricultura implantado pelos imigrantes europeus, encontra-se em ação um processo de consolidação de uma ótica *produtivista* propiciada pela chegada de um tipo de agricultura que preconiza essencialmente a “maximização dos recursos” disponíveis. Uma das consequências desencadeadas neste processo de “modernização” dos sistemas produtivos dos

<sup>266</sup> É claro que estas diferenciações não são exclusividade do agro-eco-sistema estudado, estendendo-se também às demais regiões do país. Exemplo disso é o caso dos chamados “caixaras”, para os quais, segundo Adams (2000, p.138), “a ‘terra braba’ [ou ‘capoeirão’] é a capoeira antiga, com aparência de floresta, combinando alta diversidade e grande biomassa, dificultando muito seu manejo; a ‘terra



agricultores é colocar em cheque, por exemplo, a eventual “serventia” da capoeira e, como não poderia deixar de ser, dos demais elementos não-humanos presentes nessas áreas. Isto, porque, em um primeiro sentido, no caso de agricultores ainda muito vinculados a uma visão *tradicional-colonial* de agricultura, a capoeira não se encontra dissociada dos seus sistemas de representações e dos seus modos de vida. Assim, ela tenderá a ser percebida como parte integrante tanto do processo produtivo quanto da própria vida do agricultor<sup>267</sup>. Por outro lado, com a introdução da agricultura *produtivista-moderna*, os sentidos conferidos à capoeira irão cada vez mais tender a adquirir um *status* de “utilidade” (ou melhor, neste caso, de “inutilidade temporária”) referente acentuação e consolidação de um tipo de agricultura capitalista que visa, essencialmente, aumentar os rendimentos dos cultivos e a produtividade dos sistemas produtivos praticados.

Este tipo de padrão produtivo, tratando qualquer perturbação como um fato isolado dentro do processo de produção, interfere, fazendo com que os não-humanos presentes na capoeira acabem sendo vistos, como disse o último agricultor-mediador citado, apenas como “porcarias”, “imundices” responsáveis, por exemplo, por perdas de rendimento, aumento do número de total de horas de trabalho e, conseqüentemente, diminuição da renda e dos lucros obtidos. Portanto, sob este ponto de vista, é também compreensível que, ao se ter ido entrevistar um agricultor que permanece próximo a uma forma de agricultura mais “agroecológica”, um parente seu, enquanto conduzia o pesquisador até ele, criticou o comportamento deste agricultor fazendo referência ao “*mato que tá crescendo sujo, tem muita sujeira, porque o A. não quer plantar mais aqui e daí vem esses mato todo. A gente queria limpá, mas ele não deixa*”.

Apesar disso, deve-se estar sempre consciente de que não existe um único mecanismo a reger estes comportamentos desqualificadores dos elementos não-humanos presentes nas áreas de capoeira. Isto, porque a possibilidade de

---

*mansa*’ [ou ‘mato fino’ e ‘avoadeira’] corresponde a áreas onde o ciclo de pousio-cultivo vem sendo seguido com regularidade, tornando seu manejo mais fácil.”

<sup>267</sup> Neste caso, é também interessante perceber como este aspecto “integrado” e “sistêmico” presente geralmente na ótica dos agricultores aqui chamados de *tradicionalistas*, será resgatado por várias correntes críticas ao modelo atual de agricultura, como é, por exemplo, o caso de idéias defendidas pelos representantes das diferentes propostas “agroecológicas” hoje existentes e, também, por vários

desqualificação se origina, normalmente, a partir de um verdadeiro amálgama de fatores, os quais atuam difusamente na geração de uma concepção (sobre este tipo de vegetação, ou, sobre este lugar de trabalho, ou, sobre esta “reserva de valor”, etc.) que, no limite, estende-se para além das áreas de capoeira, englobando com isso, também, o restante da floresta e certos recursos específicos existentes nas unidades produtivas (como é o caso dos cursos d’água, do solo, dos animais, das árvores, da paisagem, etc.).

Embora as respostas aos questionamentos feitos pelo pesquisador sobre as restrições ambientais tenham sido também negativas no caso dos agricultores que seguem um modelo produtivo mais próximo do padrão *produtivista-moderno*, os mecanismos anteriormente descritos relacionados a uma compreensão *tradicional-colonial* dos elementos não-humanos presentes (sobre isto, ver item 7.5) vão perdendo sua capacidade explicativa à medida que as relações capitalistas de produção se tornam mais acentuadas. Ou seja, mesmo que continue havendo um processo de resistência e de elaboração de novos significados, as diferenças de concepções de mundo existentes entre agricultores ainda fortemente vinculados ao modo *tradicional-colonial* e outros que já incorporaram mais intensamente certos valores embutidos em uma agricultura do tipo *produtivista-moderna*, vão se tornando cada vez mais claras no decorrer deste processo.

Neste caso, a antiga ótica camponesa da “minimização dos riscos” e da “aversão à penosidade”<sup>268</sup>, são ambas promiscuamente introjetadas dentro de uma visão capitalista preconizadora da “maximização do lucro”<sup>269</sup>. A consequência mais visível desta mescla difusa envolvendo o comportamento micro-econômico dos agricultores, é o fato de que quaisquer perturbações nos sistemas produtivos destes agentes passam, a partir de agora, a ser vistas também segundo o que elas representam em termos de garantia para a melhor utilização possível dos “fatores de produção” disponíveis (mecanismo que permite a transformação dos elementos não-

---

ambientalistas simpatizantes do ideal do “Small is beautiful” (sobre estes dois assuntos, consultar, respectivamente, Coelho, 2002 e AlphanDéry, 1992).

<sup>268</sup> Sobre isto, ver item 7.5.

<sup>269</sup> Conforme Abramovay (1992, p.83), numa perspectiva de “maximização do lucro”, “o agricultor não só é capaz de utilizar seus insumos de maneira a obter a maior quantidade possível de produto, mas, mais do que isso, essa operação leva em conta o nível relativo de preços, de maneira a

humanos existentes na propriedade dos agricultores em meros objetos passíveis de ser utilizados quando o agricultor achar necessário). Enfim, como decorrência deste processo, as plantas, mas também os animais e toda vida não-humana circundante, passam a perder sua antiga condição integrada à vida do agricultor e se transformam em “coisas” que, evidentemente, continuam a ter um valor de uso (e, não se pode esquecer, um valor simbólico), só que, agora, apresentam também um valor enquanto potencial mercadoria a ser utilizada para geração de capital<sup>270</sup>.

Portanto, fica fácil perceber que, para os agricultores que mantêm relações amplamente consolidadas com o mercado, a terra (a qual, é, do seu ponto de vista, sua propriedade) aparecerá muito mais como reserva de valor, como um bem temporariamente imobilizado, do que como o “lugar do roçado” (embora isso, às vezes, possa não ficar muito claro para o observador mais apressado). De fato, o que acontece, na maioria das vezes, é uma completa (apesar de difusa) reorganização cognitiva de ambas as concepções pelo agricultor, como mostra, por exemplo, o discurso aparentemente contraditório deste horticultor:

O que eu quero é assim, que o agricultor, todo mundo quer assim, que ele possa usar, ninguém quer tirar madeira prá vender ou fazer que nem fazem os palmiteiro, roubando e vendendo, ninguém quer fazer isso. A gente só quer ter o direito de usufruir da nossa propriedade, o pessoal quer isso, poder ir lá e cortar. Que tenha um escritório do Ibama aqui, que tenha, agora vamos chamar o seu fulano aqui porque agora vou cortar essas árvores aqui e vou fazer isso e isso, tudo dentro da lei, mas nada de dizer assim tu vai multar o cara se fizer isso aqui, aquilo e aquilo outro. Mas para isso nós temos que fazer o quê? Temos que ter um escritório aqui em Maquiné, nós temos que ter uma lei que as serrarias possam serrar, entende, isso que o agricultor quer. (...) Mas pô, vamos legalizar então a serraria, ver o que pode serrar e ter a nota, mas que o cara não precise pagar nada, porque senão não tem, já tá massacrada a agricultura, cada vez mais a agricultura tá indo prá trás.

Como se pode notar, este entrevistado quer ter o “*direito de usufruir*”, porque “*ninguém quer tirar madeira prá vender*”, contudo, quer também que tenha “*umas lei que as serraria possam serrar, entende, isso que o agricultor quer (...) o pessoal quer isso, poder ir lá e cortar.*” Aliás, esta situação aparentemente

---

*minimizar os custos e/ou maximizar os resultados da produção. Isso quer dizer que o agricultor comporta-se de maneira eficiente não só sob o ângulo técnico, mas também alocativo.*”

<sup>270</sup> E é justamente neste contexto que Dean (1996, p.204) põe em suspeição o fato de que “às vezes se afirma que a exploração mais racional de um recurso natural é a mais rápida, acompanhada pelo menor dispêndio de trabalho ou capital para que o recurso possa ser transformado o mais rapidamente possível em mais capital, uma herança maior que o recurso intocado a ser transmitido para a posteridade.”

contraditória (pois uma idéia parece estar em total desacordo com a outra), evidencia localmente uma discussão que, dentro do *campo ambiental*, parece estar se configurando um dos principais objetos de disputa, a saber, a polaridade construída através de duas possibilidades extremas e opostas indicadas pelas expressões “utilizar” ou “preservar” o meio ambiente. Neste sentido, talvez valha a pena ressaltar novamente uma discussão apresentada anteriormente no capítulo 2 deste trabalho através da citação de um trecho que ilustra bem esta situação:

Segundo a perspectiva apresentada, pode-se dizer que, de maneira geral, o que está em jogo na luta ideológica e social travada entre as diferentes posições dentro do campo, é a própria determinação do que deve ser “correto” em termos de políticas ambientais (característica esta que se estende também para os agro-eco-sistemas). No centro desta luta, a principal oposição que nutre os conflitos decorrentes provém, de um lado, da idéia de preservação e, de outro, da idéia de utilização do meio natural. Neste sentido, a polaridade que se instala entre a necessidade de “uso” de tais recursos disponíveis no meio ambiente e a necessidade de “preservá-los”, funciona como componente desencadeador de inúmeros atritos dentro do campo e, mais especificamente, nos agro-eco-sistemas (Sobre esta discussão, ver item 3.1, p. 50)

Assim, em linhas gerais, pode-se dizer que as terras dos agricultores e os elementos não-humanos que as integram passam a ser avaliadas dentro de uma espécie de amálgama formado pelo que representam: ou em relação à possibilidade de aumento ou diminuição dos rendimentos e produtividade, ou no que se refere à satisfação das necessidades da família, ou quanto ao nível de aspiração e à capacidade de consumo dos seus integrantes, ou, ainda, o que é mais comum, segundo o resultado e a consideração de todos estes elementos, mesmo que isto seja feito de uma forma totalmente inconsciente. Há, como conseqüência, a ruptura do elo de ligação que unia, em um único núcleo orgânico e ideacional, produção-trabalho-terra-consumo. Como afirma Cândido (2001, p.138),

“a familiaridade do homem com a natureza vai sendo atenuada, à medida que os recursos técnicos se interpõem entre ambos e que a subsistência não depende mais de maneira exclusiva do meio circundante. O meio artificial, elaborado pela cultura, cumulativo por excelência, destrói as afinidades entre homem e animal, entre homem e vegetal.”

Este desvirtuamento dos sentidos originais dados pelos antepassados sobre a vegetação secundária e os demais elementos não-humanos pode ser ainda mais profundo, chegando a alterar (sem destruir) parte do *habitus* dos agricultores

vinculado às vicissitudes encontradas na história recente destes agentes. Com efeito, como se viu no capítulo anterior, os agricultores tiveram literalmente que “lutar” com (e contra) a floresta (os não-humanos) para conseguirem consolidar sua permanência na região. Pode-se imaginar, portanto, o impacto de uma supervalorização “utilitarista” da terra (trazida a partir dos processos de modernização da agricultura da década de 70) para agricultores que, durante cerca de 120 anos de história de manejo destas áreas e espécies, vêm já incorporando a seus *habitus* a ótica da “centralidade do trabalho” e o ideário do *progresso*. Como consequência, esta tradição *positivista* herdada dos imigrantes e seus descendentes pode transformar-se, não-raro, em um processo envolvendo a completa desqualificação dos elementos não-humanos que compõem a floresta e a vegetação que cresce nos roçados dos agricultores.

Neste caso, identificam-se certas semelhanças, ainda que distantes, com os mecanismos de dominação observados, por exemplo, quando da chegada de novos “produtores capitalistas” a espaços onde vivem populações ainda muito fortemente vinculadas a modos de vida genericamente aqui denominados *tradicionais* (como é o caso das *zonas de expansão capitalistas* na Amazônia - verdadeiras fronteiras da alteridade humana - descritas por Martins, 1997a). Todavia, a grande diferença em relação ao caso aqui estudado (além da menor intensidade dos processos de dominação e de consequências perversas e negativas para os agricultores), é que o processo em curso de desestabilização dos modos de vida *tradicionais-coloniais* não necessita vir acompanhado de novos protagonistas ligados à reprodução do capital (como são conhecidos, no senso-comum, os chamados “pioneiros” na Amazônia<sup>271</sup> e como é o caso do fenômeno de instalação, no norte do país, das fazendas ligadas à exploração pecuária através da utilização de formas coercitivas de exploração do

---

<sup>271</sup> Martins (1997a), de certa forma rejeita a idéia de que haja um tipo de figura caracterizada como “pioneiro” (o “desbravador” da floresta), ou seja, aquele agente responsável por levar a “civilização” e a “humanidade” a espaços onde esta condição não existe. Como diz Martins (1997a, p.12), “no meu modo de ver, a figura central e sociologicamente reveladora da realidade social de fronteira e de sua importância histórica não é o chamado “pioneiro”. Como se sabe, estes locais, aparentemente desabitados (designados por muitos autores através da expressão “frente pioneira”, termo também bastante questionado pelo autor), são, na verdade, formados a partir de uma multiplicidade de “civilizações” e sociedades humanas extremamente complexas e que se vêem obrigadas a enfrentar, em uma situação de “fronteira humana” (onde o componente principal é a dificuldade de identificação do que seja o “outro” enquanto indivíduo pertencente a uma mesma espécie), as contradições que um processo de reprodução capitalista lhes impõe.

trabalho). No caso estudado, também esta junção imperfeita de concepções de mundo radicalmente diferenciadas pode, perfeitamente, desenvolver-se em microespaços sociais, como é o formado pelo agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, ou seja, também no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné

pode-se dizer que o capital tanto remove ou dissolve relações sociais (e relações de produção) que bloqueiam sua reprodução ampliada, quanto incorpora a ela aquelas persistentes relações que, ainda que temporariamente, não podem ser substituídas. Neste sentido, de fato ele as 'recria', mas agora como movimento do seu processo de reprodução. Elas parecem ser as mesmas relações, mas são agora outra coisa, isto é, são agora forma social carregada de novas determinações decorrentes da mediação do capital no movimento da sua reprodução ampliada (Martins, 1997, p.92).

Ocorre que a desestruturação de simbolismos e representações permanece acesa mesmo onde as relações objetivas e impessoais do sistema capitalista encontram-se totalmente disseminadas. É o que sucede nos enclaves mais recônditos da Mata Atlântica do sul do Brasil, como no caso das reesignificações que um tipo de lugar/vegetação (a capoeira) podem adquirir para os agricultores ou, como acontece com parte dos samambaieiros, a desestruturação dos significados construídos anteriormente sobre o que representa a agricultura para estes agentes (sobre este processo, ver o item 7.5).

De outra parte, e como já foi mencionado rapidamente, os mecanismos ligados à reestruturação das significações aportadas pelos agricultores sobre os elementos não-humanos podem ressurgir, por exemplo, na forma de exaltação dos atributos valorativos que os recursos naturais potencialmente podem adquirir no futuro quanto à sua capacidade de gerar excedentes ou mesmo lucro. Sobre isto, chamam a atenção as reivindicações de dois agricultores entrevistados. Primeiro, um bananicultor:

(E onde não tá a banana é floresta?) É mata nativa, é mata que não foi tocada ainda, tá lá direitinha, até teve um cara lá da UFRGS, ele fez o trabalho de encerramento do curso, até não sei se ele não tava fazendo prá doutor, então ele foi lá, demarco a área lá dentro do mato. Daí ele demarcô uma área do mato prá contar as espécie que tinha dentro lá. É uma área bonita. Depois tem do meu tio que também faleceu agora há pouco e que deixou 60 hectares de mato também junto com essa terra que era do meu avô, tudo então essa área tá inteira lá, de mato, muito bonita, tá preservado. (...) Só que eu acho que a mata devia ser devolvida prá nós, pro proprietário. Por exemplo, eu e meu irmão, se nós derrubamo 20 ha de mato, nós deixâmo 60 ha que ficou e ficou preservada, não mexemo nisso e agora não é mais nossa.

Como se pode ver, tem-se aqui a explicitação, devido à institucionalização da problemática ambiental, de um sentimento recorrente nos discursos dos agricultores de perda da autoridade sobre algo que, até pouco tempo, estes agentes entendiam como sendo seu (“*só que eu acho que a mata devia ser devolvida prá nós, pro proprietário*”). Por outro lado, este relato mostra também as idiossincrasias que podem ser desencadeadas por um processo de revalorização dos elementos não-humanos. Isto, porque, ao invés de se ter buscado dialogar com os agricultores que (mesmo sem ter esta pretensão) de algum modo preservaram áreas de floresta nas suas propriedades, o que aconteceu foi justamente a penalização daqueles agentes que, se tivessem visto ser valorizadas e incentivadas desde o princípio tais ações (de certa forma, “preservacionistas”), talvez fossem hoje muito mais aliados do que contestadores das restrições ambientais implantadas. Sobre isto, o relato deste horticultor ilustra bem esta situação:

(E em relação a essas leis de proibir tirar madeira?) Eu particularmente acho uma injustiça essa coisa de não poder tirar madeira em alguns lugares. Por exemplo, nós temos um mato lá em cima no terreno da mãe, que no tempo que era liberado, o pai teve no mínimo umas vinte proposta prá vendê o mato. Todos em volta venderam o mato, só ficou o nosso. Mas por que que o pai preservou? Porque como ele tem 10 filhos homem, ele se lembrou que ia precisar fazer 10 casas e lá tem muito mais madeira do que prá isso. Então ele não vendeu a madeira e também nem tirou; há um tempo ele foi lá e cortou três tora e tá lá apodrecendo porque daí começaram a assustá ele. E se pega ele e multa, a multa vale muito mais do que a tora.. (Tu acha então que esse mato deveria poder usar?) Sem dúvida, eu acho que sim porque é uma coisa que quando era liberado, os outros tiraram prá vender e o pai não, e agora vai apodrecer lá. Eu fiz uma casinha prá mim, mas tive que comprar toda madeira e me custou muito caro.

O principal resultado que aqui se percebe é que a completa desconsideração de todo um referencial simbólico previamente existente nas famílias dos agricultores (mesmo no caso dos horticultores) e exteriorizado, no relato acima, por exemplo, no fato daquela área de mato ter sido reservada pelo pai “*porque ele se lembrou*” dos filhos e, também, de ser “*um terreno da mãe*” do agricultor, faz com que acabe sendo perdido todo um *capital cultural* acumulado que, se fosse estimulado, poderia reverter positivamente tanto no que se refere aos processos de preservação ambiental quanto no que diz respeito à melhoria da auto-estima dos agricultores. Por outro lado, apesar de haver, nas entrelinhas do discurso, um argumento eminentemente baseado no uso econômico potencial que as madeiras existentes naquele pedaço de mato poderiam proporcionar (“*eu fiz uma casinha prá mim, mas tive que comprar*”

*toda madeira e me custou muito caro*”), não se pode esquecer que há, também, a idéia do uso dessa madeira com vistas à melhoria das condições de vida e de reprodução da família. Quer dizer, as toras só não foram vendidas porque seriam utilizadas para construir futuramente as casas dos filhos do agricultor. Portanto, este exemplo mostra que as tentativas de construção de novas cosmologias por parte dos agricultores e mediadores mais próximos a eles ficam, muitas vezes, apenas a meio caminho da incorporação total de uma racionalidade fundamentalmente econômica.

Como é fácil perceber, este não reconhecimento por parte dos agentes ligados à preservação ambiental para com certos agricultores que se mostraram, no passado, mais sensíveis à necessidade de conservação de parte da floresta nas suas propriedades, acaba gerando um tipo de contestação bastante pertinente. Neste sentido, é significativa a reivindicação feita por este horticultor:

E é aquela história, por que o pessoal da Solidão aqui não se importou de derrubar? Por que dá pra fazer o parque aqui? Porque não foi derrubado. Porque não dá pra fazer o parque no outro morro? Porque derrubaram mais. E o pai que não desmatou agora tá proibido de desmatar. Por que é proibido mais que nos outros lugares? Porque lá o cara lá tem o campo dele e as pastagens dele e vai até em cima daquele morro lá? Aqui o mato também vai até em cima? E eu pergunto, por que ele pode ter o pasto dele e aqui não se pode botar uma roça? É que, assim, tu tinha que pagá um dinheiro pros proprietários, alguma coisa, porque afinal de contas, isso aí se pensava futuramente aproveitar, usar de uma forma né?, isso devia se aproveitar de alguma forma. Enquanto do outro lado hoje tá todo mundo tirando proveito porque não foi derrubado.

Quer dizer, como se vê, estes agentes alegam que hoje, em vez de repreender aqueles que, no passado, desmataram e queimaram suas matas, a atuação repressora se dá justamente sobre os agricultores que tiveram alguma sensibilidade em relação à conservação desta vegetação. Além disso, mesmo que estes últimos não tivessem tal sensibilidade, mas apenas “guardaram” a floresta para ser utilizada no futuro, o que acaba ocorrendo é que os agricultores que devastaram a vegetação existente em suas matas podem continuar a utilizar estas áreas sob a alegação de que não há vegetação a ser “protegida”. Em contrapartida, o que acontece com quem ainda possui áreas expressivas ocupadas com floresta? Estes são fortemente vigiados e fiscalizados. A esta altura, poder-se-ia perguntar, também, se o banco de sementes teoricamente disponível nas terras dos que não possuem áreas com floresta não faz parte da biodiversidade a ser preservada. Ou seja, existe sim uma “floresta em potencial”



nestas terras continuamente antropizadas e que só não pode se regenerar devido às atividades agrícolas dos agricultores.

Um outro aspecto importante e que, de certa forma, aproxima os agricultores do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné de um modo geral (tanto aqueles mais *produtivistas* como também aqueles ainda muito vinculados a certos padrões ditos *tradicionais*), refere-se à ampla concordância em relação à existência e preservação das áreas controladas pelo Estado na região, como é o caso da Reserva Ecológica da Serra Geral. Tal como os samambaieiros e aquelas famílias que mantêm suas atividades de uma forma ainda próxima ao que era o modo de vida *tradicional-colonial*, esta concordância em relação às “áreas protegidas” pôde ser verificada no caso destes outros três agricultores entrevistados, todos com fortes vínculos com o mercado e que apresentam uma situação econômica bastante interessante se comparada à boa parte dos demais agricultores. Primeiro, vejamos o que tem a dizer um horticultor:

(E em relação ao parque, tu acha que devia existir assim, de não poder tocar?) Totalmente, que tem que ter, tem que ter, muito mais que esses aqui ainda, porque se não controlar, olha tchê, se o cara não pensar. (...) Hoje já se sabe que não dá mais prá usá lá em cima, mas eu concordo plenamente aqui e todos os meus irmãos, que isso é uma coisa que tem que existir, porque o cara vê aí tanta coisa, deserto e tal. Além de que na reserva é as fonte d'água que tá ali, água limpa vai saí dali, vai sair água limpa do outro lado que tem o gado lá. Se tu quiser andar por Maquiné vai ver a água que desce daquele morro de lá e vai ver a água de Maquiné, essa não dá prá tomar que é suja.

Esta proximidade de discursos foi percebida também durante a entrevista concedida por este bananicultor e criador de gado:

(E essas áreas o senhor acha que tem que preservar?) Eu acho que tem que reservar, cara lá na nascente do rio Maquiné tinha capivara, tinha ratão, tinha cutia, tinha quati de montão lá naqueles lados. Vinte anos atrás, na vez que eu subi lá no faxinal, nós pegamos um tatu prá comer, coisa mais natural, fácil fácil, mas se nós quisesse pegar 10 nós pegava. Mas eu acho, eu acho que isso é muito importante porque os bicho vive lá, nasce lá, tem aquela água bonita correndo. (E nesses lugares que tem em beira de rio e nascente tem que...) Sim, tem que preservar, eu tô de acordo a minha água ali ó, tem capoeirão ao redor, não mexi naquele capoeirão, tem água há vinte ano nunca faltou aqui em casa, água boa, nunca deu problema, sai do chão, não é de valo, e ali é capoeirão não deixo cortá e não vou cortar

E, ainda, no relato de um mediador-bananicultor:

Também é claro que tem lugares que de repente que a pessoa até podia derrubar. Mas que nem esses que têm quantidades grandes de terra, propriedades grandes, ali se tu liberar “nego” empurra uma moto-serra. Porque antes eles derrubavam bastante antigamente, só que derrubavam a machado, a braço. Agora, tu imagina hoje tu liberar com uma moto-serra, se liberar hoje com uma moto-serra mecanizada, mais Deus me livre, que se a braço eles derrubavam uma figueira no chão rápido, agora com uma moto-serra então não existiria mais mato.

Entrementes esta aparente “sensibilidade” em relação à necessidade mais geral de preservação, isto não significa dizer que todos estes agentes pratiquem, no seu cotidiano, o que preconizam em seus discursos. Mais do que isso, o que suas falas demonstram é que estes agentes acabaram, a partir das pressões provenientes do *campo ambiental*, de certa forma legitimando e reconhecendo a existência de novos agentes e de novos valores ditados através do processo de institucionalização da problemática ambiental na região. Se estes agricultores irão concordar, ou não, com o que está sendo proposto, não serão apenas os seus discursos que poderão comprovar a veracidade de tais afirmações, e sim o desenrolar dos acontecimentos no sentido de verificar que tipo de ações concretas sobre o meio ambiente e sobre a problemática ambiental de um modo geral estes agentes estão promovendo.

Aliás, até mesmo aquele caráter de “invisibilidade” para certos “problemas ambientais” apontados como importantes pelas forças que compõem o *campo ambiental*, pode não ser uma exclusividade dos agricultores mais ligados ao modo de vida *tradicional-colonial* ou dos samambaieiros (ver item 7.5). Em outras palavras, esta particularidade pode muito bem se estender, por vezes, também, para aqueles em melhores condições econômicas. Veja-se este exemplo de um horticultor entrevistado:

“(Tu sabe que tem essa reserva da biosfera, da Mata Atlântica?) Eu sei por que, porque botaram e tem essas placas na beira da estrada. (Não sabe o que é?) Aonde tá demarcado não sei, sei que eles criaram um parque, mas prá que também não sei.”

E, ainda, um outro bananicultor e criador de gado:

(O senhor já ouviu falar desses problemas maiores que falam?) Essas camada de Ozônio aí? (Também) Isso aí eu não sei, eu não entendo nada disso aí. (Tu acha que isso é verdade?) Aqui, na nossa Maquiné eu acho que não vai dar problema isso aí. (E essa história das queimadas?) Olha, não sei se nessa zona do nordeste onde não tem mato, mas eu não sei isso aí, eu não posso opinar porque eu não sei.

Embora possa existir um certo reconhecimento a respeito da existência de um “problema” (que, como já foi visto, continua lhes sendo apresentado, na maioria das vezes, de uma maneira totalmente desvinculada da sua realidade concreta), esta identificação, na maioria dos casos, revela-se algo meramente mecânico e sintomático, ou seja, reflete apenas uma repetição descontextualizada de um discurso televisivo (ou, ainda, repetido pelos agentes ligados à preservação ambiental na região) sobre os “grandes problemas ecológicos globais”. Por outro lado, os horticultores, de um modo geral, da mesma forma que no caso descrito anteriormente pelos samambaieiros sobre a falta de um destino adequado para o lixo produzido nas suas propriedades, estão atualmente sendo obrigados a enfrentar, concretamente, um outro grande “problema ambiental”. Este tem relação com o processo de assoreamento dos rios da região, processo que tem acarretando uma perda expressiva de áreas de terra devido à falta de vegetação em torno dos cursos d’água. Neste caso, os horticultores aparecem como os mais interessados em resolver tal situação, pois, como é fácil de entender, o assoreamento dos rios aparece concretamente para os agricultores. Este aspecto pode ser visto no relato deste horticultor-mediador entrevistado:

(E vocês têm problema de desbarrancá na beira do rio?) Isso aí tá muito ruim, precisa de se desassoreá o rio. (Cavar?) Cavar, tirar o excesso de pedra em algum lugar e botar aonde precisa, endireitar o rio em algumas partes. (...) (E choveu prá caramba ontem) E daí eu fico pensando agora naquele Furadinho, o que pode ser né? do pessoal aí. Dá assim uma tristeza porque isso aí a hora que estourar aquilo ali, a hora que estourar vai afetar toda a Solidão porque é uma terra muito boa, é uma terra fácil de plantá.

Portanto, é quando o problema do assoreamento se objetiva realmente nas propriedades dos agricultores, que estes acabam sendo obrigados a enfrentar uma situação que, até pouco tempo, era apenas mais um “discurso dos ambientalistas”. Sobre isto, é elucidativo o que este outro horticultor, o qual possui terras no local que o agricultor anterior chamou de “Furadinho”, tem a dizer sobre este assunto:

Porque hoje alguma coisa tem que ter prá não ter esses desbarrancamento. Nós temos aí o nosso famoso Furadinho, que é um dos lugares mais atingidos aqui, um dos pontos críticos aqui do rio em assoreamento. Existe o ponto mais urgente de coisa prá fazer que é a limpeza do rio, que até foi feito esses dias pelo pessoal. Foi feito também umas reunião aí prá tomar

uma decisão, agora no começo do ano. Então o ponto mais crítico que tem, acho que é o segundo ou terceiro ponto mais crítico que eles chegaram a conclusão, é o tal de Furadinho, que é nosso aqui da Solidão. E se estourar esse Furadinho! O rio faz uma curva, então a água vai ali e força e logo do outro lado tem uma sanga que ela é bem mais baixa. A margem daquela sanga lá do outro lado é mais baixa, então o rio quando entrar, não sei o que vai ser se ele chegar aqui. Ele tá formando uma espécie de dique prá segurar a água do rio mesmo, então a gente até tem medo, a gente tá só esperando a próxima enchente, e talvez seja a próxima enchente. Se estourar aqueles oito metros que falta estourar ali, que daí passa a sanga e aí entra nas várzea, vai estragar e aí vai deixar mal umas trinta famílias, umas 150 pessoas vai afetar diretamente ali, e é terra da melhor qualidade, terra assim que, deve ser em torno de 60 hectares, essa semana tava até calculando quantos hectares que tem aquela várzea, que talvez também não estrague tudo né? E eu imagino assim, se fosse plantar alface, que Maquiné é um grande produtor de alface, em 60 hectares, 6 vezes 5 é 30, ia dar 300 mil dúzias numa plantada. Além do que alface dá prá plantar diversas vezes num ano. (Então esse é um problema hoje em dia?) Sim, um dos principal. (E tu tem terra lá?) Tenho, tenho e é nossa melhor terra, alguns hectare lá, tá lá cheio de produção.

Contudo, mesmo que haja este reconhecimento, isto não significa que os horticultores estejam dispostos a abrir mão facilmente da possibilidade de uso agrícola destas áreas onde deveria haver mata ciliar, o que, como consequência, acaba se conformando em outro aspecto gerador de tensões e conflitos na região. Sobre isto, são interessantes as afirmações desta liderança sindical ligada aos agricultores da região:

Eu acho que pode e deve ter uma conscientização maior e um esclarecimento maior pro nosso agricultor pro nosso trabalhador rural. Só que nós também não podemos, prá citar um exemplo, hoje se fala, em preservação das margens dos rios, prá que haja o saneamento e aquele negócio todo. Nós sabemos que aqui em Maquiné são as margens dos rios que são as áreas mais férteis, e elas já tão desmatada, já tão cultivadas há vários anos. Então se eu chegar lá e dizer pro agricultor que ele não pode plantar 15 metros de margem do rio, é claro que vou comprar uma briga muito grande com o nosso agricultor. Ele não pode explorar, não pode avançar na mata porque é proibido e agora ainda tem que plantar mata na beira do rio onde ele tem a pequena área dele que já tá reduzida. Então essas coisas certamente vai criar uma dificuldade grande já que nós precisamos absorver isso e entender e até aceitar, agora eu acho que poderia se fazer isso quem sabe de uma outra maneira.

Sobre este aspecto, este outro mediador ligado à administração municipal expõe o que acontece, muitas vezes, com os horticultores no caso das proibições de cultivo próximo às beiras de rio:

Mas o problema é aquele né?, quando tu é produtor de alface, couve-flor, sei lá o que for, e são pequenas propriedades ali, 2 ou 3 hectares, de repente o cara tem 400 metros na beira do rio. Se tu for reflorestá 30 metros perde né?, então precisa de uma conscientização muito grande. E tu sabe, o que manda muito é o teu bolso, né? E isso mexe no teu dinheiro. Fora isso tem a família que precisa alimentar ou tem pouca terra prá planta. Pô, eu sô um minifundiário, de repente 400 metros na beira do rio por 30 metros dá 1200 metros

quadrados, então aí são 1000 dúzias de alface. Pro horticultor né? é um problema né? Então é isso, tem um trabalho que deverá ser feito mas que não é fácil.

Aqui aparece claramente como a introdução dos sistemas produtivos ligados à agricultura *produtivista-moderna* pode atuar sobre a forma como muitos dos agricultores interagem com o meio ambiente. Neste caso, como disse o mediador, embora tenha a “*família prá alimentá (...) o que manda muito é o teu bolso, né? E isso mexe no teu dinheiro.*” Portanto, este exemplo mostra uma das piores conseqüências desencadeadas pela desestruturação do modo de vida tradicional-colonial através da implantação dos processos modernizadores trazidos durante a “Revolução Verde”.

Por outro lado, um outro complicador que interfere na exacerbação deste caráter relativamente contraditório é o fato de que, mesmo no caso da produção hortícola, existe ainda uma grande variabilidade de sistemas produtivos e de modos de exploração dos recursos naturais, todos sujeitos a eventuais alterações conforme forem os acontecimentos futuros. Na verdade, para certos horticultores localizados entre as encostas e as planícies (e que, portanto, possuem terrenos que, apesar de relativamente planos, não formam aqueles verdadeiros tabuleiros encontrados nas várzeas), estas atividades podem adquirir tamanha importância, que acabam se igualando aos retornos econômicos decorrentes da atividade hortícola. Neste sentido, muitos agricultores costumam adotar, juntamente com a horticultura, por exemplo, o cultivo (comercial ou para autoconsumo) de uma variedade de outras plantas e animais, como fumo, milho, feijão, carne suína, aves, gado, além das espécies hortícolas menos exigentes em termos tecnológicos como pepino, moranga, abobrinha, repolho, etc.<sup>272</sup>

Enfim, o que se quer dizer com isto é que os horticultores não podem ser considerados um bloco único de agricultores (todos seguidores de uma lógica baseada unicamente na “eficiência econômica” dos seus sistemas produtivos) somente porque possuem a mesma atividade ou ainda vínculos muito fortes com o mercado, mas sim um exemplo típico de diversidade social e produtiva. Acontece que, muitas vezes, ao se falar destes agricultores, acaba-se por “*jogar o balde de*

---

<sup>272</sup> Infelizmente, durante a fase de campo, embora se tenha tido oportunidade, acabou-se não entrevistando agricultores que preenchessem tais características.

*água suja junto com a criança*”, pois, ao se “estandardizar” seus comportamentos, está-se esquecendo que estes agricultores não podem ser avaliados somente segundo uma concepção analítica que privilegia a existência de um “tipo ideal”, neste caso ligado ao padrão *produtivista-moderno*. Não se pode esquecer nunca que este último conceito é, antes de tudo, um instrumento de análise que, como qualquer outro, tem uma capacidade limitada de explicar a realidade. Do mesmo modo, a introdução de certos elementos que poderiam ser descritos como “capitalistas” não produzem a esperada homogeneidade de reações, mas, ao contrário, acentuam e recriam a própria diversidade de percepções anteriormente já existentes<sup>273</sup>. Quer dizer, se existe, efetivamente, um movimento que pressiona os horticultores (mas também os agricultores de um modo geral) a “minimizar os custos e/ou maximizar os resultados da produção”, existe, também, um movimento de resistência e que permite a manutenção de vínculos ligados ao antigo modo de vida *tradicional-colonial*.

Esta peculiaridade é importante quando se pretender interpretar os discursos destes agentes que, por mais “utilitaristas” que possam parecer, exprimem uma capacidade de se contrapor ao “discurso competente” que provém dos agentes mais bem colocados, do ponto de vista argumentativo, dentro do *campo ambiental*. Neste sentido, a atualidade da problemática ambiental, a qual, através dos mecanismos de legitimação do *campo ambiental*, busca introduzir elementos de revalorização dos aspectos “não-humanos” presentes no meio ambiente, terá poucos resultados se não for levada em conta a necessidade de considerar a importância dos agentes “humanos” que também integram este mesmo meio ambiente.

De fato, como será abordado logo a seguir, a adoção de posturas deste tipo (de condenação e recriminação total das atividades e comportamentos dos agricultores por parte dos agentes e órgãos ambientalistas) irá permitir que certos agentes com interesses muito particulares e individuais (como os atravessadores, os agricultores com maior poder econômico e/ou político, as lideranças políticas locais e muitos mediadores sociais mais antigos ligados à introdução do modo de produção *produtivista-moderno*) se aproveitem da situação daqueles mais pressionados pelas

---

<sup>273</sup> Sobre isto, ver Gerhardt et. alli (2000). Neste estudo, dentro de uma tipologia construída a partir da forma como se encontravam organizados socioeconômica e ambientalmente os agricultores, dos 11 sistemas de produção identificados, quatro deles desenvolviam atividades importantes relacionadas à horticultura.

restrições ambientais (através da apropriação de seus discursos) para tirarem proveito próprio. Em outras palavras, neste caso, a contraposição às restrições ambientais será levada a cabo através daqueles agentes que, teoricamente, têm pouca proximidade com os novos valores propagados pelas instituições de preservação ambiental, pois estes mediadores e agricultores tenderão, normalmente, a estarem vinculados a uma forma de perceber o meio ambiente muito mais próxima dos pensamentos herdados dos processos de modernização da agricultura. Se é certo que a confluência de fatores como a pouca disponibilidade de terra, aliada ao fato desta terra estar localizada em áreas fortemente restritivas quanto à sua utilização para fins agrícolas, representa conseqüências muito mais avassaladoras do que para outros onde esta característica não ocorre, isto não quer dizer que estes outros agricultores se dêem por satisfeitos.

Aliás, esta característica, como se verá a seguir, irá possibilitar a estruturação de alianças (não muito interessantes do ponto de vista da preservação ambiental e da emancipação das populações menos favorecidas) entre agricultores e certos mediadores devido à potencialização de certas relações clientelistas entre ambos os grupos sociais. Isso quer dizer que, para entender os embates entre agricultores e mediadores sobre alguns temas relacionados à problemática do meio ambiente, é preciso, igualmente, analisar certos vínculos construídos entre estes agentes e entre os próprios agricultores, os quais se situam no campo das relações não objetivas e indivíduos que pessoas e grupos sociais estabelecem entre si. É com estes aspectos que se vai, a partir de agora, estar lidando.

### ***7.8 O sopro invisível do arbitrário e uma aliança previsível entre mediadores sociais e agricultores***

O elemento comum encontrado em todos aqueles movimentos é a existência de um grupo (...) possuindo seus próprios ímpetos, objetivos e lideranças. O campesinato, neste caso, pode ser 'usado' (...) ou 'levado' a realizar seus próprios objetivos: entretanto, a verdadeira definição de 'objetivos' está nas mãos de líderes qualitativamente distintos. Os interesses e atitudes dos camponeses são apenas um dos fatores a serem levados em conta.

Teodor Shanin, 1976, p.20.

Talvez o mais interessante no que tange a todas as situações de conflito que foram sendo descritas até aqui entre agricultores e os agentes ligados à preservação ambiental, seja o fato de que, por incrível que possa parecer, a maioria destes últimos mediadores não se faz presente durante a maior parte do tempo no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné. De fato, foi já salientado que suas ações possuem um caráter ocasional e estritamente pontual, baseando-se, muitas vezes, apenas em visitas periódicas fiscalizatórias (como aquela feita a uma serraria e descrita na caderneta de campo pelo pesquisador), no comparecimento às promoções envolvendo reuniões ou encontros locais (como o I Encontro da Samambaia-Preta e as discussões relativas, por exemplo, ao Comitê da bacia do Rio Tamandaí)<sup>274</sup>, e, não se pode esquecer, na averiguação de denúncias feitas sobre alguma possível infração ambiental cometida na região<sup>275</sup>.

Entretanto, o fato dos agentes mais vinculados as instâncias institucionais encarregadas de dar conta da problemática ambiental não estarem efetivamente presentes no agro-eco-sistema da Bacia do Rio Maquiné, não significa, de maneira de alguma, que as sobredeterminações apresentadas através dos debates propostos pelo *campo ambiental* não estejam sendo impostas a população local. Isto, porque, para ocorrerem, os processos de dominação efetuados a partir do campo não necessitam necessariamente de um protagonista específico, pois se fazem presentes pelo simples fato de existirem e serem lembrados e reconhecidos pelos agentes dominados, neste caso, os agricultores. Em outras palavras, o discurso “preservacionista”, o discurso “ecocêntrico” ou o simples discurso proibitório em relação as ações dos agricultores no meio ambiente permanecem exercendo seu poder e sua autoridade legítima concedida através do processo de instalação do

---

<sup>274</sup> Sobre isto, consultar anexos.

<sup>275</sup> Uma exceção a esta situação distanciada refere-se ao diretor local da Reserva Biológica da Serra Geral, o qual mora no município de Maquiné e trabalha na sede da Reserva que fica localizada no Distrito de Barra do Ouro. Como será visto logo a seguir, este mediador, entre vários outros, acabará desempenhando um papel decisivo na “reaproximação” dos agricultores e mediadores mais antigos com os agentes ligados aos órgãos de preservação (como a própria SEMA, mas também a Fepam, o Ibama e a Patram).



*nomos do campo ambiental* naquele espaço social<sup>276</sup>. Portanto, é assim que pode ocorrer

o exercício ‘legítimo’ do poder como representação da força capaz de se fazer ‘reconhecer’ pelo simples fato de se fazer ‘conhecer’, de se mostrar sem se exercer. A exibição da força, na parada militar, mas também no cerimonial judicial (...), implica com efeito uma exibição do domínio da força, assim mantida no estatuto de força em potência, que poderia ser aplicada mas que não chega a sê-lo (...), uma afirmação de força que é inseparavelmente uma negação da força, aquilo precisamente que define uma força de polícia polida, capaz de se esquecer e de se fazer esquecer enquanto força e assim convertida em força legítima, desconhecida e reconhecida, em violência simbólica (Bourdieu, 1998a, p.81).

No caso estudado, fica evidente que o simples fato de existir uma “polícia ambiental” (Patram) e outros órgãos fiscalizadores, mesmo que estes nunca tenham sido vistos pelos agricultores (ou mesmo que eles não saibam quem e o que são enquanto instituições), faz com que estes últimos acabem sendo vítimas de um processo de violência simbólica gerada através da afirmação dos primeiros de que existe efetivamente uma Lei (ou leis) que restringem suas ações sobre os não-humanos. Contudo, pensando do ponto de vista dos dominados, estas leis não foram discutidas pelos agricultores, os quais apenas respondem a uma norma que é, antes de tudo, uma arbitrariedade imposta, pois a lei *“recolhe-se por completo em si mesma; é lei, e nada mais. Quem quiser examinar o seu motivo achá-lo-á tão fraco e ligeiro que (...) se surpreenderá pela circunstância de lhe ter valido tanta pompa e reverência”* (Bourdieu, 1998a, p.80). Ademais, este caso está mostrando claramente a explicitação de uma, entre outras tantas, das interfaces que se constituem entre o *campo jurídico* e o *campo ambiental*, pois a autoridade concedida aos fiscais ambientais só é possível graças ao seu status jurídico-institucional concedido anteriormente (processo que, é bom lembrar, resulta do jogo de disputa dentro do *campo ambiental*).

Isso representa dizer que a institucionalização da problemática ambiental no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné provoca também a instituição de certos

---

<sup>276</sup> Apesar deste conceito já ter sido discutido anteriormente, convém lembrar ao leitor que, para Boudieu (1998), o *nomos* de um certo campo social atua como uma espécie de “constituição” do campo, ou seja, é a forma como se institui o arbitrário e se confere a autoridade para que ele possa se perpetuar. Nas suas palavras: *“uma vez que se aceitou o ponto de vista constitutivo de um campo, já não se pode assumir sobre ele um ponto de vista exterior, ‘tese’ que, nunca sendo posta como tal, não pode ser contrariada, o nomos não tem ‘antítese’.* (...) *Cada campo, como a ordem pascalina, encerra assim os agentes nas suas próprias paradas de jogo (...).*” (Bourdieu, 1998a, p.82).

“pontos de vista” predominantes, os quais serão derivados das lutas dentro do *campo ambiental* e cuja intensidade de atuação dependerá do seu poder enquanto força dominante naquele espaço social. Embora, como já ressaltado várias vezes, exista sim um processo de apropriação criativa dos agricultores em relação a estas perspectivas que parecem dominar certas correntes dentro do campo (pois os dominados sempre possuem a capacidade potencial de subverter as posições dos dominantes)<sup>277</sup>, e, como conseqüência, uma capacidade de responder e de resistir a estas idéias, isto não elimina o fato de que há, efetivamente, um poder e uma autoridade sendo exercidas pelos modos de pensamento (os *habitus*) que são gerados a partir do *campo ambiental*.

Como certamente pôde perceber o leitor até aqui, este aspecto de submissão dos agricultores frente as forças do campo, ficou perfeitamente claro no decorrer deste trabalho. Por outro lado, existirá sempre dentro da esfera de ação do campo a possibilidade de serem estabelecidas certas alianças ocasionais entre agentes teoricamente muito diferenciados no sentido de fazer valer os seus “pontos de vista” junto as forças dominantes. De fato, foi isto o que acabou ocorrendo no agro-ecossistema da bacia do Rio Maquiné com a efetivação de um pacto tácito entre, de um lado, os samambaieiros e os agricultores ainda muito vinculados ao modo de vida *tradicional-colonial*, e, de outro lado, alguns mediadores mais antigos e os agricultores economicamente melhor situados e que já trazem incorporado muito do ideário *produtivista-moderno*.

Como fica fácil perceber, a razão desta associação foi, principalmente, porque, durante quase dez anos, os agentes e órgãos ligados a preservação ambiental não tiveram por política, em quase nenhum momento, estabelecer uma atuação que procurasse manter algum tipo de diálogo com os agricultores<sup>278</sup>. O resultado foi que acabaram não sendo gerados espaços em que pudessem ter sido minimamente construídos processos de aproximação tanto para com os agricultores, mas também junto a população local em geral. O que, em contrapartida, fez com que os

---

<sup>277</sup> Neste caso, o importante é perceber o conceito bourdiniano, também já descrito neste trabalho, de “autonomia relativa”, o qual confere uma certa possibilidade de “liberdade de resposta” dos oprimidos em relação aos opressores (sobre isso, ver capítulo 2 e Bourdieu, 1998a).

<sup>278</sup> Mesmo que este contato tenha se intensificado nos últimos tempos através da chegada à região de novos mediadores sociais, este processo é ainda muito recente.

mediadores institucionais ligados às atividades de preservação (mesmo aqueles com uma visão não tão “ecocêntrica” ou ainda não “policialesca”) ficassem literalmente alienados de tudo o que então estava se passando com os agricultores devido as proibições legais por eles trazidas. Aliás, como já foi visto, em vários momentos a falta de flexibilidade da legislação para certos casos muito comuns e que envolvem agricultores economicamente desfavorecidos, e a “miopia” dos agentes encarregados de fiscalizá-la para com a realidade concreta destes agricultores, terminou por jogar contra a própria capacidade de preservação ambiental que tais leis, órgãos e agentes tentam garantir.

A principal consequência disso tudo foi que muitos samambaieiros e agricultores próximos ao modo de vida *tradicional-colonial* (os quais possuem poucos meios de divulgar suas reivindicações), acabaram vendo estas mesmas reivindicações serem utilizadas como argumento daqueles que se encontram em melhores condições de parlamentar sobre o assunto, como é o caso, por exemplo, dos “puxadores” de samambaia, dos técnicos de um modo geral, das suas representações sindicais ou ainda das lideranças políticas locais. Não é difícil perceber, todavia, que existe uma grande chance, devido as trajetórias sociais e os interesses particulares envolvidos, primeiro, destes mediadores apresentarem uma menor propensão (e, às vezes, uma completa rejeição) para sustentar posições que promovam atividades de preservação ambiental na região (embora, muitas vezes, haja um discurso neste sentido); e, segundo, de que o que está sendo posto em jogo, neste caso, seja muito mais a necessidade de se continuar reproduzindo e preservando certos mecanismos de poder e de dominação construídos historicamente entre mediadores e agricultores, do que ajudá-los a se defender das arbitrariedades instituídas a partir das disputas no *campo ambiental*. Sobre este último aspecto, como ressalta Landé (1956, p.28), muitos destes mediadores utilizam-se das dificuldades dos agricultores em piores condições sociais e econômicas com

o propósito de assegurar as vantagens que devem derivar do apoio de um grande, embora, de forma individual, pobremente dotado, conjunto de clientes ou seguidores. (...) As clientelas podem, também, desenvolver o que aparentam ser objetivos coletivos ao tornarem os objetivos finais privados do patrão os objetivos intermediários dos clientes. Isso é provável de acontecer quando o prévio alcance dos seus objetivos pelo patrão é uma pré-condição para o subsequente alcance dos objetivos privados dos clientes.

Portanto, tendo o leitor, neste momento, um certo domínio e compreensão sobre o que dizem muitos dos discursos dos agricultores, sobre quais são algumas das suas principais reivindicações em relação as restrições ambientais e que tipo de condições sociais, econômicas e ecológicas podem ser encontradas nos seus espaços familiares de produção, é interessante verificar agora o que falam alguns dos mediadores que atuam na região sobre a problemática ambiental. Primeiro, o que tem a dizer uma das principais lideranças políticas locais vinculada a administração municipal e que, no passado, atuou como técnico extensionista junto aos agricultores:

Bom, já que mesmo nós temos aqui talvez cerca de 60 % das nossas áreas que não são mais utilizadas. Se essas áreas fossem transformadas, como tem algumas que foram transformadas, em parques e áreas de preservação do governo, isso teria que haver uma compensação financeira pro município, prá ele investir em algumas outras ações. E o próprio produtor que é dono daquela área, sei lá, se ele tivesse uma compensação numa ou noutra coisa. Se o próprio Estado, o governo federal pudesse retribuir aquela área que foi destinada prá um parque e prá preservação pagando pros agricultores um X sobre aquela área prá ele poder investir naquele outro pedacinho que ficou prá plantar, prá ele poder sobreviver também, ou uma aposentadoria um pouco melhor. E o município devia também ter uma compensação em retorno de ICM prá ele poder até mesmo investir com aquelas famílias. Porque, embora hoje todos aqueles fundões da Barra do Ouro, Mundo Novo, Solidão, eles tem aquele mato, mas se tu vai ver eles tem também trinta, quarenta famílias no momento que eles estão lá e de alguma maneira eles tão vivendo ainda. Alguns jovens foram embora, outros ficam e se eles forem impedidos de fazer qualquer coisa, realmente, prá onde é que eles vão ir? Vão vir aqui prá sede ou prá Barra do Ouro, morá num beco lá. E daí?, e a prefeitura como é que fica?, ela vai ter que bancar saúde, educação e coisa e tal.

Embora haja um engajamento para com as reivindicações dos agricultores (*“se ele tivesse uma compensação numa ou noutra coisa. Se o Estado, o governo federal pudesse retribuir (...) pagando pros agricultores um X sobre aquela área pra ele poder sobreviver”*), por trás disso existe também a oportunidade deste mediador reivindicar a necessidade de aumentar os recursos financeiros à serem utilizados na sua administração (*“isso teria que haver uma compensação financeira pro município pra ele investir em algumas ações (...) devia também ter uma compensação em retorno de ICM”*). Quer dizer, neste caso, este mediador percebe que há uma pertinente possibilidade de, devido a institucionalização da problemática ambiental na região, angariar mais recursos junto as instâncias de poder que se situam acima dele. Só que, para que isso se efetive, ele percebe também que necessita mostrar a

situação daqueles agricultores em piores condições de responder as restrições impostas neste processo (*“mas se tu vai ver eles tem também trinta, quarenta famílias no momento que eles estão lá e de alguma maneira eles tão vivendo ainda. Alguns jovens foram embora, outros ficam e se eles forem impedidos de fazer qualquer coisa, realmente, prá onde é que eles vão ir?”*) Entretanto, é interessante notar o fato desta sensibilização para com a situação destes agricultores vir colocada em relação ao que representaria a saída destas pessoas em termos de dificuldades para o município (*“vão vir aqui prá sede ou prá Barra do Ouro, morá num beco lá. E da? E a prefeitura como é que fica? Ela vai Ter que bancar saúde, educação e coisa e tal.”*). Dito de outra forma, esta possibilidade de “êxodo rural” sugerida pelo mediador, segundo o que aponta suas palavras, antes de ser um “problema social”, é, para ele, muito mais um problema administrativo relacionado a capacidade da prefeitura de gerenciar e equacionar tal processo de “enfavelecimento” da sede municipal e do referido distrito (Barra do Ouro).

Soma-se a esta situação, ainda, o fato deste mediador apresentar uma trajetória muito ligada aos processos de modernização (sobre isso, ver item 7.1 e 7.2) da agricultura implementados durante os anos 1970 e 1980, como demonstra esta outra passagem da sua entrevista:

Assim como o produtor tinha resistência, nós também, a gente foi treinado e preparado anos atrás; e a 5, 10 anos atrás, quando começou a se dizer que não podia queimar, eu mesmo era um que contestava: como é que um produtor vai plantar num morro sem queimar? Então nós tivemos que mudar, nós, que somos os orientadores dos agricultores, nós primeiro tivemos que nos reciclar e nós começamos a fazer a mudança. E, pelo menos quando se está conversando numa reunião com o produtor, ou quando ele vem visitar a gente no escritório, normalmente a gente sugere então outras alternativas que compensem aquilo que ele ia fazer. Então essa reciclagem teve que começar com a gente.

Em primeiro lugar, este discurso mostra, novamente, aquele caráter do “profissional competente” (*“nós tivemos que mudar, nós, que somos os orientadores dos agricultores”*) já identificado anteriormente (ver item 7.2). Todavia, como é fácil perceber, a principal consequência deste processo é o fato deste caráter “competente” do mediador acabar sendo colocado em xeque pela instalação da problemática ambiental, pois a sua institucionalização na região retira parte da autoridade que lhe tinha sido concedida durante os últimos 20 anos para “orientar” os agricultores. Tendo

em vista disso, e, embora tenha havido uma “reciclagem” por parte do mediador, não é por acaso que este agente respondeu da seguinte forma ao ser perguntado sobre o que faria se, numa situação hipotética sugerida pelo pesquisador, ele tivesse visto uma queimada sendo feita por um agricultor em uma área de preservação permanente<sup>279</sup>:

Mas se tu fosse funcionário da Emater, conhecendo a realidade daqui, eu não ia agir reprimindo aquele agricultor, mas eu ia ver o problema daquele agricultor, porque ele ainda tá fazendo aquilo, aquele tipo de agricultura. Embora com toda proteção, eu acho que tem que ir lá ver, a própria Emater tem que ir lá e ver se dá uma opção de vida prá aquele agricultor.

Assim, não é de se estranhar também que mediadores como este acabassem sendo aqueles que iriam, de certa forma, não só “defender” os interesses, por exemplo, dos agricultores autuados pela fiscalização, mas, também, levar as suas reivindicações aos órgãos vinculados as políticas de preservação ambiental. Aliás, este processo começou a ocorrer mais intensivamente, exatamente no momento em que os agentes ligados a fiscalização ambiental passaram a atuar de uma forma mais incisiva, como mostra o relato deste representante sindical dos agricultores:

(E como progrediu essa situação?) Na época que foi mais duro mesmo foi quando veio a Patram , na época era o Ibama. E eu acredito que foi uns 5 anos atrás, por aí, quando realmente entrou em vigor a lei. Aí houveram muitas autuações e repreensão forte, isso quando Maquiné era de Osório ainda. O que que aconteceu? Quando o pessoal começou a ser multado, eles começaram a procurar o sindicato, a própria Emater e a prefeitura de Osório, então o próprio sindicato se mobilizou prá reunir estas entidades prá ajudar os agricultores.

Como se pode notar, em um primeiro momento, esta aliança estabelecida entre mediadores e agricultores visando tentar contrapor as recentes imposições legais vinculadas ao uso dos recursos ambientais, foi feita principalmente através da tentativa de aproximar os órgãos ambientais que representam, de forma “legítima”, certos discursos existentes no *campo ambiental*. Fato que, por outro lado, indica o efetivo reconhecimento, por parte dos mediadores, da autoridade (institucionalmente concedida) aos órgãos ligados, de alguma forma, às políticas de preservação

---

<sup>279</sup> No exemplo sugerido ao entrevistado, a queimada teria sido feita em um local com elevada declividade, vizinho da reserva ecológica e próximo a uma nascente d’água (situação apresentada para todos os demais mediadores).

ambiental. Esta característica pode ser percebida através da fala de um técnico extensionista entrevistado:

Daí, prá não pagar a multa, muitos faziam uma defesa e nós mesmo da Emater íamos lá e fazia a defesa. Daí, como a lei tava em vigor, as multas são pesadas e se tu é reincidente é pior, então com isso os agricultores foram muito pressionados. (...) Então a gente procurava achar um meio, uma forma prá amenizar aquela situação. (Que formas?) Buscando em Osório os órgãos que aplicavam a multa, os órgãos que eram registrados. Então a gente procurou se reunir junto com a Brigada, a SEMA que antes era a Fepam, procurou amenizar, achar uma forma de, quem sabe, tentar tirar uma parte daquela multa se o agricultor não tivesse condições de pagar.

Este aspecto pode ser identificado igualmente no discurso deste mediador ligado a administração municipal de Maquiné:

e junto com essas multas houve um trabalho de conscientização que era feito pela própria Emater. A Emater trabalhou muito em cima disso, as entidades, os sindicatos também e a própria prefeitura. Foi feitas várias reuniões com os produtores, traziam o pessoal de fora, da Secretaria dos Recursos Naturais Renováveis, naquela época nem existia a SEMA.

Obviamente, este papel dos mediadores de tentar resolver certas situações envolvendo agricultores e órgãos ambientalistas permanece até hoje, como mostra a descrição deste episódio feita por uma liderança política local:

As leis modificou muito e eu tive a oportunidade de fazer ... , agora há uns 5 meses, teve 3 produtores de fumo do Mundo Novo, que eles têm os fornos e estufa, e eles cortaram um pouco de eucalipto e lenha de mato e botaram na frente da estufa prá secagem do fumo. Aí se alguém denunciou ou não eu não sei, mas a Patram foi lá e multou, multa de 5 mil e poucos reais. Aí o que eu fiz, fui eu, o chefe da Emater, o presidente do Sindicato e mais os produtores, nós tudo fomos lá no quartel da Brigada Militar falar com o responsável pela Patram lá. Aí ele colocou a situação e nós fizemos as nossas colocações. Não adiante tu ir lá multar em 5 mil reais o produtor, porque ele não vai ter condições de pagar. Ele tá lá fazendo uma estufinha de fumo prá ganhar 3 mil reais e tirá livre dois mil, como ele vai pagar cinco mil? Então, é o seguinte, eu acho até que tem que dar um duro nele, olha, o senhor, agora eu só to alertando o senhor, no ano que vem não pode ter mais lenha aqui senão nós vamos aplicar multa. Mas aí o que aconteceu, aplicaram a multa, aprenderam a lenha do cara e aí nós fomos lá pro cara fazer a defesa, nós orientamos, pegamos um advogado prá fazer a defesa. Então a multa deve ter ficado uns quinhentos reais e a lenha ficou presa também. Só que eu acho que não é muito por aí, né? Aquele coitado, se ele não precisasse daquele pouco de lenha prá secar o fumo, ele não ia tirar.

Como já falado anteriormente, este relato mostra, em primeiro lugar, a distância dos agricultores tanto em relação a capacidade de apropriarem-se das determinações legais trazidas pela legislação ambiental, como também de fazerem as

“suas colocações” perante os fóruns de debate disponíveis (“*aí ele colocou a situação e nós [os mediadores] fizemos as nossas colocações*” em nome dos agricultores). Em segundo, demonstra como a instituição da problemática ambiental pode colaborar para a manutenção de certos vínculos “clientelistas” entre agricultores e mediadores e, mais do que isso, ampliar a capacidade de ação destes mecanismos de poder. Isto é fácil perceber porque estes agricultores, muito provavelmente, irão procurar, no futuro, retribuir, de alguma forma, o “auxílio” prestado pelos mediadores. Como explica Landé (1956, p.54), no caso de alianças verticais como estas, elas

freqüentemente aparecem como adições a instituições cujas deficiências elas corrigem. (...) Os addenda patrão-cliente podem, também, corrigir as inadequações de outras relações institucionalizadas, sendo que tais relações fundamentam-se nas expectativas de reciprocidade e na troca de benefícios entre dois aliados.

Sobre este aspecto, um outro episódio ilustrativo ocorrido e que aponta nesta direção, foi o fato de que, em uma das reuniões feitas no período inicial de atuação dos órgãos ligados a preservação ambiental, uma outra liderança política da época, rasgou, de forma teatral e na frente dos agricultores e dos representantes dos órgãos ambientais, as autuações registradas pela fiscalização. Como mostra o relato deste mediador-horticultor:

(Como reagiram os agricultores?) Sim, vários foram multados, daí o pessoal que era multado recorria geralmente ao município. (...) O prefeito da época andou pegando uma porção de multa e levava pras autoridade do Estado. Inclusive parece que ele andou rasgando umas multa de agricultores numa reunião que teve lá na Barra do Ouro a um tempo atrás junto com o pessoal da fiscalização. Hoje não, hoje tem que fazer um processo, alguém faz uma defesa, um engenheiro florestal e entrega no quartel da brigada.

Mesmo que situações como essa não sejam mais tão freqüentes como antes foram, pois “*hoje não, hoje tem que fazer um processo, alguém faz uma defesa (...) e entrega no quartel da brigada*”, o caráter subjetivo da ajuda prestada pelos mediadores continua sendo preservado (como foi o caso descrito anteriormente, em que os mediadores “levaram” as colocações dos agricultores até os órgãos ambientais). De fato, este aspecto de incorporação das reivindicações dos agricultores localizados nos vales mais estreitos e dos samambaieiros, pôde



igualmente ser percebido no discurso deste outro mediador ligado a administração municipal e que é, todavia, também bananicultor:

Na minha opinião o que eu acho bastante difícil também é o seguinte, os caras as vezes são donos de terrenos lá há 150 anos, que já vem dos seus avós, passa de pai pra filho, de filho pra neto e hoje eles não são mais donos daquela área, eles não mandam nada. Então eu acho que o governo deveria indenizar em alguma coisa, porque tem muitos que a hora que terminar a extração de samambaia, vão ter que sair de lá, são obrigados a sair porque não tem como viver. Fazer o que? Tá tudo em mato, não pode derrubar, o que você vai fazer mais ali, daí vão pra cidade e um colono que vai pra lá vai acabá se dando mal e muito mal. (E o que poderia fazer?) Alguma coisa teria que ser mudada nisso aí. Que pelo menos ele possa ter um direito sobre uma parte pra poder plantar nas áreas melhores, porque não é fácil a situação desses caras. Então há uma preocupação muito grande sobre isso aí, eu acho que o governo talvez já que ele não é dono do que é dele, o governo teria que indenizar. O agricultor tá pagando os impostos dele já a mais de quantos anos? As vezes ele é dono daquela área com escritura pública e tudo registrado, e não manda no que é dele.

Aqui surge novamente aquele aspecto, visto no item anterior, de que os agricultores percebem às ingerências ambientais como responsáveis pela perda daquela condição de “poder total” que até a pouco tempo possuíam sobre o que é considerado por eles “sua propriedade” (“*e hoje eles não são mas donos daquela área, eles não mandam nada*”). Como este entrevistado, além de ser um mediador, é também um agricultor, nada mais compreensível do que ele também reivindicar este “direito” perdido utilizando-se, para isso, também da situação dos agricultores em pior situação de mostrar suas reivindicações devido a condição social e eco-geográfica em que se encontram. Além disso, surge novamente a idéia de “indenização” (“*eu acho que o governo talvez já que ele não é dono do que é dele, o governo teria que indenizar. O agricultor tá pagando os impostos dele já a mais de quantos anos?*”). Mesmo que se possa considerar legítima esta possibilidade, o fato concreto é que este agente é, ao mesmo tempo, um agricultor, e, portanto, também possível beneficiário destas “compensações” requeridas das instâncias governamentais (este entrevistado é o mesmo que, no item anterior, reivindicava a “devolução” pelo governo de 60 há de floresta preservada existentes na sua propriedade).

De outra parte, obviamente, quanto mais próximo for a relação e a possibilidade de identificação entre os mediadores e os agricultores, maior será a sinergia entre ambos os discursos. Este é o caso, por exemplo, de um agente entrevistado e que representa o sindicato dos trabalhadores rurais na região:

*mas que eu ainda acho errado essa coisa de proibir que corte uma árvore, por exemplo. Nós temos assim exemplos de pessoas que cortaram duas ou três árvores e foram multadas, e estavam cortando apenas duas ou três árvores, dentro de tudo que ele tem, prá reformar a sua casa. E aí, quando o cara for multado, realmente vai criar revolta, não vão aceitar nunca. Até mesmo eu, que tenho conhecimento um pouco das coisas, que tenho acompanhado a questão mais de perto, eu não aceito essa coisa aí, esse tipo de trabalho. Agora, acho que deveria ter um trabalho um pouquinho diferente, mais acessível, uma conscientização maior, sem que haja um conflito.*

Nesse caso, se pode notar, primeiramente, a existência de uma similaridade muito grande com certos discursos proferidos por alguns agricultores nos itens 7.5 e 7.7, como é o caso das reivindicações relativas as restrições ao corte de madeira quando este se destina a utilização na própria propriedade dos agricultores. Além disso, este mediador acabou demonstrando uma elevada capacidade de perceber uma série de outras dificuldades dos agricultores geradas pela problemática ambiental, como demonstra esta outra passagem da entrevista em que foi colocada a mesma situação hipotética descrita parágrafos atrás<sup>280</sup>:

*Não adiante talvez chegar e ligar prá Patram ou prá Fepam e ir lá multá-lo porque ele não vai parar de derrubar, embora ele é multado. E aquelas famílias que moram naquelas linhas onde não tem outras opções? Eles não estão lá porque querem, por escolher aquela atividade, é porque tão numa dificuldade mesmo. Agora, a gente vê que tá errado, chegou lá o cara tá com dois e meio hectares de milho, ele vai colher 40 sacos ou 50 sacos de milho no máximo, vai ter que fazer o cargueiro nas costas, carregar lá do morro nas costas prá ir lá embaixo. Faz a conta, há 8 ou 10 reais o saco, 40 sacos da 400 reais. Esses dias teve aqui um pessoal da Anama e mais alguns da SEMA de Porto Alegre e da Secretaria do Trabalho, estiveram aqui e aí eu comentando com eles, assim, vocês pensam que aquele que tá extraíndo samambaia lá no bico do morro ele quer fazer aquilo? Ele faz porque ele precisa.*

Novamente reaparece aqui a função delegada aos mediadores mais identificados com os agricultores de tentar contrapor certas posições dos agentes de preservação ambiental em nome destes mesmos agricultores (*“esses dias teve aqui um pessoal da Anama e mais alguns da SEMA de Porto Alegre e da Secretaria do Trabalho, estiveram aqui e aí eu comentando com eles, assim, vocês pensam que aquele que tá extraíndo samambaia lá no bico do morro ele quer fazer aquilo? Ele faz porque precisa”*). Contudo, apesar deste entrevistado ter todos os motivos do mundo para se aliar completamente aos agricultores, também ele se encontra

obrigado, como os demais mediadores, a dialogar conforme as regras de conduta ditadas pelo *campo ambiental*, ou seja, este agente, mesmo que contrarie a forma com que foram e continuam sendo impostas as restrições ambientais aos agricultores, expõe seus argumentos sempre ressaltando a importância das ações de preservação, como nesta outra passagem da entrevista:

(E como é que tu vê a posição dos agricultores?) Com muita visão negativa com relação a isso. Claro que nós hoje temos a consciência que a preservação ela é importante e além de ser bom ela é necessária. Só que nós temos uma visão que antes de sermos fiscalizados e de sermos multados pela queimada que se faz, nós temos que ter uma preocupação muito grande com a questão social do nosso trabalhador rural, porque se nós começarmos a proibir que ele produza dentro da sua área rural, ele com certeza ele vai ter que abandonar o seu habitat e ir prá cidade maior, prum centro maior. Claro que, então, eu acho assim, que eu concordo com a questão da preservação, eu acho que ela é prioritária, a questão da preservação das árvores e das matas. Tudo bem, agora, nós temos que antes de proibir que a pessoa produza, que deixe pelo menos produzir prá sua subsistência.

De fato, este mediador encontra-se colocado em uma situação em que, necessariamente, é preciso que ele atue como uma espécie de conciliador (embora ele já tenha escolhido a quem deseja apoiar). Isto, porque, mesmo que, de um lado, ele se solidarize com os agricultores (os quais, certamente, pressionam-no para que ele defenda de forma mais efetiva as suas reivindicações), de outro lado, sua atuação dentro do campo de disputas encontra-se restrita, primeiro, a sua inserção também marginal dentro dos espaços de debate e, segundo, a necessidade dele formular seus argumentos dentro dos limites socialmente instituídos pelo *campo ambiental*. Isto se comprova através desta outra passagem da entrevista:

eu sempre fui tentando, sempre procurei fazer um trabalho sem criar conflito, sempre procurei amenizar a situação, tentando explicar pros agricultores a questão de leis. Sempre procurando transmitir pros nossos agricultores alguma coisa sobre a questão de leis. E nós fazia isso também, apesar de não concordar muitas vezes com a lei da forma que ela veio, não é? Porque da forma que ela veio nós não concordamos. Então a gente sempre procurou amenizar, sempre procuramos buscar esse esclarecimento pro pessoal, pro agricultor e pra alguns participantes de algum evento, de algumas reuniões, tentando procurar uma solução principalmente pra esses nossos agricultores que vivem nos fundões menores.

Por outro lado, a defesa dos interesses dos agricultores em piores condições de colocar suas reivindicações não é uma condição válida apenas para o caso dos

---

<sup>280</sup> Só para lembrar o leitor, na situação sugerida ao entrevistado, este é colocado frente a uma queimada feita por um agricultor em área de preservação permanente, tendo esta sido feita em um

mediadores, *stricto sensu*, mas se estende também, por exemplo, para certos agricultores com uma situação mas interessante do ponto de vista econômico e político. Com isso, muitas vezes, as precárias condições em que se encontram, por exemplo, os samambaieiros e os agricultores ainda vinculados ao modo de vida *tradicional-colonial* frente aos órgãos ambientalistas, faz com que os agricultores mais próximos à uma lógica *produtivista-moderna* de produção (e que estão mais interessados em poder dispor dos “recursos naturais” existentes nas suas propriedades como se fossem simples mercadorias), igualmente se apropriem do discurso daqueles agentes visando tentar legitimar suas posições particulares (sobre estas posições, ver item 7.7). Vejamos alguns exemplos, como o caso deste horticultor-mediador (e que é, também, atravessador) da região:

Então, o que tá acontecendo, grande parte das famílias não só de Maquiné mas de todo o litoral daqui até Torres foi enormemente prejudicada por não poder cortá um pezinho mais de mato onde já foi plantado, já foi usado. E estas pessoas tão abandonando, tem que abandoná suas propriedades. Só na região em Três Cachoeiras eu tive uma reunião 28 de abril, tem 200 famílias que tiveram que abandoná as propriedades. É claro que prá onde é que elas foram não se sabe. Então, eu pergunto: prá onde é que essas pessoas foram? Será que numa dessas famílias não tem alguém que vai virá um traficante, um bandido, uma coisa dessas?

Quer dizer, o interessante disso tudo, é que, por mais que seus objetivos, na maioria dos casos, sejam outros ao tentar responder contrariamente as leis relativas à preservação ambiental, são muitas vezes estes agentes melhor posicionados nos agro-eco-sistemas que acabam sendo os responsáveis por levar (juntamente com os mediadores mais próximos) as reivindicações daqueles que não possuem canais disponíveis para exteriorizar suas reivindicações. A pretexto de contrapor o discurso mais geral sobre as leis de preservação, estes agentes acabam “adotando” as reclamações, por exemplo, dos agricultores com pouca terra disponível para plantar suas roças. Veja-se o caso deste outro horticultor:

eu por muito tempo fui até do conselho de desenvolvimento de Maquiné e lá aparecia o pessoal da Barra do Ouro se queixando que lá não dá mais prá derrubar nada que os caras tão multando, aí o pessoal da Emater dizia que aí o conselho não pode fazer nada. Mas como não pode fazer nada? E a gente tem que levar isso adiante, tem que discutir o que que vai se fazer, ir no sindicato prá não se deixar multá, porque tem que arrumar alternativa prá esse pessoal. Nem todos conseguem ter 5 ha de várzea também prá sobreviver, lá no morro hoje

---

local com elevada declividade, vizinho da reserva ecológica e próximo a uma nascente d'água.

ou tira samambaia ou bota uma rocinha de feijão. Daí, depois daquilo se fez uma reunião e começaram a ir em cima do sindicato e do prefeito.

Ainda sobre este assunto, é interessante apresentar mais um exemplo de como ocorre este processo de apropriação de um tipo de discurso, o qual, em última análise, pretende contrapor a necessidade de preservação ambiental tentando, para isso, fazer uso e dar maior visibilidade a “questão social” que envolve os agricultores, como é o caso do discurso deste bananicultor:

Eu nunca fui multado por causa disso aí, mas eu vejo os caras bah, uns coitado que as vezes tem 4,5 filhos e querem fazer uma rocinha. Aí muitos deles não sabem também que não convém ou não podem queimar, mas eles vão fazer uma rocinha prá planta um aipim, um milho, um feijão pro gasto, prá casa mesmo. Aí vem os caras do Ibama e já multa e já prende e o cara não tem como pagá. Barbaridade, esse lado aí eu não sei se tá muito certo. Tem que fazer mais ‘amiúdo’ como eu digo, mais chegado, porque não pode ficar só lá no gabinete, tem que chegar aqui e ver como o coitado do colono tá. Tinha que sê assim, de casa em casa, o cara vê, ó, tu vai botá uma roça esse ano, mas eu preciso, então vamo ver a área que tu vai botá. Quem sabe tu deixa essa aqui crescer e derruba aquele outro, não ia se melhor assim?

Além disso, estes agricultores também se revelam interlocutores dos samambaieiros, como foi o caso deste horticultor:

Daí eu trouxe aqui em casa o A. e o B. e perguntei se tem alguma coisa prá fazer prá aquele pessoal que tira samambaia. Porque essa situação é de chorar junto com eles, porque se dá um inverno rigoroso como deu o ano passado, a samambaia também termina. E as samambaias tão com problema, as samambaias tão terminando porque tá terminando as capoeira, porque justamente não tem mais derrubada, não tem mais queimada. Conforme o capoeirão vai crescendo, vai ficando mais denso, mais alto, a samambaia vai morrendo, não nasce mais. E não que a samambaia tá terminando porque eles tão tirando demais, é porque a samambaia se cada dez ano fizesse uma derrubada e queimar, ele vem sempre.

Ou este horticulor-mediador:

é que essa gente também tem que viver em cima do que é deles, eles não podem invadir o que é dos outros e nem roubar, tem que viver em cima do que é deles, então a alternativa que eu sugiro é que eles possam plantar em cima do que é deles, ter direito de tirar uma parte da terra deles, 20-30% e viver em cima do que é deles. Se eles não podem plantar hortigranjeiro, eles plantam milho, plantam feijão, plantam sei lá o que, mas que vivam em cima do que é deles, o que nós não podemos é inchar a cidade, inchar cada vez mais. Já tem gente que chega na cidade.

Falou-se aqui, já na primeira parte do trabalho, que não seria colocada demasiada ênfase na idéia bourdiniana de “estratégias de ação”, as quais são adotadas pelos agentes dentro do *campo ambiental* visando legitimar certos

interesses específicos. Isto devido aos limites que este tipo de abordagem acarretaria no sentido de que, em boa parte dos casos aqui apresentados, é preciso analisar muito mais as relações internas construídas entre os próprios agentes que atuam no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné e, principalmente, porque, neste espaço, estes agentes (principalmente os agricultores) estão colocados em uma situação extremamente marginal dentro do campo (portanto, sem um domínio preciso do *nomos* já previamente instituído). No entanto, não se pôde deixar de notar que, neste caso, esta aliança estabelecida entre agricultores e mediadores tem sido uma das estratégias de ação mais recorrentes quando ambos pretendem se contrapor a certos discursos dominantes dentro do *campo ambiental* (não só naquela região, mas em muitos outros espaços semelhantes). Aliás, diga-se de passagem, aliança esta que, em boa parte dos casos, tem demonstrado resultados relativamente eficazes do ponto de vista da sua capacidade argumentativa e de contextualização dos problemas causados pela institucionalização da problemática ambiental junto aos espaços de debate instituídos pelo campo. Além disso, não se pode esquecer que tais alianças permitem efetivamente a resolução de certas dificuldades pontuais (todavia, concretas) enfrentadas por muitos agricultores, como se viu nos exemplos recém apresentados. Em outras palavras, do ponto de vista dos agricultores, estas ações dos mediadores são extremamente significativas e relevantes.

Entretentes isto tudo, é claro que esta situação não invalida a qualidade clientelista de tais alianças, pois estas envolvem agentes que apresentam profundas diferenças sociais, econômicas e políticas. Isto, porque, como novamente ressalta Landé (1959, p.37), tais relações

são atrativas para aqueles que desempenham o papel de clientes. Sua atratividade especial provém de uma das características que distinguem as relações patrão-cliente de muitas relações verticais institucionalizadas, o fato de que mesmo que a relação patrão-cliente ligue duas pessoas de status diferentes, exige que se tratem, especialmente, que o patrão trate o cliente, eqüitativamente e com um interesse especial pelo bem-estar do outro.

Como se sabe, nos agro-eco-sistemas permanecem ainda sendo estabelecidos fortes e coesos sistemas de relações verticais, os quais, necessariamente, envolvem agentes diferenciados e com poder ou recursos desiguais. Esta situação faz com que, por exemplo, mediadores que detém uma certa autoridade institucionalizada (como é

o caso de certas lideranças políticas e administrativas, dos técnicos que trabalham junto aos agricultores, dos quadros que compõe suas entidades de classe – por exemplo, os sindicatos - e, obviamente, os comerciantes e negociantes de uma maneira geral, entre eles, os chamados atravessadores) incorporem, além da relação impessoal por ele requerida, aspectos subjetivos ligados a geração de um sentimento de “lealdade” entre ambos os agentes. Parte desta característica pôde ser percebida na fala deste horticultor-mediador-atravesador:

(..) até na última assembléia que eu tive aqui, em maio. Daí, o pessoal da Barra do Ouro eu mando vim, eu chamo o pessoal lá, vem de 6, 8, 10 pessoa, independente da sociedade, agricultor e outras pessoas. Eu mando convidá e o pessoal vêm. Então tá se imprimindo na idéia deles prá que se limpe lá nas cabeceira, porque onde mais polui é lá, porque cai lá e vai atingir todo o lençol. Então tem muitas pessoa que me informam assim ó, sobre isso.

Como se pode notar, este mediador-agricultor “*manda*” chamar e “*o pessoal vêm*”, o que indica uma certa capacidade de articulação deste agente no sentido de mobilizar parte dos agricultores e “*outras pessoas (...) independente da sociedade*” em torno, por exemplo, de uma reunião para se discutir o “problema” do assoreamento do Rio Maquiné (assunto que estava sendo discutido na citação acima) e, igualmente, para se tentar “*imprimir na idéia deles*” novos comportamentos. Contudo, o que importa notar aqui é que os agricultores “convidados” por este agente e que virão a este encontro, provavelmente possuem já uma relação muito próxima com este agricultor-mediador e, como conseqüência, uma série de compromissos de caráter pessoal previamente estabelecidos entre eles.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é a existência, na região, de relações pessoais muito fortes construídas entre os agricultores e os políticos locais, como ilustra o relato deste vereador municipal entrevistado:

então ainda não chegamos nisso, porque se tem alguma coisa que tu faz que é assistência social e outras coisas que tu faz que é assistencialismo puro, tu tá fazendo por alguma dívida, digamos, de campanha. Estamos nos livrando muito disso aí, porque isso aí não leva a nada prá o município, mas isso acontece, de então você arrumar umas certas coisas, colocar uma caçamba de terra lá no teu pátio, mas nós estamos diminuindo, ainda não terminou, nem sei se vai terminar.

Visto deste modo, estes espaços de construção de vínculos qualitativamente subjetivos entre agentes sociais socialmente distanciados, de uma certa forma, estão

por trás de boa parte da estrutura argumentativa e do cenário montado em torno da problemática ambiental na região. O resultado deste processo, devido a estes aspectos subjetivos em que as relações entre agentes sociais são difusas e quase nunca com um caráter mínimo de impessoalidade, será que os discursos e ações tomadas por muitos agricultores e alguns mediadores estarão, de alguma forma, intimamente vinculados entre si através de fortes relações de dominação. Como consequência disso, em boa parte das vezes, estas posições, embora na sua maioria aceitem a idéia geral de que é preciso “preservar a natureza”, tendem a se aproximar (e os discursos mostram isso) no sentido de desqualificar certos discursos introduzidas por algumas correntes atuantes dentro do *campo ambiental*. Entretanto, além deste processo desencadear a estruturação de alianças pouco interessantes (no sentido do rompimento das relações de poder) para uma parcela significativa dos agricultores, o que acaba acontecendo é que certos discursos extremamente contrários aos novos valores “ecológicos” acabam ganhando força e legitimidade junto aos próprios agricultores. Neste sentido, um exemplo que demonstra esta possibilidade concreta pôde ser constatado através dos argumentos, os quais tem cada vez ganhado mais força e “adeptos” na região, colocados por este “agricultor” (dono de uma das maiores áreas de terra da região dos vales):

Queremos saber porque os sem-terra (que muitas vezes nem agricultores são), querem terra da melhor qualidade, tratores, equipamentos e financiamentos. E o Governo dá. Nós, que compramos nossas propriedades com muito sacrificio, não podemos usá-la por estarmos dentro da faixa da Mata Atlântica. O governo está tomando nossas terras sem pagar indenização alguma. Diz, em nome da ecologia, que é crime cortar árvores, mesmo sendo uma roça para sobreviver. Só que eu penso que crime é matar o agricultor à míngua como estão fazendo. Quando se faz uma roça numa chapada de morro difícil de trabalhar, é porque não se tem um lugar melhor para ganhar a vida. Tem propriedades montanhosas, que não têm lugar plano nem para preparar o chão da casa (Coluna Opinião, Jornal Folha de Maquiné, junho de 2000).

Apesar de se ter chamado este agente de “agricultor”, este se encontra deveras distante da situação vivenciada pela quase totalidade dos demais agricultores do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné. De fato, pelas conversas que se teve com a população local, soube-se que este é um agente que chegou recentemente a região (apesar da família ser natural do município de Maquiné), como comprova este relato de uma liderança política local:



e o S. também, quando ele veio prá cá, ele já tinha morado aqui. Ele era de família de produtores, saiu prá lá, prá Manaus e depois voltou prá cá financeiramente com um bom capital e comprou umas áreas de terra. Umas áreas de terra assim onde plano era muito pouco, são quase tudo morros, também não é mecanizável nada. E ele foi cortando muito mato, cortou muito capoeirão, derrubou e fez pastagem, então hoje ele deve ter umas 100 cabeças de gado naqueles morro da Solidão.

Como se pode notar, este “agricultor” (ou, talvez, se deveria chama-lo de pecuarista), possui poucas características em comum com a grande maioria dos demais agricultores. Contudo, o conteúdo dos seus discursos exterioriza parte do sentimento que vem sendo construído por muitos dos agricultores devido a institucionalização da problemática ambiental na região. Neste sentido, vale colocar outro depoimento seu publicado no jornal local:

Assisti a um documentário de TV, onde mostrava o fanatismo religioso, que mata e se mata em nome de Deus. (...) Parece uma barbaridade, mas não é, pois aqui também tem o fanatismo ecológico. Aqui uma jararaca venenosa é mais protegida por lei do que uma pessoa, pois se um homem matar a jararaca, ele comete um crime ambiental e poderá ser preso. Já a serpente, pode matar um trabalhador rural que não acontece nada. (...) Penso, que quem protege uma serpente venenosa e diz que é um crime cortar uma árvore, não sabe dizer a um pai de família o que ele deve fazer prá sobreviver. Aqui, onde não se pode cortar algumas árvores para plantar o feijão prá comer, impedindo o agricultor de plantar, é o mesmo que tirar alimento de seus filhos. Tenho 120 hectares de floresta, onde 40 hectares é da mais pura mata virgem que existe, com todas as madeiras consideradas nobres e raras (...) (Coluna Opinião, Jornal Folha de Maquiné, fevereiro de 2001).

Apesar das reivindicações apresentadas serem aparentemente “legítimas”, pois exteriorizam uma situação que acontece de fato na região, o que ocorre é que este agente encontra-se em uma situação totalmente distinta dos demais agricultores. Além disso, certamente ele não precisa, “*para sobreviver*”, de “*cortar algumas árvores para plantar feijão prá comer*”. Porém, isto certamente não invalida o teor do seu discurso, ou seja, este agente, mesmo que tenha objetivos totalmente diferentes dos agricultores de um modo geral quando reivindica o direito de uso dos recursos naturais existentes na sua propriedade, acaba também dando voz a certos pontos de vista defendidos por muitos agricultores. Por outro lado, este tipo de discurso sintetiza e ilustra muito bem um sentimento que se mostra já bastante visível no Estado do Rio Grande do Sul e que tem ganhado cada vez mais força junto aos espaços de debate dentro do *campo ambiental*. Sobre isto, é significativo o conteúdo deste outro trecho do depoimento deste agente ao jornal local:

Estão acabando com o agricultor pelo aniquilamento e pelo desespero. Os agricultores que não têm uma boa várzea para trabalhar, só tem dois caminhos a seguir: abandonar suas propriedades indo para as cidades como outros já se foram, ou se unir, formando um forte movimento e pressionar o governo a pagar indenizações pelas terras embargadas. Vejam o Movimento dos Sem Terra! Muito forte e organizado, violento e atrevido, invade fazendas, prédios públicos, enfrenta a polícia, desafia a lei, mas tem proteção de políticos e da justiça. Aqui, o pequeno agricultor, empobrecido e desorganizado, aceita a lei que impede que ele trabalhe em sua própria terra, e até de colher o que plantou (Coluna Opinião, Jornal Folha de Maquiné, junho de 2000).

Quer dizer, por mais contraditório que possa parecer, este tipo de discurso vem mostrar uma situação que, cada vez mais, parece se mostrar possível de se efetivar, qual seja, a união entre os agricultores familiares de um modo geral (com toda a sua diversidade sociocultural e econômico-produtiva) e as forças, ainda com forte presença dentro do *campo ambiental*, mais “conservadoras” (em relação aos novos valores “ecológicos” que hoje vêm sendo instituídos) e mais “reacionárias” (porque pretendem fazer retroceder as leis e a legislação a uma situação semelhante ao que havia no passado recente). Obviamente, fica claro ao leitor que, do ponto de vista da construção de novas políticas de preservação ambiental, esta situação representa um retrocesso expressivo no que se refere a capacidade que a sociedade possui de ampliar as discussões em torno da problemática ambiental.

Dito isso, é preciso, ainda, abordar um último tema que, apesar de estar relacionado com este processo, de uma certa maneira, representa também uma espécie de contraponto as formas de mediação tradicionalmente construídas junto aos agricultores e, ao mesmo tempo, uma alternativa de ação em relação as atividades desenvolvidas no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné pelos órgãos de preservação ambiental nos últimos dez anos.

### ***7.9 Novos agentes sociais: a importância das trajetórias e do contato (e da troca) com a realidade dos agricultores nos processos de construção democrática de políticas ambientais***

*Durante algum tempo, os poderosos da antiga ordem coexistem com os da nova; os grupos sociais que anteriormente controlavam os alicerces só se retiram lentamente. (...) Essa coexistência de estratos novos e velhos, de*

*regiões dominadas pelo passado e de outras colhidas pelo futuro, é o prenúncio de perturbações sociais que atingem a sociedade como um todo. Os compromissos e metas apontam em direções diferentes (...). As perturbações estão ainda visíveis aos olhos de todos; as feridas que elas causaram estão ainda sensíveis e abertas.*

Eric Wolf, 1984, p.340.

Em linhas gerais, como se viu ao longo da retrospectiva feita aqui sobre as interfaces deflagradas entre humanos e não-humanos no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné, inúmeros foram os fatores que permitiram a paisagem local manter, mesmo nos dias atuais, aquela condição aparentemente “selvagem”<sup>281</sup> muitas vezes exaltada em discursos provenientes de certas correntes presentes dentro do *campo ambiental*<sup>282</sup>. Entretanto, nos últimos dez anos, dois novos elementos virão se somar a todo este quadro. O primeiro, já visto aqui, refere-se a própria introdução de novas proibições e restrições legais quanto ao uso dos recursos naturais disponíveis aos agricultores através da elaboração e imposição de leis de proteção ao meio ambiente e da atuação da fiscalização ambiental através de órgãos como o antigo IBDF, IBAMA, Fepam, Patram e, nos últimos anos, a SEMA. Já o segundo fenômeno, este mais recente, têm relação com a chegada efetiva de novos agentes sociais ao agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné. Contudo, a diferença, neste caso, é que, embora também estejam interessados em promover ações de preservação do meio ambiente, estes agentes se encontram, de uma certa forma, mais solidários e “abertos” a ampliação das discussões em relação aos desencadeamentos sociais

---

<sup>281</sup> Principalmente nos EUA, é recorrente o uso do termo *wilderness* (em português, “vida selvagem”) para designar certas áreas onde a natureza permaneceria “intocada” pela mão do ser humano (Ver McCormick, 1992). Entretanto, como já foi visto, também em Maquiné esta aparente “virgindade” não se verifica, pois no passado (distante e recente) estas áreas já foram, de alguma forma, utilizadas pelo homem (consultar capítulo 6).

<sup>282</sup> Alguns destes dispositivos (na sua maioria intimamente interligados) foram em parte já antecipados, tais como: a constante diminuição do valor pago pelos principais produtos agrícolas tradicionalmente produzidos nas encostas da serra; as inadequações (sociais e ecológicas) trazidas pelos processos de modernização da agricultura; a “descoberta”, para os férteis vales dos rios e córregos existentes, de um tipo de agricultura intensiva (no uso de insumos, terra e mão-de-obra) baseada na horticultura e que, de certa forma, relegou a um segundo plano o uso (pelo menos para fins econômicos) das encostas por estes agricultores.

trazidos por esta problemática. Será, portanto, este o último tema a ser tratado daqui para frente pela pesquisa<sup>283</sup>.

Uma das principais características destes agentes em relação aos mediadores que tradicionalmente podem ser encontrados nos agro-eco-sistemas refere-se as suas peculiares trajetórias sociais, o que irá contribuir para um tipo de atuação muito diferenciada junto a população local e, em especial, junto aos agricultores. Neste sentido, é interessante apresentar alguns exemplos que caracterizam bem este diferencial em termos de *capital social* e de potencial enriquecimento do *habitus* que normalmente conforma as relações sociais e culturais hoje encontradas no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné. Este é o caso de uma agente comunitária que trabalha junto aos samambaieiros, cujo trecho da sua entrevista aqui exposto (apesar de bastante longo, é verdade) mostra muito bem a importância que a história de vida de um mediador adquire dentro do próprio processo de trabalho que ele irá eventualmente desenvolver:

Todo esse tempo eu morei sempre em convento, depois eu fui morar com duas pessoas, um padre e mais uma moça, e que queriam viver no meio do povo. Daí fomos prá Rio Grande morá numa área de invasão, um lugar onde eles tinham colocado as pessoas depois de limparam a cidade de Rio Grande, tiraram todos os casebres naquele ano, em 78, eles limparam a cidade de casebres e botaram numa área de areia, assim, abandonada. Umas 300 famílias mais ou menos. Então nós três fomos prá ficar, fizemos uma casinha e fomos junto com aquelas famílias prá trabalhar com elas. (...) Bom, depois disso aí, em seguida começaram a nos perseguir porque diziam que um padre não podia ficar com duas mulheres morando numa casa. Assim, não acreditaram na nossa castidade, não acreditaram no nosso jeito, na nossa pureza. Aí decidimos ir pro Mato Grosso, num lugar onde não tinha padre, prá começar um trabalho de comunidade. Aí fizemos uma carroça de quatro rodas, conseguimos um casal de cavalos, vendemos a nossa casinha com tudo o que tinha ali, no começo de 79, e decidimos ir junto com os colonos de Nonoai. Naquela época os colonos estavam indo pro Mato Grosso prá ganhá terra por lá. Nós soubemos daquele conflito em 79 e decidimos que, como estavam enviando esses colonos pro Mato Grosso, nós também íamos com eles. Mas aí nós queríamos fazer um bom tempo de retiro, vivendo do mínimo necessário, prá nos

---

<sup>283</sup> Ciente de que a chegada destes novos mediadores representa um tema que, por si só, já demandaria um trabalho de investigação relevante do ponto de vista científico, o que se procurou fazer aqui, foi, através de alguns exemplos colhidos pelo pesquisador, colocar em evidência a possibilidade de haver uma atuação diferenciada (e não meramente com um caráter fiscalizatório ou policial) dos agentes sociais que, de alguma forma, estão vinculados aos processos de preservação. Contudo, é importante ressaltar ao leitor que não se está querendo aqui considerar estes mediadores, ou suas experiências com os agricultores, como a “saída” para os problemas desencadeados pela problemática ambiental, ou, ainda, que estes agentes seriam os “mocinhos” em relação aos demais (como se sabe, processos de dominação existirão sempre em qualquer relação que se construa entre indivíduos socialmente distantes entre si). Muito pelo contrário, o que se pretendeu mostrar foram algumas experiências por eles vivenciadas e que, devido a pouca capacidade de ganharem visibilidade dentro do *campo ambiental*, acabaram não sendo devidamente percebidas como passíveis de contribuir nos processos de elaboração de novas políticas ambientais para os agro-eco-sistemas.

preparar para chegar lá e foi um sonho que não deu prá acontecer. Acho que teria levado de 3 a 4 meses prá chegar, do jeito nós íamos. Nós tentamos ir de carroça, aí saímos de Rio Grande na madrugada e fomos na direção de Pedro Osório. Aí, quando chegamos perto de Pedro Osório, a égua e eu adoecemos. A égua fincô um espinho no pé que arruinô ela e eu fiquei com desidratação. Aí tivemos que pará num lugar muito triste, eu gostaria de um dia até de voltar lá. E aí em três dias vendemos a nossa carroça por preço de banana, vendemos a égua e o cavalo prá poder ir pro Mato Grosso de ônibus. Foi uma aventura, chegamos e pedimos pro Incra um terreno, contamos a nossa experiência, o que queríamos fazer. Eu ía como professora. Fomos prá perto de Dourados, o Incra nos deu um pedaço de terra dentro de um mato virgem e construímos uma casinha no meio do mato. Aí eu comecei a dar aula porque não tinha escola, nada. Foi muito bonito, a gente fez uma escolinha no meio do mato, foi a primeira vez que teve escola ali, foi maravilhoso o trabalho. Aí, quando chegou seis meses, o padre tava um pouco nervoso porque ele tava se sentindo fora da igreja, e ele disse: 'agora está na hora de me apresentar pro bispo'. Só que era melhor que eu fosse porque se ía o padre, o bispo podia obrigá ele a ficar na catedral. E aí eu fui prá lá e aí foi outra aventura. Fui de carona de caminhão, junto com um caminhão de vacas prá Dourados. E aí peguei malária, viajei com as vacas sem sabê que tava com 41 graus de febre. Aí cheguei lá prá falá com o bispo, na maior inocência, prá pedir que ele fosse lá e nos apresentasse prá comunidade. Ele deu um grito, eu nunca vou esquecer, eu tô com o uivo dele no meu ouvido até hoje, e ele disse: 'tu tem coragem de vir dizer que a seis meses tem um padre a 300 km daqui e eu precisando de padre aqui na catedral?, não sabe que esse padre tá fora da obediência?' Eu tentei explicar prá ele, mas báhh, foi pior, aí ele me mandou de volta dizendo que o padre tinha que se apresentar em três dias, só que o padre não foi, é claro, e aí nós fomos prá Bahia, prá Juazeiro na Bahia (...).

Com efeito, ao prestar-se atenção às experiências de vida contadas por esta agente comunitária local, percebe-se logo as amplas dissonâncias contidas nos seus relatos se comparadas as trajetórias sociais da maioria dos mediadores mais antigos entrevistados. Por outro lado, distintamente dos agentes tradicionais ligados aos órgãos de preservação, esta agente, e, também, alguns outros novos mediadores sociais, logo que começarem a chegar, irão demonstrar, primeiro, uma capacidade muito maior de perceber as contradições desencadeadas pela problemática ambiental na região e, segundo, uma atuação comprometida tanto com o equacionamento dos “problemas ambientais” existentes, como igualmente interessada no que este processo implica em termos de reestruturação social e de transformação das condições de vida da população local. Neste sentido, esta mediadora (hoje participante do MMTR) foi certamente uma das primeiras a chegar a região com esta “dupla sensibilidade”. Vindo residir no fundo do vale da Solidão, em um local muito próximo a um importante núcleo de agricultores-samambaieiros, com o passar do tempo, o trabalho desta mediadora acabou se tornando uma referência não só para estes agentes, mas, também, em boa parte do Litoral Norte. Em relação aos agricultores-samambaieiros, no princípio, esta identificação foi fruto muito devido ao

fato dela ter tido contato, no passado, com conhecimentos gerais sobre saúde pública, o que acabou abrindo as primeiras portas para o diálogo e o trabalho que iria se concretizar posteriormente não só junto à comunidade do vale da Solidão mas, também, em várias outras localidades próximas. Sobre isto, ela própria conta como foi este processo:

Em seguida que eu cheguei nós estávamos fazendo a nossa casinha acampados lá adiante, construindo a casinha lá embaixo e chegou uma velhinha um dia ali e uma hora na conversa ela disse ‘sabe, eu tenho que ir prá Maquiné uma vez por semana para verificar a minha pressão’. A pé ela ia, para verificar a pressão uma vez por semana, e eu tinha o aparelho de pressão guardado na mala. Daí a pouco eu tinha prometido pro E. que por um ano eu não ia abrir a minha mala prá não fazer nada. Daqui a pouco a velhinha chega e diz assim, ‘eu queria tanto ver a minha pressão sem ter que ir para Maquiné!’ Aí o E. não tava por perto e eu fui correndo, abri minha mala e ali começou tudo, a velhinha se tratô, comecei a tratá com chá, ela melhorou e aí ao redor dela vieram outras. E no fim eram doze, e daqui a pouco começamos embaixo de uma árvore nosso primeiro grupo, e agora têm mais de 50 mulheres. (Daí que fundaram a fraternidade?) Não, não, a fraternidade começou faz três anos. Foi um grupo das mulheres, começamos, assim, a fazer xarope para gripe, depois começamos a fazer outras coisas e fomos aprofundando até que uma amiga da Alemanha ajudou e deu um pouco de dinheiro e a comunidade ajudou para fazer essa farmacinha que desmontamos anteontem dali. Daí fizemos aquela casa, e ali muita coisa bonita aconteceu, muita coisa, a comunidade cresceu, a gente começou a fazer os medicamentos mais complicados, assim, muito interessante, que começaram a comprovar.

Como se pode notar, desde que chegou ao vale da Solidão, esta mediadora procurou se inserir o máximo possível no cotidiano e na vida da própria comunidade, de modo que suas ações permitissem criar um vínculo mais próximo e menos distanciado, principalmente entre ela e as mulheres que vivem naquele local, como mostra esta outra passagem da entrevista:

Em seguida que se criou o grupo, essas pessoas daqui eram tão humilhadas que elas não tinham coragem de chegar e participar do grupo, nenhuma delas. Porque, se a gente convidava ia uma lá e ficava todo tempo encolhida e ia embora. Aí eu comecei a me aproximar delas aqui no fundo, vim até ali adiante, visitava as famílias, tratava elas, não precisava dar injeção. Eu fazia essas coisas todas tentando fazer com que elas acreditassem no trabalho, e, devagarinho, elas foram entrando no grupo. Agora, se, por exemplo, eu tivesse chegado simplesmente falando que elas tinham que lutar pela justiça, tinham que lutar pelos seus direitos, tinham que fazer a cooperativa, tinham que fazer parte da comunidade, fazer um laboratório de ervas medicinais, elas não teriam me aceito. (E mudou a visão delas de mundo?) Em oito anos mudou tanto! Só prá tu ter uma idéia, a coordenadora do grupo das mulheres, a Maria, que é coordenadora daqui do laboratório, essa mulher chegou no nosso grupo lá embaixo na casa quando o grupo já tinha três meses. Ela chegou na porta da casa, assim, uma casa de seis por oito, chegou na porta, tava umas mulheres reunidas, em reunião, e ela se sentou atrás, com os pés para dentro, e eu disse: ‘como é seu nome?’ ‘Maria’. Tá, quando acabou a reunião ela chegou e disse assim: ‘a senhora faz o favor de nem olhar prá minha cara, a senhora faz o favor, não me pergunte nada na frente das outras porque eu tenho vergonha’. Daí eu disse, ‘tudo bem, Maria, eu não pergunto mais, mas não deixa de vim’.

Bom, ela começou a participar da quarta-feira junto comigo e aí, chegou uma quarta-feira, ela chegou, trouxe um caderno e um lápis e disse 'me ensina a ler e a escrever'? Aí eu comecei e em dois meses ela leu e escreveu, não perfeito, mas já sabe ler e escrever. Bom, eu sempre dizia e, no fim de seis anos ela ficou a coordenadora da comunidade, hoje ela é coordenadora, e que coordenadora!!!

Entretanto, apesar do trabalho inicialmente desenvolvido por esta mediadora ter um caráter eminentemente "social" e, como se pôde muito bem perceber no trecho apresentado, de emancipação das mulheres que vivem naquela localidade, existiu sempre, ao mesmo tempo, um engajamento seu para com as discussões que dizem respeito a problemática ambiental. Isto pode ser comprovado nesta outra passagem da entrevista:

Eu lembro, assim, quando eu comecei a conversar com as mulheres sobre o meio ambiente em 93, por exemplo, começou de uma maneira bem simples. Elas me traziam verduras como presentes. E um dia nós estávamos numa reunião e uma senhora, que agora já até morreu por causa dos venenos ano retrasado, ela nos deixou, uma mulher maravilhosa, até o grupo ganhou o nome dela, companheira Iraci. Ela chegou com um pé de couve porque ela sabia que eu gostava de couve, e aí eu pensei, tá na hora. Estávamos umas 20 e poucas reunidas assim e eu mostrei aquele pé de couve para elas, 'você estão vendo que coisa bonita, muito bonita, e se nós pudéssemos ver o que é qui tem aqui dentro? Quantos venenos Iraci, o teu marido tá usando?' E ela começou a dizer, entre herbicida e inseticida e fungicida ela foi dizendo os nomes, assim, deles, e eu nem sabia que era tantos. Eu levei um susto, até eu me assustei. Ela deu o nome de 11 naquela época. Eu disse, '11, e você já pensaram que aqui tem 11 venenos?' E aí eu tinha na minha horta um pé de couve quase daquele tamanho, mas todo esburacadinho. Eu fui lá e colhi e botei os dois pé de couve junto. Eu nunca vou esquecer o que elas aprenderam num primeiro momento, assim, foi um susto até para mim. Elas disseram, 'que diferença tem?', 'credo, tu come isso aí tudo furado pelos bicho'? Eu disse, 'sim'. E aí eu comecei a falar e 'não', uma delas disse, 'isso ai é remedinho que a gente bota, não é veneno'. Elas me disseram, 'isso não é veneno R., é remedinho'. Era o que os maridos diziam prá elas, que era remédio. Bom, eu disse, remédio que mata, que mata os bicho, para começar.

Aliás, diferentemente da maioria dos mediadores citados no item anterior e que, como se viu, desejam "evitar os conflitos", esta mediadora acabou mexendo, através deste tema envolvendo o uso de agrotóxicos (assunto este, diga-se de passagem, do ponto de vista ambiental, extremamente relevante) com uma série de relações de dominação como, por exemplo, as próprias relações de poder estabelecidas entre as agricultoras e samambaieiras e os seus respectivos maridos. Veja-se este outro trecho da entrevista com esta mediadora:

E aí eu comecei a discutir o assunto dos veneno. No primeiro momento eu senti, até com essa companheira que me trouxe a couve, que ela ficou duas reuniões sem vir de tanto choque que

ela ganhou. Mas ela voltou, essa que morreu de câncer, ela voltou e aí começou, os homens começaram a reagir. E foi um problema, um que outro vinha conversar comigo, me pedir que eu não falasse do assunto, que tava dando problema em família, tavam se desintendendo. Mas aí, depois, quando nós construímos a farmacinha, já conseguimos 23 maridos prá ajudar. Outros estavam com um pé atrás, até tem alguns, um ou outro, ainda com o pé atrás porque as mulheres mudam e quando elas mudam eles ficam desconfiadas. Então, alguns achavam que eu tava botando a mulher contra o marido, alguma que começou a dizer 'não' em certos momentos, 'olha, eu não quero hoje'. Porque jamais eles admitiriam isso e agora já tão admitindo.

O interessante, neste caso, é como uma conversa iniciada com uma simples discussão sobre agrotóxicos, pôde levar, posteriormente, ao questionamento de certos comportamentos existentes nas relações de gênero. Por outro lado, aqui ressurge, como talvez em nenhum outro momento vivenciado pelo pesquisador durante a pesquisa, aquele caráter de “transversalidade” que, por vezes, ainda parece caracterizar atualmente a problemática ambiental (aspecto este que tem perdido força com a intensificação dos processos de institucionalização levados a cabo pelas disputas dentro do campo ambiental). Em outras palavras, neste caso, fica patente a capacidade que os temas relacionados à questão do meio ambiente possuem de se inserir e de desencadear novos processos sociais “por dentro” das esferas do relacionamento humano. Só que, o mais significativo, é que esta dimensão transformadora ocorre “por fora” dos processos de institucionalização da problemática ambiental, ou seja, ela se concretiza quando colocada intersticialmente nas relações sociais que se processam entre agentes socialmente diferenciados, e não o contrário. E isto, obviamente, só será possível de ser feito mediante a criação de situações de contato e de troca (não só através dos mecanismos institucionais, mas, porque não, também a partir da construção de vínculos intersubjetivos) entre agentes sociais com trajetórias e com perspectivas de mundo diferenciadas.

Além disso, a qualidade da atuação desta mediadora (a qual, é importante que se diga, está colocada em uma posição inferiorizada junto as instituições e aos demais mediadores que atuam na região) trazendo a discussão dos problemas ambientais para a vida diária das agricultoras (e, por tabela, dos agricultores), ou seja, apresentando objetivamente suas contradições (como, por exemplo, no caso do uso dos agrotóxicos), termina colocando também em discussão até mesmo a relação estabelecida entre agricultores e mediadores técnicos (e os seus “discursos competentes”), como mostra esta outra parte da entrevista com esta mediadora:



Aí eu tentei procurar a Emater, mas a Emater era terrível, ela ensinava a botar veneno, insistia prá eles botar veneno. E eu tava falando sobre a banana, a banana, por exemplo, porque a Emater ensinava as mulheres a usar a casca da banana para fazer xarope. Só que ensinava também a botar o veneno na banana e eu ensinando também a fazê xarope da casca. Só que, quando um dia nós estávamos junto com a Emater fazendo um trabalho aqui em Maquiné, eles ensinando a botar veneno e eu ensinando a usar a casca prá xarope, eu disse prá as mulheres: 'por favor, a partir de hoje não usem mais a casca da banana'. E eles ensinavam também a fazer farofa e eu comecei a falá 'não, não vamos mais usar'. Aí foi outro pega bem grande. (Com o pessoal da cidade?) Da cidade e com os agricultores daqui também, da Solidão, do Mundo Novo, que tavam no encontro da Emater que teve ali em 97. Nunca esqueço, que encontro bem difícil ali no salão paroquial, foi o primeiro que eu me lembro que eu participei. (...) (Tu acha que a Emater cedeu um pouco?) O A. não está ainda nos aceitando, ele não está amigo porque ele lembra o tempo que a gente discutia, ele no fundo não perdoou muito porque a gente já tinha começado alguma coisa antes dele, e ele tem aquele orgulho próprio, mas devagarinho a gente tá se aproximando.

Em primeiro lugar, este depoimento mostra, novamente, as contradições atuais que podem ser encontradas nos discursos de boa parte dos técnicos que trabalham com os agricultores. Como se viu nos itens 7.2 e 7.7, se comparada a 10 anos atrás, a qualidade da atuação destes agentes teve que ser modificada radicalmente, o que, todavia, não quer dizer que seus comportamentos, suas idéias e suas perspectivas passadas sobre certos assuntos foram totalmente abandonadas. Ao pensar deste modo, se percebe claramente a distância que separa ambos os mediadores (neste exemplo específico, a agente comunitária acima citada e o técnico da Emater) no que se refere as relações estabelecidas com os agricultores de um modo geral. Além disso, identifica-se, neste caso, uma clara perda de legitimidade do técnico em relação as designações e recomendações que deveriam ser passadas aos agricultores. Tanto é assim que, como disse a medidora, *“o A. não está ainda nos aceitando, ele não está amigo porque ele lembra o tempo que a gente discutia, ele no fundo não perdoou muito por que a gente já tinha começado alguma coisa antes dele, e ele tem aquele orgulho próprio.”* Ou seja, o que fica bastante claro neste caso, é a existência de um processo de resistência dos mediadores técnicos quando chamados a abdicarem de certos “privilégios” concedidos, primeiro, pelas posições institucionais que ocupam, e, segundo, através das relações pessoais construídas com os demais agentes durante os vários anos de trabalho na região.

De outra parte, como também se pode notar, a atuação desta medidora não se restringe a uma ação ocasional e desvinculada dos processos sociais (e ecológicos)

que se desenrolam no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné (como é o caso, por exemplo, de boa parte dos agentes ligados a fiscalização ambiental). Muito pelo contrário, existe aqui a pretensão de se envolver definitivamente na dinâmica interna que estrutura as relações interpessoais e de poder construídas entre os agentes participantes (nesta circunstância específica, entre agricultores e mediadores técnicos). Todavia, uma atitude como esta, como é fácil perceber, dificilmente poderá ser levada a cabo sem que conflitos sejam deflagrados, pois, obviamente, estar-se-á colocando em questão certos padrões culturais até então “naturalmente” aceitos. Entrementes isso, e apesar de que, como lembra Chauí (1980, p.156),

a palavra conflito sempre adquirir um sentido pejorativo, de algo que deve ser evitado a qualquer custo, por outro lado, dirigir é inerente a uma sociedade pluralista. O que a sociedade democrática deve fazer com o conflito é trabalha-lo, de modo que, a partir da discussão, do confronto, os próprios homens encontrem a possibilidade de superá-lo. É assim que a verdadeira história se faz, nesta aventura em que o homem se lança em busca do possível, a partir dos imprevistos. Se os conflitos existem, evitá-los é permitir que persistam, degenerem em mera oposição ou sejam camuflados (Chauí, 1980, p.156).

Obviamente, um tipo de atuação como a exercida por esta medidora, que não escamoteia a existência inerente do conflito nas relações sociais sustentadas entre pessoas que ocupam posições diferentes, não se limitou a área de atuação dos técnicos, mas se estendeu também para outros mediadores importantes dentro da comunidade, como mostra esta parte da entrevista:

(Tu chegou a falar com o padre?) Não me liguei nos primeiros anos porque o padre que tinha aqui era um padre velho e, primeiro, começô que ele já me recebeu mal porque disseram para ele que eu era umbandista porque eu trabalhava com ervas. Aí ele já me recebeu mal. E também parte do pessoal de Maquiné já não me aceitou, não aceitou nosso trabalho. Foi muito rejeitado o trabalho no começo, porque nunca tinha havido nada parecido nesses lugar, então eles não aceitavam o trabalho com ervas e foi difícil os dois, três, primeiros anos.

Soma-se a isto, o fato desta medidora novamente apresentar, nos espaços de debate e na sua relação com agricultores e samambaieiros, a qualidade contraditória assumida pelos “problemas ambientais”. Todavia, como no caso do xarope de banana (que, embora fosse um remédio, era feito com bananas contendo “veneno”), isto é feito de uma maneira muito mais próxima da realidade concreta vivenciada pelos agricultores, ou seja, a explicitação das eventuais conseqüências de um “problema ambiental” qualquer é, sim, aqui colocada segundo o que tais desdobramentos

significam em termos da melhoria, ou não, da qualidade de vida destes agentes. Contudo, isto é apresentado segundo um ponto de vista que lhes é muito mais familiar e perceptível. Assim, como não poderia ser diferente, este tipo de atuação não-convencional irá ser percebida pelos próprios agricultores, como foi o caso deste entrevistado:

(Bom, tu falou que essas idéias vieram há uns 5, 6 anos pra cá?) Primeiro na televisão, televisão principalmente. (E o pessoal aqui da região começou a falar sobre isso?) Aqui começou a se sentir com as multas, denúncia, e que não podia derrubá porque se não o Ibama vem em cima. Agora, o Ibama veio multá sem nunca explicar como, porquê. E conscientização não tinha nenhuma, a base era a multa, conscientização mesmo era com a R. mesmo, ela é que começou, essa sim, vinha e explicava e falava sobre tudo isso de preservação.

E este outro horticultor que, é importante perceber, não tem uma relação próxima com a mediadora citada:

(Tu lembra quando começou a aparecer aqui essas idéias?) Isso aí foi ali em 95 prá cá, mais ou menos. Antes se falava alguma coisa, mas o pessoal tinha uma certa resistência muito grande, então se falava muito pouco. Mas mais de tudo quem veio aqui primeiro foi essa tal de R. Quando ela veio prá cá ela começou a conscientizar a turma.

Porém, o paradoxal neste caso, é que, ao contrário do que deveria ocorrer, para que o seu trabalho fosse reconhecido perante a população local, uma das maiores dificuldades enfrentadas por esta mediadora relaciona-se a própria atuação das instituições ligadas a preservação ambiental na região. Quer dizer, devido ao histórico dos agentes a elas vinculados se caracterizar, na maioria dos casos, por ações meramente punitivas e fiscalizatórias, este “estigma” acabava sendo, muitas vezes, automaticamente transferido para a mediadora citada, como mostra este outro trecho da entrevista:

Tanto que hoje existe um grande fechamento dos agricultores. Esse pessoal é, assim, ó, todas as pessoas daqui já sofreram no passado muitos problemas com as pessoas que chegaram de fora. Então nós não fomos muito bem aceitos no começo, nós fomos vistos como extraterrestres que chegam aí com idéias diferentes. E também tinha o E., que ele se achava ecologista, e ele é radical, né? Então ele chegou perseguindo os samambaieros, chegou perseguindo e qualquer árvore que cortavam ele ia em cima. Então o povo começou a odiar ele e o Ibama, odiar mesmo. Então desde o começo tiveram ódio dessas pessoas por causa disso. E eu também não aceitava esse radicalismo, eu queria entrar devagar, eu não queria entrar radical. Então, muitas pessoas me confundiam. Agora eles sabem a diferença, todos sabem as diferenças, só que no começo não foi assim, e foi um motivo do pessoal não aceitar muito nosso trabalho nos primeiros anos.

Como se pode perceber, este exemplo mostra, mais uma vez, como certas políticas de preservação ambiental podem atuar ao revés dos objetivos que, contraditoriamente, elas mesmas buscam alcançar. Isto, porque, se por um lado, tais determinações limitam as ações de depredação dos recursos naturais que, eventualmente, possam ser praticadas pelos agricultores, por outro, elas também podem contribuir negativamente para a geração de novos processos de conscientização destes mesmos agricultores em relação a necessidade de se preservar tais recursos. Porém, esta incoerência fica ainda mais evidente ao verificar-se o caso de uma educadora ambiental recém chegada ao agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné e que, além de lecionar em uma escola estadual localizada na Barra do Ouro e de participar, no município, do Comam, integra os quadros que compõe a Anama, ONG que desenvolve ações ligadas a temática ambiental na região. Trabalhando a cerca de quatro anos na região, é significativo o que ela tem a dizer sobre esta espécie de “estigma” gerado em torno dos agentes que se preocupam em discutir a problemática ambiental junto a população local:

Eu fui acusada de denúncia, de várias denúncias contra agricultores, contra caçadores, contra samambaieiros, contra todo mundo. Olha, isso eu posso dizer, eu nunca fiz nenhuma denuncia, eu ia fazer essa do chiqueiro no Rio do Ouro porque havia pessoas que tomavam banho ali naquele poço, os meu alunos tomam banho ali e eu tinha um comprometimento maior com eles, mas acabei não fazendo por causa do filho do agricultor que era meu aluno. Aí outra pessoa denunciô, que eu sei quem é a pessoa e eu não sei como é que ficou isso. Mas, provavelmente, eu vou ser acusada e vai me criar um clima muito chato. Mas, também, antes era muito pior, quando eu fui fazer a primeira horta ecológica lá na escola surgiu um boato que eu ia plantar maconha. (...) Eu tive muitas dificuldades, as primeiras saídas de campo era um horror, era uma lenda. Muita gente sempre me tratava mal, quer dizer, sempre me tratavam bem, mas eu sabia que por trás era diferente. (O fato de vocês estarem aqui foi motivo de conflito?) Foi, só que não era uma coisa aberta porque na frente nos tratavam bem, mas pelas costas o povo tem a coisa de maledicência. É um daqueles defeitos que eu ia te falar e a outra é o medo da mudança, mas isso todo mundo tem.<sup>284</sup>

---

<sup>284</sup> A respeito deste aspecto de “maledicência” e de falar “pelas costas” identificado pela entrevistada sobre parte da população local, é interessante atentar para uma característica apontada por Goffman (1975, p.27): *“assim, quando os inferiores acolhem com a máxima generosidade visitantes superiores, o desejo egoísta de conquistar favores pode não ser o motivo principal. O inferior pode estar tentando, com muito tato, colocar o superior à vontade, simulando o tipo de mundo que se julga que o superior considera natural. (...) Não é provavelmente um mero acidente histórico que a palavra ‘pessoa’ queira dizer máscara. Mas, antes, o reconhecimento do fato de que todo homem está sempre e em todo lugar, mais ou menos conscientemente, representando um papel”*. Quer dizer, muitas vezes, em certas situações, por mais que agricultores ou mesmo medidores pareçam estar concordando com as idéias apresentadas pelos ativistas ligados à preservação do meio ambiente, isto

Além disso, estas dificuldades, ligadas a um processo de estigmatização dos novos mediadores devido a ações passadas dos órgãos de fiscalização, tiveram que ser enfrentadas não só por esta mediadora, mas, também, por todos os integrantes da ONG a que ela pertence, como mostra o seguimento da sua entrevista:

A nossa presença aqui, eu percebi esse conflito com a nossa presença, porque aqui existiu moradores da região que eram mais radicais, mas comprometidos, que eram ambientalistas e são ainda e que realmente denunciavam. Mas a impressão que eu tenho, é que parece que foi quando a gente veio morá aqui que começou tudo. Parece que não existia isso antes. É interessante tu como entrevistador, e eu tenho curiosidade e eu sempre pergunto e fica uma ,oisa vazia, não tenho uma resposta certa, mas parece que essas coisas de multas, denúncias de coisas, veio com a gente. Uma coisa que existia antes mas veio com a gente. Então pode ter duas hipóteses. Uma de que muitas pessoas que tinham vontade de multar seu vizinho fizeram isso usando nós como bode expiatório. Outra, que Maquiné foi se tornando cada vez mais evidente. E com o aumento de turistas que vem aqui, e eles vem, e porque gostam da natureza, eles vêem determinadas coisas e eles denunciam. Mas isso porque não conhecem a realidade, porque a Anama sempre teve este comprometimento. Isso sempre digo quando falo da Anama em palestras o cursos, sempre coloco que a Anama não tem caráter de denuncia, tem ONG's que tem esse caráter e não sou eu que vou criticar, pois cada ONG tem a sua identidade. A nossa identidade é de construir junto com as pessoas daqui.

Aliás, falando em Anama, é interessante abordar um pouco do passado desta ONG, pois sua formação, apesar de recente, além de apresentar uma íntima relação com a trajetória social desta agente, tem bastante a ver com a chegada de novas perspectivas sobre a problemática ambiental e, como conseqüência, de novas contribuições no sentido de enriquecer os *habitus* que conformam os modos de pensamentos dos habitantes do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné com um todo:

Na realidade nos tínhamos um grupo que era um grupo interdisciplinar, tinha um pessoal da Sociologia, tinha um pessoal da Agronomia e tinha um pessoal da Biologia. Nós tínhamos vontade de fazer um projeto integrado e começamos a nos reunir. Só que, ao mesmo tempo, eu fiquei sabendo que existia esse trabalho em Maquiné e aí eu achava que faltava definir um local e aí eu era amiga do M., dessa galera toda, e eles estavam já começando alguma coisa aqui em Maquiné, isso foi em 96 eu acho. Daí eu disse pro M. que eu queria vir com ele prá conhecer e aí eu conheci e me encantei e comecei a botar pilha no pessoal prá que a gente unisse os dois grupos, né? (Como é que surgiu a idéia da Anama) A idéia de fundar a Anama foi que nós queríamos começar a trabalhar efetivamente aqui, inclusive com projetos. Até que nós decidimos ser uma ONG, isso foi em 97, por aí. Aí eu comecei a me dedicar prá historia da Anama, tanto que eu nem publiquei os meus trabalhos de mestrado, eu me envolvi tanto com a Anama que quando se fundou a Anama foi escolhido uma coordenação geral e

---

não significa que as ações de ambos os agentes sigam a mesma direção apontada pelos seus discursos aparentemente conciliatórios.

que eu seria a coordenadora geral. Daí me botaram no meio de duas sociólogas. Acharam que eu era a única bióloga que iria conseguir ter pulso e aí eu encarei uma de coordenadora. E eu achava que tinha uma prioridade que era escrever os projetos tanto que eu escrevi os projetos iniciais, o de samambaias né? Foi uma idéia minha e eu aglutinei o grupo entorno disso, e daí saiu os projetos de turismo e de educação ambiental, o da arquitetura e também o das farmacinhas caseiras.

É de se imaginar que a chegada e instalação de agentes tão variados (esta ONG possui em seus quadros, cerca de 44 associados, isso, sem contar uma variedade de “simpatizantes”, como é o caso do próprio pesquisador), todos trazendo consigo uma bagagem cultural muito distinta e diversa daqueles mediadores que normalmente circulam pela região, cause um certo impacto junto a população local. Mesmo que nem todos os seus integrantes freqüentem diária e assiduamente o agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné e, também, que boa parte dos “nativos” prossigam “mantendo distância” em relação a estes novos mediadores (pois, é evidente que continuam a ser preservadas as fronteiras estabelecidas pela constituição de alteridades, as quais, inevitavelmente, os separam enquanto indivíduos), não se pode negar que tal processo representa um movimento no sentido de alterar a dinâmica social que até então existia. Tanto é assim que hoje, passados já quase seis anos da sua efetiva constituição enquanto Organização Não-Governamental, os seus integrantes, bem como o trabalho por eles desenvolvido, são já legitimamente reconhecidos pela maioria dos antigos mediadores e, evidentemente, pela maioria dos agricultores. Embora boa parte destes agentes possam não concordar com o tipo de atividades que são desenvolvidas, eles já admitem a importância da presença desta organização para a comunidade (coisa que, no passado recente, não era possível) e, até mesmo, conferem uma certa autoridade aos seus integrantes para falar sobre certos assuntos. De fato, este aspecto pode ser notado no discurso de todos os entrevistados, como, por exemplo, foi o caso deste mediador ligado a estação experimental da Fepagro em Maquiné:

Olha, eu acho que eles vão bem, eles tem um bom diálogo, eu vejo com bons olhos, nós temos um pessoal que é da Anama e, também, do centro ecológico, que tá situado em Dom Pedro, entendeu, eles tem um bom diálogo, eles querem conhecer, eles querem conversar. O próprio M. lá da Reserva Ecológica, eu acho que nós devíamos conservar, devíamos ouvi-los e devíamos dialogar com eles, porque muitas vezes as pessoas consideram os caras como cabeça dura, e não é assim, é importante que se conserve. Eu me dou muito bem com esse pessoal, tenho um bom diálogo com eles e vejo eles com bons olhos, a gente é amigo até das pessoas. E eles, na verdade, não é que eles são contra isso ou aquilo, não, basta dizer que o

próprio M.[que é o diretor da Reserva Ecológica da Serra Geral] agora ele insisti em discussões, traz gente aqui, o próprio pessoal da Patram, e também o pessoal da Fepam, prá discutir, eles tavam até lá na escola outro dia. Por isso é que eu tô dizendo, eles não tão sendo um empecilho pras coisas, assim, não tão sendo oposição simplesmente porque são contra. Então eu vejo que existe uma possibilidade de uma convivência muito boa e eu acho que eles vão trazer benefícios, acho que eles vão trazer benefícios.

Ainda que, para todos os efeitos, possa se colocar em dúvida a veracidade do discurso deste mediador quando este se refere aos novos medidores chegados a região, o importante é perceber que ele reconhece seus interlocutores como dotados de uma certa autorização para, na medida em “*que existe uma possibilidade de uma convivência muito boa*”, falarem e interferirem nas discussões sobre determinados assuntos. Neste sentido, outro exemplo que vem comprovar a existência de um processo gradual (embora quase invisível) de legitimação do trabalho desenvolvido por estes agentes refere-se às avaliações feitas por um mediador técnico entrevistado sobre o estudo que está sendo feito pela Anama junto aos samambaieiros com vistas a regularizar a sua atividade perante a lei:

Como já estava vindo prá cá a Anama, uma ONG localizada na Barra do Ouro, e tem o pessoal da SEMA que é o M., nós começamos a manter um contato com esse pessoal (...) Mas então, eu acho que nós enquanto instituição crescemos um pouco mais em função dessa interação. (E a questão da samambaia?) A samambaia, olha, quando saiu aquela reportagem, foi na Zero Hora, eu andei vendo aí, entrevistando o pessoal que compra a samambaia, é o seguinte: são mais de 3000 pessoas que sobrevivem disso, então não pode proibir. Então tá sendo feito um estudo aí através da Anama, né? Até um deles, o L., me mostrou, né?, aonde durante 2 anos eles vão fazer todo o acompanhamento de manejo né?, cortando samambaia pequena, a grande, a média, tá tudo etiquetado, prá ver a forma de produzir e ver o impacto que causa no ambiente. Então esse estudo é muito bom, então, em cima disso aí que vai se ver como é que seria o manejo da samambaia, porque não tem pesquisa a respeito disso aí, né? (...).

Como não podia ser diferente, esta identificação irá também ocorrer no caso dos samambaieiros entrevistados:

(E esse pessoal mais novo?) É, eles vieram mais prá fazer a pesquisa da samambaia, né? É que o pessoal do Ibama tava pensando que a samambaia ia terminar por causa dos tiradô, mas nós aqui não, porque a gente controla, né? (...) E esse pessoal chegou prá fazê um estudo. Daí é onde eles vieram fazer o estudo, por causa disso aí. É que os fiscal do Ibama andaram pegando os puxador tudo. Eles foram pego, tavam com caminhão cheio da samambaia, essas coisa, não sei quantos mil molho ele perdeu, uns 15 mil molho. E ainda foi multado com 5000 ou 3000 mil, alguma coisa assim. Daí as gurias da ‘Nama’ tiveram até uma reunião em Maquiné com eles, os puxador. (E o que tu acha desse trabalho?) Olha, é importante prá gente porque se não os puxador, se continuasse do jeito que tava, com as multa neles, eles iam pará de puxar e daí nós ficamo sem serviço.

Mas, além da instalação desta ONG, soma-se ainda a isto tudo, a chegada a região de uma variedade de outros agentes, como é o caso dos participantes da “comunidade do Rio Ligeiro”, os quais contribuem dentro deste mesmo processo de desconstituição de certos padrões culturais e, igualmente, para o enriquecimento dos *habitus* já previamente constituídos. Sobre estas novas interferências, até certo ponto desestabilizadoras dos antigos consensos socialmente partilhados e acordados entre as pessoas que lá vivem, é significativo o relato de uma integrante desta “comunidade”:

(E como é com os agricultores?) Eles sabem tudo o que a galera faz, eu fico impressionada. Eles sabem de tudo o que acontece lá em casa, sabem quem entra e quem sai. (Como é que você percebem que eles sabem?) Eles falam prá gente, a gente chega lá e eles dizem ‘ahh, eu vi que fulano entrou’, ‘ahh, aquele saiu’, ‘ahh, aquele carro com placa de B.’. Mas eu acho que é tranquilo, porque tu vê, eu acho que a vida deles melhorou um monte depois que a gente veio. Porque a galera que entra lá em casa volta e meia passa lá prá compra alguma coisa. Porque se falta fruta, falta farinha de milho alguma vez, a gente vai lá, sabe! E eles tão ajudando a fazer o carregamento do material, madeira e essas coisas, prá construir a casa, tão puxando lá prá dentro, com carro de boi (E aquele estigma de hiipie?) Existe, hoje de manhã já chegou uma galera lá dentro, queria conhecer como era o Ligeiro. Não adianta, a gente tem um estereótipo assim e vai se fazê o que. É que tem uma curiosidade muito grande, muitos agricultores não entram lá dentro. As mulheres dos agricultores principalmente. Eles ficam horrorizados porque a gente não aría as panelas todo o dia. A mulher do P. nunca foi lá em casa e ela morre de curiosidade. Até porque ela vê o topo da minha casa de longe. Mas é uma relação tranquila, assim, né? A gente tem que cuida o máximo prá, assim, respeita o território deles. E a gente aprende um monte também. A viagem é, não sei se tu tá ligado no conceito de eco-vila? Seria um local sustentado por todas as direções né? E isso vem de um conceito que a gente respeita, assim, essas pessoas. A eco-vila tem que desempenhá todas as funções, desde ferramentas até animais, assim, no grupo. E a gente tenta interagí muito com os agricultores, tipo do P. e do vizinho ali, a gente pega queijo e ovos direto. E isso é a vantagem de vim prá longe da cidade.<sup>285</sup>

Já foi dito aqui que, faz bem pouco tempo, Maquiné foi sede de um encontro de comunidades alternativas (ENCA), o qual reuniu um número (e uma variedade) de pessoas muito expressiva em um mesmo local. Embora não tenha havido um contato mais explícito destas pessoas com a grande maioria dos agricultores, estes últimos logicamente encontram-se atentos ou que acontece ao seu redor. Como disse bem a agente citada, “*eles sabem tudo o que a galera faz, eu fico impressionada. Eles sabem de tudo o que acontece lá em casa, sabem quem entra e quem sai*”. Portanto,

<sup>285</sup> É importante ressaltar que esta agente não foi entrevistada como os demais, sendo o relato acima fruto de uma conversa informal (porém, gravada) mantida durante um dos eventos vivenciados pelo pesquisador durante a fase de campo da pesquisa.



pode-se imaginar o que isto representa em termos de desconstituição de determinadas formas de perceber as coisas dadas pelos sentidos-comuns montados pela população local através do processo tautológico de acostumação a que encontram-se diariamente expostos. Sobre isto, é significativo o relato deste agricultor que, apesar de ser um agente diferenciado dos demais (pois ele encontra-se vinculado a um tipo de agricultura “agroecológica”), exterioriza bem a importância dos inúmeros eventos ocorridos nos últimos três a quatro anos na região:

Mas, assim, o pessoal daqui, a consciência nunca foi muita. Foi o pessoal que veio vindo de fora, que daí eles vieram conscientizando, a R., os novos professores que falavam na escola, esse pessoal da Anama. Também foi feito um grande encontro que foi o Enca, e daí as pessoas arregalaram os olhos: ‘como é que podia ter tanta gente num lugar como aquele, longe de tudo’? E os próprios encontros da nossa rede, que começaram a acontecer de 3 anos prá cá. Que aqui em casa teve 70 pessoas também num encontro desses. E daí, o pessoal, e a família, os vizinhos, eles olhavam e viam que não era o que falavam prá eles, que os ecologistas eram loucos. Os ecologistas eram conscientes, estudados.<sup>286</sup>

E será, portanto, justamente dentro deste contexto em que uma diversidade de novos mediadores e agentes sociais começam a aparecer na região, que aquela mediadora antes referida e que trabalha com educação ambiental irá começar, através da sua vinda definitiva para a região, a construir todo um vínculo e um comprometimento, até então ainda muito pouco expressivo, com a realidade e com os habitantes locais de um modo geral. Como ela mesmo conta:

Aí o que aconteceu, quando eu comecei a perceber que os projetos já estavam escritos, eu como coordenadora, eu tinha que vir para cá, eu me coloquei nessa situação, tipo, assim, temos projeto mas vamos uma vez por mês prá lá? Não, nós temos que estar lá, se nós somos a Ação Nascente de Maquiné nós precisamos estar lá. Os projetos estavam escritos e eu sou uma defensora dessa posição, não é Ação Nascente de Porto Alegre, é Ação Nascente Maquiné. Então eu me senti, assim, que como coordenadora eu tinha obrigação de vir para cá e isso implicava ter uma sede aqui. Então surgiu a necessidade de nós termos uma casa aqui, e aí eu vim morar aqui e eu vim aqui e fui na escola e falei com a diretora e disse que eu gostaria de trabalhar, que era bióloga, disse que eu era de uma ONG, e aí ela conseguiu que eu trabalhasse lá. É uma escola estadual, é a segunda maior do município. Daí, depois, começou a vir mais gente da Anama morar aqui também e hoje a gente comprou aquela terra que tu foi junto visitar (...). (Daí nesse tempo tu tava fazendo o que em Porto Alegre?) Nesse tempo eu trabalhava 20 horas no Hospital das Clínicas e ganhava em torno de 1000 reais prá

---

<sup>286</sup> A “rede” de que este agricultor fala é uma associação de pessoas (composta de agricultores e indivíduos da comunidade e de outros centros como Porto Alegre e Caxias do Sul) que se reúnem de tempos em tempos, seguindo uma espécie de revesamento, nas propriedades dos agricultores para trocar experiências, realizar trabalhos em grupo em alguma atividade dentro da propriedade a qual o agricultor necessite ou ainda simplesmente compartilhar do convívio e da companhia dos demais integrantes da rede.

trabalhar 20 horas. E isso também foi difícil, porque eu tava passando também por um processo interior da minha mudança. Porque eu tinha deixado lá não só um emprego, que eu ganhava o triplo que aqui como professora, mas eu tinha deixado um grupo de amigos que era da Anama, eu tinha deixado os meus amigos, eu tinha deixado a minha família. Foi muito difícil a minha família aceitar, como é que eu, com mestrado, com um baita emprego, com todo um futuro pela frente, vinha parar no meio do mato? Então teve toda uma coisa assim.

Como se pode notar, esta mediadora, ao vir morar na região, teve que abrir mão de uma série de “vantagens” e de uma situação relativamente estável e promissora em termos profissionais. Não é difícil perceber que isto foi feito muito porque havia, por parte dela, a pretensão de realmente se engajar no trabalho que vinha começando a ser desenvolvido na região, ou seja, esta agente veio já pré-disposta a se inserir o máximo possível junto a comunidade local. Como não poderia ser diferente, isto implicou uma mudança, após um período até certo ponto curto, radical nas suas percepções sobre a realidade local:

(O que mudou na tua maneira de ver a região em relação a antes de tu morar aqui?) Eu não sou mais aquela defensora da natureza, do mito da natureza intocada, embora que eu acredite que tem que ter áreas no planeta que o homem não tem que estar presente. E isto é uma grande divergência minha, por exemplo, com os antropólogos, eles não admitem isto por formação, só que eu admito isto que tem que ter áreas sem a presença do homem. (E tu como educadora, mudou muito?) Mudou radicalmente. Eu acho, assim, que esse é um dos grandes prazeres de ser educador, esse eterno desafio, que eu considero como eterno, porque eu espero seja assim sempre. Porque eu vejo colegas meus que se acomodaram, mas eu sinto que comigo, tu vai dando aula e tu vai aprendendo a ser educadora. Então hoje as minhas aulas são, mas báh!!, muito mais soltas. Quando eu entrei, eu achei que eu tinha que obedecer um currículo, vencer o currículo, que é uma brincadeira que a gente faz. Então tu fica lutando contra o currículo, tu tem que vencer ele e isso não é assim. Hoje são 3 anos que eu estou dando aula, eu estou no quarto ano e mudou muito, assim, mudou muito, porque eu comecei a entender outras coisas. Porque, mais importante que dar um conteúdo teórico no quadro, é trabalhar ele de outras formas, sabe? Então eu não me preocupo mais em vencer o conteúdo, eu me preocupo que os alunos saiam do segundo grau comprometidos com a preservação do meio ambiente, comprometidos com a mudança dessa sociedade que está aí, comprometidos com os pais, com a família, com eles mesmos e que eles tenham esse comprometimento. É claro, que tenham o mínimo, assim, de entendimento de como funcionam as coisas, mas eu não quero que eles saibam todos os ossos do corpo humano, eu quero que eles saibam que o corpo humano é um sistema, que funciona associado, que existe determinados órgãos, que tem as suas funções, assim como o nosso planeta. Então esse é um exemplo que eu estou te dando, eu tinha medo de sair com eles pra campo, e hoje eu saio com eles naturalmente. Têm uns que já vão do meu lado, ‘ó, professora, isso é aquilo, ali é aquilo, ali é aquilo ali’, e aí eles vão me ensinar sobre o mato.

O que este exemplo mostra é como esta mediadora, a partir do momento em que se viu tentada a interagir e a ampliar a troca de experiências com a “população nativa”, e a manter um contato muito mais próximo com a realidade objetiva destes agentes, acabou por modificar radicalmente certas concepções previamente

construídas através da sua formação e da sua trajetória de vida<sup>287</sup>, como, por exemplo, o fato dela não ser “*mais aquela defensora da natureza, do mito da natureza intocada*” (e isso sem falar nas amplas transformações desencadeadas pelo trabalho cotidiano junto as crianças). Aliás, serão justamente as experiências diárias vividas por mediadora junto com as crianças, e proporcionadas pela especificidade social destes agentes diferenciados dentro da estrutura familiar, que permitirão a ela um contato muito mais profundo e íntimo, primeiro, com as contradições concretas desencadeadas pela institucionalização da problemática ambiental e, talvez, mais importante do que isso, com tudo o que isto implica em termos de processos relacionados a dominação simbólica implantados através dos mecanismos normatizantes e valorativos do *campo ambiental*:

(E quanto aos pais dos alunos, o que eles acham das tuas aulas?) Olha, as vezes eles não aceitam, não precisa nem ser em casa com os pais, os alunos mesmos não aceitam. Claro, eles me colocam um monte de questionamentos, as vezes dá um embate. Mas é aquela coisa, assim, eu estou agora com dois conflitos. Vamos pegar uma coisa pontual, tem um conflito de um veado, né?, que eu estava falando sobre a redução dos habitats das espécies silvestres e como isso influencia e tem relação com a extinção de espécies. Daí entramos na questão do veado, daí uma criança lá chegou e disse que na casa dela, ou dos vizinhos, porque eles nunca falam que é deles, que eles mataram um veado e viram que a fêmea estava com filhote e o cara atirou e não pegou a fêmea, pegou o filhote, porque eles estavam comendo o milho. Daí eu disse, claro a fêmea tem que alimenta o filhote, e o veado é um bicho que está sofrendo muita pressão e que vai acabar sumindo e que não é a mesma coisa matar um veado e matar um coelho, porque a reprodução é muito mais demorada, falando ecologicamente. ‘Mas eles comem todo o milho?’ disse um guri, ‘mas daí, quem sabe, vamos botar um cerca elétrica’. ‘Ah!, mas não dá, nós não temos dinheiro’, “e os espantalhos? ‘mas eles se acostumam’. Então, como tu pode vê, tu entra num conflito entre preservação, o lado econômico e de sobrevivência mesmo. O outro exemplo é os porcos. Estava falando na quinta série sobre a questão dos porcos e aí eles começaram a acusar um coleguinha deles, que o pai tem porco ali no Rio do Ouro, tem um chiqueiro ali que todo mundo sabe. Daí começou, eles perguntando: ‘porque o teu pai tem um chiqueiro? E eu fiquei numa situação que eu mandei todo mundo calar a boca e disse, ‘quem é aqui tem fossa céptica na sua casa? Então pára de botar o dedo no nariz do outro’. E eu sei que ele ficou constrangido e chegou em casa e aí eu não sei o que aconteceu, mas um colega dele veio me dizer que ele disse “a porque a professora Claudia disse isso” e o pais disse ‘agora que eu vou botar bastante porco’. Quer dizer, ele se revoltou, e aí isso continuou nas outras aulas, aí na outra aula eu falei com o Ronaldo e disse assim ‘não, tu não precisa falar com o teu pai, o importante é que tu saiba e que não faça igual.’

---

<sup>287</sup> Diferentemente da maioria dos mediadores mais antigos, esta agente possui poucos laços com o que se poderia chamar, na falta de uma expressão mais adequada, de “meio rural”, como mostra este pequeno trecho da sua entrevista: “*Eu nasci em Porto Alegre e vivi minha infância lá. (E na infância, qual era o contato que tu tinha com o meio rural?) Olha, meio rural o que eu tinha de contato era Cachoeira do Sul, que a minha mãe é de lá e a família dela é de lá, então nos íamos quando pequenos para lá. Mas, mesmo que era um lugar afastado do centro, daí era perto da cidade também.*”

Tal qual aquela agente comunitária citada no início deste ítem, a qual se viu obrigada a se deparar efetivamente com as contradições que envolvem a introdução de novos valores “ecológicos” nos agro-eco-sistemas, esta educadora ambiental também se viu colocada em uma situação bastante parecida. Dito de outra forma, esta última, ao se inserir dentro dos processos socioambientais que se desenrolam em torno da temática do meio ambiente, não poderá mais sair destes experiências incólume. Logicamente que não se poderá dizer, de forma precisa, o que este processo representou em termos do grau de transformação que esta mediadora teve de passar, entretanto, por outro lado, certamente suas concepções sobre a problemática do meio ambiente não poderão nunca retornar ao que eram antes dela chegar aos vales formados em torno do Rio Maquiné. Como ela mesmo diz:

Assim, é como se antes eu tivesse sempre uma macrovisão do sistema. Antes eu via os morros, eu via os rios, eu via a floresta, eu via o céu, mas tudo assim, como se fosse uma tela e que em determinado momento eu pegava e eu dava um zoom. E agora parece que eu estou muito mais dando zoom e menos como se fosse ao contrario, então agora parece que eu estou mais dentro. A minha percepção é muito mais do zoom, muito mais de ver as coisas, os detalhes, e não de ver o todo, assim, a paisagem. Tanto que as vezes eu paro assim e olho a paisagem e eu sinto, agora que tu tá falando nisso eu estou me dando conta, sabe, e eu sinto aquela emoção de quando eu vinha aqui nas primeiras vezes que é quando eu via as paisagens e eu olhava e báah!!!, mas isso aqui é muito bonito. (...) Que eu percebi também naquele seminário que a gente fez, que eu não posso ser eles, que eu sou o outro, mas eu também não posso ser os outros, eu tenho que fazer uma ponte entres os de lá e os de cá.

O que fica claro, neste caso, é, principalmente, o fato daquela perspectiva, referida pela entrevistada como “macrovisão”, acabar sendo paulatinamente substituída, através das suas experiências junto a população local, pela possibilidade de um olhar mas apurado, ou, nas suas palavras, de um “zoom” sobre os processos socioambientais existentes. Agora, a percepção desta mediadora “*é muito mais de ver as coisas, os detalhes, e não de ver o todo*”. Por outro lado, a inserção efetiva deste mediadora na realidade onde ela trabalha, demanda da parte dela todo um processo de resignificação cognitiva de como ela própria se vê enquanto pessoa, pois agora “*eu não posso ser eles, (...) eu sou o outro, mas eu também não posso ser os outros, eu tenho que fazer uma ponte entres os de lá e os de cá.*” Em síntese, o que o relato desta mediadora mostra é o fato de que não existe a possibilidade de se percorrer um mesmo caminho duas vezes. Isto, porque, ao retornar, necessariamente os olhos do caminhante já não serão mais os mesmos, seus pensamentos já não

permanecem sendo os mesmos, ou seja, suas ambições, seus valores, seus objetivos, seus ideais e a própria paisagem possível de ser vista, foram sendo transformados, se perdendo ao longo do trajeto que foi por ele construído e idealizado enquanto objeto perceptível e dotado significado. Foi exatamente isso que acabou acontecendo com esta mediadora, pois, mesmo que ela quisesse, não conseguiria simplesmente apagar as experiências por ela vividas. Como resultado, isso irá se refletir nas suas posições sobre certos temas relacionados a problemática ambiental na região, como é o caso deste trecho da sua entrevista:

(Como tu vê essa situação frente a uma realidade dos agricultores aqui na região?) Eu acho a maior sacanagem, porque a 20 anos atrás vieram pessoas com o mesmo estilo, com o mesmo jeito, vieram com a Revolução Verde, vieram aqui um monte de agrônomo, um monte de gente da universidade dizendo que a coisa tinha que ser de um jeito, ‘ah, porque agora isso aqui não dá mais, porque agora nós temos esses insumos, nós temos esses remédios, nós temos essas coisas’. E aí aqueles que tinham o esquema de queimar e daquelas coisas que eles trouxeram da Europa, começaram então a usar os agrotóxicos e fertilizante. E aí passa lá 30 anos e vêm mais um monte de gente da universidade e dizem: ‘não, agora vocês deixem de usar esse agrotóxico, porque não é ecológico, isso é veneno’. Aí nunca chamaram de agrotóxico, antes era remédio e agora é veneno, totalmente ao contrário. E agora vêm propor esse novo tipo de agricultura, eles tem de deixar de fazer tudo o que estavam fazendo e mudar novamente tudo de novo. Isso é muito difícil, porque é a mesma coisa que chegar na tua casa e dizer, ‘essa tua pia não dá prá deixar aí, tem que mudar tua pia e o teu fogão tem que passar prá sala. Tu tem que transformar toda a tua casa e, depois, sem explicação nenhuma, tem que mudá de novo. (E essas leis que proibem desmatar prá plantar?) A maior filha-da-putice, porque, dizem, aqui precisa ser feito o desenvolvimento sustentável, decretar a reserva da biosfera. Só que decretar leis é muito fácil. Mas estão dando condições?, estão dando alternativas?, estão presentes?, tem dinheiro? Só se houve dizer que foi aprovado 14 milhões prá isso, foi aprovado mais um tanto pro turismo sustentável etc., mas tudo isso chega no agricultor? Não chega. E esse é um dos fatores porque eu não deduro, porque não dão condições prá eles fazerem outro tipo de trabalho. Muitos deles valem muito mais que muitos políticos que falam sobre meio ambiente, e esses se acham no direito de fazer e desfazer porque é o Secretário do Meio Ambiente ou porque é fulano de tal. Mas esquecem que ele foi eleito por esse povo aqui também e que ele deveria representar. E esse é um dos motivos que eu me coloco como moradora de Maquiné quando, em fóruns eu tento representar o papel de educadora ambiental, mesmo não sendo igual a eles, e é bom isso porque sendo igual a eles não conseguiria fazer o que estou fazendo. (E como deveria ser a atuação dos órgãos de preservação) Querem preservar o meio ambiente?, então assumam e comecem a direcionar dinheiro mesmo, precisa investir milhões. Eu não sei se as próprias pessoas que defendem isso acreditam, não sei se o R. acredita que dá lucro, não sei se as pessoas acreditam. Então só mais uma coisa, vamos assumir, é reserva da biosfera, então que o mundo assumam as suas reservas, não só os agricultores daqui, não só as populações tradicionais, prá sempre arrebentar do lado mais fraco.

Não é por acaso que o relato desta mediadora seja feito em tom de desabafo, isto, porque, como se viu parágrafos atrás, ela está colocada entre “os de cá” e “os de lá”. Em outras palavras, embora ela continue a ser uma educadora ambiental e uma

ativista trabalhando em uma ONG ou, ainda, mesmo tendo ela uma trajetória e um passado intimamente vinculados a consolidação de todo um movimento ambientalista durante os anos 1990, ela não pode fugir à realidade que, diariamente, lhe é mostrada e, mais do que isso, lhe impõe (como no caso do veado que sofre um processo de degradação do seu habitat, mas que, por outro lado, estraga as roças dos agricultores) escolhas a serem feitas.

Por fim, um último exemplo de como a intensificação e a reaproximação dos mediadores sociais para com a realidade dos agricultores pode levar a uma atuação, no mínimo, mais coerente em termos sociais e mesmo ambientais, revela-se na postura assumida pelo atual diretor da Reserva Ecológica da Serra Geral. Contudo, no caso deste mediador, tal como foi para os demais agentes citados neste item e que chegaram recentemente à região, este se viu também obrigado a enfrentar um clima adverso e pouco receptivo por parte da população local, como mostra esta parte da sua entrevista dada ao pesquisador:

Eu reparei que no início o pessoal muitos até fechavam a cara e não me cumprimentavam. Particpei de alguns fóruns sobre a qualidade da água aqui na Barra do Ouro, e encontros de saúde. E, depois, não só da parte legal, do ecológico, houve alguns ranços do pessoal práqueles que vem de fora. Tô morando na região, tô fazendo esse corpo a corpo, conversá com os agricultores e aumentou mais a receptividade do meu trabalho, e cada vez que eu converso com as pessoas, isso tem um eco. É como aqui a conversa circula muito indireto, muitos ainda tem preconceito porque ainda não conversaram comigo, os que conversaram eu sinto que a coisa já deu uma amenizada. (Os agricultores e os mediadores?) É, os mediadores também tem melhorado, o trato da prefeitura atual tá melhorando, tamos sendo chamado prá conversar junto, várias vezes. A imagem da SEMA tá melhorando, tá vindo como uma coisa meio orientadora, a gente tá redirecionando esse papel policial sem tirar a autoridade, mas com certa postura. E eu tô sentindo uma certa flexibilidade maior das outras pessoas daqui. Agora, eu sou suspeito, mas eu tô sentindo que mais no início era sempre duro, era um conflito sempre, um problema.

Não obstante, esta “amenizada” por parte da população local de que fala o entrevistado só pode ocorrer devido ao fato deste mediador (que, é bom lembrar, representa uma das principais autoridades relacionadas as políticas ambientais na região) ter promovido um completo redirecionamento das suas atividades e, mais do que isso, tomado consciência, através das suas experiências diárias e do contato efetivo com a realidade local, de que era preciso relativizar as rígidas determinações legais as quais, ele, no final das contas, encontra-se preso:

(E o que mudou na tua expectativa de trabalho?) Quando eu comecei a trabalhar aqui, aí eu sonhava que eu ia trabalhar com a reserva e com o entorno, só que aos poucos eu vi que tinha que envolver mais coisas. No início, eu pegava um pouco mais duro, e aplicava as orientações legais mais certo. Porque também eu não tinha ainda idéia do que era fundamental e cada vez mais eu aprendi a flexibilizar o que era importante, a falar a linguagem local e a ver o que era fundamental. Nesse sentido eu entendo que a organização melhor é o que vale no dia-a-dia, os papéis só no início eu valorizava, hoje tô cagando e andando prá isso. Hoje eu aplico as diretrizes no que elas representam também dentro de uma abordagem social do trabalho, eu faço um trabalho educativo que eu acho que é o que mais me sensibiliza. Procuro manter uma autoridade, mas só que não precisa ser autoritarismo. Eu procuro usá a autoridade no sentido de quem tá dando uma opinião na área e que tem uma relação com a lei que tá aí e que tem um respaldo que é institucional, mas que tem que ser flexibilizada.

Naturalmente, esta “flexibilização” de que fala o entrevistado, só pôde ocorrer através de um processo de troca e de contato com os agentes locais. Neste sentido, um exemplo de como este aspecto se efetiva na prática diária do mediador relaciona-se a questão da necessidade da escritura da terra para que o agricultor possa pleitear uma licença de manejo da floresta na sua propriedade:

(E falando no que vem de cima prá ti, em legislação, em SEMA?) A legislação não dá licença prá quem não tem escritura, é complicado. Mas, ao mesmo tempo, aqui na região, segundo dados da região, só vale prá cá o que eu vou falar, dado a informalidade da situação fundiária diminui muito a legalidade do pessoal. Isso acho que deve ser mais flexibilizado, eu em alguns aspectos nesses casos eu não sou um bom representante do governo nas leis, eu absorvo e dou conta daqui e eu sou um filtro também, tenho um pouco essa reflexão. Procuro fazer um trabalho especialmente bem rígido e dentro da lei na reserva, aí sim, nos demais locais a gente atua um pouco mais brando. E eu acho que tinha que mudar o enfoque e vir mais apoio também prá se poder interagir mais junto com as coisas da comunidade. A gente faz a orientação, a legislação ambiental pra qualquer agricultor que nos procura, ajuda na resolução de conflitos ambientais aqui. Já fiz uma espécie de ouvidoria, como procurar o que falar nesses casos, que argumento defender. Já tivemos sucessos em duas situações de anulação de multa prá dois agricultores carentes. Faço essa parte de orientação geral nas áreas que eu sou qualificado em dar opinião. Então eu procuro saber mais da legislação ambiental prá dar uma orientação básica em todas as direções que a SEMA precisa passar. Então, nesse sentido, eu represento a Secretaria do Meio ambiente de Maquiné, e isso envolve pesquisa, a Fundação Zoobotânica, licenciamento ambiental da Fepam, recursos hídricos, a parte florestal que eu trabalho e, além da reserva, eu faço a orientação geral.

Entretanto, o grau de veracidade deste discurso menos rígido em termos burocráticos e mais sensível para com as dificuldades dos agricultores em geral, pôde ser sentida quando foi-lhe apresentada a mesma questão anteriormente referida, em que ele, percorrendo a região, se depara com uma queimada localizada em uma área de preservação permanente e com um grau de declividade acentuada:

Eu queria que tu lesse e comentasse) Bom, primeira coisa foi que já aconteceu uma situação parecida. Assim, primeira coisa é que ocorre uma inquietude dentro de mim. Me ocorre isso quando é área de preservação permanente, ocorre uma inquietude dentro de mim e eu procuro saber o porque. Segundo fico em dúvida e, terceiro, vou tomar uma atitude e a minha atitude seria em primeiro lugar entender o planejamento daquela situação. Aí o agricultor vai me relatar essa situação, certo? A minha postura vai ser de advertência e diretamente uma atitude de mitigação dos danos. Tipo assim, entendê a contingência, daí vai ocorrer uma mitigação dos danos direta sobre o fato. Mitigação seria abreviar os danos ambientais, seria, no mínimo, repovoar a mata ciliar, fazer um reflorestamento e dar orientação prá que ele mantenha algumas áreas de cultivo. E nesse sentido também a sugestão de buscar outras alternativas de renda junto com o proprietário, certo?, que não são muitas, mas algumas existem. Inclusive, aconteceu algo parecido quando a gente fez uma administração de conflito no entorno. Teve uma vez que tinha moradores do Ligeiro que tavam com problemas da água porque tinham porcos na beira da água, e eram 40 porcos. A legislação pedia que tinha que ficar 100 metros da água. Daí a gente procurou administrá o conflito sugerindo a colocação de cerca elétrica, aproximando prá 70 metros a distância da água, por causa do terreno que permitia, e foi um tipo de coisa que se fez sem precisar multar.

Porém, esta maior flexibilidade não quer dizer que este mediador não encontra-se alheio as ações de degradação que eventualmente possam ser deflagradas e, acima de tudo, que ele não possa utilizar-se da autoridade à ele conferida pela instituição a que pertence:

Nosso trabalho é bastante orientador e educativo, mas, em casos extremos, eu aplico a lei. No município de Maquiné foi preciso aplicar prá algumas pessoas as notificações. (Dá um exemplo) Uma foi aquela lá de fora, uma no Cerrito, onde o cara tirou a vegetação da beira do rio onde o rio faz a curva. Fez isso prá fazê lenha, inclusive derrubou árvores protegidas, como a corticeira da serra e canela. (Como é que tu ficou sabendo disso?) A gente foi avisado como a maioria das coisas em Maquiné, um morador ou um vizinho que não gosta do que o outro fala, mas então nunca se fala quem é, foi uma denuncia. (E aí, como é que foi?) Fiz a vistoria e depois como não tinha o que fazer, nesse caso eu fui com um colega meu de Porto Alegre e foi feita uma autuação. (Colega da SEMA?) Sim, do órgão que eu trabalho. Chegamos e ele não tava e aí antes eu já tinha pesquisado o histórico dele também, é pessoa comprometida, não era daqui. (Tava comprometido em que sentido?) Na questão de ficar devendo prá comerciantes locais, e faltar com respeito no entorno e também era recente em morar aqui, além disso tava numa terra que não era dele e questionamos então o histórico dele.

Quer dizer, este exemplo mostra que, embora haja uma aproximação do mediador em relação as situações particulares por ele encontradas, permanece existindo, como ele mesmo disse, a figura do “*representante da Secretaria do Meio Ambiente em Maquiné*”. Em outras palavras, apesar de estreitarem-se os vínculos intersubjetivos entre o agente da SEMA e os agricultores e mediadores de um modo geral, mantém-se, contudo, um certo distanciamento que, em última análise, acaba não permitindo a instalação de certas “regalias” e favores muito comuns de serem



concedidos em situações em que a esfera institucional se mistura com a construção de relações pessoais entre agentes qualitativa e socialmente diferenciados.

Finalmente, como visto nesta última parte do trabalho, foi muito devido a chegada de novos agentes sociais (ONG's, agentes comunitários, educadores ambientais, novos representantes da SEMA, a instalação de um jornal local, etc.), detentores de um capital cultural totalmente diferenciado, que novos valores “ecológicos” puderam adquirir consistência, a ponto de todos os entrevistados (mesmo os agricultores) terem demonstrado em seus discursos (mesmo que, por vezes, de uma forma dissimulada e não totalmente verdadeira) favoráveis a necessidade de haver algum tipo de política preservação do meio ambiente, o que, muito provavelmente, não teria sido possível a bem pouco tempo atrás. Estes novos mediadores, por dominaram, de certa forma, “o jogo de linguagem” que requer o *campo ambiental* mas, igualmente, por serem obrigados a manter um contato direto com a realidade local, acabaram colaborando para um processo de instituição de novos sentido-comuns, de novas “naturalizações”, enfim, de um novo consenso em relação a importância dos elementos não-humanos presentes naquele agro-ecossistema. Dito de outra forma, a sua chegada acabou disponibilizando aos demais agentes que lá viviam uma possibilidade de saírem de um estado de relativa “desorientação” causada pela interferência totalmente arbitrária do *campo ambiental* na região. Atualmente, e diferentemente do que ocorria até três ou quatro anos, mesmo que de uma forma desordenada e um tanto confusa, grande parte dos agricultores e mediadores sociais desejam se pronunciar sobre a problemática ambiental, mesmo que para contrariar as políticas de preservação desenhadas a partir das lutas dentro do *campo ambiental*. Boa parte destes agentes agora percebem, mesmo que inconscientemente, que o que está em jogo, neste caso, é a possibilidade deles também competirem por um espaço nas discussões sobre a legitimidade das políticas ambientais. Aspecto este de suma importância, pois mostra que ainda se tem, dentro das sociedades humanas atuais, um *capital social e cultural* bastante diversificado e que pode, sem dúvida, se for bem negociado e não idealizado ou sacralizado (achando-se, por exemplo, que a simples transposição de um modo de vida *tradicional* seja a saída para acabar com todos os “males do mundo”),

capitalizar processos inéditos de sociabilidade talvez mais interessantes do que os que hoje existem.

## BUSCANDO CONCLUSÕES

Com a tal modernização (...) que estão empurrando para nós, estão nos forçando a nos dedicar à monocultura. Dizem que é prá aumentar a produtividade. Nós não temos nada contra a técnica que os agrônomos vêm empurrar para cima de nós. Aliás, nós temos muitas técnicas boas prá ensinar prá eles. Junto com essa monocultura, estão vindo também técnicas agrícolas que não se casam com a Natureza. As nossas terras estão cada vez mais pobres. Os nossos rios não têm mais peixes. O nosso ar tá cada vez mais poluído. As chuvas não são mais regulares como antigamente. E estão aparecendo pragas e pragas, que nossos pais e os mais antigos nunca conheceram. Nós perguntamos: de onde estão vindo estas pragas? Não é justo que continuemos com uma agricultura desse jeito. Nós precisamos ter responsabilidade sobre o futuro e sobre os bens naturais que teremos que deixar prá nossos filhos.

Inês Ickert, 1982.<sup>288</sup>

Imaginemos um cenário fictício envolvendo a problemática ambiental daqui há mais ou menos uns dez anos. Olhando-se as perspectivas atuais aportadas pelo *campo ambiental*, seria perfeitamente possível supormos uma situação em que, nos bastidores dos processos de disputa levados a cabo no decorrer deste tempo e, devido a consolidação de uma corrente acentuadamente “ecocêntrica” dentro do jogo de forças sociais competidoras do campo, um princípio hoje em bastante evidência nos círculos de debates acabasse sendo colocado como prioritário em relação aos demais

---

<sup>288</sup> Agricultora de Ronda Alta ouvida pela Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 1980 (1980 *apud* Graziano Neto, 1982, p.8).

valores da sociedade pós-industrial: o princípio da precaução<sup>289</sup>. Continuando nossa proposição especulativa, suponhamos, também, que, devido a uma exacerbação das conseqüências indesejáveis de uma sociedade de consumo cada vez mais voraz, o lixo e os dejetos produzidos por essa mesma sociedade tenham chegado a um nível tal que isto acabou permitindo a esta corrente “ecocêntrica” tornar-se força dominante dentro do *campo ambiental* como um todo. Assim, decorrente deste processo, estes agentes conseguiram fazer valer, para o caso da produção e destinação do lixo doméstico das residências urbanas,

o artigo 1.º, I, da Lei nº95-101 de 2 de Fevereiro de 1995, relativa ao reforço da proteção do ambiente, [onde] ‘o princípio de precaução, segundo o qual a ausência de certezas, atentos os conhecimentos científicos e técnicos de cada momento, não deve retardar a adoção de medidas efetivas e proporcionadas que visem prevenir um risco de danos graves e irreversíveis no ambiente a um custo economicamente aceitável. (Bourg, 1997, p.109).<sup>290</sup>

Como lei complementar, aprovou-se uma normatização no Congresso Nacional que determina que todo o lixo residencial e comercial produzido deve ser separado convenientemente (em recipientes discriminados contendo vidros, plásticos, alumínio, material orgânico, etc.) e entregue nos locais indicados pelas autoridades competentes. Caso não forem respeitadas estas determinações, existirá um órgão competente encarregado de fiscalizar e autuar os infratores que não cumprirem com o estabelecido através de uma multa de aproximados 1500 reais para cada situação de lixo irregular, o que vale para todas as propriedades particulares (ocupadas com moradores ou destinadas ao comércio) consideradas, segundo os parâmetros estatísticos vigentes, como sendo “urbanas”. Devido ao excesso de consumo planetário, também ficou vedado aos proprietários descartar objetos pertencentes a casa onde vivem ou trabalham (tais como móveis, utensílios diversos, mas, também, todo o material de construção utilizado no seu interior) que estejam ainda em perfeitas condições de serem utilizados por um período de tempo sem prejuízo para os habitantes locais, implicando o não cumprimento desta lei autuação

---

<sup>289</sup> Segundo Bourg (1997, p.107), *o princípio da precaução exige que se aja de modo preventivo numa situação que compromete riscos, mesmo quando seja impossível conhecer cientificamente esses riscos; dito de outro modo esse princípio convida-nos a agir por precaução, a despeito da incerteza científica.*

igualmente estipulada em 1500 reais. Por fim, é preciso salientar que, em virtude das condições ecológicas globais encontrarem-se em nível deveras crítico do ponto de vista da sua “sustentabilidade”, esta fiscalização seria levada a cabo de modo rígido e intenso, atuando a revelia e indiscriminadamente sobre todos os extratos da sociedade, não importando, por exemplo, em que “classe social” os indivíduos se encontrassem ou quais as suas condições socioeconômicas atuais.

Ao imaginar este cenário circunstancial, talvez possa parecer ao leitor comum que exista uma possibilidade quase nula desta situação hipotética ocorrer efetivamente na realidade e que, portanto, o que foi apresentado seria apenas um exercício mental e especulativo sem qualquer relevância. Entretanto, isto não é bem assim, pois, se pensarmos que, há quarenta anos, os agricultores possuíam completo domínio sobre suas propriedades (embora já houvesse algumas leis restritivas), podendo fazer uso delas como bem o quisessem, veríamos que, naquela época, também estes agentes não imaginavam que, no futuro próximo, perderiam esta condição de “poder total” sobre os recursos naturais lá existentes. Quer dizer, as correspondências aqui são bastante claras. Ao invés das áreas de capoeira, no caso sugerido, também os habitantes “urbanos” perderiam o direito de manejarem o lixo como bem entendessem e, do mesmo modo que os agricultores, perderiam o direito de alterar parte dos elementos não-humanos que se encontram em suas propriedades (qualitativamente, não há grandes diferenças entre o fato do proprietário urbano não poder mais dispor, como bem entenda, de um móvel qualquer da casa como um sofá, por exemplo, e o agricultor não poder cortar certas árvores).

Assim, percebemos que, tal qual o cenário apresentado inicialmente, os agricultores do agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné (e de outros espaços socioambientais como este) não tinham condições de prever que, devido ao surgimento de “problemas ambientais globais” (os quais se devem muito mais a aceleração dos processos produtivos industriais desencadeados devido a intensificação do consumo de massa e menos às atividades agrícolas destes agricultores), seria requerido deles, dos agricultores, um processo de modificação radical nos seus comportamentos e no modo como viviam até então. Por outro lado,

---

<sup>290</sup> O artigo citado pelo autor refere-se, provavelmente, a uma lei francesa, o que, no entanto, não tem grande relevância neste caso, pois, como foi dito, nossa situação hipotética se passa em um lugar

ao trazermos estas discussões para um ambiente mais próximo de como vive a maioria da população brasileira, ou seja, em um ambiente de “cidade”, pode-se perceber melhor a intensidade das arbitrariedades que foram, nos últimos anos, cometidas contra os agricultores em piores condições sociais e econômicas de responderem à restrições ambientais. Em outras palavras, este cenário hipotético ilustra, por exemplo, o nível de esforço em termos de mudança comportamental que seria exigido, em um primeiro momento, das pessoas de um modo geral no sentido de se disciplinarem e de incorporarem e assimilarem estes novos padrões ecológicos de sociabilidade. Mas, acima de tudo, mostra as contradições existentes deste processo. Se não, vejamos.

Tal como nos agro-eco-sistemas, nas cidades existem aqueles moradores empobrecidos, habitantes, por exemplo, dos incontáveis núcleos de miséria do país, os quais, muito provavelmente, não terão condições de arcar com uma multa de 1500 reais (que é o valor aproximado de uma autuação por queimada ilegal em pequenas áreas). Do mesmo modo, tal qual os samambaieiros, estes moradores “urbanos” (que, talvez, até possam ter sido um dia agricultores ou mesmo samambaieiros) possuem um acesso precário a informações sobre os seus direitos e deveres mais elementares, bem como têm poucas possibilidades de se defender caso haja uma autuação ou a instalação de um processo jurídico contra eles. Além disso, possivelmente, também poderiam começar a ser constituídas certas alianças entre estes moradores em situação socioeconômica muito debilitada e aquelas pessoas residentes em amplos condomínios de luxo (os quais possuem, como muitos mediadores nos agro-eco-sistemas, maior capacidade de colocar seus argumentos dentro do campo de disputas) ou, ainda, com outros agentes que possuem interesses econômicos em jogo (como as indústrias de um modo geral que, neste processo, certamente acabariam reduzindo sua capacidade produtiva). Naturalmente, apesar de perfeitamente legítimas as reivindicações dos dois últimos grupos, estes provavelmente terão um interesse muito menor do que o primeiro em diminuir seus padrões de consumo. E, novamente como em boa parte dos agro-eco-sistemas, as reivindicações dos agentes que se encontram sob os processos de dominação mais intensos, serão utilizadas por outros agentes como trampolim para alcançarem seus próprios objetivos. Por fim, também

---

também imaginário, este podendo, contudo, obviamente vir a ser no Brasil.

mantendo uma relação muito próxima com o objeto empírico desta dissertação, não é preciso dizer que a aprovação destas leis disciplinadoras em relação ao consumo humano iriam desatar um vasto sentimento de indignação em boa parte da população “urbana”, bem como a conformação de incontáveis conflitos envolvendo agentes muito diferenciados.

Claro está, portanto, que o processo de institucionalização da problemática ambiental impõe sérias e agudas modificações às populações que habitam os agro-eco-sistemas. No entanto, estas alterações não ocorrem em um sentido único e pré-determinado como, muitas vezes, imaginam os “especialistas” detentores do “discurso ambiental competente”. Sendo assim, uma das conseqüências desta variabilidade será o fato destas populações desenvolverem percepções e ações totalmente distintas sobre o que representa a idéia de meio ambiente (e de natureza) e, conseqüentemente, sobre as significações e os sentidos conferidos à problemática ambiental. Como foi visto ao longo do trabalho, cada agente envolvido (e é extremamente rico e diverso o universo social que envolve tanto mediadores sociais como agricultores familiares) irá apresentar um modo de perceber e identificar “problemas ambientais”. Além disso, estas diferentes compreensões e práticas estarão sujeitas a um contínuo processo de reelaboração, conforme forem sendo montadas as correlações de força, e segundo os constantes desdobramentos envolvendo a dinâmica de debates, conflitos e disputas dentro do *campo ambiental*. Mais ainda, as próprias condições e transformações nos agro-eco-sistemas locais, via atividades antrópicas, estarão cumprindo um papel de alteração na dinâmica ecológica, sociocultural e produtiva dos agro-eco-sistemas. Quer dizer, a relação entre humanos e não-humanos nos agro-eco-sistemas também determina conseqüências e aponta “problemas inéditos”.

Se, como se diz, existe, hoje, um certo “consenso” em relação à conformação de uma problemática ambiental, a qual, deve-se reconhecer, efetivamente se objetiva nas coisas e nos modos de pensamentos, isto não quer dizer que haja, também, um “consenso” em relação aos sentidos que esta mesma questão deve assumir no futuro. Ao contrário, esta concordância genérica carrega consigo diversos entendimentos, na sua maioria ambíguos e contraditórios, os quais, como foi visto, instituem relações de poder e de dominação. Aliás, este aspecto de indeterminação do consenso em

relação aos “problemas ambientais” socialmente elegidos como os mais prementes a ser resolvidos pode levar, como no exemplo ilustrativo anteriormente apresentado, a um risco muito pertinente de que os governos e os ‘lobbies’ mais poderosos instrumentalizem o risco global em função dos seus objetivos econômicos ou estratégicos. Além disso, existe a possibilidade de se impor, em nome das “gerações futuras”, decisões que não sejam nem um pouco sensíveis tanto ao destino das populações consideradas “mais pobres” ou mesmo da humanidade mas, também, acredite-se, dos próprios não-humanos à quem se tenta proteger.

Indo mais além, é preciso ainda lembrar que este “consenso” encontra-se perfeitamente estabelecido e consolidado apenas nos círculos de debate que delimitam a ação do *campo ambiental*, ou seja, para a maioria da população do planeta, talvez não seja falso afirmar que tal problemática global não exista enquanto assunto relevante (como é o caso de muitas populações indígenas para quem a separação homem-natureza não faz o menor sentido). De fato, o que acontece é que a legitimação de significados sobre a problemática ambiental implica em disputas, primeiro, pela eleição dos “problemas ambientais” mais importantes a serem tratados em um determinado momento (porque, como se viu, apesar de terem uma base objetiva, estes “problemas ambientais” são socialmente construídos) e, segundo, pela designação de quais (e que tipo de) políticas ambientais deverão ser implementadas para resolver tais questões tornadas relevantes através do *campo ambiental*.

Soma-se a isso o fato de que, mesmo que continue persistindo um número elevado de “controvérsias” sendo debatidas dentro do *campo ambiental* (o que o faz ainda um espaço rico, em termos potenciais, para deflagrar ações de subversão a possíveis relações de dominação construídas nas interfaces com os demais campos sociais), com toda certeza estas controvérsias encontram-se já condicionadas a uma *doxa*, o que exclui ou marginaliza posições e argumentos com menor capacidade de responder conforme o *nomos* exigido pelos agentes participantes. É esta a situação em que se encontram os agricultores, ou seja, praticamente sem poder de interferir nas decisões tomadas a partir do debate estabelecido no *campo ambiental* devido ao pequeno domínio da lógica argumentativa adotada pelos agentes. Assim, qualquer análise que se faça deverá, antes, considerar o fato de que a inserção de parte do pensamento ecológico nas sociedades pós-industriais pode levar a diferentes



caminhos. Estas possibilidades, por sua vez, como se viu ao longo do trabalho, podem acabar se traduzindo em resultados (sociais, mas, por incrível que possa parecer, também ecológicos) não tão benéficos se examinados mais profundamente.

A institucionalização da problemática ambiental, como acontece normalmente com certos movimentos sociais que também acabam institucionalizado suas ações, retira dela própria parte da criatividade e do caráter de crítica de “vanguarda” que, há muito pouco tempo atrás, sem dúvida, possuía. A apropriação e a disputa pelos significados a serem construídos (por parte da mídia, das empresas, dos ecologistas, dos partidos políticos, do poder público, dos agricultores, etc.) levaram o que antes era demasiadamente genérico, difuso e impreciso, a um processo, ainda inacabado, é verdade, de estruturação de uma rígida *doxa* em que, para atuarem, os agentes necessitam cada vez mais dominarem tais pressupostos valorativos instituídos através do campo. Tanto é assim que, hoje, diferentemente da década de 1970, não existe mais a mesma amplitude de “diversidades” de agentes e de propostas (que as vezes eram tão diferenciadas e genéricas que se contradiziam a si próprias), mas que, entretanto, tinham em comum a crítica contumaz à forma como a sociedade ocidental estava então organizada. Quer dizer, durante este período, perdeu-se grande parte daquela “identidade coletiva” construída em torno das discussões sobre as “grandes questões globais” e que, durante um bom tempo, constituiu um núcleo comum de aproximação entre boa parte dos então chamados “novos movimentos sociais” (movimento pela emancipação das mulheres, contra o racismo, antinuclear, pela paz, pelos direitos das minorias, pela liberdade sexual, pela democratização da terra e, obviamente, o movimento ecologista). O que existia naquele momento também era, como agora é, um “consenso” difuso sobre a temática do meio ambiente. Todavia, atualmente, esta concordância de idéias encontra-se imersa em um processo de disputas de grupos e de forças diferenciadas engajadas em legitimar a “sua” proposta e os seus pontos de vista sobre a problemática ambiental em um espaço muito mais restrito de possibilidades.

Um caso típico onde isto se verifica, é, por exemplo, a organização de várias forças dentro do campo no sentido de tentar fazer reconhecer (no *campo ambiental*, mas, também, perante os campos científico e institucional) um tipo único de modelo de agricultura “agroecológica”, como se fosse possível delimitar a existência de uma

forma correta, única e acabada de produzir “ecologicamente”. Assim, no final das contas, isto significa a necessidade de haver quem possa dizer e sentenciar (uma pessoa, uma instituição, um departamento de Estado, uma empresa privada que trabalha com produtos ecológicos, uma ONG, etc.), através do poder “legítimo” conferido pelo campo, por exemplo, se um produto, um agricultor ou uma marca é ou não é “agroecológica”.

Mesmo que o inevitável caleidoscópio de sentidos e significados permaneça, estes agora estão presos dentro do *nomos*, das leis, das regras que nos dizem quem pode, de forma “competente”, falar sobre um assunto qualquer ligado à problemática ambiental, o que significa a instalação efetiva e objetiva de relações de poder, pois, necessariamente, alguém não está podendo mostrar o seu ponto de vista ou, se o está mostrando, não é praticamente ouvido devido à atuação das demais forças e correntes que dominam os espaços argumentativos dentro do *campo ambiental*.

O resultado disso, por exemplo, no agro-eco-sistema estudado, é a geração de processos de resistência através da aliança entre agricultores e mediadores, ambos dominados, é verdade, mas que, entretanto, formam um tipo de relação pouco interessante do ponto de vista da emancipação dos primeiros em relação aos segundos. Por outro lado, quando se olha a chegada de novos agentes sociais àquela região, estes com um *capital social* inédito em relação a população local e que se mostram mais interessados em promover uma aproximação mais “modesta” e menos “autoritária” junto aos agricultores, percebe-se que ainda existe efetivamente a possibilidade, pequena, é verdade, de *recriar* processos contínuos e eficazes de subversão das relações de poder construídas a partir do campo. Porém, é claro que, mesmo que estes processos possam ser considerados mais “democráticos” se comparados às relações de dominação que tradicionalmente são exercidas, isto não implica a eliminação das relações de poder, pois estes agentes continuam, muitas vezes, sendo proprietários de um “discurso (técnico, ambiental) competente”. Em outras palavras, eles também trazem consigo toda uma história, uma trajetória social, a qual implica, em última análise e impreterivelmente, na existência de certos interesses específicos e que são originados a partir do *habitus* construído ao longo das experiências destes novos mediadores enquanto indivíduos vivendo em sociedade. Por outro lado, ao se indagar quais os resultados finais que estas novas

relações, de certa forma também autoritárias, irão gerar, só o desenrolar dos acontecimentos futuros e das tensões e contradições geradas pelo próprio fenômeno de incorporação de novos valores e demandas “ecológicas” é que irá dizer.

Além disso, estas indeterminações se ampliam ainda mais se atentarmos para o fato de que os agro-eco-sistemas constituem um universo ao mesmo tempo único e diversificado<sup>291</sup>. Cada região, cada comunidade, cada localidade, cada unidade produtiva, enfim, cada família de agricultores, irá apresentar características (socioculturais, econômicas, políticas, físicas, ambientais, etc.) muito distintas. Estas diferenças acabam por conformar um espaço heterogêneo onde, longe do consenso predominante no imaginário popular, se desenrolam disputas e conflitos envolvendo os agentes sociais que lá vivem e suas necessidades. Pela própria natureza diversificada dos agro-eco-sistemas, estas lutas irão apresentar um caráter distinto e dependente das especificidades de cada uma destas realidades. Assim, é neste contexto que, por exemplo, a luta pela terra, por melhores condições de trabalho, por políticas agrícolas mais adequadas, por melhores condições de acesso a direitos elementares como saúde, educação, etc., juntam-se à luta dos agricultores pela definição de políticas ambientais que assegurem, sim (e por que não?), a manutenção da “sustentabilidade” ecológica relacionada à possibilidade de permanência e reprodução dos não-humanos, mas que, por outro lado, permita também a estas famílias a possibilidade de se reproduzirem socialmente enquanto pessoas dotadas de criatividade e, acima de tudo, cidadãs.

Dito isso, alguém poderia supor que a abordagem e a postura tomadas neste trabalho vão contra a necessidade de “preservação do meio ambiente”. Muito pelo contrário, o que se quis mostrar aqui é que a problemática ambiental, ao se inserir nos “espaços públicos”, acabou adquirindo uma consistência tal que terminou por perder parte da sua característica difusa e “transversal”, bem como até mesmo aquele papel de “vanguarda” que, certamente, possuía há 20 anos. Agora, a explicitação da problemática ambiental como um “fato social” importante a ser discutido, gerou um

---

<sup>291</sup> Isso se não considerarmos a persistência, ainda bastante relevante, de certas correntes analíticas que continuam percebendo estes espaços como sendo locais homogêneos, calmos, bucólicos, onde apenas se produzem alimentos e onde vivem pessoas “conservadoras”, rudes e “atrasadas” (como certas idéias muitas vezes representadas nas crenças e mitos da antiga Sociologia Rural e que ainda hoje teimam em resistir tanto no meio científico como no senso comum).

processo contínuo de “*interrogação institucionalizada que mobiliza e organiza as representações coletivas*” (Jollivet, 1994, p.184). Como consequência, a questão do meio ambiente acaba caindo necessariamente no jogo político e institucional que estrutura a própria sociedade, o que, evidentemente, cerceia-lhe parte da sua “transversalidade”. Em outras palavras, se ontem quase ninguém falava em ecologia, e hoje, todos falam, nem todos que falam têm a autoridade para falar sobre este assunto de forma “competente”.

Obviamente, como em qualquer espaço social minimamente organizado, a dimensão política implica disputas, disputas por autoridade e por poder, os quais, precisam, é claro, ser legitimados de alguma forma para que possam ser exercidos de uma maneira “socialmente aceitável”. E é aí que surge o conceito de *campo ambiental* como um espaço social onde os conflitos e os debates em torno do reconhecimento da autoridade sobre os desdobramentos da problemática ambiental podem se processar. É dentro deste espaço argumentativo que arbitrariedades e a violência simbólica que as acompanham (as quais, muito provavelmente, não foram pensadas conscientemente pelos agentes) podem ser exercidas “naturalmente”. Como em qualquer outro campo social, o *campo ambiental* sugere que existem aqueles agentes, aquelas instituições, aquelas correntes teóricas, e aquelas idéias, que possuem posições dominantes em contraposição àquelas colocadas em uma situação de submissão dentro das disputas (aspecto este que, no entanto, não foi pretensão deste trabalho abordar, pelo menos, diretamente). Estas últimas posições em aparente “desvantagem”, todavia, estarão sempre procurando, muitas vezes através de alianças aparentemente contraditórias (como foi o caso apresentado dos agricultores mais *tradicionais-coloniais* com certos mediadores), formas de subverter as posições dos demais agentes que atuam dentro do campo.

Contudo, como foi dito desde o princípio deste trabalho, não foi pretensão desta pesquisa analisar todos os desdobramentos destas disputas, mas sim verificar como elas ocorrem em um espaço sociopolítico e ecológico como aquele formado nos agro-eco-sistemas. Mesmo assim, não se pôde deixar de perceber um importante desdobramento que o objeto particular de análise acabou mostrando. Isto, porque, ao se refletir sobre todo o processo de institucionalização da problemática ambiental nos últimos 30 anos, percebe-se que, no princípio, havia ainda uma latente e significativa

possibilidade de identificação de boa parte dos agricultores familiares e suas entidades e representações (como os movimentos sociais e os sindicatos, por exemplo) para com os nascentes movimentos “ecologistas” contestadores da década de 1970.

Como ilustra muito bem o conteúdo do depoimento da agricultora citada inicialmente neste capítulo, de uma maneira geral, ambos (agricultores e ambientalistas) tinham posições e atuavam de modo a contrapor-se aos efeitos perversos desencadeados pelos processos de modernização conservadora da agricultura no país. Do mesmo modo, ambos os discursos proferidos na época tinham a preocupação de alertar para a impossibilidade, no futuro que se avizinhava próximo, de reprodução de tal modelo de agricultura em termos de sustentabilidade econômica, social e ambiental (limites estes que vêm, cada vez mais, sendo reconhecidos e comprovados pelas instituições governamentais e não-governamentais, pelo meio científico que trata do assunto, e também pela sociedade como um todo). De fato, havia no Brasil do início da década de 1980, uma grande possibilidade de juntar-se, em torno de certos objetivos comuns dois movimentos contestatórios (a saber, o “ecológico” e pela democratização da terra e das relações de trabalho no “campo”) que, apesar de qualitativa e quantitativamente muito diferentes, mostravam-se ser extremamente criativos e inovadores em relação às ações que desenvolviam. Talvez se poderia mesmo arriscar dizer que, se isso tivesse ocorrido efetivamente, provavelmente teriam sido desencadeadas amplas modificações na forma como está estruturada hoje a sociedade brasileira.

Entretanto, o que ocorreu nestes mais de 20 anos? Um processo cada vez maior de radicalização e polarização de ambos os discursos. De um lado, a preponderância dentro do *campo ambiental*, de perspectivas essencialmente “ecocêntricas” fez com que fosse relegado a um segundo plano um potencial *capital social* proveniente dos elementos humanos, tão ou mais importantes do que os não-humanos nos processos de preservação ambiental que compõem os agro-ecossistemas (principalmente, os agricultores que não tinham incorporado totalmente o ideário *produtivista-moderno*, mas, também, por exemplo, os extrativistas e as populações indígenas). Do outro lado, os movimentos sociais de luta pela terra também exacerbaram seus discursos em uma concepção de “luta total” contra o

poder instituído, acarretando com isso a perda daquela característica de “vanguarda” demonstrada anteriormente nas suas posturas e ações e, mais importante do que isso, perdendo a potencial legitimidade que possuíam perante os próprios agricultores familiares de uma maneira geral.

Quanto a estes últimos, o resultado não poderia ter sido outro que não a busca por outros aliados que respondessem de forma mais adequada às suas reivindicações no que se refere às restrições impostas pela problemática ambiental. Com isso, mesmo as representações sindicais dos agricultores (como, por exemplo, a FETAG e o MMTR) foram levadas a apoiar certos discursos mais “utilitaristas”, provenientes, por exemplo, de representações rurais patronais como a FARSUL. Neste sentido, não é somente mero acaso que, em um programa recente de televisão, o presidente desta entidade afirmou textualmente que *“nós somos os maiores zeladores da natureza, porque vivemos dentro dela e sabemos o que ela representa e o que ela representou para os nossos antepassados, por isso nós vamos cuidar dela.”* (TV2 Guaíba, 24/08/02). Não é à toa também que, há pouco menos de dois meses, tenha sido aprovado na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, com amplo apoio das representações ligadas aos agricultores familiares, uma lei que amplia a possibilidade do uso controlado do fogo pelos agricultores. Aprovação esta que, como se sabe, apesar de ter sido defendida pela maior parte dos agricultores em piores condições econômicas e sociais, foi motivada muito mais pela necessidade de queima das pastagens nativas para renovação do pasto nas áreas de pecuária extensiva, do que devido às reivindicações destes agricultores em piores condições sociais, políticas e econômicas. E por que isto ocorreu? Muito provavelmente, muito porque os agentes e instituições ligados à preservação ambiental foram incapazes de ouvir e de dialogar minimamente com os agricultores, principalmente aqueles com maior potencial para colaborar nos processos de preservação, como é o caso de muitos agricultores que vivem no agro-eco-sistema da bacia do Rio Maquiné. Conseqüentemente, tal como ocorreu nesta região, isto implicou o fechamento de todas as portas para que se pudesse chegar a entendimentos menos polarizados e não tão extremados. Enfim, os agentes e entidades com posições fortemente vinculadas à uma perspectiva “ecocêntrica”, os quais dominam a maioria dos espaços

institucionais ligados à fiscalização, administração e normatização das questões relativas ao meio ambiente, não se deram conta de que

se o povo que não sabe é incapaz de dirigir, ele tem a 'doxa' suficiente para escolher os seus dirigentes. Como afirmava Motesquieu, ele é espectador e bom espectador: sabe se um juiz julga bem, se um general ganha a guerra, ele sabe se vive na miséria ou na opulência, em segurança ou na insegurança. A crise ambiental, na sua dimensão global, não põe estes argumentos em causa. Atinge uma natureza invisível. (Larrère e Larrère 1997, p.246).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O escritor é um assassino, porque a única maneira de você descrever um ser humano é através de suas imperfeições. O ser humano perfeito é desinteressante; (...) quando lança o dardo de sua palavra verdadeira, o escritor fere. Mas o faz com amor. Ironia erótica, o amor por aquilo que você está matando com sua palavra cruel, analítica.

Thomas Mann.<sup>292</sup>

Em primeiro lugar, é preciso dizer que estou plenamente consciente de que os temas aqui tratados representam assuntos extremamente complexos e que poderiam, com toda certeza, ser motivo de análises e reflexões muito mais detalhadas e específicas. Certamente, instrumentais teóricos provenientes de outras correntes interpretativas não contempladas pela pesquisa, teriam muito a dizer sobre várias das questões aqui apresentadas talvez apenas superficialmente. Neste sentido, a idéia que se teve, de início foi meramente montar um pequeno “laboratório interpretativo” em cima de algumas situações concretas que agricultores e medidores estão sendo chamados a responder devido à institucionalização da problemática ambiental e, como consequência, explicitar certas contradições envolvidas nesse processo.

Contudo, sempre que se aventura por caminhos ainda pouco conhecidos ou estudados dentro da esfera científica (como geralmente sugere a problemática ambiental), os resultados, deduções e ilações obtidas, mas também os métodos de investigação e a metodologia interpretativa utilizados, adquirem um caráter

---

<sup>292</sup> *apud* Moyers, 1984, p.04.



demasiado prospectivo. Apesar disso, esta característica, longe de invalidar, apenas reforça uma peculiaridade da própria ciência, qual seja, a busca do conhecimento como horizonte. E foi, portanto, justamente este caráter “incômodo” proporcionado pelo inédito e pelo incipiente (aspectos estes que funcionaram justamente como combustível a ser usado no sentido da sua superação), a minha maior motivação durante o transcorrer destes dois anos e meio de trabalho.

Em consequência disso, as discussões, resultados e conclusões aqui apresentadas, encontram-se situadas dentro deste contexto, ou seja, as evidências, fatos e experiências descritas, mesmo que possam não ter respondido totalmente às interrogações anteriormente propostas, destinam-se sim, a enriquecer este debate ainda por demais ininteligível e polêmico. Isto porque, sem dúvida, estas questões merecem atenção, tanto da parte da comunidade científica, como dos governos e da sociedade civil organizada. Ainda mais que os processos aqui descritos permanecem, com toda certeza, ocorrendo neste exato momento. Isto é, neste mesmo instante, as populações que não possuem condições de colocar minimamente suas reivindicações dentro do *campo ambiental*, continuam resistindo como podem às diferentes pressões a que são diariamente submetidas devido às determinações geradas pela problemática ambiental.

No que tange à pesquisa científica propriamente dita, tendo a compartilhar com a idéia de que se deva exigir, cada vez mais, desta esfera do conhecimento humano, uma postura menos autoritária e mais *modesta* em relação a construção do conhecimento e sua utilização na (e pela) sociedade. É preciso, urgentemente, que a ciência, até há pouco tempo auto-proclamada “rainha” detentora de *todo o saber*, abdique deste “direito instrumental” e tome consciência de que, pelo contrário, constitui uma forma (entre outras tantas) de perceber a realidade, mas que, entretanto, deve esforçar-se ao máximo para não atuar como um déspota detentor do “conhecimento verdadeiro” das coisas do mundo. Como bem diz Merleau-Ponty, não podemos mais permitir que a *“ciência explique o mundo, mas se recuse a habitá-lo”* (Aranha 1986, p.120). O leitor mais cético, a esta altura, poderia perguntar: mas, se assim se fizer, e assumindo que não há uma produção científica neutra (portanto, não-ideológica), como determinar que compromissos devem ser assumidos pela

ciência e pelo pesquisador (mesmo que se admita a inexistência de “certos” e “errados” universais)? Sobre isto, talvez valha um alerta feito por Eric Wolf:

Se temos que saber mais a fim de agir sem preconceitos, humanamente, com sabedoria e não com loucura - todos nós devemos arcar com a tarefa de compreender para aprender e de aprender para compreender. Esta não é uma tarefa para especialistas acadêmicos, se é que foi um dia; é dever de cidadania (Wolf, 1984).

E, assim, chega-se a um “final”. E o final é sempre uma chegada-partida nostálgica. Isto, porque, é preciso agora abandonar algo que, durante muito tempo, fez parte do que sou, eu, enquanto escritor travestido de pessoa, pessoa que, como diz a citação de Thomas Mann, assassina. Mesmo assim, é preciso abrir mão deste caminho, outrora aterrorizante, mas que, através da conquista diária e do seu longo percurso, foi se tornando conhecido e conquistado, transformando-se, ao longo das noites e dos dias, em parceiro e amigo. Aliás, olhando em retrospectiva, me sinto neste momento, na verdade, o próprio caminho. O que antes eram montanhas desconhecidas alhures são, agora, paisagens vivas na minha memória, as quais, obviamente, guardarei para sempre comigo. Talvez até, quem sabe, acabe renegando a sua beleza enquanto objeto abstrato e dotado de conhecimento, todavia, sempre estarei consciente da sua importância enquanto fonte inspiradora para meu crescimento enquanto ser humano colocado entre não-humanos e humanos.

## BIBLIOGRAFIA

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo : Martins Fontes, 2000.
- ABRAMOVAY, Ricardo. *Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. Rio de Janeiro : IPEA, 1999. Primeiro relatório de pesquisa (mimeo).
- \_\_\_\_\_. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo : Hucitec, 1992.
- ADAMS, Cristina. *Caiçaras na mata atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental*. São Paulo: Annablume : FAPESP, 2000.
- ALMEIDA, Jalcione. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. In: SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO SOBRE INVESTIGAÇÃO E EXTENSÃO EM SISTEMAS AGROPECUÁRIOS; ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, V; V. (20 a 23 de maio de 2002 : Florianópolis) *Anais...* Florianópolis : SBSP, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil*. Porto Alegre : Ed. Universidade/UFRGS, 1999.
- \_\_\_\_\_. *O campo da pesquisa e das ações sobre o meio ambiente*. Porto Alegre : UFRGS/PGDR, 1998. Texto para uso interno (mimeo).
- \_\_\_\_\_. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. p. 33-55. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. (org.). *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre : Editora da Universidade/UFRGS, 1997.
- ALPHANDÉRY, Pierre et. al. *O Equívoco ecológico*. São Paulo : Brasiliense, 1992.
- ALTVATER, Elmar. *O preço da riqueza*. São Paulo : Ed. da Unesp, 1995.
- ARANHA, Maria L; MARTINS, Maria H. *Filosofando: introdução à filosofia*. São Paulo : Moderna, 1986.

ARAÚJO, Thiago N. de; NEETZOW, Anselmo A; SOARES, André L. “Potencial arqueológico da Planície Costeira”. p. 40-44. In: ELY, Nilza H; BARROSO, Véra L. M. (org.). *Encontro dos municípios originários de Santo Antônio da Patrulha; Terra de Areia*. Porto Alegre : Edições EST, 1999.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo : Perspectiva, 1954.

AUGÉ, Marc. *O sentido dos outros: atualidade da antropologia*. Petrópolis, RJ : Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, SP : Papirus, 1994.

AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Rio de Janeiro : Editora Delta, 1980. v.2 e v.5.

AZEVEDO, Cristina M. do A. *A decisão de preservar: a mata ripária do Jaguari-Mirim*, SP. São Paulo : Annablume/FAPESP, 2000.

BARROSO, Véra L. M. Os alemães em Santo Antônio da Patrulha: as Colônias São Pedro e Três Forquilhas. p. 180-192. In: ELY, Nilza H; BARROSO, Véra L. M. (org.). *Encontro dos municípios originários de Santo Antônio da Patrulha; Terra de Areia*. Porto Alegre : Edições EST, 1999.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U; GIDDENS, A; LASH, S. *Modernização reflexiva*. São Paulo : Ed. da Unesp, 1997.

BELLOMO, Harry R. A arte cemiterial: uma abordagem artístico-antropológica dos cemitérios do Vale do Três Forquilhas. p. 319-328. In: ELY, Nilza H; BARROSO, Véra L. M. (org.). *Encontro dos municípios originários de Santo Antônio da Patrulha; Terra de Areia*. Porto Alegre : Edições EST, 1999.

BOFF, Leonardo. *Ecologia, mundialização, espiritualidade: a emergência de um novo paradigma*. São Paulo : Ed. Ática, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1999.

\_\_\_\_\_. *Meditações pascalinas*. Oeiras : Celta Editora, 1998a.

\_\_\_\_\_. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo : Ed. da USP, 1998b.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Lisboa : Difel, 1989.

\_\_\_\_\_. Le capital social., *actes de la recherche en sciences sociales*. Paris : EHESS, v.31, n.2-3, 1980.

BOURG, Dominique. *Natureza e técnica: ensaio sobre a idéia de progresso*. Lisboa : Instituto Piaget, 1997 .

BRANDÃO, Carlos R. O desencanto do outro: mistério, magia e religião nos estudos do mundo rural no Brasil. In: *Anuário Antropológico/91*. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1993.

BRITTO, Maria C. Wey de. *Unidades de conservação: intenções e resultados*. São Paulo : Annablume/FAPESP, 2000.

BUTTEL, Frederick H. Sociologia ambiental, qualidade ambiental e qualidade de vida: algumas observações teóricas. In: HERCULANO, Selene; PORTO, Marcelo F. de S; FREITAS, Carlos M. de. (org.). *Qualidade de vida e riscos ambientais*. Niterói : EdUFF, 2000.

CÂNDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo : Duas Cidades Ed. 34, 2001.

CAPORAL, Francisco; COSTABEBER, J. C. Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. Revista *Extensão Rural*, Santa Maria, ano 2, n.2, jan./dez. de 1994.

CARNEIRO, Maria. J. T. Ruralidade: novas identidades em construção. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, n.11, 1998.

CARSON, Raquel. *Primavera silenciosa*. São Paulo : Melhoramentos, 1962.

CARVALHO, Isabel. *A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil*. Porto Alegre : Ed. da Universidade/UFRGS, 2001.

CEMIM, Arneide B. *Colonização e natureza: análise da relação social do homem com a natureza na colonização agrícola em Rondônia*. Porto Alegre, 1992. Dissertação de Mestrado (Departamento de Sociologia; Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

CHAUÍ, Marilena. *Convite a filosofia*. São Paulo : Editora Ática, 1999.

\_\_\_\_\_. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras palavras*. São Paulo: Ed. Moderna, 1980.

COCHRANE, W. W. *The development of american agriculture - a historical analysis*. Minneapolis : University of Minneapolis Press, 1979.

RIO GRANDE DO SUL. CÓDIGO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE. Lei Estadual nº 11.520, 03/08/2000. Regula todo o referente ao meio ambiente no Estado de Rio Grande do Sul. Diário Oficial do Estado de Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

RIO GRANDE DO SUL. CÓDIGO FLORESTAL ESTADUAL. Art. 32 da Lei Estadual nº 9.519, 1992.

COELHO, Vanessa P. *Mediadores técnicos, tecnociência na agricultura e a definição legítima da problemática ambiental no campo tecnocientífico*. Porto Alegre, 2002. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

COLBORN, T; DUMANOSKI, D.; MYERS, J.P. *O futuro Roubado*. Porto Alegre : L&PM, 1997.

COMTE, Augusto. Curso de filosofia positiva. In: *Coleção Os pensadores*. São Paulo : Abril Cultural, 1973.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resolução nº ....de .....Altera os artigos 1º, 4º, 14º, 16º, 29º, 38º e 44º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 e o artigo 10º da Lei 9.393, de 16 de dezembro de 1996. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília. [www.socioambiental.org.br/website/noticias/maintegra/docs/rtf/codflor.rtf](http://www.socioambiental.org.br/website/noticias/maintegra/docs/rtf/codflor.rtf) Consulta em 20/04/2002.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL/1998. SIQUEIRA, Valmir S; ROSA, Ana Paula, L. L; AZEVEDO, Patrícia B. de. (org.). Rio de Janeiro : Expressão e Cultura, 2001.

COSTA, Cristina. *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*. São Paulo : Moderna, 1997.

DACANAL, José H. *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre : Editora Mercado Aberto, 1996.

DALPIAZ, Sérgio A. A. A imigração italiana no município de Maquiné e arredores. p. 574-575. In: ELY, Nilza H; BARROSO, Véra L. M. (org.). *Encontro dos municípios originários de Santo Antônio da Patrulha; Terra de Areia*. Porto Alegre : Edições EST, 1999.

DE BONI, Luís A. de; COSTA, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : EST, 1984.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo : Companhia das Letras, 1996.

DIAMOND, Jarred. *Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas*. Rio de Janeiro : Record, 2001.

DIEGUES, Antonio C. *O Mito da natureza intocada*. São Paulo : Ed. Hucitec, 1996.

DIESEL, V. A nova extensão rural. *Revista Extensão Rural*, Santa Maria, Ano 1, v. 1, n. 1, jan/jun de 1993.

D'INCAIO e MELO, Maria da C. O boia-fria: acumulação e miséria. Petrópolis, RJ : Vozes, 1975.

DIRETRIZES AMBIENTAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL (org.). Porto Alegre : FEPAM, Cadernos de Planejamento e Gestão Ambiental; v.1, 2000, 96p.

DUARTE, Onésimo C. Viagens dos tropeiros e fazendeiros ao Litoral. p. 363-365. In: ELY, Nilza H; BARROSO, Véra L. M. (org.). *Encontro dos municípios originários de Santo Antônio da Patrulha; Terra de Areia*. Porto Alegre : Edições EST, 1999.

DUARTE, Rodrigo A. de P. *Marx e a natureza em O Capital*. São Paulo : Edições Loyola, 1986.

ELY, Nilza H; BARROSO, Véra L. M. (org.). *Raízes de Terra de Areia*. Porto Alegre : EST, 1999.

\_\_\_\_\_. Do Vale do Três Forquilhas aos Campos de Cima da Serra – os construtores da Rota do Sol. p. 365-379. In: ELY, Nilza H; BARROSO, Véra L. M. (org.). *Encontro dos municípios originários de Santo Antônio da Patrulha; Terra de Areia*. Porto Alegre : Edições EST, 1999.

\_\_\_\_\_. Dos primitivos caminhos à BR 101 – Osório / Torres – a Estrada da Redenção. p. 388-395. In: ELY, Nilza H; BARROSO, Véra L. M. (org.). *Encontro dos municípios originários de Santo Antônio da Patrulha; Terra de Areia*. Porto Alegre : Edições EST, 1999

EMATER, Escritório Municipal de Maquiné. Estudo de Situação. Rio Grande do Sul. Maquiné : EMATER, 1993.

FOLHA DE MAQUINÉ. Maquiné, 2000 - 2002. (jornal)

FERNANDES, Astrogildo. Reminiscências de Terra de Areia segundo o historiador Guido Muri. P. 60-62. In: ELY, Nilza H; BARROSO, Véra L. M. (org.). *Encontro dos municípios originários de Santo Antônio da Patrulha; Terra de Areia*. Porto Alegre : Edições EST, 1999.

FERREIRA, Luciane O. *Mbae Achÿ: a concepção cosmológica da doença entre os Mbya Guarani num contexto de relações interétnicas*. Porto Alegre, 2001. Dissertação de Mestrado. (Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

FERRY, Luc. *A nova ordem ecológica: a árvore, o animal e o homem*. São Paulo : Ensaio, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo : Edições Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo : Princípio, 1990.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis : Vozes, 1989.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro : Edições Graal, 1985.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro : Edições Graal, 1984.

FROSI, Vitalina M; Mioranza, Ciro. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : Editora Movimento, 1975.

FUKS, Mario. Arenas e debates públicos: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 41, n.1, 1998.

GARCIA Jr, Afrânio R. *O sul: caminho do roçado: estratégia de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo : Marco Zero, 1989.

\_\_\_\_\_. *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1983.

GEHLEN, Ivaldo. Agricultura familiar de subsistência-comercial: identidade cabocla e inclusão social. In: FERREIRA, Angela D. D; BRANDENBURG, Alfio. *Para pensar outra agricultura*. Curitiba : Editora da UFPR, 1998.

\_\_\_\_\_. Identidade estigmatizada e cidadania excluída: a trajetória cabocla. In: ZARTH, Paulo, A. et. al. *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí, RS : Ed. UNIJUÍ, 1998. (Coleção Ciências sociais).

GEHLEN, Ivaldo e MÉLO, José L. B. de. A dinâmica da agricultura no sul do Brasil: realidade e perspectivas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 11, n.2, 1997.

GERHARDT, Cleyton et alli. Evolução dos sistemas agrários do litoral norte do estado do Rio Grande do Sul: o caso do município de Maquiné/RS. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, IV. (19 a 22 de março de 2001 : Belém). *Anais ...* Belém : SBSP,2001.

GERHARDT, Cleyton et. al. *Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental do Município de Maquiné/RS: perspectivas para um desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre, 2000. Documento não publicado (mimeo).

GERHARDT, Cleyton; MIGUEL Lovois. Realidade agrária do município de Maquiné e agricultura familiar: reflexões sobre uma experiência de diagnóstico interdisciplinar. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL. RIO DE JANEIRO, X (30 de julho a 5 de agosto de 2000 : Rio de Janeiro). *Anais...* Rio de Janeiro : IRSA, 2000.

GERHARDT, Cleyton; Almeida, Jalcione. Extensão Rural no Processo de Transformação da Agricultura e na Busca de Alternativas para o Desenvolvimento Rural. In: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE, X. (1998 : Porto Alegre) *Anais...* Porto Alegre : UFRGS, 1998.



GERHARDT, Cleyton. *Observações realizadas na pesquisa de campo*. Maquiné, 2002. (Dados da caderneta de campo).

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo : Ed. da Unesp, 1991.

GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre : Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, RJ : Vozes, 1985.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo : Loyola, 1997.

GOLDBLATT, David. *Teoria social e ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget. Coleção perspectivas Ecológicas, 1996.

GOODMAN, David et. al. *Das lavouras às biotecnologias*. Rio de Janeiro : Campus, 1990.

GONÇALVES, Carlos W. P. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo : Contexto, 1998.

GRAZIANO da SILVA, José. *O novo rural brasileiro*. Campinas : UNICAMP/Instituto de Economia, 1999. (Coleção pesquisas 1).

\_\_\_\_\_. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo : Hucitec, 1981a.

\_\_\_\_\_. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1981b.

GRAZIANO NETO, Francisco. *Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura*. São Paulo : Brasiliense, 1982.

GROSS, Iara R. Vida pública de Christiano Frederico Gross – Seu Quiça. p.86-88. In: ELY, Nilza H; BARROSO, Véra L. M. (org.). *Encontro dos municípios originários de Santo Antônio da Patrulha; Terra de Areia*. Porto Alegre : Edições EST, 1999.

GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Campinas : Papyrus, 1990.

GUIVANT, Júlia S. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. *Cadernos de Ciência e tecnologia*. Brasília: Embrapa, v.14, nº3, set/dez, 1997, pp.411-448.

GUZMÁN, Eduardo S. Origem e perspectivas do desenvolvimento sustentável. p. 19-32. In: Navarro, Zander; Almeida, Jalcione. (org.). *Reconstruindo a agricultura: idéias na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre : Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. São Paulo : Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. A soberania popular como procedimento: um conceito normativo de espaço público. In: *Adverso*, Porto Alegre, ano v5, n. 6, p. 7-24, Dez/94.

HAYAMI, Yujiro; RUTTAN, Vernon. *Desenvolvimento Agrícola : Teoria e experiências internacionais*. Brasília : Embrapa, 1988.

HILGARTNER, Stephen; BOSK, Charles L. *Ascensão e queda dos problemas sociais: um modelo de arenas públicas*. Porto Alegre, 1988. Tradução livre de MOURA, L. G. V. (mimeo)

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos breve século xx: 1914-1991*. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

CENSO AGROPECUÁRIO. Rio de Janeiro : IBGE, 1985.

CENSO AGROPECUÁRIO. Rio de Janeiro : IBGE, 1996.

JACOBS, Casimiro M. Localidade de Cornélios na visão dos descendentes. p. 113-116. In: ELY, Nilza H; BARROSO, Véra L. M. (org.). *Encontro dos municípios originários de Santo Antônio da Patrulha; Terra de Areia*. Porto Alegre : Edições EST, 1999.

\_\_\_\_\_. Percepção ambiental dos pecuaristas do rio Cornélios. p. 117-119. In: ELY, Nilza H BARROSO, Véra L. M. (org.). *Encontro dos municípios originários de Santo Antônio da Patrulha; Terra de Areia*. Porto Alegre : Edições EST, 1999.

JAPIASSU, H. *O mito da neutralidade científica*. Rio de Janeiro : Imago, 1975.

JOLLIVET, Marcel. *Agricultura e meio ambiente: reflexões sociológicas*. Estudos Econômicos. IPE/USP, v.. 24, n. especial, p. 183-198, 1994.

KAGEIAMA, Angela et. al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C. et. al. (org.). *Agricultura e políticas públicas*. Brasília : IPEA, 1990. (Série IPEA, n.127).

KERN, Arno. *Arqueologia Pré-Histórica Do Rio Grande Do Sul*. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1991.

KLIEMANN, Luiza H. S. *RS: terra e poder - história da questão agrária*. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1986.

KUNERT, Augusto E. As comunidades do Litoral Norte/RS e a difícil tarefa de sua reorganização. p. 246-261. In: ELY, Nilza H; BARROSO, Véra L. M. (org.). *Encontro dos municípios originários de Santo Antônio da Patrulha; Terra de Areia*. Porto Alegre : Edições EST, 1999.

LANDÉ, C. H. Introduction: the dyadic basis of clientelism. p. 13-38 In: SCHMIDT, S. W. et. al. (eds.). *Friends, followers and factions: a reader political clientelism*. Berkeley : University of California Press, 1977.

LARRÈRE, Catherine; LARRÈRE, Raphael. *Do bom uso da natureza*. Lisboa : Instituto Piaget, 1997.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. São Paulo : Editora 34, 1994.

LEFF, Enrique. La cultura y los recursos naturales en la perspectiva del desarrollo sustentable: una nota introdutória. In: LEFF, Enrique; CARABIAS, Julia. (org.). *Cultura y manejo sustentable de los recursos naturales*. México : Miguel Angel Porrúa, 1993.

LINDEMAN, Carl A. M; Ferri, M. G. *A vegetação no Rio Grande do Sul*. São Paulo : Ed. USP, 1974.

LIPERT, Generi M. *Terra de areia: idéia, sonho e realidade*. Porto Alegre : Ed. Tchê, 1991.

LOVELOCK, James E. A Terra como um organismo vivo. In: WILSON, E. O. (org.). *Biodiversidade. Rio de Janeiro* : Ed. Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_. *Gaia: um novo olhar sobre a Terra*. Lisboa : Edições 70, 1987.

LUTZENBERGER, José. *Gaia, o planeta vivo*. Porto Alegre : L&PM, 1990.

MAESTRI, Mário. *O escravo gaúcho: resistência e trabalho*. Porto Alegre : Ed. da Universidade/UFRGS, 1993.

MARQUES, Luiz Alberto S. *Litoral norte em dois momentos: primeiros tempos ou pré-história do litoral*. Osório : Laboratório de Estudos Sociais, 1991. Documento em testagem.

MARTINI, Maria L. F. *Sobre o caboclo-camponês: 'um gaúcho a pé'*. Porto Alegre, 1993. Dissertação de Mestrado. (Departamento de Sociologia; Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

MARTINS, Rosiani A. Expulsão dos índios de Três Pinheiros. p. 101-123. In: ELY, Nilza H; BARROSO, Véra L. M. (org.). *Encontro dos municípios originários de Santo Antônio da Patrulha; Terra de Areia*. Porto Alegre : Edições EST, 1999.

MARTINS, José de S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo : Hucitec, 1997a.

\_\_\_\_\_. *Exclusão social e a nova identidade*. São Paulo : Paulus, 1997b.

\_\_\_\_\_. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, RJ : Vozes, 1981.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo : Nova Cultural, 1985. v.1.

MATOS, Antônio R. de. História das raízes de Três Pinheiros. p. 96-101. In: ELY, Nilza H; BARROSO, Véra L. M. (org.). *Encontro dos municípios originários de Santo Antônio da Patrulha; Terra de Areia*. Porto Alegre : Edições EST, 1999.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea*. Lisboa : Instituto Piaget, 2001.

McCORMICK, John. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro : Ed. Relume-Dumará, 1992.

MONTEIRO, Gustavo. O açúcar no Litoral Norte. p. 452-455. In: ELY, Nilza H; BARROSO, Véra L. M. (org.). *Encontro dos municípios originários de Santo Antônio da Patrulha; Terra de Areia*. Porto Alegre : Edições EST, 1999.

MONTEIRO, Káthia R. M. Porto dos Cornélios. p. 108-109. In: ELY, Nilza H; BARROSO, Véra L. M. (org.). *Encontro dos municípios originários de Santo Antônio da Patrulha; Terra de Areia*. Porto Alegre : Edições EST, 1999.

MORAIS, Luís C. S. *Código Florestal Comentado: com as alterações da lei de crimes ambientais*. São Paulo : Atlas, 2000.

MORIN, Edgar. *O método: o conhecimento do conhecimento*. São Paulo : Europa-América, 1986.

MOYERS, Campbell, J. *O poder do mito*. São Paulo : ATLAS, 1991.

MURI, Guido. *O indígena na região do litoral norte*. Osório, 1994. Mostra cultural. (mimeo)

MURI, Guido. *Rememorações de conceição do arroio*. Osório : [s.n.], [s.d.]. v. II

NASCIMENTO, Elza T. do. Três Forquilhas de ontem e de hoje. p. 261-264. In: ELY, Nilza H; BARROSO, Véra L. M. (org.). *Encontro dos municípios originários de Santo Antônio da Patrulha; Terra de Areia*. Porto Alegre : Edições EST, 1999.

NEIS, Ruben. Guarda velha de Viamão. In: SALAME, P. A; SALAME, P.J. *Temas histórico-culturais*. Osório : [s.n.], 1975.

OLIVEN, Ruben G. Um Brasil excêntrico: sobre índios, portugueses, negros, alemães e italianos no Rio Grande do Sul. In: ZARUR, George. *Etnia y nación en América Latina*. Washington : OEA, 1996.

PAIVA, Antonio C. S. *Sujeito e laço social: a produção de subjetividade na arqueogenealogia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro : Relume Dumará, 2000.

PALOMBINI, Bruno C.; PALOMBINI, Rafael de O; RUSCHEL, RUY R. A inserção da “casa de telhas” na história do litoral gaúcho. p. 53-59. In: ELY, Nilza H;

BARROSO, Véra L. M. (org.). *Encontro dos municípios originários de Santo Antônio da Patrulha; Terra de Areia*. Porto Alegre : Edições EST, 1999.

PARMAGNANI, Jacob J. Rio Grande do Sul – das trilhas ao asfalto. p. 356-361. In: ELY, Nilza H; BARROSO, Véra L. M. (org.). *Encontro dos municípios originários de Santo Antônio da Patrulha; Terra de Areia*. Porto Alegre : Edições EST, 1999.

PEROTTO, Marco. *Reserva biológica da Serra Geral: descrição de localização, fauna, data de criação e objetivos*. Maquiné : 2001 (Documento interno).

PLANADOR. *Horticultura-um futuro promissor*. Ano II, n.16, 1977, Jornal.

PLANO INTEGRADO PARA O DESENVOLVIMENTO DO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL. *Cobertura vegetal e uso do solo*. Porto Alegre : SCP/FEE, 1975.

PONTING, Clive. *Uma história verde do mundo*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1995.

QUEIROZ, Maria I. P. de. *O pesquisador, o problema de pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões, reflexões sobre a pesquisa sociológica*. São Paulo : Núcleo de Estudos Urbanos e Rurais – USP, 1992. Textos 3, 2ª série.

QUEIROZ, Maria I. P. de. *Sociologia Rural*. Rio de Janeiro : ZAHAR, 1969.

RAMBO, Balduino. *A fisionomia do Rio Grande do Sul: ensaio de monografia natural*. São Leopoldo : Ed. Unisínos, 1994.

ROBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

ROMEIRO, Ademar R. *Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura*. São Paulo : Annablume/FAPESP, 1998.

RECH, Salomé. *Geografia física do vale do Maquiné*. Osório, RS : [s.n.],1987. (mimeo)

ROHDE, Geraldo M. *Epistemologia ambiental: uma abordagem filosófico-científica sobre a efetuação humana alopoiética*. Porto Alegre : EDIPUCRS, 1996.

RUSCHEL, Ruy R. Os dois caminhos pioneiros do Rio Grande do Sul. In: BARROSO, Véra L. M. (org.). *Raízes de Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula e Tramandaí*. Porto Alegre : EST Edições, 1992.

\_\_\_\_\_. Formação humana do quadrante patrulhense e do Vale dos Três Forquilhas. p. 432-438. In: ELY, Nilza H; BARROSO, Véra L. M. (org.). *Encontro dos municípios originários de Santo Antônio da Patrulha; Terra de Areia*. Porto Alegre : Edições EST, 1999.

SANTOS, Maria R. O. dos. Os moçambiques no município de Osório. p. 472-473. In: ELY, Nilza H; BARROSO, Véra L. M. (org.). *Encontro dos municípios originários de Santo Antônio da Patrulha; Terra de Areia*. Porto Alegre : Edições EST, 1999.

SANTOS, Vicente T. A construção da viagem inversa: ensaio sobre a investigação nas ciências sociais. *Cadernos de Sociologia*. Porto Alegre, v.3, n.3, p.55-88, 1991.

\_\_\_\_\_. *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo : Editora Hucitec, 1984.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. [s.l.] : Martins Livreiro, 1987.

SCHMITT, Cláudia J. *Tecendo as redes de uma nova agricultura: um estudo sócio-ambiental da região serrana do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 2001. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

SCHMITT, Claudia J; CARVALHO, Isabel, C. M. *Os conceitos de natureza, a ciência moderna e a crise do conhecimento*. Porto Alegre, 2000. documento para discussão da disciplina “Sociedade e Natureza 1” do PGDR/UFRGS. (mimeo)

SCHMITT, Claudia J. *O tempo do acampamento: a construção da identidade política do colono sem terra*. Porto alegre, 1995. Dissertação de mestrado. (Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

SCHNEIDER, Sérgio. Da crise da sociologia rural à experiência da sociologia da agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana. *Políticas Agrícolas*, v.III, n.2, p.21-54, 1998.

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO. Indicadores Sociais RS: migrações internas RS. Porto Alegre : FEE, 1976.

SEIBEL Filho, Hélio D. *Maquiné: um estudo sobre a ausência de mídia local*. São Leopoldo, 1997. Monografia apresentada para a conclusão do curso de Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo, UNISINOS.

SERIE CADERNOS DA RESERVA DA BIOSFERA. São Paulo : Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica., 1998. n.11

SERIE CADERNOS DA RESERVA DA BIOSFERA. São Paulo : Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 1999. n.15

SEVEGNANI, L. *Fitossociologia de uma floresta secundária*. Porto Alegre, 1995. Dissertação de Mestrado (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

SHANIN, Teodor. O campesinato como um agente político. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Peasants and peasant societies*. Londres : Penguin, 1976.

SILVA, Maria Raymundo. *Navegação Lacustre Osório - Torres*. Osório : D. C. Luzzato editores Ltda, 1985.

SILVA, Alceu M. História de um menino da Sanga Funda. p. 80-85. In: ELY, Nilza H; BARROSO, Véra L. M. (org.). *Encontro dos municípios originários de Santo Antônio da Patrulha; Terra de Areia*. Porto Alegre : Edições EST, 1999.

SOLARI, Aldo B. Que és Sociologia Rural. In: *Sociologia Rural Latino Americana*. 2ºed. Buenos Aires : Paidós 1968.

SUDESUL - UFRGS. *O fenômeno migratório da região sul*. Porto Alegre : [s.n.], 1975.

TAMBARA, Elomar. *RS: modernização e crise na agricultura*. Porto Alegre : Editora Mercado Aberto, 1983.

TARANCON. *Gracias a la vida*. Grupo Tarancon. São Paulo : SOM, 1976. 1 DISCO (60 MIN) : 33 rpm, estéreo. STLP 80954.

TARGA, Luiz R. P. (org.). *Gaúchos e paulistas: dez escritos da história regional comparada*. Porto Alegre : FEE, 1996.

TORRES NETTO, Nara L. Minhas origens em Itati – crise de identidade. P.94-96. In: ELY, Nilza H; BARROSO, Véra L. M. (org.). *Encontro dos municípios originários de Santo Antônio da Patrulha; Terra de Areia*. Porto Alegre : Edições EST, 1999.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis, RJ : Vozes, 1994.

TRAMONTINI, Marcos J. O “mau” imigrante: má origem. p. 198-209. In: ELY, Nilza H; BARROSO, Véra L. M. (org.). *Encontro dos municípios originários de Santo Antônio da Patrulha; Terra de Areia*. Porto Alegre : Edições EST, 1999.

TREZZI, Humberto. *Guaranis vivem isolados do mundo*. Zero Hora, Porto Alegre, 1991.

TRINDADE, Antônio A. C. *Direitos humanos e meio ambiente: paralelo dos sistemas de proteção internacional*. Porto Alegre : Sérgio Antonio Fabris Editor, 1993.

VEIGA, José Eli da. *A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

VERDUM, Roberto. Arenização na campanha gaúcha: mudanças na produção e degradação dos solos e das águas superficiais. In. : Congresso Mundial de Sociologia Rural (10 : 2000 : Rio de Janeiro/RJ) [Anais] Rio de Janeiro : 2000, 9 f.

- VERÍSSIMO, Érico. *O tempo e o vento: o continente I*. São Paulo : Globo, 1997.
- VIEIRA, J. Assistência técnica e extensão rural no Brasil. Hoje e amanhã. In: *Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Brasília : [s.n.]. 1997.
- VILARREAL, Daniel Z; GARCIA-MARIN, Patricia C. Tecnología agrícola tradicional, conservación de recursos naturales y desarrollo sustentable. In: LEFF, Enrique; CARABIAS, Julia; (org.). *Cultura y manejo sustentable de los recursos naturales*. México : Miguel Angel Porrúa, 1993.
- VIVAN, Jorge Luiz. *Pomar e Floresta: princípios para manejo de agroecossistemas*. Rio de Janeiro : AS-PTA, 1995.
- WALTER, C. *Diagrama climático da estação meteorológica de Osório*. Maquiné, RS : [s.n], 1987. (mimeo)
- WANDERLEY, Maria de N. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*. p. 87-145, 2000.
- \_\_\_\_\_. Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX Encontro anual da ANPOCS. Caxambu, MG, 1996.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo : Pioneira, 2000.
- WEIMER, Günter. A arquitetura da imigração germânica no Litoral do Nordeste Rio-grandense. P . 212-228. In: ELY, Nilza H; BARROSO, Véra L. M. (org.). *Encontro dos municípios originários de Santo Antônio da Patrulha; Terra de Areia*. Porto Alegre : Edições EST, 1999.
- WITT, Marcos A. A casa do Beto Straiss. p.89-90. In: ELY, Nilza H; BARROSO, Véra L. M. (org.). *Encontro dos municípios originários de Santo Antônio da Patrulha; Terra de Areia*. Porto Alegre : Edições EST, 1999.
- \_\_\_\_\_. A. Os escravos no Vale do Três Forquilhas. p. 229-232. In: ELY, Nilza H; BARROSO, Véra L. M. (org.). *Encontro dos municípios originários de Santo Antônio da Patrulha; Terra de Areia*. Porto Alegre : Edições EST, 1999.
- WOLF, Eric. *Guerras camponesas do século XX*. São Paulo : Global, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Parentesco, amizade e relações patrono-clente em sociedades complexas*. Brasília: UNB, 197?.



## **ANEXOS**

<b>ANEXO 1: Encontros promovidos pela ONG (Anama) que atua na região</b>	<b>514</b>
<b>ANEXO 2: A questão da samambaia</b>	<b>515</b>
<b>ANEXO 3: A questão das unidades de conservação</b>	<b>516</b>
<b>ANEXO 4: Um “problema ambiental”: enchentes e assoreamento do Rio Maquiné</b>	<b>517</b>
<b>ANEXOS 5 a 10: A chegada de novos agentes e “valores ecológicos”</b>	<b>518</b>
<b>ANEXO 11: E a permanência do “tradicional”</b>	<b>520</b>

## ANEXO 1 - Encontros promovidos pela ONG (Anama) que atua na região



Fonte: Cadernos de Resumos do I Encontro de Pesquisadores do Vale do Rio Maquiné.



Fonte: Material de divulgação do I Encontro da Samambaia-Preta.

ANEXOS 11 a 20: reportagens relacionadas à problemática ambiental retiradas da Folha de Maquiné.

ANEXO 2 - A questão da samambaia

6 - Maquiné, 21 de junho de 2001

GERAL

## Pesquisadores estudam a samambaia-preta em Maquiné

Foto: Rumi Kubo



Identificação de samambaias-pretas

Texto: Tânia Serafini - Acadêmica de Jornalismo da UFRGS

Está em andamento, no município de Maquiné, um estudo sobre a samambaia-preta, espécie nativa da Mata Atlântica, utilizada em arranjos de flores. O trabalho, que iniciou no mês de janeiro e tem previsão de duração de um ano e meio, está sendo realizado por um grupo de pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, através da Organização Não-Governamental Ação Nascente Maquiné - ANAMA.

Os principais objetivos da pesquisa são co-

biênnes de ocorrência da samambaia, verificar o tempo que ela leva para crescer depois de ser cortada, estabelecer critérios para o manejo e exploração sustentável da samambaia, além de avaliar o número de famílias que dependem economicamente da atividade de coleta dessa espécie, no município e nas cidades vizinhas.

Os resultados serão informados à Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), órgão financiador do estudo, que irá utilizá-los como subsídios para avaliar a possi-

bilidade de regulamentação da atividade. A regulamentação é necessária, pois muitas áreas utilizadas pelos samambaiiros estão localizadas em região para a qual as leis ambientais permitem apenas atividades de baixo impacto, por serem áreas cujos limites são feitos com a Reserva Biológica da Serra Geral e com a Área de Proteção Ambiental da Rota do Sol. Além disso, o município também está dentro da região considerada Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

Caso a atividade seja regulamentada todos os envolvidos - coletores, transportadores e intermediários - poderão exercer suas atividades com mais tranquilidade, pois, atualmente, além dos problemas decorrentes da falta de regulamentação, também não é possível o cumprimento do Decreto Estadual nº 38.355, de 01/04/1998. Este decreto determina

de coleta de produtos não-madeiráveis, situação que inclui a extração da samambaia, deve ser previamente licenciada. No entanto, só é possível licenciar a atividade em uma determinada área, se esta atividade estiver regulamentada.

Para realização do estudo que está em andamento, os pesquisadores definiram e marcaram algumas áreas de terra, na Linha da Solidão, onde vão acompanhar o ciclo de crescimento da samambaia, através de medições periódicas das folhas. Meses antes de iniciar esse trabalho, o grupo já vinha mantendo contato com a comunidade local, para conhecer melhor a importância da atividade e como ela é realizada. Atualmente, várias pessoas da localidade participam da execução do trabalho, através do seu conhecimento sobre a região e sobre a samambaia, bem como na confecção de materiais que são utilizados nas áreas de estudo.



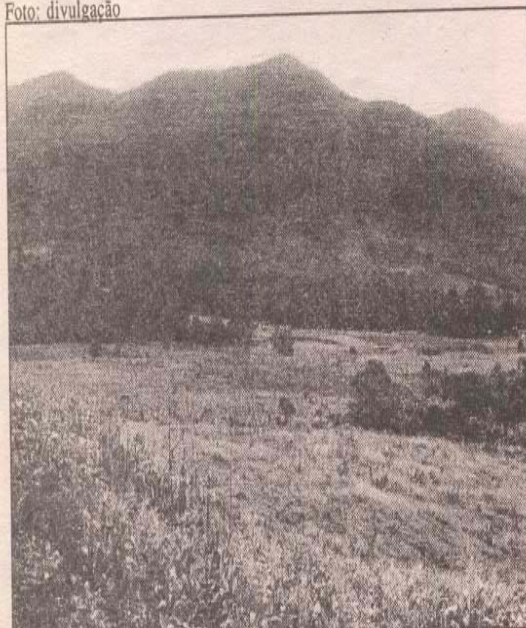
## ANEXO 3 - A questão das unidades de conservação

6 - Maquiné, 05 de abril de 2001

GERAL

# Prosseguem negociações para projeto de preservação da Mata Atlântica

Foto: divulgação



Mata Atlântica terá projeto para sua conservação

rem beneficiados. Também estiveram presentes o diretor-presidente da Fundação Estadual de Proteção Ambiental, Nilvo Luiz Alves da Silva e o diretor do Departamento de Florestas e Áreas Protegidas da Sema, Luiz Felipe Kunz Jr. A previsão é de que possa haver aporte de verbas até o final do ano.

lor de R\$ 7,122 milhões de reais. O objetivo do investimento é promover um conjunto de ações que visam a conservação e o desenvolvimento sustentado, com ênfase na consolidação da Unidade de Conservação existentes na região Nordeste do Rio Grande do Sul.

Com prazo de execução previsto para cinco anos, o projeto

ANEXO 4 - Um “problema ambiental”: enchentes e assoreamento  
o Rio Maquiné

# Folha de Maquiné

E-mail: folhademaquine@bol.com.br

Um jornal a

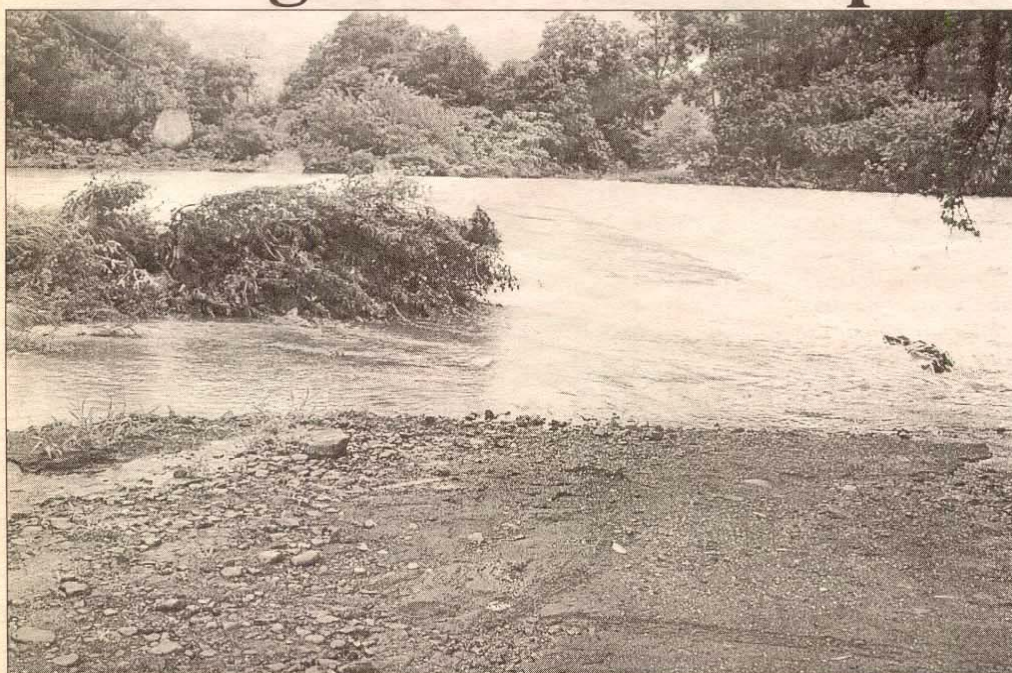
ANO II

Nº 60

CIRCULAÇÃO SEMANAL

MAQUINÉ, QUINTA-

## Prefeito decreta Estado de Emergência no município



As fortes chuvas dos últimos dias em Maquiné e em toda a região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul causaram novamente muitos danos aos municípios. Em Maquiné, a enchente e o volume d'água causado pela chuva fez subir muito o nível dos rios e arroios da região derrubando árvo-

res, danificando estradas, barragens e destruindo muitas lavouras. O prefeito Alcides Scussel decretou Estado de Emergência no município e um relatório dos prejuízos será encaminhado para a Defesa Civil do Estado até o final da semana. Detalhes na página 3 desta edição.



## ANEXOS 5 a 10: A chegada de novos agentes e “valores ecológicos”

**Folha de Maquiné****Curso de educação ambiental**

Foto: Hélio Seibel Filho



Professores municipais e estaduais participaram do curso de Educação Ambiental

Foi realizado na última quinta e sexta-feira, no CTG Devotos da Tradição o 1º Módulo do Curso de Educação Ambiental para educadores de Maquiné.

Todas as Escolas Municipais e Esta-

duais estiveram representadas no evento que objetivou maior qualificação profissional e reflexão sobre as questões sociais ambientais do nosso município.

O curso, durante os dois dias de atividades, contou com a pre-

sença dos seguintes palestrantes: Daniela Oliveira (Centro de Agricultura Ecológica-Litoral Norte) Luciano Gutierrez, Claudia Schirmer, Cristina Baldauf (biólogos - ANAMA) Carla Crivellaro (Núcleo de Educação e

Monitoramento Ambiental) Eduardo Nunes (Departamento Municipal de Limpeza Urbana - DMLU) Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Os professores continuam o trabalho conjunto na efetivação de um programa de Educação Ambiental, para o Município, reunindo-se mensalmente, sendo que no dia 27 de setembro o grupo de educadores visitará a FEPAGRO para iniciar o projeto “Viveiros na Escola” e em outubro 2º Módulo do curso cujo tema será “Água e Floresta”

A comissão organizadora agradece a todos, em especial a Irineu e Inês Menegáz pela atenção dispensada e pelo excelente almoço servido durante o curso.



## ANEXOS 5 a 10: A chegada de novos agentes e “valores ecológicos”

# Folha de Ma

E-mail: folhademaquine@bol.com.br *Um jornal a s*

ANO I Nº 41 CIRCULAÇÃO SEMANAL MAQUINÉ, QUINTA-F

## Projetos querem tornar Maquiné exemplo de preservação ecológica

Foto: divulgação



*Um lugar que alia belezas naturais, preservação ambiental, variedade em fauna e flora, ar puro das montanhas, rios e próximo da serra e do mar. Assim é Maquiné. Projetos de organizações nacionais e internacionais querem investir em nossa cidade e torná-la um exemplo de preservação ambiental em nível mundial, criando oportunidades para o desenvolvimento e meios para a preservação de espécies raras de nossa fauna e flora.*

Cascata do Garapiá: cartão postal do município



## ANEXOS 5 a 10: A chegada de novos agentes e “valores ecológicos”

**Folha de Maquiné****Encontro de Permacultura reuniu 28 pessoas em Maquiné**

Foto: Hélio Seibel Filho



Encontro reuniu pessoas de outras cidades para trocar conhecimentos

Nos dias 3, 4 e 5 de novembro foi realizado na propriedade de Amilton Munari o 8º encontro de Permacultura (Cultura Permanente, em harmonia com o meio ambiente). Com a participação de 28 pessoas entre estudantes universitários, profissionais libe-

rais, agricultores e membros de Organizações Não Governamentais (ONGs), o encontro se propôs a resgatar valores que buscam o equilíbrio e a paz mundial. Entre as atividades desenvolvidas durante o final de semana destacam-se a montagem de estrutura para camping e alimentação, colhei-

ta, seleção e plantio de sementes e mudas, capina, roçada, exercícios físicos e mentais. Também foi discutido em rede maneiras de ocupar espaços em eventos, feiras, ONGs, internet, feiras de produções próprias, troca de sementes e avaliação da propriedade com quatro

anos de agroecologia. Ficou acertado que o próximo evento da Rede de Permacultura será na Linha Forqueta.

Durante o encontro foi servido comidas vegetarianas (90% produzidas na propriedade de Amilton) como pão integral, granola, cuscuz, arroz, feijão, favas, alcachofra e hortaliças variadas. Para beber, caldo de cana, chimarrão, chás diversos, além de frutas como banana, maracujá, morango, etc. Os encontros, segundo Amilton, se mantêm com contribuições e doações dos participantes. “Temos na mão o que precisamos: determinação, coragem e as sementes que nossos ancestrais plantavam e que nossos filhos vão comer”, definiu Amilton. Segundo ele, a Rede de Permacultura tenta viabilizar a possibilidade de uma população bem alimentada e com saúde.



## ANEXOS 5 a 10: A chegada de novos agentes e “valores ecológicos”

# Folha de Ma

E-mail: folhademaquine@bol.com.br *Um jornal a s*

ANO I Nº 39 CIRCULAÇÃO SEMANAL MAQUINÉ, QUINTA-FEIR

## Uma limpeza no rio

**Mutirão comunitário retirou vários quilos de lixo do rio Maquiné no último sábado**

Foto: Hélio Seibel Filho



Muito lixo foi retirado do rio Maquiné pelos voluntários do Mutirão de Limpeza

*Durante o dia todo, no último sábado, foi realizado um mutirão para limpeza do rio Maquiné. O evento, organizado pela ANAMA, pelo Grupo de Jovens de Maquiné e com o apoio da Prefeitura Municipal, contou com a participação de várias pessoas de nossa comunidade e de outros municípios. Foram retirados cerca de dois mil quilos de lixo do nosso rio, entre garrafas e sacos plásticos, vidros, embalagens de agrotóxicos, pneus e objetos curiosos como pedaços de carro, fogão, bicicleta, televisão e colchões. A quantidade de resíduos encontrados em apenas um dia de limpeza mostra a falta de orientação de algumas pessoas e prova a importância da conscientização para a preservação do nosso rio. Leia mais sobre este mutirão de limpeza nas páginas 04 e 05 desta edição.*



## ANEXOS 5 a 10: A chegada de novos agentes e “valores ecológicos”

**Folha de Maquiné****Dia do Meio Ambiente teve apresentações e gincana ecológica**

Fotos: Hélio Seibel Filho



Grupo de teatro Serrote Preto divertiu estudantes

Na terça-feira da semana passada, comemorando o Dia Internacional do Meio Ambiente, dia 5 de junho, foi organizado várias atividades entre as escolas municipais e estaduais no Salão Paroquial de nosso município. Houve apresentação de trabalhos de alunos, gincana ecoló-

gica, poemas e a apresentação do grupo de teatro, “Serrote Preto”, de Porto Alegre. Estão de parabéns as escolas, professores, direções e principalmente as crianças pelo alto nível e qualidade dos trabalhos realizados, dando muitas dificuldades aos ju-

rados na escolha dos trabalhos. A gincana, mais do que uma competição, foi um processo educativo, que envolveu toda a comunidade escolar e pais de alunos que enviaram sementes e plantas medicinais às escolas. Hoje, estas escolas já têm iniciados seu próprio Banco de Semen-

tes nativas e crioulas, seu álbum de plantas medicinais e as crianças tiveram a oportunidade de mostrar talento e criatividade. Os desenhos e poesias, as construções elaboradas a partir do lixo seco são de uma pureza e beleza imensuráveis. A ANAMA gostaria de agradecer a todos que colaboraram neste evento, como a Prefeitura Municipal, EMATER, FEPAGRO, SEMA, Folha de Maquiné, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, 11ª Coordenadoria de Educação, Conselho Tutelar, Fundação Luterana de Diaconia e Fraternidade Semente da Esperança. A ANAMA agradece também ao Padre Edegar por ter cedido o espaço para a realização das atividades e por sua presença no júri.

## ANEXO 11: E a permanência do “tradicional”

Folha de Maquiné

GERAL

Maquiné, 11 de janeiro de 2001 - 5

Texto e foto:  
Tânia Inês Serafini

## Grupos de Ternos de Reis animam festa no Solidão

A apresentação de dois grupos de Ternos de Reis reuniu a comunidade dos Fundos da Solidão para uma confraternização de final de ano, na noite do último dia 30 de dezembro. A festa reuniu em torno de 100 pessoas no pátio da casa de Henriqueta Marques, que cedeu a área onde foi montado o Presépio Vivo, um toldo para proteger as pessoas da chuva e o fogo de chão, onde foi preparada a tradicional lentilha, além do milho verde e um sopão.

Rosa. Em seguida apresentou-se o Terno Cristo Rei, de Campo Bom, convidado por Arlindo Marques. Os três Reis Magos conduziram os grupos até o Presépio Vivo, onde um casal, representando Maria e José, e várias crianças representando os anjos, iluminavam com velas a manjedoura onde dormia o pequeno Luis Davi, de cinco meses, no papel de Menino Jesus. A forte chuva que caiu durante a apresentação do último grupo não assustou ninguém. Os

uma hora da manhã. A grama molhada transformou-se em pista de dança e não impediu que as pessoas se divertissem.

Esta não foi a primeira confraternização de final de ano da comunidade dos Fundos da Solidão. Em 98 e 99 a festa aconteceu na casa da moradora Rafinha, também com a apresentação de Ternos de Reis. Pelo número de pessoas que têm participado e pela animação da última festa, tudo indica que have-



Presépio Vivo fez parte da festa no Solidão